FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.030 SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2025 R$ 7,90

Para frear inflação, governo avalia cortar imposto de óleo de cozinha e trigo importados

Efeito é incerto, pois maior parte do que é vendido já não é tarifada

O governo federal estuda a possibilidade de zerar os impostos de importação sobre o trigo e o óleo de cozinha para mitigar a inflação dos alimentos, segundo integrantes dos ministérios da Agricultura, Fazenda e Desenvolvimento Agrário. Não há consenso sobre efeito no preço final.

A alíquota para o trigo importado é de 9%, e o Brasil compra no exterior mais da metade dos 12,8 milhões de toneladas que consome ao ano. A maior parte, no entanto, vem do Mercosul, sobretudo da Argentina. Pelas regras, os sócios do Brasil no bloco já contam com tarifa zero.

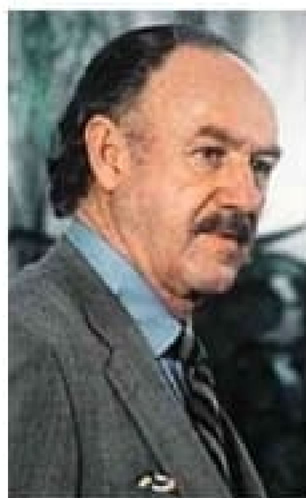
Já no caso dos óleos comestíveis, a importação é pontual.

Ainda assim, a opção segue na mesa. A medida, mesmo que pouco efetiva, enviaria o sinal de que algo está sendo feito contra a inflação em um momento em que o presidente Lula (PT) perde popularidade. **Mercado A13**

Moraes reage a post da gestão Trump e defende soberania do país

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, defendeu a soberania do Brasil e afirmou que o país deixou de ser colônia em 1822. A declaração sucede postagem do governo Donald Trump contra o magistrado. O Departamento de Estado dos EUA publicou na quarta (26) texto no qual alude ao Supremo, ao dizer que punir empresas americanas que se recusam a praticar censura contraria valores democráticos —referência à ordem de Moraes de suspender o Rumble. **Política A7**

ilustrada



O ator, em 1996, nas filmagens de 'Medidas Extremas' Divulgação

MORRE GENE HACKMAN, QUE DEU COR A VILÕES, AOS 95

Corpo do ator de clássicos como 'Operação França' e ganhador de dois Oscars foi achado com o da mulher **B12**

guiafolha

Veja 38 drinques para provar no Carnaval **C8**

saúde

Tadalafila é usada por adolescentes durante o sexo **A39**

PAINEL

Aliados de Nunes mobilizam ofensiva contra defensoras

Deputados estaduais aliados a gestão Nunes (MDB) mobilizaram ofensiva contra três defensoras públicas que questionaram o Smart Sampa, programa de monitoramento por câmeras em São Paulo. Iniciativa pede punição às servidoras. **A6**

Petrobras acelera investimentos e preocupa mercado após tombo

A aceleração dos investimentos da Petrobras virou tema de preocupação no mercado. A estatal investiu R$ 91 bilhões em 2024, alta de 31% em relação a 2023.

A empresa, cujo lucro caiu 70% no ano passado, perdeu ontem R$ 23,4 bilhões em valor de mercado. O dólar fechou em alta de 0,56%, a R$ 5,829. **Mercado A15**

Lula e Tarcísio publicam edital de túnel Santos-Guarujá

Dividindo orçamento e bônus político, o presidente Lula (PT) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lançaram o edital do túnel imerso que ligará Santos e Guarujá. O edital estima que que o leilão ocorra em agosto, e a obra, de quase R$ 6 bilhões, termine em 2028. **Mercado A18**

Técnicos do Ibama recomendam veto a licença na Foz do Amazonas **A40**

Decreto contra mototáxi é inconstitucional, diz Justiça

Em liminar, a Justiça de São Paulo declarou inconstitucional decreto da gestão Ricardo Nunes (MDB) que veta o serviço de mototáxis na capital paulista. A prefeitura afirmou que irá recorrer da decisão. **A36**

Ruy Castro

Cada geração teve o seu: Carnaval bom é o de todos os tempos

Os três inimigos do Carnaval são a chuva, a polícia e os saudosistas. Os piores são os saudosistas, com o discurso de que Carnaval bom era o "do tempo deles". Carnaval bom é o de todos os tempos. **Opinião A3**

EDITORIAIS A2

Acordo sobre emendas parlamentares é um avanço Acerca das novas regras na área.

Influência de Elon Musk no governo Trump é anomalia Sobre o bilionário.



Alessandro Falco/Folhapress

Obras da COP30 geram tensão na periferia de Belém com previsão de casas demolidas

Intervenções no canal do Murutucu, na capital paraense; famílias foram avisadas sobre derrubada de residências nas margens de canais, mas aguardam informações sobre prazos e indenizações, e Governo do Pará afirma que desapropriações respeitarão a lei **Ambiente A41**


ISSN 1414-5723

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Acordo sobre emendas parlamentares é um avanço

Decisão do ministro Flávio Dino, que precisa ser referendada pelo plenário do STF, ajuda a diminuir atritos entre Judiciário e Legislativo em uma disputa na qual o Congresso Nacional jamais esteve com a razão

Após semanas de articulação política e intensas negociações nos bastidores, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, enfim homologou um acordo com o Congresso Nacional para liberar as emendas parlamentares.

Mas não todas. Continuam vetados repasses a ONGs e entidades do terceiro setor reprovadas em auditoria da Controladoria-Geral da União. Além disso, transferências diretas para Estados e municípios, conhecidas como emendas Pix, só poderão ser pagas mediante a apresentação de planos de trabalho.

Com a decisão, que precisa ser referendada pelo plenário, dá-se um passo importante para encerrar, ou pelo menos amenizar, os atritos entre Legislativo e Judiciário, em uma disputa na qual o Congresso jamais teve razão.

Emendas parlamentares têm sua razão de ser. Em doses moderadas, elas ajudam a descentralizar o Orçamento público, ao permitir a destinação de recursos para demandas locais quase sempre ignoradas pelo governo federal.

O problema é que, nos últimos anos, o volume das emendas atingiu patamares incompatíveis com a racionalidade administrativa. Em 2019, elas não alcançavam 8% das despesas discricionárias (não obrigatórias); em 2024, saltaram para alarmantes 19,5% —foram quase R$ 45 bilhões de um total de R$ 230 bilhões.

Costuma-se dizer que, na política, não existe vácuo de poder. Pois a trajetória das emendas reforça essa tese. O Congresso aproveitou a fragilidade do governo de Jair Bolsonaro (PL) para abocanhar fatias crescentes de recursos da União; Luiz Inácio Lula da Silva (PT), também sem base sólida, manteve o mesmo padrão.

O resultado foi lamentável para o país, e por mais de um motivo. O simples sequestro de parcelas cada vez maiores do dinheiro é um deles, já que as emendas, agora, têm dimensão suficiente para comprometer políticas públicas.

Há mais, porém. Do jeito que vinham sendo feitas, as transferências representavam gastos de péssima qualidade, uma vez que careciam de transparência, planejamento e eficiência —violando, portanto, diretrizes inscritas na própria Constituição Federal.

Isso para nada dizer das inúmeras suspeitas de malversação das verbas —órgãos de controle investigam irregularidades que teriam sido cometidas por políticos de diferentes posições.

Em uma estratégia conhecida, ao se verem na mira da Polícia Federal, parlamentares afirmaram que o STF invadia a competência do Legislativo. O Judiciário de fato incide com frequência nesse pecado, mas não dessa vez.

As ações do ministro Dino —e o acordo agora homologado é mais uma delas— têm o condão de restaurar princípios da administração pública que vinham sendo desrespeitados de forma sistemática. A separação entre os Poderes, afinal, não pode se converter em salvo-conduto para que deputados e senadores dilapidem o Orçamento da União, já tão deficitário.

As ações do ministro Dino buscam restaurar princípios que vinham sendo desrespeitados. A separação entre os Poderes, afinal, não pode se converter em salvo-conduto para que parlamentares dilapidem o Orçamento da União

Influência de Elon Musk no governo Trump é anomalia

Causas legítimas como corte de gastos de um governo deficitário e contenção de sectarismos são comprometidas por métodos obscuros e conflito de interesse do bilionário, agora braço-direito do presidente

Em 17 de janeiro de 1961, o presidente americano Dwight Eisenhower fez uma grave advertência em seu discurso de despedida.

"Nós devemos nos proteger contra a aquisição de influência injustificada, procurada ou não, pelo complexo industrial-militar. O potencial para a ascensão desastrosa de poder indevido existe e vai persistir", disse.

Ele se referia ao fortalecimento das empresas de defesa de seu país, imiscuídas em seus desígnios geopolíticos, já que a Guerra Fria com a União Soviética era um ótimo modelo de negócios.

O aviso foi presciente, e hoje são americanas as cinco primeiras no ranking das 10 maiores indústrias bélicas do planeta, auferindo sozinhas o dobro da receita das restantes. E os EUA detêm 39% do gasto militar global.

Sessenta e quatro anos depois, Donald Trump estreou uma modalidade inaudita de influência privada na gestão pública ao instalar o bilionário Elon Musk como seu braço-direito. Foi o que se viu, na quarta (26), durante a inusitada primeira reunião do gabinete do republicano.

A função de Musk é legítima em si: cortar gastos de um governo deficitário —apesar de girar US$ 6,8 trilhões ao ano. Mas três questões subsistem, além da até agora ausente eficácia anunciada.

Primeiro, como realizar a missão. Um time de desconhecidos subordinado a Musk busca acesso a dados sigilosos, e os infames e-mails intimidando servidores já são objeto de contestação nos departamentos e na Justiça.

Segundo, o foco. Musk não apresentou plano coerente, apenas justificativas ideológicas calcadas no trumpismo, segundo as quais setores como o da educação têm de ser eviscerados para extirpar o esquerdismo e o politicamente correto.

Novamente, pode haver mérito em retirar abusos sectários da administração pública; o problema é substituí-los por outros.

Por fim, a ética. Musk não tem cargo formal e continua a se pautar por interesses empresariais. Se a sua empresa SpaceX revolucionou o mercado espacial, os palpites que dá acerca do futuro da Nasa são no mínimo inapropriados e anômalos.

O "consegliere" de Trump também tem pressionado a Ucrânia, país onde a sua Starlink garante o acesso militar à internet na guerra contra a Rússia, assim como o faz em contratos no Brasil.

O presidente ora alinhado a Moscou quer tomar de Kiev terras raras e outros minerais essenciais à indústria de alta tecnologia e carros elétricos, encarnada nos EUA por Musk, o que prova a validade do alerta de Eisenhower.

Musk não tem plano coerente, só justificativas ideológicas calcadas no trumpismo, segundo as quais setores como o da educação têm de ser eviscerados para extirpar o esquerdismo e o politicamente correto

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)
CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Claudio Mor



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

O horizonte da instantaneidade

Hélio Schwartsman

A deterioração da popularidade de Lula impressiona, pelo alcance (ela dá as caras até em bastiões eleitorais do presidente) e pela intensidade (até dezembro, o problema dele era que as avaliações positivas do governo não subiam; agora elas despencam).

O movimento é tanto mais surpreendente porque ocorre num contexto em que normalmente não o esperaríamos. O crescimento do PIB dos últimos dois anos foi maior do que 3%, e o índice de desemprego corre perto dos mínimos históricos. Num passado não muito remoto, tais indicadores se faziam acompanhar de avaliação amplamente positiva do governo que com eles coincidisse.

Alguém poderia argumentar que o povo não é bobo. Os bons números exibidos pela gestão Lula se amparam num aumento de gastos públicos que não é perdurável. Verdade, mas análises de sustentabilidade econômica nunca fizeram parte do kit de ferramentas da avaliação popular. Sempre foram os efeitos de momento que deram as cartas.

Um fator econômico que explica ao menos parte do fenômeno é a inflação. Os preços, em especial os dos alimentos, estão num patamar desconfortável para o consumidor. E a sensação de desagrado, que é reforçada a cada ida ao supermercado, acaba se sobrepondo a eventuais efeitos que poderiam ter impacto mais benfazejo para Lula.

Em vários países, cientistas políticos têm recorrido à alta da inflação para explicar a derrota da situação em eleições. Vimos isso agora nos casos de Joe Biden e Olaf Scholz. Não vejo como discordar, mas penso que os preços não explicam tudo. Creio que está em ação também um ingrediente mais etéreo, uma espécie de impaciência anímica que vai se assenhorando das pessoas.

A tecnologia nos acostumou mal. Computadores ampliam o horizonte da instantaneidade. Vivemos agora num mundo em que boa parte das coisas que consumimos regularmente, de livros e filmes a informações e refeições, está a poucos cliques de distância. Nesse contexto, não surpreende que exijamos resultados rápidos também da política.

helio@uol.com.br

BRASÍLIA

Tudo pelo eleitoral

Dora Kramer

O novo mago da propaganda oficial teve uma ideia: transformar em horário eleitoral o espaço reservado a comunicados urgentes e/ou relevantes em cadeia nacional de rádio e televisão.

O modelo já havia sido testado no ano passado, naquele anúncio do ministro Fernando Haddad (PT) em que os alhos do pacote fiscal se misturavam aos bugalhos da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5.000. Choveram críticas à forma e, sobretudo, ao contraditório conteúdo, mas Sidônio Palmeira pelo visto achou que valia a pena apostar na estética de campanha. O plano agora, ao que se diz, é o presidente da República se utilizar desse formato a cada 15 dias para divulgar maravilhas.

No primeiro episódio da série estrelada por Luiz Inácio da Silva (PT) foram requentados dois programas (Pé-de-Meia e Farmácia Popular) já de pleno conhecimento do público.

Ignorados ali os quesitos de relevância e urgência, os mesmos exigidos —e quase nunca observados— para a edição de medidas provisórias, mas esta é uma outra história também relacionada à prática de insubmissão a normas. No contexto em tela, o risco de o projeto de comunicação seguir no modo eleição é que dê margem a contestações sobre campanha antecipada e o caso ir parar nos tribunais, gerando mais polêmicas a serem turbinadas pela oposição.

Na concepção do ministro Sidônio, Lula é o melhor garoto-propaganda de si. Por isso precisa falar mais e o tempo todo. Ora, à exceção de períodos em que precisou se recolher para cuidar da saúde, o presidente não fez outra coisa a não ser falar pelos cotovelos. Frequentemente criando situações confusas, quando não constrangedoras.

Não se espera que Lula se retraia. Dialogar com a população é imprescindível. É imperioso, porém, que o chefe da nação não faça uso indevido de suas prerrogativas momentâneas para favorecer e dar voz ao candidato de amanhã.

O governo se queixa da falta de percepção correta por parte da sociedade. Talvez falte perceber que ela não gosta do que vê.

RIO DE JANEIRO

Carnaval bom é o de todos os tempos

Ruy Castro

A historiadora Eneida de Moraes dizia que os três inimigos do Carnaval são a chuva, a polícia e os saudosistas. Os piores são os saudosistas, com o discurso de que Carnaval bom era o "do tempo deles". Mas qual seria esse tempo? Na longa história do Carnaval carioca, cada geração teve o seu. Eis exemplos.

1600: surge o entrudo, com os foliões se atirando baldes de água com limão uns nos outros, na atual rua 1º de Março. 1641: mascarados desfilam cantando. 1748: primeiros foliões negros, com a coroação do Rei Congo. 1786: primeiros desfiles com carros alegóricos, no Campo de Santana. 1825: os nobres promovem bailes em seus palácios em Botafogo. 1831: os jornais anunciam a venda de máscaras e fantasias na rua do Ouvidor.

1846: surgem os primeiros bailes populares. 1848: primeiros blocos com música e percussão seguindo o bombo do sapateiro José Paredes, o "Zé Pereira". 1866: nascem os Democráticos, os Fenianos e os Tenentes do Diabo, com seus desfiles de luxo. 1887: primeiras ruas decoradas para o Carnaval. 1889: Chiquinha Gonzaga lança "O Abre-Alas", a primeira marchinha. 1892: surgem o confete e a serpentina. 1902: o Carnaval de rua atinge proporções gigantes, com mais de 200 blocos nas ruas.

1906: surge o lança-perfume. 1909: primeiro concurso de fantasias. 1910: o palhaço Benjamin Oliveira cria o Rei Momo. 1914: o corso de automóveis toma a avenida Rio Branco. 1928: nasce a Deixa Falar, primeira escola de samba. 1929: sambas e marchinhas já são compostos às centenas. 1932: a prefeitura oficializa o Carnaval. 1933: começa o desfile das escolas. 1938: os teatros, cassinos e clubes promovem os suberbailes. Anos 1940 e 50: o Carnaval se internacionaliza. Etc. etc. e evoé.

O Carnaval sempre foi assim: uma atração sucessivamente se sobrepondo a outras. Em 1965, o Carnaval de rua foi dado como morto e as escolas passaram a reinar. As escolas continuam, mas, de 2000 para cá, os blocos voltaram com toda a força. Como será no futuro? Carnaval bom é o de todos os tempos.

Quem acessa o ensino superior

Números recentes revelam expansão significativa do ensino superior, mas também as disparidades persistentes

Priscilla Bacalhau

Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear. Escreve às sextas

Duzentos e três milhões de pessoas. Esse é o número de habitantes no Brasil, segundo o Censo Demográfico 2022 do IBGE. Agora, dados recém-divulgados trazem informações detalhadas sobre o acesso à educação dessa população. Entre os 133 milhões de adultos com 25 anos ou mais —dois terços do total—, 18,4% possuem ensino superior completo. Essa proporção é quase três vezes a registrada no Censo de 2000.

Os números recentes revelam uma expansão significativa do ensino superior, mas também evidenciam disparidades persistentes. As diferenças regionais são notáveis: no Centro-Oeste, 21,8% da população com 25 anos ou mais concluiu uma graduação, dado impulsionado pelo Distrito Federal, onde a taxa atinge 37%. As regiões Sudeste e Sul apresentam índices semelhantes ao do Centro-Oeste, enquanto no Norte e no Nordeste a proporção não chega a 15%.

As desigualdades raciais são ainda mais marcantes. Em 2022, apenas 12% da população preta e parda havia concluído o ensino superior —menos da metade do percentual de brancos (25,8%) e muito abaixo da população amarela (44,1%).

A discrepância é ainda maior em determinadas áreas do conhecimento: em medicina, economia e odontologia, três em cada quatro formados são brancos. Já em serviço social e formação de professores, a proporção de brancos cai à metade.

A discrepância é ainda maior em certas áreas do conhecimento: em medicina, economia e odontologia, três em cada quatro formados são brancos

Apesar dessas desigualdades, os avanços são evidentes. Hoje, a proporção de brancos com ensino superior ainda é o dobro da de pretos e pardos, mas, em 2000, essa diferença era de cinco vezes. Foram necessárias duas décadas para que pretos e pardos atingissem o percentual que os brancos tinham no início do século (10%). A ampliação do acesso nesse período decorre de múltiplos fatores, especialmente de políticas públicas que facilitaram a entrada de grupos historicamente excluídos da educação superior, como políticas de cotas, Fies, Sisu e Prouni.

Os números mostram que, no Brasil, nascer branco ou amarelo ainda significa ter mais chances de cursar uma graduação. Ainda há muita desigualdade no acesso, de forma sistêmica. Além do acesso, há desafios na permanência e na conclusão dos cursos. Muitos estudantes abandonam a graduação devido ao desalinhamento com o mercado de trabalho ou dificuldades financeiras. Essas diferenças não são meras preferências individuais, mas reflexo da falta de oportunidades e da baixa qualidade da educação básica.

Ampliar o acesso ao ensino superior, como demonstrado pelo Censo, é um passo importante, mas insuficiente. É preciso discutir, principalmente, a qualidade da educação oferecida. As desigualdades não se restringem ao ensino básico —elas persistem no ensino superior. Um exemplo claro disso são os milhares de formados em direito que não conseguem aprovação no exame da OAB.

A democratização da educação no Brasil avançou, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Reduzir desigualdades estruturais exige não apenas ampliar o acesso ao ensino superior mas garantir que todos, independentemente de cor, origem ou condição social, tenham os meios para concluir a formação e usufruir de um ensino de qualidade e de seus benefícios de maneira justa.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os cancelados serão exaltados?

Quando se trata de perseguir, conservadores e progressistas têm mais em comum do que gostariam; punir, convenhamos, é um vício inebriante

Gustavo Nogy
Escritor e roteirista

Uma das vantagens (poucas) de se estudar direito (não recomendo) é aprender duas coisas: a justiça tarda e a justiça falha. Considerando que a balança é descalibrada e falha mais do que deveria, é bom mesmo que tarde e se demore em pormenores hermenêuticos e questiúnculas processuais.

Foi assim e foi por isso, sob protestos dos justiceiros mais entusiasmados, que as sociedades organizaram o "devido processo legal" —para tentar restringir as práticas do linchamento e do desterro aos estudos de antropólogos e historiadores. Com certa má vontade, renunciamos (nem todos, nem sempre) ao inamistoso hábito de arrastar suspeitos e condenados à praça pública para servir de exemplo à comunidade.

Mas os "corsi" e "ricorsi" da história, como previa o filósofo italiano Giambattista Vico, desmentem qualquer otimismo: o progresso social não é linear ou inevitável. Errar é humano e persistir no erro é demasiado humano. De repente, como se tivéssemos esquecido tudo, como se nunca tivéssemos compreendido nada, inventamos um novo linchamento e uma nova praça pública, e abandonamos os ritos judiciais para adotar os ritos sacrificiais.

Não falo de ritos sacrificiais à toa. O crítico literário e antropólogo francês René Girard propôs uma explicação: em sociedades antigas, modernas e contemporâneas, o acúmulo insuportável de tensões tende a explodir em conflitos violentíssimos, que colocam em risco a própria sobrevivência coletiva. Para garantir alguma estabilidade e reestabelecer uma precária harmonia, os grupos escolhem a vítima a ser abatida, que absorverá a culpa, redimirá os culpados e servirá de bode expiatório à sanha persecutória dos deuses ou dos homens.

O que é o cancelamento senão uma espécie de linchamento público, seguido de banimento civil, que apazigua a voracidade moral dos canceladores? O cancelado não tem garantias, não se submete a processos, não pode se valer de uma defesa constituída nem exigir uma acusação formal: quaisquer indícios, especulações, fofocas, anedotas ou memes servem e sobram.

Não importa se o pecado foi cometido hoje, ontem ou será cometido amanhã. Tudo é sumário e sintético: a mais tênue suspeita é, ao mesmo tempo, acusação, julgamento e condenação. Não há segundas nem terceiras instâncias: apenas intenções. Não há advogados nem juízes: somente promotores. Tampouco um código penal que se possa consultar, porque o cancelamento é, como nas antiquíssimas tradições, um revide intempestivo e arbitrário.

Ninguém sabe o que ou quem merecerá a execração pública, porque não se trata de legislar, classificar e tipificar comportamentos ou crimes, mas de proteger valores, sentimentos ou condições. O cancelamento é reacionário e puritano. O cancelamento é uma estabanada defesa dos bons costumes de cada época.

O cancelado não tem garantias, não se submete a processos, não pode se valer de uma defesa constituída nem exigir uma acusação formal: quaisquer indícios, especulações, fofocas, anedotas ou memes servem e sobram

Nas campanhas do calendário litúrgico das redes sociais, o que está em causa é a garantia de que os carrascos serão vistos como inocentes, porque são eles que apontam os dedos e fazem descer a guilhotina. Na teatralização cotidiana do eu, é mais importante representar o papel do mocinho e decorar as falas do herói que entender o sentido da própria peça.

O pêndulo do farisaísmo balança da esquerda à direita, da direita à esquerda, a depender dos sabores da história e, quando se trata de perseguir, conservadores e progressistas têm mais em comum do que gostariam de reconhecer. Mas a fiação moralista vai se emaranhando de tal maneira que muitos dos próprios canceladores já veem o pescoço em risco.

Acusadores e acusados da mesma turma aos poucos se devoram na autofagia ideológica, trocam as posições, misturam as falas, confundem os adereços e por fim descobrem, quase sinceramente espantados, que são feitos de carne, ossos, sangue e assombrações —e também são capazes de errar. O medo bastará para que repensem alguns conceitos e preconceitos? Possível, pouquíssimo provável, porque punir, convenhamos, é mesmo um vício inebriante.

Injusta acusação

Quando a tentativa de homicídio foi descoberta e amigos próximos foram presos, ele negou envolvimento; jura de pés juntos que era um amante fiel

Fábio Tofic Simantob
Advogado criminalista, é mestre em direito penal (USP) e conselheiro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

A biografia do varão já fazia antever que o casamento seria conturbado. Vivia pregando que se o acaso algum dia o conduzisse ao altar seria o primeiro a subjugar a esposa, aprisionando-a em cativeiro. Ninguém dava muita trela para seus desatinos; alguns até achavam graça, não parecia oferecer perigo. Não era um tipo que despertava interesse nas moças de boa família.

Veio então o dia em que caiu nas graças de uma moça órfã de pai e mãe, abandonada pelo marido, que mofava há anos na prisão. Amancebaram-se. Passaria os quatro anos anunciando que a mataria. Mesmo antes da união, demonstrava desprezo pela instituição do casamento, fazia troça da fidelidade. Mal tiveram lua de mel. Logo começaram as ofensas, os maus-tratos, as agressões, descomposturas que ele não demonstrava nenhum pudor de realizar em público.

Ele fazia questão de humilhá-la na frente de todos e vivia dizendo que daria cabo dela mais cedo ou mais tarde. E ria, ria muito. Na pandemia, passou a rir mais ainda. Proibiu-a de usar máscara, entupiu-a de remédios sem comprovação científica, obrigou-a a continuar indo ao culto enquanto ia andar de jet ski. Ela se contaminou pelo vírus, quase morreu, mas ele culpou os médicos e a vacina. Foi ficando cada vez mais violento, já quase não sorria. Gritava, reunia pessoas próximas para difamá-la e xingá-la e incitava-os a fazer o mesmo.

Um ano e meio depois, ficou sabendo que o antigo companheiro deixaria finalmente a prisão. Foi a gota d'água. Não tolerou a ideia de que a amásia voltasse a viver com o outro. Imaginava-se único, sem concorrentes. Passou a publicamente atacá-la de forma ainda mais virulenta, já escancarando sua intenção de exterminá-la.

Certo dia chegou a reunir apoiadores em volta da sua casa, claramente para mostrar que seu intento homicida contava com o apoio da sociedade de bem. Os amigos o apoiavam e entoavam gritos de incentivo à ação homicida. Tomou um pito de um primo mais velho, mas nada adiantou. Decidiu fazer uma reunião televisionada, convidou gente de tudo quanto é canto do mundo e passou a desacreditá-la, chamando-a de adúltera, vagabunda, mulher da vida e que não a aceitaria se não fosse casada com ele.

Ela a tudo aguentava, pois não podia fazer nada. Até que um dia resolveu ir embora. Para ele foi o fim. Publicou anúncios em toda a imprensa, avisando que não aceitaria o divórcio e muito menos a união com aquele outro. Chegou a dizer que poderia ficar viúvo; divorciado, jamais. Um dia pessoas do seu círculo mais íntimo, seus homens mais fiéis, resolveram planejar um atentado contra ela, contra o novo (velho) amor dela e contra todos que apadrinharam a nova relação. Destruíram até mesmo o templo onde batizaram o rebento que acabara de nascer.

Ele fazia questão de humilhá-la na frente de todos e vivia dizendo que daria cabo dela mais cedo ou mais tarde. E ria, ria muito. Na pandemia, passou a rir mais ainda

Mas o plano saiu pela culatra. Ela de fato voltou a viver com o companheiro recém-saído da cadeia e voltou a ter uma vida normal: nem feliz nem triste, apenas normal. Com medo de ser preso, ele viajou para fora do país, não aceitou a separação e continuou fazendo ameaças públicas.

Quando a tentativa de homicídio foi descoberta e seus amigos próximos foram presos, ele negou qualquer envolvimento e jura de pés juntos que era um amante fiel. Agora anda por aí a mendigar comiseração, dizendo-se injustamente acusado pelo atentado contra a vida da ex-companheira.

Foi visto pela última vez logo que soube da acusação. Populares que estavam próximos ao local disseram que o ouviram balbuciar algumas palavras pouco inteligíveis, mas um deles garante que captou a expressão "caguei".

Eufrázio

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Estratégia

"Moraes reage a post do governo Trump e diz que Brasil deixou de ser colônia em 1822" (Política, 27/2). A ofensiva dos EUA sobre o STF —Moraes como principal alvo— não tem outro interesse senão o de tentar de abalar a imagem da instituição que julgará os crimes de Bolsonaro, uma vez que esses são indefensáveis.
Paulo Bittar (São Paulo, SP)

☆

Não podemos deixar Moraes sozinho nessa, trata-se de uma questão política.
Anete Araujo Guedes (Belo Horizonte, MG)

☆

"Moraes não tem hábito nem planos de viajar aos EUA, dizem interlocutores" (Mônica Bergamo, 26/2). Patriota que quiser bater continência para bandeira americana, fique à vontade, eu sou brasileiro.
Luiz Antônio de Lima Ferreira (Guarulhos, SP)

Abuso de poder

"Polícia de SP afasta dois agentes após abordagem com tapa no rosto e arma apontada" (Cotidiano, 27/2). Quem recruta, treina e supervisiona esses inomináveis? A responsabilidade tem que atingir os superiores, assim como a punição.
Eliete Della Santina (Vinhedo, SP)

☆

Em qualquer profissão existem os maus profissionais. A exceção não pode ser tomada como regra. E por isso mesmo as exceções precisam ser exemplarmente punidas.
Nilton Silva (Brasília, DF)

Reformas nas pastas

"Ministério da Saúde precisa correr atrás do prejuízo" (Opinião, 26/2). Infelizmente, sai governo e entra governo e a Saúde não é tratada com as devidas atenções. A população é refém desta política desastrada, onde interesses pessoais dos sobrepõem os coletivos, e nada resolvem.
Paulo Silva Barbosa (São Paulo, SP)

Exposição

"Sidônio está acabando com Lula, e PP está perto de desembarcar, diz Ciro Nogueira" (Política, 27/2). Uma fogueira de egos, formada por velhacos que se locupletam e se divertem com o suado dinheiro do povo brasileiro. Não escapa um só.
Antonio Renato de Andrade (Rio de Janeiro, RJ)



Charge de ursa-polar Nur no Aquário de São Paulo Josiane Orsolino Massa Hierikim

Supersalários

"O TJ-SP por seus presidentes" (Conrado Hübner Mendes, 26/2). Depois que o sujeito entende que toda espécie de poder prescinde de coerção, fica mais fácil entender o papel de um magistocrata, por ex. Notas tristes de um país amassado pela desigualdade.
Leonardo Trindade (São Paulo, SP)

☆

Eu não me incomodaria se os juízes e procuradores fossem bem pagos e fizessem um bom trabalho, levassem justiça aos que necessitam. Infelizmente essa não é a realidade.
Fatima Marinho (São Paulo, SP)

Graduação

"Parcela da população com ensino superior quase triplica; índice é inferior a 20% no Brasil, diz Censo" (Educação, 26/2). De nada adianta se não tiver qualidade no ensino: desde os primeiros anos do fundamental até o término do ensino superior.
Alexandre Pontes (Goiânia, GO)

☆

Muitos anos atrás li um artigo sobre um exército de doutores desempregados no Brasil. Devemos ter mais um exército agora: pessoas com curso superior desempregadas ou exercendo outras funções. Precisamos de cursos técnicos de verdade e não teóricos.
Amauri Soares (Gravataí, RS)

Gene Hackman

"Morre o ator Gene Hackman, estrela de 'Operação França' e 'Os Imperdoáveis', aos 95" (Ilustrada, 27/2). Que pena! Uma grande perda para o cinema e bem em cima da cerimônia de entrega do Oscar.
Marcos Veloso (Recife, PE)

☆

Siga em paz, no caminho da luz, gigante da interpretação. Missão cumprida de forma impecável. Bravo!
Angela Oliveira (Brasília, DF)

Aberto a visitações

"Filhote de urso-polar chamada Nur é apresentada no Aquário de São Paulo" (Guia, 27/2). Eu sinto uma pena indizível destes poderosos animais que são retirados de seu habitat natural para viver enjaulados em minúsculos espaços perdendo seus hábitos de caça e movimentos. É a estupidez humana elevada a máxima potência!
Gaya Becker (Porto Alegre, RS)

☆

São animais que vivem em regiões frias e em plena liberdade. É uma pena trazê-los para viverem nos trópicos e com altas temperaturas. O ser humano não deveria nunca impor a esses animais tamanho sofrimento.
Silene Maria de Sousa (Goiânia, GO)

Dependência química

"Um prazer equivalente a cem orgasmos" (Drauzio Varella, 26/2). Gostaria de conhecer uma realidade na qual se investisse tanto em pesquisas e tratamento para livrar os dependentes do vício quanto se investe em polícia, sistema judicial e presídio.
Leandro Piva (Foz do Iguaçu, PR)

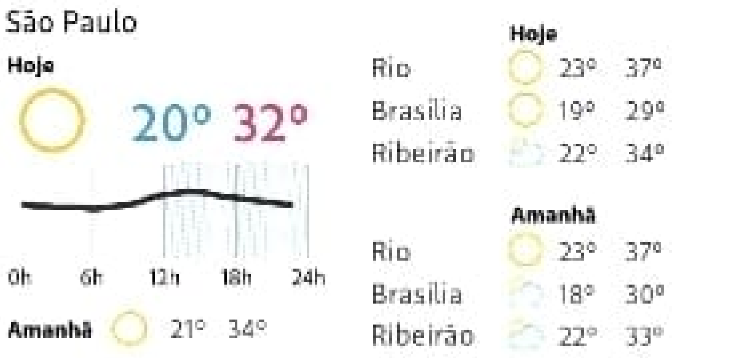
Condição humana

"É possível amar uma pessoa e desejar outra?" (Amor Crônico, 26/2). Excelente! Complexidade, incerteza, instabilidade... Quando é que aceitaremos nossa natureza? Não existe vida sem liberdade. Não existe liberdade sem preço.
Nelson Oliveira (Brasília, DF)

☆

O desejo é voluntarioso e caprichoso. E um desejo que vem não precisa ser satisfeito em ação. Uma relação de amor é construída com afinidades, um pouco de sorte, tempo e energia. Então, caso não seja uma relação aberta, é temerário comprometer o que é valioso pelo que é fugaz.
Felipe Vasconcelos (Juiz de Fora, MG)

ATMOSFERA



Fonte: www.climatempo.com.br

LOTERIA

Mega-sena | CONCURSO 2.834

Os números sorteados pela Caixa Econômica Federal nesta quinta-feira (27) foram:

5 8 11 15 39 47

IMPOSTO DE RENDA

O QUÊ As empresas e órgãos públicos do país têm até hoje para entregar o informe de rendimentos para a declaração do Imposto de Renda 2025 de seus funcionários e colaboradores.

INFORMAÇÕES O documento é a base para que o trabalhador ou servidor público declare seus rendimentos à Receita Federal. Pode ser disponibilizado online, em sistema interno ou por email.

MULTA O empregador que não disponibilizar o documento pode ser multado em R$ 41,43 por informe. Para saber mais, acesse folha.com/8pevl7db/.

BUSCA BLOCOS

Ferramenta da Folha informa data, horário e local dos blocos do Carnaval de São Paulo e do Rio. Acesse folha.com/buscabloco ou aponte a câmera do seu celular para o QR code ao lado.



ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 28.FEV.1925


Folha da Noite

PELA POLITICA

Contos arabes

Formidavel explosão

Enorme explosão na Ilha do Caju abala a cidade de Niterói

Uma gigante explosão ocorreu na tarde desta sexta-feira (27) na Ilha do Caju, em Niterói, e abalou intensamente a cidade. A Ilha do Caju é ocupada por um trapiche que abrigava dinamite, pólvora, gasolina, breu, tubos de oxigênio e muitas substâncias inflamáveis. Quando o local pegou fogo, o estrondo foi tão grande que pode ser comparado ao disparo simultâneo de mil canhões de grosso calibre. Ainda não é conhecida toda a extensão da tragédia (há relatos de mortes e feridos, mas não há confirmação sobre os números). Apesar da distância, o Rio de Janeiro também registrou danos causados pelo enorme estrondo.

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 29,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 49,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA MENSAL* Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN ombudsman@grupofolha.com.br 0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Negociação para acordo sobre emendas parlamentares teve reuniões secretas e 'climão'

Buscando distensionar relação entre os Poderes, Dino, Alcolumbre e Motta mantêm conversas reservadas sobre o assunto desde janeiro



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, participa de sessão plenária Rosinei Coutinho/Divulgação STF

Marianna Holanda e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA A decisão do ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), de homologar o acordo para destravar as emendas parlamentares se deu após semanas de articulação para reaproximar os Poderes e envolveu intermediários, reuniões sigilosas e conversas que intercalavam um clima de descontração e momentos de tensão.

Nos encontros, Dino fez a cobrança que, afinal, levou à aprovação do acordo: a individualização do nome dos autores das emendas de relator e de comissão, uma das principais exigências de transparência que, na visão dele, vinham sendo descumpridas pela cúpula do Congresso.

Dino mantém desde janeiro conversas reservadas com os presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), respectivamente. Os encontros ocorreram inclusive antes da eleição dos dois, em 1º de fevereiro, segundo interlocutores.

As reuniões, mantidas sob sigilo e fora da agenda oficial, buscaram distensionar a relação entre os dois Poderes, além de buscar um acordo para o cumprimento das regras estabelecidas pelo STF de aumentar transparência e rastreabilidade das verbas.

As emendas de relator e de comissão se tornaram alvo de críticas por não identificarem o parlamentar responsável por decidir como seria gasta a verba pública.

As conversas culminaram na homologação do plano apresentado pelo Congresso Nacional, na véspera da decisão, que propõe divulgar o nome dos autores das emendas para conseguir a liberação dos recursos.

Para isso, será aprovado um projeto de resolução no plenário, as emendas serão votadas pelas comissões temáticas, e os sistemas internos das duas Casas serão adaptados.

A necessidade de identificação do autor foi mencionada por Dino em encontro com líderes da Câmara na semana passada. A reunião, informal e sob reserva, iniciou uma reaproximação com ministro, após meses de crise.

O almoço foi na casa do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia com pouco mais de dez pessoas, entre elas o ministro do STF Gilmar Mendes. Segundo relatos, foi um espécie de "quebra-gelo".

Apesar da informalidade, não houve recuo de Dino quanto à decisão de cobrar mais transparência e rastreabilidade. A reportagem apurou que ele disse haver regras em qualquer lugar.

Ele afirmou ainda que a questão das emendas estava 85% solucionada, faltando apenas 15%.

No percentual faltante, mencionou a individualização das emendas, contas específicas para repasses na saúde e plano de trabalho para emendas Pix, transferidas diretamente aos caixas dos beneficiados sem identificação do projeto a ser contemplado.

A medida foi contemplada na decisão de Dino desta quarta.

No almoço, Dino foi questionado por parlamentares a respeito do inquérito aberto no ano passado sobre R$ 4,2 bilhões de emendas parlamentares, suspensas por sua determinação. Na época, ele atendeu a uma representação do PSOL, que citou ofício encaminhado ao governo assinado por 17 líderes de partido.

Segundo parlamentares, Dino disse que não abriu inquérito para investigar os líderes, mas para apurar as emendas, mas que os líderes poderiam ser implicados se constatada irregularidade.

Esse foi um dos momentos de tensão no encontro, e Dino disse que não pode deixar de apurar uma informação que chegasse a ele e que já foi da política, mas hoje é juiz e não vai prevaricar.

O deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) falou da Operação Overclean, na qual foi alvo. Dino não comentou nenhum caso específico.

Apesar disso, no geral, a conversa foi descontraída. E, segundo parlamentares, cumpriu o objetivo que era de melhorar a relação para destravar as emendas.

Participaram do encontro líderes, como Doutor Luizinho (PP-RJ), Mário Heringer (PDT-MG), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Antonio Britto (PSD-BA), e o presidente do Solidariedade, Paulinho da Força (SP), entre outros.

Dino também teve reuniões "bilaterais" com Motta e Alcolumbre para expor os limites do que o STF aceitaria. Para líderes partidários, a decisão do ministro soluciona o impasse sobre as emendas e permite apaziguar a crise.

Motta foi às redes sociais comemorar a homologação. "[A decisão] é resultado dos esforços do Legislativo em dialogar com os demais Poderes. É também um reconhecimento das prerrogativas dos parlamentares", disse.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Retaliação

Deputados estaduais aliados ao prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), iniciaram uma ofensiva contra três defensoras públicas estaduais que apresentaram questionamentos ao Smart Sampa, de monitoramento por câmeras. A iniciativa é capitaneada por Carla Morando (PSDB), mulher do secretário municipal de Segurança, Orlando Morando. Os alvos são as defensoras Fernanda Balera, Gabriela Pimenta e Surraily Youssef. Elas enviaram ofício a Nunes pedindo que o sistema não seja usado no Carnaval.

ATAQUE CONTRA DEFESA As defensoras dizem que a tecnologia de identificação facial prejudica negros, mulheres e trans. A prefeitura nega e diz que o sistema é seguro. Nesta quinta (27), Carla pediu a convocação das três pela Comissão de Segurança da Assembleia. Além disso, ela e os deputados Conte Lopes (PL), Danilo Campetti (Republicanos), Rogério Nogueira (PSDB), Tenente Coimbra (PL) e Tomé Abduch (Republicanos) pediram à corregedoria da Defensoria afastamento do trio, por terem "extrapolado" suas funções. As defensoras dizem ter autonomia.

TAMO JUNTO As defensoras receberam apoio de 44 entidades e movimentos sociais, que divulgaram carta dizendo que o Smart Sampa "vulnerabiliza grupos já marginalizados". Também houve solidariedade da oposição na Assembleia.

FRASE DO DIA
MARCEL VAN HATTEM

Alexandre de Moraes já era vítima, investigador e julgador. Agora também quer ser diplomata

Do deputado federal do Novo, sobre o fato de o ministro do STF ter sido consultado pelo Itamaraty antes de divulgar nota respondendo a críticas do governo dos EUA

CAMINHO LIVRE A ex-deputada Marília Arraes (PE), uma das líderes do Solidariedade, diz que a saída da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, do PSDB deve facilitar as negociações de uma federação de seu partido com os tucanos. Ela diz que a tendência é dar apoio a João Campos (PSB) para o governo contra Lyra em 2026.

PADRÃO Ao fritar Nísia Trindade em público, Lula repetiu o que fez com um antecessor dela no Ministério da Saúde, há 20 anos. Na época, Humberto Costa sofreu ainda mais: ficou sete meses sendo alvo de especulações de que sairia, até finalmente ser substituído.

LESA PÁTRIA O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), entrou com representação junto à PGR contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por crimes contra a soberania nacional em seu périplo nos EUA. O petista argumenta que Eduardo defendeu retaliações contra o seu próprio país e um integrante do STF.

CORAÇÃO PARTIDO O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, diz que apoia a reeleição de Lula embora seja do Republicanos, mesmo partido do governador de SP, Tarcísio de Freitas. "Todos sabem que eu sou lulista", disse ao videocast do Esfera Brasil. Ele diz ter excelente relação com Tarcísio, que pode concorrer contra o petista em 2026.

BRIGA O MBL entrou com ação por danos morais contra o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ), em que pede indenização de R$ 20 mil por ter sido chamado por ele de "organização criminosa" em uma reunião do Conselho de Ética em agosto de 2024. O psolista também expulsou da Câmara aos chutes um integrante do movimento. Braga diz que não vai se intimidar nem baixar a cabeça para o MBL.

NA FRENTE A Prefeitura de Itaquaquecetuba, na Grande SP, transformou sua Guarda Civil em Polícia Municipal, após aprovação pela Câmara na terça (25). A cidade diz ser a primeira do estado a fazer a mudança. Na capital, enquanto isso, o processo patina.

Com Danielle Brant e Carlos Petrocilo

Eufrázio

Brasil deixou de ser colônia em 1822, diz Moraes em reação a post dos EUA

Ministro deu declaração em sessão do plenário do STF, quando também citou a ONU

Ana Pompeu

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu a soberania do Brasil e afirmou que o país deixou de ser colônia em 1822. Sem citar os EUA, falou da independência do país e a construção da ONU (Organização das Nações Unidas) contra o nazismo.

Moraes se manifestou depois da escalada da ofensiva de políticos dos EUA contra ele, na sessão plenária da corte desta quinta (27), antes de iniciar o relatório de casos sobre a Lei de Abuso de Autoridade que relata.

"Reafirmo nosso juramento integral de defesa da Constituição brasileira e pela soberania do Brasil, pela independência do Poder Judiciário e pela cidadania de todos os brasileiros e brasileiras, pois deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822 e com coragem estamos construindo uma República independente e cada vez melhor", disse.

Até então, os ministros do STF vinham minimizando as ações americanas desde que a empresa de mídia de Donald Trump, a Truth Social, e a Rumble, plataforma de vídeos, recorreram à Justiça na Flórida para que suas ordens sejam declaradas ilegais.

Sobre a ONU, lembrou que a organização foi criada há 73 anos, em 1952. Segundo Moraes, a atuação da ONU segue a mesma linha de então, em defesa dos direitos humanos e em "respeito à autodeterminação dos povos".

"Hoje, ela abriga 193 Estados-membros e dois Estados observadores, que permanecem com o mesmo ideário daquela época: a luta contra o fascismo, contra o nazismo, contra o imperialismo, em todas as suas formas, seja presencial, seja virtual, e também a defesa da democracia e a consagração dos direitos humanos. Objetivos almejados por todos os 193 Estados-membros, sem discriminação, sem coação ou sem hierarquia entre Estados", disse.

Moraes citou ainda a defesa feita pelo colega Flávio Dino nas redes sociais. Dino escreveu que os ministros do Supremo, ao tomarem posse, juram defender a Constituição e os princípios de autodeterminação dos povos, não intervenção e igualdade entre os Estados —incisos do artigo 4º da Constituição Federal.

Dino escreveu que Moraes permanecerá proferindo palestras no Brasil e no exterior. "Se quiser passar lindas férias, pode ir para Carolina, no Maranhão. Não vai sentir falta de outros lugares com o mesmo nome", disse, aludindo a estados homônimos dos EUA.

"Será um grande prazer conhecer a belíssima Carolina do estado do Maranhão, que sua excelência tão bem governou por dois mandatos, estado esse que é exemplo de coragem e luta por independência", disse Moraes.

O presidente da corte, Luís Roberto Barroso, endossou a fala. "Sabemos o que tivemos de passar para evitar o colapso das instituições e um golpe de Estado aqui no Brasil. A tentativa de fazer prevalecer a narrativa dos que apoiaram o golpe não haverá de prevalecer entre as pessoas verdadeiramente de bem e democratas", disse.

Nesta quinta, em rede social, o decano do STF, Gilmar Mendes, prestou solidariedade a Moraes, dizendo que ele "segue atuando com ponderação e destemor para a salvaguarda da ordem constitucional brasileira, sem concessões a interesses que, sabemos, conflitam com as balizas traçadas por nossa Carta Magna".

Sob reserva, magistrados e assessores dizem que não há impacto significativo na rotina da corte e negam grandes preocupações em relação aos movimentos do presidente americano, de aliados e de bolsonaristas no país.

Alvo prioritário da ofensiva, Moraes diz a interlocutores que não tem hábito de viajar aos EUA, não tem imóveis ou patrimônio lá e, portanto, não estaria dando muita importância às medidas por não ser afetado por elas.

Os demais magistrados mantêm linha parecida. Até agora, acompanham o noticiário, mas sem se mobilizarem internamente para pedir uma posição institucional de defesa ou resposta.

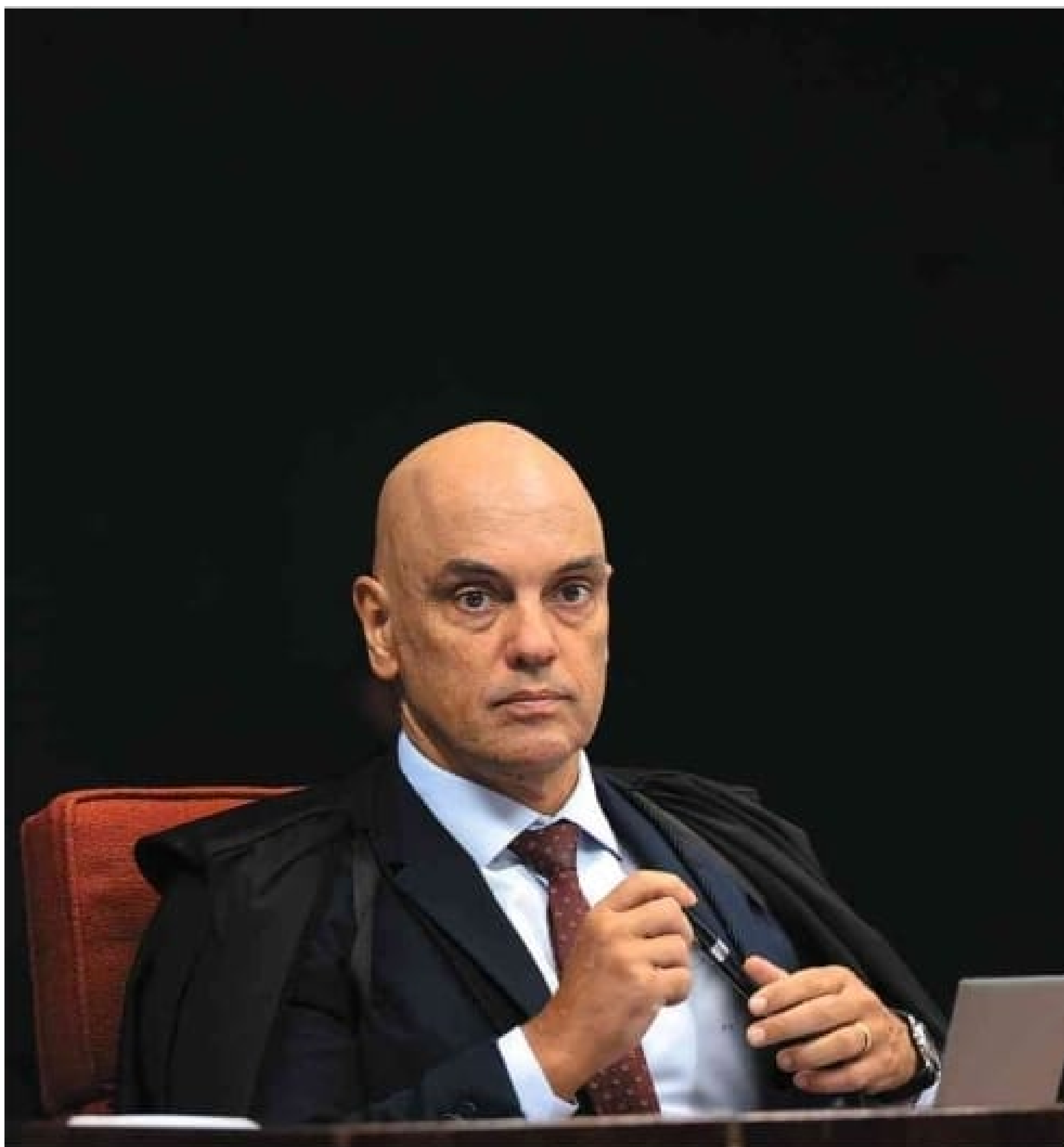
Ainda na terça (25), antes da publicação do Departamento de Estado dos EUA, Gilmar afirmou ser "muito extravagante" a apresentação de uma ação judicial contra Moraes em um tribunal americano. "A forma de impugnar as decisões judiciais é impugnar perante a própria corte."

Na noite de quarta, o Itamaraty defendeu o ministro ao divulgar uma nota na qual afirma que o governo Trump distorce o sentido das ordens de Moraes.

"O governo brasileiro rejeita, com firmeza, qualquer tentativa de politizar decisões judiciais e ressalta a importância do respeito ao princípio republicano da independência dos Poderes, contemplado na Constituição Federal brasileira de 1988", disse.

O comunicado diz que o governo brasileiro foi pego de surpresa pela nota do Departamento de Estado dos EUA, seu órgão equivalente no país, "a respeito de ação judicial movida por empresas privadas daquele país para eximirem-se do cumprimento de decisões da Suprema Corte brasileira".

O Itamaraty fez consultas a Moraes antes da publicação da nota. De acordo com auxiliares do ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores), o objetivo era confirmar com a Moraes aspectos jurídicos da decisão para corrigir distorções na argumentação dos Estados Unidos.



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, durante sessão Rosinei Coutinho - 25.fev.25/Divulgação STF

Comitê dos EUA quer analisar ordens de Moraes

O comitê judiciário da Câmara dos Estados Unidos, equivalente à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) no Brasil, intimou oito big techs a fornecerem informações sobre ordens do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

A intenção é reunir evidências de "como a censura internacional tem ferido as liberdades civis americanas", segundo o colegiado.

O ofício foi enviado a Christopher Pavlovski, da Rumble; Linda Yaccarino, do X; Mark Zuckerberg, da Meta; Andrew Jassy, da Amazon; Tim Cook, da Apple; Sundar Pichai, da Alphabet; Satya Nadella, da Microsoft; e um responsável pelo TikTok nos EUA.

O presidente do colegiado, o republicano Jim Jordan, de diversos países, o que pode significar o envio de decisões sigilosas.

Cristiano Zanin nega impedimento para julgar Bolsonaro por trama golpista

BRASÍLIA O ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), disse não ter impedimento para julgar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela trama golpista para impedir a posse de Lula após sua vitória nas eleições de 2022.

Afirmou não ver atuação pessoal anterior relacionada à participação do ex-presidente nas acusações da denúncia.

"Também não vislumbro a presença de quaisquer das hipóteses legais que configuram a suspeição. Tampouco tenho qualquer sentimento negativo que possa afetar minha atuação como magistrado no caso em questão", acrescentou.

A defesa de Bolsonaro formalizou na segunda (24) ao Supremo os pedidos para que Zanin e o também ministro do STF Flávio Dino, indicados à corte pelo presidente Lula (PT), não participem de julgamentos relativos à denúncia contra o ex-presidente pela trama golpista.

Em ofício enviado nesta quinta (27) à presidência da corte em resposta ao pedido, Zanin afirmou que, como advogado, integrou escritório de advocacia que prestou assessoria jurídica a uma federação de partidos nas eleições presidenciais de 2022, atuando fundamentalmente em questões eleitorais que tramitaram no Tribunal Superior Eleitoral.

"Naturalmente, a atuação também abarcou impugnações relacionadas às diversas candidaturas suportadas por outras federações de partidos políticos, inclusive aquela envolvendo o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro", afirmou. AP

STF

Primeira Turma tem maioria para tornar Léo Índio réu por participação no 8/1

BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para tornar Leonardo Rodrigues de Jesus, o Léo Índio, réu por envolvimento nos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. Ele é primo de filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Quatro dos cinco ministros já votaram. O relator Alexandre de Moraes foi acompanhado por Cármen Lúcia, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Falta ainda o voto de Luiz Fux. A sessão, em plenário virtual, fica aberta até o fim de sexta (28).

Ele foi denunciado por associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. AP



Lula e Tarcísio conversam no lançamento do edital para construção do túnel Santos-Guarujá Zanone Fraissat/Folhapress

Lula e Tarcísio exaltam diálogo em cerimônia com coro 'sem anistia' e vaias a bolsonarista

Também houve menções à tentativa de golpe após as eleições de 2022; governador descartou envolvimento de Bolsonaro na trama

Ana Luiza Albuquerque e Alex Sabino

SÃO PAULO E SANTOS O presidente Lula (PT) e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) exaltaram o diálogo entre os dois durante o lançamento do edital para construção do túnel Santos-Guarujá, nesta quinta (27), uma parceria entre as duas gestões.

O evento em Santos teve vaias a Tarcísio, coro de "sem anistia" e menções à tentativa de golpe para reverter as eleições de 2022.

Tarcísio foi ministro de Jair Bolsonaro (PL) e, com o aliado inelegível, é um dos cotados para disputar a Presidência em 2026 no campo da direita. Lula pode disputar a reeleição no ano que vem.

O governador se sentou ao lado de Lula. Em duas ocasiões, a plateia cantou "sem anistia", em referência ao perdão discutido no Congresso aos golpistas que invadiram e depredaram prédios públicos no 8 de janeiro. Tarcísio já defendeu a anistia.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), e o vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), também falaram das revelações sobre tentativa de golpe para reverter o resultado das eleições de 2022.

Nesta semana, Tarcísio classificou como "forçação de barra" e "revanchismo" a denúncia que implicou Bolsonaro no crime.

"Enquanto alguns maquinavam o assassinato de seus adversários, Lula promove o diálogo e estende as mãos em benefício do povo e do desenvolvimento do Brasil", afirmou Alckmin, que, segundo a Polícia Federal, teve sua morte tramada por militares golpistas.

Lula disse que a fotografia tirada nesta quinta talvez marque um novo momento para o Brasil. E afirmou a Tarcísio que ele está "fazendo história" com as parcerias que estão construindo.

"Pode ficar certo que o povo compreende o que está acontecendo. Tem gente do lado do Tarcísio que não gosta de vê-lo do meu lado. Tem gente do meu lado que não gosta de me ver do teu lado. Temos que ter consciência que só temos um lado: atender bem o povo de São Paulo e do Brasil."

Lula disse ainda que o momento representava uma promessa de campanha: trazer o Brasil de volta à normalidade. "Não fomos eleitos para brigar, fomos eleitos para compartilhar nosso esforço e fazer com que o povo sinta prazer em ser governado por alguém preocupado com ele", afirmou.

Tarcísio agradeceu a Lula por ter colocado o túnel como prioridade. Mencionou ocasião, em meio às conversas sobre o projeto, em que o presidente disse que não era hora de discussão política, mas de atender o cidadão.

Afirmou ainda que esse momento mostra que "é possível sentar na mesa e construir".

"As diferenças têm que ser deixadas de lado para que a gente chegue num consenso e possa atender a população", disse.

Tarcísio foi vaiado duas vezes ao citar investimentos na região feitos pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), privatizada em sua gestão. Na primeira, Lula fez um gesto de lamento.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), exaltou o diálogo entre Lula e Tarcísio. Pressionado por bolsonaristas a pautar a anistia do 8 de janeiro, disse que buscará a convergência à frente da Casa.

"Nosso povo cansou de conflitos, não quer mais radicalismo, não aguenta mais viver numa tensão que só faz mal a nós mesmos", disse. "Enquanto presidente da Câmara, fiz questão de estar pessoalmente aqui para dizer que à frente daquela Casa Legislativa vamos tentar replicar esse momento de convergência na pauta da Casa."

A construção do túnel Santos-Guarujá chegou a gerar desconforto entre as gestões Lula e Tarcísio. O governo federal pretendia fazer a obra com verbas da União, do estado e da Autoridade Portuária de Santos.

Mas a Autoridade Portuária, vinculada ao governo federal, sinalizou que dispensaria a participação do governo estadual no projeto, incomodando Tarcísio, que foi a Lula selar a parceria.

Leia mais na pág. A18

> **Tem gente do lado do Tarcísio que não gosta de vê-lo do meu lado. Tem gente do meu lado que não gosta de me ver do teu lado. Temos que ter consciência que só temos um lado: atender bem o povo de São Paulo e do Brasil**
>
> Lula (PT)
> presidente da República

> **As diferenças têm que ser deixadas de lado para que a gente chegue num consenso e possa atender a população**
>
> Tarcísio de Freitas (Republicanos)
> governador de São Paulo

Governador tem 41% de avaliação positiva e 14% de negativa, diz Quaest

Matheus Tupina

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), chegou a 41% de avaliações positivas de seu mandato, segundo levantamento da Genial/Quaest divulgado nesta quinta (26). O percentual é igual ao do início da série, em abril de 2024.

Ele teve 14% de opiniões negativas, 34% de regulares e 11% não sabem ou não quiseram responder.

Tarcísio é cotado como candidato da direita para a Presidência da República em 2026, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está inelegível por decisão da Justiça Eleitoral.

A Genial/Quaest ainda aferiu a popularidade de outros sete governadores pelo país.

A pesquisa foi feita presencialmente nos oito estados, com eleitores de 16 anos ou mais, da quarta (19) até o domingo (23). Foram entrevistadas de 1.104 a 1.482 pessoas na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais, no Paraná, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

As margens de erro são de três pontos percentuais para todos, exceto para os paulistas, onde é de dois pontos.

Dos governantes, o maior percentual de considerações positivas é de Ronaldo Caiado (União Brasil), governador goiano, com 74%, ante 4% de opiniões negativas e 17% de regulares. Não sabem 5%. Ele pretende se lançar à Presidência no próximo ano.

Segue Ratinho Júnior (PSD), com 65% de avaliações em seu favor, 6% contra e 24% regulares.

Já Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, é o único que tem mais opiniões negativas (31%) do que positivas (24%), com 35% de regulares. No caso dele, 10% não sabem ou não quiseram responder.

Os dois tucanos que tiveram a popularidade medida pelo instituto têm avaliações menores: em Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB) tem 32% de opiniões positivas, 26% negativas e 37% regulares.

Eduardo Leite (PSDB), no Rio Grande do Sul, tem 40% de considerações positivas, empatadas tecnicamente com as regulares (39%) e 16% de negativas.

Em Minas, Romeu Zema (Novo), também presidenciável, tem 41% de avaliações positivas, 14% negativas, 37% regulares e 8% não sabem ou não quiseram responder.

Único petista na análise, Jerônimo Rodrigues (PT) tem 42% de avaliações positivas na Bahia, 21% de negativas e 29% de regulares.

O levantamento é financiado pela corretora digital Genial Investimentos, do banco Genial.

74% foi o percentual de entrevistados que considerou positiva a gestão de Ronaldo Caiado em Goiás, melhor índice entre os 8 governadores

31% foi o índice de aprovação de Claudio Castro, governador do Rio, menor percentual entre os oito governadores incluídos na pesquisa da Quaest

canal uol

A TV QUE CONVERSA COM VOCÊ

Notícias, esportes, entretenimento e variedades.
24 horas por dia, com seus apresentadores favoritos.
Uma programação feita para informar, divertir
e acompanhar você diariamente.

Agora, tudo o que você mais gosta no digital está também na TV por assinatura.



Assista ao Canal UOL

Claro TV (549), Vivo TV (613), Oi TV (140), Sky (88), TVRO Embratel (546), Zapping (64), Samsung TV (2074), Pluto TV e UOL Play.



Eufrázio

Trump, Putin e Xi são a nova ordem mundial

Cenário internacional vai consagrando mundo antiliberal e autocrático

Marcos Augusto Gonçalves

Editor da Ilustríssima, formado em administração de empresas com mestrado em comunicação pela UFRJ. Foi editor de Opinião

Quando entrou em cena para anunciar sua genuflexão ao governo de Donald Trump, Mark Zuckerberg sabia bem em que alvos deveria mirar. Como comentou-se aqui ainda antes da posse do republicano, o dono da Meta, ao decidir levantar as checagens factuais de suas redes, dirigiu as baterias ao mundo ocidental.

Mais precisamente, Zuckerberg atacou a Europa reguladora, que tolheria a liberdade de expressão de seus negócios, e a América Latina, periferia do Ocidente onde funcionariam tribunais secretos, igualmente inimigos do free speech. O bilionário do Facebook sintomaticamente poupou a China de suas queixas, bem como a Índia.

Agora, mais de um mês desde que Trump assumiu a lojinha, as inclinações antieuropeias e antiliberais do presidente americano tornaram-se patentes. O candidato a autocrata dos EUA parece respeitar muito mais as lideranças fortes da Rússia e da China do que os aliados europeus, vistos como fracos e dependentes.

Além das ameaças diretas a Canadá, México, Dinamarca, ONU e Otan, Trump comprou a versão de Putin para a invasão da Ucrânia e acabou com a terceirização da guerra que vinha sendo alimentada por Joe Biden e os governos da UE. Zelenski foi reduzido a um comediante que usurpou o poder, desviou recursos e tornou impossível negociar algum tipo de paz. Agora vai ter que ceder.

Não é preciso apoiar a visão de Trump para dizer que a situação anterior se mostrava insustentável, em que pese a retórica de defesa das "leis internacionais" e a brutalidade do ato invasor. Estava claro que não haveria alternativa a uma guerra prolongada sem alguma concessão territorial por parte da Ucrânia. Há quem aposte que a paz articulada pelo republicano será um convite a novas aventuras de Putin rumo à Europa. A ver.

O fato é que Trump, Putin e Xi Jinping são a nova base decisória da geopolítica global. Neste mundo iliberal autocrático, são esses os senhores que apitam e preenchem o papel de instituições multilaterais. Esqueça Nações Unidas, Otan e quejandos. A nova partilha está em curso.

Cada um deles quer dirigir seu respectivo país e áreas de influência o mais possível sem empecilhos institucionais. O russo vai no velho estilo imperial, e o chinês tem tudo controlado e planejado

Cada um deles quer dirigir seu respectivo país e áreas de influência o mais possível sem empecilhos institucionais. O russo vai no velho estilo imperial, e o chinês tem tudo controlado e planejado. Nenhuma das duas nações acumula experiência democrática.

São diferentes dos EUA, onde um sistema de regras e balanços subsiste, mas não se sabe como se comportará e até quando. Para Trump e seus rapazes, o que vale é o ultracapitalismo triunfante que transforma a administração do país em administração de uma empresa. Quem manda é o CEO, e o povo é acionista.

*

É chover no molhado dizer que a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República ao Supremo Tribunal Federal é histórica. As evidências de uma trama golpista articulada em torno do ex-presidente Jair Bolsonaro são de extrema gravidade. A democracia brasileira vai se deparando com uma nova etapa de sua consolidação, rompendo tabus e hesitações que poderiam antes enfraquecê-la. Em que pesem as vozes sinistras da extrema direita, o caso jurídico é sólido.

Um reparo: embora o assunto já pareça superado, estou entre os que consideraram um erro do ministro Alexandre de Moraes evitar o julgamento pelo plenário do STF.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros SEG. Camila Rocha TER. Joel Pinheiro da Fonseca QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes SEX. Marcos Augusto Gonçalves SÁB. Demétrio Magnoli

Nome de Gleisi ganha força para assumir a articulação política e incomoda ministros

Integrantes do Executivo, tanto do PT quanto do centrão, lembram papel de enfrentamento que ela desempenha na presidência da sigla

Catia Seabra, Raphael Di Cunto e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Para aliados do presidente Lula, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), ganhou força para assumir a articulação política do governo. Antes de anunciada, sua possível nomeação gerou incômodo entre ministros do PT na base aliada.

Gleisi irá com Lula ao Uruguai nesta sexta (28). Ele já disse que a opção por ela na SRI (Secretaria de Relações Institucionais) reconheceria o trabalho à frente do PT, onde está desde 2017.

Ele lembrou que a deputada trabalhou para a construção de palanques nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, tendo conversado com todos os partidos que compuseram a aliança em torno de sua candidatura.



A presidente do PT, Gleisi Hoffmann Eduardo Anizelli - 22.fev.25/Folhapress

A SRI responde pela relação do Executivo com o Legislativo e ficará vaga com a ida de Alexandre Padilha ao Ministério da Saúde.

Ministros ouvidos pela **Folha** apontam ressalvas a Gleisi para o posto. Lembram seu papel de enfrentamento na presidência do PT, onde disputa com partidos aliados maior espaço no governo.

Integrantes do governo também alertam para o risco de fissuras na relação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já que ela se manifestou publicamente contra sua política econômica.

Dizem ainda que, com cargo no Palácio do Planalto, Gleisi terá acesso diário a Lula e poderá influenciá-lo à esquerda, num momento em que o Executivo tem baixa popularidade e precisaria compor no Congresso para garantir a governabilidade.

Já simpatizantes dela dizem que não terá como ministra o mesmo comportamento que tem à frente do PT, com um discurso voltado para a militância.

No partido, o fortalecimento de Gleisi pode representar uma ameaça aos que almejam herdar o capital político de Lula. Avalia-se que, em um cargo de visibilidade, ela poderia se credenciar para uma corrida presidencial.

Há também ministros que se opõem à ideia de um petista na SRI —independentemente do nome— por defenderem um deputado de partido de centro.

A relação do governo com o Congresso nos dois primeiros anos da gestão Lula foi marcada por instabilidade e atritos, sobretudo na Câmara dos Deputados.

Assim, integrantes das cúpulas das duas Casas defendem um nome de centro para reverter o quadro. A cúpula da Câmara trabalha para colocar no posto o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

O ministro Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), deputado licenciado do Republicanos, tem confiança de Lula para o cargo. Mas aliados do petista dizem ser difícil deslocá-lo da pasta, por resistências do Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (SP).

As ressalvas ao nome de Gleisi não ficam na Esplanada. Integrantes do PT, deputados e senadores dizem que não há espaço para erros no governo, num momento de baixa popularidade.

A cúpula da Câmara prefere um nome do centrão, mas não resiste ao nome de Gleisi,a, pois ela trabalhou para viabilizar o acordo que levou à eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para presidente da Casa.

Mas integrantes da cúpula da Casa dizem que um nome do PT na SRI manterá o padrão de relação com o Legislativo, alvo de queixas. Para um cardeal do centrão, essa dinâmica está "falida".

Ele descartam também a possibilidade de que, com um petista na SRI, seja aberto espaço para um parlamentar de centro ocupar a liderança do governo na Câmara, como uma espécie de compensação.

Lula afirma que tirou Nísia do Ministério da Saúde porque precisa de 'mais agressividade' na pasta

Mariana Brasil

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta quinta-feira (27) que demitiu Nísia Trindade do Ministério da Saúde por querer "mais agressividade" e explicou que precisará fazer outras mudanças em seu governo.

"Nísia era uma companheira da mais alta qualidade, minha amiga pessoal, mas eu estou precisando de um pouco mais de agressividade, mais agilidade, mais rapidez, por isso estou fazendo algumas trocas", afirmou o presidente em entrevista o programa Balanço Geral Litoral (SP), da Record.

O petista também confirmou a intenção de anunciar as próximas mudanças na Esplanada só depois do Carnaval e voltou a afirmar que só divulgará os nomes dos novos indicados depois de conversar com os seus escolhidos.

"Não quero que a pessoa saiba que vai ser ministro pela Record. Vou ter que fazer reforma, mexer no governo, mas com muito cuidado, como técnico de futebol", disse.

"Espero que depois do Carnaval, eu conclua quem eu quero mudar. Porque não é só escolher quem você tira. É escolher quem vai entrar. Porque se você coloca um jogador que vai jogar menos que o que saiu, você errou".

Também disse não saber quantas mudanças fará. Com a troca de Nísia por Alexandre Padilha, na Saúde, deu início à reforma ministerial.

Outros nomes estão em alerta dentro da gestão com possíveis chances de trocas em suas respectivas pastas. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, é a principal cotada para assumir a vaga das Relações Institucionais.



lia & léo

Vamos combinar: nem todo casal chega na segunda com tanta disposição.

Flávia Alessandra e Otaviano Costa estão de volta na segunda temporada de "Lia & Leo", agora com episódios mais longos sobre o casal que trata com muito bom humor as situações do dia a dia, de problemas com dinheiro a crises de ciúmes.

Assista toda terça-feira, às 22h no Canal UOL e no YouTube de Splash.





Eufrázio



O senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, durante entrevista à Folha, em seu gabinete Pedro Ladeira/Folhapress

Sidônio está acabando com Lula, e PP está perto de sair, diz Ciro Nogueira

Ex-ministro de Bolsonaro critica presidente e diz estar sendo pressionado a tirar correligionário do Ministério do Esporte

ENTREVISTA CIRO NOGUEIRA

Marianna Holanda e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI) diz que o novo ministro da Secom (Secretaria de Comunicação Social), Sidônio Palmeira, "está acabando" com o presidente Lula (PT) ao colocá-lo para falar mais. Para ele, a exposição não ajuda um governo com baixa aprovação.

Na oposição mesmo com um integrante do PP como ministro do Esporte (André Fufuca), o senador e ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL) ameaça desembarcar do governo, puxando a fila de outros partidos do centrão.

Nogueira, que já chamou Bolsonaro de fascista e disse que Lula foi melhor presidente do Brasil, afirma, porém, preferir dar "governabilidade" para o petista e fazer uma "transição" para o próximo presidente —já contando com um nome de direita.

O ex-titular da Casa Civil de Bolsonaro também ironizou a inflação, que afeta alimentos como o ovo, e defendeu que o ex-presidente possa concorrer em 2026.

*

O nome do sr. surgiu na delação de Mauro Cid como parte do núcleo que defendia o resultado das eleições. O sr. sabia dos demais? Eu era uma das pessoas que defendiam respeitar a vontade popular e fui quem convenceu o presidente a iniciar a transição. Acho impossível um ministro tão presente no dia a dia do presidente não ver o movimento de um golpe militar.

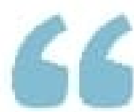
Cid está mentindo? Não sei. Eu não tinha proximidade com o Cid, porque defendia a demissão dele desde que cheguei ao governo. Ele levava muita coisa errada para o presidente. Bolsonaro estava fazendo uma live e ele entregou um papel [dizendo] que a vacina [contra a Covid] poderia desencadear HIV. Eu queria comer o fígado dele.

Acha que o Bolsonaro pode ser preso? Não. Se ele tiver um julgamento justo, não tem como prender por isso. E seria muito ruim para o Brasil se isso acontecesse. As pessoas com quem eu conversei sobre a denúncia [afirmam que] é muito de achismo, de delação e que não tem nenhuma prova contra. Ele é inocente nesse caso.

Comandantes das Forças Armadas afirmam que o presidente tratou de um golpe com eles. Por que não denunciaram isso na época? É muito engraçado eles agora vindo com esse tipo de coisa. Eles tinham que ter pedido demissão ou ter denunciado. É a palavra de um contra o outro. E eu acredito mais na palavra do presidente. E vai ser um absurdo se Bolsonaro não for julgado no pleno [do Supremo]. Aí não é um julgamento justo.

Há ainda provas que ligam Bolsonaro à fraude no cartão de vacinação, às joias... Pelo amor de Deus, vamos virar a página. Ninguém aguenta mais a mídia com esse discurso para tentar tirar o foco dos problemas do país. Me desculpe, eu não vou mais falar sobre isso.

Ciro Nogueira, 56
É presidente nacional do PP e senador pelo Piauí. Foi ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro e deputado federal por quatro mandatos, de 1995 a 2011



A forma de ele [Lula] de se comunicar está muito errada. Quem está acabando com o Lula é o Sidônio, a exposição dele. O cara fala 20 minutos, aí uma derrapada é o que mais vai para a internet

Não quero ser o causador de uma insolvência do governo. Porque, se eu desembarco hoje, o União Brasil pode vir junto, o Marcos Pereira [Republicanos] é difícil ficar sozinho lá dentro. E eu não sei se o Kassab [PSD] fica

O PP hoje tem um ministério no governo; o sr. defende o desembarque? Defendo que nem tivesse entrado. Foi um erro. É um governo completamente ultrapassado, com o presidente isolado, sem vontade de tomar as decisões de que o país precisa.

Arthur Lira [PP-AL] vai entrar no governo? Se depender de mim, não. Não queria, mas está muito próximo de termos de reunir o partido e tomar uma decisão definitiva de desembarcar. Gosto muito do ministro Fufuca, mas, se o governo não tiver uma mudança radical de rumos para o país, não tem nem como a gente, daqui a pouco, permitir que os membros do partido participem desse governo.

Lula deve conversar com os partidos que têm ministério. Com o meu partido ele não vai conversar. A forma como o presidente Lula quer fazer isso não vai funcionar. Até nós fizemos isso no passado: entregam cargos para os partidos, recebem os votos. Hoje não vai. Vê quantos votos o Fufuca trouxe, quantos o Silvinho [Costa Filho, ministro de Portos, do Republicanos] trouxe. Nada.

O sr. falou com Fufuca sobre a saída dele do governo? Já, eu disse que estou sendo pressionado. Também não quero ser o causador de uma insolvência do governo. Porque, se eu desembarco hoje, o União Brasil pode vir junto, o Marcos Pereira [presidente do Republicanos] é difícil ficar sozinho lá dentro. E eu não sei se o [Gilberto] Kassab [presidente do PSD] fica.

[Mas] não sei se isso é bom para o país atualmente, sabe? Acho que o governo tem um piso de aprovação. Porque uma coisa é tirar a Dilma [Rousseff] como a gente tirou. A Dilma tinha 7%. Lula nunca vai chegar a 7%. Então, acho que o ideal é dar governabilidade ao país para a gente fazer uma transição. Se eu fosse o presidente Lula, o mais rapidamente possível, eu anunciava que não era candidato e virava essa página.

Bolsonaro está inelegível, mas insiste na candidatura em 2026. O sr. acha que essa estratégia pode atrapalhar a direita? Não vai atrapalhar. Eu acho que ele tem o direito. Ainda tem recursos. As pessoas não podem admitir que um homem que está liderando as pesquisas seja impedido de disputar porque se reuniu com embaixadores.

Só acho o seguinte: se o candidato dele for o Tarcísio ou o Ratinho [Jr.], ele tem que escolher neste ano, porque eles têm que fazer o processo de transição, escolher os sucessores e se afastar [dos cargos] em abril. Se Bolsonaro marchar para ser candidato até o final, é porque ele vai colocar um dos filhos. E tem a Tereza [Cristina] também. Mas é difícil, acho que o natural hoje seria o Tarcísio, o Ratinho ou um dos dois filhos [Flávio ou Eduardo].

Qual o melhor nome? Jair Bolsonaro.

No cenário sem ele. Quem ele escolher.

Mas ele está mais para que lado? Ele acha que vai ser candidato. Esteve na minha casa uns 15 dias atrás, passou a tarde conversando comigo. Ele acha que esse governo acabou, que o Lula não vai ter condições de fazer nem campanha, que a popularidade dele vai cair perto da da Dilma. Vai ser muito difícil para o Judiciário proibir a população de escolher o candidato que a grande maioria quer. É uma avaliação que ele faz.

O sr. está considerando um cenário com Lula candidato? Lula não vai perder a última eleição da vida dele e ser lembrado para a história por uma derrota. [Fernando] Haddad já está escolhido. E com essa economia do jeito que está, o povo tendo que declarar ovo no Imposto de Renda...

Qual seria a mudança de chave no governo para 2026? Lula se reinventar, e eu acho difícil. A forma de ele de se comunicar está muito errada. Quem está acabando com o Lula é o Sidônio, a exposição dele. O cara fala 20 minutos, aí uma derrapada é o que mais vai para a internet.

Bolsonaro falava bastante também. Na época da campanha, Bolsonaro falando muito na TV era ruim. Quando botava o Lula falando, era bom para o Lula. Sidônio veio com essa imagem e é isso que está acabando com o Lula. Aí bota um monte de gente aplaudindo qualquer coisa que ele faz e ele fala aquelas besteiras. As pessoas enjoaram dessa forma de se comunicar. Eu aprendi uma coisa: quando o governo está mal, quanto mais você fala, pior. Porque as pessoas criam mais resistência. Eles acham que o Lula, por ser um grande líder, tem capacidade de convencer as pessoas. Estão expondo demais e isso está sendo o suicídio dele.



Campo de trigo em fazenda em Nebraska, nos EUA Cecilia Sanchez - 14.mai.24/AFP

Governo avalia cortar imposto de importação de trigo e óleo de cozinha para segurar preços

Se medida for confirmada, efeito para o cereal é mais político do que econômico, pois Mercosul, maior fornecedor, já tem tarifa zero

André Borges

BRASÍLIA O governo federal avalia a possibilidade de zerar o imposto de importação do trigo, como forma de baratear a entrada do insumo no país e, assim, reduzir a alta no preço dos alimentos. A ideia é que, ao retirar o imposto de 9% pago para trazer o cereal para o país, haja uma queda nos preços para o consumidor. O tema é considerado a maior preocupação do governo.

O mesmo movimento é analisado para zerar a alíquota de 9% que recai sobre o óleo comestível, incluindo produtos como óleo de soja, girassol, milho e canola, entre outros.

A Folha conversou com fontes dos ministérios da Agricultura, Fazenda e Desenvolvimento Agrário. Todas confirmaram que a medida é uma das possibilidades que estão em debate e que poderia ser adotada em breve. O martelo ainda não foi batido, porém, porque há alas que não veem um efeito prático nos preços.

No caso do trigo, o Brasil é dependente histórico da produção internacional. Por ano, o país consome cerca de 12,8 milhões de toneladas. Mais da metade desse volume vem de outros países. Em 2024, 6,6 milhões de toneladas foram importadas, um aumento de 59% em relação às 4,18 milhões de toneladas importadas em 2023.

A questão é que os países do Mercosul, que concentram a maioria absoluta das importações feitas pelo Brasil, já possuem um acordo de taxa zero nas vendas do trigo.

A Argentina, que é o maior parceiro comercial do Brasil no comércio do produto, responde pela maior parte das transações. No ano passado, 63% (4,2 milhões de toneladas) do trigo comprado pelo Brasil veio do país vizinho, conforme dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e da Abitrigo (Associação Brasileira da Indústria do Trigo). Paraguai e Uruguai também têm peso relevante nas vendas ao Brasil.

Paralelamente, o Brasil também mantém uma cota anual de até 500 mil toneladas de trigo importado de fora do Mercosul com a tarifa zero. Esse compromisso foi firmado com a OMC (Organização Mundial do Comércio), para situações em que haja necessidade de complementar a oferta nacional e do Mercosul.

Só quando essa cota é ultrapassada que passa a ser aplicado o imposto de importação de 9% sobre o trigo que entra no Brasil. Os maiores fornecedores fora do Mercosul são Estados Unidos, Líbano, Rússia e Canadá.

O efeito prático de zerar a alíquota de importação do trigo, portanto, pode não ter grande relevância sobre a inflação dos alimentos, mas o governo avalia que, ao menos, dá um sinal político de que alguma coisa está sendo feita. O que não pode, como disse um ministro que acompanha o assunto, é ficar parado, como se nada pudesse ser feito.

Essa medida já foi tomada em diversas ocasiões, incluindo nas gestões de Dilma Rousseff (PT), Jair Bolsonaro (PL) e do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A situação é inversa quando se trata do óleo comestível. Atualmente, o Brasil é um dos principais produtores e exportadores de óleos vegetais do mundo, especialmente o óleo de soja, que é o mais consumido no país. A produção nacional de óleo de soja chegou a cerca de 11 milhões de toneladas em 2024, das quais 1,15 milhão de toneladas foram destinadas à exportação e 9,9 milhões ao consumo interno.

Apesar dessa autossuficiência em óleos vegetais, o Brasil realiza importações pontuais para complementar o mercado interno, conforme oscilações na produção nacional. No ano passado, o Brasil importou 173 mil toneladas de óleos vegetais, um volume 126% superior às 76,4 mil toneladas compradas em 2023, segundo dados do Mdic.

A possibilidade de zerar o imposto de importação do óleo vegetal foi discutida nesta quinta-feira (27) com o ministro do Mapa, Carlos Fávaro e representantes do setor. A Folha apurou que houve uma sinalização positiva para que o imposto seja zerado por algum período, até porque o preço do óleo vegetal no Exterior, neste momento, está mais barato que no Brasil.

A possibilidade de fazer o mesmo movimento com o milho chegou a ser analisada pelo governo, mas está praticamente descartada porque, além de o milho ter a mesma isenção na região do Mercosul, há sobra de produção local e nos países vizinhos.

Em 2024, o país importou 1,63 milhão de toneladas, um aumento de 16% em relação ao resultado do ano anterior, quando comprou 1,35 milhão de toneladas.

Ministro descarta possibilidade de taxar exportações do agro

A possibilidade de criar qualquer tipo de taxa atrelada às exportações do agronegócio chegou a ser aventada por parte do governo, mas é tema descartado pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. Interlocutores afirmam que, caso qualquer medida nessa linha seja levada adiante, Fávaro deixaria o posto imediatamente.

A ideia de taxar as exportações teria como objetivo fazer com que os produtores se voltassem mais para o mercado interno, ampliando a oferta nacional e, assim, pressionando menos os preços. O governo sabe que o assunto, repelido pela bancada ruralista, tem potencial de deflagrar uma guerra política e comercial com o setor. Por isso, a avaliação é de que nada deve ser feito neste sentido.

Nos bastidores, a taxação tem sido defendida pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. Fávaro e Fernando Haddad (Fazenda) fazem forte oposição.

Violência, saúde, Pix e Lula

Desempego e economia têm poucas citações como problema mais grave em pesquisa

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Para quem se ocupa de curvas de juros, relação dívida/PIB, câmbio ou de condições financeiras em geral, a "economia" piorou bem no final de 2024.

A massa do eleitorado se ocupa disso? Por que, em pesquisas recentes, preocupações com segurança e saúde sejam muito mais citadas do que desemprego e "economia"? Por que a avaliação de Luiz Inácio Lula da Silva é tão pior que a de governadores dos estados mais populosos, de qualquer partido? Por que, faz apenas um ano, o governo Lula era melhor do que o de Jair Bolsonaro por 48% a 29% (pesquisa Quaest) e agora é pior por 36% a 45%? Qual miséria, epidemia ou promessa de golpe teria havido?

Não houve mudança na inflação, na virada do ano, bastante para explicar o desprestígio de Lula 3.

Para 34% dos moradores de São Paulo, violência "é o problema mais grave que o estado enfrenta". Em segundo lugar, vem a saúde, para 19%. Em terceiro, enchentes, para 12%. Está na pesquisa Quaest de fevereiro. "Desemprego" é o problema mais grave para 6%. Para 5%, é a "economia".

Para quem vive em Minas, mais grave é a saúde, para 29%; depois, a violência, com 15%. Violência ou saúde estão no topo da lista também para moradores de Rio, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Goiás.

Mais que causar crise pontual, a campanha da direita sobre o Pix talvez tenha levado parte do eleitorado a refletir sobre o que Lula 3 propôs de novo ou se há esperança de novidade

Não parece o retrato de país mais preocupado com a "economia", um país em que os salários crescem (acima da inflação) como não ocorria faz mais de década (ainda a 3,7% ao ano em janeiro).

A formulação da pergunta e sua posição na sequência do questionário pode alterar respostas. Na pesquisa CNT/MDA, o "pior desempenho" de Lula é na "economia" para 31,8%, na "segurança pública" para 19,9% e na "saúde" para "12,8".

Mas o que o entrevistado entende por "economia" e qual teria sido a piora? A economista Zeina Latif escreveu no jornal O Globo que a revolta do Pix pode ter sido uma versão digital, menor, das ruas de junho de 2013 (então, a popularidade de Dilma Rousseff caiu quase pela metade, da casa dos 60% para a dos 30%, em dias).

A campanha da direita sobre o Pix, com mentiras ou suspeitas bem dirigidas, talvez tenha levado parte do eleitorado a refletir sobre o que acha de Lula 3. Quando passamos a falar de um assunto, temos ideias e mudamos, sabem psicólogos, sociólogos e, faz tempo, até padres católicos (mas não muitos politólogos).

Além de talvez ter provocado o medo de nova ameaça qualquer do Estado, o caso Pix pode ter revivido a má lembrança do "imposto das blusinhas" e o ruído das revoltas de ricos contra impostos. Pode ter chamado a atenção para o atraso da isenção do IR. O salto dólar alto pareceu um mau sinal no céu.

Tudo isso pode ter provocado um momento de reflexão sobre o que Lula 3 propôs de novo ou dado a impressão de que não há esperança de novidade, reforçada pela mesmice do discurso de Lula, notada nas pesquisas (além do mais, parte da população era muito jovem sob Lula 1 e 2).

Dólar e juros altos no atacado em certo momento aparecem no crédito ao consumidor. Ainda não foi o caso, de modo notável, em juros; aliás, o crescimento do crédito livre e da banca privada foi grande até agora, novidade em parte surpreendente, assim como foi relevante a alta de consumo, salário, emprego e benefícios sociais.

Se não há apenas surto de mau humor, Lula 3 vai ter de mudar muito a sua conversa para virar o jogo. Marketing apenas não basta.

PAINEL S.A.

Julio Wiziack

painelsa@grupofolha.com.br

Seria pior

O varejo brasileiro cresceu no ano passado, o que fez o governo achar que a suave elevação de alíquotas de importação para plataformas como Shein ou Alibaba foi adequada. Não foi para Edmundo Lima, diretor-executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil. Embora tenha crescido em vendas pela primeira vez desde 2021, o setor como um todo perdeu 15 mil postos de trabalho devido, principalmente, à desigualdade tributária entre os gigantes estrangeiros e a indústria nacional. Dez estados já implementaram o aumento de 17% para 20% na alíquota do ICMS sobre importações do ecommerce.

DAVID E GOLIAS Isso, no entanto, reduziu em somente 5 pontos percentuais a diferença de carga entre os marketplaces e a indústria local. "Eles agora têm uma carga de 50% nos dez estados que adotaram o convênio e nós paramos com 90%. É ainda uma distorção muito grande", diz Lima

TAPAS E ... A primeira reforma ministerial do governo Lula 3 colocou no ringue dois importantes partidos para o governo: União Brasil e PSD. Ambos querem mais espaço e, nessa disputa, Gilberto Kassab, que comanda o PSD, pleiteia o Ministério do Turismo por sua influência política de interlocução junto a estados e municípios.

...BEIJOS O atual ministro, Celso Sabino (UB), contudo, tem o apoio de seu partido e do setor de turismo. Uma alternativa para o PSD seria o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Segundo assessores de Lula, a ministra Luciana Santos deverá ser demitida. O próprio Kassab já comandou a pasta, mas em um período em que ela era maior, com as Comunicações em sua aba. Em favor do PSD, Lula já tem um representante no turismo, com Marcelo Freixo na Embratur. Por outro lado, o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é do mesmo partido de Sabino.

TIPO JOIA
A Justiça paulista condenou uma empresa de bijuterias por concorrência desleal contra a Vivara, gigante que tem Gisele Bündchen como garota-propaganda. Chamada Sigvara, a empresa foi proibida de usar sua marca e terá de pagar uma indenização por danos morais de R$ 30 mil, além de uma reparação por prejuízos. Ainda cabe recurso.

E O PASSAGEIRO? Criadora da plataforma pública Consumidor.gov, a advogada Juliana Pereira se prepara para ingressar com uma representação junto ao Ministério Público Federal e à Secretaria Nacional do Consumidor sobre a fusão entre Azul e Gol. Ela diz que não há no memorando de entendimento entre as aéreas nada sobre as plataformas de atendimento combinadas, política de preços, nem programas de milhagem. A advogada quer que Cade e Anac usem o Código do Consumidor para avaliar o negócio. "Quem garante que o duopólio será bom para o passageiro?"

VALE... Em novo capítulo da briga judicial entre a XP e o empresário Marco Antonio Puerta, a corretora pediu a condenação do investidor por, supostamente, usar de má-fé a Justiça. Puerta acusou a XP de vazar documentos seus para outro investidor. A corretora nega. Nas conversas entregues à Justiça, a XP prova que o outro investidor obteve tal documento em outro processo de acesso público.

...TUDO Em outra ação judicial, Puerta acusou a XP de pressionar seu filho, que foi funcionário da corretora, para vender a ele uma operação arriscada, que lhe causou prejuízo. Ele diz que houve ameaças de demissão e promessas de bônus. A XP, porém, mostrou no processo que Puerta mudou seu perfil de investidor de "arrojado" para "moderado" depois de ingressar com a ação. Com isso, o juiz entendeu que Puerta tinha consciência dos riscos ao aprovar a operação financeira.

com Stéfanie Rigamonti

Trump diz que tarifas sobre México e Canadá entrarão em vigor em 4 de março

Republicano também afirma que, na mesma data, passa a valer alíquota extra de 10% sobre a China, além dos 10% que já haviam sido anunciados

WASHINGTON | REUTERS O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta quinta-feira (27) que as tarifas propostas sobre México e Canadá entrarão em vigor em 4 de março, conforme previsto anteriormente, porque ainda há entrada de drogas nos EUA provenientes desses países.

Trump também disse que será cobrada uma taxa adicional de 10% sobre a China a partir desse mesmo dia, além dos 10% que já haviam sido anunciados, de acordo com uma publicação em sua plataforma Truth Social.

O presidente norte-americano afirmou que as drogas ainda estão entrando nos EUA em "níveis muito altos e inaceitáveis", com uma grande porcentagem delas sendo fentanil.

"Não podemos permitir que esse flagelo continue prejudicando os EUA e, portanto, até que ele pare ou seja seriamente limitado, as TARIFAS propostas programadas para entrar em vigor no dia 4 DE MARÇO entrarão, de fato, em vigor, conforme programado", afirmou o republicano.

"Da mesma forma, será cobrada da China uma tarifa adicional de 10% nessa data."

A declaração esclareceu uma certa confusão sobre os prazos para as tarifas punitivas nos produtos canadenses e mexicanos que Trump ameaçou por conta da crise de fentanil e de segurança na fronteira dos EUA.

O anúncio de Trump teve efeitos nos mercados. No Brasil, o dólar retomou o patamar de R$ 5,80 pela primeira vez desde o dia 3 de fevereiro, encerrando a sessão com forte alta, de 0,56%, cotado a R$ 5,829.

Na quarta-feira (26), comentários de Trump sobre o assunto durante sua primeira reunião de gabinete pareciam sugerir que ele poderia adiar o prazo por cerca de um mês, até 2 de abril. Já falas de autoridades do governo indicaram que o prazo de abril é para a implementação das "tarifas recíprocas".



O presidente dos EUA, Donald Trump, aguarda a chegada do premiê britânico, Keir Starmer, na Casa Branca Carl Court/AFP

Kevin Hassett, o principal assessor econômico da Casa Branca, disse à CNBC que Trump determinaria novas tarifas após a conclusão de um estudo até 1º de abril.

"O cronograma prevê a publicação de um estudo em 1º de abril e, depois disso, o presidente decidirá o que fazer em relação às políticas tarifárias para todos os países", disse ele, mencionando especificamente México e Canadá.

Enquanto isso, o ministro da Economia do México, Marcelo Ebrard, teve uma reunião com o recém-confirmado representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, nesta quinta, e se reunirá com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, nesta sexta, em um esforço para evitar as tarifas.

No Canadá, o ministro da Segurança Pública, David McGuinty, disse nesta quinta que o progresso que o Canadá fez no reforço da segurança ao longo da fronteira com os EUA e no combate ao tráfico de drogas deveria satisfazer o governo Trump.

A China, em uma carta ao representante comercial dos Estados Unidos, disse que a China e os EUA devem abordar as preocupações nos campos econômico e comercial por meio de diálogo e consultas iguais.

A nova tarifa sobre a China marca uma escalada em relação à taxa de 10% que Trump anunciou no mês passado, que tinha como objetivo pressionar Pequim a reprimir grupos que exportam produtos químicos usados para fabricar fentanil.

No último mês, os asiáticos têm tentado determinar se Trump quer negociar um acordo comercial restrito ou um acordo mais abrangente com a China.

Funcionários e conselheiros do governo chinês sinalizaram informalmente que Pequim estaria disposta a comprar mais produtos dos EUA para reduzir o déficit comercial entre os dois países.

Com informações do Financial Times

CONTAS EXTERNAS

Déficit em conta-corrente do Brasil quase dobra em janeiro

SÃO PAULO | REUTERS O Brasil registrou déficit em transações correntes acima do esperado em fevereiro, com um investimento direto levemente menor do que o projetado, informou o Banco Central nesta quinta-feira (27).

Em fevereiro, o saldo negativo das transações correntes foi de US$ 8,65 bilhões em janeiro, com o déficit acumulado em 12 meses totalizando o equivalente a 3,02% do PIB (Produto Interno Bruto).

A expectativa em pesquisa da Reuters era de um saldo negativo de US$ 8,3 bilhões em janeiro, depois de déficit de US$ 4,41 bilhões no mesmo mês de 2024.

Em janeiro, os investimentos diretos alcançaram US$ 6,5 bilhões, um pouco abaixo dos US$ 6,55 bilhões projetados e dos US$ 9,08 bilhões no mesmo período do ano anterior.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher **SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecília Machado, Mauro Zafalon **QUA.** Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman **QUI.** Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva **SEX.** Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / **Rodrigo Zeidan**, Laura Müller Machado

Petrobras acelera investimentos e acende alerta em investidores

Aumento nos aportes faz dividendos serem menores que o esperado; queda de 70% no lucro da estatal foi provocada por uma 'coisa que não é real', diz Magda Chambriard

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A aceleração dos investimentos da Petrobras se tornou tema de preocupação entre analistas após a divulgação do lucro de 2024, que teve queda de 70% em relação ao ano anterior. Os maiores aportes tiveram impacto direto nos dividendos distribuídos pela empresa.

As ações da estatal fecharam em queda de 5,54% (ordinárias) e 3,53% (preferenciais) nesta quinta (27). Mais cedo, chegaram a registrar queda de até 9%.

Em 2024, a Petrobras investiu R$ 91 bilhões, alta de 31% em relação a 2023, o maior valor desde 2015. Em dólares, que é como a estatal divulga o indicador, o investimento ficou 15% acima da projeção estabelecida para o ano.

O tema foi o mais explorado em teleconferência com analistas nesta quinta (27). A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a empresa investiu mais para antecipar a produção de plataformas no campo de Búzios, que será o maior produtor da Petrobras a partir de 2025.

Os investimentos adicionais, diz a empresa, foram feitos para reverter atrasos em plataformas do campo, como P-78 e P-79, e antecipar outras unidades. A estatal afirma ter identificado fornecedores que estavam tendo dificuldades para comprar insumos e poderiam atrasar os projetos.

Internamente, críticos da gestão dizem que a mudança garante números favoráveis ao governo, que vê a estatal como indutora de investimentos, ao mesmo tempo em que reduz dividendos, que são calculados sobre o saldo entre a geração de caixa, os custos e os investimentos.

"O menor saldo entre a geração de caixa operacional e os investimentos (que acabou resultando na distribuição de um dividendo regular menor que o esperado) trazem uma frustração aos números divulgados", escreveram analistas da corretora Ativa.

A Petrobras anunciou a distribuição de R$ 9,1 bilhões, elevando o valor aprovado no ano para R$ 75,8 bilhões. Em nota, disse que seguia sua política de remuneração e que o valor garante a sustentabilidade da companhia, apesar do prejuízo de R$ 17 bilhões no quarto trimestre.

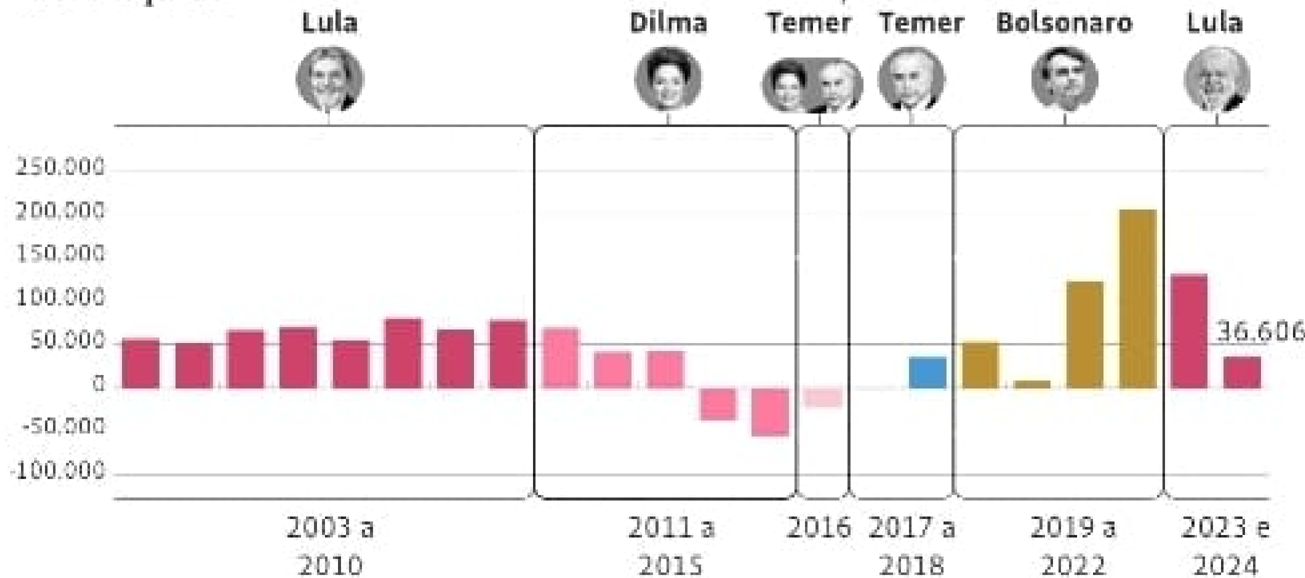
A Ativa destaca que o valor corresponde a R$ 0,71 por ação, bem abaixo do R$ 1,1 que esperava.

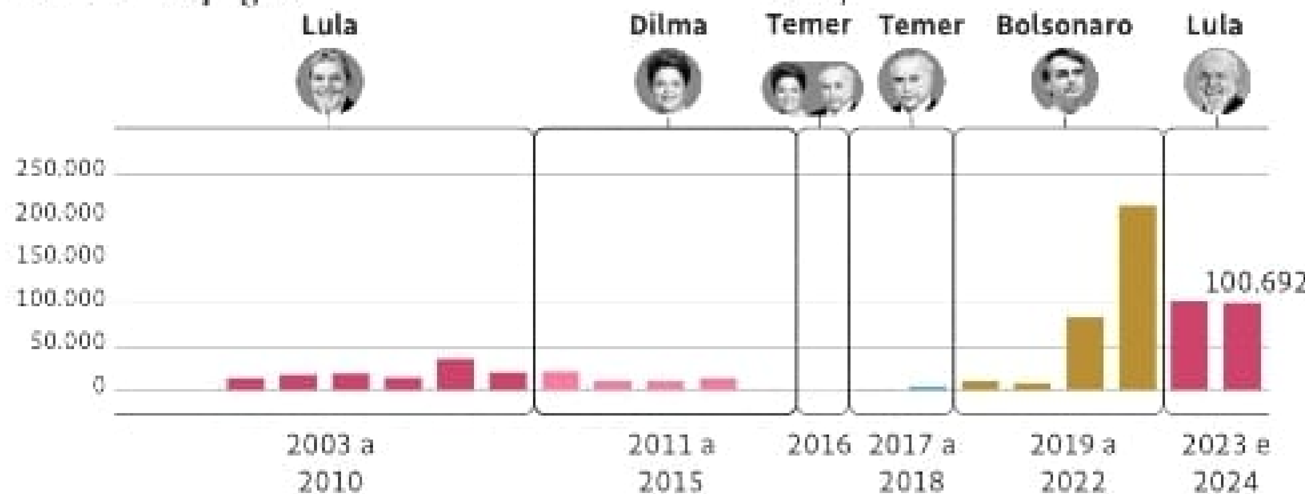
Além disso, há preocupação com a pressão do governo para que a companhia seja motor de desenvolvimento da economia, como em gestões petistas anteriores até a Operação Lava Jato.

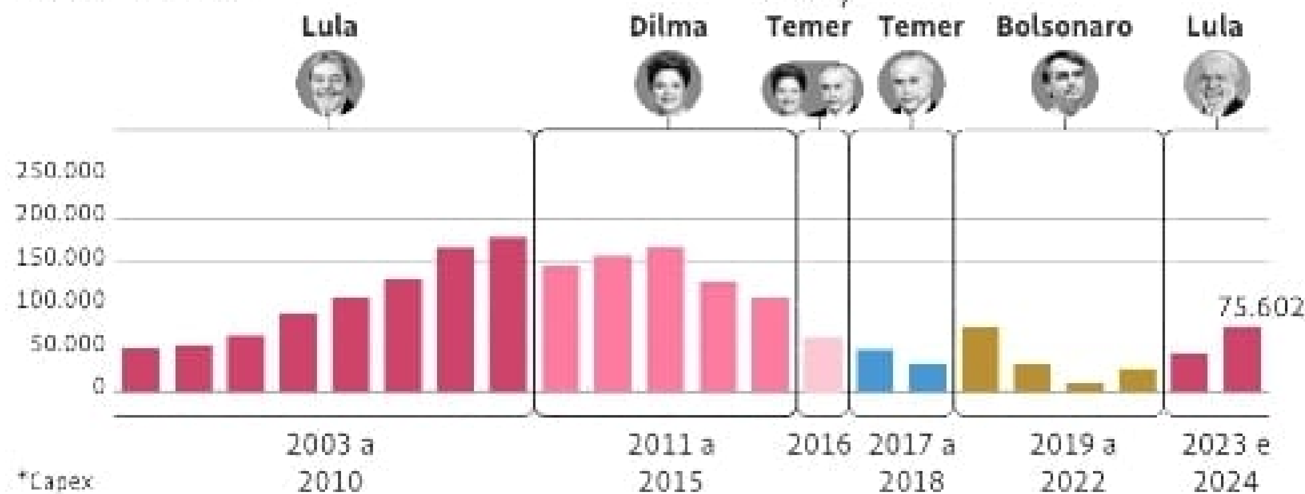
Analistas do Citi lembraram em relatório que a Petrobras vinha tendo dificuldades de cumprir suas metas de investimentos devido a desafios externos.

Resultados da Petrobras

Em R$ bilhões ajustados pelo IPCA até dezembro de 2024







*Capex



A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, durante entrevista nesta quinta-feira (27), no Rio de Janeiro

Aline Massuca/Reuters

> **O lucro da Petrobras foi impactado por uma coisa que não é real. É uma coisa imaginária**
>
> **Magda Chambriard**
> presidente da Petrobras

"Contudo, este ano, a Petrobras não apenas cumpriu, como ultrapassou a projeção. O que podemos esperar dos investimentos para 2025 e além?", questionam.

"O acionista controlador da Petrobras tem sido claro sobre o uso da empresa para acelerar o crescimento do PIB", escreveram nesta quinta analistas do Goldman Sachs, reiterando que ainda acreditam no na governança interna para barrar influências.

Já o Banco do Brasil disse que "a opção por acelerar investimentos em projetos de retornos elevados nos parece mais acertada do que o aumento da remuneração ao acionista neste momento".

As preocupações do mercado são reforçadas por discursos tanto de Magda quanto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o papel da estatal no desenvolvimento econômico do país.

A Petrobras patrocinou nas últimas semanas duas cerimônias para apresentar investimentos ao lado de Lula, que tem rodado o país em busca de melhorar sua popularidade —a pior de suas três gestões, diz o Datafolha.

Nesses eventos, Magda tem prometido acelerar investimentos e apoiar a indústria nacional, um dos focos da visão desenvolvimentista de governos petistas para a estatal. No balanço divulgado nesta quarta-feira (26), ela reforçou o fato de que os aportes da Petrobras representam 5% dos investimentos do Brasil.

Ela voltou a defender, porém, que a companhia só investe em projetos considerados rentáveis. "Em 2024, entregamos um retorno total ao acionista da ordem de 20%, considerando a valorização da ação e o pagamento de dividendos", afirmou a executiva.

Sobre os resultados em si, Magda disse que a queda do lucro em 2024 foi provocada por "uma coisa que não é real", e que a direção está otimista para 2025.

"O lucro da Petrobras foi impactado por uma coisa que não é real", afirmou em entrevista à imprensa para detalhar o balanço. "É uma coisa imaginária." Segundo a empresa, a variação cambial teve efeito negativo de R$ 59 bilhões no resultado do ano.

A direção da companhia disse que o resultado já deve ser revertido com a queda do dólar nesse início de 2025. Se o câmbio fechar o trimestre em torno dos R$ 5,75, afirmou Magda, o lucro da empresa no período sofrerá um efeito positivo de R$ 11 bilhões.

Magda afirmou que, sem os impactos da variação cambial e de outros eventos extraordinários como o acordo para quitação de débitos tributários com a Fazenda, o lucro líquido da empresa seria de R$ 109 bilhões em 2024.

"Sabemos que todo mundo esperava um lucro um pouquinho maior da Petrobras", afirmou a executiva, dizendo que foi um ano "extremamente proveitoso."

Ela citou dados como o fluxo de caixa positivo de R$ 240 bilhões durante o ano e a redução da dívida financeira ao menor nível desde 2008 como conquistas. Afirmou ainda que a empresa cumpriu sua meta de produção de petróleo e gás.

Colaborou Vitor Hugo Batista, de São Paulo

Eufrázio

mercado

Gastos com BPC inciam ano com alta de 14,8%

Despesa ficou em R$ 10,1 bilhões, apesar de esforço de contenção; contas tiveram superávit de R$ 84,9 bi

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA As despesas com o BPC (Benefício de Prestação Continuada) iniciaram 2025 em alta, apesar dos esforços do governo federal para tentar conter o ritmo de expansão do programa.

Em janeiro, o gasto ficou em R$ 10,1 bilhões, alta de 14,8% acima da inflação em relação a igual mês do ano passado. O resultado acendeu sinal amarelo no Executivo ao indicar que os esforços recentes de revisão de regras e benefícios irregulares não estão surtindo efeito.

O BPC é pago a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda (ganho de até 25% de salário mínimo por pessoa, equivalente hoje a R$ 379,50). Seu crescimento é impulsionado pela correção do piso e pela expansão no número de beneficiários.

Os dados foram divulgados nesta quinta (27) pelo Tesouro, que anunciou também superávit de R$ 84,9 bilhões nas contas do governo central (formado por Tesouro, Previdência e Banco Central), o melhor resultado para o mês desde 2023 (R$ 86,4 bilhões).

No fim de 2024, o forte crescimento das despesas com o BPC levou o governo Lula a propor mudanças nas regras do programa no pacote de contenção de gastos apresentado ao Congresso. Mas parte das medidas esbarrou em resistências, e o pacote foi desidratado pelo Legislativo.

As alterações que sobreviveram e foram aprovadas ainda estão em fase de regulamentação.

Sem maior controle na execução da política, técnicos da área econômica veem risco de precisar bloquear outros gastos no Orçamento de 2025 para compensar o custo maior com o programa.

A secretária-adjunta do Tesouro, Viviane Varga disse nesta quinta que o governo monitora a evolução dos gastos com BPC e que alguns fatores devem permitir o arrefecimento da trajetória, sem detalhar quais.

R$ 5 bilhões

é quanto é pago a famílias que não se enquadram nos critérios para receber o BPC anualmente, segundo o TCU

"Temos a expectativa de que medidas que estão sendo adotadas possam, de fato, promover uma contenção na evolução dessas despesas", afirmou.

Apesar das barreiras às medidas do governo, auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) mostrou que há campo para atuação. O órgão apontou prejuízo de R$ 5 bilhões ao ano com pagamentos indevidos a famílias que não se enquadram no critério de renda do programa.

Na quarta-feira (26), o plenário do tribunal recomendou ações ao governo para sanar os problemas.

Desemprego sobe a 6,5% no trimestre encerrado em janeiro; segundo o IBGE, aumento é sazonal

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A taxa de desemprego subiu a 6,5% no trimestre até janeiro no Brasil, apontam dados divulgados nesta quinta (27) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O indicador ficou 0,3 ponto percentual acima do patamar de 6,2% registrado nos três meses até outubro, base da comparação.

Apesar do aumento, a taxa de 6,5% é a menor para os trimestres até janeiro na série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), iniciada em 2012. Igual valor foi verificado no período até janeiro de 2014.

O resultado veio levemente abaixo da mediana das estimativas do mercado, de 6,6%, conforme a agência Bloomberg.

William Kratochwill, analista da pesquisa do IBGE, diz que o aumento pode ser interpretado como o início de um movimento sazonal (comum) na série.

Após a virada de ano, a taxa costuma subir no primeiro trimestre, de janeiro a março, com a busca por trabalho após o fechamento de vagas temporárias e o fim de contratos no setor público, afirma.

"É notório que, no primeiro trimestre, há aumento da desocupação devido aos desligamentos de temporários. A introdução de janeiro no trimestre móvel já mostrou um pouco disso", afirmou Kratochwill.

Na comparação com outubro, o IBGE identificou redução de 469 mil trabalhadores no grupo de atividades de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais.

Outra queda ocorreu em agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que perdeu 170 mil profissionais.

O economista Bruno Imaizumi, da consultoria LCA 4intelligence, concorda e diz que o movimento veio em linha com o esperado. "O mercado de trabalho ainda está forte", afirma.

Imaizumi projeta taxa próxima de 6,8% no trimestre até fevereiro e de 7% até março.

Segundo o IBGE, a população desempregada chegou a 7,2 milhões, crescimento de 5,3% na comparação com o período até outubro (mais 364 mil pessoas).

Porém, no confronto com igual trimestre de um ano antes, o grupo apresentou queda de 13,1% (menos 1,1 milhão).

A população desempregada é aquela de 14 anos ou mais que não está trabalhando e que está à procura de oportunidades.

A Pnad examina as condições do mercado de trabalho formal e informal. A população ocupada, que estava exercendo algum tipo de atividade, foi de 103 milhões até janeiro.

O indicador recuou 0,6% na comparação com outubro (menos 641 mil), mas aumentou 2,4% em um ano (mais 2,4 milhões).

A gestora de investimentos Kinitro Capital avalia que o mercado de trabalho pode ter atingido seu melhor momento em novembro e agora deve passar por um processo de "acomodação", e não de "reversão".

Outro destaque da divulgação veio da renda média do trabalho da população ocupada. O indicador chegou a R$ 3.343 por mês até janeiro e bateu o recorde na Pnad.

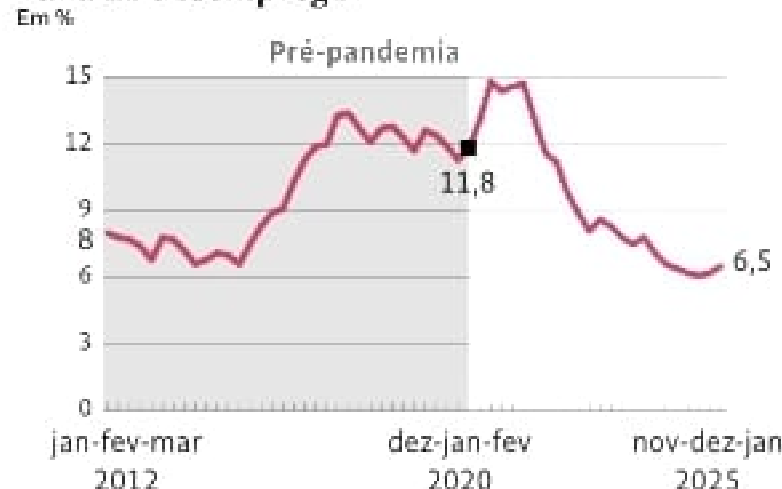
Esse rendimento é calculado em termos reais —dados anteriores são ajustados pela inflação.

A cifra cresceu 1,4% em relação a outubro (R$ 3.298) e 3,7% na comparação anual (R$ 3.224).

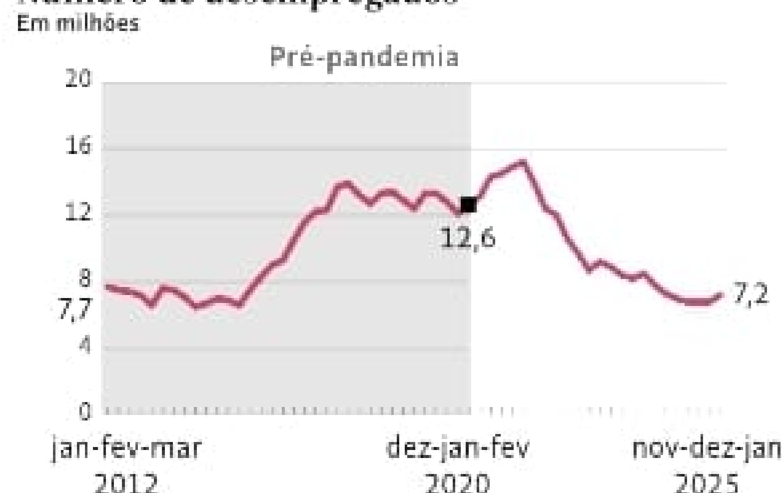
A taxa de informalidade foi de 38,3% até janeiro, o equivalente a 39,5 milhões de trabalhadores informais, abaixo dos 38,9% até outubro (40,3 milhões).

Mercado de trabalho no Brasil

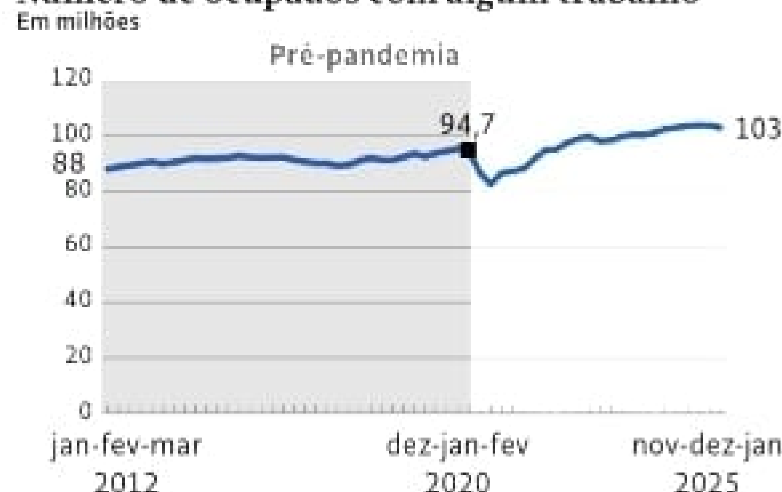
Taxa de desemprego
Em %



Número de desempregados
Em milhões



Número de ocupados com algum trabalho
Em milhões



Renda média do trabalho dos ocupados
Em R$



Fonte: IBGE

GRUPO FOLHA

ATENÇÃO

Agências de publicidade e anunciantes:

Devido ao feriado de Carnaval, os fechamentos publicitários serão antecipados nas seguintes edições:

Terça-feira 4/3

Folha de S.Paulo	Entrega de Ap	Material
Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada	18h 6ªf	18h 6ªf

Quarta-feira 5/3

Folha de S.Paulo	Entrega de Ap	Material
Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada	18h 6ªf	18h 6ªf

Luiz Marinho Governo permitirá que o trabalhador saia da ilusão do saque-aniversário do FGTS

Liberação do fundo será pontual e não abrirá precedente no futuro, afirma ministro do Trabalho, para quem a modalidade tem tudo para minguar com o novo consignado privado, a ser lançado após o Carnaval

ENTREVISTA

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, diz que a liberação de R$ 12 bilhões de recursos bloqueados do FGTS para os trabalhadores que foram demitidos, mas tinham optado pelo saque-aniversário, será pontual e não abrirá precedente no futuro.

Na avaliação de Marinho, a modalidade de saque-aniversário tem tudo para minguar com o novo consignado privado, a ser lançado após o Carnaval. Para ele, a medida vai proporcionar que o trabalhador tenha uma alternativa e saia da "ilusão" do saque-aniversário.

Os trabalhadores receberão em sua carteira digital uma informação estimulando o trabalhador a não aderir. Mas o ministro diz que o debate sobre o fim do saque-aniversário acabou e não haverá mais mudanças nessa modalidade criada pelo governo Bolsonaro.

"Saiu da mesa", diz. O ministro chamou de "imbecilidade" a crítica de que a liberação do FGTS vai atrapalhar o trabalho do BC de controle da inflação, ao injetar mais dinheiro na economia.

*

Os saques extraordinários do FGTS

Governo	Ano	Programa	Valor sacado (Em R$ bilhões)	Trabalhadores atendidos (Em milhões)
Temer	2017	Saque de contas inativas	44	25,9
Bolsonaro	2019-2020	Saque Imediato: até R$ 998	28,1	60,4
	2020	Saque Emergencial Covid: até R$ 1.045	36,5	51,1
	2022	Saque extraordinário: até R$ 1.000	23,6	32,7
Lula	2025*	Saque de resíduo do saque-aniversário	12	12,1

* Estimativa divulgada pelo governo

Fontes: Ministério do Trabalho e demonstrações contábeis e divulgações da Caixa



Gabriela Biló - 17.jul.24/Folhapress

Luiz Marinho, 64

Formado em direito, foi metalúrgico nos anos 1970, quando conheceu o presidente Lula. Em 1996, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cargo para o qual reconduzido mais duas vezes (1999-2002 e 2002-2003). Deputado federal eleito, já foi ministro do Trabalho, de 2005 a 2007, e da Previdência, de 2007 a 2008. Comandou a Prefeitura de São Bernardo do Campo por dois mandatos

> **Esse pessoal está me cobrando há dois anos. São 12,1 milhões de pessoas. Estavam o tempo todo pedindo, pelo amor de Deus, para tomar uma providência. [Falando] que eles entraram numa armadilha [do saque-aniversário], que não sabiam, porque não foram informados de que em caso de demissão não podiam receber o FGTS**

> **[O saque-aniversário] Vai perder força porque é muito mais vantajoso [o novo consignado]. São 47 milhões de pessoas, inclusive a empregada doméstica, que poderão ter acesso**

A liberação do FGTS surpreendeu a todos. Quais as razões para o governo adotar a medida? Surpreendeu a todos quem? Porque esse pessoal está me cobrando há dois anos. São 12,1 milhões de pessoas. Estavam o tempo todo pedindo, pelo amor de Deus, para tomar uma providência. [Falando] que eles entraram numa armadilha, que não sabiam, porque não foram informados de que em caso de demissão não podiam receber o FGTS. Não tem nenhuma outra motivação.

Eu ouvi alguns falando que tem a ver com a popularidade do Lula, que tem a ver com não sei o quê. Não tem absolutamente nada. Tem a ver com o direito legítimo de pessoas que, se for verdade, o que elas dizem, foram enganadas. É a correção de uma injustiça.

Foram enganadas na hora de fazer o contrato de adesão ao saque-aniversário? O sr. pode explicar melhor? Na hora em que eles fizeram o contrato, segundo eles, não foram informados. Provavelmente estava lá naquelas letrinhas bem pequenininhas. Dos 12,1 milhões de pessoas, 2,5 milhões não anteciparam [não contraíram o empréstimo com garantia do saque-aniversário]. O que alienou vai ter que deixar a parcela correspondente à alienação para cumprir a obrigação. Alguém que tem R$ 20 mil, por exemplo, de saldo na sua conta, mas antecipou R$ 5.000, esses R$ 5.000 ficarão retidos para pagar as parcelas, e receberá o saldo restante que lhe pertence. É isso que a medida provisória trará.

A liberação surpreendeu porque o sr. era contra o saque-aniversário... Sou e continuo.

Especialistas acham que essa decisão vai acabar estimulando mais pessoas a aderir ao saque-aniversário esperando que haja nova liberação. Não existe esse risco? Não vai estimular porque a sistemática será mantida [de carência de dois anos para ter acesso ao fundo se for demitido]. Os trabalhadores receberão em sua carteira digital uma informação estimulando a não aderir ao saque-aniversário. Ele também vai ter à disposição o consignado privado do eSocial, que vamos lançar depois do Carnaval. É para ter o crédito tão barato quanto o sistema saque-aniversário.

Mas a diferença é que no saque-aniversário o trabalhador não precisa comprometer a renda do salário porque já está lá no dinheiro do fundo... Só que ele compromete a renda futura, meu bem.

O sr. acha que ele vai se conscientizar disso? Presta atenção, 53% dos correntistas do fundo, sem ter o crédito do novo consignado, não aderiram porque têm consciência de que, ao fazer, estão queimando a sua poupança que lhes protegerá no infortúnio do desemprego. O problema é que muita gente propagandeia a visão neoliberal contra o FGTS, que era a do Paulo Guedes [ex-ministro da Economia], de acabar com o fundo e entregar tudo para os bancos. O que estamos fazendo é corrigir essa injustiça. Tá bom, você não sabia? Então, o governo vai propiciar que você receba agora. Agora, saia dessa ilusão.

O setor da construção civil reclamou da liberação. Mas os números do fundo mostram que ela não foi prejudicada? Ela não foi até agora. O que tem comprometido no saque-aniversário é na ordem de R$ 100 bilhões. Poderia ter R$ 100 bilhões a mais de lastreamento para mais construção do que nós contratamos. Por isso, em tese. Agora, eu tranquilizo o pessoal dizendo o seguinte: não serão os R$ 12 bilhões que vão criar um problema para a construção civil e para a sustentabilidade do fundo.

Eles têm consciência disso. O que eles registram e militam fortemente é que não seja uma prática. O medo deles é é enfraquecer o fundo, se continuar. Nisso, eles têm razão. Por essa razão, estamos dizendo: é uma liberação pontual. A partir daí, vamos lançar o consignado social. Portanto, as pessoas terão crédito alternativo e poderão migrar para lá.

Por que o novo crédito consignado será importante? Se a gente não criasse o consignado social, com essa medida poderia induzir a mais gente aderir ao saque-aniversário. Nós estamos criando uma alternativa para as pessoas ao necessitar de acesso a um crédito barato e não ter que pagar 6%, 7%. Tem banco que cobra 10% ao mês o crédito pessoal.

Com taxas mais baratas do consignado privado, o sr. acha que automaticamente o saque-aniversário vai minguar? Tem tudo para minguar, porque ele protege o fundo. Ao mesmo tempo, a pessoa pode ter crédito e pode preservar o fundo para o desemprego. E não entrar nessa armadilha. O fim do saque-aniversário não está em debate. Acabou o debate, não tem mais. Saiu da mesa.

Por que o senhor acha que ele vai perder força? Vai perder força porque é muito mais vantajoso [o novo consignado] na minha avaliação. São 47 milhões de pessoas, inclusive a empregada doméstica, que poderão ter acesso. Temos hoje 4 milhões de pessoas com crédito consignado privado. Tem também do crédito pessoal. Esse pessoal vai poder migrar.

A política de liberação de recursos do FGTS vai atrapalhar a política do Banco Central de controle da inflação? Isso é uma imbecilidade, porque eu nunca vi alguém reclamar que o trabalhador tem a condição de comer bem, de vestir bem, ter o dinheiro que é seu. Nós estamos falando de 12 milhões de pessoas que estão prejudicadas, discriminadas, sacaneadas por uma lei.

Edital de túnel entre Santos e Guarujá prevê leilão para agosto

Obra custará quase R$ 6 bi e terá gasto repartido entre governos federal e de SP; estimativa é que a construção possa ser iniciada em 2026 e finalizada em 2028

Alex Sabino

SANTOS Em obra em que dividem o orçamento e o bônus político, o presidente Lula (PT), e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lançaram nesta quinta-feira (27) o edital da construção do túnel imerso que ligará Santos a Guarujá, uma demanda quase centenária da região.

A estimativa é que a construção possa ser iniciada em 2026 e finalizada em 2028.

Em reunião realizada neste mês, Tarcísio e Lula haviam feito acordo para que a obra fosse responsabilidade do Governo de São Paulo, para ter maior celeridade. Do orçamento de R$ 5,96 bilhões, R$ 1 bilhão será pago pela empresa que vencer o leilão. Os demais R$ 4,96 bilhões serão divididos pelos governos federal e estadual.

O leilão está previsto para acontecer em 1º de agosto.

Maior obra de infraestrutura do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o projeto também faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

Além de anunciar o investimento Lula e Tarcísio usaram o evento para passarem imagem de entendimento. Os dois conversaram ao pé do ouvido em vários momentos, enquanto as outras autoridades discursavam.

Nesta quarta (26), o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, havia decidido que o processo de concessão do túnel Santos-Guarujá deve ser conduzido pelo estado de São Paulo, por meio de órgãos como o TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) e a Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), que terá um papel regulador sobre a concessão.

Prefeitos e sindicalistas fizeram questão de ressaltar a concordância entre os dois governantes para viabilizar o túnel.

"Mesmo com diferenças pontuais, tiveram um entendimento em nome de São Paulo e do Brasil. São muitas vezes as diferenças, que formam as convergências", disse o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), listou os R$ 13 bilhões de investimentos e parcerias do governo federal com o Estado de São Paulo. Um é o contrato assinado também nesta quinta para a extensão da Linha 2-Verde do metrô da capital (R$ 2,4 bilhões de investimento).

Mas, na política, o evento teve mais aspecto de apoio a Lula, que teve o seu governo com índice de aprovação de apenas 24%, segundo a última pesquisa do Datafolha. Tarcísio foi repetidas vezes vaiado, especialmente quando ele mencionou a Sabesp, recentemente privatizada.

"Faltava a cereja do bolo, o mais importante. O túnel Santos-Guarujá era algo esperado há muito tempo. Desde o início, [o governo federal] colocou como prioridade. Já passamos dos R$ 20 bi de investimentos", disse o governador, citando também R$ 7,5 bilhões investidos na Sabesp e R$ 7 bilhões na avenida Perimetral, no Porto de Santos.

"O senhor está apto a pedir música no Fantástico", elogiou o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França (PSB-SP), citando projeto do túnel, integração do porto com as cidades da região e o projeto de voos comerciais para o aeroporto regional da Baixada Santista.

O túnel terá cerca de 1,5 km de extensão, sendo 870 metros submersos. A travessia deverá ser percorrida, de carro, em dois minutos. Serão seis pistas, três em cada sentido, com a possibilidade de uma delas ser usada para transporte em VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). O valor de pedágio será, no início, de R$ 6,10, e gratuita para pedestres e ciclistas.

Será o primeiro túnel imerso do Brasil em que a estrutura é construída com peças pré-moldadas em um dique seco, e depois colocadas no canal. A profundidade será de 21 metros.

O primeiro projeto de túnel entre as duas cidades foi divulgado em 1927. Desde então, diferentes ideias foram apresentadas, algumas vezes em formato de ponte. Nenhuma saiu do papel.

O consenso de especialistas presentes no evento em Santos era que o grupo de empresas com capacidade para realizar uma obra de tal envergadura se limita a, no máximo, cinco empresas.

Empresários portuários da região ouvidos pela Folha consideram que o projeto não é o dos sonhos, mas sim, o possível no momento. A principal queixa era sobre a mudança feita pelo Governo de São Paulo em relação ao desenho original da Autoridade Portuária. Agora haverá desapropriações no bairro do Macuco, onde será feito o complexo viário de acesso ao túnel.

Leia mais na pág. A8


O presidente Lula e o governador Tarcísio de Freitas no lançamento do edital Zanone Fraissat/Folhapress

Como será o túnel Santos- Guarujá

- Túnel
- Vias enterradas
- Rampas
- Novas vias e ampliações de avenidas
- Viadutos



Dados cartográficos ©2023 Google
Fonte: Dersa/Governo do Estado de São Paulo

R$ 5,96 bilhões
é o custo estimado da obra do túnel submerso que vai ligar Santos e Guarujá

Trecho da BR-364 é arrematado com oferta de 0,05% de desconto no pedágio

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Com um único interessado, o trecho da rodovia BR-364 que corta o estado de Rondônia foi arrematado nesta quinta (28). O consórcio formado pela 4UM Investimentos e pelo banco Opportunity ofereceu um desconto de 0,05% sobre a tarifa básica do pedágio e vai assumir o contrato da chamada Rota Agro Norte.

Novas no setor de infraestrutura, as empresas serão responsáveis pelo trecho de 687 km de extensão entre Vilhena e a capital, Porto Velho.

O contrato, que terá duração de 30 anos, prevê investimentos de R$ 6,53 bilhões em obras estruturantes, além de outros R$ 3,9 bilhões em manutenção. O projeto inclui a duplicação de 114 km da estrada, 200 km de faixas adicionais, 20 passarelas de pedestres e 19 km de vias marginais, entre outras intervenções.

Como mostrou a Folha, a BR-364 chegou a ser avaliada por cinco empresas. O investimento alto do empreendimento e sua distância das maiores capitais do país, porém, foram considerados fatores que tornam a concessão mais desafiadora para o investidor.

No Ministério dos Transportes, o projeto era considerado o mais difícil da carteira de leilões prevista para 2025. O risco maior que o normal afugentou operadores tradicionais, mas atraiu as novatas.

Na cerimônia de batida de martelo, o diretor-presidente da 4UM, Leonardo Boguszewski, disse que o novo contrato vai contribuir com o desenvolvimento do país.

O executivo mencionou a importância do trecho para o escoamento de grãos que acontece por meio da região Norte e como a BR-364 pode, uma vez melhorada, contribuir ainda mais para isso.



Trecho: Vilhena a Porto Velho, em Rondônia
Extensão: 686,7 quilômetros
Investimentos: R$ 10,3 bilhões
Concessão: 30 anos
Pedágio: 7 praças no trecho
Vencedor: Consórcio 4UM Investimentos e banco Opportunity
Proposta: 0,05% de desconto sobre tarifa básica do pedágio

Eufrázio

PREFETURA MUNICIPAL DE JULIO MESQUITA
Processo Licitatório Nº 016/2025 – Pregão Presencial Nº 004/2025
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Produtos de Limpeza e Higiene para Setores desta Prefeitura Municipal, Data da Realização: 19/03/2025 às 09:30 h. Cópia do Edital Completo a disposição dos interessados na Secretaria da Prefeitura das 9:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h, de 2ª a 6ª feira e no site https://www.juliomesquita.sp.gov.br.

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº Processo: 147.00013866/2023-01 - Nº da Contratação: 90304/2025
Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL – em favor do usuário **T. O. S.** - na Cidade de **Araçatuba/SP.**
Valor total da licitação: SIGILOSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 24 DA LEI N. º 14.133/2021
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 09h00 às 17h59,
Endereço: Av. Ibirapuera,981 – Vila Clementino – São Paulo – SP- CEP 04029-000, e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO
Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90121/2025**, UASG 450181, Processo 01-P-403195/2024, do tipo menor preço; destinado a Registro de Preços de Cateter de visualização direta das vias biliares, e outros. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia: **21/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90120/2025**, UASG 450161, Processo nº 01-P-42466/2024,do tipo menor preço, destinado à Aquisição de Kits para a Extração e Purificação de DNA por Processamento Automatizado, com Comodato de Equipamento. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o **dia 20/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA ME/EPP
O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025, cujo objeto é o registro de preços de até 95 avaliações psicológicas com emissão de laudos, visando a concessão, manutenção, ou revalidação de porte de arma de fogo para integrantes da Guarda Municipal de Jaguariúna, conforme demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 21 de março de 2025, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 06 de março de 2025. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 27 de fevereiro de 2025.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP
O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025, cujo objeto é o fornecimento de carnes para as famílias em situação de vulnerabilidade, conforme demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 20 de março de 2025, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 06 de março de 2025. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 27 de fevereiro de 2025.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos

CIDADE DE SÃO PAULO **SAÚDE**
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES
A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/
PROCESSO: **6018.2025/0007584-4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90217/2025-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de DISPOSITIVO INTRAVENOSO SAFETY VALVULADO**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 18 de março de 2025**, a cargo da **16ª CPL/SMS.**
PROCESSO: **6018.2024/0136013-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90218/2025-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de medicamentos de determinações judiciais - AÇÕES JUDICIAIS - LETROZOL 2,5 MG, ZOLEDRONICO ÁCIDO 4 MG E GEFITINIBE 250 MG**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 24 de março de 2025**, a cargo da **1ª CPL/SMS.**
PROCESSO: **6018.2025/0018565-8 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90219/2025-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de medicamentos psicotrópicos: ÁCIDO VALPROICO 250MG, FENITOÍNA 100MG, METADONA CLORIDRATO 5MG, OLANZAPINA 10MG.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 17 de março de 2025**, a cargo da **6ª CPL/SMS.**
PROCESSO: **6018.2025/0006234-3 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90220/2025-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de CATETER UMBILICAL DUPLO LUMEN E CATETER P HEMODIÁLISE CURTA PERMANÊNCIA**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h30 do dia 14 de março de 2025**, a cargo da **7ª CPL/SMS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIÓPOLIS
O Prefeito Municipal de Areiópolis, no uso de suas atribuições legais, faz saber que foi Adjudicado o objeto e Homologada a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2025, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza e produtos de Higiene pessoal para uso da Rede Municipal de Educação (Exclusivo para ME/Epp/Equiparadas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em favor das empresas: Big Power Produtos de Limpeza Ltda, CNPJ: 38.500.857/0001-42; Industria e Comércio de Produtos de Limpeza Macatuba Ltda, CNPJ: 05.971.158/0001-22; C.A. de Barros Silva Acessórios para Papelaria e Limpeza Ltda, CNPJ: 47.426.140/0001-90; Kaly Daiana de Oliveira Gomes, CNPJ: 06.855.234/0001-05; Geovany Sebastian Valadares dos Santos, CNPJ: 55.056.487/0001-16; Biolimp Ltda, CNPJ: 03.051.567/0001-85; Suelen Daiane Karis, CNPJ: 23.608.114/0001-14; Kid Lixo Industria e Comércio de Embalagens Plasticas Ltda, CNPJ: 64.548.290/0001-95; Torelli & Galloni Industria de Cosmesticos do Brasil Ltda, CNPJ: 07.162.188/0001-13; Antonio Amaurilio da Silva, CNPJ: 26.729.148/0001-55 e Laércio Moura dos Santos, CNPJ: 48.382.548/0001-70, no valor total: R$ 60.056,70. Areiópolis, 07 de fevereiro de 2025. Michel Henrique Augusto, Prefeito Municipal. O Prefeito Municipal de Areiópolis, no uso de suas atribuições legais, faz saber que foi Adjudicado o objeto e Homologada a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2025, cujo objeto é a aquisição de papel sulfite A4 para uso da Diretoria de Administração e Planejamento e Rede Municipal de Educação, em favor da empresa: MMC Serviços Diversos Ltda, C.N.P.J n.º 54.348.003/0001-64, no valor total: R$ 30.445,50. Areiópolis, 07 de fevereiro de 2025. Michel Henrique Augusto, Prefeito Municipal. O Prefeito Municipal de Areiópolis, no uso de suas atribuições legais, faz saber que foi Adjudicado o objeto e Homologada a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2024, cujo objeto é o registro de preços para futura aquisição de fraldas descartáveis, visando suprir as necessidades da Diretorias Municipais da Saúde e Educação, em favor das empresas: Prevenção Comercial Hospitalar Ltda, C.N.P.J n.º 01.371.480/0001-50 e Bellamed Produtos Hospitalares Ltda, C.N.P.J n.º 31.498.120/0001-94, no valor total: R$ 243.900,00. Areiópolis, 07 de fevereiro de 2025. Michel Henrique Augusto, Prefeito Municipal. O Prefeito Municipal de Areiópolis, no uso de suas atribuições legais, faz saber que foi Adjudicado o objeto e Homologada a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2025, cujo objeto é o Registro de preços para eventual aquisição de gêneros Alimentícios destinados à Merenda Escolar, em favor da empresa: João Paulo Madoglio, C.N.P.J n.º 40.980.853/0001-51, no valor total: R$ 92.392,00. Areiópolis, 14 de fevereiro de 2025. Michel Henrique Augusto, Prefeito Municipal. Extrato de Ata de Registro de Preços. Ata de Registro de Preços nº 01/2025. A Prefeitura Municipal de Areiópolis, órgão registrador, e a primeira empresa classificada, Prevenção Comercial Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.371.480/0001-50. Objeto resumido: aquisição de fraldas descartáveis, visando suprir as necessidades da Diretoria Municipal da Saúde. Modalidade. Pregão Eletrônico n.º 12/2024. Valor total registrado: R$ 183.120,00. Validade da ata de registro de preços: 07/02/2025 a 07/02/2026. Michel Henrique Augusto, Prefeito Municipal. Extrato de Ata de Registro de Preços. Ata de Registro de Preços nº 02/2025. A Prefeitura Municipal de Areiópolis, órgão registrador, e a primeira empresa classificada, Bellamed Produtos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.498.120/0001-94. Objeto resumido: aquisição de fraldas descartáveis, visando suprir as necessidades da Diretoria Municipal de Educação. Modalidade. Pregão Eletrônico n.º 12/2024. Valor total registrado: R$ 60.780,00. Validade da ata de registro de preços: 07/02/2025 a 07/02/2026. Michel Henrique Augusto, Prefeito Municipal. Extrato de Ata de Registro de Preços. Ata de Registro de Preços nº 03/2025. A Prefeitura Municipal de Areiópolis, órgão registrador, e a primeira empresa classificada, João Paulo Madoglio, inscrita no CNPJ sob nº 40.980.853/0001-51. Objeto resumido: Registro de preço para eventual aquisição de gêneros Alimentícios destinados à Merenda Escolar. Pregão Eletrônico n.º 04/2025. Valor total registrado: R$ 92.392,00. Validade da ata de registro de preços: 14/02/2025 a 14/05/2025.

Pix por aproximação começa hoje, mas clientes da Apple ficam de fora

Júlia Galvão e Júlia Moura

SÃO PAULO O Pix por aproximação, que permite pagar sem precisar abrir o aplicativo do banco, passa a operar nesta sexta (28), prevê o BC (Banco Central).

Algumas instituições financeiras ofereciam a ferramenta há alguns meses, possibilitando pagamentos com celulares e smartwatches (relógios inteligentes). Com ela, os clientes não precisam ler o QR Code da máquina ou solicitar a chave do destinatário.

Para que o pagamento seja concluído, só é preciso aproximar o celular ou o relógio digital da maquininha de pagamento.

Mas usuários da Apple ficarão de fora, ao menos por enquanto. A big tech não permite que aplicativos além do Apple Pay acessem a ferramenta de pagamento por aproximação (NFC) e não pediu autorização ao BC para ser iniciadora de pagamento, requisito para oferecer Pix por aproximação. Procurada, a companhia americana disse que não vai comentar.

Segundo o BC, o novo meio de pagamento é similar ao feito com cartões de pagamento. Hoje, a única carteira disponível para uso é a do Google, que leva o nome de Google Pay.

No ato da vinculação, o consumidor será automaticamente direcionado à instituição onde tem conta para confirmar a autorização. Depois, na hora de pagar, só é necessário optar pelo pagamento por Pix, aproximar o celular da maquininha, revisar se as informações do pagamento estão corretas e confirmar.

Segundo o advogado Thiago Amaral, do Barcellos Tucunduva Advogados, especialista em meios de pagamento e fintechs, o novo Pix e o tradicional usam a mesma tecnologia de criptografia, com diferença na execução e autenticação dos pagamentos.

A necessidade de autenticação varia conforme os critérios de segurança da instituição financeira e as configurações do usuário.

"Cada banco pode estabelecer regras próprias, determinando valores máximos para pagamentos sem necessidade de senha, biometria ou reconhecimento facial. Para valores acima desse limite, a autenticação será obrigatória", diz o especialista.

Amaral acrescenta que se o consumidor identificar uma transação não autorizada ou erro no pagamento, pode acionar o MED (Mecanismo Especial de Devolução) junto à sua instituição financeira.

"O MED permite o bloqueio dos valores na conta do recebedor e, caso seja constatada fraude, o dinheiro pode ser devolvido ao consumidor. Esse mecanismo se aplica a qualquer modalidade de pagamento via Pix", acrescenta o advogado.

Concorrência maior no crédito atrapalha o BC

Notícia é boa para consumidor e empresas, mas exige maior aperto na política de juros

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre

Quando se compara a taxa Selic com estimativas de juro neutro, constata-se que a política monetária brasileira está em terreno contracionista desde o final de 2021. Ou seja, desde aquele momento o Banco Central do Brasil vem tentando, de forma deliberada, esfriar a economia para fazer com que a inflação se aproxime das metas definidas previamente pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Não obstante, é sabido que a economia brasileira surpreendeu as expectativas, crescendo em 2022, 2023 e 2024 muito acima do que os analistas e o BC projetavam. À primeira vista, a constatação apontada no parágrafo anterior soa incoerente com o desempenho do PIB. O que poderia explicar isso?

Parte dessa surpresa de crescimento esteve associada a surpresas na execução da política fiscal pelo governo federal: em 2022, o gasto primário da União foi 1,1% do PIB maior do que o consenso projetava em dezembro de 2021; em 2023, essa surpresa foi de 1,4% (ou 1,9% quando se tomam como referência as expectativas formuladas em outubro de 2022, antes que fosse lançada a PEC da Transição); em 2024, foi de 0,4%.

No caso dos governos regionais, não é possível realizar esse cálculo de "surpresa" de gasto (diferença entre o observado e o esperado), mas é pouco provável que os analistas antecipassem que o crescimento médio real das despesas de estados e municípios fosse de 9,6% ao ano no triênio 2022-24 (valores deflacionados pela inflação do PIB).

O mercado de crédito, considerando não só os empréstimos feitos pelos bancos mas as captações no mercado de capitais, parece ter se descolado da postura contracionista da política monetária

Mas essa não parece ser a única explicação para as surpresas favoráveis sistemáticas do PIB. O próprio mercado de crédito, considerando não somente os empréstimos feitos pelos bancos mas também as captações no mercado de capitais, parece ter se descolado de alguma maneira da postura contracionista da política monetária: o indicador de "hiato de crédito", calculado pelo BC no âmbito dos Relatórios de Estabilidade Financeira, aponta que, desde a segunda metade de 2022, o crédito amplo no Brasil está crescendo muito acima do que seria um ritmo normal/tendencial.

Estudo recém-publicado, de um economista do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), joga mais luz sobre essa questão. Ao analisar a competição e o poder de mercado do setor bancário em países da América Latina, o autor constatou que, no Brasil, tem havido expressiva queda da concentração da concessão de empréstimos bancários desde 2018/19 —após tendência de alta praticamente ininterrupta e acentuada entre o início dos anos 2000 e 2015/16.

Muito provavelmente isso se deveu ao aumento da atuação das chamadas fintechs, além dos efeitos de várias reformas que tinham como intuito aumentar a concorrência no mercado de crédito (tais como o cadastro positivo reformulado, a introdução do open banking/open finance, a criação do Pix, entre várias outras). Ou seja: mudanças mais estruturais.

Certamente é uma ótima notícia do ponto de vista dos consumidores e empresas —uma vez que o spread bancário no Brasil ainda é uma excrescência em ampla comparação internacional. Mas, por outro lado, ao atuar na direção oposta à postura conjunturalmente desejada pelo BC, reduz a potência da política monetária, exigindo uma Selic ainda maior do que aquela que seria necessária caso não estivesse acontecendo essa mudança.

Esse é mais um motivo que justificaria o acionamento do colchão de capital anticíclico, como abordei em coluna recente.

Computação quântica é superestimada, afirma neurocientista na CasaFolha

Álvaro Machado Dias ministra na plataforma curso sobre IA e o futuro da humanidade

Uirá Machado

SÃO PAULO O neurocientista Álvaro Machado Dias não se impressiona com notícias bombásticas sobre computação quântica e sua incrível capacidade de processamento de dados. Especialista em avaliar tendências de médio e longo prazo, ele considera que esse tipo de tecnologia ainda demora para mostrar resultados.

"Superestimamos o poder dos computadores quânticos. Ou, mais do que isso, a janela temporal para que o computador quântico faça algo que o digital não é capaz de fazer", diz em seu curso na CasaFolha, o streaming de conhecimento lançado pela **Folha**.

"Escalar o computador quântico é difícil. Nesse contexto, a gente vem observando que a inteligência artificial, usada de maneira inteligente em computadores digitais, é suficiente para resolver boa parte dos problemas que supostamente apenas o computador quântico resolveria", afirma em aulas exclusivas disponíveis no site casafolhasp.com.br.

Isso, diz ele, tende a reduzir investimentos e adiar o grande momento da computação quântica. "Tenho certeza de que vai acontecer [esse grande momento], mas parece que vai tomar mais tempo do que originalmente se supôs", afirma o neurocientista, que é colunista da **Folha** e professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).



O neurocientista e colunista da Folha Álvaro Machado Dias Rubens Cavallari - 11.nov.24/Folhapress

As falas estão na CasaFolha, plataforma que já tem outros 18 cursos de grandes personalidades, como o ex-ministro Pedro Malan, que explica como analisar economia, e a neurocientista Suzana Herculano-Houzel, que aborda o potencial do cérebro.

No ar desde setembro do ano passado, a CasaFolha incorpora novos conteúdos todos os meses. Em março, por exemplo, será lançado um curso de escrita criativa com Itamar Vieira Junior, autor de "Torto Arado" e "Salvar o Fogo", livros que somam mais de 1 milhão de cópias vendidas e venceram prêmios literários.

Todas as aulas podem ser acompanhadas por membros da CasaFolha. É possível se vincular à plataforma pelo endereço casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto promocional de 67%, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da **Folha** no site e no aplicativo.

Quem já é assinante da **Folha** não precisa de nova assinatura; basta fazer o upgrade por R$ 10 adicionais no plano do jornal em casafolhasp.com.br/upgrade.

O curso de Álvaro, chamado "Inteligência artificial e o futuro da humanidade", estreou no dia 15 de janeiro. É anterior, portanto, ao anúncio feito pela Microsoft na semana passada, quando a gigante da tecnologia disse ter dado um passo inédito capaz de acelerar a construção de um computador quântico.

"A atenção à computação quântica vem em ondas. A atual é forte, com o Google falando em multiversos e a Microsoft alegando ter encontrado um novo estado da matéria. Porém, nada disso está provado", diz o neurocientista em entrevista ao jornal.

"O mais provável é que essas máquinas se tornem úteis entre 2034 e 2039, avançando nas simulações da realidade, degradação de microplásticos e quebra de criptografias pesadas, o que terá imensa relevância geopolítica."

Na CasaFolha, Álvaro aborda o tema da computação quântica em aula sobre o avanço da tecnologia, que ele diz ser o assunto favorito dos futuristas. Enquanto ele aponta esses supercomputadores como um tema superestimado, ele diz que a realidade aumentada tem sido subestimada.

"Em 7 a 10 anos, é muito provável que as interações humanas estejam sendo feitas cada vez mais através de óculos de realidade virtual, que deverão ser os substitutos principais dos celulares", afirma o neurocientista.

Como futurista, boa parte de seu trabalho consiste em avaliar tendências atuais e separar o joio do trigo, ou, no caso, separar o que é simples oba-oba do que veio para ficar. E ele só consegue fazer isso porque dispõe de uma série de princípios para pensar o futuro —os quais ensina na CasaFolha.

"Para ter bons modelos de futuro é importante ter bons modelos de como funciona a sociedade e a mente das pessoas", diz Álvaro, que atua no laboratório interdisciplinar de neurociências clínicas da Unifesp, onde trabalha com temas como processos decisórios no cérebro humano e desenvolvimento de algoritmos.



CasaFolha tem pacote a partir de R$ 19,90 por mês

Para assinar a plataforma, basta entrar em casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto de 67% no lançamento, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da **Folha**.

PsiQuantum diz produzir chips com a tecnologia em grande escala

SAN FRANCISCO | REUTERS A PsiQuantum afirmou na quarta (26) que superou um dos principais desafios da computação quântica: um método para produzir chips quânticos no volume necessário para construir máquinas comercialmente viáveis.

A tecnologia quântica tem o potencial de realizar cálculos que deixariam perplexos até os sistemas de inteligência artificial poderosos, que usam chips da Nvidia, e pode destravar uma série de aplicações científicas e comerciais, inclusive na área de segurança cibernética. Pode também ajudar na descoberta de remédios e em pesquisas de materiais.

Mas a produção em massa de chips de computação quântica tem sido um problema difícil de resolver. Em busca de solução, os fundadores da PsiQuantum decidiram, quase 20 anos atrás, tentar uma abordagem que utilizasse fotônica, a mesma tecnologia de produção de semicondutores amplamente empregada na indústria de comunicação.



Funcionário da PsiQuantum segura disco de silício com chips quânticos da empresa em San Jose, na Califórnia 25.fev.25 - PsiQuantum/via Reuters

A empresa passou os anos seguintes trabalhando em estreita colaboração com fábricas de chips para conceber o seu chipset, batizado de Omega, que agora está pronto para ser produzido, disse à Reuters em entrevista na terça-feira (25) o diretor-executivo, Jeremy O'Brien.

"Isso não é um avanço, é na verdade algo que saiu do laboratório de pesquisa e que constitui o nível mais elevado de maturidade que se pode atingir", afirmou.

A empresa vai produzir seus chips na fábrica da GlobalFoundries em Albany, Nova York.

O anúncio vem uma semana após a Microsoft dizer que deu passo inédito para construir um computador quântico.

O'Brien disse à Reuters em 2023 que a empresa planejava um computador quântico comercial em seis anos. Na entrevista de terça-feira, afirmou que a empresa espera completar uma instalação com a capacidade de realizar aplicações comerciais até aproximadamente 2027.



Amazon lança chip e acelera esforços por PC quântico

A Amazon Web Services apresentou nesta quinta (27) um chip de computação quântica com uma nova tecnologia que, diz a empresa, pode reduzir em até cinco anos seu esforço para construir um computador quântico comercialmente útil.

O chip, chamado Ocelot, tem uma pequena fração do poder necessário para criar uma máquina útil. Mas a AWS, a unidade de computação em nuvem da Amazon, acredita ter encontrado uma tecnologia que pode ser transformada em uma máquina funcional.

SANTA CASA DE MISERICORDIA E BENEFICENCIA PORTUGUESA

CNPJ 55.990.451/0001-05

Balanço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - Valores expressos em Reais

ATIVO	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		**28.858.846**	**33.396.698**
Disponível	8	6.342.856	6.505.934
Realizável		**22.515.990**	**26.890.764**
Aplicações Financeiras	8	**2.130.178**	**1.034.276**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		1.695.158	714.181
Aplicações Livres		435.018	320.095
Créditos de Oper. Plano de Assistência à Saúde	9	**808.103**	**477.634**
Contraprestação Pecuniária a Receber		729.607	477.634
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros		78.496	-
Cred. Oper. Ass.Saúde N Relac. c/Plano de Saúde Operadora	10	**10.944.142**	**13.535.585**
Créditos Tributários e Previdenciários	11	**3.006.256**	**3.006.256**
Bens e Títulos a Receber	12	**5.579.437**	**8.715.944**
Despesas Antecipadas		**47.876**	**121.069**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**49.470.784**	**51.011.346**
Realizável a longo prazo	13	**3.986.983**	**3.991.726**
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.722.556	2.722.026
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		1.264.426	1.269.700
Investimentos	13	**591.346**	**163.822**
Participações em Outras Sociedades		117.802	163.822
Outros Investimentos		473.545	-
Imobilizado	14	**44.404.831**	**46.343.608**
Imóveis de Uso Próprio		**30.579.810**	**31.375.457**
Imóveis - Hospitalares		30.579.810	31.375.457
Imobilizado de Uso Próprio		**11.539.052**	**12.682.182**
Imobilizado Hospitalares		11.539.052	12.682.182
Imobilizações em Curso		2.281.465	2.281.465
Outras Imobilizações		4.504	4.504
Intangível	14	**487.624**	**512.190**
TOTAL DO ATIVO		78.329.630	84.408.043

PASSIVO	Notas	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE		**24.857.351**	**28.523.839**
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		**2.193.906**	**1.034.385**
Provisões de Contraprestações	15	**2.193.906**	**1.034.385**
Provisao de Premio Nao Ganho - PPCNG		192.842	258.765
Provisao de Insuficiência de Prêmios		454.016	139.276
Provisoes de Eventos a Liquidar SUS		27.781	-
Provisoes de Eventos a Liquidar p/Outros Prest. Serv. Saúde		185.724	155.507
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		1.333.543	482.836
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**261.891**	**140.810**
Comercialização sobre Operações		261.891	140.810
Déb. C/Oper. Assist. à Saúde Não Relac. Plano Saúde da Ops.	16	**880.745**	**865.193**
Provisões	17	**448.944**	**503.613**
Provisões para Ações Judiciais		448.944	503.613
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	**2.668.169**	**3.289.239**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	**9.593.169**	**6.524.991**
Débitos Diversos	20	**8.810.527**	**16.165.608**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**44.244.307**	**48.401.135**
Provisões eventos a liquidar SUS		**12.348**	-
Provisões	17	**1.546.011**	**1.955.503**
Provisões para Ações Judiciais		1.546.011	1.955.503
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	**5.314.575**	**3.215.097**
Tributos e Contribuições		2.787.734	2.787.734
Parcelamento de Tributos e Contribuições		2.526.841	427.363
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	**37.346.873**	**43.195.146**
Débitos Diversos	20	**24.500**	**35.389**
PATRIMÔNIO SOCIAL	21	**9.227.972**	**7.483.069**
Patrimônio Social		**209.053**	**209.053**
Reservas		**20.539.647**	**20.539.647**
Reservas de Reavaliação		20.539.647	20.539.647
Déficits/Superávits Acumulados/ Resultado do Período		**(11.520.728)**	**(13.265.631)**
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL		78.329.630	84.408.043

Demonstração de Resultado do Exercício
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - Valores expressos em Reais

Demonstrativos do Resultado do Exercício - DRE	2024	2023
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	**15.374.006**	**5.637.277**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	**15.374.006**	**5.637.277**
Contraprestações Líquidas	15.688.745	5.680.420
Variação das Provisões Técnicas de Oper.de Assist. à Saúde	(314.739)	(43.143)
Eventos Indenizáveis Líquidos	**(12.810.540)**	**(4.077.335)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	(11.959.833)	(3.665.398)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(850.708)	(411.937)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAUDE	**2.563.465**	**1.559.943**
Receitas de Assistência à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**111.124.151**	**107.363.384**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	32.408.618	34.724.193
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	-	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	63.276.730	47.360.707
Outras Receitas Operacionais Incluindo Subvenções	15.438.804	25.278.485
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	**3.845.731**	**(291.318)**
Outras Despesas de Operações de Plano de Assistência à Saúde	-	(622)
Provisão para Perdas sobre Créditos	3.845.731	(290.696)
Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**(108.561.350)**	**(94.627.526)**
RESULTADO BRUTO	**8.971.998**	**14.004.483**
Despesas de Comercialização	(2.703.210)	(1.198.838)
Despesas Administrativas	(1.047.017)	(543.523)
Resultado Financeiro Líquido	**(3.523.108)**	**(5.616.131)**
Receitas Financeiras	1.224.631	1.405.723
Despesas Financeiras	(4.747.740)	(7.021.854)
Resultado Patrimonial	**46.240**	-
Receitas Patrimoniais	46.240	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**1.744.903**	**6.645.990**
RESULTADO LÍQUIDO	**1.744.903**	**6.645.990**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - Valores expressos em Reais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Patrimônio Social	Ajustes Avaliação Patrimonial	Realização Ajustes Avaliação Patrimonial	Déficits/Superavit Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**(15.867.984)**	**18.691.528**	**1.848.119**	**(3.834.584)**	**837.079**
Transferência de Superávit	-		-		-
Realização do AAP Ajustes Aval.Patrimonial	-	(369.624)	369.624	-	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		-	-	0
Superavit do Exercício				6.645.990	6.645.990
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**(15.867.984)**	**18.321.904**	**2.217.743**	**2.811.406**	**7.483.069**
Regularização da conta do Patrimônio Social	16.077.037			(16.077.037)	-
Realização do AAP Ajustes Aval.Patrimonial	-	(369.624)	369.624	-	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		-	-	0
Superavit do Exercício				1.744.903	1.744.903
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**209.053**	**17.952.280**	**2.587.367**	**(11.520.728)**	**9.227.972**

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - Valores expressos em Reais

Demonstrativos do Resultado Abrangente - DRA - Em Reais	2.024	2.023
Resultado Líquido do Exercício	1.744.903	6.645.990
AAP-Ajuste Avaliação Patrimonial	369.624	369.624
Resultado Abrangente Total	2.114.527	7.015.614

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Direto
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Descrição	2024	2023
(+) Recebimentos de Plano Saúde	14.743.537	5.077.170
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	111.447.704	88.887.806
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	1.224.631	268.643
(+) Outros Recebimentos Operacionais	114.015.594	104.680.430
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestad. de Serv. de Saúde	(27.123.606)	(28.390.253)
(-) Pagamentos de Pessoal	(44.730.761)	(37.623.050)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(5.658.067)	(5.304.760)
(-) Pagamento de Tributos e Encargos	(4.022.477)	(7.699.969)
(-) Pagamentos de Ações Judiciais (-)(Civeis/Trabalhistas/ Tributaria	(1.151.334)	(1.930.708)
(-) Pagamentos de Aluguel	(238.307)	(219.285)
(-) Aplicações Financeiras	(110.670.174)	(90.524.486)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(40.091.792)	(24.064.518)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**7.744.957**	**3.157.030**

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Descrição		
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros (+)	-	-
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(1.008.702)	(3.749.207)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(1.008.702)**	**(3.749.207)**

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Descrição	2024	2023
(+) Recebimento Empréstimos/Financiamentos	21.500.000	25.194.687
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento (+)	-	-
(-) Pagamentos de Juros e Enc.s/ Emprest/Financiam/ Leasing	(4.511.904)	(7.021.854)
(-) Pagamentos de Amortização de Empr./Financiam/Leasing	(23.074.383)	(17.636.252)
Pagamento da Participação nos Resultados (-)		
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(6.086.287)**	**536.581**
CAIXA LIQUIDO	**649.968**	**(55.596)**
SALDO INICIAL	33.394	88.990
SALDO FINAL	683.362	33.394
CAIXA LIQUIDO	**649.968**	**(55.596)**
Ativos Livres no Início do Período (*)	6.470.418	5.337.178
Ativos Livres no Final do Período (*)	6.342.856	6.470.418
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	**(127.562)**	**1.133.240**

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2024 - Valores expressos em Reais

Nota 1. Contexto operacional: Nossa entidade com 118 anos, tem como principal atividade a prestação do serviço de assistência médica hosptalar e de diagnósticos para a alta e média complexidade, tem como gestor a Secretaria da Saúde de Ribeirão Preto, também atendendo a região da DRS 13. De acordo com a Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA), nossa produção ao convênio SUS é de aproximadamente 71,10% demonstrando nosso compromisso com a filantropia e paralelamente realizamos ações de crescimento ao setor privado a fim da busca do equilíbrio financeiro. Desde que a atual diretoria assumiu a gestão, julho/2017, construímos um Planejamento Estratégico (PE) pelo qual somos norteados e está pautado em três pilares : pessoas, processos e clientes/serviços, tendo como objetivos o reposicionamento no mercado e a busca pelo equilíbrio econômico/financeiro. Desde então estamos executando diversas ações no âmbito assistencial, de processos e estrutural que demonstram nossas melhorias. Cabe ressaltar que uma das principais estratégias aplicadas é a verticalização dos serviços que estamos tratando como unidades de negócios que estão trazendo a otimização dos recursos e oferecendo uma prestação de serviço eficiente aos pacientes e usuários de nossa instituição. **Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei n.º 6.404/76, alterada pela Lei n.º 11.638/07 e Lei 11941/09, e com observância da Resolução CFC n°. 1409/12, que aprovou a ITG 2002 e demais disposições complementares exigidas pelo Decreto n.º 11.791, de 21 de novembro de 2023, que regulamentou a Lei Complementar n.º 187, de 16 de dezembro de 2021; Decreto n.º 11.252, de 9 de novembro de 2022; Portaria n.º 1.034 de 05 de maio de 2010 e Portaria n.º 1.970, de 16 de agosto de 2011. Também foram observadas as normas e instruções da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, e foram apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano de Contas Padrão exigido pela ANS, Resolução Normativa nº. 528 de 29 de abril de 2022 e alterações posteriores. **Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são as seguintes: **Critérios de apuração das receitas e despesas:** As receitas operacionais da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados aos usuários do SUS e Não SUS, das Contraprestações Pecuniárias geradas pelos Beneficiários de seu Plano de Saúde BENESAÚDE que são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos das Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, do recebimento de Auxílios e Subvenções de Órgãos Governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil, sendo ambas (receitas e despesas) apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único, em conformidade com a Resolução Normativa nº. 528 de 29 de abril de 2022, e alterações posteriores, que atende às necessidades da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Nota 4 - Recebimentos de Emendas e Subvenções** Em complemento as suas Receitas Operacionais, No exercício de 2024 a instituição recebeu a título de auxílios e subvenções do poder público, que foram contabilizadas conforme Normas Brasileiras NBC ITG 07-Subvenções Assistências Governamentais, para fazer à Programação de custeio e operacionalidade das suas atividades filantrópicas, sendo totalmente aplicadas na entidade no valor total de R$ 7.231.815,54 apresentados na prestação de contas.

		2024	
Verbas	Estado	3.390.340,92	47%
	Federal	3.841.474,62	53%
	Total	**7.231.815,54**	

Nota 5 - Doações: Os valores recebidos como de Doações durante o exercício de 2024 estão apresentados da seguinte forma.

	2024	2023
Pessoa jurídica	841.803	2.723.827
Pessoa física	10.590	8.501
Materiais e equipamentos	1.618.190	2.803.400
Totais	**2.472.607**	**5.537.751**

Nota 6 - Apresentação dos dados de atendimentos e Limites de gratuidade: No ano de 2024 a instituição reorganizou sua contratualização junto ao gestor municipal que possibilitou além de um incremento de valores financeiros a adequação de suas metas de atendimento aos paciente SUS da cidade e toda região compreendida. Além desse item citado acima, a instituição foi contemplada com a tabela SUS Paulista, que possibilitou uma melhor remuneração em procedimentos SUS. A instituição no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 e seus respetivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2024, atendimento à pacientes Sistema Único da Saúde – SUS, em percentual superior a 60% (sessenta por cento) da sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

		2024			2023		
		Quantidade	Paciente dia	%	Quantidade	Paciente dia	%
Internações Hospitalares	SUS	7.518	28.006	68,10%	6.841	41.717	64,91%
	NÃO SUS	3.746	13.118	31,90%	3.484	22.548	35,09%
	TOTAL	11.364	41.124	100,00%	10.325	64.265	100,00%
% de Serviços prestados ao SUS				**68,10%**			**64,91%**

		2024		2023	
Atendimentos Ambulatoriais		Quantidade	%	Quantidade	%
	SUS	251.098	73,57%	38.980	62,36%
	NÃO SUS	90.220	26,43%	23.524	37,64%
	TOTAL	341.318	100,00%	62.503	100,00%
% de Serviços prestados ao SUS - AMB			**73,57%**		**62,36%**

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal	Não	1,50%	0,00%
II - Atenção oncológica:	Sim	1,50%	1,50%
III - Atenção às urgências e emergências;	Sim	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas. e	Não	1,50%	0,00%
V - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%
Percentual de Atendimento ao SUS no ano de 2024		**71,10%**	

Nota 7 - Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias Patronais Devidas as INSS, caso a Entidade não gozasse da isenção, incluindo: PIS ,COFINS, IRPJ, CSSL e ISS. Ano-Base: 2024 e 2023.

	2024	2023
Quota Patronal – INSS	11.497.713	9.454.203
PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	8.513.326	8.524.849
ISS	2.529.963	2.288.128
Totais	**22.531.002**	**20.267.179**

Nota 8 - Caixa e Equivalentes de Caixa: As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em certificados de depósito bancário, com liquidez imediata, estando sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, como equivalentes de caixa. A rentabilidade das aplicações financeiras durante o exercício de 2024 ficou entre 75% a 100% da variação do certificado de depósito interfinanceiro (CDI).

DESCRIÇÃO	2.024	2.023
CAIXA	35.208	2.815
BANCOS C/MOVIMENTO - SEM RESTRIÇÕES	648.156	30.579
BANCOS C/MOVIMENTO - COM RESTRIÇÕES	0	0
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA SEM RESTRIÇÕES	5.659.494	6.472.540
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA COM RESTRIÇÕES	2.130.178	1.034.276
TOTAL	8.473.032	7.540.210

Nota 9 - Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde
Relacionado as operações do Plano de Saúde Benevida, em 31/12/2024 esta constituída da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2024	2023
CREDITOS DE OP COM PLANOS DE ASSIST A SAÚDE		
INDIVIDUAL	5.364	8.779
COLETIVO	910.906	555.236
(-) PROVISÃO PARA PERDA SOBRE CRÉDITOS	(108.166)	(86.380)
TOTAL	808.103	477.634

Nota 10 - Créditos de Operações com Prest.de Serv.de Assistência à Saúde Não relacionado ao Plano
Englobam as operações hospitalares, referente à prestação de serviços Médicos Hospitalares da instituição e esta constituída em 31/12/2024 da seguinte forma:

	2024	2023
CRÉDITOS PACIENTES DEMAIS CONVÊNIOS	5.289.032	16.025.787
CRÉDITOS PACIENTES CONVÊNIO SUS	8.237.027	3.969.335
CRÉDITOS PACIENTES PARTICULARES	214.899	204.797
(-) PPSC SERV. MEDICOS NÃO RELAC. AO PLANO (i)	**(2.796.816)**	**(6.664.334)**
TOTAL	10.944.142	13.535.585

(i) Provisão de Perdas sobre Crédito - PPSC: Segundo as normativas ANS, a instituição tem provisionado em suas demonstrações o valor de R$ 2.796.815,89. **Nota 11 – Créditos Tributários e Previdenciários:** No exercício de 2023 a instituição adquiriu por meio de Escritura Pública declaratória de cessão onerosa de direito creditório entre Stephany Midhori Rodrigues Kishimoto, lavrada em 13/12/2023, no valor total de **R$ 3.000.000,00** (três milhões de reais) relativo a parte do crédito principal do processo 0036881-80.1987.8.05.0001 (251/87) perante a 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, BA (e federalizado para o processo federal 10605360720234013300 da 10ª Vara Federal de Salvador, BA) em que o percentual é abatido do respectivo Recurso Especial 929.598-BA. Registrado no tabelionato notas e protesto comarca de Bela Vista de Goiás – GO, no livro 0301 folha 72/72 protocolo 010821 em 13 de dezembro de 2023. **Nota 12 - Bens e Títulos a Receber: a) Estoque:** Relacionados a sua atividade Hospitalar, o estoque da instituição que é formado principalmente por materiais e medicamentos hospitalares se apresenta da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2024	2023
ESTOQUE (i)	2.190.079	2.807.224

b) Outros Recebimentos: Se referem aos demais recebimentos, nesse grupo de recebimentos ficam os contratos de subvenções estaduais que ocorrem mensalmente, importante destacar que referente a esses recebimentos de subvenções o mesmo valor é provisionado no passivo seguindo as práticas contábeis.

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2024	2023
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	184.950	454.872
UNAERP A RECEBER	63.871	68.411
OUTROS BENS E TÍTULOS A RECEBER	3.092.661	5.264.369
DESPESAS ANTECIPADAS (ii)	47.876	121.069
TOTAL	3.389.358	5.908.720

Nota 13 - Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo
As realizações de longo prazo estão constituídas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2024	2023
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
DEPOSITOS PIS CÓDIGO 7460 - Ação Judicial	2.668.448	2.668.448
DEPOSITOS JUDICIAIS TRABALHISTA	54.108	53.578
OUTROS CREDITOS A RECEBER	1.264.426	1.269.700
TOTAL	3.986.983	3.991.726
Investimentos em Cota Capital / Capitalização	**591.346**	**163.822**
TOTAL	591.346	163.822

Nota 14 - Imobilizado: O Ativo Imobilizado esta registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação. As melhorias realizadas (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizadas. Os materiais alocados a projetos específicos são adicionados a rubrica "Imobilizações em Andamento". As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear com base na estimativa de vida útil-econômica dos ativos, conforme segue abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação
Edificações	4%
Edificações	2,5%
Moveis, utensílios, maquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Outras Imobilizações	20%

Composição do Imobilizado: O imobilizado é composto predominantemente por edificações (Prédio do Hospital), máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de informática.

Descrição	Saldo Atual	Adições	Baixas/ Transferências	Saldo Atual
Terrenos	3.940.200	-	-	3.940.200
Edificações	11.018.384			11.018.384
Aparelhos e equipamentos	21.936.913	788.052		22.724.965
Moveis e utensílios	3.484.760	54.246	(16.432)	3.522.575
Veículos	298.441			298.441
Equipamentos de informática	1.330.978	111.301	(33.520)	1.408.759
Terreno-CPC 27 ICPC 10 AAP	5.754.680			5.754.680
Edificações CPC 27 ICPC 10 AAP	14.784.957			14.784.957
Imobilizações em Andamento	2.285.969			2.285.969
DEPRECIAÇÕES	**Saldo Final**	**Baixa**	**Depreciação do Período**	**Saldo Final**
Edificações	(2.026.239)		(796.646)	(2.823.888)
Aparelhos e equipamentos	(11.537.597)		(1.576.485)	(13.114.082)
Moveis e utensílios	(1.634.691)		(273.189)	(1.907.870)
Veículos	(225.052)		(44.184)	(269.236)
Equipamentos de informática	(971.582)		(152.920)	(1.124.501)
Edificações CPC 27 ICPC 10 - AAP	(2.094.534)		0	(2.094.534)
Total	**46.343.607**	**953.599**	**(2.892.376)**	**44.404.831**

continua →

Eufrázio

→ continuação

SANTA CASA DE MISERICORDIA E BENEFICENCIA PORTUGUESA

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras - Em 31 de Dezembro de 2024 - Valores expressos em Reais

Descrição	Saldo Atual	Adições	Baixas/ Transferencia	Saldo Atual
Sistema de Computação	809.203			809.200
Marcas e Patentes	7.010			7.010
Total	**816.213**	**0**	**0**	**816.213**

Amortização Acumulada	Saldo Atual	Amortização das Baixas	Amortização do Exercicio	Saldo Atual
Amortização Sistema de Computação	(304.022)		(24.566)	(328.588)
Total	**(304.022)**	**0**	**(24.566)**	**(328.588)**
Saldo Final	**512.191**	**0**	**(24.566)**	**487.624**
Total do Imobilizado + Intangivel	**46.855.798**	**953.599**	**(2.916.942)**	**44.892.455**

Nota 15 - Provisões Técnicas: Atendendo as Provisões Técnicas exigidas pelo Órgão Regulador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja contabilização está atualizada pela regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável, e lastreadas por outras aplicações não vinculadas. Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as Provisões Técnicas se apresentavam da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2024	2023
PROVISOES TECNICAS DE OPERACOES DE ASSIST A SAÚDE		
PROVISAO DE CONTRAPRESTACAO NAO GANHA - PCNG	192.842	256.785
PROVISAO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS - PIC	454.016	139.276
PROVISAO DE EVENTOS A LIQUIDAR AO SUS	27.781	-
PROVISAO DE EVENTOS A LIQUIDAR A OUTROS PRESTADORES	185.724	155.507
PROV/P/EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVIS – PEONA	1.333.543	482.836
TOTAL	**2.193.906**	**1.034.385**

Nota 16 - Déb. C/Oper. Assist. à Saúde Não Relac. Plano Saúde da Ops.

	2024	2023
DEBITOS C/ OP DE ASSIST SAUDE NÃO REL C/PLANO DE SAUDE	880.745	865.193
TOTAL	**880.745**	**865.193**

Nota 17 - Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

DESCRIÇÃO - Circulante	2024	2023
PROVISAO PARA ACOES CIVEIS	398.765	426.766
PROVISAO PARA ACOES TRABALHISTAS	50.179	76.546
TOTAL Circulante	**448.944**	**503.613**

DESCRIÇÃO - Não Circulante	2024	2023
PROVISAO PARA ACOES CIVEIS	1.527.311	1.922.503
PROVISAO PARA ACOES TRABALHISTAS	18.700	33.000
TOTAL N Circulante	**1.546.011**	**1.955.503**
TOTAL Circulante + N circulante	**1.994.955**	**2.459.116**

A Entidade possui montante de R$ 1.402.828,58 (um milhão, quatrocentos e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos) de contingencias civeis passiveis classificados pelo departamento juridico como possivel. **Nota 18 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher:**

DESCRIÇÃO	2024	2023
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - CP		
Encargos de Pessoal	1.242.229	2.800.535
Tributos a Recolher - incluindo Parcelamento em Curso	1.425.940	487.516
TOTAL	**2.668.169**	**3.289.239**
DESCRIÇÃO	**2024**	**2023**
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - LP		
Pis A Recolher Processos Judiciais 8301 (i)	2.787.734	2.787.734
Parcelamentos Tributários em Curso	2.526.841	427.363
Total	**5.314.575**	**3.215.097**
TOTAL Circulante + N circulante	**7.982.744**	**6.504.336**

Os impostos e contribuições são decorrentes da retenção sobre a folha de pagamento (PIS e IRRF) sendo que, PIS 1% S/FOLHA – Processo Judicial nº 00318363620064013400 na 2ª Vara Brasília/DF, realizando deposito integral em Juízo conforme identificação nº 09755360206824 código da Receita 7460, aguardando resolução do processo. **Nota 19 - Empréstimos e Financiamentos a pagar:** Estão atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do Balanço e os juros transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras. No ano de 2024 como estratégia financeira, a instituição alongou algumas dívidas bancarias, retirando do Curto prazo e passando para longo prazo. A Instituição mantem relacionamentos com os principais bancos que operam no sistema financeiro nacional como Caixa, Santander, Itaú e cooperativas Bancarias. Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os financiamentos, a curto e longo prazo, estavam assim constituídos:

	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - CP	9.593.168	6.524.991
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - LP	37.346.873	43.195.146
Total	**46.940.041**	**49.720.138**

Nota 20 - Outros Débitos – Passivo Circulante e Não Circulante: As obrigações com pessoal são oriundas da folha de pagamento de salários de dezembro de 2024 e das provisões acumuladas de férias e encargos sobre férias. As obrigações com fornecedores são oriundas das operações da Entidade.

DESCRIÇÃO	2024	2023
DEBITOS DIVERSOS - CURTO PRAZO		
OBRIGACOES COM PESSOAL	4.466.414	3.682.021
FORNECEDORES	3.818.209	4.704.244
-SUBVENCOES ESTADUAIS A APROPR	-	3.310.162
-SUBVENCOES FEDERAIS A APROPRI	-	1.761.965
MATERIAS EM CONSIGNACAO	-	0
OUTROS DEBITOS A PAGAR	525.905	2.707.216
TOTAL	**8.810.527**	**16.165.608**

DESCRIÇÃO	2024	2023
DEBITOS DIVERSOS - LONGO PRAZO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO - L.P.	24.500	35.389
TOTAL	**24.500**	**35.389**

Nota 21 - Patrimônio Social: O Patrimônio Social da instituição Em 31 de Dezembro de 2024 está composto por Saldo do Patrimônio Social, AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial com suas realizações Superavit do Exercicio.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Patrimônio Social	209.053	209.053
AAP - Ajuste Avaliação Patrimônio	18.322.904	18.322.904
Realização do AAP- Ajuste Aval. Patrimonial	2.216.743	2.216.743
Prejuizos Acumulados	(13.265.631)	(19.911.521)
Superavit do Exercicio	1.744.903	6.645.990
TOTAL	**9.227.972**	**7.483.069**

Nota 22 - Receitas
A operação na integra da instituição é composta pelas operações de plano de saúde no Plano Benevida, e das atividades hospitalares no complexo Nova BENE, com isso as receitas da instituição estão distribuidas das seguintes forma:
Operações com Plano de Saúde – Plano Benevida
Atividade hospitalar
Atendimentos a convênios Privados
Atendimentos ao Sistema SUS
Subvenções estaduais e Federais

	2024	2023
Operacoes de Assistência à Saúde	**15.374.006**	**5.637.277**
Contraprestações Liquidas	15.374.006	5.637.277
Assistência à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**111.124.151**	**107.553.146**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	32.408.818	34.724.193
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	-	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)	63.276.730	47.360.707
Outras Receitas Operacionais Incluindo Subvenções	15.438.604	25.468.247

Nota 23 - Eventos Ocorridos Plano de Saúde
São as despesas ocorridas dentro do exercicio de 2024, e reconhecidas no resultado da instituição, esses eventos contam com a rede verticalizada de atendimentos no hospital da instituição, bem como prestadores externos.

Eventos Indenizáveis Liquidos	**(12.810.540)**	**(4.077.335)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	(11.959.833)	(3.665.398)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(850.706)	(411.937)

Nota 24 - Despesas não relacionadas a operação de Saúde Suplementar: São as Despesas incorridas e oriundas da atividade Hospitalar. As atividades na instituição são tratadas de forma separada possibilitando assim uma análise segregada das suas operações. Nesse grupo de Despesas estão inclusas as seguintes rubricas:

- Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares
- Material e Medicamento utilizados em pacientes
- Órteses e Próteses
- Gases Medicinais
- Salários e Encargos Sociais referente a Folha de funcionários pertencentes ao Hospital
- Despesas com Manutenção
- Depreciação e Amortização do Hospital

Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**(108.561.350)**	**(94.627.526)**

Nota 25 - Resultado Financeiro: No ano de 2024 a instituição teve como objetivo a melhora no impacto de despesas financeiras em seu resultado, principalmente juros sobre empréstimos e financiamentos, foi realizada a negociação de vários contratos, com taxa de juros menores e com alongamento de seu passivo bancário.

Resultado Financeiro Liquido	**(3.523.108)**	**(5.616.131)**
Receitas Financeiras	1.224.631	1.405.723
Despesas Financeiras	(4.747.740)	(7.021.854)

Nota 26 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.
Em razão da entidade não distribuir parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicar integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais, manter escrituração regular de suas receitas e despesas, a mesma está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional CTN.
Nota 27 - TRABALHOS VOLUNTÁRIOS:
Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) a Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa, recebe trabalhos voluntários dos seus membros integrantes dos conselhos da Administração, sem nenhuma remuneração ou qualquer outro benefício.
Nota 28 - SEGUROS.
A entidade adota a política de contratar seguros de determinados prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
Nota 29 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS.
A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2024, a entidade não possui qualquer operação com derivativos.
A estrutura de capital da entidade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da entidade (que inclui patrimônio social e reservas conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido).
A entidade não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.
Nota 30 - ESTIMATIVAS DO VALOR JUSTO
Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no mínimo 30 dias. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que é disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares.
As aplicações financeiras, representadas por fundos de renda fixa e classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na cotação final do exercício fornecida pela respectiva instituição financeira.
Nota 31 - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS – nº 42.276-2.
Os Administradores da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa buscam atender a todas as Normas emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS no que diz respeito às operações de seus Planos Privados de Assistência à Saúde.

Ricardo Marques – Diretor Presidente
CPF:062.624.098-07

EVERTON MARTINS BARBOSA
CRC: 1SP262578-0
CPF:281.051.228-04

Diretoria

Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À **Diretores** - Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa - CNPJ N.º 55.990.451/0001-05. **Ribeirão Preto -SP.**
Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de Ética Profissional do Contador suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para Opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da **entidade Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa.**, em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por nós, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores independentes, sem ressalva, datado de 19 de março de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da **entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de fevereiro de 2025.

AUDICESP – Auditoria e Consultoria S.S.
CRC nº. 2SP013587/O-8
CVM nº. 7218

Jamir Tomaz Oliveira
CRC nº. 1SP100506/O-8
CNAI nº. 1300

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas funções legais e estatutárias e em cumprimento do Artigo 62º item II do Estatuto Social da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativo ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, os membros do Conselho Fiscal, opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Ribeirão Preto, 25 de fevereiro de 2025.

Manoel Roberto da Cruz Santos
Membro do Conselho
Paulo Augusto de Souza Rizzi
Membro do Conselho
Rubens de Oliveira Rocha
Membro do Conselho

OpenAI atualiza ChatGPT com técnica aplicada pela chinesa DeepSeek e diz ter reduzido 'alucinações'

TEC

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A OpenAI recorreu à mesma técnica usada pela DeepSeek para desenvolver seu novo e maior modelo de IA (inteligência artificial) generativa, segundo anúncio desta quinta-feira (27). A estratégia reduziu o número de "alucinações", os episódios nos quais o chatbot inventa fatos.

De acordo com a empresa, o novo modelo, chamado GPT-4.5, foi criado usando modelos de IA menores —a técnica é chamada de mistura de especialistas e foi adotada pela startup chinesa no desenvolvimento da DeepSeek-V3-R1, que chocou o mercado da tecnologia por usa eficiência.

A empresa depois avançou no treinamento do modelo gerando novas informações a partir da resposta de outras IAs generativas. Para isso, foi necessário elevar ainda mais o processamento de dados e o arsenal de computadores de ponta à disposição.

O GPT-4.5 ainda não é um modelo de raciocínio, como a DeepSeek-V3-R1 ou o3 da própria OpenAI. Isso torna a tecnologia pior em atividades como programação, mas abre espaço para que a companhia avance mais em futuras IAs que raciocinam.

O laboratório de IA fez o lançamento, ainda em versão de testes, para programadores e assinantes do plano ChatGPT Pro (vendido por US$ 200 mensais ou R$ 1.164 por mês). Analistas veem a medida como resposta ao anúncio, na segunda (24), do Claude 3.7 pela Anthropic, ao lançamento há uma semana do Grok 3, de Elon Musk, e ao sucesso da DeepSeek, em janeiro.

Embora a DeepSeek tenha divulgado como desenvolveu seu modelo de IA, a OpenAI não afirma se o GPT-4.5 teve inspiração direta na tecnologia chinesa.

O anúncio foca a redução na divulgação de informações imprecisas, que caiu a uma taxa de 37%, ante quase 60% na versão anterior, a GPT-4o.

Nesta quinta, a OpenAI disse que o GPT-4.5 tinha "conhecimento mais amplo e uma compreensão mais profunda do mundo, levando a menos alucinações e mais confiabilidade em uma ampla gama de tópicos".

Além disso, os modelos sem cadeia de raciocínio tendem a ser mais criativos e melhores em atividades textuais.

Outro destaque é o tamanho inédito do modelo, o que reforça a aposta da OpenAI em modelos de linguagem grandes e caros, na contramão dos resultados satisfatórios obtidos pela DeepSeek com menos processamento.



Empresa lidera corrida por investimentos

A OpenAI está em negociações com o SoftBank e outros investidores para levantar até US$ 40 bilhões e chegar a uma avaliação de mercado de US$ 300 bilhões. Enquanto isso, a Anthropic também arrecadou US$ 3,5 bilhões com avaliação superior a US$ 60 bilhões.

Eufrázio

Chinesa Tencent lança inteligência artificial que diz ser mais rápida que o modelo da DeepSeek

TEC

PEQUIM | REUTERS A gigante chinesa de tecnologia Tencent lançou nesta quinta-feira (27) um modelo de inteligência artificial que, segundo a empresa, pode responder a consultas mais rapidamente do que o modelo R1 da DeepSeek, sinalizando que o sucesso da startup tem pressionado seus principais concorrentes na China.

O Hunyuan Turbo S é capaz de responder a demandas em 1 segundo, diferentemente do DeepSeek R1, Hunyuan T1 e outros modelos mais lentos que precisam "pensar um pouco antes de responder", afirmou a Tencent em um comunicado.

País asiático vive corrida por IA

O sucesso da DeepSeek tem pressionado gigantes chinesas a produzir seus modelos de IA. No mês passado, o Alibaba lançou o modelo Qwen 2.5-Max, que, diz, também supera o DeepSeek-V3.

Segundo a empresa, testes mostraram que os recursos do Turbo S em áreas como conhecimento, matemática e raciocínio se equiparam ao DeepSeek-V3, tecnologia que alimenta o chatbot de IA que superou o ChatGPT, da OpenAI, em número de downloads nas lojas de aplicativos.

A DeepSeek não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

bionovis BIOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA

BIONOVIS S.A. - COMPANHIA BRASILEIRA DE BIOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA

CNPJ/MF nº 12.320.079/0001-17

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31/12/2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração

Mensagem da Administração: A Bionovis S/A - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica ("Companhia") chega ao fim do ano de 2024 ocupando importante papel no cenário brasileiro em razão das novas perspectivas que abriu para desenvolvimento e produção de medicamentos biotecnológicos através de alta tecnologia inovadora. A Companhia executou com êxito, ao longo do ano de 2024, todas as etapas previstas nos acordos de transferências de tecnologias para as PDPs dos produtos Infliximabe, Beta Interferona 1a, Etanercepte, Rituximabe, Trastuzumabe, Golimumabe e Adalimumabe. Com tal medida e com a execução futura das demais PDPs, estima-se que os gastos do Governo Brasileiro com importação desses medicamentos serão, em boa medida, reduzidos. [illegible] sucesso a produção insumo farmacêutico ativo (IFA) dos lotes de validação para o medicamento Infliximabe e recebeu aprovação pela ANVISA para operação da linha de produção industrial de IFA de anticorpos monoclonais sem nenhum apontamento, resultado sem precedentes na área de biológicos no Brasil. Todas essas ações são coerentes com o plano de negócios da Companhia e tem permitido sua percepção no cenário nacional e internacional de maneira bastante positiva, pelo que queremos agradecer a todos os envolvidos nas conquistas até então obtidas. **A Administração.**

Estrutura Societária: A Companhia é constituída por 04 (quatro) empresas farmacêuticas, cada uma com 25% (vinte e cinco por cento) de participação em seu capital social, conforme organograma abaixo:

Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A 25% | Hypera S/A 25% | NC Farma Participações S/A 25% | União Química Farmacêutica Nacional S/A 25%

Bionovis S/A - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica

O capital social necessário para fazer frente às despesas da Companhia foi subscrito e integralizado tendo sido transformado em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas pelos acionistas na proporção acima indicada. **Atividades da Companhia:** A Companhia tem por objeto a pesquisa, o desenvolvimento, produção, distribuição, importação, revenda e comercialização de produtos manufaturados pela tecnologia do DNA recombinante, pela manipulação genética de células ou por cultivo celular massivo, incluindo proteínas recombinantes, anticorpos monoclonais, células-tronco e peptídeos ("Produtos Biotecnológicos"), com fim terapêutico para uso em medicina humana. Seguem abaixo os status das principais atividades que a Companhia desempenhou no exercício social encerrado em 31/12/2024: **1. Construção e Certificação de fábrica da Companhia:** A Companhia em 07 de fevereiro de 2024 recebeu a certificação da ANVISA, avaliação do CTO-Condições Técnico Operacional; que qualifica a produção de IFA biotecnológico em escala industrial (Suite A). Iniciou o projeto de expansão da sua unidade fabril, que consiste na construção de uma nova área para produção de IFA biotecnológico em e escala industrial (Suite B) que dará às atividades de absorção e implementação de tecnologias de produção oriundas das PDPs (Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo) que demandam equipamentos e processos diferentes dos existentes no site. **2. Parcerias para desenvolvimento de produtos ("PDP's"):** Durante o exercício de 2024, a Companhia executou com êxito as PDPs dos produtos Infliximabe, Beta Interferona 1a, Etanercepte, Rituximabe, Trastuzumabe, Golimumabe, consolidando, ainda mais, sua parceria com o Ministério da Saúde em fornecimento de medicamentos de alto valor agregado e na transferência de tecnologia inédita no Brasil, contribuindo para ampliar o acesso da população brasileira a biofármacos complexos. A celebração das PDPs tem [illegible] sejam, em boa medida, reduzidos. A Companhia, em 2024 submeteu 07 novas PDPs ao MS que estão começando as análises e decisões pelo MS, iniciando em Fevereiro com previsão de finalização em Setembro de 2025. Fizemos a primeira defesa de PDP para o Eculizumabe no dia 13 de Fevereiro de 2025. **3. Licenciamentos e Mercado Privado:** Em 2024 ocorreu o lançamento do primeiro produto no Mercado Privado e em 2025 já iniciamos a comercialização do segundo medicamento. **Desempenho econômico e Financeiro:** As demonstrações de desempenho econômico e financeiro da Companhia do ano de 2024, auditadas e aprovadas pelo auditor independente PWC, encontram-se anexas a este relatório.

Balanço patrimonial	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023 Reapresentado (Nota 1.2)
Ativo/Circulante	799.700	755.863	786.719	755.535
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	87.973	103.082	88.258	105.928
Contas a receber de clientes (Nota 8)	411.251	390.699	411.251	390.699
Estoques (Nota 9)	227.739	206.197	227.739	206.197
Impostos a recuperar (Nota 10)	42.699	44.028	42.699	44.028
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15.1)	-	2.443	-	2.443
Partes relacionadas (Nota 27)	13.266	6.068	-	-
Outros créditos	16.722	5.940	16.722	5.940
Não circulante	638.527	577.955	662.517	576.177
Estoques (Nota 9)	52.182	149.395	52.182	149.395
Impostos a recuperar (Nota 10)	54.876	35.677	54.876	35.677
Depósitos judiciais (Nota 11)	1.404	781	1.404	781
Tributos diferidos (Nota 16)	6.199	-	6.199	-
Investimentos (Nota 12)	25.097	21.519	-	-
Imobilizado (Nota 13)	446.078	361.163	446.078	361.163
Intangível (Nota 13.1)	2.691	4.500	101.778	29.241
Total do ativo	1.438.227	1.333.812	1.449.236	1.331.812

Balanço patrimonial	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	806.939	796.363	817.948	796.363
Fornecedores (Nota 14)	593.216	591.593	604.077	591.593
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	145.760	153.270	145.760	153.270
Passivos de arrendamento	708	900	708	900
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16.1)	8.034	1.547	8.034	1.547
Impostos e contribuições a recolher (Nota 16.1)	6.317	2.637	6.317	2.637
Salários, provisões e encargos sociais (Nota 17)	14.801	15.170	14.964	15.170
Dividendos a pagar (Nota 18.2)	21.650	20.503	21.650	20.503
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15.1)	1.995	-	1.995	-
Outras obrigações	14.938	10.743	14.998	10.743
Não circulante	209.863	209.297	209.863	209.297
Fornecedores (Nota 14)	6.285	15.678	6.285	15.678
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	181.440	189.886	181.440	189.886
Subvenção governamental (Nota 15.2)	9.644	-	9.644	-
Passivos de arrendamento	-	205	-	205
Impostos e contribuições a recolher (Nota 16.1)	9.092	-	9.092	-
Provisão para pagamento de bonus (Nota 17)	1.429	-	1.429	-
Provisão para contingências (Nota 11)	1.973	1.942	1.973	1.942
Tributos diferidos (Nota 16)	-	1.586	-	1.586
Total do passivo	1.016.802	1.005.660	1.027.811	1.005.660
Patrimônio líquido (Nota 18)	421.425	326.152	421.425	326.152
Capital social	118.155	99.525	118.155	99.525
Reserva legal	18.776	14.218	18.776	14.218
Ajuste de avaliação patrimonial	8.548	-	8.548	-
Reserva de retenções de lucros	275.946	212.409	275.946	212.409
Total do passivo e patrimônio líquido	1.438.227	1.331.812	1.449.236	1.331.812

Demonstração das mutações no patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros NE 18.2e	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	85.612	9.902	143.462	-	-	238.976
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	86.328	86.328
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	86.328	86.328
Integralização de Capital (Nota 18.1)	13.913	-	-	-		13.913
Constituição reserva legal (Nota 18.2a)	-	4.316	-	-	(4.316)	-
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios de 2022 (Nota 18.2b)	-	-	-	-	23.805	23.805
Dividendos obrigatórios (Nota 18.2b)	-	-	-	-	(20.503)	(20.503)
Retenção de lucros para reinvestimentos (Nota 18.2e)	-	-	68.947	-	(68.947)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(16.368)	(16.368)
Em 31 de dezembro de 2023	99.525	14.218	212.409	-	-	326.152
Lucro líquido do exercício			-	-	91.159	91.159
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	8.548	-	8.548
Total do resultado abrangente	-	-	-	8.548	91.159	99.707
Integralização de Capital (Nota 18.1)	18.630	-	-	-		18.630
Constituição reserva legal (Nota 18.2a)	-	4.558	-	-	(4.558)	-
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios de 2023 (Nota 18.2b)	-	-	-	-	20.503	20.503
Dividendos obrigatórios (Nota 18.2b)	-	-	-	-	(21.650)	(21.650)
Transferência para reserva de lucros (Nota 18.2e)	-	-	63.537	-	(63.537)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(21.917)	(21.917)
Em 31 de dezembro de 2024	118.155	18.776	275.946	8.548	-	421.425

Demonstração do resultado	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida de vendas (Nota 19)	1.747.179	1.315.208	1.747.179	1.315.208
Custo dos produtos vendidos (Nota 20)	(1.523.378)	(1.139.831)	(1.523.378)	(1.139.831)
Lucro bruto	223.801	175.377	223.801	175.377
Despesas com vendas (Nota 20)	(24.413)	(15.912)	(24.413)	(15.912)
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(34.435)	(26.044)	(35.811)	(26.889)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento (Nota 20)	(3.714)	(3.071)	(3.714)	(3.071)
Participação nos prejuízos de controladas pelo método de equivalência patrimonial	(2.003)	(495)	-	-
Outras receitas e despesas	-	-	-	-
Lucro operacional	159.216	129.855	159.863	129.505
Receitas Financeiras (Nota 21)	27.670	25.657	29.970	25.657
Despesas Financeiras (Nota 21)	(60.286)	(41.681)	(63.233)	(41.824)
Despesas financeiras, líquidas	(32.616)	(16.024)	(33.263)	(16.167)
Lucro antes do Imp. Renda e Cont. Social	126.600	113.831	126.600	113.338
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	(35.441)	(27.502)	(35.441)	(27.502)
Lucro líquido do exercício	91.159	86.328	91.159	85.836
Média ponderada de ações em circulação em milhares	101.078	86.771	101.078	86.771
Lucro por ação - básico e diluído (em R$)	0,9019	0,9949	0,9019	0,9892

Demonstração do resultado abrangente	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	91.159	86.328	91.159	85.836
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de avaliação patrimonial	8.548	-	8.548	-
Total outros componentes do resultado abrangente	8.548	-	8.548	-
Total do resultado abrangente do exercício	99.707	86.328	99.707	85.836

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora dez/2024	Controladora dez/2023	Consolidado dez/2024	Consolidado dez/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e CSLL	126.600	113.831	126.600	113.338
Ajustes:				
Depreciação (Nota 13)	29.077	29.221	29.077	29.221
Amortização (Nota 13.1)	1.827	-	2.465	180
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques (Nota 9)	(8.863)	(117)	(8.863)	(117)
Variação cambial não realizada	1.606	(2.782)	12.159	(2.297)
Juros sobre financiamento (Nota 15)	29.628	38.219	29.628	38.219
Provisão de contingência trabalhista (Nota 11)	31	(443)	31	(443)
Venda de imobilizado (Nota 13)	88	-	88	-
Equivalência Patrimonial	2.003	495	-	-
Instrumentos financeiros e derivativos (15.1)	4.438	(2.443)	4.438	(2.443)
Outras provisões	4.195	2.597	4.195	2.597
	190.626	178.578	199.816	178.255
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes (Nota 8)	(20.552)	154.825	(20.552)	154.825
Estoques (Nota 9)	84.874	(137.104)	84.874	(137.104)
Impostos a recuperar	(33.051)	(27.206)	(33.051)	(27.206)
Subvenção Governamental (Nota 15.2)	9.644	-	9.644	-
Partes Relacionadas (Nota 27)	(7.198)	(6.068)	-	-
Outros créditos	(9.633)	(882)	(9.033)	(882)
Depósitos judiciais (Nota 11)	(562)	(443)	(562)	(443)
Fornecedores (Nota 14)	(10.644)	(104.513)	(1.884)	(104.913)
Salários, provisões e contribuições sociais a pagar (Nota 17)	1.061	3.566	1.224	3.566
Impostos e contribuições a recolher	7.936	(17.353)	7.936	(17.953)
Outras obrigações	-	-	60	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	192.501	42.480	217.892	48.225
Juros pagos (Nota 15)	(30.199)	(27.939)	(30.199)	(27.939)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	162.302	14.541	187.693	20.286
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado (Nota 13)	(114.078)	(45.964)	(114.078)	(45.964)
Aquisição de intangíveis (Nota 13.1)	(17)	(27)	(75.002)	(23.357)
Aporte de capital em Empresa controlada (Nota 12)	(47.033)	(19.000)	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(161.128)	(64.981)	(189.080)	(69.311)
Fluxo de caixa de atividades de Financiamento				
Captação de empréstimos financiamentos (Nota 15)	89.270	123.504	89.270	123.504
Pagamento de financiamentos - principal (Nota 15)	(104.655)	(89.628)	(104.655)	(89.628)
Passivos de arrendamento por pagamento de arrendamento	(898)	(458)	(898)	(458)
Fluxo de caixa gerado pela (aplicado nas) atividades de financiamento	(16.283)	33.418	(16.283)	33.418
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(15.109)	(17.022)	(17.670)	(15.607)
Caixa e equivalentes de caixa. Início do período (Nota 7)	103.082	120.104	105.928	121.535
Caixa e equivalentes de caixa. Final do exercício (Nota 7)	87.973	103.082	88.258	105.928
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(15.109)	(17.022)	(17.670)	(15.607)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2024

1. Contexto operacional: A Bionovis S.A. - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica ("Companhia" ou "Bionovis") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Valinhos, no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas atividades em 2012, por meio da celebração de acordo entre, Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., NC Farma Participações S.A., Hypera Pharma S.A. e União Química Farmacêutica Nacional S.A., pelo qual cada acionista detém 25% do capital social da Companhia. A Companhia tem por atividade operacional a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, distribuição, importação, revenda e a comercialização de produtos manufaturados pela tecnologia do DNA recombinante, pela manipulação genética de células ou pelo cultivo celular massivo, incluindo proteínas recombinantes, anticorpos monoclonais, células-tronco e peptídeos com fim terapêutico ("Produtos Biotecnológicos") para uso em medicina humana. [illegible] revenda ao Ministério da Saúde por meio do laboratório público Bio-Manguinhos, da Fiocruz. No ano de 2016, foi elaborado o projeto de engenharia para a instalação de sua fábrica e centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Valinhos, SP. Esse projeto vem sendo substancialmente financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A primeira etapa da construção da planta produtiva foi concluída em 2019, com a instalação de toda sua infraestrutura e suas utilidades, laboratórios e centro de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, seguidos por atividades de validação para em sequência iniciar a produção de lotes comerciais. Em 2020 e 2021 os investimentos em ativo fixo seguiram o planejamento inicial, a despeito das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19. Em 2021 teve início a produção dos primeiros lotes de engenharia do Infliximabe no contexto do contrato de transferência de tecnologia na modalidade "Vial-to-Vial", visando a produção local deste produto. Em 2022 o referido lote de engenharia foi tratamento concluído com sucesso e o primeiro Lote de Validação, iniciou-se em abril de 2022. Em 2023 foram concluídos a produção dos lotes de validação, conhecido na indústria farmacêutica como "PPQ", e assim submetidos à aprovação da ANVISA. Durante o período de 27 de novembre a 1/12/2023, a Bionovis recebeu auditores da ANVISA para avaliação do CTO - Condições Técnico-Operacional e consequentemente a certificação pela ANVISA, a emissão deste relatório ocorreu em 07/02/2024. A comercialização deste lote de validação está prevista para ano 2025 para atender à demanda de Bio-Manguinhos, da Fiocruz. Nesse contexto, as vendas da Companhia são integralmente para o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, Fiocruz. Durante o ano 2024 iniciou o projeto de expansão da sua unidade fabril. O projeto consiste na construção de uma nova área para produção de IFA biotecnológico em escala industrial, "SUITE B", dentro da planta atual da Bionovis. Com a nova área, a Bionovis terá a capacidade necessária para dar continuidade às atividades de absorção e implementação de tecnologias de produção oriundas das PDPs (Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo) que demandam equipamentos e processos diferentes dos existentes no site. Devido à criação da "SUITE B", a infraestrutura do site deverá ser adequada para compartilhar todos os novos equipamentos e processos sendo, portanto, necessário ampliar as utilidades industriais e farmacêuticas, sistemas de HVAC, infraestrutura elétrica, telecomunicações e drenagem, o que envolve obras civis [illegible]

Reforma tributária sobre o consumo: Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16/01/2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2024.

Diretoria

Odnir Finotti - Diretor Presidente | **Thiago Rennó dos Mares Guia** - Vice Presidente Executivo | **Stoessel Pereira da Silva** - Diretor Administrativo e Financeiro

Contadora

Sandra Cristina T. Barros Francatto - CRC 1SP184562/O-8

Conselho de Administração

Membros Efetivos: **Breno Toledo Pires de Oliveira**, **Adalmario Ghovatto Satheler do Couto**, **José Luiz Depieri**, **Mauro Silvério Figueiredo**, **Luis Paulo Augusto Menezes**, **Kleber William Rodrigues**, **Fernando de Castro Marques**

Membros Suplentes: **Juliana Aguinaga Damião Salem**, **Ramon Sanches Frutuoso Silva**, **Fabio Alessandro Proença de Barros**, **Thiago Cardoso Teixeira Tavares**, **Roberto Dorsa Crestana**, **Sergio Ricardo da Silva**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Bionovis S.A. - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bionovis S.A. - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica ("Bionovis" ou "Companhia"), [illegible]

[illegible] • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de fevereiro de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Gustavo dos Santos Amud
Contador - CRC 1RJ088011/O-0

mercado

Big techs pedem afrouxamento de restrições a exportações de chips a Trump

TEC

BLOOMBERG Empresas de tecnologia com avaliação de mercado somada de mais de US$ 8 trilhões estão pedindo que o governo Trump repense as restrições de exportação de chips, temendo que empurrem aliados dos EUA para os braços de concorrentes chineses.

O presidente da Microsoft e o CEO da Amazon disseram nesta quinta (27) que a equipe de Trump deveria reconsiderar as regras do governo Biden que limitariam a exportação de semicondutores de inteligência artificial a nações como Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. O apelo reverberou um pedido semelhante do CEO da Nvidia.

No momento em que muitas empresas de tecnologia têm se mostrado ansiosas para expressar apoio ao presidente Donald Trump e suas políticas econômicas, elas mostram que têm também grandes pedidos.

Aplicada pelo governo Biden, a chamada regra de difusão de inteligência artificial coloca várias nações no segundo nível de uma categoria de três níveis que restringe a exportação de chips usados em centros de dados para treinar modelos de IA.

O presidente da Microsoft, Brad Smith, disse que a política limitava a exportação de chips de IA para "mercados estrategicamente vitais" e poderia levar esses países a recorrer à China para semicondutores avançados.

"Se não for alterada, a regra dará à China vantagem estratégica na disseminação de sua própria tecnologia de IA, ecoando sua rápida ascensão nas redes 5G há uma década", escreveu Smith no blog corporativo da Microsoft nesta quinta.

Horas depois, o CEO da Amazon, Andy Jassy, disse algo semelhante.

"Não sei como esta administração se sente sobre isso, mas diria que compartilhamos a preocupação de que há limitações em certos países que são aliados naturais dos EUA", disse à Bloomberg Television.

"Eles vão precisar de mais chips, e então acho que, se não fizermos isso, basicamente vamos ceder esse negócio e esses relacionamentos para outros países, que podem fornecer esses chips", disse Jassy. "Acho que estamos melhor sendo parceiros deles."

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 - PROCESSO Nº 17/2025

Objeto: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de manutenção dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Fartura, incluindo serviços de borracharia, com eventual fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha, a vigorar por 12 meses. Abertura das propostas: as 08h30 do dia 20/03/2025. Disputa: 09h00 do dia 20/03/2025. Local: Plataforma BLL. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.fartura.sp.gov.br. Fartura, 27 de fevereiro de 2025.

Luiz Marcos de Souza - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUCIA

REAVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025.PROCESSO Nº 087/2024.EDITAL Nº 001/2025. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO SOCORRO MUNICIPAL ISIDORO BITIO NETO, PERTENCENTE À DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA LUCIA/SP. Legislação: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e do Decreto Municipal nº 3591, de agosto de 2023 (https://www.santalucia.sp.gov.br/tema noticia detalhe&id 19051 e demais legislações aplicáveis, com suas posteriores alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19 DE MARÇO DE 2025. HORÁRIO: 09H00MIN00SEG, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF. ENTREGA DAS PROPOSTAS: ATÉ 08H30MIN, DO DIA 19 DE MARÇO DE 2025. Local: BLL Compras - https://bll.org.br/universo-bll-compras/ Cópia do Edital ou maiores informações, poderão ser obtidos no setor de licitações pelo fone: (16) 3396-9000, das 08 horas às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e pelos Sites: https://www.santalucia.sp.gov.br/ e www.bllcompras.com, pelo e-mail: licitacao@santalucia.sp.gov.br e suporte ao Fornecedor do BLL Compras (41) 3097-4600 / contato@bll.org.br. Santa Lucia, 27 de fevereiro de 2025 ANTONIO CARLOS ABUABUD JUNIOR. Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: PRO MULTI SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - CNPJ/CPF Nº: 37.172.179/0001-74 CONTRATO Nº 14/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2025. DATA DA ASSINATURA: 27/02/2025 – VIGÊNCIA: 26/02/2026. OBJETO: Contratação de serviços de saúde para atenção domiciliar – home care, destinados a pacientes acamados e com alto nível de dependência, visando o atendimento e cumprimento de mandado de segurança e demandas administrativas. VALOR GLOBAL: R$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais).

Paranapanema/SP. Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 27/02/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

CONTRATADO: 3 ALTS X EDUCAÇÃO LTDA - CNPJ n.º 17.276.359/0001-99. ATA DE REGISTRO Nº 04/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2025. DATA DA ASSINATURA: 26/02/2025 - VIGÊNCIA: 25/02/2026. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Kits de Educação Ambiental compostos de livros de conteúdo explicativo e atividades práticas de conscientização sobre as questões ambientais, visando atender os alunos da Rede Municipal de Ensino. VALOR GLOBAL: R$ 916.993,34 (novecentos e dezesseis mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e quatro centavos).

Paranapanema/SP. Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 26/02/2025.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025**, que tratará do **REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de gêneros alimentícios (carnes, frangos, peixes e derivados de leite), destinados aos programas da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e também para o suprimento proteico dos cardápios de Educação Infantil, Creches, Escolas de Ensino Fundamental e Médio do município de Jaboticabal/SP.** Endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública: **http://www.bll.org.br/** - **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h30 do dia 18 de março de 2025.** O Edital na íntegra poderá ser consultado pelos interessados no site supracitado, e também no portal **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**.

Jaboticabal, 27 de fevereiro de 2025.

EMERSON RODRIGO CAMARGO

Prefeito

DESKTOP S.A.

CNPJ/MF nº 08.170.849/0001-15 – NIRE 35300565266

RESUMO DO EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO

PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

A **DESKTOP S.A.**, companhia aberta, convoca os titulares das debêntures da 5ª emissão para Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), em 21/03/2025, às 15h, em formato digital via Microsoft Teams. **Ordem do dia:** **(i)** outorga de garantia real mediante cessão fiduciária de direitos sobre contas vinculadas da Cilnet Comunicação e Informática S.A. e da Desktop Internet Ltda.; **(ii)** alteração do Contrato de Cessão Fiduciária para inclusão de novos cedentes e ajuste das cláusulas contratuais; **(iii)** atualização do Anexo 1 do Contrato de Cessão Fiduciária em até 120 dias; **(iv)** alteração do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão para permitir distribuição de dividendos e recompras sob condições específicas; e **(v)** autorização para o Agente Fiduciário e o Emissor realizarem os atos necessários para implementação das deliberações. A AGD será instalada com a presença de Debenturistas representando no mínimo 50% + 1 das debêntures em circulação, e em segunda convocação com qualquer número. Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail ri@desktop.net.br.

Sumaré, 28 de fevereiro de 2025.

Denio Alves Lindo

Diretor-Presidente

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 014/2025. **OBJETO:** Aquisição de conjunto de mesas e bancos de refeitório para atendimento das unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. O **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** será das 10h00min horas do dia 28/02/2025 até às 10h00min do dia 17/03/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** no horário às 10h05min do dia 17/03/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de Fevereiro de 2.025.

THAISA LAIARA F. DE A. MORAES

Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

TIPO: Menor Valor Global

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 020/2025**. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços Munck com operador habilitado e treinado, com o intuito de atender a demanda do Departamento de Trânsito desta Municipalidade, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **20 de março de 2025, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 28 de fevereiro de 2025.

Publique-se

Santo Antônio de Posse, 27 de fevereiro de 2025.

Marco Antônio Franco da Silva

Secretário Municipal de Segurança Pública

JUNDIAÍ

MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

OBJETO: Fornecimento de medicamentos (vitaminas do complexo D, levotiroxina sódica 25mcg e outros), sob o Sistema de Registro de Preços.

DATA FINAL PREVISTA PARA ENVIO DE PROPOSTA até às 09:30 horas do dia 20 de março de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

OBJETO: Aquisição de medicamentos (propiltiouracilo 10mg, penicetum 800mg e outros), para atendimento à Mandados Judiciais, destinados à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde.

DATA FINAL PREVISTA PARA ENVIO DE PROPOSTA até às 09:00 horas do dia 18 de março de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

OBJETO: Aquisição de medicamentos (tamsulosina 10 mg + risedronato sódico 150mg e outras), para atendimento à Mandados Judiciais, destinados à Unidade de Gestão de Promoção da Saúde.

DATA FINAL PREVISTA PARA ENVIO DE PROPOSTA até às 09:00 horas do dia 19 de março de 2025.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: **www.jundiai.sp.gov.br** (entrar no link "Licitações/Compra Aberta" – Consulta de Licitações – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico - Editais/Anexos). **ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL:** logo após a data final prevista. **SESSÃO DE LANCES:** o início da sessão de lances dar-se-á logo após a abertura e classificação ou não das propostas.

FELIPE AUGUSTO DE ALMEIDA SOUZA

Diretor do Departamento de Compras Governamentais

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025**, referente ao **processo nº 136.00188142/2024-58**, cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO(ÕES) FUTURA(S) DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, PARA DIVERSAS UNIDADES DE ENSINO DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – CEETEPS.** A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (https://www.gov.br/compras) - UASG nº 102401, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09:00h** (horário de Brasília) do **dia 17 de março de 2025**. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 – LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itápolis-SP informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em locação de impressoras portáteis, aparelhos smartphones com Software de gerenciamento de dispositivo e segurança (MDM) e fornecimento anual de 2.160 (Duas mil cento e sessenta) bobinas de papel térmico personalizado para impressão imediata de contas de consumo de água e esgoto, de acordo com as especificações delimitadas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Recebimento das propostas por meio eletrônico: a partir das 15h do dia 27/02/2025 até às 8h do dia 19/03/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Abertura de Propostas Iniciais e Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h00min do dia 19/03/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).** Plataforma de realização: https://bll.org.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através do site www.saaeitapolis.sp.gov.br (aba Downloads) ou no site https://bll.org.br. Maiores informações através do telefone (16) 3263-9494 e pelo e-mail licitacao.itapolis@gmail.com.

Itápolis, 27 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ RICARDO BAZONI - Superintendente do SAAEI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

PROCESSO Nº 015/2025 - D.A. – D.C.L.

OBJETO: Contratação de empresa para realizar alguns reparos e adequações compreendendo o fornecimento de todo material empregado, equipamentos, mão-de-obra, serviços complementares e outros no Centro Integrado de Educação Municipal - CIEM - Departamento de Obras de Mirassol.

TIPO: "MENOR PREÇO".

Apresentação das Propostas: Até 20/03/2025 às 14:00 horas (horário de Brasília).

Abertura da "Proposta" Sessão Pública: Dia 20/03/2025 às 14:00 horas.

Início da disputa: Dia 20/03/2025 a partir das 14:05 horas (horário de Brasília).

INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 27 de fevereiro de 2025.

Antônio Carlos Doimo - Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2025 – PROCESSO Nº 77016/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE APARELHO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA - BIPAP - EM ATENDIMENTO AO PACIENTE L.A.V. - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) - CONTRATO. ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.HTTP://COMPRASBR.COM.BR. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/03/2025, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/03/2025 ÀS 09H00MIN. A ÍNTEGRA DO EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL AOS INTERESSADOS NO SITE: WWW.ITAPETININGA.SP.GOV.BR/LICITACAO NO ÍCONE PREGÃO ELETRÔNICO E NO SITE: WWW.HTTP://COMPRASBR.COM.BR A PARTIR DO DIA 06/03/2025. ITAPETININGA, 27.02.2025. SOLANGE D. DE B. OLIVEIRA – SEC. MUN. DE SAÚDE.

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 023/2025 – PROCESSO Nº 76584/2024 – AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE ENFERMAGEM ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PELO PERÍODO DE 12 MESES, COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.HTTP://COMPRASBR.COM.BR, DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/03/2025, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/04/2025 ÀS 09H30MIN. A ÍNTEGRA DO EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL AOS INTERESSADOS NO SITE: WWW.ITAPETININGA.SP.GOV.BR/LICITACAO NO ÍCONE PREGÃO ELETRÔNICO E NO SITE: WWW.HTTP://COMPRASBR.COM.BR A PARTIR DO DIA 06/03/2025. ITAPETININGA, 27.02.2025. SOLANGE D. DE B. OLIVEIRA – SEC. MUN. DE SAÚDE.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 015/2025. **OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa especializada em controle de pragas e vetores, desinsetização, desratização, limpeza de reservatórios de água, incluindo fornecimento de mão de obra e materiais necessários para atender todas as unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. O **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** será das 08h00min horas do dia 28/02/2025 até às 08h00min do dia 19/03/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** no horário às 08h05min do dia 19/03/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de Fevereiro de 2.025.

THAISA LAIARA F. DE A. MORAES

Departamento de Licitação

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 013/2025. **OBJETO:** Aquisição de cartuchos HP 727 130ml, HP 738 300ml e bobinas para impressão de materiais gráficos que atendam às necessidades das Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação e Secretaria Municipal de Obras e Projetos, conforme termo de referência. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. O **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** será das 08h00min horas do dia 28/02/2025 até às 08h00min do dia 17/03/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** no horário às 08h05min do dia 17/03/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 27 de fevereiro de 2025.

THAISA LAIARA F. DE A. MORAES

Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 - PROCESSO Nº 789/2025

TIPO: Menor Valor por item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 022/2025**. Objeto: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviço funerário – desertos e fracassados do PE 146/2024, para atender a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Santo Antônio de Posse, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **21 de março de 2025, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 28 de fevereiro de 2025.

Publique-se

Santo Antônio de Posse, 27 de fevereiro de 2025.

SILVANA PINCK CORTEZ

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto da universidade de São Paulo, **pregão eletrônico nº 154/2025**, do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços, tendo em vista a **aquisição futura e eventual de medicamento padrão** (ceftazidima 2 g + avibactam 500 mg, po para solucao injetavel, frasco-ampola, via endovenosa), destinado ao hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto – USP, campus universitário. A realização da sessão será no dia **17/03/2025, às 09:00 horas**, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br, cadastro sob o **nº 92201 – 90154/2025**. Data de início do envio da proposta eletrônica: 28/02/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.gov.br/pncp/pt-br ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.659, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul S.A – NATURGY, inclusive das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre e revoga a Deliberação ARSESP nº 1.605, de 27 de novembro de 2024. (Processo SEI: 133.00000463/2025-03). O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP, na forma da Lei Complementar estadual nº. 1.413, de 23 de setembro de 2024 e do Decreto Estadual nº 69.338, de 04 de fevereiro de 2025: *Considerando o disposto nos artigos 23º, 61 e 62 da Lei Complementar estadual nº. 1.413, de 23 de setembro de 2024 e artigo 36º da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007; Considerando as disposições das Cláusula Décima Primeira e Décima Terceira do contrato de concessão nº CSPE/03/00, de 31 de maio de 2000, firmado entre o Estado de São Paulo e a Gás Natural São Paulo Sul S.A. para exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.010, de 10 de junho de 2020, que estabelece mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica, em razão de variações do preço do gás e do transporte; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.056, de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre novos critérios de cálculo e limites para compensação na tarifa, dos valores incorridos em Penalidades (P) pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.061/2020, de 06 de novembro de 2020, alterada pela Deliberação ARSESP nº 1.495, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as regras para prestação do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado para os Usuários Livres, as condições para autorização do Comercializador e as medidas para fomentar o Mercado Livre de Gás Canalizado no Estado de São Paulo; Considerando a Deliberação ARSESP nº 1.522, de 27 de maio de 2024, que apresenta as margens de distribuição e o custo médio ponderado do gás e do transporte, além das tabelas tarifárias anteriormente aplicadas pela concessionária; Considerando o Ofício DIREG 941/2025, de 17 de fevereiro de 2025; e Considerando a Nota Técnica nº 0057054458, que apresenta o cálculo das tarifas a serem aplicados para todos os usuários.* **DELIBERA:** Art. 1º. Atualizar o preço do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, conforme segue: I. O custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos usuários residenciais e comerciais, quando aplicável, corresponde, respectivamente, a R$ 1,928100/m³ e R$ 0,439600/m³; II. O custo médio ponderado do gás e do transporte fixado nas tarifas dos demais usuários, quando aplicável, passa a ser de R$1,916300/m³ e de R$ 0,439600/m³, respectivamente; III. Manter o valor da parcela de recuperação do saldo da conta gráfica para os segmentos residencial e comercial em R$ -0,190045/m³; e atualizar o valor para os demais segmentos para R$ 0,037582/m³. IV. Os demais componentes da Deliberação ARSESP nº 1.522, de 27 de maio de 2024 permanecem inalterados. §1º. Os valores acima não incluem os tributos de PIS/PASEP e da COFINS. §2º. O custo total do gás e do transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para os usuários residências e comerciais, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, é de R$ 2,410852/m³. §3º. O custo total do gás e do transporte, contido nas tarifas-teto vigentes para os usuários não residenciais e não comerciais, adicionado dos tributos de PIS/PASEP e da COFINS, é de R$ 2,615058/m³. Art. 2º. Publicar as tabelas tarifárias com os valores: I. Das tarifas-teto dos segmentos Residencial; Residencial – Medição Coletiva; Comercial; Industrial; Gás Natural Veicular – Postos; Gás Natural – Transporte Público e Gás Natural – Grandes Frotas; constantes no Anexo 1 desta Deliberação; II. Das margens máximas e preços do gás dos segmentos Cogeração e Termoelétrico (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada ao Consumo Próprio ou à Venda a Consumidor Final) e das margens máximas dos segmentos Refrigeração e Gás Natural Liquefeito – GNL e Matéria-Prima, constantes no Anexo 2 desta Deliberação; III. Das margens máximas e preço do gás dos segmentos Cogeração e Termoelétrica (Cogeração/Geração de Energia Elétrica Destinada à Revenda a Distribuidor), constantes no Anexo 3 desta Deliberação; IV. Das margens máximas do Segmento Interruptível, constantes no Anexo 4 desta Deliberação; V. Das tarifas-teto do Segmento Gás Natural para fins de Gás Natural Comprimido – GNC, constante no Anexo 5 desta Deliberação, e VI. Da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para usuários livres, constante no Anexo 6 desta Deliberação. Art. 3º. O valor a título de PIS/PASEP e COFINS contido nas tarifas corresponde a 9,00% (nove por cento), exceto para os consumidores livres, nos termos do artigo 3º da Portaria CSPE nº 399/2006. Parágrafo único. O ICMS não consta da base de cálculo de PIS/PASEP e COFINS. Art. 4º. Os valores do preço do gás, considerados para fins de fixação das tarifas nesta Deliberação, poderão ser revistos pela ARSESP a qualquer tempo para promover a sua adequação em face de novas condições que vierem a ser observadas na sua aquisição, conforme previsto nas Subcláusulas 9ª e 16ª, da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Concessão. Art. 5º. Revoga-se a Deliberação ARSESP nº 1.605, de 27 de novembro de 2024. Art. 6º. Esta Deliberação entrará em vigor em 28 de fevereiro de 2025.

Thiago Mesquita Nunes
Diretor-Presidente
Publicado no D.O.E. de 27/02/2025
Este texto não substitui o publicado no DOE de 27/02/2025

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO RESIDENCIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 1,00 m³	23,38	0,000000
2	1,01 a 7,00 m³	18,28	6,737227
3	7,01 a 16,00 m³	19,70	6,520309
4	16,01 a 41,00 m³	21,85	6,373122
5	> 41,00 m³	22,87	6,352891

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

SEGMENTO RESIDENCIAL – MEDIÇÃO COLETIVA

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	Faixa Única	0,00	6,744991

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348.400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COMERCIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 50,00 m³	58,42	6,982745
2	50,01 a 500,00 m³	91,29	6,216178
3	500,01 a 5.000,00 m³	350,03	5,686013
4	> 5.000,00 m³	7.609,03	4,230464

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348.400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INDUSTRIAL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	450,27	5,064256
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	9.004,97	4,309774
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	41.733,74	3,602326
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	108.507,71	3,364060
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	119.946,11	3,245727
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	129.130,35	3,174202
7	> 3.000.000,00 m³	165.375,28	3,141917

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348.400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 1 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
GÁS NATURAL VEICULAR

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	3,146229
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	2,995148
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	2,995148

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348.400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 2 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	445,12	0,635490
2	200,01 a 5.000,00 m³	4.279,92	0,635490
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	9.004,97	0,635490
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	11.580,34	0,635490
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	34.741,06	0,393864
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	46.321,40	0,314460
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	57.901,76	0,308312
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	92.642,76	0,286855
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	115.803,48	0,266169
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	127.383,82	0,247396
11	> 20.000.000,00 m³	162.124,88	0,177669

Climatização - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.
Geração de Energia - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final. O custo do gás canalizado e do transporte destinados a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/Cofins, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$ 2,615058/m³.
5) Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

ANEXO 3 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada à revenda a distribuidor

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	445,12	0,635490
2	200,01 a 5.000,00 m³	4.279,92	0,635490
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	9.004,97	0,635490
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	11.580,34	0,635490
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	34.741,06	0,393864
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	46.321,40	0,314460
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	57.901,76	0,308312
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	92.642,76	0,286855
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	115.803,48	0,266169
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	127.383,82	0,247396
11	> 20.000.000,00 m³	162.124,88	0,177669

Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Ao valor das margens desta tabela, que já incluem os tributos PIS/COFINS, deverá ser acrescido o valor do preço do gás (commodity + transporte) referido nas condições abaixo e destinados a esses segmentos.
3) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
4) O custo do gás canalizado e do transporte destinado ao segmento de cogeração, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, vigentes nesta data, é de R$ 2,615058/m³.
5) Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.

ANEXO 4 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INTERRUPTÍVEL
DE ACORDO COM A PORTARIA CSPE Nº 211/2002

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	450,27	3,349198
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	9.004,97	1,694716
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	41.733,74	0,987268
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	108.507,71	0,749911
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	119.946,11	0,630660
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	129.130,35	0,559144
7	> 3.000.000,00 m³	165.375,28	0,526850

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)
3) O custo do gás canalizado e do transporte destinado a este segmento, já considerados os valores dos tributos PIS/COFINS incidentes no fornecimento pela concessionária, deve ser adicionado ao encargo variável.

ANEXO 5 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO GÁS NATURAL PARA FINS DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO – GNC e GÁS NATURAL LIQUEFEITO - GNL

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	5,546546
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	4,170245
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	3,432118
4	100.000,01 a 300.000,00 m³	3,409591
5	300.000,01 a 1.000.000,00 m³	3,221988
6	> 1.000.000,00 m³	3,191855

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas:
1) Os valores não incluem ICMS.
2) Valores para Gás Natural referido nas seguintes condições:
Poder Calorífico Superior = 9.400 kcal/m³ (39.348,400kJ/m³ ou 10,932 kWh/m³)
Temperatura = 293,15° K (20° C)
Pressão = 101.325 Pa (1 atm)

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO INDUSTRIAL E INTERRUPTÍVEL – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	397,71	2,958244
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	7.953,82	1,496801
3	50.000,01 a 300.000,00 m³	36.862,14	0,872024
4	300.000,01 a 500.000,00 m³	95.841,58	0,682373
5	500.000,01 a 1.000.000,00 m³	105.944,75	0,557051
6	1.000.000,01 a 3.000.000,00 m³	114.056,91	0,490875
7	> 3.000.000,00 m³	146.070,95	0,485359

Nota do Faturamento: Cada classe é independente. Aplica-se a cada uma delas um encargo variável e um encargo fixo.
Notas: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
GÁS NATURAL VEICULAR – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Segmento	Termo Variável (R$/m³)
Postos	Gás Natural Veicular - Postos	0,469188
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Transporte Público	Gás Natural Veicular - Transporte Público	0,335722
Classe	**Segmento**	**Termo Variável (R$/m³)**
Frotas	Gás Natural Veicular - Frotas	0,335722

Notas: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO COGERAÇÃO E TERMOELÉTRICAS – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES
Cogeração/Geração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final e cogeração/geração de energia elétrica destinada à revenda ao distribuidor

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Fixo (R$/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 200,00 m³	393,16	0,561309
2	200,01 a 5.000,00 m³	3.780,33	0,561309
3	5.000,01 a 40.000,00 m³	7.953,82	0,561309
4	40.000,01 a 100.000,00 m³	10.228,56	0,561309
5	100.000,01 a 500.000,00 m³	30.685,72	0,347888
6	500.000,01 a 2.000.000,00 m³	40.914,28	0,277753
7	2.000.000,01 a 4.000.000,00 m³	51.142,86	0,272323
8	4.000.000,01 a 7.000.000,00 m³	81.828,53	0,253370
9	7.000.000,01 a 10.000.000,00 m³	102.285,65	0,235099
10	10.000.000,01 a 20.000.000,00 m³	112.514,25	0,218517
11	> 20.000.000,00 m³	143.199,97	0,156930

Climatização - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final.
Geração de Energia - As tarifas para este segmento têm os mesmos encargos variáveis do segmento de Cogeração - Cogeração de energia elétrica destinada ao consumo próprio ou à venda a consumidor final.
Nota: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

ANEXO 6 – TARIFAS DE GÁS CANALIZADO
ÁREA DE CONCESSÃO DA NATURGY
SEGMENTO GÁS NATURAL PARA FINS DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO – GNC E GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL – TUSD PARA USUÁRIOS LIVRES

Classe	Volume (m³/mês)	Termo Variável (R$/m³)
1	0,00 a 5.000,00 m³	2,589284
2	5.000,01 a 50.000,00 m³	1,373649
3	50.000,01 a 100.000,00 m³	0,721884
4	100.000,01 a 300.000,00 m³	0,701787
5	300.000,01 a 1.000.000,00 m³	0,535954
6	> 1.000.000,00 m³	0,509467

Nota: Os valores não incluem ICMS e PIS/COFINS.

PODCASTS FOLHA

FOLHA

mercado

Instagram avalia lançar aplicativo exclusivo para Reels, diz site

TEC

BENGALURU | REUTERS O presidente do Instagram, Adam Mosseri, afirmou a funcionários nesta semana que a empresa considera lançar um aplicativo separado para a sua plataforma de vídeos curtos Reels, disse o site The Information, na quarta-feira (26), citando uma pessoa que teria ouvido as declarações.

A empresa de propriedade da Meta tenta aproveitar a situação incerta do TikTok nos Estados Unidos ao oferecer uma experiência semelhante de rolagem de vídeo, diz a reportagem.

A Meta não respondeu imediatamente a um pedido de comentário da Reuters.

A Meta já havia informado aos investidores que o Instagram Reels representa mais de 50% do tempo que as pessoas passam no aplicativo. Em dezembro, a Meta já havia lançado o Trial Reels, permitindo que os usuários compartilhassem seus vídeos Reels principalmente com pessoas que não os seguem, próximo ao formato do TikTok.

De acordo com uma estimativa da empresa de pesquisa Emarketer, o Instagram representa metade da receita da Meta nos Estados Unidos, consolidando ainda mais o papel do aplicativo como o principal motor de crescimento da empresa, que também é dona do Facebook e do WhatsApp.

Em janeiro, a companhia também anunciou um novo aplicativo de edição de vídeo, chamado Edits, em uma aparente tentativa de atrair usuários do CapCut, programa semelhante de propriedade da chinesa ByteDance, que também controla o TikTok.

O aplicativo de edição de vídeo vem ganhando força e já lidera um mercado que antes era dominado por Adobe e Canva. Desde seu lançamento fora da China em 2020, o CapCut conquistou mais de 300 milhões de usuários móveis ativos mensais e comanda 81% do total de usuários ativos para edição de vídeo móvel, de acordo com a empresa de inteligência de mercado Sensor Tower.

A Meta também já havia testado um aplicativo de compartilhamento de vídeos chamado Lasso, em 2018, com o objetivo de competir com o TikTok, mas a plataforma não ganhou força e foi descontinuada.

mercado

FBI acusa Coreia do Norte de furtar US$ 1,5 bi em criptomoedas

WASHINGTON | AFP O FBI acusou a Coreia do Norte pelo furto de criptomoedas no valor de US$ 1,5 bilhão (R$ 8,7 bilhões) na semana passada, a maior quantia furtada desse tipo de ativo digital na história.

A operadora de criptomoedas Bybit, com sede em Dubai, informou na semana passada que sofreu o furto de 400 mil unidades da moeda ethereum.

Segundo a empresa, os cibercriminosos burlaram os protocolos de segurança durante uma transação e conseguiram transferir os ativos para um endereço não identificado.

A Polícia Federal americana informou ainda que um grupo chamado "TraderTraitor", também conhecido como Grupo Lazarus, foi responsável pelo roubo.

Um comunicado do FBI acrescenta que o grupo estava "atuando rapidamente e converteu alguns bens roubados em bitcoin e outras moedas virtuais espalhadas ao longo de milhares de endereços em múltiplas cadeias de blocos".

"Espera-se que os recursos passem por mais processos de lavagem e, eventualmente, sejam convertidos em moeda fiduciária", comentou o FBI.

O Grupo Lazarus ganhou notoriedade há uma década, quando foi acusado de um ciberataque contra a Sony Pictures como vingança pelo filme "A Entrevista", que ironiza o líder norte-coreano Kim Jong Un.

Também estaria envolvido no furto de US$ 620 milhões (R$ 3,6 bilhões) em ethereum e USD Coin da plataforma Ronin Network em 2022, que até agora era o maior furto de criptomoedas da história.

Em dezembro, os governos dos Estados Unidos e do Japão atribuíram ao grupo um roubo de criptomoedas de mais de US$ 300 milhões (R$ 1,7 bilhão) da casa de câmbio japonesa DMM Bitcoin.

O programa de guerra cibernética norte-coreano tem registros desde meados dos anos 1990. Uma empresa de segurança cibernética já citou o país como "o ciberladrão mais prolífico do mundo".

Atualmente, o programa de Pyongyang tem pelo menos 6.000 agentes e é conhecido como "Bureau 121", com operações em vários países, segundo um relatório dos EUA de 2020.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE HERCULÂNDIA
CNPJ: 21.483.657/0001-27
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
A entidade supra, inscrita no CNPJ sob nº 21.483.657/0001-27, através de seu presidente, Sr. Douglas Henrique de Pieri, convoca todos os associados do sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Herculândia, e também os servidores públicos municipais dos municípios de Quintana/SP, Queiroz/SP, Bora/SP e Arco-Íris/SP para participarem da Assembleia Geral extraordinária a ser realizada no dia 20/03/2025 às 18:00 horas em 1ª convocação (50% + 1), ou trinta minutos após com qualquer número de convocados presentes a realizar-se na Rua Quinze de Novembro, 319, Centro, Herculândia/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: a) Extensão de base territorial desta entidade aos Municípios de Quintana/SP, Queiroz/SP, Bora/SP e Arco-Íris/SP. b) Alteração da denominação desta entidade para Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Herculândia, Quintana, Queiroz, Bora e Arco-Íris. c) Alteração da categoria profissional para servidores públicos municipais das Prefeituras Municipais das Câmaras, Autarquias Municipais, e Fundações Públicas Municipais ativos e inativos. Herculândia/SP, 27 de Fevereiro de 2025. **Douglas Henrique de Pieri** - Presidente.

FIPAI FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL
DESPACHO DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DE 26.02.2025
Autorizo na forma do caput do Art.72, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, a Dispensa de Licitação, para despesa abaixo especificada, devidamente justificada, e em conformidade com o Parecer Jurídico e Justificativa Técnica do Coordenador do Projeto, constante dos autos, conforme prevê o Art. 72, inciso III do mesmo diploma legal. **Interessada:** FIPAI Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial. **Fundamento Legal:** Artigo 75, Inciso IV, Letra c) da Lei Federal nº 14.133/2021. **Processo:** FIPAI nº 05/2025 - Dispensa de Licitação - Convênio Petrobras 2023/00291-7. **Objeto:** Medidor de vazão mássica tipo Coriolis. **Contratada:** Yokogawa América do Sul Ltda - CNPJ 53.761.607/0001-50. **Valor CIF São Carlos-SP, com todos os impostos inclusos:** R$ 93.125,07.
Frederico Fábio Mauad - Diretor Presidente

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025 – Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de material hidráulico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 25/03/2025 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 25/03/2025 ÀS 09:00 HORAS.** O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 25 de fevereiro de 2025. Lourival Formis Junior – Pregoeiro

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 002/25
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/25
A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/25, Processo Administrativo nº 1743/25, cujo objeto consiste na Locação Mensal de Ambulâncias e Veículos (sem motorista) para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 18 de março de 2025, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na integra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).
Mococa-SP, 27 de fevereiro de 2025
Leandro José da Rocha Pichotano
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 001/25
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/25
A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/25, Processo Administrativo nº 1235/25, cujo objeto consiste na aquisição futura e parcelada de Leite Pasteurizado tipo A, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação. O início da sessão da disputa do pregão ocorrerá no dia 14 de março de 2025, às 09:30hs na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Informações e o edital na integra encontra-se a disposição dos interessados no site mococa.sp.gov.br, no link: Licitações >Pregão Eletrônico e também no site da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL (www.bll.org.br).
Mococa-SP, 27 de fevereiro de 2025
Leandro José da Rocha Pichotano
Agente de Contratação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMSE - 2ª RM
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 2ª REGIÃO MILITAR
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 90001/2025
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DA REPARAÇÃO DA CASA DE HÓSPEDES DO HMASP, SITUADO NA RUA OUVIDOR PORTUGAL, 230, VILA MONUMENTO, SÃO PAULO – SP. Critério para Julgamento das Propostas: **MENOR PREÇO.** Data de Abertura da sessão: 18 de março de 2025, às 08h30min. O Edital está disponível a partir de 28 de fevereiro de 2025; no site: www.comprasnet.gov.br ou no órgão, situado na Rua da Independência 632, Bloco III, Cambuci, São Paulo/SP, CEP: 01524-000 Tel.:3273-2950, de segunda a quinta-feira das 09h30min horas às 11h30min horas e das 13h30 às 16h00, e de sexta-feira das 09h00min horas às 11 horas.

Fernandez Sociedade Anônima Indústria de Papel
CNPJ nº 43.468.201/0001-42 - NIRE nº 35300013689
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **Fernandez Sociedade Anônima Indústria de Papel** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral"), a se realizar no **dia 21 de março de 2025, às 10h00,** na sede da Companhia, localizada na Rodovia Amparo-Monte Alegre do Sul, km 2, s/nº, bairro da Boraina, município de Amparo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Ordinária:** a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Destinação do resultado da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; c) Eleição da diretoria para o próximo triênio; d) Fixação da remuneração global anual dos administradores; e e) Outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Amparo - SP, 20 de fevereiro de 2025.
Marina Dieguez Fernandez - Diretora Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 070/2023 - PROCESSO Nº 455/2022
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: Metapública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda. ASSINATURA: 25/02/2025 - OBJETO: Fica suprimido o valor contratual em 25 (vinte e cinco por cento), passando o valor total do contrato de R$ 184.455,36 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) para R$ 138.341,52 (cento e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos), o valor mensal passará a ser de R$ 11.528,46 (onze mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos). As demais cláusulas permanecem inalteradas, finalmente. TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2022.
Fernandópolis-SP, 27 de fevereiro de 2025.
RAFAEL VINICIUS VICENTIN
Gerente

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO
EDITAL
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 155/2025, do tipo menor preço, destinado à: MICROTUBO EM POLIPROPILENO, TIPO EPPENDORF, CAPACIDADE PARA 200 UL, EM TIRAS COM OITO UNIDADES.... A realização da Sessão será no dia 28/03/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90156/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 28/02/2025. O edital na integra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.
PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 070/2023 - PROCESSO Nº 455/2022
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: Metapública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda. ASSINATURA: 25/02/2025 - OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses passando sua vigência de 16 de fevereiro de 2025 para 16 de fevereiro de 2026, retroagindo seus efeitos a 16 de fevereiro de 2025. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2022.
Fernandópolis-SP, 27 de fevereiro de 2025.
RAFAEL VINICIUS VICENTIN
Gerente

Santander — SOLD LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 06 de março de 2025, a partir das 10h10min
2º LEILÃO: 10 de março de 2025, a partir das 14h10min (horário de Brasília)
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] **Fiduciante(s) PATRICIA CHAVES CARVALHO** [illegible] **06 de março de 2025, a partir das 10h10min** em **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 538.358,26 (Quinhentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos), o imóvel matriculado sob nº 104.443 do Oficial de Registro de Imóveis de Bragança Paulista/SP** [illegible] **10 de março de 2025, a partir das 14h10min** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 263.981,84 (Duzentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos)** [illegible] **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line** [illegible] **Outras informações no site do leiloeiro(a)** [illegible]

Instituto Assistencial do Município de Sumaré
Lei Municipal 493/64 de 22/05/1964 e 3906/2003 de 05/12/2003
C.N.P.J. 51.310.969/0001-08
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2024
ÓRGÃO INTERESSADO: INSTITUTO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA E USO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO, COM SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.
O Presidente do Instituto Assistencial do Município de Sumaré no uso de suas atribuições, resolve **ADJUDICAR** e **HOMOLOGAR** o objeto em favor da empresa **CECAM CONSULTORIA ECONÔMICA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA MUNICIPAL LTDA,** CNPJ: 00.628.846/0001-89 com o valor global de R$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais).
Amilton Hoffmann
Instituto Assistencial Do Município De Sumaré
Presidente

NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A
CNPJ/MF Nº 25.196.407/0001-04 – NIRE Nº 35300493222
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas da **NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A** para se reunirem em assembleia geral ordinária, a se realizar às **14h30 do dia 13 de março de 2025**, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132, Bloco B, sala 1110A, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05314-000, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: a) apreciar as contas da diretoria relativas ao último exercício social findo em 31/12/2024; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) apreciar o relatório da gestão e informações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria relativo ao exercício social findo em 31/12/2024; e, e) proceder à eleição dos membros do Conselho de Administração. A assembleia geral ordinária será realizada de forma presencial e também por meio digital, mediante a disponibilização de link de acesso aos acionistas, nos termos previstos no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 14.010/2020, de modo a respeitar as restrições de ordem sanitárias e preservar os riscos à saúde dos acionistas. Nos termos do artigo 16º do estatuto social, o acionista poderá fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.
NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A
HELENO MASPOLI VERUCCI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022
A Câmara Municipal de Santana de Parnaíba convoca o candidato abaixo, **APROVADO** em Concurso Público, aberto através do Edital nº 01/2022 para o cargo de **GUARDA DE PATRIMÔNIO:**

GUARDA DE PATRIMÔNIO	
Class.	Nome
11º	**NELITO GOMES DE SOUSA**

O candidato deverá comparecer impreterivelmente até o dia **12/03/2025** na Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, sito à Rua Professor Eugênio Teani, 309 – Jd. Professor Beroá – Santana de Parnaíba/SP – CEP: 06502-025, Tel.: (11) 4154-8600, e-mail: rh@camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br, das 08:00 às 17:00 horas, munidos dos documentos conforme item 11.4 do Edital do Concurso Público nº 01/2022, sendo que, caso não compareça no prazo especificado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável, conforme item 11.3.3 do mesmo Edital.
Santana de Parnaíba, 28 de fevereiro de 2025.
JOSÉ HUGO DA SILVA
(HUGO SILVA)
Presidente da Câmara Municipal

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ
AVISO DE LICITAÇÃO PL.Nº.3446.2025.CPL.HUOC.PE.0023.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de Confecção de Materiais Gráficos e de Sinalização, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$ 509.968,27 (quinhentos e nove mil novecentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 20/03/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 28/02/2025 às 8h até o dia 20/03/2025 às 13h30. **PL.Nº.3496.2025.CPL.HUOC.PE.0039.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de M M H - SONDAS E CÂNULAS ENDOTRAQUEAIS, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$ 48.861,4660 (quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 18/03/2025 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 28/02/2025 às 8h até o dia 18/03/2025 às 8h30. **PL.Nº.3436.2025.CPL.HUOC.PE.0014.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual prestação de serviços de Manutenção de Câmara Refrigerada para Conservação de Corpos, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$55.264,08 (cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais e oito centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 20/03/2025 às 9h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 28/02/2025 às 8h até o dia 20/03/2025 às 8h30. **PL.Nº.3491.2025.CPL.HUOC.PE.0038.HUOC** – Registro de Preço para o fornecimento eventual de SOROS DE GRANDES VOLUMES, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$2.656.153,92 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil cento e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 18/03/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema já se encontra em recebimento desde 28/02/2025 às 8h até o dia 18/03/2025 às 13h30. Nathalia Beserra, Agente de Contratação CPL/HUOC.

FRAZÃO Leilões — itaú
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **ANTONIO AUGUSTO FERREIRA**, [illegible] **DEONICE FRANCISCA DE CAMARGO FERREIRA**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line** [illegible] **dia 13/03/2025, às 15h30min, à Rua Hipodromo, 1141** [illegible]

Eufrázio

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO 07/2025

OBJETO: "AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE". **TIPO:** Menor preço por item. **INÍCIO REC. PROPOSTA:** 10/03/2025. **FIM REC. PROPOSTA:** 21/03/2025 09:00 - **INÍCIO DISPUTA:** 21/03/2025 09:15- **TIPO DE LANCE:** MENOR LANCE - **TIPO ENCERRAMENTO:** ABERTO. SUPORTE AO FORNECEDOR (41) 3097-4600 contato@bll.org.br. Para demais informações contato via e-mail: licitacao@fai.com.br, telefones: 1835027033 ou 1835027028. Edital disponível em: https://portal.unifai.com.br, PNCP e BLL.

Adamantina (SP), 27 de fevereiro de 2025. Prof. Dr. Alexandre Teixeira de Souza - **Reitor**

Fertigran Fertilizantes Vale do Rio Grande Ltda.

CNPJ sob nº 53.400.818/0002-49

Aviso de Extravio de Documento Fiscal

Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências

Fertigran Fertilizantes Vale do Rio Grande Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 53.400.818/0002-49 e Inscrição Estadual nº 349.006.179.113, estabelecida na Rodovia Anhanguera-KM 450, nº s/n, bairro Anhanguara, CEP 14.540-000, Igarapava/SP, Comunica, com fundamento no § 2º do artigo 1º da Portaria CAT 17/2006 e Portaria SRE nº 10, de 15/02/2023, o Extravio de seu Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6, o qual se encontrava preenchido no momento do fato e era utilizado para anotar informações fiscais obrigatórias. **(27, 28.02.2025 e 01.03.2025)**

Instituto Brasileiro de Impermeabilização - CNPJ 47.185.640/0001-87 - **Assembleia Geral Extraordinária** - Convocação - São convocados os senhores associados desse Instituto para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária às 17h00 em 1ª convocação e às 17h30 em 2ª convocação no dia 25 de abril de 2025, presencialmente na sede do IBI situada no Condomínio Villa Lobos Office Park na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D - sala 507 - São Paulo/SP ou de forma online pelo link https://us02web.zoom.us/j/81417557607?pwd=y6p52J0rzy39LcMy5vcEnw3PxVk1vL1 ID da reunião: 814 1755 7607 e Senha de acesso: 884159 a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: 01) Revisão Estatuto Social. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. **Dimitri Nogueira** - Presidente do Conselho Deliberativo.

MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 003/2025 – Processo Administrativo Nº 012/2025

Acha-se aberto na Divisão de Material o PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 003/2025, do tipo menor preço por item, para o registro de preços para futura e eventual locação de hora máquina (caminhão toco, caminhão truck, escavadeira hidráulica, mini escavadeira hidráulica, mini pá carregadeira, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira de pneus, rolo compactador tipo pé de carneiro e trator de esteira), para prestação de serviços, no perímetro urbano e zona rural; com credenciamento às 8h45min e fase de lances às 9h do dia 18 de março de 2025. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo site: https://pncp.gov.br/app/editais/43206424000110/2025/8 ou no site: https://www.alvaresmachado.sp.gov.br/conteudo/Publica%C3%A7%C3%B5es/4858. Telefone: (18) 3273-9300, ramal 222 ou pelo e-mail: licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Álvares Machado, 27 de fevereiro de 2025. Luiz Francisco Doiques – Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024 - Processo Nº 13374/2024

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de refeições para a UPA - Unidade de Pronto Atendimento de Jandira, em atendimento à Secretaria de Saúde. HOMOLOGO para que surta seus efeitos legais o resultado do julgamento do Pregoeiro, ficando ADJUDICADO o seu objeto nos termos do Art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores a favor da empresa: ALPHA REFEIÇÕES FOOD & SERVICE EIRELI.

Ricardo Antunes Ribeiro - Secretário Municipal de Saúde - Designado

Fundação Zerbini

CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 002/2025 – Tipo menor preço. **Processo Nº** 34678/2025. **Objeto:** Contratação de Serviços de locação de equipamentos de Informática. **Início Recebimento de propostas:** 28/02/2025 às 09:00h. **Fim Recebimento de propostas:** 20/03/2025 às 09:00h. **Início análise de propostas:** 20/03/2025 às 09:01h. **Início fase de lances:** 20/03/2025 às 09:02h. O referido certame será realizado por meio do sistema da BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS (BBM), estando o edital disponível nos endereços eletrônicos: www.fz.org.br e www.novobbmnet.com.br São Paulo, 28 de Fevereiro de 2025. **Rafael Miranda** e **Edina Almeida**.

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616, [illegible] Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, [illegible] na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel [illegible] **SANTIAGO DE CASTRO**, brasileira, solteira, maior, não mantendo união estável, enfermeira, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 10 de março de 2025, às 14:00 horas**, [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 292.543,38** [illegible] **UM TERRENO**, situado no lugar "**BARRA GRANDE**", [illegible] denominado "**JARDIM CANAAN**", constituído por parte do lote 01, da quadra nº 13, localizado do lado ímpar da Rua Sempre Viva, distando 44,00m [illegible] perfazendo uma área de 174,00 m². No terreno, foi construída uma casa, localizada na Rua Sempre Viva, nº 166, com uma área de 78,22 m². [illegible] do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20 de março de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 251.180,29** [illegible] Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação [illegible] forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões [illegible] outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará [illegible] presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel [illegible] www.biasileiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora [illegible] conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado [illegible] fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor da arrematação. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

DNIT — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREGAO ELETRÔNICO Nº 398/24-07

Aviso de Licitação

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, através da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro, sito à Avenida República do Chile nº 230 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP.: 20.031-170, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90398/24-07 no dia **21/03/2025 às 10h**, cujo o objeto é a Contratação da empresa especializada para Execução dos Serviços Necessários de Manutenção Rodoviária (Conservação/Recuperação) na Rodovia **BR-174/RR, Lote 2.2**, trecho: Div. AM/RR (Rio Alalaú) km 0,00 – Fronteira Brasil/Venezuela (Marco BV-8) km 714,80, subtrecho: Entronc. RR-400 (Pedra Pintada) – Fronteira Brasil/Venezuela (Marco BV-8), segmento: km 627,90 – km 714,80, extensão: 86,90 km em Pista Simples, sobre jurisdição da Superintendência Regional DNIT/RR. O edital encontra-se disponível nos sites: **www.comprasgovernamentais.gov.br e no site www.dnit.gov.br.**

Wenderson de Souza Monteiro

Superintendente Regional no Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL RETIFICADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados a RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Eletrônico nº 84/2024 – ref. registro de preços para futura e eventual contratação de serviços especializados de promoção, planejamento, logística e execução de eventos, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 28/02 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 20/03/2025 às 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia às 9h15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL

PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados a RETIFICAÇÃO do **Pregão Eletrônico 01/25**, Processo 8.774/24 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM LINK DE ACESSO SÍNCRONO E DEDICADO À INTERNET – Encerramento e data da sessão dia 13/03/2025 às 08:00 horas. O edital completo poderá ser adquirido nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: contratos1@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 27 de fevereiro de 2025. ORLANDO CALEFFI JUNIOR Prefeito Municipal

Instituto Brasileiro de Impermeabilização - CNPJ 47.185.640/0001-87 - **Assembleia Geral Ordinária** - Convocação - São convocados os senhores associados desse Instituto para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária às 16h00 em 1ª convocação e às 16h30 em 2ª convocação no dia 25 de abril de 2025, presencialmente na sede do IBI situada no Condomínio Villa Lobos Office Park na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D - sala 507 - São Paulo/SP ou de forma online pelo link https://us02web.zoom.us/j/83753087609?pwd=xPm6sucAMWw5eMaZMheAWHGhboOlvM.1 ID da reunião: 837 5308 7609 e Senha de acesso: 888685 a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: 01) Apreciação do relatório de atividades e prestação de contas do exercício de 2024. 02) Deliberação sobre programa de trabalho e previsão orçamentária para 2025. 03) Assuntos Gerais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. **Dimitri Nogueira** - Presidente do Conselho Deliberativo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90118/2025, UASG 450161**, Processo nº 01-P-39719/2024, do tipo menor preço, destinado ao **Registro de Preços de Insumos para realização de exames laboratoriais**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **20/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

RETIFICAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2024

PROCESSO N.º 88/2024

OBJETO: Seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura – PNAB (lei nº 14.399/2022) com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Araçariguama/SP. Sessão Pública: 28/03/2025 às 9h, na Rua São João, 228 - Centro - Araçariguama – SP. O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 28/02/2025, das 9h às 16h30 no endereço acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 24/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/3/2025, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de condução de veículos automotores e de mecânica automotiva. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br**. Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ILZA ALVES ROCHA CACCIOLARI, Secretária Municipal de Assistência Social, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02, vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **ANDRÉ LUIZ GOIS – HORTIFRUTI e FABIANA DA SILVA MARQUESI LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 025/2025 – Processo Licitatório nº 026/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de hortifrutigranjeiros para o serviço de acolhimento – Casa de Abrigo. **Homologado em:** 27/02/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 025/2025 – Processo Licitatório nº 026/2025 – Registro de Preços. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: ANDRÉ LUIZ GOIS – HORTIFRUTI e FABIANA DA SILVA MARQUESI LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de hortifrutigranjeiros para o serviço de acolhimento – Casa de Abrigo. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 27/02/2025.

SENAD

EDITAL LEILÃO ELETRÔNICO Nº 21.2024/2025

LEILÃO DE BENS MÓVEIS DO TIPO MAIOR LANCE "POLÍCIA CIVIL – LAVAGEM DE DINHEIRO – ALIENAÇÃO DEFINITIVA"

25 DE MARÇO DE 2025 A PARTIR DAS 10H

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Ativos e Leilões e integrantes da Unidade de Controle de Leilões dos Bens Alienados, com fundamento na Lei 11.343/2006 criada pela Portaria nº 07, de 12 de março de 2024, torna público que no local, data e horário indicados no item 1º do presente edital, será realizada licitação, na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO, do tipo maior lance**, para venda dos bens indicados neste edital, a ser conduzido pelo(a) Leiloeiro(a) Público Oficial, **ANDERSON LOPES DE PAULA**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob a matrícula nº 1.083. **LT. 01:** Jeep Renegade 1.8 AT, Renavam [illegible], **LM: R$** 11.442,57. Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade poderão ser adquiridas através do e-mail atendimento@e-leiloes.com.br ou do telefone do leiloeiro 0800-255-8000. [illegible] O presente edital estará disponível na íntegra através do sítio do leiloeiro.

SENAD

EDITAL LEILÃO ELETRÔNICO Nº 17.2024/2025

LEILÃO DE BENS MÓVEIS DO TIPO MAIOR LANCE "POLÍCIA CIVIL – TRÁFEGO DE DROGAS – ALIENAÇÃO DEFINITIVA"

25 DE MARÇO DE 2025 A PARTIR DAS 11H

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Ativos e Leilões e integrantes da Unidade de Controle de Leilões dos Bens Alienados, com fundamento na Lei 11.343/2006 [illegible] **ANDERSON LOPES DE PAULA** [illegible] **LT. 01:** [illegible] Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade poderão ser adquiridas através do e-mail atendimento@e-leiloes.com.br ou do telefone do leiloeiro 0800-255-8000. [illegible] O presente edital estará disponível na íntegra através do sítio do leiloeiro.

e-leiloeiro — **Anderson Lopes de Paula** Leiloeiro Oficial JUCESP 1.083 — www.e-leiloeiro.com.br

mercado

MPF-SP pede que polícia abra investigação sobre ex-diretor do Itaú

LONDRES E SÃO PAULO | FINANCIAL TIMES O diretor de contabilidade do Santander, Alexsandro Broedel Lopes, está sob investigação criminal no Brasil por suposta apropriação indevida de fundos enquanto trabalhava como diretor financeiro do Itaú Unibanco.

Documentos vistos pelo Financial Times mostram que promotores federais brasileiros instruíram a polícia neste mês a iniciar uma investigação sobre Lopes, que deixou o maior banco do país no ano passado.

O MPF-SP (Ministério Público Federal em São Paulo) encaminhou o caso à polícia após investigações sobre a suposta irregularidade, dizem os documentos.

A apuração vem ao encontro de acusações feitas pelo Itaú, em dezembro, de que Broedel se beneficiou pessoalmente das taxas pagas a um consultor externo que contratou em nome do banco enquanto trabalhava lá.

Broedel não foi acusado de crimes, e a Polícia Federal disse que não confirma nem comenta possíveis investigações em andamento. O MPF disse não poder confirmar a investigação.

O ex-diretor financeiro chegou ao Santander em outubro e deve assumir como diretor de contabilidade do grupo espanhol nos próximos meses.

A revelação da investigação policial surge após o Itaú ter movido duas ações civis contra Broedel e outros, com denúncias de apropriação indevida de fundos semelhantes às agora sendo investigadas pela polícia.

O Santander disse que Broedel era um "executivo sênior altamente respeitado" que estava "previsto para assumir como diretor de contabilidade ainda este ano", acrescentando que estava "monitorando quaisquer atualizações".

Um porta-voz do ex-diretor descreveu as denúncias do Itaú como "infundadas e sem sentido".

O Itaú disse que Broedel recebeu 40% das taxas pagas ao consultor, após o dinheiro ser transferido por meio de uma série de entidades. No total, ele é acusado de ter recebido ilegalmente R$ 4,86 milhões.

À polícia o promotor disse que Broedel afirma que as quantias recebidas do consultor eram empréstimos.

O Itaú se recusou a comentar sobre o assunto.

mercado

Medidas de Trump podem frear indústria de energia limpa nos EUA

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES A manufatura nos Estados Unidos enfrenta dificuldades há anos, afetada por altos custos de empréstimos e um dólar forte, que torna as exportações menos competitivas. Mas há um ponto positivo: bilhões de dólares foram para a construção de fábricas, indicando potencial recuperação na produção e no emprego.

O fluxo de investimento foi impulsionado por duas grandes categorias de subsídios do governo Biden.

Uma ofereceu incentivos à construção de fábricas de semicondutores que devem operar nos próximos anos. O outro impulsionou a produção de equipamentos necessários para a implantação de energia renovável.

A segunda categoria está em risco, pois o governo Trump e o Congresso liderado por republicanos buscam reverter o apoio à energia de baixo carbono.

Uma opção para arrecadar dinheiro para compensar o custo dos cortes de impostos desejados é encurtar os créditos para geração de energia renovável.

"Se o cronograma para esses créditos for encurtado, então os incentivos para desenvolver uma instalação de manufatura onshore obviamente diminuem", disse Jeffrey Davis, advogado da White & Casel.

A estratégia do governo Biden baseou-se em impulsionar a oferta de produtos de energia limpa via isenções fiscais, empréstimos e subsídios a fabricantes. E em atrair a demanda: descontos para compra de carros elétricos, créditos fiscais para produção de energia renovável e subsídios para estados e indivíduos instalarem painéis solares.

Houve ainda grandes apostas no futuro eletrificado, movido a sol e vento —US$ 89 bilhões em investimento privado para a manufatura de energia limpa nos dois anos que terminaram em setembro.

Para várias partes da cadeia de suprimentos de energia renovável, a economia já era desafiadora e a eleição de Trump foi a gota d'água.

"O presidente fez campanha para desmantelar o Green New Scam, e é exatamente isso que ele está fazendo", disse um porta-voz da Casa Branca, Harrison Fields.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto nesta Prefeitura, o pregão eletrônico nº. 07/2.025, REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE PISCINA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 14:00 horas do dia 05/03/25 às 09:00 horas do dia 18/03/25. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:05 horas do dia 18/03/25. O Edital estará à disposição a partir do dia 05/03/25, pela INTERNET www.pinhal.sp.gov.br e www.bll.org.br, ou de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 15:00 horas no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº Jardim Universitário I – Bloco G, sala 39. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (19) 3651-9089, e-mail jefferson.compras@pinhal.sp.gov.br.gov.br

Espírito Santo do Pinhal, 27 de fevereiro de 2.025.

SÉRGIO FERREIRA DO CARMO - Diretor de Departamento - Administração

Valor da Publicação R$ 160,00

NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF Nº 25.099.778/0001-20 – NIRE Nº 35300492722

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO** para se reunirem em assembleia geral ordinária, a se realizar às **15h30 do dia 13 de março de 2025**, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132, Bloco B, sala 1110B, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05314-000, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: a) aprovar as contas da diretoria relativas ao último exercício social findo em 31/12/2024; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; d) apreciar o relatório de gestão e informações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria relativo ao exercício social findo em 31/12/2024 e, e) proceder à eleição dos membros do Conselho de Administração. A assembleia geral ordinária será realizada de forma presencial e também por meio digital, mediante a disponibilização de link de acesso aos acionistas, nos termos previstos no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 14.010/2020, de modo a respeitar as restrições de ordem sanitárias e preservar os riscos à saúde dos acionistas. Nos termos do artigo 18º do estatuto social, o acionista poderá fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO

SÉRGIO FRANCISCO BENASSI

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

[illegible]

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

[illegible]

BIASI Leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Sinapro SÃO PAULO | 80+

\ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo – SINAPRO-SP, CNPJ/MF nº 62.036.994/0001-23, localizado, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1656 - 2º andar - cj. 21, CEP 01451-001, Jd. Paulistano – São Paulo – Capital, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca as Agências de Propaganda, quites e em condições de votar, somente com a participação do titular ou sócio da empresa sindicalizada, ou por pessoa devidamente credenciada, para fins exclusivos de exercício de voto virtual em nome da empresa sindicalizada, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária Virtual**, a realizar-se no próximo dia **13 de março de 2025**, através da plataforma Teams (o link estará disponível a partir do dia 10/03/2025 no site do Sinapro-SP: www.sinaprosp.org.br/home), às 9h30min a primeira convocação, ou às 10:00h em segunda convocação e o encerramento às 14:00h, com qualquer número de empresas sindicalizadas participantes, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Exame, discussão e deliberação sobre a proposta formulada pelo Sindicato dos Publicitários, para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria para o período 2025/2026;

b) Autorização para a diretoria do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São Paulo – SINAPRO-SP realizar a negociação da proposta de renovação com o Sindicato dos Publicitários, de acordo com os parâmetros determinados pela Assembleia;

c) Contribuição empresarial patronal; e

d) Outros assuntos de interesse da categoria, relacionado a CCT 2025/2026.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

Roberto Pereira Tourinho Dantas

Presidente

SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Eufrázio

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2025 - PROCESSO Nº 0020/2025. OBJETO: **Registro de Preços para eventual e futura aquisição de ventiladores de parede, para atendimento de todas as unidades escolares e Departamento de Educação, conforme especificações do Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses.** EXCLUSIVA ME-EPP/Tipo: Menor preço por item/Modo de Disputa: Aberto-fechado. Recebimento de propostas até: 19/03/2025 às 9h – Início da disputa: 19/03/2025 às 9h30. Local: https://bnccompras.com/Home/Login - Valor Estimado: R$ 474.801,00. Credenciamento: Tel. e WhatsApp (42) 3026-4550, contato@bnc.org.br ou https://bnc.org.br. Edital: https://americobrasiliense.sp.gov.br/site/categoria/licitacoes/. TEREZINHA AP. VIVEIROS DE SOUZA – PREFEITA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2025 - PROCESSO Nº 0021/2025. OBJETO: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar, destinados ao Departamento de Saúde, pelo período de 12 meses.** Ampla Participação/Tipo: Menor preço por item/ Modo de Disputa: Aberto-fechado. Recebimento de propostas até: 20/03/2025 às 9h – Início da disputa: 20/03/2025 às 9h30. Local: https://bnccompras.com/Home/Login- Valor Estimado: R$ 474.301,00. Credenciamento: Tel. e WhatsApp (42) 3026-4550, contato@bnc.org.br ou https://bnc.org.br. Edital: https://americobrasiliense.sp.gov.br/site/categoria/licitacoes/. TEREZINHA AP. VIVEIROS DE SOUZA– PREFEITA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL

PREGÕES ELETRÔNICOS Torna público aos interessados: **Pregão Eletrônico nº 11/25 -** Processo Administrativo nº 2124/2025 – Objeto: AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATE AO LEITE – Cadastro das Propostas Iniciais até o dia 13/03/2025 às 08:00 horas. Os editais completos poderão ser adquirido nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: pregao@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 27 de fevereiro de 2025. ORLANDO CALEFFI JUNIOR Prefeito Municipal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

COMUNICADO I - Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90188/2025 - Processo nº 15-P-11124/2023 - Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada para manutenção preventiva, preditiva e corretiva, bem como assessoria técnica, em grupos geradores e equipamentos a diesel, situados no Hospital de Clínicas da Unicamp – HC e no Instituto de Otorrinolaringologia Cirurgia de Cabeça e Pescoço - IOL. Comunicamos que devido a inconsistências do sistema comprasgov, a publicação do edital no PNCP será realizada nesta data 28/02/2025. Comunicamos que o mesmo encontra-se aberto a partir de 28/02/2025 na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP UASG 453101. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 19/03/2025 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal **https://www.gov.br/compras/pt-br/**. O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), Sistema de Compras do Governo Federal - **www.gov.br/compras** e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

Processo Administrativo nº 9.363/2024

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Insumos e Materiais para utilização nos procedimentos odontológicos nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Cajamar, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 06/03/2025 às 00h00.

Data do Fim do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 18/03/2025 às 08h30.

Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 18/03/2025 às 09h00.

Todos os horários mencionados obedecerão ao horário Oficial de Brasília - DF.

Endereço Eletrônico: www.bll.org.br.

Edital Disponível Também Em: www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 27 de janeiro de 2025

Daniel Gonçalves de Freitas Paulino - Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

PPROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2025
PREGÃO, em sua forma eletrônica nº 02/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na Rede Estadual e Municipal de ensino do Município de Murutinga do Sul – São Paulo. Empresas vencedoras valor total: R$ 728.498,00 (setecentos e vinte e oito mil e quatrocentos e noventa e oito reais): **CCF NUTRI LTDA** (22511627800159) com os lotes: 2, 8, 13, 16, 28, 35, 88, 89, 67, 79, 80, 81, 82, 84, 42, 45, 48, 49, 56, 60 no valor total de R$ 84.196,80 (oitenta e quatro mil e cento e noventa e seis reais e oitenta centavos). **NORI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI EPP** (08110643000106) com os lotes: 4, 6, 10, 11, 24, 33, 53, 55, 59, 34, 36, 37, 39, 40, 52 no valor total de R$ 77.336,00 (setenta e sete mil e trezentos e trinta e seis reais). **FIORAVANTE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTIÍCOS LTDA ME** (44210916000141) com os lotes: 1, 3, 5, 7, 9, 12, 101, 103, 105, 109, 114, 85, 87, 90, 94, 95, 97, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 44, 46, 47, 50, 51, 54, 29, 30, 31, 32, 38, 41, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 14, 15, 17, 18, 19, 20 no valor total de R$ 274.255,20 (duzentos e setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos). **FRIGOBOI COMERCIO DE CARNES LTDA** (58302506000135) com os lotes: 68, 69, 70, 71, 75, 76, 86 no valor total de R$ 292.710,00 (duzentos e noventa e dois mil e setecentos e dez reais).

Murutinga do Sul, aos 27 de fevereiro de 2025 – Leandro Domingos – Pregoeiro.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, para que produza os efeitos legais, o resultado da licitação, desenvolvida na modalidade Pregão Eletrônico de nº 02/2025. Fica autorizada a lavratura dos respectivos termos contratuais. Murutinga do Sul, aos 27 de fevereiro de 2025 – Cristiano Eleutério Soares da Silva – Prefeito Municipal.

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Itaú

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 309/2024

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DO MOTOR DE PARTIDA E ALTERNADOR DOS CAMINHÕES E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021; www.http://comprasbr.com.br, DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/03/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/03/2025 às 09h00min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 06/03/2025. Itapetininga, 27 de fevereiro de 2025. Mario Sergio Martins Castro Junior - Pregoeiro

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 308/2024

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA MECÂNICA – INRODA, ROÇADEIRAS DA MARCA VULCAN, ROÇADEIRAS MECÂNICA MARCA ALGOR E MÁQUINAS ROÇADEIRAS COSTAIS - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/03/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/03/2025 às 09h00min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 06/03/2025. Itapetininga, 27 de fevereiro de 2025. Jayme Seawright de Araujo - Pregoeiro

EDITAL DE ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 04/2025 -

ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A PROCESSO SELETIVO, PARA SELECIONAR ATÉ 30 EMPREENDEDORAS PARA EXPOR NA 2ª FEIRA DA MULHER EMPREENDEDORA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 24 DE MARÇO DE 2025, NO SESI, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – As empresas interessadas deverão realizar as inscrições conforme edital de abertura, entre os dias 03 a 10 de março de 2025, de forma presencial, na Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, situada na Rua Bernardino de Campos, nº 332, Centro Itapetininga/SP, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 17h00, com a presença de representante(s) da(s) Empresa(s) e demais pessoas que desejarem participar. O edital completo fica disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Chamada Pública a partir do dia 28.02.2025. Departamento de Licitação

EDITAL COM NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2025

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO E CAÇAMBAS PARA O P.E.V (PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIO) DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VOLUMOSOS. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – CONTRATO. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br, DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/03/2025, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/03/2025 às 09h30min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 06/03/2025. Itapetininga, 27 de fevereiro de 2025. Rubens Flora Neto Departamento de Licitação

PREFETURA MUNICIPAL DE JULIO MESQUITA

Processo Licitatório Nº 015/2025 – Pregão Presencial Nº 003/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios para Setores desta Prefeitura Municipal. **Data da Realização:** 18/03/2025 às 09:30 h, Cópia do Edital Completo a disposição dos interessados na Secretaria da Prefeitura das 9:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h, de 2ª a 6ª feira e no site https://www.juliomesquita.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 90019/2025 – Processo nº 027/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de preparo e cocção de alimentos pelo período de 12 (doze) meses. Tipo: Menor preço – Sessão de lances: 19 de março de 2025 às 08h30 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7071/3269.7066. Lençóis Paulista, 27 de fevereiro de 2025. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
PROCESSO Nº 020/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

O DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO torna público para conhecimento dos interessados ao Pregão Eletrônico nº 009/2025 – Processo de Licitação nº 020/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ALAMBRADOS E PORTÕES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL, que RETIFICA o Aviso de Licitação publicado, para constar: Onde constou: Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 28/02/2025 até às 08h30min do dia 14/03/2025. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 14/03/2025. Início da Sessão da Disputa: às 09h00min do dia 14/03/2025. Local: www.bll.org.br. Modo da Disputa: Aberto. Passa a constar: Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 05/03/2025 até às 08h30min do dia 19/03/2025 Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 19/03/2025. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 19/03/2025. Local: www.bll.org.br. Modo da Disputa: Aberto.

Guararapes, 27 de fevereiro de 2025

Enevaldo Albano - Diretor do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

Edital de Convocação. Pelo presente edital, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ABRASIVOS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE SALTO E REGIÃO,** inscrito no CGC/MF sob nº 56.650.690/0001-89, com sede em Salto à R. Dr. Barros Junior, nº 264 - centro - Cep 13.320-020, por seu representante legal, convoca, nos termos do que determina o seu Estatuto Social, todos os seus associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará **em primeira chamada às 9h00min do dia 07 de março de 2025**, na Sede da Entidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** alteração do Estatuto Social da entidade, com alteração, inclusão ou exclusão de artigos sendo que na assembleia haverá cópia com os artigos vigentes e com a proposta de alteração para facilitar os trabalhos e a rápida compreensão de todos e **b)** outros assuntos pertinentes a adequação Estatutária. Não havendo número suficiente e estatutário para a realização da assembleia em primeira convocação, no horário supramencionado, a mesma realizar-se-á uma hora após, no mesmo dia e local com qualquer número de presentes. Salto, 28 de fevereiro de 2025. Raildo Vieira - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2025 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **19 de março de 2025, às 08h30min**, para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS visando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA JUDICIAL, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMÁCIA MUNICIPAL E PARA SEREM UTILIZADOS NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL**. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 27 de fevereiro de 2025.

LETICIA GONCALVES ORTOLANI AGUSTIN - Diretora de Saúde

Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo, Guarulhos, Barueri, Diadema e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo – SEECOVI

CNPJ/MF nº 62.249.222/0001-08, com sede nesta Capital, na Av. Prestes Maia, 241, 21º andar, conj. 2123, CEP 01031-001. Edital de Convocação. O Presidente do SEECOVI, Euripedes Rodrigues Torres, na forma dos Estatutos Sociais, convoca todos os trabalhadores da categoria profissional de sua base territorial, empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis residenciais e comerciais de São Paulo, Guarulhos, Barueri, Diadema e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, associados e não associados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede do Sindicato (endereço acima) no dia 10 de março de 2025, às 09h30min, em primeira convocação, para deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **a)** discussão, elaboração e aprovação da pauta de reivindicações da Convenção Coletiva de Trabalho para o período 2025/2027, referente à data-base 1º/05/2025, contendo cláusulas econômicas e sociais; **b)** autorização à Diretoria do Sindicato para manter negociações coletivas com a entidade sindical patronal e firmar a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho e termos aditivos; **c)** delegação de poderes ao Sindicato para, se necessário, instaurar Dissídio Coletivo junto ao TRT da 2ª Região; decretar greve e dissídio de greve; firmar acordo em eventual ação de Dissídio Coletivo; requerer audiências ou procedimentos de mediação e/ou conciliação no TRT da 2ª Região ou MPT/SP; negociação de acordos coletivos de trabalho; **d)** discussão, aprovação e fixação da Contribuição Assistencial dos trabalhadores da categoria profissional associados e não associados, em favor da entidade sindical profissional, autorização para desconto da contribuição em folha de pagamento, fixação do prazo de recolhimento e repasse ao Sindicato, fixação do local, forma e prazo para o exercício do direito de oposição. Não havendo quórum suficiente para instalação da assembleia em primeira convocação, a assembleia será realizada 01 hora após, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no mesmo dia e local.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. *Euripedes Rodrigues Torres – Presidente*

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2025
Processo n.º 10.083/2024.

OBJETO: "CHAMADA PÚBLICA VISANDO À SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA PROJETO COMPLEMENTAR DE FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES/AÇÕES ENVOLVIDAS AO BEM ESTAR ANIMAL". A Prefeitura Municipal de Americana torna público para ciência dos interessados, que o presente Chamamento estará aberto a partir do dia 05 de Março de 2025 até o dia 22 de Abril de 2025, das 09h00 às 16h00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, no site www.americana.sp.gov.br e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de 05 de Março 2025.

Americana/SP, 27 de Fevereiro de 2025
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – N.º 13/2025 – N.º PROC. ADM. 125/2025

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 13/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de infraestrutura em via urbana – Recape Asfáltico na Rua Josef Benedikt N. Standelmann - ZE SUIÇO - Campos de Holambra – Etapa 1, de acordo com o Anexo III - Termo de Referência do edital. Os envelopes de n.º 01(Proposta) e n.º 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 19 de março de 2025. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br, silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 27/02/2025

PREGÃO PRESENCIAL – N.º 14/2025 – N.º PROC. ADM. 127/2025

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 14/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de infraestrutura em via urbana – pavimentação asfáltica na Rua Josef Benedikt N. Standelmann - ZE SUIÇO - Campos de Holambra – Etapa 2, de acordo com o Anexo III - Termo de Referência do edital. Os envelopes de n.º 01(Proposta) e n.º 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 14h00min do dia 19 de março de 2025. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br, silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 27/02/2025

PREGÃO PRESENCIAL – N.º 15/2025 – N.º PROC. ADM. 128/2025

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 15/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em infraestrutura em via urbana – pavimentação asfáltica na Rua Josef Benedikt N. Standelmann - ZE SUIÇO - Campos de Holambra – Etapa 3, de acordo com o Anexo III - Termo de Referência do edital. Os envelopes de n.º 01(Proposta) e n.º 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 20 de março de 2025. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital encontra-se a disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou danila.compras@paranapanema.sp.gov.br, silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 27/02/2025

mercado

Linha de produção do Chevrolet Onix, em Gravataí (RS) Divulgação

MPF cobra indenização de R$ 2,5 bi da GM e recall do Onix

BRASÍLIA | REUTERS O Ministério Público Federal defendeu que a General Motors do Brasil (GM) promova um recall e pague indenização por danos morais coletivos estimada em R$ 2,5 bilhões por supostas falhas no sistema de segurança do modelo do Chevrolet Onix, um dos mais populares do país, produzido entre 2012 e 2018.

Em manifestação à Justiça Federal, os procuradores cobram que o recall dos carros seja feito gratuitamente para garantir a devida segurança contra eventuais impactos nas laterais.

A ação foi apresentada à Justiça no início de 2020, quando o MPF e o Ministério Público de MG tiveram conhecimento de que o veículo havia sido reprovado num teste de segurança internacional, diz o MPF.

Procurada, a GM afirmou que a ação é "improcedente" e que à época o Onix "estava em total conformidade" com a legislação vigente e homologada por órgãos reguladores brasileiros para ser comercializado e para circular no país.

Em nota, a GM diz que "é importante ressaltar que o veículo em questão atende integralmente às especificações técnicas exigidas pela legislação brasileira, incluindo todas as normas e regulamentações veiculares".

O valor cobrado, de R$ 2,5 bilhões, corresponde a percentual mínimo de 5% do faturamento bruto obtido com a venda dos veículos desde o lançamento.

Segundo o MPF, desde o o fim de 2012 até outubro de 2018, a Chevrolet vendeu mais de um milhão de Onix, com receita de cerca de R$ 8,3 bi por ano. Em 2019, diz o MPF, a performance se repetiu, com o Onix sendo, pelo quinto ano seguido, o veículo mais vendido no Brasil.

Eufrázio

mercado

INSS antecipa pagamento de aposentados e pensionistas em março

SÃO PAULO O governo federal anunciou nesta quinta-feira (27) que vai antecipar para 6 e 7 de março os pagamentos de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) antes programados para os dias 10, 11 e 12.

De acordo com o INSS, cerca de 15 milhões de pessoas serão diretamente beneficiadas com a antecipação. O Planalto afirmou que a medida foi determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Assim, 40,6 milhões de beneficiários receberão seus pagamentos até a primeira semana de março. Também estão inclusos pessoas de baixa renda com deficiência que recebem BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A medida evita que pagamentos sejam afetados pelo Carnaval de 2025, que acontece entre os dias 1 e 4 de março —o que posterga o quinto dia útil do mês, quando normalmente ocorrem pagamentos de salários e outros benefícios.

As agências do INSS estarão fechadas nos dias 3 e 4, segunda e terça-feira de Carnaval. Na Quarta-Feira de Cinzas (5), o atendimento será apenas à tarde para quem tem hora marcada.

O Carnaval não é feriado nacional oficial e sim uma data de ponto facultativo. Assim, o quinto dia útil de março será dia 6, ou 7 para as cidades que têm a terça-feira de carnaval como feriado.

Os primeiros pagamentos começaram em 24 de fevereiro, para quem recebia até um salário mínimo, que hoje está em R$ 1.518.

O calendário de pagamentos do INSS é definido anualmente, e divulgado em dezembro. No dia 6, também terá início os pagamentos das aposentadorias acima do salário mínimo até o teto do INSS para os segurados com finais 1 e 6.

seminários folha

Acesse o site folha.com/seminariosfolha

FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JULIO MESQUITA

Processo Licitatório Nº 017/2025 – Pregão Presencial Nº 005/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Hortifrutigranjeiros para esta Prefeitura Municipal. Data da Realização: 20/03/2025 às 09:30h. Cópia do Edital Completo a disposição dos interessados na Secretaria da Prefeitura das 9:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, de 2ª a 6ª feira e no site https://www.juliomesquita.sp.gov.br.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - "A FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANALISE DE DADOS – SEADE faz saber que se encontra em aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO SEADE Nº 006/2025**, autos do Processo **SEI 270.00000132/2024-73** referente à **contratação de serviços de transporte mediante locação de veículo seminovo, na modalidade "A", sem condutor e sem combustível, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico administrativas do Contratante.** O critério de julgamento é de Menor Preço. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico ocorrerá às **10:00 horas do dia 20/03/2025**, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. As informações poderão ser obtidas pelos telefones: 3324-7474 e 3324-7237. O edital completo estará disponível nos seguintes endereços: www.seade.gov.br e também no sítio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico: www.gov.br/pncp por correio eletrônico: licitacoes@seade.gov.br."

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

AVISO DE EDITAL

PROCESSO Nº 11456/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO E AUXILIAR GERAL, PARA OS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA. MENOR PREÇO GLOBAL. Sessão no dia 18/03/2025, às 09:30hs. Local da Sessão Pública: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL - www.bll.org.br. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: www.piedade.sp.gov.br e www.bll.org.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 120, 121, 151. Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2025 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **17 de março de 2025, às 13h30min**, visando a **aquisição de teste rápido antígeno A.G (SWAB) COVID 19 e teste rápido para detecção qualitativa do antígeno ns1 do vírus da dengue para o município de Junqueirópolis/SP.** O Edital está disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 27 de fevereiro de 2025.

LETICIA GONÇALVES ORTOLANI AGUSTINI - Diretora de Saúde

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA ENERGIA ELETRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores das empresas **CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES** (CNPJ: 31.973.393/0001-43) e **CGN BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA** (CNPJ: 48.563.988/0001-23), a participarem das Assembleias Extraordinárias, que serão realizadas nos próximos dias **07/03/2025**, às **08h**, na Av. das Nações Unidas, 14.171 - 18º andar - salas 1801 a 1804 - Edifício Rochaverá Corporate Towers; no dia **12/03/2025** às **14h** a Assembleia ocorrerá por transmissão videoconferência, pela plataforma Zoom e dia **17/03/2025** às **14h**, na Subsede do Sindicato - Rua Santo Afonso, 185 - Penha de França - SP, para deliberar a "**ORDEM DO DIA**": **1)** Legitimidade da Assembleia, **2)** Contribuição Assistencial, **3)** Deliberação Pauta, **4)** Autorização de Acesso a informação sobre Cargos, Salários e Dados. Referente a Contribuição Assistencial, todos os trabalhadores terão seu posicionamento garantido através da participação nas Assembleias, podendo participar nas datas agendadas, com direito a voz e voto, garantindo inclusive, o direito de oposição individual no decorrer destas reuniões. Em função da realização da Assembleia do dia 12/03/2025 ser feita por videoconferência, a deliberação e a votação (aprovação ou rejeição) da pauta, se dará através de ferramenta eletrônica que será encaminhada para todos trabalhadores da empresa através do seu e-mail corporativo, este valerá como assinatura de presença na Assembleia e deliberação da pauta. O encerramento das Assembleias ocorrerá com a contabilização dos votos de todas elas, sendo finalizado no dia 17/03/2025. **São Paulo, 27 de Fevereiro de 2025. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO

CONSIDERANDO que o princípio da autotutela é o poder/dever que a Administração Pública tem para anular ou revogar seus atos administrativos, quando estes se apresentarem, respectivamente ilegais ou contrários à conveniência ou oportunidades administrativas;

CONSIDERANDO que após análise minuciosa do processo n°. 1414/2025 pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Planejamento Urbano e Habitação, constatou-se a necessidade de promover adequações no objeto da contratação, de acordo com as reais condições da Administração, para garantir um melhor atendimento das necessidades do município;

Diante do exposto, decide comunicar a INTENÇÃO DE REVOGAR o Processo Licitatório em epígrafe, por motivo de conveniência para atender o interesse público, com fulcro no art. 71 "Inciso II" da Lei 14.133/2021. Abre-se o prazo legal de 03 (três) dias úteis para manifestações contrárias.

Lins/SP, 27 de fevereiro de 2025

João Luis Lopes Pandolfi – Prefeito de Lins

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **MARCELO MACHIA** [illegible] **ADRIANA DANIEL MACHIA** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 1.250.000,00** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 779.997,59** [illegible]

Edital de leilão extrajudicial e intimação ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

LEILÃO APARTAMENTO LOCALIZADO NO EDIFÍCIO SPLENDID, BAIRRO HIGIENÓPOLIS/SP

Dia: 07 de MARÇO de 2025, às 10h – PRIMEIRO LEILÃO | Dia: 18 de MARÇO de 2025, às 10h – SEGUNDO LEILÃO
Local: ON-LINE através do site www.grandesleiloes.com.br

Norton Jochims Fernandes, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCIS/RS 99/94, com escritório na R. Dr. Timóteo, 710, B. Moinhos de Vento, Porto Alegre/RS, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário ABC securitizadora S/A, inscrita no CNPJ nº 26.773.775/0001-93, com sede na Rua Adolfo Bastos, 116 Conj. 25 - Vila Bastos - Santo André - SP CEP: 09041-000, venderá em público leilão, na forma da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar, e observadas as condições do contrato de empréstimo, consolidada a propriedade conforme AV-16 – 94.798, em 07 de fevereiro de 2025, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, conforme matrícula, em **Primeiro Público Leilão 07/03/2025, às 10h**, on-line pela plataforma www.grandesleiloes.com.br pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda (valor de avaliação estipulado em contrato) e, não alcançando êxito neste, em **Segundo Público Leilão no dia 18/03/2025, às 10h**, também on-line pela plataforma, pelo lance maior oferecido, desde que igual ou superior ao preço mínimo equivalente ao montante da dívida e demais encargos e obrigações, tudo devidamente atualizado na data do leilão, o bem abaixo descrito: **Devedores Fiduciante: HORACIO COSTA, brasileiro, solteiro, aposentado, inscrito no RG de nº 4.505.025-9/SSP-SP e CPF de nº 779.855.838-15, e RITA DE SOUZA LIMA, brasileira, solteira, aposentada, inscrita no RG de nº 6.555.337/SSP-SP e CPF de nº 051.036.098-00, ambos residentes e domiciliados na Rua Canuto do Val, nº 88, apto. 41, Bairro de Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP: 01224040. ➡ IMÓVEL:** O apartamento nº 41, localizado no 3º pavimento do "Edifício Splendid Higienópolis", situado na rua Canuto do Val, nº 88, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, com a área útil privativa de 46,480m², a área comum (inclusa área de garagem), de 40,015m², a área total de 86,495m², correspondendo-lhe no terreno e demais partes de uso comum a fração ideal de 1,4042%, cabendo-lhe, ainda, o direito de uso de uma vaga indeterminada, para automóvel de passeio, na garagem localizada no 1º ou 2º subsolos ou térreo, sujeita a movimentação por manobristas. Valor para fins de 1º leilão, avaliação: R$ 550.000,00. Caso não vendido no primeiro leilão, **irá novamente a leilão.** O valor do imóvel para fins do 2º leilão corresponderá ao valor da dívida, atualizada até a época, mais despesas, no valor total de R$ 728.034,11. **INTIMAÇÃO**: Ficam intimadas todas as partes e seus cônjuges, Fiduciantes e sucessores pelo presente edital. Informações e cópia do contrato com o leiloeiro. Visitação marcar com antecedência. Comissão de leilão 10%. Efetue seu cadastro no site uma vez que o leilão será somente on-line. . **Mais infs: (51) 3360.1001 - www.grandesleiloes.com.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 005/2025 – MEMORANDO 1452/2025 – Contratação de empresa especializada para fornecimento de MATERIAL PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (faixa etária 4 e 5 anos) e MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática (1º ao 5º Ano – Ensino Fundamental), ambos destinados aos alunos, professores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Nazaré Paulista. Início da sessão será no dia 17 de março de 2025, às 09h. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 30 de janeiro de 2.025 – Avanilce Aparecida Gonzaga Canêdo – Prefeita.

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Campos Novos Paulista

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 402/2025

OBJETO: "Registro de Preços de gêneros alimentícios. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO DO ITEM. DATA DA ABERTURA: 18 DE MARÇO DE 2025. LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br EDITAL: na íntegra a disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.camposnovospaulista.sp.gov.br e na Prefeitura Municipal de Campos Novos Paulista no endereço acima indicado.

Campos Novos Paulista, 27 de fevereiro de 2025.

FLAVIO FERMINO EUFLAUZINO - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

Órgão: Prefeitura De Boituva; Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Suplementos Nutricionais e Produtos à base de canabis para atendimento de demandas judiciais; Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 08/2025. Encerramento: 18/03/2025 às 09H00. O Edital completo está disponível através do site, www.boituva.sp.gov.br, www.licitardigital.com.br e no portal de compras públicas www.gov.br/pncp/pt-br. Prefeitura de Boituva, em 27 de fevereiro de 2025. Lucas Dorighello– Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

Órgão: Prefeitura de Boituva; Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Insumos, materiais e/ou produtos de enfermagem para atender às necessidades do setor de enfermagem da secretaria municipal de saúde e destinados também ao samu (serviço de atendimento móvel de urgência; Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 09/2025; Encerramento: 19/03/2025 às 09H00. O Edital completo está disponível através do site, www.boituva.sp.gov.br, www.licitardigital.com.br e no portal de compras públicas www.gov.br/pncp/pt-br. Prefeitura de Boituva, em 27 de fevereiro de 2025. Lucas Dorighello– Secretário Municipal de Saúde.

SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2025.

O superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público para o conhecimento de interessados, que se encontra aberto o Pregão Eletrônico nº 001/2025, tendo por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO MENSAL DE SOFTWARE ESPECIALIZADO DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL PARA SANEAMENTO BÁSICO, MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA E TECNOLÓGICA, INTEGRAÇÃO COM DEMAIS SISTEMAS INTERNOS DA AUTARQUIA E EXTERNOS, FAZENDO PARTE DOS SERVIÇOS MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, de acordo com os quantitativos e especificações relacionadas no anexo I do edital. O período de envio das propostas será a partir de 05/03/2025 até 19/03/2025 as 08:00 horas no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início das disputas ocorrerá no dia 19/03/2025 as 08:10 horas na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através de e-mail licitacao@saaeituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital a disposição na internet www.saaeituverava.sp.gov.br, a partir do dia 05/03/2025. Ituverava, 27 de fevereiro de 2025. **Alfredo Adriano Augusto Junior. Superintendente.**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA - IPESPEM

AVISO DE LICITAÇÃO

O IPESPEM, situado a Rua Joaquim Vieira de Medeiros, 895, CEP 18720-081, Paranapanema/SP, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA sob a forma presencial Nº 01/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da sede do IPESPEM – conforme as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sob o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e critério de julgamento MENOR PREÇO. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de toda a mão de obra, materiais, equipamentos, maquinários e ferramentas necessárias para a realização do serviço. Os Envelopes n.º 01 de Proposta, bem como n.º 02 dos Documentos de Habilitação, deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 21 de março de 2025 na sede do IPESPEM. A sessão pública se dará a seguir, às 09h30m do mesmo dia. O edital encontra-se disponível no endereço acima indicado, em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.ipespem.com.br. Para informações adicionais, os interessados poderão contatar o Setor de Administração do IPESPEM, pelo telefone (14) 3713-1753 ou pelo e-mail anilana.ipespem@paranapanema.sp.gov.br.

Paranapanema/SP, Anilana Rodrigues Bicudo – Diretora Presidente, 28/02/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025 - PROCESSO Nº 677/2025

TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, ao **Pregão Eletrônico nº 017/2025.** Objeto: Registro de Preço para aquisição de alimentos perecíveis para atender as unidades escolares do Município de Santo Antônio de Posse/SP, do P.E. 133-2024 desertos e fracassados, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **18 de março de 2025 , às 09:00 horas,** no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia **28 de fevereiro de 2025** .

Publique-se

Santo Antônio de Posse, 27 de fevereiro de 2025.

MARACY CRISTINA PAVANELLO DE SOUZA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 - PROCESSO Nº 679/2025

TIPO: Menor Valor Por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, ao **Pregão Eletrônico nº 019/2025.** Objeto. Registro de Preços visando a aquisição de materiais elétricos desertos e fracassados do P.E. 143/2024, para atender as Secretarias do Município de Santo Antônio de Posse/SP, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **19 de março de 2025 , às 09:00 horas,** no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia **28 de fevereiro de 2025** .

Publique-se

Santo Antônio de Posse, 27 de fevereiro de 2025.

PAULO JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCO ANTONIO FRANCO DA SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

MARACY CRISTINA PAVANELLO DE SOUZA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SILVANA PINCK CORTEZ - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

LEONOR APARECIDA NIERO VERNET - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **LEONARDO NARRAS MONTEIRO** [illegible] **JESSICA HATANAKA** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 4.265.587,55** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 033/2025 – Processo nº 040/2025
Objeto: Aquisição de 04 (quatro) veículos sedan zero quilômetro para a Secretaria Municipal de Saúde. **Data de Abertura:** 18 de março de 2025 às 1[illegible]h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olimpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – **E-mail:** licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 27 de fevereiro de 2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMAPOLIS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 46/2024. Torna público que, no dia e hora especificados, nas dependências do Paço Municipal, à Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237, Centro, Iracemápolis/SP, CEP: 13.495-047, Telefone: (19) 3456-9200, realizará o Pregão Eletrônico 46/2024, tendo como objeto o Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (P13 e P45) e vasilhame de gás P13, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. O pregão eletrônico ocorrerá na BBMNET, no dia 17 de março de 2025 às 09:00 horas. O edital e seus anexos: consulta e retirada no site: www.iracemapolis.sp.gov.br/licitacoes e no site www.novobbmnet.com.br. Informações e questionamentos pelo e-mail licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br e compras02@iracemapolis.sp.gov.br Iracemápolis/SP, 26 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2025** PROC. ADM. n.º 2965/2024 Tipo da Licitação: Menor Valor Global por Lote. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACA E GRAMA BERMUDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DE GRAMA, INCLUINDO PLANTIO POR HIDROSSEMEADURA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, CONFORME AS DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS ANEXOS I E II DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 21/MARÇO/2025 – ÀS 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 27 de fevereiro de 2025. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2024 – PROCESSO Nº 254/2024
Fica suspenso, sine die, o Pregão Eletrônico nº 103/2024, cujo objeto é: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA O CENTRO DE ZOONOZES, DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES", por interesse público.
Fernandópolis, 27 de fevereiro de 2025.
JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULINA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 007/2025.
Pregão Presencial nº 004/2025 – Registro de Preços.
A Prefeitura Municipal de Getulina torna público, que se acha aberto na Secretaria de Licitações o Processo Licitatório nº 07/2025, instaurado na modalidade de Pregão Presencial de Registro de Preços sob o nº 004/2025, cujo objeto é a aquisição parcelada de fraldas descartáveis, leite em pó e suplementos alimentares, durante 12 meses. O encerramento para a entrega dos envelopes contendo a proposta financeira e documentação será no dia 18/03/2025, as 09h00min horas, onde logo após o credenciamento das licitantes se iniciará a abertura dos mesmos. O Edital completo e anexos poderão ser adquiridos na Secretaria de Licitações desta Prefeitura, sito à Praça Bernardino de Campos nº 184, Centro, Getulina-SP, no horário das 10:00 as 12:00 horas e das 13:00 as 16:30 horas até 02 (dois) dias úteis antes da entrega dos envelopes, ou através do site www.getulina.sp.gov.br. Maiores informações ou esclarecimentos, no endereço acima mencionado ou pelo telefone (14) 3552-9222 – Ramal 5237, ou e-mail licitacao.fabio@getulina.sp.gov.br.
MARIO TADEU CELESTINO RIBEIRO
Prefeito Municipal

COMUNICADO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre processo de cotação para aquisição de mobiliários que serão pleiteados para o Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves.

Prazo limite para o recebimento das propostas: 10 dias a partir da data da publicação.
E-mail: compras@hejsn.aebes.org.br
Telefone: (27) 3331-7541 / 3331-7542 / 3331-7543

Descrições dos itens publicados no site: https://www.evangelicovv.com.br/institutional/3302-projeto-de-investimento-2025

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Edital de Convocação - Assembleias Extraordinárias Setoriais - O Presidente da entidade, no uso de suas atribuições, CONVOCA todos os trabalhadores nas Indústrias da Construção de estradas, pavimentação e obras de terraplenagem em geral (Barragens, Aeroportos, Canais), e Engenharia Consultiva, as categorias profissionais dos "Trabalhadores de empresas que mediante concessão atuam na exploração, conservação, ampliação e demais serviços atribuídos às estradas de rodagem, obras de pavimentação de asfalto (pavimento flexível e rígido, usina de asfalto e de concreto asfáltico), construção, recuperação, reforço, melhoramentos, manutenção e conservação de estradas, pontes, portos, barragens, hidroelétricas, termoelétricas, ferrovias, túneis, eclusas, dragagens, aeroportos, canais, transportes metroviários, dutos para telefonia e eletricidade e obras de saneamento, para participarem de Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nas seguintes datas e locais: 1) no dia 06 de março de 2025, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Av. Eduardo Cotching, 1172 - V. Formosa - São Paulo / SP; 2) no dia 06 de março de 2025, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à - Rua Baiinque, 60 - Jd. Textil - São Paulo / SP; 3) no dia 07 de março de 2025, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à av. Miguel Inacio Curi,200 Itaquera - São Paulo / SP; 4) no dia 13 de março de 2025, às 06:30 horas em 1ª convocação, não havendo o quórum necessário a mesma será realizada às 07:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, à Rod. SP-333, Km 428+600 - Zona Rural - Tarumã/SP, para discussão e deliberação da seguinte Ordem do Dia: a) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho, aceitar e rejeitar as propostas patronais, requerer a instauração para a defesa do juízo arbitral, mediação e/ou ajuizar dissídio coletivo de trabalho; b) Leitura, discussão e aprovação da pauta de reivindicações para o ano de 2025, visando o início das negociações da data-base de 1º de Maio de 2025; c) discussão e aprovação da contribuição da categoria profissional para formação da receita orçamentária do sindicato; d) Aprovação do estado de greve e se necessário exercício do direito de greve para defesa das reivindicações aprovadas nesta assembleia malogrando as negociações. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025. Arlindo da Silva - Presidente.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
LEILÃO JUDICIAL **ELETRÔNICO**
FALÊNCIA DE
CIA SAPACO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

PRIMEIRO LEILÃO:
DIA 26/03/2025, a partir das 15h00

DIREITOS ADQUIRIDOS PELA POSSE DE
GLEBAS DE TERRAS
PIRACAIA/SP
Área total de 4.357.472,00m²
Área total construída de 4.565,00m²

Localização do imóvel: Saindo da cidade de Piracaia pela Rodovia Jan Antonin Bata, sentido Atibaia, percorrendo 6 km até chegar no bairro de Batatuba, onde se localiza a propriedade.

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte:
www.freitasleiloeiro.com.br
leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br
Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti (11) 3117.1000 - ramal 108
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90098/2025, UASG 450161**, Processo nº . 01-P-29159/2024, do tipo menor preço, destinado à **Aquisição de Poltrona Hospitalar**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **19/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00581964812025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90280/2025 - Nº Processo: 147.00033795/2024-35
Objeto: MORFINA, SULFATO 60 MG MICROGRANULOS; FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG CAPS; NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG CAPSULA E PAROXETINA, CLORIDRATO 20 MG COMPRIMIDO
Total de Itens Licitados: 4 (Quatro). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ/SP - S.A.M.A.E.
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2731/2024.
Objeto: fornecimento de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, de até 5.520 (cinco mil e quinhentos e vinte) refeições aos funcionários do SAMAE, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Abertura: 06/03/2025 às 09h00min. Encerramento: 18/03/2025 às 09h15min. Local: **www.bll.org.br** - "Acesso Identificado". Edital e Anexos: **https://www.samae.sp.gov.br/documentos/tipo/licitacoes** ou **licitacaosamae@samae.sp.gov.br**. Info: (15) 3285-8700 - Depto Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU
Torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 002/2025; Processo Licitatório nº 007/2025** TIPO: MAIOR DESCONTO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão a Contratação De Empresa Especializada Em Serviços De Gerenciamento De Manutenção Preventiva E Corretiva De Veículos, Máquinas E Equipamentos (Mecânica Geral: Câmbio, Motor Suspensão, Freio, Tapeçaria, Injeção Eletrônica, Carburador, Revisão Elétrica E Eletrônica, Sistema De Arrefecimento, Ar-Condicionado, Lanternagem, Funilaria, Pintura, Vidros, Reparos Hidráulicos Em Geral Serviços De Solda, Torno E Embuchamentos Em Geral, Pistões Hidráulicos, Transmissão, Comandos, Retífica, Lavagem, Troca De Óleo, Filtros E Lubrificantes, Sistemas De Direção, Escapamento, Guincho, Borracharia E Demais Serviços Complementares) Incluindo Fornecimento De Peças E Produtos Para Reposição, Acessórios E Lubrificantes, Através De Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços Para Implantação, Intermediação E Administração De Um Sistema Informatizado E Integrado Via Web, E/Ou Cartão, Em Tempo Real (Real Time) E Com Utilização De Senha Individual, A Ser Parametrizada Para Aprovação Dos Serviços, Permitindo A Execução Da Manutenção Veicular Da Frota Do Município De GUAPIAÇU/SP, EM LOTE ÚNICO, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital.DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 24/03/2025 às 09:00hs no site: http://187.8.183.250:8079/comprasedital/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.brDATA: 27/02/2025.PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - UNISOL/São Paulo
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
O Presidente da **UNISOL/São Paulo**, CNPJ nº 03.727.283/0001-66, no uso de suas atribuições estatutárias convoca seus associados, por seus delegado(a)s representantes e em condições de voto, **para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária,** a realizar-se **por meio Digital, pela Plataforma de Videoconferência Zoom, com endereço eletrônico da sala virtual a ser disponibilizado para os(as) inscritos(as), no dia 22/03/2025, às 14h00,** em primeira convocação, com a presença da totalidade das afiliadas, ou às 14h30, em segunda convocação, com a presença de 50% (cinquenta por cento) das afiliadas, ou às 15h00 em terceira e última convocação, com a presença de 30% (trinta por cento) das afiliadas, para deliberar, observando-se a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Prestação de contas, dos exercícios sociais anteriores e atual, excluídas as já examinadas em Assembleias Gerais; **2)** Eleição e posse dos componentes da Executiva e do Conselho Fiscal; **3)** Outros assuntos de interesse da UNISOL/São Paulo. As inscrições para participação da Assembleia Geral Ordinária da UNISOL/São Paulo serão realizadas mediante envio de Ofício por correio eletrônico para o e-mail: contato@unisolsp.org.br
São Bernardo do Campo/SP, 28 de fevereiro de 2025
Maurício da Costa - Presidente

MUNICÍPIO DE SAGRES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2025
(Processo Administrativo nº 262/2025)
A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor preço global, objetivando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP DE 13KG, 45KG PARA ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, com encerramento em 19/03/2025 às 08h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: (18) 3558-1112, no site www.sagres.sp.gov.br e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br. Sagres-SP, 27/02/2025 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
AVISO DE LICITAÇÃO N.º 00582264142025
UASG 380101– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 1/2025
N.º Processo: SEI 006.00008881/2025-12
Objeto: Contratação de Serviços de Desinsetização, Desratização, Controle de Pragas e Limpeza e Desinfecção das Caixas D'Água para a Sede da Polícia Penal e Museu Penitenciário Paulista
Total de Itens Licitados: 1 (um) serviço
Valor total da licitação: Sigiloso – nos termos do artigo 24, da Lei Federal n.º 14.133/2021
Disponibilidade do edital: 06/03/2025
Horário: das 8h00 às 17H00
Endereço: Rua Libero Badaró, n.º 600, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo, SP, CEP 01008-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 06/03/2025 às 8h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 20/03/2025 às 8h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

BIASI leilões **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**
Eduardo Consentino leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALLAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Olavo Setubal, 7º Andar, Parte A, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, com Recursos Advindos do Sistema de Consórcio, com Garantia de Alienação Fiduciária do Imóvel e Outras Avenças de nº 00093/061-07, firmado em 27/01/2021, no qual figuram como Fiduciantes **JOVANE SILVA COELHO**, brasileiro, [illegible] **FERNANDA FERREIRA DE SOUZA COELHO**, [illegible] levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, [illegible] no **dia 10 de março de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 102.275,27 (Cento e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **Um imóvel urbano, situado neste Município, Comarca e única circunscrição imobiliária de Jardinópolis/SP, representado por um terreno de formato irregular, no "LOTEAMENTO JARDIM SÃO FRANCISCO", denominado Lote "24", Quadra "12", com frente para a Rua Projetada "1", medindo 12,00m de frente,** [illegible] **Matrícula nº 13.181 do Registro de Imóveis da Comarca de Jardinópolis/SP.** [illegible] **dia 20 de março de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, [illegible] **R$ 74.195,12 (Setenta e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e doze centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, [illegible] e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

mercado

Resultado final do CNU será liberado hoje a partir das 10h

VIDA PÚBLICA

Júlia Galvão

SÃO PAULO Os resultados finais do CNU (Concurso Nacional Unificado) serão divulgados a partir das 10h desta sexta (28). O concurso, o maior da história do país, ofereceu 6.640 vagas para 21 órgãos e entidades. Ao todo, serão divulgadas 194 listas com os resultados finais.

Os candidatos terão acesso a notas finais individuais, listas finais de classificação nas vagas imediatas e em lista de espera dos blocos 1 a 8, e a lista final de convocação para matrícula nos cursos de formação.

Os resultados também sairão no Diário Oficial da União em 15 editais.

Cada candidato só aparecerá como aprovado em um cargo, porém é possível que a mesma pessoa apareça em diversas listas de espera dos cargos de sua maior preferência.

Os inscritos poderão acessar os resultados individuais na área do candidato. Nela, estará disponível o resultado para cada cargo em que se inscreveu, além da seguintes informações:

- Nota na prova objetiva
- Nota na prova discursiva
- Nota na avaliação de títulos
- Resultado de bancas (PCD, Heteroidentificação, Indígena)
- Nota final ponderada em cada cargo
- Classificação em cada cargo: ampla concorrência (AC) e nas cotas (PCD, Pessoa Negra - PN ou Pessoa Indígena - PI)
- Situação no cargo: aprovado em vagas imediatas (AC, PCD, PN ou PI); aprovado em lista de espera/cadastro reserva (AC, PCD, PN ou PI); convocado para curso de formação (para nove cargos dos blocos 1 a 7); eliminado (segundo os respectivos itens do edital)

Também na área do candidato serão divulgadas 173 listas com a classificação final dos blocos 1 a 8 (vagas imediatas e vagas em lista de espera), por cargo.

Nas listas não serão publicados os nomes e CPFs dos candidatos, mas será liberada tabela com os dados de inscrição e resultados individuais agrupados do cargo.

Serão divulgadas também 21 tabelas com a listagem final de convocados em cargos dos blocos 1 a 7 para matrícula em cursos de formação.

Eufrázio





Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Resseguradora do Brasil S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes. **Conjuntura Econômica:** Durante 2024, a inflação se manteve persistente devido à atividade econômica aquecida tanto no cenário global quanto no local, o que levou os Bancos Centrais conduzirem uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros ainda consideradas em patamares altos. No Brasil, os desafios fiscais representaram um fator significativo de percepção de risco pelo mercado, juntamente com as expectativas acerca da inflação, que foram consecutivamente revisadas para cima. No decorrer do ano, o Banco Central interrompeu o ciclo de afrouxamento monetário, a partir do final do terceiro trimestre, elevando a taxa básica de juros de 10,50% para 12,25%. O IPCA fechou o ano em 4,83%, acima do teto da meta estabelecida. As expectativas de mercado apontam para um crescimento de 3,49% no PIB em 2024. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras em títulos de renda fixa, e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$ 544 milhões (R$ 560 milhões em 31 de dezembro de 2023). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" em atendimento à Circular SUSEP nº 678/22. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 atingiu R$ 1.711 bilhões (R$ 1,443 bilhões em 31 de dezembro de 2023) enquanto os ativos de retrocessão atingiram em 31 de dezembro de 2024 R$ 1,161 bilhões (R$ 922 milhões em 31 de dezembro de 2023). **Desempenho Operacional:** O volume de negócios emitidos em 31 de dezembro de 2024 atingiu R$ 667 milhões o que representa uma queda de 3% em relação a R$ 691 milhões de prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2023. Os prêmios ganhos atingiram R$ 595 milhões em 31 de dezembro de 2024, 8% abaixo dos R$ 650 milhões de prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2023. O índice de sinistralidade geral (líquido de retrocessão) apresenta um aumento de 1,7 pontos em relação ao ano anterior. Em 2024 o resultado da Companhia foi impactado com a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul, excluindo esse impacto, o resultado fica 1 ponto abaixo em relação ao ano anterior. A Zurich Resseguradora Brasil S.A. apresentou lucro líquido em 31 de dezembro de 2024 de R$ 73 milhões (R$ 70 milhões em 31 de dezembro de 2023). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 atingiu R$ 121 milhões (R$ 152 milhões em 31 de dezembro de 2023, a redução deve-se ao resultado no exercício. **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de Controles Internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de Controles Internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de Controles Internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema *RACE*, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo *Risk Management* e *Compliance*, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de Controles Internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da Governança Corporativa de Riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, sendo subordinada diretamente ao Diretor Regional de *Compliance* e subordinada indireta ao Diretor de Controles Internos. Esta Unidade tem como responsabilidade fornecer diferentes visões independentes para que as áreas gerenciem seus riscos de conformidade, monitoramento e garantia, aconselhar e dar suporte à primeira linha na promoção da cultura ética e centrada no cliente da Zurich. Como parte da 2ª linha de defesa, deve fornecer garantia à gestão e órgãos de governança relevantes que os riscos de *Compliance* sejam adequadamente identificados e gerenciados. Também promove treinamentos de *Compliance* aos colaboradores a fim de fortalecer a Cultura Ética e de conformidade na unidade de negócio. **Perspectivas:** Os resultados globais do Grupo Zurich superaram amplamente as expectativas, mesmo em um ano marcado pela intensificação de eventos climáticos extremos, que impactaram também o Brasil, com catástrofes climáticas como a ocorrida no Rio Grande do Sul. A Companhia manteve uma atuação forte e comprometida com a sustentabilidade, desde a compensação de carbono até a promoção de negócios sustentáveis, com uma abordagem proativa para antecipar, mitigar e gerenciar seus riscos climáticos e cibernéticos, refletindo a ambição global da Seguradora de se tornar uma das empresas mais responsáveis e com maior impacto positivo no mundo. No Brasil, o ano foi marcado por desafios e crescimento que superaram as expectativas. No cenário econômico, observou-se a menor taxa de desemprego da última década e, em conjunto com a redução das taxas de juros, as oportunidades se mostraram favoráveis ao nosso crescimento sustentável, baseado em nossa estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Os resultados são significativos porque a Companhia, dentro da Zurich Brasil, tem como foco a centralidade no cliente. Com 17 milhões de clientes no centro de todas as suas ações, conquistamos mais de 320 mil novos clientes (*net new customer*) em 2024. Durante esse período, a Companhia superou em 7 pontos o indicador de experiência do cliente (TNPS), com aumento na pontuação (*score*) em todas as áreas de contato. Em 2024, clientes e consumidores acompanharam a maior campanha de marca da Zurich Seguros, que alcançou mais de um bilhão de impressões e 510 milhões de pessoas impactadas com a campanha Geração Z, uma nova geração de seguros. Criada para ampliar o conhecimento dos consumidores sobre a Companhia e suas soluções, a Zurich esteve presente em diversos canais como TV, podcasts, redes sociais, ações *out of home*, canais de streaming, entre outros, consolidando a posição no 5º lugar em consideração de marca. Ao falar de sustentabilidade, a Zurich reforçou seu compromisso com a compensação das emissões de carbono em seus serviços nos seguros de Automóvel e Residencial, lançou a sua frota de guinchos e motos elétricas e expandiu a rede de oficinas Selo Verde. Além disso, ampliou os serviços voltados para a gestão de riscos climáticos e operacionais para empresas que buscam se adaptar em um ambiente cada vez mais desafiador. Outras iniciativas significativas merecem destaque, como o projeto Fonte do Futuro, que levou água tratada e educação ambiental a comunidades em terras indígenas, a renovação do Projeto OrigensR, que promove a equidade social dos povos tradicionais da Região Amazônica, e a continuidade do projeto Zurich Forest, que apoia o reflorestamento e a restauração da biodiversidade, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e, ainda, o fundo de catástrofes para apoio às comunidades afetadas por impactos climáticos. Essas ações resultaram em reconhecimentos importantes, como a premiação Estadão Melhores Serviços e Época 360º, consolidando a Zurich na liderança em responsabilidade corporativa, inovação e sustentabilidade no setor de seguros. Para que essas conquistas se tornassem realidade, os colaboradores são parte essencial dessa estratégia. Em 2024, 65% das vagas foram ocupadas por meio de movimentações internas, refletindo um ambiente que estimula o crescimento profissional e o avanço na carreira dos Zurichers. A Companhia demonstra orgulho ao ser reconhecida pelo *Great Place to Work* (GPTW), alcançando o 2º lugar entre as seguradoras de grande porte, o que reforça o compromisso com um ambiente de trabalho diverso, saudável e harmonioso, repleto de oportunidades de desenvolvimento para todas as pessoas. A Administração da Zurich entende estar bem-posicionada para alcançar suas metas para o ano de 2025. Seu crescimento é sustentado por uma estratégia robusta que abrange múltiplos canais, segmentos e produtos. As parcerias estratégicas na distribuição e o desenvolvimento de produtos alinhados com a realidade brasileira tornam a Zurich ainda mais competitiva. Os investimentos recém-aprovados para um salto tecnológico significativo nos próximos três anos promoverão um ambiente mais ágil, cada vez mais digital e sempre com foco na satisfação dos nossos clientes e parceiros de distribuição. Estes investimentos são fundamentais para garantir um alto nível de eficiência e a prestação de serviços de excelência, seguindo os padrões globais. Com a confiança de seus colaboradores, parceiros, clientes e investidores, e uma sólida posição financeira, a Zurich está preparada para continuar sua trajetória de sucesso e impacto positivo, criando um futuro melhor para todos. **Premiações/Reconhecimentos: Época 360º:** lideramos o setor segurador com o 1º lugar na categoria ESG/Governança e a 4ª posição em D&I e Gestão de Pessoas. Já na categoria ESG/Socioambiental, a Zurich ficou na 5ª posição. Realizada pela Revista Época, o *ranking* destaca as melhores empresas do Brasil. ***Great Place To Work* (Instituições Financeiras, São Paulo e Brasil):** 2º lugar entre as grandes seguradoras, nos três *rankings* entre melhores empresas para trabalhar, com evoluções significativas em todos os *rankings* em relação a 2023. **Melhores Serviços Estadão:** a Zurich ficou em 2º lugar no *ranking* que traz os serviços mais prestigiados pelos consumidores em 33 categorias, com base nas 60 mil entrevistas, realizada em parceria pelo jornal O Estado De S. Paulo e a empresa de pesquisa *Brand New Research* - HSR. **Prêmio Inovação em Seguros da CNSeg:** 1º lugar na categoria Produtos e Serviços, com o serviço Zurich Resiliência Climática (ZRS), além de outros dois projetos finalistas no prêmio Inovação em Seguros, promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. **Sou Segura:** A Zurich foi premiada em três categorias: *Walk The Talk* pelas políticas de inclusão e alto percentual de mulheres em cargos de liderança; CEO Mais Inclusivo, Edson Franco; e Mulher Destaque: Adriana Hencker, diretora executiva de Sinistros, premiada pelo seu protagonismo na luta por equidade de gênero no mercado de seguros. A premiação é promovida pela Associação das Mulheres do Mercado de Seguros. ***Insurance Corp Awards*:** a Zurich foi reconhecida na 6ª edição do prêmio Melhores do Seguro e Resseguro, com destaque pela "Adoção intensa das práticas ESG, como o Empoderamento de Lideranças Femininas e Diversidade". **Empresas que Melhor se Comunicam com os Colaboradores:** conquistamos o 1º lugar na categoria ESG, com a iniciativa Mamas do Amor. Também fomos finalistas na categoria *Employer Branding*, com o case Mês do Clima. **Empresas que se Comunicam com Jornalistas:** A Zurich Seguros foi reconhecida pela primeira vez na categoria seguros. O nosso CEO, Edson Franco, também foi escolhido entre os 10 CEOs que melhor se comunicam com a imprensa, o único executivo do mercado segurador premiado. Este prêmio reconhece o valor da comunicação transparente e do diálogo aberto entre empresas e jornalistas. **Melhor RH Brasil e Melhor RH Sudeste:** Pela terceira vez consecutiva, a Zurich foi reconhecida no Prêmio Melhor RH Brasil. A Companhia foi representada pelo nosso Diretor Executivo de Pessoas & Cultura, Carlos Toledo, eleito como um dos líderes de RH mais influentes do país. Carlos Toledo também foi indicado entre os 60 líderes de RH mais relevantes, no *ranking* Melhor RH do Sudeste 2024. **Agradecimentos:** A Zurich Resseguradora Brasil S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Ativo			
Circulante		1.668.952	1.644.646
Disponível	5	18.475	24.924
Caixa e bancos		18.475	24.924
Aplicações	6	90.402	310.713
Créditos das operações com seguros e resseguros		410.261	370.613
Operações com seguradoras	7.a	402.385	368.169
Operações com resseguradoras	7.b	7.876	2.444
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8.a	1.054.802	847.576
Títulos e créditos a receber		79.411	86.172
Créditos tributários e previdenciários	9.a	73.429	86.172
Outros créditos		5.982	–
Despesas antecipadas		534	22
Custos de aquisição diferidos		6.067	4.626
Resseguros	10	6.067	4.626
Não circulante		626.986	383.471
Aplicações	6	444.111	249.746
Créditos das operações com seguros e resseguros		19.759	37.153
Operações com seguradoras	7.a	13.893	29.943
Operações com resseguradoras	7.b	5.866	7.210
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8.a	106.372	74.697
Títulos e créditos a receber		56.744	21.875
Créditos tributários e previdenciários	9.a	56.744	21.875
Total do ativo		2.295.938	2.028.117

	Nota explicativa	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		1.906.979	1.658.730
Contas a pagar		124.455	119.640
Obrigações a pagar	13.a	66.849	65.499
Impostos e encargos sociais a recolher		16.146	15.541
Impostos e contribuições	13.b	41.460	38.401
Outras contas a pagar		–	120
Débitos de operações com seguros e resseguros	8.b	287.414	262.587
Operações com seguradoras e resseguradoras		279.952	258.291
Corretores de resseguros		4.662	4.296
Outros débitos operacionais		2.800	–
Provisões técnicas - resseguro	11	1.495.110	1.276.503
Não circulante		268.070	217.599
Contas a pagar		–	1.715
Provisões técnicas - resseguro	11	215.390	167.077
Outros débitos		52.680	48.807
Obrigações fiscais	12.a	52.680	48.807
Patrimônio líquido		120.889	151.788
Capital social	15.a	124.003	124.003
Reservas de lucros	15.b	28.843	25.212
Ajuste de avaliação patrimonial		(31.957)	2.573
Total do passivo e patrimônio líquido		2.295.938	2.028.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXECÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2022	124.003	22.689	(12.716)	–	133.976
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	15.289	–	15.289
Lucro líquido do exercício	–	–	–	70.343	70.343
Reserva Legal	–	2.523	–	(2.523)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos	–	–	–	(67.820)	(67.820)
Saldos em 31 de dezembro 2023	124.003	25.212	2.573	–	151.788
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(34.530)	–	(34.530)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	72.635	72.635
Reserva Legal	–	232	–	(232)	–
Reserva Estatutária	–	3.399	–	(3.399)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(10.274)	(10.274)
Dividendos a Pagar	–	–	–	(57.702)	(57.702)
Impacto adoção (CPC48) Implantação IRFS 9	–	–	–	(1.028)	(1.028)
Saldos em 31 de dezembro 2024	124.003	28.843	(31.957)	–	120.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXECÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Prêmios emitidos	16.a	667.222	691.073
(–) Variações nas provisões técnicas		(72.625)	(41.320)
(=) Prêmios ganhos	16.b	594.597	649.753
(–) Sinistros ocorridos	16.c	(426.698)	(448.774)
(–) Custo de aquisição	16.d	(8.759)	(8.261)
(+/-)Outras receitas e despesas operacionais		3.125	(3.784)
(–) Resultado com retrocessão	16.e	(96.954)	(110.280)
(+) Receitas com retrocessão		234.056	183.042
(–) Despesas com retrocessão		(331.010)	(293.322)
(–) Despesas administrativas	16.f	(5.704)	(9.996)
(–) Despesas com tributos	16.g	(13.439)	(18.089)
(+) Resultado financeiro	16.h	67.004	52.803
(=) Resultado operacional		113.172	103.372
(=) Resultado antes dos impostos e contribuições		113.172	103.372
(–) Imposto de renda	9.b	(24.926)	(20.363)
(–) Contribuição social	9.b	(15.611)	(12.666)
(=) Lucro Líquido do exercício		72.635	70.343
(/) Quantidade de ações		131.993.591	131.993.591
(=) Lucro líquido básico por ação - em R$		0,55	0,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXECÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	72.635	70.343
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos disponíveis para venda	(57.550)	25.482
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	23.020	(10.193)
Total do resultado abrangente do exercício	38.105	85.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXECÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do Exercício	72.635	70.343
Ajustes para:		
Redução ao valor recuperável	535	3.767
Atualização Monetária de provisão para contingências	3.673	5.205
Tributos diferido	(1.716)	1.716
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(16.899)	(34.626)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(22.253)	31.388
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(238.901)	45.948
Créditos tributários e previdenciários	(22.127)	(22.786)
Despesas antecipadas	513	310
Custos de aquisição diferidos	(1.441)	(904)
Outros ativos	(5.981)	–
Impostos e contribuições	3.575	22.768
Obrigações a pagar	1.350	58.420
Débitos de operações com seguros e resseguros	24.827	(29.744)
Provisões técnicas - resseguro	266.920	(59.621)
Outros passivos	(120)	–
Caixa gerado nas atividades operacionais	64.800	92.784
Impostos sobre os lucros pagos	(3.274)	(2.835)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	61.526	89.949
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e Juros ao Capital Próprio	(67.976)	(67.821)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(67.976)	(67.821)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(6.450)	22.128
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.924	2.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.474	24.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora") constituída através de Assembleia Geral em 11 de agosto de 2011, obteve autorização para operar, como resseguradora local, em todo o território nacional por meio da portaria nº 4.378 de 06 de janeiro de 2012. A Resseguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a realização de operações de resseguro e retrocessão nos termos da legislação e regulamentos vigentes. O capital social da Resseguradora é constituído por 131.993.591 ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Zurich Insurance Company Ltd. possui 99,9999% das ações, enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd. possui 0,0001%. Sediados na Suíça, os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Resseguradora opera com grupos de ramos e é autorizada a operar nos grupos de ramo patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, pessoas, habitacional e rural. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis

continua →



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para venda e avaliados ao valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua, ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Resseguradora pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação desses ativos financeiros depende do modelo de negócio definido pela Resseguradora. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independentes da sua data de vencimento. ii) *Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):* São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Resseguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. iii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:* Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Resseguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber" não associados a créditos tributários e impostos sobre renda, e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo seu valor de recuperação mensalmente avaliado por teste de *impairment*. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Resseguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Resseguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte das receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Resseguradora de receber pagamentos. A Resseguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável para ativos de retrocessão cedidos é constituída com base no fluxo de prestação de conta, uma vez que os valores pagos pela Resseguradora aos retrocessionários são líquidos dos valores a receber. Considerando a expectativa de perda apurada pela Resseguradora, a redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito. Para os prêmios a receber da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., empresa do mesmo grupo, não se aplica nenhum tipo de *impairment*, por não haver risco de perda. A Resseguradora constituiu Redução ao valor recuperável (RVR) em 31 de dezembro de 2024 conforme Nota 7 a (ii). Mediante as avaliações detalhadas acima, a Resseguradora entende que a redução ao valor recuperável, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada. ii) *Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJR):* A Resseguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos e títulos privados, a Resseguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante os períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Resseguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Contratos de resseguro:** O contrato de resseguro é o instrumento jurídico através do qual é materializada a intenção das partes para transferência de riscos. Com o objetivo de apoiar as Companhias cedentes a atingir suas metas estratégicas, seja na obtenção de capacidade de subscrição, pulverização de riscos, equilíbrio de carteira, estabilização de resultados ou para proteger seu portfólio de riscos assumidos, a Resseguradora emite contratos de resseguro, proporcionais e não proporcionais, automáticos e facultativos, para riscos pertencentes aos grupos de ramos em que está autorizada a operar. **2.6. Ativos relacionados à retrocessão:** Os mesmos objetivos que ensejam as Companhias cedentes a buscar proteção de resseguro, igualmente ensejam os resseguradores a buscar proteção de retrocessão. Assim, para proteger seu portfólio de riscos assumidos, os resseguradores necessitam igualmente de capacidade de subscrição, pulverização de seus riscos, equilíbrio da sua carteira, estabilização dos seus resultados, entre outros. Logo, a Resseguradora retrocede parte dos riscos assumidos, através dos contratos de retrocessão, no curso normal de suas atividades. Nos relatórios e demonstrativos contábeis os passivos relacionados às operações de retrocessão são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas. Os ativos relacionados à retrocessão também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existir indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (Nota 2.4 (c) (i)). **2.7. *Impairment* de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). Em 31 de dezembro de 2024, não houve necessidade de constituição de perda por *impairment* na Resseguradora. **2.8. Provisões judiciais e ativos contingentes:** As provisões estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A Resseguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações. (a) *Ativos contingentes:* não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e dependa apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) *Provisões judiciais:* são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos: a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) *Provisões fiscais e previdenciárias:* decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **2.9. Provisões técnicas:** a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pela parcela de prêmios correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculada com base nas características de cada contrato de resseguro. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG RVNE) - A metodologia de cálculo é baseada em um histórico mensal de prêmios emitidos em atraso em relação ao início de vigência. Para os contratos facultativos, considera-se o prêmio emitido por contrato. Para os contratos proporcionais, a metodologia é aplicada considerando-se os prêmios das apólices cobertas. Os contratos não proporcionais não foram contemplados na análise por não possuírem atraso em sua emissão. b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): *(i) Processos administrativos* - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Resseguradora até o encerramento do período e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados e respectivas despesas alocadas. *(ii) Processos judiciais* - a Resseguradora só reconhece como sinistro judicial aquele em que participa da ação, ou seja, o sinistro em demanda judicial para a cedente sem que a Resseguradora participe diretamente da ação é considerado como sinistro administrativo. Até o momento, não há sinistros judiciais avisados à Resseguradora. *(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não suficientemente Avisados (IBNER)* - a Resseguradora constitui a provisão de IBNER quando identifica a necessidade de ajuste na provisão de sinistro a liquidar, para casos de sinistros muito grandes ou catástrofes, onde tiver informação de que o valor do sinistro é maior do que o que já está avisado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foi identificado necessidade de constituição da IBNER. c) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A Resseguradora adota os métodos da sinistralidade inicial esperada ("SIE") e de Bornhuetter-Ferguson sobre sinistros incorridos ("BF") para a determinação da provisão. A análise é segmentada por ano de ocorrência, onde é usado, preferencialmente, o método da SIE para o ano de ocorrência atual e o BF para os anos anteriores, caso exista experiência para a seleção de um padrão. Se a aplicação do método da SIE para o ano de ocorrência atual em determinado grupo contábil resultar em valor de IBNR negativo, então, em geral é adotado o método BF para este caso. Na ocorrência de grande sinistro, se a Resseguradora considerar mais prudente a realização de avaliação individual do IBNR para o mesmo, com base nas informações disponíveis, este caso poderá ser extraído da análise usual, e receber tratamento individualizado. A análise da IBNR é realizada bruta de retrocessão. Para os contratos de retrocessão proporcionais, o valor cedido em retrocessão é obtido aplicando o respectivo percentual cedido sobre a IBNR bruta. Para os contratos não proporcionais, assume-se que não há IBNR cedida. d) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A Resseguradora constitui a provisão complementar de cobertura quando identificada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com a Circular SUSEP nº 678/21 e suas respectivas alterações. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foi identificada insuficiência no TAP, não havendo assim constituição da PCC. e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A Resseguradora constituirá, quando houver provisão de despesas alocadas a sinistros a ser incorridas pela própria Resseguradora. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foi identificada necessidade de constituição da PDR. **2.10. Teste de Adequação do Passivo (TAP):** O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. A taxa adotada para descontar os fluxos de caixa projetados foi a taxa a termo livre de risco divulgada pela SUSEP. Para o fluxo cujo a moeda original é o real, foi utilizada a taxa pré-fixada. Para o fluxo cujo a moeda original é estrangeira, foi utilizada a taxa cupom cambial. No TAP, são comparadas as provisões técnicas da data base, líquidas dos eventuais custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, com os valores presentes dos respectivos fluxos de caixa projetados. Na realização do teste, a Administração da Resseguradora utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros, incluindo sinistros e despesas administrativas esperadas. Se for encontrada deficiência, ela é contabilizada, conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21, na provisão complementar de cobertura. As premissas de sinistralidade e padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no TAP foram selecionadas da mesma forma que para a análise da provisão de IBNR. A seguir, demonstramos a sinistralidade utilizada no estudo do TAP:

Patrimonial	Responsabilidades	Automóvel	Transportes	Garantia	Pessoas
54,06%	60,00%	71,66%	55,47%	6,58%	16,50%

A Resseguradora realizou o cálculo de TAP em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e não identificou necessidade de ajuste das provisões técnicas. **2.11. Principais tributos:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no exercício. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.12. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anônimas nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14. Apuração do resultado:** Os prêmios de resseguro contabilizados por ocasião da vigência do risco dos contratos são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao respectivo prazo de vigência. As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades de retrocessão são contabilizadas conforme Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações. **2.15. Demonstração dos resultados abrangentes:** A demonstração dos resultados abrangentes está apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPC's. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico da Resseguradora em 31 de dezembro de 2024 é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média das ações da Resseguradora de acordo com os requerimentos do CPC 41. **2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 50 "Contratos de Seguro", emitido em abril de 2019 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O IFRS 17 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. A Administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP e avaliando os impactos. O Grupo Zurich implementou a partir de 01 de janeiro de 2022 o IFRS 17 para os relatórios no "*Swiss GAAP*", a Companhia irá avaliar a possibilidade da utilização dos métodos aplicados para o regulador local. **2.18. Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/22:** A Circular SUSEP nº 678/22 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos (TAP) com impactos na contabilização da provisão complementar de cobertura (PCC), bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, entre outros. As alterações introduzidas pela adoção da Circular SUSEP nº 678/22 no que diz respeito a redução ao valor recuperável para os investimentos foram aplicadas usando a abordagem prospectiva, tal como permitido pelo artigo 4º da referida Circular, de tal forma que o impacto inicial da adoção foi reconhecido no patrimônio líquido não havendo necessidade de reapresentação de informações comparativas. O detalhamento dos impactos encontra-se demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	CPC 38	CPC 48
Debêntures (DEBIN)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes
Letras Financeiras (LF)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	Efeito Ativo	Efeito Patrimônio Líquido (*)	Efeito Resultado
Debêntures (DEBIN)	4	4	–
Letras Financeiras (LF)	26	42	(16)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	152	49	103
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	819	1.186	(367)
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	379	432	(53)
Total Geral	**1.380**	**1.713**	**(333)**

(*) Refere-se ao efeito da adoção em 01/01/2024

2.19. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; realização de créditos tributários; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão dos respectivos contratos e as provisões técnicas de resseguro. Destacamos especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguro: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguro da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Resseguradora. Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente e devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma Companhia e proteger os stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, nosso processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Resseguradora permite que os riscos de resseguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, conforme o apetite de risco estabelecido. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Resseguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico-financeiro. a) Risco de resseguro aceito: O gerenciamento de risco de resseguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de resseguro de grupo de ramos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de resseguro. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros e benefícios seja maior do que o estimado. i) *Estratégia de subscrição:* A estratégia da Resseguradora é prover capacidade de resseguro tanto para as empresas do Grupo Zurich, como para empresas fora do grupo, através de soluções eficientes que garantam solidez financeira. Os principais objetivos estratégicos da Resseguradora são dar suporte à estratégia de subscrição, mitigar riscos e proteger os resultados do Grupo Zurich. A atuação está concentrada nos grupos de ramos patrimonial, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, riscos especiais, pessoas e rural. A estratégia de subscrição do Grupo Zurich permite identificar diferentes riscos, fatores que os agravam ou os atenuam, como tipos de indústria e setores da economia, localização do segurado, complexidade de projetos, experiência, efetividade de controles, entre outros. Estes fatores são considerados conforme o produto que está sendo analisado impactando diretamente nas diferentes metodologias de precificação existentes para cada produto. Os contratos de resseguro são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora. ii) *Estratégia de retrocessão:* A contratação de operações de retrocessão tem o objetivo de prover à Resseguradora a capacidade para aceitação de riscos, sempre com o objetivo de proteger o balanço e atender as exigências quanto à solvência. As operações de retrocessão são contratadas sempre em observância aos requerimentos legais vigentes no país e normas internas do Grupo Zurich. Os contratos de retrocessão são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora no país. iii) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:* O monitoramento da carteira de contratos de resseguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. A Resseguradora atua com grupo de ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de resseguro. *Riscos de resseguro com grupo de ramos elementares:* O risco de resseguro com grupo de ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos ressegurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de retrocessão ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. O departamento de gerenciamento de riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, retrocessão, provisões técnicas de resseguro e ativos de retrocessão. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco. *Resultados de análise de sensibilidade:* Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

	2024	
	Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão
Premissas atuariais		
Aumento de 5% na sinistralidade	(9.273)	(4.618)
Redução de 5% na sinistralidade	9.273	4.618
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(267)	(8)
Redução de 5% nas despesas administrativas	267	8
Aumento de 1% na taxa de juros	8.071	6.657
Redução de 1% na taxa de juros	(8.333)	(6.856)

continua →



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultados da análise de sensibilidade

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

	2023: Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão
Premissas atuariais		
Aumento de 5% na sinistralidade	(13.456)	(3.174)
Redução de 5% na sinistralidade	13.448	3.168
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(390)	(141)
Redução de 5% nas despesas administrativas	390	141
Aumento de 1% na taxa de juros	11.012	5.760
Redução de 1% na taxa de juros	(11.391)	(5.343)

Concentração de riscos: Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 678/22 na definição dos segmentos de mercado.

Grupos de ramos	Sudeste 2024	2023
Patrimonial	211.025	197.556
Riscos especiais	2.270	1.005
Responsabilidades	106.994	104.531
Automóvel	115.925	239.620
Transportes	7.343	8.529
Riscos financeiros	215.153	133.384
Pessoas coletivo	158	82
Marítimos	8.354	6.366
Total	**667.222**	**691.073**

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Resseguradora. A Resseguradora está exposta ao risco de crédito em: • Ativos financeiros; • Ativos de retrocessão; e • Prêmio de resseguro. O gerenciamento do risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's (S&P), Moody's* entre outras. i) *Exposições ao risco de crédito*: A Resseguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à taxa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Resseguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando aos resseguradores que poderão ser usados, e o impacto das inadimplências dos resseguradores é avaliado regularmente. Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da *Standard & Poors (S&P)*, ou equivalente quando o da *S&P* não estiver disponível, tais como *Fitch Ratings, Moody's* e *A.M. Best Company*.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	A	A+	A-	B++	Sem *Rating*	2024
Caixa e bancos	62	–	–	18.413	–	–	18.475
Aplicações:							
Públicos	485.799	–	–	–	–	–	485.799
Privados	57.714	–	–	–	–	–	57.714
Operações com seguradoras	–	–	–	–	–	416.277	416.277
Operações com resseguradoras	–	1.184	386	9.634	2.538	–	13.742
Exposição máxima ao risco de crédito	**543.575**	**1.184**	**386**	**28.047**	**2.538**	**416.277**	**992.007**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	A	A-	BB++	Sem *Rating*	2023
Caixa e bancos	24.924	–	–	–	–	–	24.924
Aplicações:							
Públicos	490.616	–	–	–	–	–	490.616
Privados	58.249	11.594	–	–	–	–	69.843
Operações com seguradoras	–	–	–	–	–	398.112	398.112
Operações com resseguradoras	–	–	692	5.926	3.037	–	9.655
Exposição máxima ao risco de crédito	**573.789**	**11.594**	**692**	**5.926**	**3.037**	**398.112**	**993.150**

ii) *Retrocessionários*: *Discriminação dos resseguradores por categoria de risco*:

Resseguradores	Agência	*Rating*
Allianz Global Corporate	A.M.Best Company	A+
BTG Pactual Resseguradora	A.M.Best Company	B++
Chubb Resseguradora Brasil S.A.	A.M.Best Company	–
IRB Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Junto Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Munich Re do Brasil Resseg. S.A.	A.M.Best Company	–
Everest Reinsurance Company	A.M.Best Company	A+
General Reinsurance AG	A.M.Best Company	A++
Hannover Ruck SE	A.M.Best Company	A+
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	A.M.Best Company	A
SCOR Reinsurance Company	A.M.Best Company	A
American Home Assurance Company	A.M.Best Company	A
Zurich Insurance Company Ltd.	A.M.Best Company	A+
Agrinational Insurance Company	A.M.Best Company	A-
Lloyd's	A.M.Best Company	A
Markel International Insurance Co. Ltd.	A.M.Best Company	A
MS Amlin AG	A.M.Best Company	A+
Reaseguradora Patria	A.M.Best Company	A
Validus Reinsurance (Switzerland)	A.M.Best Company	A

Os *ratings* foram extraídos dos sites das respectivas agências certificadoras. *Discriminação dos resseguradores por classe*:

Resseguradores	Classe	Ativo	Passivo	Líquido 2024
Allianz Global Corporate	Local	387	(369)	18
BTG Pactual Resseguradora	Local	2.539	(2.830)	(292)
Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	Local	–	(68)	(68)
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	13.006	(96)	12.910
Junto Resseguros S.A.	Local	9.634	(11.385)	(1.751)
Munich Re do Brasil Resseg. S.A.	Local	23.117	(5.149)	17.968
Everest Reinsurance Company	Admitido	219.689	(7.407)	212.282
General Reinsurance AG	Admitido	3	–	3
Hannover Rück SE	Admitido	1.304	(69)	1.235
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	Admitido	2.976	(208)	2.768
American Home Assurance Company	Admitido	1.184	(849)	335
Zurich Insurance Company Ltd.	Admitido	1.755.131	(488.265)	1.266.866
Agrinational Insurance Company	Eventual	51	(29)	22
Lloyd's	Eventual	22.220	(4.727)	17.493
Markel International Insurance Co. Ltd.	Eventual	275	(1)	274
MS Amlin AG	Eventual	2.061	(164)	1.897
Reaseguradora Patria	Eventual	7.787	(1.578)	6.209
Validus Reinsurance (Switzerland)	Eventual	16.253	(3.478)	12.775
Total		**2.077.616**	**(526.672)**	**1.550.944**

Resseguradores	Classe	Ativo	Passivo	Líquido 2023
Allianz Global Corporate	Local	–	(21)	(21)
BTG Pactual Resseguradora	Local	3.037	(6.448)	(3.411)
Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	Local	–	(94)	(94)
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	11.838	(97)	11.741
Junto Resseguros S.A.	Local	5.926	(8.114)	(2.188)
Munich Re do Brasil Resseg. S.A.	Local	17.846	(4.978)	12.868
Everest Reinsurance Company	Admitido	218.073	(8.013)	210.060
General Reisurance AG	Admitido	9	–	9
Hannover Rück SE	Admitido	2.127	(127)	2.000
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	Admitido	4.923	(1.378)	3.545
Zurich Insurance Company Group Re P&C	Admitido	103.968	(29.520)	74.448
Zurich Insurance Company Ltd.	Admitido	543.820	(195.016)	348.804
Agrinational Insurance Company	Eventual	51	(29)	22
Lloyd's	Eventual	11.962	(4.145)	7.817
Markel International Insurance Co. Ltd.	Eventual	660	(33)	627
MS Amlin AG	Eventual	3.401	(249)	3.152
Reaseguradora Patria	Eventual	6.340	(1.508)	4.751
Validus Reinsurance (Switzerland)	Eventual	12.402	(3.186)	9.216
Total		**946.392**	**(263.046)**	**683.346**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não houve evidência objetiva de *impairment* para os ativos de retrocessão. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Resseguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Resseguradora é manter uma liquidez adequada e uma liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Resseguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Resseguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Gerenciamento de risco de liquidez*: O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pela área de gerenciamento de investimentos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como, a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Resseguradora de liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Exposição ao risco de liquidez*: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Resseguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de resseguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. O passivo de resseguro é o principal passivo da Resseguradora.

2024	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	18.475	–	–	–	18.475
Aplicações	–	99.402	135.062	309.049	543.513
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	410.262	18.218	1.540	430.020
Ativos de resseguro	–	1.054.802	78.549	27.823	1.161.174
Títulos e créditos a receber	–	79.411	56.744	–	136.155
Custo de aquisição diferidos	–	6.067	–	–	6.067
Total do ativo	**18.475**	**1.649.944**	**288.573**	**338.412**	**2.295.404**
Passivo					
Contas a pagar	–	124.455	–	–	124.455
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	287.414	–	–	287.414
Provisões técnicas - resseguro	–	1.495.110	159.052	56.338	1.710.500
Total do passivo	**–**	**1.906.979**	**159.052**	**56.338**	**2.122.369**

2023	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	24.924	–	–	–	24.924
Aplicações	–	310.713	85.742	164.004	560.459
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	370.613	31.015	6.138	407.766
Ativos de resseguro	–	847.576	51.433	23.264	922.273
Títulos e créditos a receber	–	86.172	–	–	86.172
Custo de aquisição diferidos	–	4.626	–	–	4.626
Total do ativo	**24.924**	**1.619.700**	**168.190**	**193.406**	**2.006.220**
Passivo					
Contas a pagar	–	71.715	–	–	71.715
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	262.587	–	–	262.587
Provisões técnicas - resseguro	–	1.276.503	115.041	52.036	1.443.580
Total do passivo	**–**	**1.610.805**	**115.041**	**52.036**	**1.777.882**

d) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de Mercado*: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado*: O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Resseguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área de gerenciamento de investimentos, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; e • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de *Risk Management* destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia de VaR. iii) *Análise do risco de mercado*: A política da Resseguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), onde o cumprimento destes são acompanhados mensalmente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. Considerando o modelo de simulação histórica para o cálculo de VaR, é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	18.475	24.924
	18.475	24.924

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

Títulos e Classificações	2024	%	2023	%
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes				
Debêntures (DEBIN)	1.684	0,31%	1.823	0,32%
Letras Financeiras (LF)	56.185	10,34%	68.020	12,14%
Letras Financeiras Nacional (LFT)	59.853	11,01%	14.452	2,58%
Tesouro Prefixado (LTN)	294.004	54,09%	339.840	60,64%
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	133.167	24,50%	136.324	24,32%
Redução ao valor Recuperável (CPC 48) IFRS 09	(1.380)	(0,25%)	–	–
Total	**543.513**	**100,00%**	**560.459**	**100,00%**

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 60 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial (líquido de imposto)	Custo atualizado
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes							
Debêntures (DEBIN)	–	–	–	132.788	132.788	(11.199)	**143.987**
Letras Financeiras (LF)	–	–	–	56.159	56.159	(3.465)	**59.624**
Letras Financeiras Nacional (LFT)	–	–	–	59.701	59.701	(9)	**59.710**
Tesouro Pré-fixado (LTN)	–	–	–	293.185	293.185	(17.176)	**310.361**
Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais (NTN-F)	–	–	–	1.680	1.680	(108)	**1.788**
Total em 2024	**–**	**–**	**–**	**543.513**	**543.513**	**(31.957)**	**575.470**
Total em 2023	**296.122**	**11.594**	**2.997**	**249.746**	**560.459**	**2.573**	**557.886**

b) Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação das aplicações financeiras	Saldo em 2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Redução ao valor recuperável	Ajustes TVM	Saldo em 2024
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes							
Debêntures (DEBIN)	1.823	–	(100)	206	(4)	(245)	1.680
Letras Financeiras (LF)	68.020	–	(14.416)	4.451	(27)	(1.869)	56.159
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	14.452	180.106	(140.975)	6.288	(151)	(16)	59.701
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	339.840	617.357	(667.640)	33.506	(819)	(29.059)	293.185
Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais (NTN-F)	136.324	21.182	(13.475)	15.497	(379)	(26.361)	132.788
Total	**560.459**	**818.642**	**(836.606)**	**59.948**	**(1.380)**	**(57.550)**	**543.513**

Movimentação das aplicações financeiras	Saldo em 2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Redução ao valor recuperável	Ajustes TVM	Saldo em 2023
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes							
Debêntures (DEBIN)	1.641	–	(95)	189	–	88	1.823
Letras Financeiras (LF)	57.088	–	–	4.854	–	6.078	68.020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	49.619	107.397	(143.258)	1.645	–	49	14.452
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	340.134	412.811	(461.850)	40.204	–	7.541	339.840
Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais (NTN-F)	63.061	196.750	(146.012)	10.799	–	11.726	136.324
Total	**510.543**	**717.758**	**(751.015)**	**57.691**	**–**	**25.482**	**560.459**

c) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 2024, a Resseguradora não apresenta nenhum título classificado no Nível 3.

	2024 Nível 1	Nível 2	Total	2023 Nível 1	Nível 2	Total
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes						
Debêntures (DEBIN)	–	1.680	1.680	–	1.823	1.823
Letras Financeiras (LF)	56.159	–	56.159	68.020	–	68.020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	59.701	–	59.701	14.452	–	14.452
Tesouro Pré-fixado (LTN)	293.185	–	293.185	339.840	–	339.840
Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais (NTN-F)	132.788	–	132.788	136.324	–	136.324
Total das aplicações	**541.833**	**1.680**	**543.513**	**558.636**	**1.823**	**560.459**

d) Taxas de juros contratadas:

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado	Percentual 2024
Debêntures	Títulos privados pré-fixados	De 6,00% até 6,99%	1.680	0,31%
LF	Títulos privados pré-fixados	De 6,00% até 8,99%	56.159	10,31%
LFT	Títulos públicos pós-fixados	De 0,01% até 0,99%	59.701	11,01%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 10,00% até 12,99%	293.185	53,94%
NTN-F	Títulos públicos pré-fixados	De 8,00% até 13,99%	132.788	24,43%
			543.513	**100,00%**

Título	Classe	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado	Percentual 2023
Debêntures	Títulos privados pré-fixados	De 6,00% até 6,99%	1.823	0,32%
LF	Títulos privados pré-fixados	De 5,00% até 8,99%	68.020	12,14%
LFT	Títulos públicos pós-fixados	De 0,01% até 0,99%	14.452	2,58%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 8,00% até 13,99%	339.840	60,64%
NTN-F	Títulos públicos pré-fixados	De 8,00% até 13,99%	136.324	24,32%
			560.459	**100,00%**

As taxas de juros contratadas para os títulos pré-fixados são indicadas ao ano.

e) Instrumentos financeiros por categoria:

2024	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	%	Custo amortizado	%
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	543.513	100%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	430.020	85,41%
Títulos e créditos a receber	–	–	73.429	14,59%
	543.513	**100,00%**	**503.449**	**100,00%**

2023	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	%	Recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	560.459	100,00%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	407.766	82,55%
Títulos e créditos a receber	–	–	86.172	17,45%
	560.459	**100,00%**	**493.938**	**100,00%**

f) Análise de sensibilidade

2024	Títulos públicos federais	Títulos privados	Total
Aplicações	**485.799**	**57.714**	**543.513**
SELIC - % a.a.	12,15	–	12,15
CDI - % a.a.	–	10,88	10,88
Projeção rentabilidade próximos 12 meses			
Resultado:			
Provável	59.025	6.279	65.304
Queda 25%	44.268	4.709	48.977
Queda 50%	29.512	3.140	32.652
Elevação 25%	73.781	7.849	81.630
Elevação 50%	88.537	9.419	97.956

2023	Títulos públicos federais	Títulos privados	Total
Aplicações	**490.616**	**69.843**	**560.459**
SELIC - % a.a.	11,65	–	11,65
CDI - % a.a.	–	13,04	13,04
Projeção rentabilidade próximos 12 meses			
Resultado:			
Provável	57.157	9.108	66.265
Queda 25%	42.868	6.831	49.699
Queda 50%	28.578	4.554	33.132
Elevação 25%	71.446	11.384	82.830
Elevação 50%	85.735	13.661	99.396

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central. / Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

continua ★



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

a) Operações com seguradoras - prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro:

	2024	2023
Patrimonial	134.752	159.356
Riscos especiais	1.732	298
Responsabilidades	76.639	80.694
Automóvel	36.351	44.235
Transportes	4.017	5.509
Riscos financeiros	157.958	104.701
Pessoas coletivo	30	98
Marítimos	4.730	3.221
Total	**416.277**	**398.112**

i) *Movimentação dos prêmios a receber:*

	2024	2023
Saldo inicial	**398.112**	**424.306**
(+) Prêmios emitidos	669.764	686.172
(+/-) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(4.174)	155
(–) Recebimentos	(647.424)	(722.521)
Saldo final	**416.278**	**398.112**

ii) *Aging List de prêmios a receber - curto e longo prazo:*

2024

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
A Vencer	152.256	–	–	–	–	–	152.256
Vencidos	62.546	35.974	102.303	36.243	13.119	14.372	264.557
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	(56)	(480)	(536)
	214.802	35.974	102.303	36.243	13.063	13.892	416.277

2023

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
A Vencer	125.504	–	–	–	–	–	125.504
Vencidos	41.187	33.279	64.869	43.175	63.714	30.061	276.285
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	(3.649)	(118)	(3.767)
	166.781	33.279	64.869	43.175	60.065	29.943	398.112

b) Operações com resseguradoras - prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro

	2024	2023
Patrimonial	1.570	692
Riscos financeiros	12.172	8.962
	13.742	**9.654**

i) *Movimentação das operações com resseguradoras:*

	2024	2023
Saldo inicial	**9.654**	**14.849**
(+) Prêmios emitidos	7.197	4.850
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	232	403
(–) Recebimentos	(3.341)	(10.448)
Saldo final	**13.742**	**9.654**

Prazo médio recebimento (dias) - O prazo médio de parcelamento (dias) dos prêmios a receber de resseguro assumido é de 220 dias em 31 de dezembro de 2024 (206 dias em 31 de dezembro de 2023).

8. Ativos de retrocessão

a) Ativos de retrocessão - provisões técnicas:

2024

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	103.721	178.407	81.572	363.700
Riscos especiais	1.222	–	161	1.383
Responsabilidades	43.883	430.422	123.044	597.349
Automóvel	1	4.900	56	4.957
Transportes	3.131	3.336	3.956	10.423
Riscos financeiros	147.517	10.012	25.618	183.147
Pessoas coletivo	29	32	–	61
Marítimos	110	–	44	154
Circulante e não circulante	**299.614**	**627.109**	**234.451**	**1.161.174**

2023

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	63.602	67.888	87.631	219.121
Riscos especiais	179	–	151	330
Responsabilidades	41.494	401.477	108.400	551.371
Automóvel	2	442	72	516
Transportes	2.124	3.656	2.048	7.828
Riscos financeiros	109.245	8.309	25.423	142.977
Pessoas coletivo	8	29	–	37
Marítimos	5	–	88	93
Circulante e não circulante	**236.659**	**481.801**	**203.813**	**922.273**

i) *Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:*

2024

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistro a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**236.659**	**481.801**	**203.813**	**922.273**
Constituições	449.993	–	–	449.993
Diferimento pelo risco	(387.038)	–	–	(387.038)
Variação de IBNR	–	–	30.638	30.638
Aviso de sinistro	–	145.308	–	145.308
Saldo no final do exercício	**299.614**	**627.109**	**234.451**	**1.161.174**

i) *Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:*

2023

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistro a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	215.502	554.212	158.508	928.222
Constituições	115.055	–	–	115.055
Diferimento pelo risco	(93.896)	–	–	(93.896)
Variação de IBNR	–	–	5.305	5.305
Aviso de sinistro	–	81.858	–	81.858
Recuperação de sinistro	–	(154.269)	–	(154.269)
Saldo no final do exercício	**236.659**	**481.801**	**203.813**	**922.273**

b) Débitos de operações com seguros e resseguros:

	2024	2023
Prêmio a restituir	40.296	22.507
Prêmio de retrocessão a pagar	242.454	235.784
Corretores de resseguros	4.662	4.296
Total dos débitos de operações com seguros e resseguros	**287.414**	**262.587**

i) *Movimentação de operações com seguros e resseguros:*

	2024	2023
Saldo inicial	**262.587**	**292.331**
(+) Prêmios a restituir	17.790	5.244
(+) Prêmios cedidos	8.300	(42.814)
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	177	1.063
(+/–) Outros débitos	(1.440)	5.843
Saldo final	**287.414**	**262.587**

9. Créditos tributários e previdenciários

a) Créditos tributários e previdenciários:

	2024	2023
IRPJ e CSLL a compensar	24.563	26.778
Antecipação de IRPJ e CSLL	46.947	42.869
PIS e COFINS a compensar	1.919	4.599
Total dos créditos tributários e previdenciários - circulante	**73.429**	**74.246**
IRPJ e CSLL diferidos	44.315	21.875
PIS e COFINS diferidos	12.429	11.926
Total dos créditos tributários e previdenciários - não circulante	**56.744**	**33.801**
Total dos créditos tributários e previdenciários - circulante e não circulante	**130.173**	**108.047**

b) Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes dos Impostos e Juros sobre Capital Próprio	**113.172**	**103.372**
Juros Sobre Capital Próprio	**(10.274)**	**(19.896)**
Resultado antes dos Impostos	**102.898**	**83.476**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(41.160)	(33.390)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(470)	(384)
Incentivos Fiscais	1.068	722
Outros ajustes	25	25
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(40.537)**	**(33.029)**

c) Ativos e passivos fiscais - natureza e origem dos créditos tributários:

	Saldo em 2023	Constituição	Realização	Saldo em 2024
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais, honorários advocatícios e provisão de devedores duvidosos	21.875	1.135	–	23.010
Ganhos (Perdas) não Realizados MTM	(1.716)	21.305	1.716	21.305
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**20.159**	**22.440**	**1.716**	**44.315**

	Saldo em 2022	Constituição	Realização	Saldo em 2023
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais, honorários advocatícios e provisão de devedores duvidosos	18.032	3.843	–	21.875
Ganhos (Perdas) não Realizados MTM	8.477	(1.716)	(8.477)	(1.716)
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**26.509**	**2.127**	**(8.477)**	**20.159**

d) Realização de créditos tributários

Composição	Saldo em 2024	2025	2026	2027	2028	2029
Provisão para Riscos Fiscais	21.072	–	–	–	–	(21.072)
Outros	1.938	(1.938)	–	–	–	–
Ganhos (Perdas) Não Realizados (MtM)	21.305	(454)	(1.351)	(1.943)	(9.650)	(7.907)
Lucro tributável	**44.315**	**(2.392)**	**(1.351)**	**(1.943)**	**(9.650)**	**(28.979)**

10. Custos de aquisição diferidos

a) Premissas e prazos de diferimento: Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes a comissões no valor de R$ 6.067 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 4.626 em 2023) relativos à comercialização de contratos de retrocessão. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato e apropriados ao resultado, *pro-rata die*, de acordo com a vigência do contrato, média de 12 meses.

i) *Movimentação dos custos de aquisição diferidos:*

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**4.626**	**4.322**
Constituições	3.194	1.457
Diferimento	(1.753)	(1.153)
Saldo final do exercício	**6.067**	**4.626**

11. Provisões técnicas - resseguro

a) Resseguro aceito

2024

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	112.186	187.641	89.128	388.955
Riscos especiais	1.224	–	161	1.385
Responsabilidades	65.125	444.980	153.873	663.978
Automóvel	55.205	115.116	72.451	242.772
Transportes	3.137	4.768	3.964	11.869
Riscos financeiros	340.128	13.284	41.559	394.971
Pessoas Coletivo	28	31	–	59
Marítimos	4.516	822	1.173	6.511
Circulante e não circulante	**581.549**	**766.642**	**362.309**	**1.710.500**

2023

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	96.987	78.856	74.353	250.196
Riscos especiais	180	–	152	332
Responsabilidades	59.485	423.508	133.725	616.718
Automóvel	122.744	104.513	71.484	298.741
Transportes	2.129	5.518	2.046	9.693
Riscos financeiros	216.860	8.755	37.801	263.416
Pessoas Coletivo	7	29	–	36
Marítimos	3.053	42	1.353	4.448
Circulante e não circulante	**501.445**	**621.221**	**320.914**	**1.443.580**

i) *Movimentação das provisões técnicas de resseguro aceito:*

2024

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**579.687**	**670.504**	**348.087**	**1.598.278**
Constituições	125.355	–	–	125.355
Diferimento pelo risco	(123.493)	–	–	(123.493)
Variação de IBNR	–	–	14.222	14.222
Aviso de sinistro	–	96.138	–	96.138
Saldo no final do exercício	**581.549**	**766.642**	**362.309**	**1.710.500**

2023

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**463.131**	**731.332**	**308.738**	**1.503.201**
Constituições	342.446	–	–	342.446
Diferimento pelo risco	(304.132)	–	–	(304.132)
Variação de IBNR	–	–	12.176	12.176
Pagamento de sinistro	–	(110.111)	–	(110.111)
Saldo no final do exercício	**501.445**	**621.221**	**320.914**	**1.443.580**

ii) *Garantias das provisões técnicas:* Os valores contábeis vinculados à SUSEP em cobertura da provisões técnicas são os seguintes:

	2024	2023
Total das provisões técnicas	1.710.500	1.443.580
Ativos de retrocessão redutores de cobertura	(954.662)	(756.792)
Direitos creditórios	(284.924)	(226.264)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**470.914**	**460.524**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras (LF)	56.084	59.020
Letras Financeiras Nacional (LFT)	293.185	14.452
Tesouro Prefixado (LTN)	59.826	339.840
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	132.768	136.324
Debêntures	1.650	1.823
Total dos ativos oferecidos em garantia	**543.513**	**560.459**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**72.599**	**99.935**
Suficiência de liquidez	**72.599**	**99.935**

(i) Resolução CNSP432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

12. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza:

	2024	2023
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	52.680	48.807
	52.680	**48.807**

i) *Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza:*

	Saldo em 2023	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 2024
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**48.807**	–	**3.873**	**52.680**
PIS/COFINS Receitas financeiras	48.807	–	3.873	52.680
Saldo dos créditos tributários registrados	**48.807**	**–**	**3.873**	**52.680**

	Saldo em 2022	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 2023
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**43.602**	**1.059**	**4.146**	**48.807**
PIS/COFINS Receitas financeiras	43.602	1.059	4.146	48.807
Saldo dos créditos tributários registrados	**43.602**	**1.059**	**4.146**	**48.807**

Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor à Resseguradora o dever de se sujeitar à Contribuição ao PIS e à COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual *deixamos de recolher o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas* técnicas e passamos a provisionar este valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Resseguradora. Em março de 2023, foi dado provimento ao Recurso de Apelação da União, o que ensejou a interposição de Recursos Especial e Extraordinário pelas Empresas. Ademais, as Empresas apresentaram pedido de tutela, a qual foi deferida para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas até o juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais. Em julho de 2023, foi proferida decisão negando seguimento ao Recurso Extraordinário e inadmitindo o Recurso Especial, o que ensejou a interposição de Agravo Interno e Agravo em Recurso Especial pelas Empresas. Em outubro de 2023, foi proferida decisão, em sede de juízo de retratação, dando provimento ao Agravo Interno para determinar a devolução dos autos à Turma Julgadora para análise do recurso com base no entendimento do STF firmado no RE 400.479, bem como julgando prejudicado o Agravo em Recurso Especial. Em novembro de 2023, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Aguarda-se atualmente o julgamento do recurso pela Turma Julgadora com base na decisão do STF no RE 400.479. Importante mencionar que foi reconhecida a repercussão geral do tema pelo STF (Tema 1309). Probabilidade de perda: Possível.

13. Contas a pagar

a) Obrigações a pagar:

	2024	2023
Dividendos a pagar	66.567	64.968
Outros Pagamentos	282	520
Total	**66.849**	**65.488**

b) Impostos e contribuições:

	2024	2023
IR	25.207	22.765
CSLL	15.780	14.107
PIS/COFINS	473	1.619
Total	**41.460**	**38.491**

14. Desenvolvimento de sinistros

Os padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no teste de adequação de passivos são selecionados a partir da experiência das seguradoras do mesmo grupo empresarial no Brasil. a) Sinistros bruto de retrocessão:

Ano de Ocorrência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	164.768	506.432	530.428	382.422	373.113	318.105	276.792	305.730	327.729	530.610	367.343	454.324
Um ano mais tarde	209.813	681.443	700.084	471.102	388.424	410.634	390.967	311.728	324.961	437.507	445.139	
Dois anos mais tarde	225.944	610.032	636.263	482.809	405.584	381.579	567.808	285.084	304.053	432.463		
Três anos mais tarde	203.063	621.390	759.465	458.412	440.233	382.164	594.177	273.524	297.243			
Quatro anos mais tarde	205.652	630.634	894.355	388.093	423.404	392.471	599.127	255.918				
Cinco anos mais tarde	213.616	604.487	815.301	388.957	422.370	506.211	568.057					
Seis anos mais tarde	207.867	550.072	823.424	385.022	428.418	507.393						
Sete anos mais tarde	158.621	530.638	825.603	384.081	432.341							
Oito anos mais tarde	159.532	533.912	823.080	380.033								
Nove anos mais tarde	161.166	541.160	824.571									
Dez anos mais tarde	159.660	539.412										
Onze anos mais tarde	161.240											
Posição em 31/12/2024	**161.240**	**539.412**	**824.571**	**380.033**	**432.341**	**507.393**	**568.057**	**255.918**	**297.243**	**432.463**	**445.139**	**454.324**
Pago Acumulado	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Até a data-base	62.978	152.466	234.227	157.720	185.583	161.436	59.827	127.035	111.397	232.427	197.961	221.525
Um ano mais tarde	107.052	410.818	374.301	275.653	281.910	320.872	115.380	199.508	181.978	306.249	270.919	
Dois anos mais tarde	114.661	449.254	407.127	314.420	303.481	340.613	200.061	206.298	202.513	323.032		
Três anos mais tarde	125.811	470.354	403.432	338.658	377.373	349.007	230.666	211.831	216.845			
Quatro anos mais tarde	134.931	477.103	461.252	346.678	384.108	350.743	314.588	213.160				
Cinco anos mais tarde	136.512	482.190	651.737	350.605	386.786	487.916	344.444					
Seis anos mais tarde	137.827	486.700	671.090	355.187	390.474	492.540						
Sete anos mais tarde	142.318	490.661	676.740	360.457	403.427							
Oito anos mais tarde	144.761	492.756	682.062	362.865								
Nove anos mais tarde	146.958	496.725	683.423									
Dez anos mais tarde	147.039	509.256										
Onze anos mais tarde	147.747											
Posição em 31/12/2024	**147.747**	**509.256**	**683.423**	**362.865**	**403.427**	**492.540**	**344.444**	**213.160**	**216.845**	**323.032**	**270.919**	**221.525**
Provisão de Sinistros em 31/12/2024	**13.493**	**30.156**	**141.148**	**17.168**	**28.914**	**14.853**	**243.613**	**42.758**	**80.398**	**109.431**	**174.220**	**232.799**
Diferença com Estimativa Inicial	**3.528**	**(32.980)**	**(294.143)**	**2.389**	**(59.226)**	**(189.288)**	**(311.265)**	**49.812**	**30.486**	**98.347**	**(77.796)**	**–**

b) Sinistros líquido de retrocessão

Ano de Ocorrência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	137.186	247.585	390.118	300.371	316.044	233.076	71.948	186.421	212.297	445.013	269.276	141.181
Um ano mais tarde	124.340	254.448	351.221	277.483	290.774	193.468	74.482	109.634	186.461	322.931	358.609	
Dois anos mais tarde	110.103	225.715	329.187	270.504	292.631	193.256	77.289	164.180	194.472	326.361		
Três anos mais tarde	109.608	223.331	330.060	262.427	287.912	192.514	74.783	168.253	182.572			
Quatro anos mais tarde	110.702	227.134	322.171	259.823	273.898	201.829	90.165	166.359				
Cinco anos mais tarde	111.185	220.892	317.626	262.614	272.069	197.506	89.007					
Seis anos mais tarde	108.085	206.354	320.916	259.699	270.723	199.757						
Sete anos mais tarde	101.936	209.881	323.137	257.769	270.309							
Oito anos mais tarde	101.909	207.693	314.648	257.075								
Nove anos mais tarde	102.768	207.322	313.857									
Dez anos mais tarde	101.625	208.868										
Onze anos mais tarde	102.922											
Posição em 31/12/2024	**102.922**	**208.868**	**313.857**	**257.075**	**270.309**	**199.757**	**89.007**	**166.359**	**182.572**	**326.361**	**358.609**	**141.181**
Pago Acumulado	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Até a data-base	61.896	127.839	223.273	176.597	180.309	146.957	31.285	110.018	109.047	226.492	189.345	124.457
Um ano mais tarde	93.782	187.026	287.677	233.661	244.668	186.006	52.429	137.008	147.224	280.065	252.780	
Dois anos mais tarde	95.258	190.237	288.503	236.211	243.127	189.802	54.539	140.252	150.108	285.382		
Três anos mais tarde	96.384	190.762	292.677	238.466	251.687	192.440	59.424	143.023	153.626			
Quatro anos mais tarde	97.523	191.705	295.397	240.109	253.263	195.440	65.127	143.917				
Cinco anos mais tarde	98.021	193.524	297.802	242.745	255.759	196.253	88.394					
Seis anos mais tarde	98.465	195.071	302.807	246.039	258.938	196.724						
Sete anos mais tarde	99.100	197.563	307.773	250.323	260.244							
Oito anos mais tarde	99.600	199.952	308.707	252.147								
Nove anos mais tarde	100.142	201.707	309.076									
Dez anos mais tarde	100.118	203.194										
Onze anos mais tarde	100.647											
Posição em 31/12/2024	**100.647**	**203.194**	**309.076**	**252.147**	**260.244**	**196.724**	**66.394**	**143.917**	**153.626**	**285.382**	**252.780**	**124.457**
Provisão de Sinistros em 31/12/2024	**2.275**	**5.674**	**4.781**	**4.928**	**10.065**	**3.033**	**22.613**	**21.442**	**28.946**	**40.979**	**105.829**	**16.724**
Diferença com Estimativa Inicial	**34.264**	**38.717**	**76.262**	**43.296**	**45.735**	**33.318**	**(17.161)**	**(20.063)**	**(30.725)**	**(118.652)**	**89.333**	**–**

continua →

ZURICH

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 124.003 (R$ 124.003 em 2023), está representado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, por 131.004 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Reservas de lucros:

	2024	2023
Reserva legal (i)	24.800	24.568
Reserva estatutária (ii)	4.043	644
Total	**28.843**	**25.212**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Foi deliberada, na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de dezembro de 2024, a aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio - JCP. Para fins de distribuição, os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na "taxa de juros de longo prazo" (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício. O montante provisionado foi de R$ 10.274. Em dezembro de 2024, foram provisionados dividendos no montante de R$ 57.702. O total de dividendos e juros sobre capital próprio relativos a 2024 representa R$ 67.976 (aproximadamente 94% sobre o lucro após dedução da Reserva Legal). O pagamento desse montante acontecerá ao longo de 2025. O montante creditado a título de juros sobre o capital próprio no exercício reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Tal redução gerou um efeito tributário positivo de R$ 4.109. d) A distribuição do lucro líquido do exercício aconteceu conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	72.636	70.343
Juros sobre o capital próprio a pagar	10.274	19.895
Constituição reserva legal	232	2.522
Constituição reserva estatutária	3.399	–
Dividendo mínimo (25%)	15.590	12.612
Dividendos adicionais	42.112	35.313
Dividendos Totais	**57.702**	**47.925**

e) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	2024	2023
Patrimônio líquido	120.889	151.788
Ajustes contábeis:	**(30.153)**	**(5.879)**
Despesas antecipadas	(534)	(21)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(29.619)	(5.858)
Ajustes econômicos:	**33.750**	**46.779**
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída	33.750	46.779
PLA Total	**124.486**	**192.688**
Capital base (a)	60.000	60.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	47.096	65.021
Capital adicional baseado no risco de crédito	51.741	47.557
Capital adicional baseado no risco operacional	7.013	5.919
Capital adicional baseado no risco de mercado	14.603	9.040
Benefício da diversificação	**(22.569)**	**(20.766)**
Capital base de risco (b)	97.974	106.778
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)).	97.974	106.778
PLA de nível 1 (i)	76.040	129.892
PLA de nível 2 (ii)	33.750	46.779
PLA de nível 3 (iii)	14.696	16.017
Patrimônio líquido ajustado	**124.486**	**183.282**
Ajustes de excesso do PLA de nível 2 e de nível 3	–	(3.405)
Suficiência de capital	**26.512**	**76.502**

(i) PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e "b" do inciso II do caput da resolução 432/21; (ii) PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e (iii) PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "c" e "f" daquele inciso.

16. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Prêmios emitidos:

Grupos de ramos	2024	2023
Patrimonial	211.025	197.556
Riscos especiais	2.270	1.005
Responsabilidades	105.994	104.531
Automóvel	115.925	239.620
Transportes	7.343	8.529
Riscos financeiros	215.153	133.384
Pessoas coletivo	158	82
Marítimos	9.354	6.366
Total	**667.222**	**691.073**

b) Prêmios ganhos: *Resseguro aceito e retrocessão aceita:*

2024

Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Patrimonial	197.764	100,00%	0,64%
Riscos especiais	1.231	0,81%	–
Responsabilidades	106.080	36,80%	6,14%
Automóvel	183.464	95,20%	–
Transportes	6.537	67,78%	–
Riscos financeiros	91.887	9,23%	–
Pessoas Coletivo	138	18,84%	–
Marítimos	7.496	30,64%	13,17%
Total	**594.597**		

2023

Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Patrimonial	181.840	27,83%	1,13%
Riscos especiais	1.166	(2,32)%	–
Responsabilidades	106.152	135,86%	5,31%
Automóvel	282.624	87,08%	–
Transportes	7.707	126,20%	–
Riscos financeiros	66.020	(4,88)%	–
Pessoas Coletivo	126	22,40%	–
Marítimos	4.118	32,35%	13,94%
Total	**649.753**		

c) Sinistros ocorridos:

2024

Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	(183.942)	956	(14.775)	(197.761)
Riscos especiais	–	–	(10)	(10)
Responsabilidades	(18.969)	80	(20.148)	(39.037)
Automóvel	(225.931)	52.239	(967)	(174.659)
Transportes	(3.063)	551	(1.919)	(4.431)
Riscos financeiros	(4.718)	–	(3.759)	(8.477)
Pessoas Coletivo	(27)	–	–	(27)
Marítimos	(2.477)	–	181	(2.296)
Total	**(439.127)**	**53.826**	**(41.397)**	**(426.698)**

2023

Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	(30.931)	372	(20.049)	(50.608)
Riscos especiais	–	–	27	27
Responsabilidades	(153.069)	(6)	8.854	(144.221)
Automóvel	(303.786)	59.530	(1.850)	(246.106)
Transportes	(7.146)	(1.014)	(1.566)	(9.726)
Riscos financeiros	(541)	–	3.761	3.220
Pessoas Coletivo	(28)	–	–	(28)
Marítimos	20	–	(1.353)	(1.333)
Total	**(495.481)**	**58.882**	**(12.176)**	**(448.775)**

d) Resultado com custos de aquisição:

	2024	2023
Despesas de corretagem	**(9.495)**	**(8.730)**
Resseguros	(9.495)	(8.730)
Variação das despesas de corretagem diferidas	**736**	**469**
Resseguros	736	469
Custo de aquisição	**(8.759)**	**(8.261)**

e) Resultado com retrocessão:

2024

Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	IBNR	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	169.197	13.941	(202.158)	18.633	(387)
Riscos especiais	–	10	(2.265)	1.036	(1.219)
Responsabilidades	18.850	14.645	(69.653)	374	(35.784)
Automóvel	11.037	(16)	(272)	–	10.749
Transportes	2.506	1.907	(7.327)	805	(2.107)
Riscos Financeiros	1.799	195	(108.060)	38.272	(67.794)
Pessoas Coletivo	26	–	(159)	21	(112)
Marítimos	1	(44)	(362)	105	(300)
Total	**203.418**	**30.638**	**(390.256)**	**59.246**	**(96.954)**

2023

Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	IBNR	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	25.008	20.713	(179.700)	14.115	(119.069)
Riscos especiais	–	(27)	(1.003)	(161)	(1.191)
Responsabilidades	143.357	(12.591)	(65.124)	(4.059)	61.583
Automóvel	7	(51)	(255)	–	(299)
Transportes	9.143	1.560	(8.512)	820	2.011
Riscos Financeiros	395	(4.386)	(61.060)	12.096	(52.954)
Pessoas Coletivo	29	–	(83)	(43)	(96)
Marítimos	–	87	(355)	5	(263)
Total	**177.737**	**5.305**	**(316.095)**	**22.773**	**(110.280)**

f) Despesas administrativas:

	2024	2023
Serviços de terceiros	(2.399)	(6.910)
Localização e funcionamento	(274)	(256)
Despesas com publicações	(126)	(156)
Despesas administrativas diversas	(146)	(44)
Despesa com donativos	(2.759)	(2.630)
Total	**(5.704)**	**(9.996)**

g) Despesas com tributos:

	2024	2023
Impostos municipais	(146)	–
Impostos federais	(11.859)	(16.848)
Taxa de fiscalização	(1.434)	(1.241)
Total	**(13.439)**	**(18.089)**

h) Resultado financeiro:

	2024	2023
Receitas financeiras	**74.513**	**69.445**
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	60.153	61.551
Receitas financeiras com operações de resseguro	(9.839)	4.679
Outras receitas financeiras	24.199	3.215
Despesas financeiras	**(7.509)**	**(16.642)**
Despesas financeiras com renda fixa	(205)	(3.860)
Despesas financeiras com operações de resseguro	(1.418)	(99)
Despesas financeiras com operações de seguros	–	(231)
Outras despesas financeiras	(5.886)	(12.452)
Total	**67.004**	**52.803**

17. Partes relacionadas

a) Despesas compartilhadas: Refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Resseguradora Brasil S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e os valores de despesas, devido ao compartilhamento da Administração. b) Operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Zurich Insurance Company e Zurich Insurance Public Limited Company: A Resseguradora possui operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Seguradora de resseguro aceito, com a Zurich Insurance Company, Resseguradora admitida e com a Zurich Insurance Public Limited Company, Resseguradora eventual de retrocessão cedida. A Seguradora, a Resseguradora admitida e a Resseguradora eventual fazem parte do Grupo Zurich Financial Services. Os valores contemplam todos os saldos operacionais, incluindo reservas atuariais, prêmios, comissão e sinistro.

	2024 Ativo e passivo	2023 Ativo e passivo
Valores a receber:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	1.433.308	1.415.815
Zurich Insurance Company	509.498	289.799
Zurich Insurance Public Limited Company	1.218	(621)
Valores a pagar:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(1.615.702)	(1.359.939)
Zurich Insurance Company	(170.179)	(137.568)
Zurich Insurance Public Limited Company	(5.254)	(4.368)

	2024 Receitas e despesas	2023 Receitas e despesas
Receitas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	590.542	633.941
Zurich Insurance Company	226.814	166.500
Zurich Insurance Public Limited Company	163	(2.577)
Despesas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(461.194)	(481.244)
Zurich Insurance Company	(255.564)	(213.094)
Zurich Insurance Public Limited Company	(2.938)	(8.838)

18. Eventos subsequentes:

Não houve eventos subsequentes após o fechamento contábil até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

José Borba Bailone **Mariane Bottaro Berselli Marinho** **Sven Feistel**

CONTADOR

Neilton Pereira dos Santos
CRC - 1SP223651/O-2

ATUÁRIA

Fernanda Lores
MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Resseguradora Brasil S.A. - O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** ("Resseguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2024 em 15 (quinze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de Controles Internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Resseguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Resseguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de Controles Internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Resseguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de Controles Internos e compliance, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.**, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos

Benildo de Araujo Costa

Luiz Pereira de Souza

Flavio Roberto Andreani Perondi

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** - São Paulo - SP. **Escopo da auditoria atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da administração:** A Administração da Zurich Resseguradora Brasil S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo da introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Zurich Resseguradora Brasil S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a Prêmios e Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários	**31/12/2024**
Total de provisões técnicas auditadas	**1.710.500**
Total de ativos de retrocessão	**1.161.174**
Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros	–
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2024**
Provisões Técnicas auditadas (a)	1.710.500
Valores redutores auditados (b)	1.239.586
Total a ser coberto (a - b)	**470.914**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2024**
Capital Base (a)	60.000
Capital de Risco (CR) (b)	97.974
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**97.974**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	124.486
Ajustes Econômicos do PLA	33.750
Exigência de Capital (CMR) (b)	97.974
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**26.512**
Ativos Garantidores (d)	543.513
Total a ser Coberto (e)	470.914
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**72.599**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	**31/12/2024**
01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 11, 14	10.000
07	13.000

continua →★

ZURICH

Zurich Resseguradora Brasil S.A.
CNPJ: 14.387.387/0001-95

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguro: Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.9 e 11 a), em 31 de dezembro de 2024, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros firmados pela Resseguradora era de R$ 1.710.500 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.10. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Resseguradora; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Resseguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Transações com partes relacionadas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 17 c, em 31 de dezembro de 2024 o saldo de receitas com partes relacionadas, decorrente de contratos de resseguros aceitos pela Resseguradora era de R$ 590.542 mil com a Companhia ligada no Brasil Zurich Minas Brasil Seguros S.A., R$ 226.814 mil com a também Companhia ligada no exterior Zurich Insurance Company e R$ 163 mil com a Zurich Insurance Public Limited Company, também Companhia ligada no exterior. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação do processo de gestão para identificar e registrar transações com partes relacionadas e o processo de aceitação e repasse de riscos de seguro; (ii) Leitura de contratos e acordos com partes relacionadas para entender a natureza das transações; (iii) Ao longo da execução de nossos procedimentos de auditoria, permanecemos alertas para quaisquer transações com partes relacionadas fora do curso normal dos negócios da Resseguradora; (iv) Leitura de contratos de resseguro para aceitação e repasse de riscos para entender se estes possuem características similares ao mercado; (v) Testes de recálculo e liquidação financeira por amostragem; (vi) Testes sobre o processo de reconhecimento da receita pelo regime de competência contábil; e (vii) Verificação sobre as divulgações de partes relacionadas nas demonstrações financeiras, se são consistentes com os resultados de nossos procedimentos de auditoria. Ambiente de Tecnologia da Informação: A Resseguradora é dependente da estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Resseguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Resseguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução da nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuam conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendam que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Gilberto Bizerra de Souza
Contador CRC-RJ076.328/O

EY Shape the future with confidence

seminários folha ★★★

Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

saúde
tecnologia
cultura
diversidade
economia
cibersegurança
meio ambiente

educação
agronegócio
indústria
saneamento
sustentabilidade
e muito mais

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Acesse o site folha.com/seminariosfolha

Eufrázio

ZURICH

Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ: 17.266.009/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Capitalização S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e Relatório dos Atuários Independentes. **Conjuntura Econômica:** Durante 2024, a inflação se manteve persistente devido a atividade econômica aquecida tanto no cenário global quanto no local, o que levou os Bancos Centrais conduzirem uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros ainda consideradas em patamares altos. No Brasil, os desafios fiscais representaram um fator significativo de percepção de risco pelo mercado, juntamente com as expectativas acerca da inflação, que foram consecutivamente revisadas para cima. No decorrer do ano, o Banco Central interrompeu o ciclo de afrouxamento monetário, a partir do final do terceiro trimestre, elevando a taxa básica de juros de 10,50% para 12,25%. O IPCA fechou o ano em 4,83%, acima do teto da meta estabelecida. As expectativas de mercado apontam para um crescimento de 3,49% no PIB em 2024. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa atingiram ao final do exercício de 2024 o montante de R$ 59 milhões, mesmo patamar apresentado no exercício de 2023. Os ativos financeiros estão classificados na categoria "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" em atendimento a Circular SUSEP nº 678/22. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Desempenho Operacional:** A arrecadação com títulos de capitalização atingiu em 31 de dezembro de 2024 R$ 55 milhões o que representa um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Zurich Brasil Capitalização S.A. apresentou em 31 de dezembro de 2024 um lucro líquido de R$ 3.619 milhões frente a um lucro de R$ 4.670 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2023. Em 2024 a empresa decidiu distribuir juros sobre capital próprio no montante de R$ 1.8 milhões além de dividendos no montante aproximado de R$ 1.7 milhões, totalizando R$ 3.5 milhões. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 atingiu R$ 24 milhões (R$ 26 milhões em 31 de dezembro de 2023), redução deve-se ao resultado no exercício. Os ativos totais atingiram o montante de R$ 74 milhões ao final de 31 de dezembro de 2024 e R$ 75 milhões em 31 de dezembro de 2023. **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de Controles Internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de Controles Internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras e responsabilidade da equipe de Controles Internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo *Risk Management* e *Compliance*, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de Controles Internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da Governança Corporativa de Riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, sendo subordinada diretamente ao Diretor Regional de *Compliance* e subordinada indiretamente ao Diretor de Controles Internos. Esta Unidade tem como responsabilidade fornecer diferentes visões para que as áreas gerenciem seus riscos de conformidade, fornecer uma visão independente, monitoramento e garantia, aconselhar e dar suporte à primeira linha na promoção da cultura ética e centrada no cliente da Zurich. Como parte da 2ª Linha de defesa, deve fornecer garantia à gestão e órgãos de governança relevantes que os riscos de *Compliance* sejam adequadamente identificados e gerenciados. Também promove treinamentos de *Compliance* aos colaboradores a fim de fortalecer a Cultura Ética e de conformidade na unidade de negócio. **Perspectivas:** Os resultados globais do Grupo Zurich superaram amplamente as expectativas, mesmo em um ano marcado pela intensificação de eventos climáticos extremos, que impactaram também o Brasil, com catástrofes climáticas como a ocorrida no Rio Grande do Sul. A Companhia manteve uma atuação forte e compromissada com a sustentabilidade, desde a compensação de carbono até a promoção de negócios sustentáveis, com uma abordagem proativa para antecipar, mitigar e gerenciar seus riscos climáticos e cibernéticos, refletindo a ambição global da Seguradora de se tornar uma das empresas mais responsáveis e com maior impacto positivo no mundo. No Brasil, o ano foi marcado por desafios e crescimento que superaram as expectativas. No cenário econômico, observou-se a menor taxa de desemprego da última década e, em conjunto com a redução das taxas de juros, as oportunidades se mostraram favoráveis ao nosso crescimento sustentável, baseado em nossa estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Os resultados são significativos porque a Companhia dentro da Zurich Brasil tem como foco a centralidade no cliente. Com 17 milhões de clientes no centro de todas as suas ações, conquistamos mais de 320 mil novos clientes (*net new customer*) em 2024. Durante esse período, a Companhia superou em 7 pontos o indicador de experiência do cliente (TNPS), com aumento na pontuação (*score*) em todas as áreas de contato. Em 2024, clientes e consumidores acompanharam a maior campanha de marca da Zurich Seguros, que alcançou mais de um bilhão de impressões e 519 milhões de pessoas impactadas com a campanha Geração Z, uma nova geração de seguros. Criada para ampliar o conhecimento dos consumidores sobre a Companhia e suas soluções, a Zurich esteve presente em diversos canais como TV, *podcasts*, redes sociais, ações *out of home*, canais de *streaming*, entre outros, consolidando a posição no 5º lugar em consideração de marca. Ao falar de sustentabilidade, a Zurich reforçou seu compromisso com a compensação das emissões de carbono em seus serviços nos seguros de Automóvel e Residencial, lançou a sua frota de guinchos e motos elétricas e expandiu a rede de oficinas Selo Verde. Além disso, ampliou os serviços voltados para a gestão de riscos climáticos e operacionais para empresas que buscam se adaptar em um ambiente cada vez mais desafiador. Outras iniciativas significativas merecem destaque, como o projeto Fonte de Futuro, que levou água tratada e educação ambiental a comunidades em terras indígenas, a renovação do Projeto Origens®, que promove a equidade social dos povos tradicionais da Região Amazônica, e a continuidade do projeto *Zurich Forest*, que apoia o reflorestamento e a restauração da biodiversidade, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e, ainda, o fundo de catástrofes para apoio às comunidades afetadas por impactos climáticos. Essas ações resultaram em reconhecimentos importantes, como a premiação Estadão Melhores Serviços e Época 360°, consolidando a Zurich na liderança em responsabilidade corporativa, inovação e sustentabilidade no setor de seguros. Para que essas conquistas se tornassem realidade, os colaboradores são parte essencial dessa estratégia. Em 2024, 65% das vagas foram ocupadas por meio de movimentações internas, refletindo um ambiente que estimula o crescimento profissional e o avanço na carreira dos Zurichers. A Companhia demonstra orgulho ao ser reconhecida pelo *Great Place to Work* (GPTW), alcançando o 2º lugar entre as Seguradoras de grande porte, o que reforça o compromisso com um ambiente de trabalho diverso, saudável e harmonioso, repleto de oportunidades de desenvolvimento para todas as pessoas. A Administração da Zurich entende estar bem-posicionada para alcançar suas metas para o ano de 2025. Seu crescimento é sustentado por uma estratégia robusta que abrange múltiplos canais, segmentos e produtos. As parcerias estratégicas na distribuição e o desenvolvimento de produtos alinhados com a realidade brasileira tornam a Zurich ainda mais competitiva. Os investimentos recém-aprovados para um salto tecnológico significativo nos próximos três anos promoverão um ambiente mais ágil, cada vez mais digital e sempre com foco na satisfação dos nossos clientes e parceiros de distribuição. Estes investimentos são fundamentais para garantir um alto nível de eficiência e a prestação de serviços de excelência, seguindo os padrões globais. Com a confiança de seus colaboradores, parceiros, clientes e investidores, e uma sólida posição financeira, a Zurich está preparada para continuar sua trajetória de sucesso e impacto positivo, criando um futuro melhor para todos. **Premiações/Reconhecimentos: Época 360°:** lideramos o setor segurador com o 1º lugar na categoria ESG/Governança e a 4ª posição em D&I e Gestão de Pessoas. Já na categoria ESG/Socioambiental, a Zurich ficou na 5ª posição. Realizada pela Revista Época, o *ranking* destaca as melhores empresas do Brasil. ***Great Place To Work* (Instituições Financeiras, São Paulo e Brasil):** 2º lugar entre as grandes seguradoras, nos três *rankings* entre melhores empresas para trabalhar, com evoluções significativas em todos os *rankings* em relação a 2023. **Melhores Serviços Estadão:** a Zurich ficou em 2º lugar no *ranking* que traz os serviços mais prestigiados pelos consumidores em 33 categorias, com base nas 60 mil entrevistas, realizada em parceria pelo jornal O Estado De S. Paulo e a empresa de pesquisa *Blend New Research* - HSR. **Prêmio Inovação em Seguros da CNSeg:** 1º lugar na categoria Produtos e Serviços, com o serviço Zurich Resiliência Climática (ZRS), além de outros dois projetos finalistas no prêmio Inovação em Seguros, promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. **Sou Segura:** A Zurich foi premiada em três categorias: *Walk The Talk*, pelas políticas de inclusão e alto percentual de mulheres em cargos de liderança; CEO Mais Inclusivo, Edson Franco; e Mulher Destaque: Adriana Heinekar, Diretora Executiva de Sinistros, premiada pelo seu protagonismo na luta por equidade de gênero no mercado de seguros. A premiação é promovida pela Associação das Mulheres do Mercado de Seguros. ***Insurance Corp Awards*:** a Zurich foi reconhecida na 8ª edição do Prêmio Melhores do Seguro e Resseguro, com destaque pela "Adoção Intensa das Práticas ESG, como o Empoderamento de Lideranças Femininas e Diversidade". **Empresas que Melhor se Comunicam com os Colaboradores:** conquistamos o 1º lugar na categoria ESG, com a iniciativa Marias do Amor. Também fomos finalistas na categoria *Employer Branding*, com o case Mês do Clima. **Empresas que se Comunicam com Jornalistas:** A Zurich Seguros foi reconhecida pela primeira vez na categoria seguros. O nosso CEO, Edson Franco, também foi escolhido entre os 10 CEOs que melhor se comunicam com a imprensa, o único executivo do mercado segurador premiado. Este prêmio reconhece o valor da comunicação transparente e do diálogo aberto entre empresas e jornalistas. **Melhor RH Brasil e Melhor RH Sudeste:** Pela terceira vez consecutiva, a Zurich foi reconhecida no Prêmio Melhor RH Brasil. A Companhia foi representada pelo nosso Diretor Executivo de Pessoas & Cultura, Carlos Toledo, eleito como um dos líderes de RH mais influentes do país. Carlos Toledo também foi indicado entre os 60 líderes de RH mais relevantes, no *ranking* Melhor RH do Sudeste 2024. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		20.312	34.011
Disponível	5	301	2.238
Caixa e bancos		301	2.238
Aplicações	6	9.355	20.843
Créditos das operações de capitalização		5.200	1.544
Créditos das operações capitalização	7	4.357	1.544
Outros Créditos		843	–
Títulos e créditos a receber		5.431	9.386
Créditos a receber	8(a)	–	5.262
Créditos tributários e previdenciários	8(b)	5.431	4.124
Despesa antecipada		25	–
Não circulante		53.365	40.582
Realizável a longo prazo		53.365	40.582
Aplicações	6	49.389	38.132
Títulos e créditos a receber	8(b) e 11(b)	3.976	2.450
Créditos tributários e previdenciários		3.976	2.450
Total do ativo		**73.677**	**74.593**

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		46.976	45.694
Contas a pagar		4.802	5.611
Obrigações a pagar	9	3.354	4.088
Impostos e contribuições	8(d)	1.448	1.523
Outras contas a pagar		620	190
Débitos de operações com capitalização		97	4
Provisões técnicas - capitalização	10	41.457	39.889
Provisão para resgates		21.227	23.791
Provisão para sorteio		19.468	16.003
Provisão para Despesa Administrativa		–	95
Provisão Receitas Diferidas		762	–
Não circulante		2.709	3.074
Contas a pagar		–	85
Tributos Diferidos	8(c)	–	85
Provisões técnicas - capitalização	10	62	533
Provisão para resgates		60	450
Provisão para sorteio		2	11
Provisão para Despesa Administrativa		–	72
Outros débitos	11(a)	2.647	2.456
Patrimônio líquido		23.992	25.825
Capital social	12(a)	21.867	21.867
Reservas de lucros	12 (b)	4.011	3.830
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.886)	128
Total do passivo e patrimônio líquido		**73.677**	**74.593**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.867**	**3.770**	**(725)**	**–**	**24.912**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	853	–	853
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.670	4.670
Reserva Legal	–	60	–	(60)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	(1.133)	(1.133)
Juros sobre Capital Próprio a pagar	–	–	–	(3.477)	(3.477)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**21.867**	**3.830**	**128**	**–**	**25.825**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(2.014)	–	(2.014)
Impacto adoção (CPC 48) extinção de PDA	–	–	–	167	167
Impacto adoção (CPC 48) implantação CPC48	–	–	–	(142)	(142)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.619	3.619
Reserva Legal	–	191	–	(191)	–
Dividendos a Pagar	–	–	–	(1.694)	(1.694)
Juros sobre Capital Próprio a pagar	–	–	–	(1.769)	(1.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**21.867**	**4.011**	**(1.886)**	**–**	**23.992**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo social a exploração de planos de capitalização da modalidade tradicional, Incentivo e Filantropia em todo o território nacional. O capital social da Companhia é constituído por 21.867.173 ações em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e estão divididas em dois acionistas. A Seguradora *Zurich Insurance Company Ltd.*, sediada na Suíça, possui 99,99999% das ações enquanto a *Zurich Life Insurance Company Ltd.*, sediada também na Suíça, possui 0,00001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. **2.3. Caixa e bancos:** Caixa e bancos incluem o caixa e os depósitos bancários da Companhia. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita com títulos de capitalização		**54.624**	**51.631**
Contribuição com Títulos de Capitalização	13(a)	**55.386**	**51.615**
Contribuição Quotas de Capitalização e Sorteio		50.661	47.669
Contribuição Quotas de Carregamento		4.725	3.946
Variação da Receita Diferida		**(762)**	**16**
Variação da provisão para resgate		**(31.119)**	**(34.682)**
Resultado com sorteio	13(a)	**(15.343)**	**(15.147)**
Custos de aquisição	13(a)	**(468)**	**(77)**
Outras Despesas e Receitas Operacionais		**(4.971)**	**64**
Outras receitas operacionais		13	93
Outras despesas operacionais		(4.984)	(29)
Despesas administrativas		**(3.680)**	**(2.380)**
Serviços de terceiros		(3.479)	(2.251)
Localização e funcionamento		(14)	(9)
Publicações		(69)	(68)
Donativos e contribuições		(32)	(30)
Despesas administrativas diversas		(86)	(22)
Despesas com tributos	13(b)	**(820)**	**(478)**
Resultado financeiro	13(c)	**6.610**	**6.514**
Receitas financeiras		6.860	6.801
Despesas financeiras		(250)	(287)
Resultado operacional		4.833	5.445
Resultado antes dos impostos e contribuições		**4.833**	**5.445**
Imposto de renda	8(c)	(750)	(475)
Contribuição social	8(c)	(464)	(300)
Lucro líquido do exercício		**3.619**	**4.670**
Quantidade de ações		21.867.173	21.867.173
Lucro líquido básico por ação - em R$		0,17	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do Exercício	**3.619**	**4.670**
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 6(c))	(3.356)	1.421
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	1.342	(568)
Total do resultado abrangente do exercício	**1.605**	**5.523**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
Lucro Líquido do exercício		**3.619**	**4.670**
Ajustes para:			
Constituição de provisão para contingências	11(a)	191	319
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações		(1.757)	2.279
Créditos a receber		5.262	(270)
Créditos das operações de capitalização		(3.656)	1.300
Créditos tributários e previdenciários		(2.833)	(908)
Despesas antecipadas		(25)	18
Obrigações a pagar		(735)	(474)
Outras contas a pagar		430	127
Impostos e contribuições		1.871	330
Tributos diferidos		(85)	85
Débitos de operações com capitalização		92	(172)
Provisões técnicas - capitalização		1.098	979
Caixa consumido nas atividades operacionais		**3.472**	**8.253**
Impostos pagos		(1.946)	(2.387)
Caixa consumido nas atividades operacionais		**1.526**	**5.866**
Dividendos a Pagar e Juros de Capital Próprio		(3.463)	(4.610)
Caixa gerado nas atividades de financiamento		**(3.463)**	**(4.610)**
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(1.937)**	**1.256**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.238	982
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		301	2.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação desses ativos financeiros depende do modelo de negócio definido pela Companhia. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)*: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independentes da sua data de vencimento. ii) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. iii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*: Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Créditos das operações com capitalização" e "Títulos e créditos a receber". Os ativos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Companhia avalia, anualmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado*: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A redução ao valor recuperável é avaliada mensalmente. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (i) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira; • As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída considerando a experiência de inadimplência dos créditos a serem recebidos. Para os títulos a receber da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A., empresas do mesmo grupo, não se aplica nenhum tipo de *impairment*, por não haver historicamente qualquer confirmação de perda. ii) *Ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. *Impairment* de ativos não-financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos da venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). **2.6. Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização na modalidade tradicional, incentivo e Filantropia Premiável. a) Provisão Matemática para Capitalização (PMC): É calculada sobre o valor nominal para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. b) Provisão para Resgate (PR): É constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da sua liquidação financeira, ou conforme os demais casos previstos em lei. c) Provisão para Sorteios a Realizar (PSR): É constituída a provisão para os sorteios que, na data da constituição, já tenham sido custeados, mas ainda não foram realizados. d) Provisão para Sorteios a Pagar (PSP): É constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. e) Provisão de Receitas Diferidas (PRD): É constituída com o objetivo de diferir, mensalmente, as receitas referentes às quotas de carregamento dos títulos de capitalização já comercializados. f) Provisão Complementar de Sorteios (PCS): É constituída para complementar a PSR, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. g) Taxa de carregamento: O quadro abaixo apresenta as taxas de carregamento dos produtos comercializados pela Companhia.

Plano	Pagamento	% Cota de carregamento
	1º ao 3º	81,54434
	4º ao 10º	21,54434
	11º ao 38º	30,00000
	39º	27,23024
Tradicional PM	40º ao 84º	0,00000
	1º ao 3º	82,92259
Tradicional PMTR	4º ao 10º	22,92259
	11º ao 38º	30,00000
	39º	27,23023
	40º ao 84º	0,00000
Incentivo PU I05	1º	25,124378
Incentivo PU I08, PU I21	1º	25,124400
Incentivo PU I11, PU I24, PU IN11, PU IN21, PU I04, PU I07, PU IN02, PU IN06	1º	15,124400
Incentivo PU I13, PU I18, PU I19, PU I23, PU I30, PU I31, PU IN13, PU IN19, PU IN23, PU IN30, PU IN31, PU IN32	1º	5,124400
Incentivo PU IN01, PU IN05	1º	5,124378
Incentivo PU IN12	1º	5,000000
Incentivo PU I17, PU IN17, PU IN18	1º	9,124400
Incentivo PU I03, PU IN03	1º	20,124378
Incentivo PU I26	1º	20,124400
Incentivo PU I12	1º	5,000000
Incentivo PU IN14	1º	14,302700
Incentivo PU IN08, PU IN09, PU IN10	1º	6,137800
Incentivo PU IN35	1º	4,075300
Incentivo PU IN26	1º	20,124400
Incentivo PU IN34	1º	9,124400
Incentivo PU IN17	1º	9,124400
Filantropia Premiável PU FP03	1º	36,333400
Incentivo PU IN36	1º	9,000000
Incentivo PU IN33	1º	10,000000

2.7. Principais tributos: A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$240 no exercício. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.8. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.9. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.10. Apuração do resultado:** Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são: I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento. **2.11. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações da Companhia. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação e consequentemente o lucro líquido por ação é equivalente ao lucro por ação diluído. **2.12. Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/22:** A Circular SUSEP nº 678/22 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe a extinção da provisão de despesas administrativas (PDA), a criação da provisão de receitas diferidas (PRD) bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, entre outros. As alterações introduzidas pela adoção da Circular SUSEP nº 678/22 no que diz respeito a PDA e a redução ao valor recuperável (RVR) para os investimentos foram aplicadas usando a abordagem prospectiva, tal como permitido pelo artigo 4º da referida Circular, de tal forma que o impacto inicial da adoção foi reconhecido no patrimônio líquido não havendo necessidade de reapresentação de informações comparativas. O detalhamento dos impactos encontra-se demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	CPC 38	CPC 48
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Disponível Para Venda	Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes

Títulos	Efeito Ativo	Efeito Patrimônio Líquido (*)	Efeito Resultado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	35	87	(52)
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	81	61	20
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	45	60	15
Total Geral	**161**	**208**	**(17)**

(*) Refere-se ao efeito da adoção em 01/01/2024. A Circular 678/22 segregou, na Demonstração do Resultado do Exercício, a contribuição com títulos de Capitalização entre contribuição de cotas de capitalização e sorteio e contribuição de cotas de carregamento. Desta forma demonstramos a composição desses valores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Descrição em 31/12/2023	Circular 648	Descrição em 31/12/2024	Circular 678
3411 - Arrecadação com títulos de capitalização	51.615	3411 - Contribuição com Títulos de Capitalização	55.386
34111- Contribuição Quotas de Capitalização e Sorteio	47.669	34111- Contribuição Quotas de Capitalização e Sorteio	50.661
34112 - Contribuição Quotas de Carregamento	3.946	34112 - Contribuição Quotas de Carregamento	4.725

2.13. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado e as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de provisões técnicas de capitalização e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de capitalização: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Companhia para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros: A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização. A Companhia segue as orientações do CPC 48 e Circular SUSEP 678/22 para determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. A Companhia reconheceu redução ao valor recuperável dos ativos financeiros conforme apresentado na nota explicativa nº 2.12.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma Companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à Companhia e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo da Governança Corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de riscos, Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, conforme o apetite de riscos estabelecidos. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado Econômico-financeiro.

a) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: • Caixa e equivalente de caixa; • Ativos financeiros; • Créditos das operações de capitalização. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	301	2.238
Disponíveis para venda (nota 6)		
Títulos públicos	58.744	58.975
Empréstimos e recebíveis		
Créditos das operações de capitalização (nota 7)	4.357	1.544
Outros Créditos	843	–
Títulos e créditos a receber	–	5.262
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização	**64.245**	**68.019**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	A	BB	Sem Rating	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	295	6	–	–	301
Disponíveis para venda					
Títulos públicos	–	–	58.744	–	58.744
Empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	4.357	4.357
Outros Créditos	–	–	–	843	843
Exposição máxima ao risco de crédito	**295**	**6**	**58.744**	**5.200**	**64.245**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	A	BB	Sem Rating	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.179	59	–	–	2.238
Disponíveis para venda					
Títulos públicos	–	–	58.975	–	58.975
Empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	1.544	1.544
Títulos e créditos a receber	–	–	–	5.262	5.262
Exposição máxima ao risco de crédito	**2.179**	**59**	**58.975**	**6.806**	**68.019**

Os ativos são apresentados na tabela acima considerando o *rating* da *Fitch Rating*, *Standard & Poor's (S&P)* ou equivalente quando *Fitch* ou *S&P* não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente quando comparada ao exercício anterior. b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Controle do risco de liquidez*: O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Companhia liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Gerenciamento de Ativos e Passivos (Assets and Liabilities Management - ALM)*: Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa entre ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno do investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê. O quadro a seguir demonstra os montantes entre ativos e passivos:

31/12/2024	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	301	–	–	301
Títulos disponíveis para a venda				
Títulos de renda fixa públicos (*)	9.355	49.389	–	58.744
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	4.357	–	–	4.357
Outros Créditos	843	–	–	843
Total dos ativos financeiros	**14.856**	**49.389**	**–**	**64.245**
Provisões técnicas - capitalização	41.457	62	–	41.519
Obrigações a pagar	3.354	–	–	3.354
Impostos e contribuições	1.448	–	–	1.448
Outras contas a pagar	620	–	–	620
Débitos das Operações de Capitalização	97	–	–	97
Total dos passivos financeiros	**46.976**	**62**	**–**	**47.038**

(*) Todos os investimentos são classificados como disponíveis para venda e mesmo havendo títulos com vencimento acima de 1 ano a Companhia possui uma liquidez imediata.

31/12/2023	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.238	–	–	2.238
Títulos disponíveis para a venda				
Títulos de renda fixa públicos (*)	20.843	36.118	2.014	58.975
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	1.544	–	–	1.544
Títulos e créditos a receber	5.262	–	–	5.262
Total dos ativos financeiros	**29.887**	**36.118**	**2.014**	**68.019**
Provisões técnicas - capitalização	39.889	533	–	40.422
Obrigações a pagar	4.088	–	–	4.088
Impostos e contribuições	1.523	–	–	1.523
Outras contas a pagar	190	–	–	190
Total dos passivos financeiros	**45.690**	**533**	**–**	**46.223**

iii) *Análise de sensibilidade*: A Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, atrelados à taxa SELIC e IPCA. Conforme destacado no quadro a seguir:

31/12/2024	Títulos federais	Títulos federais
Aplicações	58.744	58.744
SELIC - % a.a.	12,15	–
IPCA - % a.a.	–	4,83
Projeção rentabilidade próximos 12 meses		
Resultado:		
Provável	7.137	2.848
Queda 25%	5.353	2.136
Queda 50%	3.569	1.424
Elevação 25%	8.922	3.561
Elevação 50%	10.706	4.273

31/12/2023	Títulos federais	Títulos federais
Aplicações	58.975	58.975
SELIC - % a.a.	11,65	–
IPCA - % a.a.	–	4,62
Projeção rentabilidade próximos 12 meses		
Resultado:		
Provável	6.871	2.725
Queda 25%	5.153	2.043
Queda 50%	3.435	1.362
Elevação 25%	8.588	3.406
Elevação 50%	10.306	4.087

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central. Fonte IPCA: Índices efetivos retirados do IBGE. c) Risco operacional: A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. d) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de mercado*: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado*: O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo

continua ➜



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Companhia. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	301	2.238
Total	**301**	**2.238**

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações

Títulos e classificações	Taxa de juros contratadas (%)	31/12/2024	%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Tesouro Selic (LFT)	Pós fixado	14.284	24,25%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 9,00% a 11,99%	29.427	49,96%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12,00% a 13,99%	2.782	4,72%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 9,00% a 11,99%	12.412	21,07%
Redução ao Valor Recuperável		(161)	100%
Total		58.744	100%

Títulos e classificações	Taxa de juros contratadas (%)	31/12/2023	%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Tesouro Selic (LFT)	Pós fixado	25.560	43,34%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 12,00% a 13,99%	17.703	30,02%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12,00% a 13,99%	2.098	3,56%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 9,00% a 11,99%	13.614	23,08%
Total		58.975	100%

	De 1 a 365 dias ou sem vencimento	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Redução ao Valor Recuperável	Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários	Custo Atualizado, líquidos dos efeitos tributários
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Tesouro SELIC - (LFT)	0	14.284	–	14.284	(35)	11	14.238
Tesouro Prefixado (LTN)	150	29.277	–	29.427	(81)	(1.482)	30.828
Tesouro Prefixado (NTN-F)	9.366	5.828	–	15.194	(45)	(415)	15.564
Total em 2024	**9.516**	**49.389**	**–**	**58.905**	**(161)**	**(1.886)**	**60.630**
Total em 2023	**20.843**	**36.118**	**2.014**	**58.975**	**–**	**128**	**58.847**

b) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

	31/12/2024 Nível 1	31/12/2024 Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Tesouro SELIC (LFT)	14.249	14.249
Tesouro Prefixado (LTN)	29.346	29.346
Tesouro Prefixado (NTN-F)	15.149	15.149
Total	**58.744**	**58.744**

	31/12/2023 Nível 1	31/12/2023 Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Tesouro SELIC (LFT)	25.560	25.560
Tesouro Prefixado (LTN)	17.703	17.703
Tesouro Prefixado (NTN-F)	15.712	15.712
Total	**58.975**	**58.975**

c) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Redução ao Valor Recuperável	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Tesouro SELIC (LFT)	25.560	6.536	(19.634)	1.806	(35)	16	14.249
Tesouro Prefixado (LTN)	17.703	32.804	(21.495)	3.014	(81)	(2.599)	29.346
Tesouro Prefixado (NTN-F)	15.712	1.693	(3.092)	1.654	(45)	(773)	15.149
Total	**58.975**	**41.033**	**(44.221)**	**6.474**	**(161)**	**(3.356)**	**58.744**

	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Tesouro SELIC (LFT)	18.441	39.753	(35.321)	2.680	7	25.560
Tesouro Prefixado (LTN)	27.120	–	(12.345)	2.328	600	17.703
Tesouro Prefixado (NTN-F)	14.841	–	(1.461)	1.518	814	15.712
Total	**60.402**	**39.753**	**(49.127)**	**6.526**	**1.421**	**58.975**

d) Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos financeiros	31/12/2024 Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes	%	Custo Amortizado	%
Aplicações financeiras	58.744	100%	–	–
Créditos das operações de capitalização	–	–	4.357	83,79%
Outros Créditos Operacionais	–	–	843	16,21%
Total	**58.744**	**100%**	**5.200**	**100%**

Ativos financeiros	31/12/2023 Disponível para venda	%	Recebíveis	%
Aplicações financeiras	58.975	100%	–	–
Créditos das operações de capitalização	–	–	1.544	22,69%
Títulos e créditos a receber desconsiderados créditos tributários	–	–	5.262	77,31%
Total	**58.975**	**100%**	**6.806**	**100%**

7. Créditos das operações de capitalização

a) Movimentação de créditos das operações de capitalização:

Saldo em 31/12/2023	**1.544**
Títulos comercializados	55.386
Recebimentos no período	(52.573)
Saldo em 31/12/2024	**4.357**
Saldo em 31/12/2022	**2.844**
Títulos comercializados	51.615
Recebimentos no período	(52.915)
Saldo em 31/12/2023	**1.544**

Aging list:

	31/12/2024 0 a 30 dias	Total
Total de títulos a receber	4.357	4.357
Total de prêmios a receber	**4.357**	**4.357**

	31/12/2023 0 a 30 dias	61 a 90 dias	Total
Total de títulos a receber (*)	1.543	1	1.544
Total de prêmios a receber	**1.543**	**1**	**1.544**

(*) Os valores com vencimento superior a 60 dias referem-se exclusivamente a títulos a receber das empresas Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros, que por serem empresas do mesmo conglomerado não há constituição de provisão ao valor recuperável para esses títulos.

8. Títulos e Créditos a Receber

a) Créditos a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a recuperar	–	5.262
Valores a recuperar	**–**	**5.262**

b) Apuração do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Antecipação de IR e CS	1.946	2.079
IRPJ e CSLL a compensar	2.287	1.007
PIS e COFINS a compensar (*)	104	81
IRPJ e CSLL diferido	1.184	1.027
Total	**5.521**	**4.194**

(*) Para o exercício de 2024, valor de R$ 104 está composto por R$ 14 existente no curto prazo mais o valor de R$ 90 que consta no longo prazo. Para 2023, o valor de R$ 81 está composto por R$ 11 existente no curto prazo mais de R$ 70 existente no longo prazo.

c) Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Provisão para Riscos Fiscais	1.059	–	–	–	–	(1.059)
Provisão para Publicação	80	(80)	–	–	–	–
Ganhos não realizados com MtM	1.257	–	(232)	(135)	(754)	(136)
ECL	66	–	–	–	–	(66)
Total	**2.462**	**(80)**	**(232)**	**(135)**	**(754)**	**(1.261)**

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos, contribuições e JCP	4.833	5.445
Juros sobre capital próprio	(1.769)	(3.477)
Resultado antes dos impostos e contribuições	3.064	1.968
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(1.226)	(787)
Baixa de créditos tributários concernentes a anos anteriores		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(13)	(12)
Demais ajustes	25	24
Majoração CSLL 5%	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.214)**	**(775)**
Alíquota efetiva	**39,6%**	**39,4%**

IRPJ e CSLL fiscais diferidos: Os tributos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostos como segue:

Ativos diferidos	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Provisão para riscos fiscais	1.027	157	–	1.184
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	85	1.257	(85)	1.257
Redução ao Valor Recuperável	–	66	–	66
Total dos ativos diferidos	**1.112**	**1.480**	**(85)**	**2.507**

Ativos diferidos	31/12/2022	Constituição	Realização	30/12/2023
Provisão para riscos fiscais	873	154	–	1.027
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	483	85	(483)	85
Total dos ativos diferidos	**1.356**	**239**	**(483)**	**1.112**

d) Impostos e contribuições:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	883	1.126
Contribuição Social	523	358
Outros	42	39
Total	**1.448**	**1.523**

9. Obrigações a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
JCP a pagar	1.504	1.132
Dividendos a pagar	1.694	2.956
Fornecedores	146	–
Outras Obrigações a Pagar	10	–
Total	**3.354**	**4.088**

10. Provisões técnicas - capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Matemática para Capitalização	11.644	16.577
Provisão para Resgate	9.643	7.664
Provisão para Sorteios a Realizar	2.468	2.669
Provisão para Sorteios a Pagar	17.002	13.345
Provisão para Despesas Administrativas*	–	167
Provisão para Receitas Diferidas*	762	–
Total	**41.519**	**40.422**

Conforme circular 678/22 a PRD foi criada para substituir a PDA a partir de 01/01/2024.

a) Movimentação das provisões técnicas - capitalização:

	31/12/2023	Constituição	Reversão/ Pagamento	Atualização monetária e juros	31/12/2024
Provisão Matemática para Capitalização	16.577	36.481	(36.394)	(5.020)	11.644
Provisão para Resgate	7.664	36.394	(34.245)	(170)	9.643
Provisão para Sorteios a Realizar	2.669	14.203	(14.441)	37	2.468
Provisão para Sorteios a Pagar	13.345	15.343	(11.907)	221	17.002
Provisão para Despesas Administrativas	167	–	(167)	–	–
Provisão para Receitas Diferidas	–	762	–	–	762
Total	**40.422**	**103.183**	**(97.154)**	**(4.932)**	**41.519**

	31/12/2022	Constituição	Reversão/ Pagamento	Atualização monetária e juros	31/12/2023
Provisão Matemática para Capitalização	17.651	34.431	(35.756)	251	16.577
Provisão para Resgate	8.873	35.756	(36.985)	20	7.664
Provisão para Sorteios a Realizar	2.544	13.610	(13.547)	61	2.668
Provisão para Sorteios a Pagar	10.193	14.786	(11.868)	235	13.346
Provisão para Despesas Administrativas	183	–	(16)	–	167
Total	**39.444**	**98.583**	**(98.172)**	**567**	**40.422**

b) Ativos garantidores das provisões técnicas: Os valores contábeis vinculados a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das provisões técnicas a ser coberto	**41.519**	**40.422**
Ativos oferecidos em garantia		
Títulos Públicos (LFT, LTN e NTN)	58.744	58.975
Total dos ativos oferecidos em garantia	**58.744**	**58.975**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**17.225**	**18.553**

11. Outros débitos - Provisões judiciais

a) Movimentação das provisões para processos fiscais e obrigações legais:

	31/12/2023	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	31/12/2024
PIS/COFINS Receitas financeiras	2.456	191	2.647
Saldo das provisões judiciais	**2.456**	**191**	**2.647**

	31/12/2022	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	31/12/2023
PIS/COFINS Receitas financeiras	2.137	319	2.456
Saldo das provisões judiciais	**2.137**	**319**	**2.456**

Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor a Companhia o dever de se sujeitar a Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Seguradora. Em março de 2023, foi dado provimento ao Recurso de Apelação da União, o que ensejou a interposição de Recursos Especial e Extraordinário pelas Empresas. Ademais, as Empresas apresentaram pedido de tutela, a qual foi deferida para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas até o juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais. Em julho de 2023, foi proferida decisão negando seguimento ao Recurso Extraordinário e inadmitindo o Recurso Especial, o que ensejou a interposição de Agravo Interno e Agravo em Recurso Especial pelas Empresas. Em outubro de 2023, foi proferida decisão, em sede de juízo de retratação, dando provimento ao Agravo Interno para determinar a devolução dos autos à Turma Julgadora para análise do recurso com base no entendimento do STF firmado no RE 400.479, bem como julgando prejudicado o Agravo em Recurso Especial. Em novembro de 2023, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Aguarda-se atualmente o julgamento do recurso pela Turma Julgadora com base na decisão do STF no RE 400.479. Importante mencionar que foi reconhecida a repercussão geral do tema pelo STF (Tema 1309). Probabilidade de perda: Possível.

b) Depósitos Judiciais e Fiscais:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS Receitas financeiras	2.563	2.380
Saldo dos Depósitos Fiscais	**2.563**	**2.380**

12. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 21.867, está representado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, por 21.867.173 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Reservas de lucros:

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal (i)	1.139	958
Reserva estatutária(ii)	2.872	2.872
Reservas de lucros	**4.011**	**3.830**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária é constituída por até 100% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e deduções legais, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Foi deliberada, na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de dezembro de 2024, a aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio - JCP. Para fins de distribuição, os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na "taxa de juros de longo prazo" (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício. O montante provisionado foi de R$ 1.769. Em dezembro de 2024, foram provisionados dividendos no montante de R$ 1.894. O total de dividendos e juros sobre capital próprio relativos a 2024 representa R$ 3.463 (aproximadamente 96% sobre o lucro líquido). O pagamento desse montante acontecerá ao longo de 2025. O montante creditado a título de juros sobre o capital próprio no exercício reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Tal redução gerou um efeito tributário positivo de R$ 708. d) A distribuição do lucro líquido do exercício aconteceu conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do exercício	3.619	4.670
Juros sobre o capital próprio a pagar	(1.769)	(3.477)
Constituição reserva legal	(181)	(60)
Impacto na adoção CPC 48	25	–
Base de cálculo	**1.694**	**1.133**
Dividendo mínimo (25%)	424	283
Dividendos adicionais	1.270	850
Dividendos Totais	**1.694**	**1.133**

e) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	23.992	25.825
Ajustes contábeis:	(911)	–
Despesas antecipadas	(25)	–
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(886)	–
PLA Total	23.081	25.825
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital adicional baseado no risco de subscrição	421	961
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.103	962
Capital adicional baseado no risco operacional	371	360
Capital adicional baseado no risco de mercado	1.132	571
Benefício da diversificação	(655)	(584)
Capital base de risco (b)	2.372	2.270
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b))	10.800	10.800
PLA de nível 1	20.574	24.798
PLA de nível 2	–	–
PLA de nível 3	2.507	1.027
Patrimônio líquido ajustado	23.081	25.825
Suficiência de capital	**12.281**	**15.025**

A Companhia apurou o Capital Mínimo Requerido utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 432/21, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Companhia adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Emissão com títulos de capitalização por modalidade:

Modalidade	31/12/2024 Emissão	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	53.742	(15.928)	(52)
Filantropia	1.550	(13)	(416)
Tradicional	94	598	–
Total	**55.386**	**(15.343)**	**(468)**

Modalidade	31/12/2023 Emissão	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	51.448	(15.136)	(76)
Tradicional	167	(11)	(1)
Total	**51.615**	**(15.147)**	**(77)**

b) Despesas com tributos:

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(606)	(337)
PIS	(99)	(55)
Taxa de fiscalização	(82)	(71)
Contribuição sindical	(13)	–
Impostos Municipais	(4)	(4)
Impostos Estaduais	–	(1)
Outros Tributos	(16)	(10)
Total de despesas com tributos	**(820)**	**(478)**

c) Resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento das aplicações de renda fixa (nota 6 (c))	6.475	6.537
Receita com atualização de impostos a compensar	385	264
Receitas financeiras	**6.860**	**6.801**
Despesas financeiras com renda fixa	(1)	(11)
Despesa financeiras com operação da Capitalização	(49)	–
Despesas com atualização de débitos tributários	(200)	(276)
Despesas financeiras	**(250)**	**(287)**
Total resultado financeiro	**6.610**	**6.514**

14. Partes relacionadas

A Zurich Brasil Capitalização S.A. realiza transações de despesas administrativas compartilhadas bem como a venda de Título de Capitalização com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.:

	2024 Ativo e (passivo)	2023 Ativo e (passivo)	2024 Receitas e (despesas) (*)	2023 Receitas e (despesas) (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(3.628)	(3.436)	12.614	12.550
Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.	1	(24)	58	121

a) Remuneração do pessoal chave da administração: (*) Em 31 de dezembro de 2024 R$1.015 (R$1.085 em dezembro de 2023) referem-se às despesas com remuneração que a Zurich Brasil Capitalização S.A., paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

15. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento contábil até a data de publicação das demonstrações financeiras.

continua ➝



★ continuação

DIRETORES			CONTADOR	ATUÁRIA
Edson Luis Franco Adriana Heideker Fábio José Pereira Leme	Marcelo Carlos Alvala Marcio Benevides Xavier Mariane Bottaro Berselli Marinho	Rodrigo Monteiro de Barros Sven Felstel	Neilton Pereira dos Santos CRC 1SP-223551/O-2	Fernanda Lores MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Capitalização S.A. - O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2024 em 13 (treze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de Controles Internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de Controles Internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de Controles Internos e *compliance*, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de Controle Interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos
Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Flavio Roberto Andreani Perondi

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** - São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Zurich Brasil Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo da introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Zurich Brasil Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
Zurich Brasil Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	**31/12/2024**
Total de provisões técnicas auditadas	41.519
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2024**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	2.372
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**10.800**
3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	23.081
Ajustes Econômicos no PLA	–
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**12.281**
Ativos Garantidores (d)	58.744
Total a ser Coberto (e)	41.519
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**17.225**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Transações com partes relacionadas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, em 31 de dezembro de 2024 o saldo de receitas com partes relacionadas, decorrente da venda de títulos de Capitalização pela Companhia era de R$ 12.614 mil com a Companhia ligada no Brasil Zurich Minas Brasil Seguros S.A. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outras: (i) Avaliação do processo de gestão para identificar e registrar transações com partes relacionadas e o processo de venda dos títulos de capitalização; (ii) Leitura de contratos e acordos com partes relacionadas para entender a natureza das transações; (iii) Ao longo da execução de nossos procedimentos de auditoria, permanecemos alertas para quaisquer transações com partes relacionadas fora do curso normal dos negócios da Companhia; (iv) Leitura de contratos para aceitação e repasse de riscos para entender se estes possuem características similares ao mercado; (v) Testes de recálculo e liquidação financeira por amostragem; (vi) Testes sobre o processo de reconhecimento da receita pelo regime de competência contábil; e (vii) Verificação sobre as divulgações de partes relacionadas nas demonstrações financeiras, se são consistentes com os resultados de nossos procedimentos de auditoria. Ambiente de Tecnologia da Informação: A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Esse foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

FOLHA mpme
Um guia para a micro, a pequena e a média empresa.
Receba dicas e informações de como melhorar seu negócio, conheça casos de sucesso e tendências dos diferentes setores e saiba quais os problemas que afetam os empreendedores. **Na Folha e no site. Não perca.**
Patrocínio: bradesco
Realização: FOLHA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisoras aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Atuários Independentes. **Conjuntura Econômica:** Durante 2024, a inflação se manteve persistente devido a atividade econômica aquecida tanto no cenário global quanto no local, o que levou os Bancos Centrais conduzirem uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros ainda consideradas em patamares altos. No Brasil, os desafios fiscais representaram um fator significativo de percepção de risco pelo mercado, juntamente com as expectativas acerca da inflação, que foram consecutivamente revisadas para cima. No decorrer do ano, o Banco Central interrompeu o ciclo de afrouxamento monetário, a partir do final do terceiro trimestre, elevando a taxa básica de juros de 10,50% para 12,25%. O IPCA fechou o ano em 4,83%, acima do teto da meta estabelecida. As expectativas de mercado apontam para um crescimento de 3,48% no PIB em 2024. **Contexto:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros, por se tratar de uma Seguradora em processo de "run-off" há alguns anos, a Administração estima que, a princípio, não haverá nos próximos exercícios expectativas relevantes de investimento, crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada. Desta forma, será avaliada a continuidade operacional da Companhia ao longo do exercício de 2025, através de alternativas a serem discutidas e validadas conjuntamente com seu acionista controlador. Apesar disso, por ser uma Seguradora pertencente ao grupo Zurich Internacional, a Companhia seguirá adotando todas as medidas de controles, riscos e compliance necessários. **Aplicações Financeiras:** As aplicações em títulos de renda fixa atingiram no exercício de 2024 o montante de R$ 31,185 milhões (R$ 29,761 milhões em 31 de dezembro de 2023). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)" em atendimento à Circular SUSEP nº 678/22. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas, no exercício em 2024 é de R$ 5,574 milhões (R$ 6,219 milhões em 31 de dezembro de 2023). **Desempenho Operacional:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2024, prejuízo líquido de R$ (455) mil, comparado ao lucro líquido de R$ 5,205 milhão apresentado no exercício de 2023. O patrimônio líquido no exercício de 2024 atingiu o valor de R$ 29,832 milhões (R$ 30,367 milhões em 31 de dezembro de 2023). A diminuição está relacionada ao *run-off*. **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo *Risk Management* e *Compliance*, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, sendo subordinada diretamente ao Diretor Regional de *Compliance* do Grupo Zurich e subordinada indireta ao "Diretor de Controles Internos" em atendimento a Resolução CNSP 416/2021. Esta Unidade tem como responsabilidade fornecer diferentes visões para que as áreas gerenciem seus riscos de conformidade, fornecer uma visão independente, monitoramento e garantia, aconselhar e dar suporte à primeira linha na promoção da cultura ética e centrada no cliente da Zurich. Como parte da 2ª Linha de defesa, deve fornecer garantia à gestão e órgãos de governança relevantes que os riscos de *compliance* sejam adequadamente identificados e gerenciados. Também promove treinamentos de *Compliance* aos colaboradores a fim de fortalecer a Cultura Ética e de conformidade na unidade de negócio. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		10.106	20.158
Disponível	5	881	754
Caixa e bancos		881	754
Aplicações	6	–	5.936
Créditos das operações com seguros e resseguros		165	1.381
Prêmios a receber	7.a.b.c.	116	690
Operações com seguradoras	7.c.	–	655
Operações com resseguradoras		49	36
Outros créditos operacionais	8	94	114
Ativos de resseguro e retrocessão		71	127
Títulos e créditos a receber		8.746	11.742
Títulos e créditos a receber	9.a	5.402	6.702
Créditos tributários e previdenciários	9.b	3.311	5.027
Outros créditos	9.a	33	13
Outros valores e bens		148	–
Bens a venda		148	–
Despesas antecipadas		–	102
Custos de aquisição diferidos		–	2
Seguros		–	2
Não circulante		32.344	24.954
Realizável a longo prazo		32.344	24.954
Aplicações	6	31.185	23.825
Títulos e créditos a receber		1.158	1.121
Créditos tributários e previdenciários	9.b	114	–
Depósitos judiciais e fiscais		1.044	1.008
Outros créditos operacionais	9.a	–	113
Custos de aquisição diferidos		1	8
Seguros		1	8
Total do ativo		42.449	45.113

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		11.154	12.708
Contas a pagar		1.512	3.704
Obrigações a pagar	10	335	584
Impostos e encargos sociais a recolher		672	696
Impostos e contribuições		505	2.424
Débitos de operações com seguros e resseguros		3.053	2.045
Prêmios a restituir		11	11
Operações com seguradoras		51	51
Operações com resseguradoras		6	–
Corretores de seguros e resseguros		2.985	1.673
Outros débitos operacionais	11	–	310
Depósitos de terceiros	12	1.017	754
Provisões técnicas - seguros	13.a	5.572	6.205
Danos		4.847	3.917
Pessoas		725	2.288
Não circulante		1.461	2.038
Provisões técnicas - seguros	13.a	2	14
Danos		2	14
Outros débitos	18.d	1.459	2.024
Provisões judiciais		1.459	2.024
Patrimônio líquido		29.832	30.367
Capital social	19.a	147.028	147.028
Ajuste de avaliação patrimonial		4	(16)
Prejuízos acumulados		(117.200)	(116.645)
Total do passivo e patrimônio líquido		42.449	45.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		2.872	9.478
Variação das provisões técnicas		(516)	779
Prêmios ganhos	20.a	2.356	10.257
Sinistros ocorridos	20.b	885	(34)
Custos de aquisição	20.c	(1.357)	(4.689)
Outras receitas e despesas operacionais	20.d	(3.417)	519
Resultado com resseguro		(47)	7
Receita com resseguro		21	7
Despesa com resseguro		(6)	–
Outros resultados com resseguro		(62)	–
Despesas administrativas	20.e	(406)	(1.369)
Despesas com tributos	20.f	(669)	(113)
Resultado financeiro	20.g	3.155	2.918
Resultado operacional		500	7.496
Resultado antes dos impostos e participações		500	7.496
Imposto de Renda	15.a	(757)	(1.423)
Contribuição Social	16.a	(197)	(868)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(455)	5.205
Quantidade de ações		646.061.551	646.061.551
Prejuízo/lucro por ação em R$		(0,0007)	0,0081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(455)	5.205
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos disponíveis para venda	23	663
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	(3)	(272)
Total do resultado abrangente do exercício	(435)	5.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	207.028	(60.000)	(408)	(121.850)	24.770
Redução do capital	(60.000)	60.000	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	391	–	391
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.206	5.206
Saldos em 31 de dezembro de 2023	147.028	–	(16)	(116.645)	30.367
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	20	–	20
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(455)	(455)
Impacto adoção (CPC48) implantação IFRS9	–	–	–	(100)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	147.028	–	4	(117.200)	29.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido do Exercício	(455)	5.205
Ajustes para:		
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.775	355
Variação no valor justo de propriedades para investimento	20	392
Títulos Diferidos	(3)	(272)
Variação das contas patrimoniais:		
Aplicações	(1.424)	(4.294)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(658)	(49)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	56	36
Créditos fiscais e previdenciários	2.476	2.000
Depósitos judiciais e fiscais	(36)	(43)
Despesas antecipadas	102	(14)
Custos de aquisição diferidos	9	549
Outros valores e bens	(148)	441
Outros ativos	1.414	5.324
Impostos e contribuições	(1.916)	669
Outras contas a pagar	(249)	(3.686)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.009	(3.803)
Depósitos de terceiros	263	(2.173)
Provisões técnicas - seguros	(645)	(1.800)
Outros passivos	(586)	9
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	1.001	(1.154)
Imposto sobre o lucro - pago	(874)	(1.654)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	127	(2.808)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	127	(2.808)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	754	3.562
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	881	754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em todo o território nacional. A Seguradora é controlada pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 99,99999% das ações ordinárias e Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. com 0,00001% das ações ordinárias, que totalizam 646.061.551 ações. A Zurich Minas Brasil Seguros S.A., possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., possui como único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A. Por se tratar de uma Seguradora em processo de "run-off", a Administração estima que, a princípio, não haverá nos próximos exercícios expectativas relevantes de investimento, crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada. Desta forma, será avaliada a continuidade operacional da Companhia ao longo do exercício de 2025, através de alternativas a serem discutidas e validadas conjuntamente com seu acionista controlador. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras as principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/22 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado, segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e bancos incluem, o caixa e os depósitos bancários da Seguradora. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação desses ativos financeiros depende do modelo de negócio definido pela Seguradora. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo *valor justo por meio de outros resultados abrangentes*, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*: Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Seguradora compreendem principalmente "Prêmios a receber" e "Operações de crédito com congêneres e resseguradoras. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado*: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa, estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. • As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. • A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. • A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, quando o crédito for com terceiros. Para os ativos de cosseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito. ii) *Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o exercício de 2024, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.6. Ativos e passivos relacionados a resseguro:** A cessão de resseguro é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. **2.7. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.8. Créditos tributários e previdenciários:** Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a impostos a compensar. **2.9. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e referenciada pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores que estabelece a constituição de Provisões considerando o histórico de perdas: Ativos

continua →

ZURICH



CNPJ: 96.348.677/0001-94

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contingentes. Provisões judiciais. Provisões fiscais e previdenciárias. **2.10. Depósitos judiciais e fiscais:** Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999. **2.11. Provisões técnicas - seguros:** A legislação vigente que institui regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras é a Resolução CNSP nº 432/21 e a Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientação ao mercado preparados pela SUSEP. a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pela parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério "pro rata die" para todos os ramos de seguros. b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): *(i) Processos administrativos* - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos a parcela relativa a recuperação de cosseguros cedidos. *(ii) Processos judiciais* - é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IGPM e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada. c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. No grupo de PDR é registrada também a estimativa de despesas não alocáveis sinistro a sinistro. Para efetuar o cálculo da estimativa de despesas não alocáveis é considerada a relação entre os valores pagos com despesas não alocadas e o montante de indenizações pagas com sinistros. d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método *Bornhuetter-Ferguson*, que é baseado na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos, mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de *Run-Off*. e) Provisão de Sinistros Ocorridos, e Não Suficientemente Avisados (IBNER): A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados, também está sendo constituída para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo da regulação até a sua liquidação final. f) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE): A PPNG-RVNE é calculada com base em estudo técnico-atuarial e constituída em consonância com as normas do CNSP. A metodologia de cálculo consiste na construção de triângulos de *Run-Off* (início de vigência por emissão), que estimam o volume de prêmios referentes às apólices vigentes, mas que ainda não foram emitidas. A partir do comportamento histórico das emissões em atraso é calculado o valor da PPNG-RVNE. g) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A PCC é constituída quando é identificada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos, conforme nota explicativa 2.12. **2.12. Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Objetivo e resultados obtidos: O teste de adequação do passivo é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. O teste é efetuado utilizando as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. A taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa em valores nominais, foi a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco prefixada. Para obter a melhor estimativa de sinistros a ocorrer optou-se por utilizar uma sinistralidade que se baseia no histórico dos sinistros incorridos relacionados aos anos de novembro de 2019 a outubro de 2024, sobre os prêmios ganhos, obtidos através do sistema SES SUSEP.

Sinistralidade
Patrimonial
13,40%

Conforme mencionado na nota explicativa 1, dado ao processo de run-off, em 31 de dezembro de 2024 a Seguradora realizou o estudo do Teste de Adequação do Passivo e identificou a necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura no valor de R$ 528 mil devidamente contabilizado no ramo de Garantia Estendida (195). **2.13. Principais tributos:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 120 no exercício (R$ 240 no exercício). A provisão para contribuição social sobre lucro foi constituída à alíquota de 15%. (CSLL). Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% para o IRPJ e 15% para CSLL. O imposto diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alteração posteriores. A Seguradora não constituiu créditos tributários no exercício de 2023 e exercício de 2024. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.16. Principais políticas de reconhecimento de receitas e despesas operacionais:** As receitas e despesas operacionais são apuradas pelo regime de competência e observando-se o critério "pro rata die". (a) As receitas de prêmios de seguros e seus correspondentes custos de aquisição são reconhecidos por ocasião das emissões das apólices, endossos e/ou faturas em valor proporcional ao decurso do prazo das vigências dos seguros; (b) As receitas e despesas de, respectivamente comissões e prêmios de resseguros decorrentes do repasse de responsabilidade são reconhecidos pelo regime de competência, considerando a data de aceite dos riscos por parte destes resseguradores, bem como o valor proporcional ao decurso do prazo das vigências; (c) As receitas e despesas dos riscos vigentes, mas não emitidos são apurados e reconhecidos no resultado seguindo metodologia registrada em NTA - Nota Técnica Atuarial; (d) Os sinistros são reconhecidos como despesa na medida em que os informes das ocorrências são recepcionados pela Seguradora. Adicionalmente, o montante é complementado pela Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e pela Provisão de Sinistros Ocorridos, e Não Suficientemente Avisados (IBNER) de acordo com metodologia atuarial descrita na Nota 2.11(d) e Nota 2.11(e). (e) As receitas e despesas inerentes aos ativos financeiros são reconhecidos conforme descrito na Nota 2.4. **2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 50 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e fornecer uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passou vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. A administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP e avaliando os impactos. O Grupo Zurich implementou a partir de 01 de janeiro de 2022 o IFRS 17 para os relatórios no "Swiss GAAP", a Seguradora irá avaliar a possibilidade da utilização dos métodos aplicados para o regulador. **2.18. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante. **2.19. Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022:** A Circular SUSEP nº 678/2022 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos (TAP) com impactos na contabilização da provisão complementar de cobertura (PCC), bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, entre outros. As alterações introduzidas pela adoção da Circular SUSEP nº 678/2022 no que diz respeito a redução ao valor recuperável (RVR) para os investimentos foram aplicadas usando a abordagem prospectiva, tal como permitida pelo artigo 4º da referida Circular, de tal forma que o impacto inicial da adoção foi reconhecido no patrimônio líquido não havendo necessidade de reapresentação de informações comparativas. O detalhamento dos impactos encontra-se demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	CPC 38	CPC 48
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Disponível para Venda	VJORA

	Total RVR	Efeito Patrimônio Líquido (*)	Efeito Resultado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	78	100	22

(*) Refere-se ao efeito da adoção em 01/01/2024

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões para as contingências inclusive as que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros e as estimativas para perdas em contingências e processos administrativos e judiciais, descritas a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Seguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros: A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização. A Seguradora segue as orientações do CPC 48 e Circular SUSEP 678/22 para determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. A Seguradora reconheceu redução ao valor recuperável dos ativos financeiros conforme apresentado na nota explicativa nº 2.19. c) Provisões para contingências: São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade do gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de riscos, controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, conforme o apetite de riscos estabelecido. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado Econômico-financeiro. a) Risco de seguro: O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora atua com ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de seguro. *Riscos de seguros com ramos elementares:* O risco de seguros com ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. *Resultados da análise de sensibilidade:* Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Análise de Sensibilidade	31/12/2024 Bruto de Resseguro	31/12/2024 Líquido de Resseguro
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(9)	(9)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	18.380	18.139
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(26.427)	(26.427)
	Bruto de Resseguro	**Líquido de Resseguro**
Premissas		
Redução de 5% na sinistralidade	9	9
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(18.631)	(18.386)
Redução de 5% nas despesas administrativas	26.427	26.427

Análise de Sensibilidade	31/12/2023 Bruto de Resseguro	31/12/2023 Líquido de Resseguro
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(7.470)	(7.470)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	46.658	45.858
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(55.778)	(55.778)
	Bruto de Resseguro	**Líquido de Resseguro**
Premissas		
Redução de 5% na sinistralidade	7.470	7.470
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(47.605)	(46.787)
Redução de 5% nas despesas administrativas	55.778	55.778

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido.

Total de prêmios emitidos por regiões geográficas

Linhas de negócios (31/12/2024)	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Compreensivo Residencial	124	–	–	–	–	**124**
Garantia Estendida/Extensão de Garantia - Bens em Geral	–	–	–	–	2	**2**
Riscos Diversos	126	–	–	–	–	**126**
Acidentes Pessoais	1.238	–	–	–	–	**1.238**
Eventos Aleatórios	887	–	–	–	4	**891**
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	304	–	–	–	–	**304**
Vida	124	–	–	–	63	**187**
Total em 31 de dezembro de 2024	**2.803**	**–**	**–**	**–**	**69**	**2.872**

Linhas de negócios (31/12/2023)	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Compreensivo Residencial	840	–	–	–	–	**840**
Garantia Estendida	6	–	–	4	50	**60**
Riscos Diversos	159	13	186	–	–	**358**
Acidentes Pessoais	1.987	–	1.241	–	–	**3.228**
Eventos Aleatórios	2.208	–	357	–	46	**2.611**
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	536	–	452	–	9	**997**
Vida	587	14	–	–	783	**1.384**
Total em 31 de dezembro de 2023	**6.323**	**27**	**2.236**	**4**	**888**	**9.478**

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. i) *Exposições ao risco de crédito:* A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil (31/12/2024)	AAA	Saldo contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	31.185	31.185
Total	31.185	31.185

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil (31/12/2023)	BB -	Saldo contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	29.761	29.761
Total	29.761	29.761

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A.

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Ativo (31/12/2024)	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Aplicações	–	–	31.185	**31.185**
Prêmios a receber de segurados	116	–	–	**116**
Operações com seguradoras	–	–	–	**–**
Operações com resseguradora	49	–	–	**49**
Outros créditos operacionais	94	–	–	**94**
Títulos e créditos a receber	8.746	–	–	**8.746**
Total do ativo	**9.005**	**–**	**31.185**	**40.190**

Ativo (31/12/2023)	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Aplicações	5.936	–	23.825	**29.761**
Prêmios a receber de segurados	690	–	–	**690**
Operações com seguradoras	655	–	–	**655**
Operações com resseguradora	36	–	–	**36**
Outros créditos operacionais	114	114	–	**228**
Títulos e créditos a receber	11.742	–	–	**11.742**
Total do ativo	**19.173**	**114**	**23.825**	**43.112**

A tabela a seguir demonstra a maturidade dos passivos de seguros da Seguradora.

Passivo (31/12/2024)	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Contas a pagar	1.512	–	–	**1.512**
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.055	–	–	**3.054**
Depósitos de terceiros	576	–	441	**1.017**
Provisões técnicas	5.572	2	–	**5.574**
Provisões judiciais	–	1.460	–	**1.460**
Total do passivo	**10.715**	**1.462**	**441**	**12.617**

Passivo (31/12/2023)	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Contas a pagar	3.704	–	–	**3.704**
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.045	–	–	**2.046**
Depósitos de terceiros	381	–	373	**754**
Provisões técnicas	6.206	14	–	**6.219**
Provisões judiciais	–	2.023	–	**2.024**
Total do passivo	**12.336**	**2.037**	**373**	**14.747**

d) Risco de mercado: O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez. • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	881	754
	881	**754**

6. Aplicações

a) Composição: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações:

Descrição (31/12/2024)	Vencimento	Custo atualizado	Ganhos/ Perdas não realizadas	Redução ao valor recuperável	Valor de Mercado
Disponíveis para venda					
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 1 a 2 anos	6.803	(1)	(18)	6.784
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	de 5 anos acima	24.453	9	(61)	24.401
	Total	**31.256**	**7**	**(78)**	**31.185**

Descrição (31/12/2023)	Vencimento	Custo atualizado	Ganhos/ Perdas não realizadas	Redução ao valor recuperável	Valor de Mercado
Disponíveis para venda					
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	até 1 ano	5.935	1	–	5.936
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	1.112	–	–	1.112
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	de 5 anos acima	22.730	(17)	–	22.713
	Total	**29.777**	**(16)**	**–**	**29.761**

A Seguradora não possui operações com derivativos nos exercícios apresentados. As Letras do tesouro nacional (LTN), Letras financeiras do tesouro (LFT) estão classificadas como "*Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*". Os valores apresentados abaixo já se encontram líquidos dos efeitos da redução ao valor recuperável, conforme previsto no IFRS9 e referendando pela Circular SUSEP nº 678. As taxas de juros das aplicações contratadas estão demonstradas abaixo:

Título (31/12/2024)	Classe	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	03/07/2023	01/03/2029	0,15%	24.400
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	20/12/2024	01/03/2025	0,01%	781
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	01/03/2024	01/03/2025	0,01%	5.994
Total					**31.185**

Título (31/12/2023)	Classe	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	01/02/2023	01/03/2029	0,18%	708
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	03/07/2023	01/03/2029	0,15%	22.005
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	30/11/2022	01/03/2024	0,00%	5.936
LFT	Título público Pós-fixado (SELIC)	30/03/2020	01/03/2028	0,03%	1.112
Total					**29.761**

continua →



Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ: 96.348.677/0001-94



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Estimativa do valor justo: A Seguradora mensura o valor justo com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora com suas respectivas classificações:

	31/12/2024	
	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda		
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	31.185	31.185
Total aplicações	**31.185**	**31.185**

	31/12/2023	
	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda		
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	29.761	29.761
Total aplicações	**29.761**	**29.761**

c) Movimentação das aplicações financeiras: Abaixo é apresentada a movimentação das aplicações financeiras durante o exercício.

Aplicações	Saldo em 2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2024
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	29.761	6.890	(8.624)	3.135	(23)	31.185
Total	**29.761**	**6.890**	**(8.624)**	**3.135**	**(23)**	**31.185**

Aplicações	Saldo em 2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2023
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	6.232	21.374	–	2.169	(14)	29.761
Tesouro Prefixado (LTN)	19.235	–	(20.500)	588	677	–
Total	**25.467**	**21.374**	**(20.500)**	**2.757**	**663**	**29.761**

d) Ativos e Passivos Financeiros

	31/12/2024			
Ativos financeiros	Disponível para venda	%	Empréstimos e Recebíveis	%
Aplicações	31.185	100%	–	0%
Créditos das operações com seguros e resseguros	–		165	3%
Títulos e créditos a receber	–		5.435	97%
Total	**31.185**	**100%**	**5.600**	**100%**
Passivos financeiros	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e Recebíveis**	**%**
Contas a pagar	–	–	1.512	27%
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	–	3.053	55%
Depósitos de terceiros	–	–	1.017	18%
Total	**–**	**–**	**5.582**	**99%**

	31/12/2023			
Ativos financeiros	Disponível para venda	%	Empréstimos e Recebíveis	%
Aplicações	29.761	100%	–	0%
Créditos das operações com seguros e resseguros	–		1.381	17%
Títulos e créditos a receber	–		6.715	83%
Total	**29.761**	**100%**	**8.096**	**100%**
Passivos financeiros	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e Recebíveis**	**%**
Contas a pagar	–	–	3.704	57%
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	–	2.045	32%
Depósitos de terceiros	–	–	754	12%
Total	**–**	**–**	**6.503**	**100%**

7. Prêmios a receber

a) Prêmios a receber por ramos de seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Vida em grupo	38	589
Demais ramos	78	101
Total	**116**	**690**

b) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**690**	**1.060**
Emissões (*)	4.230	9.331
Cancelamentos e Restituições	(2)	(276)
Recebimentos	(4.001)	(9.325)
Reversão - RVNE	(801)	(100)
Saldo no final do exercício	**116**	**690**

Os montantes acima apresentados são compostos dos prêmios comerciais acrescidos do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do adicional de fracionamento. c) Aging list de prêmios a receber de seguros e créditos de operações com seguradoras

31/12/2024	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	**6**	**1**	**3**	**–**	**458**	**10.933**	**11.401**
A vencer	4	–	–	–	–	–	4
Vencidos	2	1	3	–	458	10.933	11.397
Redução ao valor recuperável	**(4)**	**–**	**(3)**	**–**	**(458)**	**(10.820)**	**(11.285)**
A vencer	(3)	–	–	–	–	–	(3)
Vencidos	(1)	–	(3)	–	(458)	(10.820)	(11.282)
Total de prêmios a receber (*)	**2**	**1**	**–**	**–**	**–**	**113**	**116**

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vencidos que totalizam R$ 984 (em 31 de dezembro de 2024).

31/12/2023	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	**1.085**	**143**	**227**	**241**	**359**	**10.448**	**12.503**
A vencer	951	–	–	–	–	–	951
Vencidos	134	143	227	241	359	10.448	11.552
Redução ao valor recuperável	**–**	**–**	**(226)**	**(241)**	**(357)**	**(10.334)**	**(11.158)**
A vencer	–	–	–	–	–	–	–
Vencidos	–	–	(226)	(241)	(357)	(10.334)	(11.158)
Total de prêmios a receber (*)	**1.085**	**143**	**1**	**–**	**2**	**114**	**1.345**

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vencidos que totalizam R$ 655 (em 31 de dezembro de 2022 de R$ 616).

d) Movimentação da redução ao valor recuperável de prêmios

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	**(11.158)**	**(10.571)**
Aumento na provisão	(2.306)	(1.227)
Baixa na provisão	1.731	640
Saldo no final do exercício	**(11.733)**	**(11.158)**

8. Outros créditos operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de sinistros a regularizar	22	30
Direito de resgate capitalização	37	45
Restituição a regularizar	35	39
Recuperação de investimentos	5.207	5.207
Redução valor recuperável - outros créditos	(5.207)	(5.207)
	94	**114**

9. Títulos e créditos a receber e outros créditos

a) A tabela abaixo demonstra a composição dos títulos e créditos a receber

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber (*)	5.402	6.702
Outros créditos	33	13
Total	**5.435**	**6.715**

(*) Os valores referentes às recuperações com parceiros.

b) A tabela abaixo demonstra a composição dos créditos tributários e previdenciários

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar (IR e CS)	1.873	2.972
Impostos a compensar (PIS e Cofins)	565	406
Antecipação de impostos (IR e CS)	873	1.649
Total	**3.311**	**5.027**

c) A tabela abaixo demonstra a movimentação dos créditos tributários durante o exercício

Descrição	31/12/2023	Movimentação	31/12/2024
Impostos a compensar (IR e CS)	2.972	(1.099)	1.873
Impostos a compensar (PIS e Cofins)	406	158	585
Antecipação de impostos (IR e CS)	1.640	(776)	873
Total	**5.027**	**(1.717)**	**3.311**

"A Seguradora, por conta do histórico de prejuízos fiscais em períodos pretéritos e falta da expectativa de geração de lucros futuros não registra saldo de ativo fiscal diferido, seja sobre diferenças temporárias ou prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores."

10. Obrigações a pagar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	335	584
	335	**584**

11. Corretores de seguros e resseguros

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Comissões a pagar	2.984	1.460
Comissões sobre prêmios emitidos	1	213
	2.985	**1.673**

12. Depósitos de terceiros

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança antecipada de prêmios	1.017	754
	1.017	**754**

b) A seguir é apresentado o "Aging" de depósito de terceiros:

31/12/2024 **Descrição**	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada e prêmios a emolumentos	420	2	4	–	150	441	1.017
Total de prêmios Emolumentos	**420**	**2**	**4**	**–**	**150**	**441**	**1.017**

31/12/2023 **Descrição**	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada e prêmios a emolumentos	80	–	75	48	178	373	754
Total de prêmios Emolumentos	**80**	**–**	**75**	**48**	**178**	**373**	**754**

13. Provisões técnicas - seguros

a) Saldos

A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

31/12/2024 **Ramos**	Provisão de Prêmios Não Ganho	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	–	39	31	19	89
Patrimonial	530	91	29	47	697
Pessoas coletivo	–	471	136	127	734
Outros	–	3.970	2	82	4.054
	530	**4.571**	**198**	**275**	**5.574**

31/12/2023 **Ramos**	Provisão de Prêmios Não Ganho	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	–	123	135	41	299
Patrimonial	14	280	126	63	483
Pessoas coletivo	–	1.264	568	235	2.067
Outros	–	3.274	5	91	3.370
	14	**4.941**	**834**	**430**	**6.219**

b) Movimentação: A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões técnicas durante o exercício:

Provisões Técnicas	Saldo em dezembro 2023	Constituições	Reversões e baixas	Pagamentos efetuados	Saldo em dezembro 2024
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	14	837	(321)	–	530
Provisão de sinistros a liquidar	4.941	8.927	(8.679)	(618)	4.571
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	834	2.570	(3.206)	–	198
Provisão de despesas relacionadas	430	1.534	(1.522)	(167)	275
	6.219	**13.868**	**(13.728)**	**(785)**	**5.574**

Provisões Técnicas	Saldo em dezembro 2022	Constituições	Reversões e baixas	Pagamentos efetuados	Saldo em dezembro 2023
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	794	22	(802)	–	14
Provisão de sinistros a liquidar	4.871	16.287	(15.530)	(687)	4.941
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	1.810	833	(1.809)	–	834
Provisão de despesas relacionadas	544	3.475	(3.011)	(578)	430
	8.019	**20.617**	**(21.152)**	**(1.265)**	**6.219**

c) Ativos garantidores das provisões técnicas: Foram vinculados para garantia das provisões técnicas os seguintes títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
(+) Total das provisões técnicas	5.574	6.219
(–) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(1)	(10)
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	(46)	(82)
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	(16)	(31)
(–) Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	(9)	(14)
Provisões técnicas para garantia	**5.502**	**6.082**
Ativos vinculados		
Títulos Públicos	31.185	29.761
Total dos ativos vinculados	**31.185**	**29.761**
Suficiência	**25.683**	**23.679**

(i) Resolução CNSP 432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Seguradora apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

14. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro

Administrativos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro							
No Final do Período	375.578	32.019	9.571	4.361	978	149	109
Um ano depois	388.522	32.159	9.665	4.425	973	138	
Dois anos depois	388.131	32.202	9.657	4.425	972		
Três anos depois	388.210	32.280	9.657	4.422			
Quatro anos depois	388.373	32.280	9.657				
Cinco anos depois	388.118	32.280					
Seis anos depois	388.200						
Diferença Estimativa Inicial	12.622	261	86	61	(7)	(11)	–
Estimativa Acum.	388.200	32.280	9.657	4.422	972	138	109
Pagamentos Acum.	(388.198)	(32.280)	(9.657)	(4.422)	(972)	(138)	(106)
PSL	3	–	–	–	–	–	3

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro

Judicial	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro							
No Final do Período	28.134	821	371	630	62	94	43
Um ano depois	31.873	983	503	650	83	89	
Dois anos depois	33.141	1.336	708	672	71		
Três anos depois	34.060	1.539	884	682			
Quatro anos depois	35.281	1.545	918				
Cinco anos depois	35.909	1.773					
Seis anos depois	36.833						
Diferença Estimativa Inicial	8.700	953	547	52	9	(6)	–
Estimativa Acum.	36.833	1.773	918	682	71	89	43
Pagamentos Acum.	(33.143)	(1.566)	(841)	(659)	(51)	(12)	(38)
PSL	3.690	207	77	22	20	76	5
							4.104
IBNER							468
IBNR							198
Retrocessão							–
Provisões de Sinistros - Bruto de Resseguro							4.769

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro

Administrativos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro							
No Final do Período	361.736	25.382	9.566	4.342	975	139	108
Um ano depois	372.726	25.900	9.660	4.404	965	132	
Dois anos depois	371.236	26.032	9.649	4.404	963		
Três anos depois	371.315	26.006	9.649	4.400			
Quatro anos depois	371.478	26.006	9.649				
Cinco anos depois	371.295	26.006					
Seis anos depois	371.377						
Diferença Estimativa Inicial	9.641	623	83	58	(12)	(7)	–
Estimativa Acum.	371.377	26.006	9.649	4.400	963	132	108
Pagamentos Acum.	(371.374)	(26.006)	(9.649)	(4.400)	(963)	(132)	(106)
PSL	2	–	–	–	–	–	2

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro

Judicial	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro							
No Final do Período	16.234	816	371	630	47	94	43
Um ano depois	19.961	980	503	650	82	89	
Dois anos depois	20.065	1.334	708	660	71		
Três anos depois	21.905	1.531	884	682			
Quatro anos depois	22.836	1.535	918				
Cinco anos depois	23.404	1.763					
Seis anos depois	24.367						
Diferença Estimativa Inicial	8.132	947	547	52	24	(6)	–
Estimativa Acum.	24.367	1.763	918	682	71	89	43
Pagamentos Acum.	(20.716)	(1.556)	(841)	(659)	(51)	(12)	(38)
PSL	3.650	207	77	22	20	76	5
							4.063
IBNER							462
IBNR							183
Retrocessão							–
Provisões de Sinistros - líquido de Resseguro							4.707

15. Apuração do imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do imposto de renda

Descrição	Imposto de Renda 31/12/2024	Imposto de Renda 31/12/2023	Contribuição Social 31/12/2024	Contribuição Social 31/12/2023
Resultado antes dos Impostos e Participações	500	7.496	500	7.496
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–
Resultado antes dos impostos	**500**	**7.496**	**500**	**7.496**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas aplicáveis	(125)	(1.874)	(75)	(1.124)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(345)	(93)	(207)	(56)
Outros	24	29	–	3
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	141	622	85	373
Créditos tributários não constituídos (i)	(453)	(107)	–	(64)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	–	–
Contábil	**(757)**	**(1.423)**	**(197)**	**(868)**

(i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre baixa de impostos a recuperar em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

16. Sinistros judiciais

A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade. Provisão para sinistros a liquidar judicial - por período de vencimento

31/12/2024 **Período**	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	15	8	7
1 a 3 anos	11	96	96
3 a 7 anos	47	362	362
Mais de 7 anos	36	3.637	3.598
Total	**109**	**4.103**	**4.063**

31/12/2023 **Período**	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	7	72	72
1 a 3 anos	29	63	59
3 a 7 anos	68	313	295
Mais de 7 anos	16	2.875	2.875
Total	**120**	**3.323**	**3.301**

17. Apuração do imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do imposto de renda

Descrição	Imposto de Renda e Contribuição Social 31/12/2024	Imposto de Renda e Contribuição Social 31/12/2023
Resultado antes dos Impostos e Participações	500	7.496
Resultado antes dos impostos	**500**	**7.496**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas aplicáveis	(200)	(2.999)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(551)	(148)
Outros	24	32
Créditos tributários não constituídos (i)	(453)	(172)
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	225	996
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(955)**	**(2.291)**

(i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre baixa de impostos a recuperar em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

18. Contingências

As contingências totalizam R$ 1.460 em 31 de dezembro 2024 e R$ 2.024 em dezembro de 2023, são demonstradas abaixo. a) Fiscais: A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados. Não existem ações classificadas como remota e possível.

Fiscais	31/12/2024 Quantidade	Valor em risco	Valor contábil	**Fiscais**	31/12/2023 Quantidade	Valor em risco	Valor contábil
Remota	–	–	–	Remota	–	–	–
Possível	–	–	–	Possível	–	–	–
Provável	4	1.304	1.304	Provável	4	1.273	1.273
Total	4	1.304	1.304	**Total**	4	1.273	1.273

b) Trabalhistas: A Seguradora não possui para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ações judiciais trabalhistas. Os montantes existentes em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados abaixo:

	31/12/2024 Quantidade	Valor em risco	Valor contábil	31/12/2023 Quantidade	Valor em risco	Valor contábil
Trabalhista						
Provável	–	–	–	2	149	165
	–	**–**	**–**	**2**	**149**	**165**

c) Cíveis: Os processos de natureza cível versam principalmente quanto à inconformidade com questões securitárias, resultando em perdas e danos, bem como danos morais. A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	31/12/2024 Quantidade	Valor em risco	Valor contábil	31/12/2023 Quantidade	Valor em risco	Valor contábil
Cíveis						
Remota	–	–	–	28	10.256	–
Possível	49	8.051	–	54	863	–
Provável	14	91	156	70	416	586
	63	**8.142**	**156**	**152**	**11.535**	**586**

continua →



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões durante o exercício

31/12/2024	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldo Final
Fiscais					
Valor do risco	1.273	–	(1.273)	–	–
Valor provisionado	1.273	–	(1.273)	–	–
Trabalhista					
Valor do risco	149	–	(149)	–	–
Valor provisionado	165	–	(165)	–	–
Civeis					
Valor do risco	11.535	–	(3.393)	–	8.142
Valor provisionado	586	156	(586)	–	156

31/12/2023	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldo Final
Fiscais					
Valor do risco	1.241	–	–	32	1.273
Valor provisionado	1.241	–	–	32	1.273
Trabalhista					
Valor do risco	563	–	(414)	–	149
Valor provisionado	254	165	(254)	–	165
Civeis					
Valor do risco	149.090	–	(137.555)	–	11.535
Valor provisionado	567	580	(561)	–	586

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$147.028, está representado, em 31 dezembro de 2024 e 2023, por 646.061.551 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data-base de 2024 e 2023, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 432/21, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	29.832	30.367
(I) Ajustes contábeis:	–	(102)
Despesas antecipadas	–	(102)
PLA Total	29.832	30.265
Capital-base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	782	1.522
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.126	1.420
Capital adicional baseado no risco operacional	20	34
Capital adicional baseado no risco de mercado	764	930
Benefício da diversificação	(654)	(918)
Capital-base de risco (b)	2.038	2.080
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)	15.000	15.000
PLA de nível 1	29.832	30.265
Patrimônio líquido ajustado	29.832	30.265
Suficiência de capital	14.832	15.265

20. Detalhamento das principais contas de resultado

(a) Prêmios ganho

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios diretos	3.354	8.281
Prêmios de cosseguros aceitos de congêneres	314	1.317
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(796)	(100)
Variação das provisões técnicas	(516)	779
Total	2.356	10.257

(b) Sinistros ocorridos

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros diretos e de cosseguro aceito	(754)	(276)
Serviços de assistência	(96)	(122)
Salvados	49	(71)
Ressarcimentos	95	(78)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.604	977
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	(13)	(464)
Total	885	(34)
Índice de sinistralidade	37,6%	0,3%

(c) Custos de aquisição

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões	(604)	(1.834)
Pró-labore	(744)	(2.306)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(9)	(549)
Total	(1.357)	(4.689)
Índice de Comissionamento	57,6%	45,7%

(d) Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas com operações de seguros	(262)	1.768
Total receitas operacionais	(262)	1.768
Redução ao valor recuperável	(1.814)	(355)
Despesas contingências cíveis	(76)	(222)
Despesas com administração de apólices e/ou contratos	(1.073)	(565)
Outras despesas com operações de seguros	(192)	(107)
Total despesas operacionais	(3.155)	(1.249)
Total	(3.417)	519

(e) Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	100	(65)
Serviços de terceiros	(155)	(466)
Localização e manutenção	(283)	(355)
Comunicação	(68)	(113)
Outras despesas administrativas	(20)	(370)
Total	(406)	(1.369)

(f) Despesas com tributos	31/12/2024	31/12/2023
COFINS e PIS	(257)	(666)
Impostos Federais	–	910
Taxa de Fiscalização da SUSEP	(408)	(353)
Outros impostos municipais	(4)	(4)
Total	(669)	(113)

(g) Resultado financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Receita com aplicações renda fixa	3.135	2.757
Receita com atualização de depósitos judiciais	342	19
Oscilação cambial	4	5
Atualização monetária	197	522
Outras Receitas	56	141
Encargos sobre saldos a pagar de operações de seguros (juros, atualização monetária e oscilação cambial)	(570)	(494)
Despesa com atualização de contingências passivas	(31)	(32)
Redução ao valor recuperável	22	–
Total	3.155	2.918

21. Partes relacionadas

	31/12/2024 Ativo e Passivo	31/12/2023 Ativo e Passivo	31/12/2024 Receitas e Despesas	31/12/2023 Receitas e Despesas
Zurich Brasil Capitalização S.A.	(1)	24	(52)	(121)
	(1)	24	(52)	(121)

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

Edson Luis Franco
Adriana Heideker
Fabio José Pereira Leme
Marcelo Carlos Alvalá
Marcio Benevides Xavier
Mariane Bottaro Berselli Marinho
Rodrigo Monteiro de Barros
Sven Feistel

CONTADOR

Neilton Pereira dos Santos
CRC - 1SP223651/O-2

ATUÁRIA

Fernanda Lores
MIBA 1740

COMITÊ AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Companhia de Seguros: O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2024 em 13 (treze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Companhia de Seguros**, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos
Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Flavio Roberto Andreani Perondi

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** - São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Zurich Brasil Companhia de Seguros é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Zurich Brasil Companhia de Seguros são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400, 04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Zurich Brasil Companhia de Seguros
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2024
Total de provisões técnicas auditadas	5.574
Total de ativos de resseguro	71
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	49

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2024
Provisões Técnicas auditadas (a)	5.574
Valores redutores auditados (a)	72
Total a ser coberto (a-b)	5.502

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2024
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	2.038
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	15.000

4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	29.832
Ajustes Econômicos do PLA	–
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	14.832
Ativos Garantidores (d)	31.185
Total a ser Coberto (e)	5.502
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	25.683

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2024
0111, 0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0173, 0195, 0196, 0234, 0310, 0351, 0378, 0433, 0435, 0457, 0520, 0526, 0531, 0542, 0553, 0621, 0622, 0627, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0739, 0740, 0745, 0746, 0747, 0748, 0749, 0750, 0775, 0776, 0929, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0984, 0987, 0990, 0991, 0993, 1164, 1329, 1369, 1377, 1380, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391, 1601, 1602	1.200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Brasil Companhia de Seguros.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas: Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.11 e 13, em 31 de dezembro de 2024, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, firmados pela Seguradora eram de R$ 5.574 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.12. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Seguradora; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Ambiente de Tecnologia da Informação: A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as

continua →

ZURICH

Zurich Brasil Companhia de Seguros
CNPJ: 96.348.677/0001-94

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o (s) valor (es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300614/O

PODCASTS
FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA **FOLHA.** COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e Relatório dos Atuários Independentes. **Conjuntura Econômica:** Durante 2024, a inflação se manteve persistente devido a atividade econômica aquecida tanto no cenário global quanto no local, o que levou os Bancos Centrais conduzirem uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros ainda consideradas em patamares altos. No Brasil, os desafios fiscais representaram um fator significativo de percepção de risco pelo mercado, juntamente com as expectativas acerca da inflação, que foram consecutivamente revisadas para cima. No decorrer do ano, o Banco Central interrompeu o ciclo de afrouxamento monetário, a partir do final do terceiro trimestre, elevando a taxa básica de juros de 10,50% para 12,25%. O IPCA fechou o ano em 4,83%, acima do teto da meta estabelecida. As expectativas de mercado apontam para um crescimento de 3,49% no PIB em 2024. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, que são ativos garantidores das provisões técnicas, compostas por títulos de renda fixa e aplicação em fundos de investimentos atingiram o montante de R$ 2,923 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 3,106 bilhões em 31 de dezembro de 2023). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas do semestre findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2,806 (R$ 3,097 bilhões em 31 de dezembro de 2023). **Desempenho Operacional:** O volume de prêmios emitidos e contribuições atingiram R$ 285 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 319 milhões em 31 de dezembro de 2023) o que representa uma queda de 10,66%. As receitas com taxa de gestão atingiram R$ 16 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 15 milhões em 31 de dezembro de 2023), demonstrando um crescimento de 8% em relação ao ano anterior. As despesas com comercialização totalizaram R$ 11 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 7 milhões em 31 de dezembro de 2023). As despesas administrativas e operacionais totalizaram R$ 7 milhões e ficaram R$ 3 milhões abaixo em relação ao ano anterior. A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., apresentou em 31 de dezembro de 2024 prejuízo de R$ 3 milhões (prejuízo de R$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2023). A Seguradora continua trabalhando na retomada de resultado e as perspectivas futuras são positivas. Os ativos totais atingiram o montante de R$ 2,990 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 3,174 bilhões em 31 de dezembro de 2023). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 atingiu R$ 69 milhões (R$ 53 milhões em 31 de dezembro de 2023), o aumento deve-se ao aumento de capital realizado pelos nossos acionistas. **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema *RACE*, uma aplicação corporativa, gerida pelo *Grupo Risk Management* e *Compliance*, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, sendo subordinada diretamente ao Diretor Regional de Compliance e subordinada indireta ao Diretor de Controles Internos. Esta Unidade tem como responsabilidade fornecer diferentes visões independentes para que às áreas gerenciem seus riscos de conformidade, fornecer uma visão independente, monitoramento e garantia, aconselhar e dar suporte à primeira linha na promoção da cultura ética e centrada no cliente da Zurich. Como parte da 2ª Linha de defesa, deve fornecer garantia à gestão e órgãos de governança relevantes que os riscos de *Compliance* sejam adequadamente identificados e gerenciados. Também promove treinamentos de *Compliance* aos colaboradores a fim de fortalecer a Cultura Ética e de conformidade na unidade de negócio. **Perspectivas:** Os resultados globais do Grupo Zurich superaram amplamente as expectativas, mesmo em um ano marcado pela intensificação de eventos climáticos extremos, que impactaram também o Brasil, com catástrofes climáticas como a ocorrida no Rio Grande do Sul. A Seguradora manteve uma atuação forte e comprometida com a sustentabilidade, desde a compensação de carbono até a promoção de negócios sustentáveis, com uma abordagem proativa para antecipar, mitigar e gerenciar seus riscos climáticos e cibernéticos, refletindo a ambição global da seguradora de se tornar uma das empresas mais responsáveis e com maior impacto positivo no mundo. No Brasil, o ano foi marcado por desafios e crescimento que superaram as expectativas. No cenário econômico, observou-se a menor taxa de desemprego da última década e, em conjunto com a redução das taxas de juros, as oportunidades se mostraram favoráveis ao nosso crescimento sustentável, baseado em nossa estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Os resultados são significativos porque a Seguradora dentro da Zurich Brasil tem como foco a centralidade no cliente. Com 17 milhões de clientes no centro de todas as suas ações, conquistamos mais de 320 mil novos clientes (*net new customer*) em 2024. Durante esse período, a Seguradora dentro da Zurich Brasil superou em 7 pontos o indicador de experiência do cliente (TNPS), com aumento na pontuação (*score*) em todas as áreas de contato. Em 2024, clientes e consumidores acompanharam a maior campanha de marca da Zurich Seguros, que alcançou mais de um bilhão de impressões e 519 milhões de pessoas impactadas com a campanha Geração Z, uma nova geração de seguros. Criada para ampliar o conhecimento dos consumidores sobre a Seguradora e suas soluções, a Zurich esteve presente em diversos canais como TV, podcasts, redes sociais, ações *out of home*, canais de *streaming*, entre outros, consolidando a posição no 5º lugar em consideração de marca. Ao falar de sustentabilidade, a Zurich reforçou seu compromisso com a compensação das emissões de carbono em seus serviços nos seguros de Automóvel e Residencial, lançou a sua frota de guinchos e motos elétricas e expandiu a rede de oficinas Selo Verde. Além disso, ampliou os serviços voltados para a gestão de riscos climáticos e operacionais para empresas que buscam se adaptar em um ambiente cada vez mais desafiador. Outras iniciativas significativas merecem destaque, como o projeto Fonte de Futuro, que levou água tratada e educação ambiental a comunidades em terras indígenas, a renovação do Projeto Origens®, que promove a equidade social dos povos tradicionais da Região Amazônica, e a continuidade do projeto Zurich *Forest*, que apoia o reflorestamento e a restauração da biodiversidade, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e, ainda, o fundo de catástrofes para apoio às comunidades afetadas por impactos climáticos. Essas ações resultaram em reconhecimentos importantes, como a premiação Estadão Melhores Serviços e Época 360°, consolidando a Zurich na liderança em responsabilidade corporativa, inovação e sustentabilidade no setor de seguros. Para que essas conquistas se tornassem realidade, os colaboradores são parte essencial dessa estratégia. Em 2024, 65% das vagas foram ocupadas por meio de movimentações internas, refletindo um ambiente que estimula o crescimento profissional e o avanço na carreira dos Zurichers. A Seguradora demonstra orgulho ao ser reconhecida pelo *Great Place to Work* (GPTW), alcançando o 2º lugar entre as seguradoras de grande porte, o que reforça o compromisso com um ambiente de trabalho diverso, saudável e harmonioso, repleto de oportunidades de desenvolvimento para todas as pessoas. A administração da Zurich entende estar bem posicionada para alcançar suas metas para o ano de 2025. Seu crescimento é sustentado por uma estratégia robusta que abrange múltiplos canais, segmentos e produtos. As parcerias estratégicas na distribuição e o desenvolvimento de produtos alinhados com a realidade brasileira tornam a Zurich ainda mais competitiva. Os investimentos recém-aprovados para um salto tecnológico significativo nos próximos três anos promoverão um ambiente mais ágil, cada vez mais digital e sempre com foco na satisfação dos nossos clientes e parceiros de distribuição. Estes investimentos são fundamentais para garantir um alto nível de eficiência e a prestação de serviços de excelência, seguindo os padrões globais. Com a confiança de seus colaboradores, parceiros, clientes e investidores, e uma sólida posição financeira, a Zurich está preparada para continuar sua trajetória de sucesso e impacto positivo, criando um futuro melhor para todos. **Premiações/Reconhecimentos: Época 360°**: lideramos o setor segurador com o 1º lugar na categoria ESG/Governança e a 4ª posição em D&I e Gestão de Pessoas. Já na categoria ESG/Socioambiental, a Zurich ficou na 5ª posição. Realizada pela Revista Época, o ranking destaca as melhores empresas do Brasil. ***Great Place To Work* (Instituições Financeiras, São Paulo e Brasil):** 2º lugar entre as grandes seguradoras, nos três rankings entre melhores empresas para trabalhar, com evoluções significativas em todos os rankings em relação a 2023. **Melhores Serviços Estadão:** a Zurich ficou em 2º lugar no ranking que traz os serviços mais prestigiados pelos consumidores em 33 categorias, com base nas 60 mil entrevistas, realizada em parceria pelo jornal O Estado De S. Paulo e a empresa de pesquisa *Blend New Research* - HSR. **Prêmio Inovação em Seguros da CNSeg:** 1º lugar na categoria Produtos e Serviços, com o serviço Zurich Resiliência Climática (ZRS), além de outros dois projetos finalistas no prêmio Inovação em Seguros, promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. **Sou Segura:** A Zurich foi premiada em três categorias: *Walk The Talk*, pelas políticas de inclusão e alto percentual de mulheres em cargos de liderança; CEO Mais Inclusivo, Edson Franco; e Mulher Destaque: Adriana Hatcaiker, diretora executiva de Sinistros, premiada pelo seu protagonismo na luta por equidade de gênero no mercado de seguros. A premiação é promovida pela Associação das Mulheres do Mercado de Seguros. ***Insurance Corp Awards*:** a Zurich foi reconhecida na 6ª edição do prêmio Melhores do Seguro e Resseguro, com destaque pela "Adoção intensa das práticas ESG, como o Empoderamento de Lideranças Femininas e Diversidade". **Empresas que Melhor se Comunicam com os Colaboradores:** conquistamos o 1º lugar na categoria ESG, com a iniciativa Mantas do Amor. Também fomos finalistas na categoria *Employer Branding*, com o case Mês do Clima. **Empresas que se Comunicam com Jornalistas:** A Zurich Seguros foi reconhecida pela primeira vez na categoria seguros. O nosso CEO, Edson Franco, também foi escolhido entre os 10 CEOs que melhor se comunicam com a imprensa, o único executivo do mercado segurador premiado. Este prêmio reconhece o valor da comunicação transparente e do diálogo aberto entre empresas e jornalistas. **Melhor RH Brasil e Melhor RH Sudeste:** Pela terceira vez consecutiva, a Zurich foi reconhecida no Prêmio Melhor RH Brasil. A companhia foi representada pelo nosso diretor executivo de Pessoas & Cultura, Carlos Toledo, eleito como um dos líderes de RH mais influentes do país. Carlos Toledo também foi indicado entre os 60 líderes de RH mais relevantes, no ranking Melhor RH do Sudeste 2024. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**2.936.551**	**3.140.846**
Disponível	5	**3.688**	**2.266**
Caixa e bancos		3.688	2.266
Aplicações	6	**2.890.798**	**3.099.345**
Outros créditos operacionais	7.b	36.263	33.051
Títulos e créditos a receber		**2.172**	**2.033**
Créditos tributários e previdenciários	7	2.172	2.033
Despesas antecipadas		**135**	**157**
Custos de aquisição diferidos	8b	**3.496**	**3.994**
Não circulante		**53.539**	**32.858**
Realizável a longo prazo		**53.539**	**32.858**
Aplicações	6	**32.473**	**7.208**
Títulos e créditos a receber		**4.936**	**4.686**
Depósitos judiciais e fiscais	10.a	4.936	4.686
Custos de aquisição diferidos	8.b	**16.130**	**20.964**
Total do ativo		**2.990.090**	**3.173.704**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**2.908.967**	**3.109.658**
Contas a pagar		**15.447**	**14.059**
Obrigações a pagar	9	13.522	11.410
Impostos e encargos sociais a recolher		1.287	963
Impostos e contribuições		73	65
Outras contas a pagar		565	1.621
Débitos de operações com seguros e resseguros		**1.703**	**2.228**
Prêmios a restituir		981	995
Corretores de seguros e resseguros		722	1.233
Débitos de operações com previdência complementar		**200**	**903**
Outros débitos operacionais		–	211
Operação de repasse		200	692
Depósitos de terceiros		**238**	**174**
Provisões técnicas - seguros	11.a	**1.444.315**	**1.687.402**
Vida com cobertura por sobrevivência		1.444.315	1.687.402
Provisões técnicas - previdência complementar	11.b	**1.447.054**	**1.404.892**
Planos não bloqueados		45	43
PGBL		1.447.009	1.404.849
Não circulante		**11.768**	**11.362**
Contas a pagar		**–**	**8**
Tributos Diferidos		–	8
Provisões técnicas - seguros	11.a	**729**	**847**
Vida com cobertura por sobrevivência		729	847
Provisões técnicas - previdência complementar	11.b	**4.055**	**3.383**
Planos não bloqueados		390	375
PGBL		3.665	3.008
Outros débitos	10.a	**6.984**	**7.124**
Provisões judiciais		6.984	7.124
Patrimônio líquido		**69.365**	**52.683**
Capital social		71.628	71.628
Aumento de capital (Em Aprovação)		20.000	–
Ajuste de avaliação patrimonial		(202)	12
Prejuízos acumulados		(22.061)	(18.957)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.990.090**	**3.173.704**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital social em aprovação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**61.628**	**–**	**(8)**	**(14.567)**	**47.053**
Aumento Capital Aprovado Port.1427	10.000	–	–	–	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	20	–	20
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(4.390)	(4.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**71.628**	**–**	**12**	**(18.957)**	**52.683**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(214)	–	(214)
Aumento de Capital em aprovação	–	20.000	–	–	20.000
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(3.055)	(3.055)
Implantação IFRS9	–	–	–	(49)	(49)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**71.628**	**20.000**	**(202)**	**(22.061)**	**69.365**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
(+) Contribuições para cobertura de riscos		27	41
(=) Prêmios ganhos		**27**	**41**
Rendas de contribuições e prêmios	13.a	285.973	318.739
Constituição da provisão de benefícios a conceder	13.b	(284.918)	(318.498)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**1.055**	**241**
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	13.c	16.408	15.210
(+/–) Variações de outras provisões técnicas		178	241
(–) Benefícios retidos		(1.021)	(217)
(–) Custos de aquisição	13.d	(11.082)	(7.129)
(–) Outras receitas e despesas operacionais		523	(2.319)
(–) Despesas administrativas	13.e	(7.215)	(8.161)
(–) Despesas com tributos	13.f	(3.414)	(2.616)
(+) Resultado financeiro	13.g	1.486	986
(=) Resultado operacional		**(3.055)**	**(3.642)**
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(3.055)**	**(3.642)**
Imposto de renda	7.a	–	(748)
Prejuízo Líquido do exercício		**(3.055)**	**(4.390)**
Quantidade de ações		2.041.301	1.316.098
Prejuízo líquido básico por ação em reais	2.13	(1,50)	(3,34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo Líquido do exercício	**(3.055)**	**(4.390)**
Ajuste de avaliação patrimonial	(356)	33
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	142	(13)
Total do resultado abrangente do exercício	**(3.269)**	**(4.370)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
Prejuízo Líquido do exercício		**(3.055)**	**(4.390)**
Ajustes para			
Provisões judiciais	10.b)	(140)	1.035
Variação das contas patrimoniais:		–	–
Aplicações		183.019	(84.871)
Outros créditos operacionais		(3.211)	(13.313)
Créditos tributários e previdenciários		(139)	882
Depósitos judiciais e fiscais		(251)	(299)
Despesas antecipadas		22	386
Custo de aquisição diferidos		5.334	(2.946)
Obrigações a pagar		2.104	(560)
Impostos e contribuições		8	(125)
Outras contas a pagar		(1.057)	1.411
Débitos de operações com seguros e resseguros		(525)	502
Débitos de operações com previdência complementar		(703)	726
Depósitos de terceiros		64	–
Provisões técnicas - seguros		(243.205)	(121.119)
Provisões técnicas - previdência		42.633	221.468
Outros passivos		324	(8.867)
Caixa consumido nas atividades operacionais		**(18.578)**	**(10.080)**
Atividades de financiamento			
Aumento de Capital		20.000	10.000
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**1.422**	**(80)**
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**1.422**	**(80)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.266	2.346
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.688	2.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que opera nos ramos de seguro de vida e previdência complementar aberta, em qualquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo participar em outras sociedades, observadas as disposições pertinentes. O capital social da Seguradora é constituído por 2.041.301 ações ordinárias, tendo como único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A. que por sua vez, possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,99999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,00001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. Conforme a Circular SUSEP nº 682/22 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar com pessoas coletivo, pessoas individuais e previdência complementar e atualmente, a Seguradora opera com produto de previdência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As Demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

continua →



Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. As Demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa da continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas Demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das Demonstrações financeiras da Seguradora é o real. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação desses ativos financeiros depende do modelo de negócio definido pela Seguradora. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)*: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independentes da sua data de vencimento. ii) *Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo *valor justo por meio de outros resultados abrangentes*, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. iii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*: Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Seguradora compreendem, "Outros créditos operacionais". Os ativos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; sendo neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em Receita Financeira. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado*: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros, incluindo títulos patrimoniais, perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. ii) *Ativos Classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos registrados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações, reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante os períodos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Contratos de seguros:** A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo, no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado. Risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. **2.6. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, a depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) Provisões judiciais não relacionadas a sinistro: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a causa das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **2.7. Provisões técnicas:** a) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC): Será calculada de acordo com o valor das contribuições pagas, deduzido, quando for o caso, o carregamento, e o valor das portabilidades de recursos de outros planos previdenciários, calculados diariamente de acordo com a rentabilidade das quotas de fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE), onde estão aplicados os referidos recursos. b) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): A Provisão matemática de benefícios concedidos corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros decorrente do evento gerador, calculada de acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano e de acordo com as características da cobertura do mesmo. c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A finalidade desta provisão é cobrir despesas administrativas futuras, em função de eventos já ocorridos e a ocorrer. Desta forma, é estimado o valor de despesa unitária de acordo com as despesas administrativas incorridas durante um período de 12 meses anteriores ao estudo. d) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): A constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos visa cobrir os sinistros a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes em determinada data-base de cálculo. O cálculo é "*pro rata die*", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição. e) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A Provisão complementar de cobertura é resultado do Teste de Adequação de Passivos, conforme nota 2.8. f) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): Refere-se aos valores de pecúlios e rendas aleatórias, inclusive atualização destes valores, não pagos em decorrência de eventos ocorridos. g) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): Os valores que integram essa provisão são apurados com base nos resgates a regularizar, devoluções de prêmios ou contribuições e portabilidades solicitadas ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. h) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados de pecúlios e rendas. É calculada com base e experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. i) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados:

Produtos comercializados	Tábua Biométrica	Taxa de juros	Distribuição comercialização
PGBL	AT2000 F	0%	0,2639%
PGBL	AT2000 M	0%	0,4106%
PGBL	AT2000 male suavizada 10%	0%	0,0015%
PGBL	AT83 F	4%	0,1743%
PGBL	AT83 M	4%	0,3546%
PGBL	BR-EMSsb-f	0%	12,5149%
PGBL	BR-EMSsb-m	0%	36,3422%
VGBL	AT2000 F	0%	0,3134%
VGBL	AT2000 female suavizada 10%	0%	0,0143%
VGBL	AT2000 M	0%	0,7079%
VGBL	AT2000 male suavizada 10%	0%	0,0305%
VGBL	AT83 F	4%	0,0596%
VGBL	AT83 M	4%	0,1370%
VGBL	BR-EMSsb-f	0%	19,4296%
VGBL	BR-EMSsb-m	0%	29,2459%
	Total		100,00%

2.8. Teste de Adequação do Passivo - TAP: O Teste de Adequação de Passivos (TAP) é realizado para as datas-bases de junho e dezembro, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, com o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas em relação ao fluxo das obrigações da Seguradora. As provisões técnicas mencionadas são líquidas de custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis. Ao resultado desta apuração, dá-se o nome de *Net Carrying Amount*. Para a estimativa dos fluxos de caixa futuros, de contribuições, benefícios e despesas, a Seguradora utiliza os parâmetros definidos pela norma, com destaque para as estimativas de sobrevivência, utilizadas de acordo com a tábua BR-EMS, e a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco, obtida no sítio da SUSEP, de acordo com o indexador da obrigação. Cabe ressaltar que neste teste o agrupamento de informações **e a compensação é realizada de acordo com a política contábil da Seguradora.** Se o valor presente dos fluxos de caixa mencionados for superior às provisões contabilizadas, a insuficiência é registrada em Provisão Complementar de Cobertura (PCC), correspondente à fase do plano em que a insuficiência foi constatada, seja durante a fase de acumulação (PCC-PMBaC) ou na fase de concessão de benefício (PCC-PMBC), ou ainda em (PCC-PPNG) para os benefícios de risco. Para as demais provisões, o ajuste (cobertura da insuficiência) é realizado no saldo da própria provisão. Em 31 de dezembro de 2024 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas. **2.9. Principais tributos:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$240 mil no período. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores (Vide nota 7.b). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral (vide nota 12 (c)). **2.12. Apuração do resultado:** As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **2.13. Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante os períodos de dezembro de 2024 e 2023 a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem tal efeito. **2.14. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 50 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. A Administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP. **2.15. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante. **2.16. Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/22:** A Circular SUSEP nº 678/22 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos (TAP) com impactos na contabilização da provisão complementar de cobertura (PCC), bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, entre outros. As alterações introduzidas pela adoção da Circular SUSEP nº 678/22 no que diz respeito a redução ao valor recuperável (RVR) para os investimentos foram aplicadas usando a abordagem prospectiva, tal como permitido pelo artigo 4º da referida Circular, de tal forma que o impacto inicial da adoção foi reconhecido no patrimônio líquido não havendo necessidade de reapresentação de informações comparativas. O detalhamento dos impactos encontra-se demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros	CPC 38	CPC 48
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Disponível para venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Disponível para venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes
Quotas de Fundos de Investimentos	Valor Justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado

Título	Efeito Ativo	Efeito Patrimônio Líquido (*)	Efeito no Resultado
Letras financeiras do Tesouro (LFT)	86	46	40
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	6	3	3
Total Geral	92	49	43

(*) Refere-se ao efeito da adoção em 01/01/2024.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas práticas contábeis requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado; as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, descrito no item (a) abaixo, e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descrita a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das Demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração da Seguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida e previdência complementar. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras estão incluídas na nota 11. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros: A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. A Seguradora segue as orientações do CPC 48 e Circular SUSEP 678/22 para determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. A Seguradora não reconheceu redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros disponível para venda para os exercícios de 2024 e 2023. c) Provisões para contingências: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Cabe a Administração a avaliação final da probabilidade de perda e o valor da provisão judicial. A Administração acredita que essas provisões para contingência estão corretamente apresentadas nas Demonstrações financeiras.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma seguradora e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. a) Risco de seguro: O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. i) *Estratégia de subscrição*: A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais. ii) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios*: O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação do Passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. *Riscos de seguro vida e previdência*: Os riscos que abrangem o seguro de vida e previdência são: • Risco de mortalidade, é o risco que a experiência real da morte do tomador de seguros de vida seja maior do que o esperado; • Risco de longevidade, é o risco de que pensionistas vivam mais do que o esperado; • Risco de morbidade, é o risco que as alegações de segurados relacionados com a saúde sejam maiores que o esperado; • Risco do comportamento do segurado, é o risco em que os segurados que apresentam descontinuidade e redução nas contribuições de períodos anteriores para maturidade dos contratos sejam piores que o esperado, reduzindo o fluxo de caixa de negócios subscritos impactando na habilidade da cobertura das despesas de comissão diferida; • Risco de despesa, é o risco de que as despesas de aquisição e gestão das políticas sejam maiores do que o esperado. Um portfólio mais diversificado de riscos é menos suscetível de ser afetado por uma alteração em qualquer subconjunto dos riscos. A Seguradora conta com comitês locais de desenvolvimento de produto e um comitê de aprovação do produto, sob a liderança do *Chief Risk Officer Global Life*, para potenciais produtos de vida que poderá aumentar significativamente ou alterar a natureza de seus riscos. Estes exames permitem a Seguradora gerir novos riscos inerentes às suas proposições de novos negócios. A Seguradora analisa periodicamente a adequação continuada e os riscos potenciais dos produtos existentes. Segue uma visão geral das principais linhas do grupo de negócio: • Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) é um plano de previdência complementar, que objetiva a concessão de benefícios, em vida, ao participante, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com as contribuições pagas e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente. • Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) é um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com os prêmios pagos e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente. iv) *Análise de sensibilidade*: Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. A Seguradora não tem cessão de riscos em resseguro, razão pela qual não apresentamos o impacto sobre valores líquidos. Também não apresentamos um teste para a variável sinistralidade, pois a carteira da Seguradora é composta apenas de planos de previdência, e por se tratar de obrigações de longo prazo, o modelo de projeções utiliza para a estimativa dos sinistros as tábuas de mortalidade e de sobrevivência. Os efeitos sobre as variáveis mortalidade e sobrevivência estão consolidados no teste de sensibilidade para a taxa de mortalidade, por estarem interligados. O cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte utilizaram as tábuas BR-EMS, versão 2021, conforme determina Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidos pela SUSEP, conforme o indexador de cada plano e de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A premissa de conversão em renda foi estimada a partir da experiência da Seguradora nos últimos 5 anos. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido	
	31/12/2024	
Premissas atuariais	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na taxa de juros	230	230
Redução de 1% na taxa de juros	(260)	(260)
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	25	25
Redução de 5% na taxa de mortalidade	(26)	(26)
Aumento de 20% na conversão em renda	55	55
Redução de 20% na conversão em renda	(55)	(55)

Em 31 de dezembro de 2024 a premissa de conversão em renda com base na estimativa atual de conversão da carteira é de 0,079%.

continua →

Eufrázio

ZURICH

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023	
Premissas atuariais	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 1% na taxa de juros	303	303
Redução de 1% na taxa de juros	(333)	(333)
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	28	28
Redução de 5% na taxa de mortalidade	(29)	(29)
Aumento de 20% na conversão em renda	(114)	(114)
Redução de 20% na conversão em renda	114	114

Em 31 de dezembro de 2023 a premissa de conversão em renda com base na estimativa atual de conversão da carteira é de 0,376%. Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o resultado e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda" para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido. v) Concentração de riscos: O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nas rendas de contribuições e prêmios. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. *Total de rendas de contribuições e prêmios por região geográfica.*

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Total
PGBL	15.889	127.961	4.926	7.717	14.821	171.314
VGBL	17.653	78.769	5.490	6.047	6.700	114.659
Total em 31 dezembro de 2024	**33.542**	**206.730**	**10.416**	**13.764**	**21.521**	**285.973**
Total em 31 de dezembro de 2023	**43.166**	**212.537**	**19.405**	**18.370**	**25.261**	**318.739**

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são os ativos financeiros. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito dos ativos financeiros, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de renda de contribuições, conforme Nota 4 (b). *Exposições ao risco de crédito:* A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito. Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da *Standard & Poor's* (S&P), ou equivalente quando o da (S&P) não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	A	BB-	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	3.677	–	11	–	3.688
Disponíveis para venda (nota 6)					
Públicos	35.798	–	–	–	35.798
Exposição máxima ao risco de crédito	39.475	–	11	–	39.486

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	A	BB-	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	2.261	–	5	–	2.266
Disponíveis para venda (nota 6)					
Públicos	–	–	–	14.456	14.456
Privados	9.500	–	–	–	9.500
Exposição máxima ao risco de crédito	11.761	–	5	14.456	26.222

Os fundos de investimentos exclusivos R$2.887.472 em 31 de dezembro de 2024 (R$3.082.597 em 31 de dezembro de 2023) não estão sendo avaliados porque a Seguradora assume que o risco é do beneficiário e não da Seguradora. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Gerenciamento de ativos e passivos:* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova trimestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê. iii) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O passivo circulante é inferior ao ativo circulante, apresentando um nível satisfatório de liquidez para a Seguradora. O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros da Seguradora:

31/12/2024	Sem vencimento	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Ativo					
Títulos disponíveis para a venda					
Títulos de renda fixa públicos	–	3.409	26.210	6.179	**35.798**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos exclusivos	2.887.473	–	–	–	**2.887.473**
Caixa e equivalentes de caixa	3.688	–	–	–	**3.688**
Outros créditos operacionais	–	36.263	–	–	**36.263**
Total do ativo	**2.891.161**	**39.672**	**26.210**	**6.179**	**2.963.222**
Passivo					
Contas a pagar	–	15.447	–	–	**15.447**
Provisões judiciais	–	–	6.984	–	**6.984**
Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)	–	1.031.913	823.013	1.041.226	**2.896.152**
Total do passivo	–	**1.047.360**	**829.997**	**1.041.226**	**2.918.583**

31/12/2023	Sem vencimento	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Ativo					
Títulos disponíveis para a venda					
Títulos de renda fixa públicos	–	7.248	7.208	–	**14.456**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos exclusivos	3.082.597	–	–	–	**3.082.597**
Fundos de investimentos não exclusivos	9.500	–	–	–	**9.500**
Caixa e equivalentes de caixa	2.266	–	–	–	**2.266**
Outros créditos operacionais	–	33.051	–	–	**33.051**
Total do ativo	**3.094.363**	**40.299**	**7.208**	–	**3.141.870**
Passivo					
Contas a pagar	–	14.059	–	–	**14.059**
Provisões judiciais	–	–	7.119	–	**7.119**
Passivos da previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)	–	1.118.297	704.317	1.273.910	**3.096.524**
Total do passivo	–	**1.132.356**	**711.436**	**1.273.910**	**3.117.702**

d) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais. • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da Área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. iii) *Análise do risco de mercado:* A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), sendo o cumprimento destes acompanhados diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e à sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo da simulação histórica para o cálculo do VaR. Esse modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança. e) Risco operacional: A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	3.688	2.266
	3.688	**2.266**

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	31/12/2024		31/12/2023	
Ao valor justo por meio do resultado	**2.887.473**	**98,78%**	**3.092.097**	**99,53%**
Fundos de investimentos exclusivos	**2.887.473**	**98,78%**	**3.082.597**	**99,23%**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	77.416	2,65%	26.297	0,85%
Tesouro SELIC (LFT)	263.562	9,02%	241.558	7,78%
Operações Compromissadas (LFT)	3.136	0,11%	–	0,00%
Tesouro Prefixado (LTN)	–	0,00%	10.786	0,35%
Operações Compromissadas (LTN)	25.264	0,86%	13.078	0,42%
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	241.378	8,26%	213.196	6,86%
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	981	0,03%	4.304	0,14%
Operações Compromissadas (NTN)	9	0,00%	6.662	0,21%
Letras Financeiras (LF)	293.854	10,05%	241.465	7,77%
Quotas de fundos de investimentos	1.805.796	61,77%	2.130.047	68,57%
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	475	0,02%	711	0,02%
Certificado Recebimento Imobiliário (CRI)	1.771	0,06%	2.235	0,07%
Ações	28.185	0,96%	25.491	0,82%
Debêntures	145.646	4,98%	166.008	5,34%
Operações a Termo	–	0,00%	759	0,02%
Fundos de Investimentos não Exclusivos	**–**	**0,00%**	**9.500**	**0,31%**
Renda fixa - quotas de Fundos de Investimentos	–	0,00%	9.500	0,31%
Valor justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	**35.798**	**1,22%**	**14.456**	**0,47%**
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	1.884	0,06%	762	0,03%
Tesouro SELIC (LFT)	34.006	1,16%	13.694	0,44%
Redução ao valor Recup. (CPC 48) IFRS 09-RVR investimento	(92)	0,00%	–	–
Total das aplicações	**2.923.271**	**100,00%**	**3.106.553**	**100,00%**

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários	Custo atualizado
Ao valor justo por meio o resultado	1.867.768	75.841	72.362	871.502	2.887.473	–	2.887.473
Fundos de investimentos exclusivos	1.867.768	75.841	72.362	871.502	2.887.473	–	2.887.473
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.553	25.409	13.570	24.884	77.416	–	77.416
Tesouro SELIC (LFT)	–	30.249	22.493	210.820	263.562	–	263.562
Operações Compromissadas (LFT)	–	–	–	3.136	3.136	–	3.136
Operações Compromissadas (LTN)	11.828	1.105	–	12.331	25.264	–	25.264
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	4.804	6.218	–	230.356	241.378	–	241.378
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	–	–	–	981	981	–	981
Operações Compromissadas (NTN)	–	–	–	9	9	–	9
Letras Financeiras (LF)	3.464	9.153	26.326	254.911	293.854	–	293.854
Quotas de fundos de investimentos	1.805.796	–	–	–	1.805.796	–	1.805.796
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	–	–	475	475	–	475
Certificado Recebimento Imobiliário (CRI)	–	863	–	908	1.771	–	1.771
Ações	28.185	–	–	–	28.185	–	28.185
Debêntures	138	2.844	9.973	132.691	145.646	–	145.646
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	3.077	331	32.390	35.798	(202)	36.000
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	–	–	–	1.884	1.884	(188)	2.072
Tesouro SELIC (LFT)	–	3.077	331	30.506	33.914	(14)	33.928
Total em 31 de dezembro de 2024	1.867.768	78.918	72.693	903.892	2.923.271	(202)	2.923.473
Total em 31 de dezembro de 2023	2.181.346	83.062	178.692	663.453	3.106.553	12	3.106.541

b) Resumo da movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	RVR	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2024
Ao valor justo por meio do resultado	3.092.097	287.021	(765.185)	273.540	–	–	2.887.473
Fundos de investimentos exclusivos	3.082.597	287.021	(755.623)	273.478	–	–	2.887.473
Fundos de Investimentos Não exclusivos	9.500	–	(9.562)	62	–	–	–
Renda Fixa - Quotas de Fundos de Investimentos	9.500	–	(9.562)	62	–	–	–
Títulos disponíveis para venda	14.456	110.749	(91.536)	2.443	(92)	(222)	35.798
Tesouro IPCA – (NTN-B)	762	1.507	(348)	172	(6)	(203)	1.884
Tesouro SELIC + (LFT)	13.694	109.242	(91.188)	2.271	(86)	(19)	33.914
Total	3.106.553	397.770	(856.721)	275.983	(92)	(222)	2.923.271

	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	RVR	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2023
Ao valor justo por meio do resultado	2.993.781	328.413	(578.389)	348.292	–	–	3.092.097
Fundos de investimentos exclusivos	2.993.781	318.913	(578.389)	348.292	–	–	3.082.597
Fundos de Investimentos Não exclusivos	–	9.500	–	–	–	–	9.500
Renda Fixa - Quotas de Fundos de Investimentos	–	9.500	–	–	–	–	9.500
Títulos disponíveis para venda	27.881	152.866	(167.945)	1.627	–	27	14.456
Tesouro IPCA – (NTN-B)	243	465	(29)	65	–	18	762
Tesouro SELIC + (LFT)	27.638	152.401	(167.916)	1.562	–	9	13.694
Total	3.021.662	481.279	(746.334)	349.919	–	27	3.106.553

c) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Seguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

31/12/2024	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**562.515**	**2.324.958**	**2.887.473**
Fundos de investimentos exclusivos			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	–	77.416	77.416
Tesouro SELIC (LFT)	263.562	–	263.562
Operações Compromissadas (LFT)	3.136	–	3.136
Operações Compromissadas (LTN)	25.264	–	25.264
Tesouro IPCA + (NTN-B)	241.378	–	241.378
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	981	–	981
Operações Compromissadas (NTN)	9	–	9
Letras Financeiras (LF)	–	293.854	293.854
Quotas de fundos de investimentos	–	1.805.796	1.805.796
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	475	475
Certificado Recebimento Imobiliário (CRI)	–	1.771	1.771
Ações	28.185	–	28.185
Debêntures	–	145.646	145.646
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**35.798**	**–**	**35.798**
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	1.884	–	1.884
Tesouro SELIC (LFT)	33.914	–	33.914
Total aplicações	**598.313**	**2.324.958**	**2.923.271**

31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**515.075**	**2.577.022**	**3.092.097**
Fundos de investimentos exclusivos			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	–	26.297	26.297
Tesouro SELIC (LFT)	241.558	–	241.558
Tesouro Prefixado (LTN)	10.786	–	10.786
Operações Compromissadas (LTN)	13.078	–	13.078
Tesouro IPCA + (NTN-B)	213.196	–	213.196
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	4.304	–	4.304
Operações Compromissadas (NTN)	6.662	–	6.662
Letras Financeiras (LF)	–	241.465	241.465
Quotas de fundos de investimentos	–	2.130.047	2.130.047
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	711	711
Certificado Recebimento Imobiliário (CRI)	–	2.235	2.235
Ações	25.491	–	25.491
Debêntures	–	166.008	166.008
Operações a Termo	–	759	759
Fundos de Investimentos Não Exclusivos			
Quotas de Fundos de Investimentos	–	9.500	9.500
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**14.456**	**–**	**14.456**
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	762	–	762
Tesouro SELIC (LFT)	13.694	–	13.694
Total aplicações	**529.531**	**2.577.022**	**3.106.553**

d) Taxas contratadas: A abertura das taxas contratadas aplica-se apenas para a carteira própria da Seguradora, não incluindo os fundos de investimentos exclusivos.

31/12/2024				
Títulos	**Classes**	**Taxa de juros contratada a.a**	**Valor**	**Percentual**
NTN-B	Tesouro IPCA + (NTN-B)	6,00%	1.884	5,26%
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	0,00%	33.914	94,74%
			35.798	**100,00%**

31/12/2023				
Títulos	**Classes**	**Taxa de juros contratada a.a**	**Valor**	**Percentual**
NTN-B	Tesouro IPCA+ (NTN-B)	De 06,00% até 7,99%	255	1,06%
NTN-B	Tesouro IPCA+(NTN-B)	De 06,00% até 7,99%	507	2,12%
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	143	0,60%
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.427	5,96%
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	5.275	22,02%
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	428	1,79%
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	6.421	26,80%
Fundos	Quotas de Fundos Invest.	Pós-fixado	9.500	39,66%
			23.956	**100,00%**

e) Instrumentos financeiros por categoria:

31/12/2024	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	%	Recebíveis	%
Ativos financeiros						
Aplicações	2.887.473	100,00%	35.798	100,00%	–	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	36.263	100,00%
Total	2.887.473	100,00%	35.798	100,00%	36.263	100,00%

31/12/2023	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	%	Recebíveis	%
Ativos financeiros						
Aplicações	3.092.097	100,00%	14.456	100,00%	–	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	33.051	100,00%
Total	3.092.097	100,00%	14.456	100,00%	33.051	100,00%

f) Análise da sensibilidade: A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

31/12/2024	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	570.128	547.347	1.805.796	2.923.271
SELIC - % a.a.	12,15	–	12,15	12,15
CDI - % a.a.	–	10,88	–	10,88
Projeção de rentabilidade - próximos 12 meses				

continua →

Eufrázio

ZURICH

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.
CNPJ: 01.206.480/0001-04

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31/12/2024	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Resultado:				
Provável	60.271	50.551	213.404	348.226
Queda 25%	51.953	44.663	184.553	281.169
Queda 50%	34.636	29.776	109.702	174.114
Elevação 25%	86.589	74.439	274.255	435.283
Elevação 50%	103.907	89.327	329.106	522.340

31/12/2023	Títulos públicos	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	504.040	462.966	2.139.547	3.106.553
SELIC - % a.a.	11,65	–	11,65	11,65
CDI - % a.a.	–	13,04	–	13,04
Projeção de rentabilidade - próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	58.721	60.371	249.257	368.349
Queda 25%	44.041	45.278	186.943	276.262
Queda 50%	29.361	30.186	124.629	184.176
Elevação 25%	73.401	75.464	311.571	460.436
Elevação 50%	88.082	90.557	373.886	552.525

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central. Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

7. Outros créditos operacionais e títulos e créditos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a compensar	1.367	1.219
PIS e COFINS a Compensar	6	6
Outros créditos tributários e previdenciários	799	635
Antecipação de IRPJ e CSLL	–	172
Total do imposto de renda e contribuição social	**2.172**	**2.033**

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais, e conciliados para os valores registrados como despesa de cada exercício findo, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos	(3.055)	(3.642)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	1.222	1.457
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(154)	(104)
(2.400) Créditos tributários não constituídos (i)	(1.068)	(1.353)
Outros ajustes	–	(748)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	**(748)**

b) Outros créditos operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Comissões	3.316	10.120
Transitória de Bancos	22.405	19.121
Valores a receber Taxa de Administração Financeira (TAF)	1.951	1.220
Resgates/Portabilidades a recuperar	835	834
Outros Créditos	1.756	1.756
Total Outros Créditos Operacionais	**36.263**	**33.051**

8. Custos de aquisição diferidos

a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros e previdência. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao início de vigência diferido pela maturidade média da carteira, atualmente em 8 anos e 6 meses.

b) Discriminação:

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões seguros	12.109	16.146
Comissões previdência	7.516	8.812
	19.625	**24.958**

c) Movimentação

	31/12/2023	Constituição	Baixa	Amortização	31/12/2024
Comissões seguros	16.146	3.823	(5.108)	(2.752)	12.109
Comissões previdência	8.812	2.489	(2.333)	(1.452)	7.516
Total	**24.958**	**6.312**	**(7.441)**	**(4.204)**	**19.625**

	31/12/2022	Constituição	Baixa	Amortização	31/12/2023
Comissões seguros	14.844	8.346	(4.648)	(2.396)	16.146
Comissões previdência	7.169	4.474	(1.442)	(1.389)	8.812
Total	**22.013**	**12.820**	**(6.090)**	**(3.785)**	**24.958**

9. Obrigações a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Outras obrigações	261	621
Dividendos a pagar	1.124	1.124
Pagamentos a efetuar	12.137	9.665
Total das obrigações a pagar	**13.522**	**11.410**

10. Provisões judiciais e depósitos judiciais

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos, obrigações legais e depósito judicial por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito judicial fiscal - COFINS	4.936	4.685
Total do ativo	**4.936**	**4.685**
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	6.959	6.575
Provisões Cíveis	25	549
Total do passivo	**6.984**	**7.124**

b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações legais:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2024
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais			
PIS/COFINS receitas financeiras	6.575	384	6.959
Provisões Cíveis	549	(524)	25
Saldo de provisões para provisões judiciais	**7.124**	**(140)**	**6.984**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais			
PIS/COFINS receitas financeiras	6.084	491	6.575
Provisões Cíveis	–	549	549
Saldo de provisões para provisões judiciais	**6.084**	**1.040**	**7.124**

PIS/COFINS Receitas Financeiras: Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor a Seguradora o dever de se sujeitar a Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Seguradora. Em março de 2023, foi dado provimento ao Recurso de Apelação da União, o que ensejou a interposição de Recursos Especial e Extraordinário pelas Empresas. Ademais, as Empresas apresentaram pedido de tutela, a qual foi deferida para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas até o juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais. Em julho de 2023, foi proferida decisão negando seguimento ao Recurso Extraordinário e inadmitindo o Recurso Especial, o que ensejou a interposição de Agravo Interno e Agravo em Recurso Especial pelas Empresas. Em outubro de 2023, foi proferida decisão, em sede de juízo de retratação, dando provimento ao Agravo Interno para determinar a devolução dos autos à Turma Julgadora para análise do recurso com base no entendimento do STF firmado no RE 400.479, bem como julgando prejudicado o Agravo em Recurso Especial. Em novembro de 2023, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Atualmente aguarda-se eventual adequação pela Turma Julgadora do TRF da 3ª Região. Prognóstico de Perda: Possível.

11. Provisões técnicas

a) Seguros - circulante e não circulante:

	Provisão matemática de benefícios a conceder, concedidos e excedente financeiro	Provisão de despesa relacionada	Provisão de resgate e outros valores a regularizar	Total
Vida com cobertura de sobrevivência	1.676.389	248	11.612	1.688.249
Total em 31 de dezembro de 2023	**1.676.389**	**248**	**11.612**	**1.688.249**
Vida com cobertura de sobrevivência	1.440.148	167	4.729	1.445.044
Total em 31 de dezembro de 2024	**1.440.148**	**167**	**4.729**	**1.445.044**

b) Previdência complementar - circulante e não circulante:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.443.003	1.402.538
Provisão de prêmios não ganhos	4	4
Provisão matemática de benefícios concedidos	4.210	3.447
Provisão de resgate e outros valores a regularizar	3.612	1.909
Provisão de despesas relacionadas	280	377
Total	**1.451.109**	**1.408.275**

c) Movimentação das provisões técnicas - seguros:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2024
Provisão Mat. Benef. Conceder	**1.675.599**	114.658	(364.485)	(130.904)	144.564	**1.439.432**
Provisão de Excedentes Financeiros	**66**	24	–	(84)	–	**6**
Provisão resgates e outros valores a regularizar	**11.612**	542.280	–	(549.163)	–	**4.729**
Provisão matemática benefícios concedidos	**724**	25	–	(135)	96	**710**
Provisão de despesas relacionadas	**248**	2.206	–	(2.287)	–	**167**
Saldo total	**1.688.249**	**659.193**	**(364.485)**	**(682.573)**	**144.660**	**1.445.044**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2023
Provisão Mat. Benef. Conceder	**1.807.545**	137.533	(293.972)	(173.868)	198.361	**1.675.599**
Provisão de Excedentes Financeiros	**7**	99	–	(40)	–	**66**
Provisão benefício a regularizar	**–**	43	–	(43)	–	**–**
Provisão resgates e outros valores a regularizar	**703**	755.086	–	(744.177)	–	**11.612**
Provisão matemática benefícios concedidos	**765**	–	–	(119)	78	**724**
Provisão de despesas relacionadas	**348**	2.866	–	(2.966)	–	**248**
Saldo total	**1.809.368**	**895.627**	**(293.972)**	**(921.213)**	**198.439**	**1.688.249**

d) Movimentação das provisões técnicas - previdência complementar:

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2024
Provisão matemática de benefícios a conceder	**1.402.538**	171.342	(198.148)	(61.369)	128.640	**1.443.003**
Provisão de prêmios não ganhos	**4**	31	–	(31)	–	**4**
Provisão matemática de benefícios concedidos	**3.447**	997	–	(625)	391	**4.210**
Provisão benefício a regularizar	**–**	94	–	(94)	–	**–**
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	**1.909**	363.646	–	(361.943)	–	**3.612**
Provisão Complementar de Contribuições	–	–	–	–	–	–
Provisão despesas relacionadas	**377**	3.471	–	(3.568)	–	**280**
Saldo total	**1.408.275**	**539.581**	**(198.148)**	**(427.630)**	**129.031**	**1.451.109**

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2023
Provisão matemática de benefícios a conceder	**1.181.852**	181.205	(57.844)	(52.005)	149.330	**1.402.538**
Provisão de prêmios não ganhos	**10**	747	–	(753)	–	**4**
Provisão matemática de benefícios concedidos	**3.508**	174	–	(543)	308	**3.447**
Provisão benefício a regularizar	**2**	–	–	(2)	–	**–**
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	**924**	261.140	–	(260.155)	–	**1.909**
Provisão Complementar de Contribuições	–	–	–	–	–	–
Provisão despesas relacionadas	**511**	4.329	–	(4.463)	–	**377**
Saldo total	**1.186.807**	**447.595**	**(57.844)**	**(317.921)**	**149.638**	**1.408.275**

e) Garantias das provisões técnicas: Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das provisões técnicas	2.896.152	3.096.524
Aplicação em FIE's - Fase de Diferimento/Benefício	(2.887.473)	(3.082.597)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**8.679**	**13.927**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	33.914	13.894
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	1.884	762
Fundos de Investimentos Renda Fixa	–	9.300
Total dos ativos oferecidos em garantia	**35.798**	**23.956**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**27.119**	**10.029**

12. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$71.628 em 31 de dezembro de 2024 (R$71.628 em 2023), está representado em 31 de dezembro de 2024 por 2.041.301 e em 31 de dezembro de 2023 por 1.316.098 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Conforme AGE realizada em 19 de agosto de 2024 a Administração da Seguradora deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 20.000, tal aumento aguarda aprovação da SUSEP, conforme demonstrado na DMPL (Aumento de Capital em Aprovação). b) Reservas de lucros: (i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento do capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve distribuição de dividendos.

d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	69.365	52.689
Ajustes contábeis:		
Despesa antecipada	(135)	(157)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (-)	–	(8.752)
100% do custo de aquisição diferida não relacionada a PPNG	(19.625)	(24.959)
Ajustes econômicos:	–	–
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída	–	–
PLA Total	**49.605**	**18.821**
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	3.007	3.229
Capital adicional baseado no risco de crédito	3.614	3.400
Capital adicional baseado no risco operacional	1.640	1.597
Capital adicional baseado no risco de mercado	246	245
Benefício da diversificação	(1.050)	(1.057)
Capital de risco (b)	**7.457**	**7.414**
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b))	**15.000**	**15.000**
PLA de nível 1 (i)	**47.355**	**16.571**
PLA de nível 2 (ii)	–	–
PLA de nível 3 (iii)	**2.250**	**2.250**
Patrimônio líquido ajustado	**49.605**	**18.821**
Ajustes de excesso do PLA de nível 2 e de nível 3	–	–
Suficiência de capital	**34.605**	**3.821**

(i) PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e "b" do inciso II do caput da resolução 432/21 e alterações posteriores; (ii) PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21 e alterações posteriores; e (iii) PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21 e alterações posteriores, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Rendas de contribuições e prêmios:

	31/12/2024	31/12/2023
VGBL	114.659	137.534
PGBL	171.314	181.205
Total	**285.973**	**318.739**

b) Constituição da provisão de benefícios a conceder:

	31/12/2024	31/12/2023
VGBL	(114.615)	(137.348)
PGBL	(170.303)	(181.150)
Total	**(284.918)**	**(318.498)**

c) Rendas com taxas de gestão e outras taxas:

	31/12/2024	31/12/2023
VGBL	9.510	8.981
PGBL	6.898	6.229
Total	**16.408**	**15.210**

d) Custos de aquisição

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de corretagem	(11.082)	(7.129)
Total dos custos de aquisição	**(11.082)**	**(7.129)**

e) Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(6.509)	(7.189)
Localização e funcionamento	(460)	(504)
Publicidades	–	(12)
Publicações	(112)	(163)
Donativos e contribuições	(367)	(256)
Despesas administrativas diversas	233	(57)
Total das despesas administrativas	**(7.215)**	**(8.181)**

f) Despesas com tributos:

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS e PIS	(903)	(828)
Taxa de fiscalização	(2.378)	(1.648)
Contribuição Sindical	(17)	(3)
Outros Tributos	(116)	(36)
Total das despesas com tributos	**(3.414)**	**(2.515)**

g) Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento das aplicações de renda fixa	2.448	1.686
Rendimento com quotas de fundos	273.478	348.292
Outras receitas financeiras	480	399
Receitas financeiras	**276.406**	**350.377**
Encargos sobre provisões técnicas	(273.641)	(348.135)
Despesas financeiras de renda fixa	(5)	(59)
Despesas financeiras sobre encargos tributários	(1.031)	(1.047)
Outros	(243)	(150)
Despesas financeiras	**(274.920)**	**(349.391)**
Total do resultado financeiro	**1.486**	**986**

14. Partes relacionadas

A Companhia Zurich Financial Services mantém estrutura operacional comum para suas empresas na América Latina. Os custos incorridos com essa estrutura são absorvidos proporcionalmente à receita auferida em cada empresa desta região, com base em termos contratuais. Estão demonstrados os valores relacionados dessa operação, conforme contrato de custo compartilhado das atividades administrativas:

	31/12/2024 Passivo	31/12/2024 Despesas (*)	31/12/2023 Passivo	31/12/2023 Despesas (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(565)	(5.286)	(519)	(6.512)

(*) Referem-se a despesas administrativas tais como folha de pagamento e estrutura predial. a) Remuneração do pessoal-chave da administração: R$4.722 em 31 de dezembro de 2024 (R$5.994 em 2023) refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Brasil Vida e Previdência S.A paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

15. Eventos subsequentes

O aumento de capital deliberado na AGE de 19 agosto de 2024 foi aprovado pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.414, de 23 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de 10 de fevereiro de 2025.

DIRETORES

Edson Luis Franco	Rodrigo Monteiro de Barros	Mariane Bottaro Berselli Marinho	Marcelo Carlos Alvalá
Adriana Heideker	Marcio Benevides Xavier	Fábio José Pereira Leme	Sven Feistel

CONTADOR

Neilton Pereira dos Santos - CRC 1SP 223651/O-2

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

continua ★



→ continuação

COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. - O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2024 em 13 (treze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de Controles Internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de Controles Internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de Controles Internos e compliance, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.**, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos
Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Flávio Roberto Andreani Perondi

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** - São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica no patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	**31/12/2024**
Total de provisões técnicas auditadas	2.896.152
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2024**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	7.457
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**15.000**
3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	49.606
Ajustes Econômicos do PLA	–
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**34.606**
Ativos Garantidores (d)	35.798
Provisões Técnicas Auditadas (e)	2.896.152
Aplicações em FIEs (f)	2.887.473
Total a Ser Coberto (g = e - f)	8.679
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (h = d - g)	**27.119**
4. Demonstrativo dos limites de retenção (Planos SUSEP)	**31/12/2024**
0929, 0977, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0991, 0993, 1329, 1377, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1391	500
Coberturas de morte e invalidez de previdência	500

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora possui saldos relevantes de provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados. No processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros. Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.8. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas e no teste de adequação de passivos foram considerados um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros firmados pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Ambiente de Tecnologia da Informação: A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de Mudanças e Operações de Tecnologia dos Sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendam que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o (s) valor (es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP-034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC - SP300614/O



DOE SANGUE (11) 4573-7800

(11) 4573-7800 / www.prosangue.sp.gov.br / @prosangue

Apoio Folha





arteris
A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

Mensagem do Presidente

Para a Arteris, 2024 foi um ano de grandes realizações, reafirmando nosso compromisso com a modernização viária, segurança no trânsito e sustentabilidade. Investimos R$ 2,19 bilhões em projetos estratégicos, consolidando nossa posição como umas das empresas líderes no setor. Encerramos o ano com sólidos resultados operacionais e financeiros, com tráfego pedagiado de **773,8 milhões de veículos** (+7,8%) e receita de pedágio de **R$ 4,145 bilhões** (+14,7%). O **EBITDA Ajustado** cresceu **40,6%**, atingindo **R$ 3,868 bilhões** e margem de **79,8%** (+6,9 p.p.), enquanto a alavancagem financeira reduziu para **3,06x Dívida Líquida/EBITDA Ajustado** no último trimestre do ano. Entre as principais conquistas, entregamos e consolidamos a operação do **Contorno Viário de Florianópolis**, inaugurado em **9 de agosto de 2024**, a maior obra viária do Brasil e da América Latina nos últimos anos. Com **50 km de pista dupla, 8 túneis e 6 trevos**, o Contorno impulsiona o desenvolvimento regional e a segurança viária. Após 6 meses de operação os números indicam uma redução de **30%** nas fatalidades e 13% nos acidentes na BR-101/SC. Ainda em Santa Catarina, entregamos **o primeiro Ponto de Parada e Descanso (PPD)** para caminhoneiros em uma rodovia federal do Estado, no **km 220 da BR-101/SC**, em Palhoça, que já recebeu mais de 94 mil motoristas e é referência para novas iniciativas da ANTT. Nossas concessões avançaram em modernização e ampliação da infraestrutura. Na **Intervias**, concluímos a faixa adicional na **SP-215**, iniciamos a duplicação da **SP-191** e a 4ª Intervenção de pavimento na Rodovia Anhanguera **(SP-330)**. Na **ViaPaulista**, seguimos com a duplicação da **SP-255, que já tem trechos entregues e em fase de conclusão**, e iniciamos também a duplicação da **SP-318**, além da implantação de novos dispositivos de segurança. Na **Planalto Sul**, iniciamos as obras de faixa adicional na **Serra do Espigão (BR-116/SC)**, entre o km 102,7 e o km 107,6, e finalizamos o trecho de faixa adicional entre o km 95,8 e o km 96,9 **(BR-116/SC)**. Já na **Régis Bittencourt**, concluímos o **Trevo em Desnível no km 312+200 da BR-116/SP**, entre outras melhorias estruturais na rodovia. Na **Fernão Dias** e na **Fluminense**, que estão em processo avançado de otimização contratual, investimos R$ 309 milhões e R$ 106 milhões, respectivamente. Fortalecemos nossa estrutura financeira e regulatória. Celebramos o **Termo Aditivo e Modificativo (TAM nº 01/2024) da Intervias**, prorrogando a concessão até **2039**. No mercado financeiro, captamos **mais de R$ 5 bilhões** em emissões de debêntures. Os processos de **otimização dos contratos de concessão** da **Fluminense, Fernão Dias e Régis Bittencourt** seguem avançando no TCU, enquanto os da **Litoral Sul** e **Planalto Sul** estão em análise no **Ministério dos Transportes e ANTT**. Na **Agenda ESG**, priorizamos o avanço do **Plano de Descarbonização**, reforçamos a eficiência energética e conquistamos a certificação **ISO 14001** na Arteris Régis Bittencourt, que vem somar à Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias, concessionárias que revalidaram a mesma certificação. Recebemos o **Prêmio ANTT Destaques 2024**, na categoria **Gestão de Riscos Climáticos**, pela nossa **Plataforma de Previsão de Deslizamento de Taludes**, da Arteris Planalto Sul. A **segurança viária** continuou no centro da nossa atuação, seguindo nosso compromisso com a **Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU**, buscando reduzir fatalidades em **50% até 2030**. Juntas, nossas **três Áreas de Escape** salvaram mais de **1.200 vidas**, reforçando sua eficácia na prevenção de acidentes graves. Na **governança**, mantivemos nosso compromisso com a ética por meio do **Programa de Integridade**, resultando na recertificação **ISO 37001** e no recebimento do **Selo Pró-Ética, da CGU**. Encerramos o ano com mais um reconhecimento: pelo **segundo ano consecutivo**, conquistamos o selo **"Lugares Incríveis para Trabalhar"**, além de destaque nas categorias **"Mais Incrível em ESG"** e **"Mais Incrível no setor de Serviços Públicos"**. Com avanços estratégicos e solidez financeira, reafirmamos nosso compromisso com a **eficiência operacional, inovação e sustentabilidade**. Seguimos investindo na modernização viária brasileira para um futuro **mais competitivo para o Brasil, mais seguro e sustentável.**

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente da Arteris

Relatório da Administração – 2024

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025 – Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Arteris S.A.** ("Companhia" ou "Arteris") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

■ Destaques – 2024

Acordo Definitivo – Termo Aditivo e Modificativo Intervias: Em Janeiro de 2024 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo (TAM nº 01/2024) entre a Intervias e o Governo do Estado de São Paulo, prorrogando o prazo de concessão da Intervias até o dia 31 de dezembro de 2039 encerrando as ações judiciais propostas pelo Poder Concedente e pela ARTESP para anulação dos Termos Aditivos e Modificativos celebrados em 2006 ("TAMs 2006") aos contratos de concessão da Intervias, Vianorte, Autovias e Centrovias e das ações judiciais propostas pelas Concessionárias com o objetivo de obter a declaração judicial da validade dos TAMs 2006.

12ª Emissão de Debêntures – Autopista Planalto Sul: Em fevereiro de 2024, a concessionária Autopista Planalto Sul realizou a sua 12ª Emissão de Debêntures, no montante de R$ 650 milhões, para investimentos na rodovia, reforço de seu caixa e pré-pagamento de dívidas existentes. A emissão foi dividida em duas séries, a primeira Incentivada nos termos da Lei 12.431, com taxa IPCA + 6,76% a.a. e a segunda Institucional, com uma taxa de CDI + 2,15% a.a.

15ª Emissão de Debêntures – Arteris S.A.: Em abril de 2024, foi realizada a 15ª Emissão de Debêntures da Companhia, no valor de **R$ 1.000 milhões**, com custo de **CDI + 2,40% a.a.** A dívida foi emitida para realizar o pré-pagamento de dívidas existentes da Holding e reforço de caixa.

10ª Emissão de Debêntures – Intervias: Em maio de 2024, a Intervias realizou a 10ª Emissão de Debêntures da Companhia, no total de **R$ 1.100 milhões**, com custo de **CDI + 0,90% a.a.** Essa emissão foi realizada como empréstimo ponte, para o pagamento integral de todas as debêntures da controlada – 5ª, 7ª e 8ª Emissões de Debêntures.

11ª Emissão de Debêntures – Intervias: Em junho de 2024, a Intervias realizou a 11ª Emissão de Debêntures da Companhia, no total de **R$ 2.500 milhões**, com custo de **IPCA + 6,87% a.a.** Essa emissão foi realizada nos moldes da Lei 12.431, voltada para a realização de novos investimentos pela Companhia e para o pagamento integral 10ª Emissão de Debêntures.

Contorno de Florianópolis: No dia 09 de agosto de 2024, a Litoral Sul realizou a cerimônia de entrega e oficializou a **finalização da obra do Contorno de Florianópolis**, a principal obra viária do Brasil e da América Latina nos últimos anos. Com **50 km de pista dupla, 8 túneis, 6 trevos e 44 Obras de Arte Especiais**, a obra promove o **desenvolvimento econômico, social e sustentável, além do aumento da segurança** da região metropolitana de Florianópolis (SC).

Tráfego Pedagiado: Total de **773,8 milhões de veículos equivalente (+7,8%).** O *mix* de veículos equivalentes foi de 71,0% do tráfego representado por veículos pesados e 29,0% por veículos de leves.

Receita de Pedágio: R$ 4.145,5 milhões, crescimento de **14,7%** em relação ao exercício de 2023.

EBITDA Ajustado e Margem: R$ 3.868,6 milhões, acréscimo de **40,6%** e margem de **79,8% (+6,9 p.p.)**.

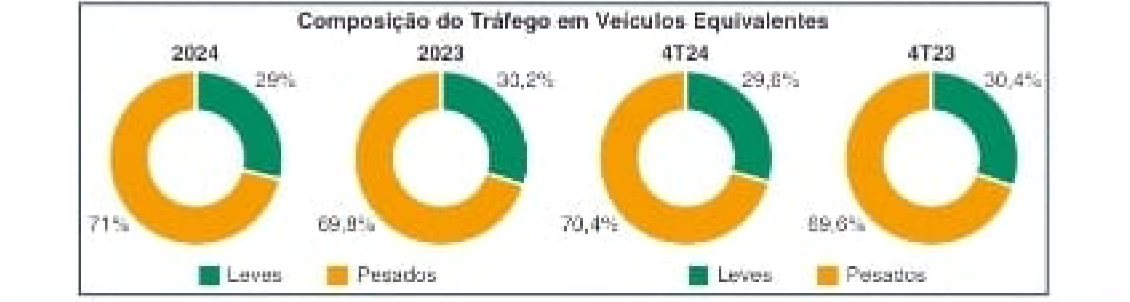
Alavancagem Financeira: O indicador **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado** registrado pela Companhia finalizou o 4T24 em **3,06x**, redução de 0,2x em relação ao 3T24 (3,08x).

■ Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	**199.170**	**186.890**	**6,6%**	**773.840**	**717.655**	**7,8%**
Estaduais	**39.916**	**38.391**	**4,0%**	**159.315**	**147.556**	**8,0%**
Intervias	19.270	18.576	3,7%	77.653	71.218	9,0%
ViaPaulista	20.645	19.815	4,2%	81.662	76.338	7,0%
Federais	**159.254**	**148.499**	**7,2%**	**614.525**	**570.099**	**7,8%**
Planalto Sul	9.515	8.883	7,1%	36.402	34.026	7,0%
Fluminense	13.288	12.400	7,1%	51.607	47.342	9,0%
Fernão Dias	48.114	44.909	7,1%	186.161	172.944	7,6%
Régis Bittencourt	46.089	42.200	9,0%	175.782	162.100	8,4%
Litoral Sul	42.349	40.107	5,6%	164.572	153.686	7,1%

O tráfego pedagiado da Companhia totalizou **773,8 milhões de veículos equivalentes** no exercício de 2024, um aumento de **7,8%** em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, o tráfego foi de **199,2 milhões de veículos equivalentes**, representando um crescimento de **6,6%** na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, a evolução do fluxo de veículos leves e pesados, impactado pelo cenário macroeconômico e pela dinâmica setorial das regiões atendidas. Nas concessionárias estaduais, **Intervias** registrou crescimento de **9,0%** no tráfego em 2024, impulsionado pelo aumento de 11,4% nos veículos pesados e 5,0% nos leves, favorecida por feriados prolongados, eventos regionais e a safra de cana-de-açúcar. A cobrança por eixos suspensos em veículos carregados (MDF-e), iniciada em fevereiro, também contribuiu, assim como o crescimento das exportações de açúcar, melaço e celulose. **ViaPaulista** teve alta de **7,0%**, com avanço de 7,9% nos pesados e 5,4% nos leves, beneficiada pela normalização do fluxo na SP-330, pelo aumento no transporte de grãos, cimento e produtos alimentícios e pela expansão da movimentação de cargas no Porto de Santos. No âmbito das concessionárias federais, o tráfego nas concessões manteve trajetória de crescimento em 2024, impulsionado por fatores como a implementação da cobrança por eixos suspensos em veículos carregados (MDF-e) e o forte desempenho do agronegócio. As exportações de café, açúcar, melaço, celulose e carnes suína e de frango registraram crescimento significativo, refletindo diretamente no aumento do fluxo de veículos pesados. Nos veículos leves, feriados prolongados, férias escolares e eventos regionais contribuíram para o avanço do tráfego, apesar das condições climáticas adversas que impactaram algumas rodovias na região Sul. Entre as concessões, **Fluminense** apresentou o maior crescimento, com alta de **9,0%**, impulsionada pela expansão das exportações e pelo aumento da movimentação nos portos do Rio de Janeiro. **Régis Bittencourt** e **Fernão Dias** registraram crescimento de **8,4%** e **7,6%**, respectivamente, beneficiadas pelo setor avícola, pela indústria extrativa e pelo aquecimento do mercado nos estados do Sul e Sudeste. **Planalto Sul** cresceu **7,0%**, impulsionada pela demanda da Klabin e pelo recorde na exportação de carne suína, enquanto **Litoral Sul**, com alta de **7,1%**, foi favorecida pelo aumento das exportações de frango e celulose, mesmo com as chuvas intensas que afetaram o tráfego na região.



Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	**199.170**	**186.890**	**6,6%**	**773.840**	**717.655**	**7,8%**
Leves	58.914	56.872	3,6%	224.628	216.755	3,6%
Pesados	140.256	130.018	7,9%	549.212	500.900	9,6%

No exercício de 2024, os veículos pesados representaram **71,0%** do tráfego total em veículos equivalentes, enquanto os veículos leves corresponderam a **29,0%**. O crescimento de **9,6%** no tráfego de veículos pesados no período foi impulsionado, principalmente, pelo avanço das exportações de soja, milho e açúcar, além do aumento na movimentação de minérios, como ferro e cimento, e produtos pecuários, com destaque para carnes bovinas e de aves. A forte demanda por esses produtos reforça a relevância dos corredores logísticos sob concessão da Arteris, evidenciando a resiliência do tráfego nos trechos operados, uma vez que o transporte de cargas é menos suscetível a efeitos sazonais e variações pontuais na demanda. No 4T24, os veículos pesados representaram **70,4%** do tráfego total da Arteris, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 2023. Esse desempenho reflete a consistência do fluxo de transporte de cargas, impulsionado por setores estratégicos da economia e pela robustez da infraestrutura viária operada pela Companhia.

Tarifa Média

Tarifa Média (R$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	**5,41**	**5,13**	**5,6%**	**5,36**	**5,04**	**6,3%**
Estaduais	**9,84**	**9,30**	**5,8%**	**9,65**	**9,11**	**5,8%**
Intervias	10,04	9,58	4,8%	9,83	9,41	4,4%
ViaPaulista	9,66	9,04	6,9%	9,48	8,84	7,2%
Federais	**4,30**	**4,05**	**6,3%**	**4,24**	**3,98**	**6,6%**
Planalto Sul	7,96	7,33	8,6%	7,92	7,20	9,9%
Fluminense[1]	4,93	3,94	25,0%	4,68	3,85	21,5%
Fernão Dias	2,91	2,81	3,7%	2,90	2,78	4,3%
Régis Bittencourt	4,00	3,90	2,6%	3,98	3,86	3,3%
Litoral Sul	5,20	4,80	8,1%	5,08	4,79	6,2%
Tarifa Média – Excl. Fluminense	**5,45**	**5,21**	**4,6%**	**5,41**	**5,12**	**5,5%**

[1] ao final do 4T24, a tarifa praticada nas praças de pedágio da Fluminense foi de R$ 7,10

A tarifa média registrada pelas concessionárias da Arteris foi de **R$ 5,36** no exercício de 2024, um crescimento de **6,3%** e **R$ 5,41** no 4T24, um crescimento de **5,6%**, ambos na comparação com o mesmo período de 2023. O crescimento tarifário nas praças de pedágio nos trechos explorados pelas concessionárias da Arteris decorre, principalmente, da variação do IPCA acumulado no período. Além disso, os crescimentos apresentados acima da inflação são derivados de reequilíbrios tarifários advindos da inclusão de obras identificadas como necessárias, mas até então não previstas no contrato de concessão com as agências reguladoras. Por fim, temos que, atualmente, para a Fluminense, a tarifa praticada nas praças de pedágio é de R$ 7,10. Porém, como pode ser visto na tabela, a tarifa média da concessionária registrada foi de R$ 4,68 no exercício de 2024, representando um aumento de 21,5% em relação ao mesmo período de 2023. A diferença tarifária decorre dos efeitos da relicitação dessa concessão, na qual a tarifa praticada nas praças de pedágio é deduzida contabilmente pelo valor que corresponde ao excedente tarifário, o qual trata da diferença entre a "tarifa praticada" e a "tarifa calculada" (esta última, trazendo os efeitos da relicitação sob o ponto de vista regulatório). O valor percebido no fluxo de caixa da concessionária segue sendo de ingresso integral a partir da tarifa praticada, sendo a diferença entre a Receita de Pedágio (reduzida a partir da tarifa calculada) e o ingresso total no fluxo de caixa, reconhecida na linha de Outras Receitas, juntamente à atualização monetária da expectativa de indenização a receber do Poder Concedente no processo de devolução. Dessa forma, ao desconsiderar o efeito do excedente tarifário, ou seja, utilizar a tarifa praticada pela Fluminense ao calcular-se a tarifa consolidada, o crescimento tarifário seria de 25,0% no comparativo trimestral e de 21,5% ao comparar-se os anos. Como pode ser visto na última linha da tabela, ao expurgar a tarifa da Fluminense do cálculo de tarifa média, o valor registrado seria de **R$ 5,41** no exercício de 2024, um acréscimo de **5,5%** em relação ao mesmo período de 2023. Por fim, ressalta-se que a data-base dos reajustes tarifários das concessões federais da Arteris é fevereiro para a Litoral Sul, junho para a Fluminense, e dezembro para Régis Bittencourt, Planalto Sul e Fernão Dias. Já para as concessões estaduais, o reajuste ocorre em julho para a Intervias e novembro para a ViaPaulista.

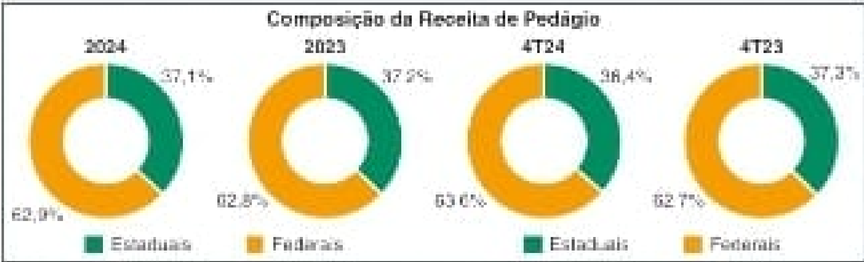
■ Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	**1.461.373**	**1.720.031**	**(15,0%)**	**7.003.160**	**6.326.246**	**10,7%**
Receitas de pedágio	**1.078.347**	**958.083**	**12,6%**	**4.145.462**	**3.615.739**	**14,7%**
Estaduais	392.830	356.984	10,0%	1.536.983	1.344.959	14,3%
Federais	685.517	601.099	14,0%	2.608.479	2.270.780	14,9%
Receitas de Construção	**347.111**	**667.468**	**(48,0%)**	**1.780.916**	**2.222.097**	**(19,9%)**
Receita de Reequilíbrio	–	–	0,0%	**877.955**	–	0,0%
Outras Receitas	**35.915**	**224.901**	**(84,0%)**	**162.912**	**488.410**	**(66,6%)**
Deduções	**(97.982)**	**(87.097)**	**12,6%**	**(375.857)**	**(333.497)**	**12,7%**
Receita Operacional Líquida	**1.363.391**	**1.632.934**	**(16,5%)**	**6.627.303**	**5.992.749**	**10,6%**
Receita Líquida Ajustada[1]	**1.016.280**	**965.466**	**5,3%**	**3.968.432**	**3.770.652**	**5,2%**

[1] Excluindo a Receita de Construção e a Receita de Reequilíbrio

Receita de Pedágio: No exercício de 2024, a Arteris registrou uma Receita de Pedágio consolidada de **R$ 4.145,5 milhões**, representando um crescimento de **14,7%** em relação ao ano anterior. No 4T24, a receita totalizou **R$ 1.078,3 milhões**, com aumento de **12,6%** frente ao mesmo período de 2023. O crescimento observado decorre principalmente do aumento do tráfego de veículos, com destaque para os veículos pesados, além dos reajustes tarifários, que englobaram reequilíbrios e ajustes pela inflação. Outro fator relevante foi a implementação da cobrança por eixo suspenso (MDF-e), iniciada em fevereiro para Intervias, abril para Via Paulista e em maio para as concessionárias federais. No *mix* de receita, as concessionárias **estaduais** representaram **37,1%** do total, enquanto as **federais** corresponderam a **62,9%**.



Receitas de Construção: No exercício de 2024, a Companhia contabilizou **R$ 1.780,9 milhões** em Receita de Construção, uma redução de **19,9%** em relação ao ano anterior. No **4T24**, essa receita totalizou **R$ 347,1 milhões**, representando uma queda de **48,0%** na comparação com o mesmo período de 2023. É importante destacar que a Receita de Construção é uma contabilização obrigatória, sem impacto nos fluxos de caixa da Companhia. Esse valor possui uma contrapartida equivalente nos custos e despesas do período, registrados na linha de **Custos dos Serviços de Construção. Receita de Reequilíbrio:** No exercício de **2024**, a Companhia contabilizou **R$ 878,0 milhões** em **Receita de Reequilíbrio**, decorrente da extensão de prazo concedida à **Intervias** por meio do **"Acordo FIPE" – TAM nº 01/2024.** Esse montante foi integralmente reconhecido no **1T24. Outras Receitas:** Em **2024**, as **Outras Receitas** totalizaram **R$ 162,9 milhões**, uma redução de **66,6%** em relação ao ano anterior. No **4T24**, o montante foi de **R$ 35,9 milhões**, representando uma queda de **84,0%** na comparação trimestral. A retração reflete, principalmente, o menor impacto da remuneração do ativo financeiro da Fluminense, vinculada ao processo de relicitação, conforme previsto na Resolução 5.860/2019. Além disso, a queda no acumulado do ano também se deve à ausência do efeito extraordinário de R$ 143,0 milhões registrado no 1T23, referente a um acordo com uma companhia de telefonia pela utilização passada da faixa de domínio.

Custos e Despesas

R$ mil	4T24	3T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	**(250.727)**	**(281.497)**	**(10,9%)**	**(977.772)**	**(1.019.570)**	**(4,1%)**
Pessoal	(89.619)	(80.806)	10,9%	(346.559)	(328.401)	5,5%
Conservação	(33.660)	(32.195)	4,6%	(125.613)	(127.213)	(1,3%)
Serviços de terceiros	(47.409)	(49.194)	(3,6%)	(185.427)	(188.576)	(1,7%)
Seguros e garantias	(7.447)	(7.308)	1,9%	(28.775)	(28.679)	0,3%
Verba de fiscalização	(23.314)	(21.935)	6,3%	(92.247)	(86.206)	7,0%
Custos com Poder Concedente	(5.849)	(8.909)	(34,3%)	(34.243)	(36.012)	(4,9%)
Outros Custos	(33.429)	(72.148)	(53,7%)	(164.308)	(224.483)	(26,5%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	**(1.743.348)**	**(1.803.562)**	**(3,3%)**	**(4.851.674)**	**(4.527.118)**	**7,2%**
Prov. para Redução ao Valor Recuperável	(832.586)	(752.561)	10,6%	(781.190)	(802.642)	(2,7%)
Custo dos serviços de construção	(347.111)	(667.488)	(48,0%)	(1.780.916)	(2.222.097)	(19,9%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(81.946)	(75.190)	9,0%	(879.204)	(316.767)	177,6%
Depreciação e Amortização	(481.705)	(308.243)	56,3%	(1.410.364)	(1.185.612)	19,0%
Custos e Despesas Operacionais	**(1.994.075)**	**(2.085.059)**	**(4,4%)**	**(5.829.446)**	**(5.546.688)**	**5,1%**

continua ...



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório da Administração

Em **2024**, os **custos e despesas operacionais com impacto no caixa** da Companhia totalizaram **R$ 977,8 milhões**, representando uma redução de **4,1%** em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pela redução de **26,5%** na linha de **Outros Custos**, destacando-se despesas com processos cíveis, trabalhistas e regulatórios. Entre os fatores que contribuíram para essa queda está a assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) das concessões Régis Bittencourt e Fernão Dias, resultando em um estorno de aproximadamente R$ 9,0 milhões em contingências. Os **custos e despesas sem efeito caixa** somaram **R$ 4.851,7 milhões**, apresentando um aumento de **7,2%** no comparativo anual. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na conta de **Depreciação e Amortização**, com destaque para a **Litoral Sul**, onde, em 9 de agosto de 2024, foi inaugurada a obra do Contorno de Florianópolis. Além disso, a **Provisão para Manutenção em Rodovias** registrou um aumento significativo de **177,6%**, impulsionado pela provisão de IFRIC 12, refletindo o efeito recorrente do FIPE na Intervias. No total, somando os custos e despesas operacionais **(com e sem efeito caixa)**, a Companhia registrou **R$ 5.829,5 milhões** no exercício de **2024**, um aumento de **5,1%**. Esse crescimento decorre, predominantemente, de itens contábeis que não impactam os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas. No **4T24**, os custos operacionais **com efeito caixa** totalizaram **R$ 250,7 milhões**, uma redução de **10,9%** em relação ao mesmo período de 2023. Já os custos **sem efeito caixa** somaram **R$ 1.743,4 milhões**, uma queda de **3,3%**, resultando em um total de **R$ 1.994,1 milhões** no trimestre.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(1.129.253)	(509.913)	121,5%	(841.393)	(442.173)	90,3%
(+) Depreciação e Amortização	481.705	308.243	56,3%	1.410.364	1.185.612	19,0%
(+) Resultado Financeiro	413.719	220.236	87,9%	1.276.857	902.737	41,4%
(+) IR e CSLL	84.850	(162.448)	(152,2%)	362.393	(14.503)	(2.598,7%)
EBITDA[1]	**(148.979)**	**(143.882)**	**3,5%**	**2.208.221**	**1.631.673**	**35,3%**
Margem EBITDA[2]	*(14,7%)*	*(14,9%)*	*0,2 p.p.*	*45,6%*	*43,3%*	*2,3 p.p.*
(+) Prov. para Manut. De Rodovias	81.946	75.190	9,0%	879.204	316.767	177,6%
(+) Prov. para Redução ao Valor Recuperável[3]	832.586	752.661	10,6%	781.190	802.642	(2,7%)
EBITDA Ajustado[4]	**765.553**	**683.969**	**11,9%**	**3.868.615**	**2.751.082**	**40,6%**
Margem EBITDA Ajustada	*75,3%*	*70,8%*	*4,5 p.p.*	*79,8%*	*73,0%*	*6,9 p.p.*

[1]: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias. 2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras. 3: Provisão para Redução ao Valor Recuperável: Considera os ajustes realizados para refletir a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*). O total de R$ 781,2 milhões é relativo a Fluminense, Fernão Dias, Regis Bittencourt e Litoral Sul. 4: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. No exercício de 2024, a Arteris registrou um **EBITDA** de **R$ 2.208,2 milhões**, um crescimento de **35,3%** em relação ao ano anterior, com **margem EBITDA de 45,6%** (+2,3 p.p.). O **EBITDA Ajustado** totalizou **R$ 3.868,6 milhões** (+40,6%), com **margem EBITDA ajustada de 79,8%**. Esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento do tráfego nas concessionárias, pelos reajustes tarifários, além do controle dos custos caixa por meio de iniciativas de eficiência operacional. Adicionalmente, os resultados refletem os efeitos do **"Acordo FIPE" – TAM nº 01/2024**, que resultou na extensão do prazo da concessão da Intervias e no reconhecimento da receita operacional de reequilíbrio. No 4T24, a Companhia reportou um **EBITDA negativo de R$ 148,9 milhões**, impactado pelo reconhecimento da **Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos** – uma métrica contábil sem efeito caixa – realizada nas concessões **Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul**. Já o **EBITDA Ajustado** do trimestre foi de **R$ 765,6 milhões** (+11,9%). A Arteris considera o **EBITDA Ajustado** a métrica mais representativa para a geração de caixa da Companhia e de suas subsidiárias, uma vez que esse indicador exclui os efeitos da Provisão para Manutenção de Rodovias e da Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Longo Prazo, itens que afetam o resultado contábil, mas não impactam os fluxos de caixa.

Depreciação e Amortização

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Depreciação e Amortização	**481.705**	**308.243**	**56,3%**	**1.410.364**	**1.185.612**	**19,0%**

A **depreciação e amortização** da Companhia totalizou **R$ 1.410,4 milhões** no exercício de **2024**, um crescimento de **19,0%** em relação ao ano anterior. Esse aumento está diretamente relacionado à entrada em operação do **Contorno de Florianópolis**, inaugurado no **3T24**, impactando a base de ativos depreciáveis da Companhia. No **4T24**, a depreciação e amortização somou **R$ 481,7 milhões**, um aumento de **56,3%** em relação ao **4T23**, refletindo o mesmo efeito da incorporação do Contorno de Florianópolis ao ativo intangível.

Resultado Financeiro

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Financeiro	**(413.718)**	**(220.236)**	**87,9%**	**(1.276.856)**	**(902.737)**	**41,4%**
Receitas financeiras	69.219	51.039	35,6%	253.661	241.922	4,9%
Despesas financeiras	(482.933)	(271.225)	78,1%	(1.530.497)	(1.144.605)	33,7%
Variação cambial, líq.	(4)	(50)	(92,0%)	(20)	(54)	(63,0%)

O **resultado financeiro** da Arteris totalizou **R$ 1.276,9 milhões** no exercício de **2024**, um crescimento de **41,4%** em relação ao ano anterior. No **4T24**, o resultado financeiro foi de **R$ 413,7 milhões**, representando um aumento de **87,9%** em relação ao **4T23**. A variação observada deve-se às novas captações realizadas ao longo do ano, bem como ao aumento dos indexadores no período, especialmente o IPCA, que acumulou alta de 4,83% em 2024.

IR e CSLL

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
IR e CSLL	**(84.851)**	**162.448**	**(152,2%)**	**(593.802)**	**14.503**	**(2.598,7%)**
Corrente	(32.678)	(72.994)	(55,2%)	(231.488)	(279.190)	(17,1%)
Diferido	(52.173)	235.442	(122,2%)	(130.325)	293.693	(144,6%)

No exercício de 2024, a Arteris contabilizou R$ 503,8 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, um aumento de 2.598,7% em relação a 2023. No 4T24, o valor registrado foi negativo em R$ 84,9 milhões.

Resultado Líquido

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Líquido	**(1.129.253)**	**(509.913)**	**121,5%**	**(841.393)**	**(442.173)**	**90,3%**

No exercício de 2024, a Arteris registrou um resultado líquido negativo de R$ 841,4 milhões, impactado, principalmente, pelo aumento de custos e despesas sem efeito caixa, com destaque para a Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos, reconhecida no 4T24. No último trimestre do ano, o resultado líquido negativo foi de R$ 1.129,3 milhões, refletindo o impacto dessa provisão, conforme mencionado anteriormente.

■ Endividamento

R$ mil	4T24	3T24	Δ%
Dívida Bruta	**14.483.653**	**14.556.130**	**(0,5%)**
Curto Prazo	1.325.030	1.067.112	24,2%
Longo Prazo	13.158.623	13.489.018	(2,4%)
Posição de Caixa	**2.655.638**	**2.903.835**	**(8,5%)**
Caixa e equivalentes de caixa	2.218.329	2.427.447	(8,6%)
Aplicações financeiras vinculadas[1]	437.309	476.388	(8,2%)
Dívida Líquida	**11.828.015**	**11.652.295**	**1,5%**

[1]: Curto e Longo Prazo

No exercício de 2024, a Arteris encerrou o período com uma **dívida bruta de R$ 14.483,7 milhões**, mantendo-se estável em relação ao **3T24**, com uma **variação negativa de 0,5%**. A **dívida líquida** totalizou **R$ 11.828,0 milhões**, um aumento de **1,5%** no comparativo trimestral. O indicador **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado** registrado pela Companhia finalizou o 4T24 em **3,06x**, redução de **0,2x** em relação ao 3T24 **(3,08x)**.



*sem considerar custos da transação

Conforme ilustrado no gráfico acima, o cronograma de amortização da **dívida bruta** da Companhia está majoritariamente concentrado no **longo prazo**, distribuído entre a **Holding** e as **Concessionárias Estaduais e Federais**.



Do total da **dívida bruta** da Arteris, **81,1%** estão alocados em **emissões de debêntures**, **11,0%** correspondem a **contratos com o BNDES**, e **7,8%** são provenientes de **linha de crédito 4131 e Notas Comerciais**. Quanto à composição dos indexadores, **66,5%** da dívida está atrelada ao **IPCA**, **32,7%** ao **CDI**, e **0,7%** à **TJLP**.

■ Investimentos Realizados

R$ Mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Autovias	3	254	(98,8%)	1.157	1.678	(31,0%)
Centrovias	55	16	243,8%	296	148	100,0%
Intervias	89.074	25.232	253,0%	206.645	87.224	136,9%
Vianorte	3	5	(40,0%)	845	458	84,5%
ViaPaulista	75.247	66.839	12,6%	267.541	248.739	7,6%
Estaduais	**164.382**	**92.346**	**78,0%**	**476.484**	**338.247**	**40,9%**
Planalto Sul	39.702	20.516	93,5%	159.898	94.871	68,5%
Fluminense	25.352	35.086	(27,8%)	105.087	128.829	(18,4%)
Fernão Dias	59.025	101.853	(42,0%)	300.311	328.351	(5,8%)
Régis Bittencourt	49.951	39.233	27,3%	200.437	185.964	7,8%
Litoral Sul	116.030	282.573	(58,9%)	916.318	1.206.763	(24,1%)
Federais	**290.060**	**479.271**	**(39,5%)**	**1.691.961**	**1.945.778**	**(13,0%)**
Estaduais + Federais	**454.442**	**571.617**	**(20,5%)**	**2.168.445**	**2.284.025**	**(5,1%)**
Outros invest. e ajustes de cons.	5.113	4.297	–	23.327	31.326	–
Total Ajustado	**459.555**	**575.914**	**(20,2%)**	**2.191.772**	**2.315.351**	**(5,3%)**

Em 2024, a Arteris investiu **R$ 2.191,8 milhões**, representando uma redução de **5,3%** em relação ao exercício de 2023. Essa variação reflete, principalmente, a conclusão da obra do **Contorno de Florianópolis** no **3T24**, reduzindo o volume de investimentos direcionado à concessionária responsável pelo projeto. Entre os principais destaques do ano, **Intervias** registrou um aumento de **136,9%** nos investimentos, impulsionada pela conclusão da obra da **Implantação da Faixa Adicional** localizada na Rodovia **SP-215** entre os km 105+385 ao km 108+772 localizada no município de Descalvado/SP. **Planalto Sul** teve crescimento de **68,5%**, com a execução das **obras de implantação da faixa adicional** entre o km 95+800 ao 98+900 da **BR-116/SC** e deu início às **obras de faixa adicional na Serra do Espigão** do km 102+700 ao 107+600 da BR116/SC, enquanto a **ViaPaulista** ampliou seus investimentos em **7,6%**, com a **Duplicação da SP-255** (km 48 ao km 77,1) e da **SP-318** (km 249 ao km 280). As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos do Grupo foram destinados, são as seguintes: **Fluminense:** Ao longo do exercício, a Concessionária cumpriu o cronograma de execução das obras de 21 pontos de sinistros localizados ao longo da Rodovia destacando a recuperação do talude do km 151 e km 164, além da recuperação da drenagem do km 251. Também avançamos com o pré-obra de diversos investimentos importantes. **Fernão Dias:** A concessionária concluiu a implantação de 2,3 km de barreiras de concreto e 9,3 km de defesas metálicas em 2024. Outras melhorias estão sendo executadas na rodovia no ano de 2024 como a continuidade das obras de Terceira Faixa do trecho São Paulo, localizada na Rodovia BR-381, além da conclusão de 11 pontos de Sinistros localizados ao longo da Rodovia. Também avançamos com o pré-obra de diversos investimentos importantes, como a Área de Escape do KM 525, os Dispositivos das KMs 849, 874, 893 938, e 13 segmentos de Ruas Laterais totalizando 8,75 km. **Régis Bittencourt:** A Concessionária realizou melhorias na rodovia no ano de 2024, como a conclusão da implantação de Trevo em Desnível no km 312+200 da BR-116/SP, além de 2 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SP). **Planalto Sul:** Durante o ano de 2024, a concessionária realizou melhorias na rodovia como a implantação da faixa adicional entre o km 95+800 ao 96+900BR116/SC e deu início às obras de faixa adicional na Serra do Espigão do km 102+700 ao 107+600 da BR-116/SC. Além disto, foi concluída a recuperação de 5 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC). **Litoral Sul:** O Contorno de Florianópolis, uma das maiores e mais importantes obras rodoviárias do país, foi iniciado em maio de 2014 e deu início a sua operação em 10/08/2024. Esta obra de aproximadamente 50 km é composta por pistas duplas, 8 túneis, 14 pontes, 20 passagens em desnível, 6 trevos, e 44 obras de arte especiais, representando um marco na infraestrutura rodoviária nacional. Com um investimento total de R$ 3,9 bilhões, o Contorno foi projetado para melhorar significativamente a mobilidade e a fluidez do trânsito na Grande Florianópolis, desviando o tráfego de longa distância do trecho urbano da BR-101. A obra envolveu também soluções de engenharia inovadoras para superar desafios geológicos e ambientais. Durante o ano de 2024, no trecho que faz interseção com a BR-101 Norte, as atividades de terraplenagem, pavimentação e as obras de arte especiais foram finalizadas, incluindo viadutos e passagens em desnível, e o trecho está em pleno funcionamento. No trecho intermediário destaca-se a conclusão da pavimentação dos Trevos estratégicos nos KMs 192, 204 e 215+380, o quais já estavam em operação plena, garantindo maior segurança e agilidade no tráfego. Este trecho também abriga importantes passagens de nível e estruturas concluídas, proporcionando conexões essenciais para a região. No trecho Sul, os túneis 1, 2 e 3 foram integralmente concluídos, incluindo as obras complementares de ventilação e iluminação, oferecendo um controle inteligente com eficiência energética. As interseções com a BR-282 e BR-101 Sul, juntamente com o viaduto no KM 225+163, foram finalizadas, garantindo a integração plena do contorno com as principais vias da região. Abaixo alguns destaques: • Foram movimentados aproximadamente 18 milhões de m³ de terra e utilizadas 667 vigas pré-moldadas e 186 mil m³ de concreto • A tecnologia empregada na pavimentação, com os sistemas SYTECH e MOBA, garantiu índices de qualidade superior, com o IRI (Índice de Irregularidade Internacional) final em 1,0 m/km, bem abaixo da obrigação contratual de 2,7 m/km. Com o Contorno de Florianópolis, a mobilidade regional foi transformada, reduzindo congestionamentos, promovendo maior segurança e otimizando os tempos de viagem. Este projeto se consolida como um exemplo de planejamento e execução bem-sucedida na infraestrutura brasileira. Além disto, em 2024, a Concessionária concluiu a implantação do PPD (Posto de Parada e Descanso) localizado no Km 219 da BR101/SC e a implantação da Passarela do km 205+100BR101/SC além de ter dado início a implantação da Passarela no Km 202+300BR101/SC. Também foi dado seguimento nas obras do Trevo do Km 108+300 da BR101/SC. Além disto, foi realizada a recuperação de 11 pontos de sinistros ao longo da Rodovia. **ViaPaulista:** Em 2024, foi iniciada a obra de Duplicação da rodovia SP-318, entre o km 240 e o km 280, nos municípios de São Carlos/SP e Rincão/SP. A obra inclui a implantação de sete novos dispositivos nos km 249+100, km 253+130, km 259+130, km 263+840, km 274+300, km 277+900 e km 279+300, além da remodelação de um dispositivo existente no km 269+050. Também está em andamento a obra de Duplicação da rodovia SP-255, do km 48 ao km 77, com a implantação de dois dispositivos de acesso localizados nos km 56+900 e km 65+060, entre os municípios de Guatapará/SP e Araraquara/SP. Além disso, haverá a remodelação de cinco dispositivos existentes ao longo deste trecho e a execução de uma OAE localizada no km 53+790, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2025. Outras melhorias foram realizadas na rodovia em 2024, incluindo a conclusão de vários pontos de sinistros ao longo do trecho. Além dessas obras, avançamos com o pré-obra de outros investimentos importantes, com início de obra prevista para 2025. **Intervias:** Em 2024 a concessionária concluiu a obra de Implantação da Faixa Adicional localizada na Rodovia SP-215 entre os km 105+385 ao km 108+772 localizada no município de Descalvado/SP, além da conclusão de 13 pontos de Sinistros localizados ao longo de sua malha. Também foi iniciada a obra de Implantação da Duplicação da Rodovia SP-191 localizada entre os km 52+700 ao km 70+200 entre os municípios de Araras/SP e Rio Claro/SP. A obra inclui a implantação de um novo dispositivo localizado no km 57+100 e duas OAE's localizadas nos km 62+700 e km 68+600. No que se refere a pavimento, foi iniciada a 2ª Fase da 4ª Intervenção de Pavimento da SP 330, entre os municípios de Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, km 158+500 ao 240+500.

Previsão de Investimentos Futuros

4T24			
Concessionária	**Intervias**	**ViaPaulista**	**Total**
Previsão de Investimentos	**2025 a 2039**	**2025 a 2047**	
Melhorias na Infraestrutura	570.259	4.649.527	**5.219.786**
Recuperações/Manutenções	2.745.061	1.894.791	**4.639.852**
Total	**3.315.320**	**6.544.318**	**9.859.638**

Base Monetária: dezembro/2024

4T24						
Concessionária	**Planalto Sul**	**Fluminense**	**Fernão Dias**	**R. Bittencourt**	**Litoral Sul**	**Total**
Previsão de Investimentos	**2025 a 2033**	**2025 a 2025**	**2025 a 2033**	**2025 a 2033**	**2025 a 2033**	
Melhorias na Infraestrutura	807.256	53.158	1.368.837	1.743.788	412.816	**4.385.855**
Recuperações/Manutenções	236.684	32.901	340.873	296.491	685.706	**1.592.655**
Total	**1.043.940**	**86.059**	**1.709.710**	**2.040.279**	**1.098.522**	**5.978.510**

Base Monetária: dezembro/2024

■ Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Arteris, norteando as decisões da Alta Liderança, que sempre considera os impactos reais e potenciais nos âmbitos ambiental, social e de governança (ESG) relacionados às suas operações. Nesse contexto, a gestão sustentável dos negócios reflete o compromisso da empresa com um comportamento ético e íntegro, respeitando não apenas os recursos naturais e a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, mas também as pessoas envolvidas nesse processo. Para alcançar esses objetivos, promovemos a diversidade e a inclusão, além de garantir a segurança viária, do trabalho e no ambiente cibernético, tanto para colaboradores quanto para usuários, sempre com base na ética e transparência. Esses compromissos são incentivados e disseminados em todas as unidades da empresa e em toda a cadeia de valor, estando alinhados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Tanto

continua ...

arteris



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório da Administração

internamente quanto externamente, as iniciativas, metas e indicadores sustentáveis da Arteris estão fundamentados na sua Agenda ESG, estruturada em três eixos estratégicos interligados e complementares: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, e Governança, Transparência e Accountability. Essa Agenda está alinhada à estratégia dos acionistas e conta com um Comitê Específico, conforme a governança da companhia. A conclusão do triênio 2022-2024 da Agenda ESG apresenta importantes avanços e conquistas de metas, consolidando a trajetória da Arteris rumo a uma atuação cada vez mais sustentável no setor de infraestrutura rodoviária. Abaixo, destacamos alguns dos nossos principais resultados em 2024: A descarbonização foi a principal prioridade, com avanços significativos em estudos e projetos-piloto para a proteção da atmosfera e a implementação do nosso Plano de Descarbonização, que inclui estudos de alternativas para a redução das emissões, em especial o fomento ao consumo de combustíveis renováveis na frota de veículos leves da companhia e a implantação a operação de um guincho 100% elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias. Temos investido na eficiência energética por meio da junção de diversos projetos que geram economia de energia e de custos: a consolidação das 25 mil lâmpadas de LED instaladas; a continuidade da instalação de painéis solares em localidades estratégicas, totalizando 20% do consumo total de energia elétrica por meio de fontes renováveis próprias; além da migração de unidades para o Mercado Livre de Energia e a certificação da empresa como consumidora de 100% de energia elétrica por meio de fontes renováveis, a partir da aquisição de certificados IRECs. Fomos reconhecidos com o Prêmio ANTT Destaques 2024, na categoria Gestão de Riscos Climáticos, pela Plataforma de Previsão de Deslizamento de Taludes da Arteris Planalto Sul. Esta solução inovadora antecipa riscos climáticos e deslizamentos, garantindo maior segurança para os usuários e proteção ao meio ambiente. Em relação à conservação da biodiversidade, a Arteris já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, equivalente a 1.553 hectares reflorestados, desde o início de suas operações. O plantio foi realizado como compensação ambiental pelas obras e intervenções realizadas, sendo planejado para maximizar os benefícios aos serviços ecossistêmicos, como a ampliação de áreas de preservação permanente (APPs) ao longo dos rios e a criação de corredores ecológicos para a fauna silvestre. A Arteris Régis Bittencourt conquistou a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), unindo-se às concessões da Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias, que também revalidaram a certificação. Este processo garante que nosso sistema de gestão ambiental atende às normas vigentes e reflete nossa maturidade no tema, além de ser um importante instrumento de transparência para nossos stakeholders. No campo da segurança viária, a Arteris se comprometeu com a 1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU, com a meta de reduzir em 50% as fatalidades no trânsito entre 2011 e 2030. Na primeira década, superamos a meta com uma redução de 51% e renovamos nosso compromisso até 2030. Apesar do aumento no número de fatalidades nos últimos anos, observamos a redução do indicador IF3, que mede a taxa de fatalidade por veículo, refletindo a correlação entre o aumento do tráfego e o risco de acidentes. Isso demonstra que nossas ações têm gerado resultados positivos, embora fatores como o comportamento humano e mudanças na legislação também influenciem os números. Neste sentido a companhia está sempre buscando por iniciativas estratégicas voltadas a pontos críticos em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e mortes. A construção das três Áreas de Escape de emergência é apenas um exemplo disso: os dispositivos previnem acidentes graves e, desde a sua implementação, mais de 1.200 vidas já foram salvas. Com relação à nossa força de trabalho e o indicador de Segurança do Trabalho, temos o destaque do sucesso do Centro de Controle de Segurança e Operação (CCSO) com aproximadamente 17.000 interações desde a sua implementação no ano anterior. Os principais resultados foram o suporte para sinalização vertical e horizontal, o posicionamento do veículo de proteção, sinalização luminosa culminando numa considerável redução de 41% das invasões de zonas de trabalho. Isso demonstra o olhar para a segurança do trabalho, seja com colaboradores internos ou terceirizados. Em governança, a Arteris manteve seu compromisso com a ética por meio do Programa de Integridade, prevenindo e detectando rapidamente atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta. Como resultado, recebemos a recertificação ISO 37001 e o Selo Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União (CGU). Ao longo do ano, também atualizamos o Código de Conduta da Arteris, incorporando avanços em Inteligência Artificial e melhorias em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão. Nosso programa de Diversidade e Inclusão se expandiu, com diversas rodas de conversa e a participação em feiras de empregabilidade para vagas afirmativas, além da publicação de duas edições do Relatório de Transparência e Equidade Salarial. Lançamos também a nossa Política de Direitos Humanos, reafirmando nosso compromisso com a responsabilidade social, ética e transparência. É importante lembrar que marcamos a história com a entrega do Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra de infraestrutura rodoviária brasileira e de Santa Catarina dos últimos anos. Este corredor expresso, que desvia o tráfego de longa distância da região metropolitana de Florianópolis, contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, reduzindo o tempo de viagem, melhorando o fluxo de tráfego e aumentando a segurança viária. Nos primeiros dias de operação, observamos uma redução de 30,1% nos acidentes e 9,4% nas vítimas, reforçando o nosso compromisso com a preservação da vida. Todas as atividades realizadas no Contorno Viário estiveram alinhadas às condicionantes ambientais, e a obra foi projetada para minimizar os impactos ao meio ambiente. Técnicas de engenharia como a redução do canteiro central, uso de muros de contenção, estratégias geotécnicas e túneis reduziram em cerca de 25 hectares a supressão de Mata Atlântica. Finalmente, a Arteris foi premiada, pelo segundo ano consecutivo, com o selo "Lugares Incríveis para Trabalhar", além de ser reconhecida nas categorias "Mais Incrível em ESG" e "Mais Incrível no setor de Serviços Públicos. Com esses avanços, podemos afirmar que 2024 foi um ano de importantes conquistas nos três eixos estratégicos que orientam a nossa gestão. A sustentabilidade é uma jornada contínua, baseada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas. Com foco no futuro, seguimos executando nossa Agenda ESG, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura rodoviária nas regiões em que atuamos e em todo o Brasil.

■ Informações Divulgadas pela Abertis

As demonstrações contábeis e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que as regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados, determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Partícipes en Brasil S.A., Companhia controladora de 82,3% da Arteris. A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia é medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representando o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, sendo calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

■ Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2024, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.014.766	415.407	2.018.567	1.246.350
Aplicações financeiras	5	58.722	2.855	199.762	28.263
Contas a receber	6	–	–	233.885	226.836
Contas a receber – partes relacionadas	19	51.922	37.539	432	326
Despesas antecipadas		1.323	595	19.426	18.670
Impostos a recuperar	7	38.256	50.228	63.448	86.244
Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	7	–	–	36.845	–
Adiantamentos a fornecedor		40	181	724	909
Juros sobre o capital próprio	19	56.048	63.639	–	–
Dividendos a receber	19	36.988	98.169	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	9	–	–	143.327	57.346
Outros créditos		858	934	3.255	10.392
Total do ativo circulante		**1.258.923**	**667.547**	**2.719.671**	**1.675.336**
Não Circulante					
Ativo financeiro	10	–	–	895.201	904.404
Aplicações financeiras vinculadas	9	–	–	293.982	278.312
Impostos a recuperar	7	180.063	134.797	302.413	221.570
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	19	2.839.033	2.723.422	–	–
Adiantamento a fornecedor	17	–	–	34.323	35.673
Despesas antecipadas		52	76	12.868	15.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	933.528	961.229
Depósitos judiciais	22	5.474	5.525	90.305	89.844
Outras contas a receber	6	–	–	8.048	14.528
Total do ativo realizável a longo prazo		**3.024.622**	**2.863.820**	**2.570.758**	**2.520.499**
Investimentos em controladas e coligadas	11	6.291.856	7.250.395	19	19
Direito de uso	12	50.070	37.771	182.108	178.403
Imobilizado	13	9.554	10.606	44.602	50.649
Intangível	14	89.585	77.990	14.681.187	8.972.184
Infraestrutura em construção	14	–	–	710.754	5.559.783
Total do ativo não circulante		**9.465.687**	**10.240.582**	**18.189.428**	**17.281.537**
Total do Ativo		**10.724.610**	**10.908.129**	**20.909.099**	**18.956.873**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	302.342	13.169	434.906	236.267
Debêntures	16	429.560	546.002	890.124	1.263.546
Fornecedores	17	11.357	11.333	217.497	311.186
Arrendamento mercantil a pagar	18	3.349	866	75.039	73.997
Obrigações sociais		68.101	44.972	128.611	102.405
Obrigações fiscais		3.173	3.091	61.240	57.506
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	40.068	64.055
Contas a pagar – partes relacionadas	19	30	261	–	–
Cauções contratuais	17	1.975	1.688	103.351	102.069
Taxa de fiscalização		–	–	7.825	7.391
Credores pela concessão	21	–	–	1.224	2.988
Provisão para manutenção em rodovias	22	–	–	476.896	223.593
Provisão para investimentos em rodovias	22	–	–	86.409	99.665
Outras contas a pagar		3.311	7.214	61.734	53.980
Total do passivo circulante		**823.198**	**628.396**	**2.584.924**	**2.598.648**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	794.467	1.049.306	2.296.562	2.516.076
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	19	1.823.321	1.581.946	–	–
Debêntures	16	2.837.632	2.482.673	10.863.061	8.310.648
Arrendamento mercantil a pagar	18	52.103	41.273	123.518	120.554
Obrigações fiscais		97.918	86.773	283.218	226.807
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	22	1.594	4.841	100.550	131.088
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	103.224	–
Provisão para manutenção em rodovias	22	–	–	737.507	430.549
Provisão para investimentos em rodovias	22	–	–	250.583	214.166
Provisão para passivo a descoberto	11	727.355	624.784	–	–
Outras contas a pagar		6.600	6.602	6.600	6.602
Total do passivo não circulante		**6.341.070**	**5.877.998**	**14.763.833**	**11.956.490**
Total do Passivo		**7.164.268**	**6.506.394**	**17.348.757**	**14.555.138**
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	5.353.848	5.353.848	5.353.848	5.353.848
Prejuízos acumulados		(1.771.235)	(929.842)	(1.771.235)	(929.842)
Ajustes de avaliação patrimonial		(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido		**3.560.342**	**4.401.735**	**3.560.342**	**4.401.735**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**10.724.610**	**10.908.129**	**20.909.099**	**18.956.873**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo do exercício por ação básico e diluído)*

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita Operacional Líquida	24	–	–	6.627.303	5.992.749
Custo dos Serviços Prestados	25	–	–	(4.800.325)	(4.437.713)
Outras Receitas					
Equivalência patrimonial	11	(442.370)	(201.254)	–	–
(Prejuízo) Lucro Bruto		**(442.370)**	**(201.254)**	**1.826.978**	**1.555.036**
(despesas) Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	25	(23.267)	(29.953)	(255.196)	(324.659)
Provisão para redução ao valor recuperável	10/14	–	–	(781.190)	(802.642)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		1.174	6.405	7.265	18.326
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**(464.463)**	**(224.802)**	**797.857**	**446.061**
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	26	408.411	521.132	253.661	241.922
Despesas financeiras	26	(785.321)	(738.470)	(1.530.498)	(1.144.605)
Variação cambial, líquida	26	(20)	(33)	(20)	(54)
		(376.930)	**(217.371)**	**(1.276.857)**	**(902.737)**
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(841.393)**	**(442.173)**	**(479.000)**	**(456.676)**
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	8	–	–	(231.468)	(279.190)
Diferidos	8	–	–	(130.925)	293.693
Prejuízo do Exercício		**(841.393)**	**(442.173)**	**(841.393)**	**(442.173)**
Prejuízo Atribuído A					
Participação de controladores		**(841.393)**	**(442.173)**	**(841.393)**	**(442.173)**
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	28			**(1,1066)**	**(0,5815)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social integralizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido individual
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5.353.848**	**(22.271)**	**(487.669)**	**4.843.908**
Prejuízo do exercício	–	–	(442.173)	(442.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.353.848**	**(22.271)**	**(929.842)**	**4.401.735**
Prejuízo do exercício	–	–	(841.393)	(841.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.353.848**	**(22.271)**	**(1.771.235)**	**3.560.342**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social integralizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido individual
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5.353.848**	**(22.271)**	**(487.669)**	**4.843.908**
Prejuízo do exercício	–	–	(442.173)	(442.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.353.848**	**(22.271)**	**(929.842)**	**4.401.735**
Prejuízo do exercício	–	–	(841.393)	(841.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.353.848**	**(22.271)**	**(1.771.235)**	**3.560.342**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais – R$)*

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(841.393)	(442.173)
Total do resultado abrangente do exercício	**(841.393)**	**(442.173)**
Prejuízo atribuído a		
Participação de controladores	(841.393)	(442.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais – R$)*

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(841.393)	(442.173)
Total do resultado abrangente do exercício	**(841.393)**	**(442.173)**
Prejuízo atribuído a		
Participação de controladores	(841.393)	(442.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua ...

Eufrázio



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

Demonstração dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita de serviços prestados	–	–	4.145.462	3.615.739
Receita de serviços de construção	–	–	1.780.916	2.222.098
Outras receitas	1.293	7.001	206.234	507.088
Receita de reequilíbrio	–	–	877.955	–
Juros capitalizados	–	–	253.909	410.997
	1.293	**7.001**	**7.264.476**	**6.755.922**
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos serviços prestados	–	–	(284.272)	(286.674)
Custo dos serviços de construção	–	–	(1.780.916)	(2.222.097)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(224)	(4.580)	(156.268)	(166.553)
Redução ao valor recuperável	–	–	(781.190)	(802.642)
Custo da concessão	–	–	(156.248)	(151.938)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	–	–	(879.204)	(316.787)
Outros	(1.299)	(5.213)	(43.993)	(102.669)
	(1.523)	**(9.793)**	**(4.082.091)**	**(4.049.340)**
Valor Adicionado Bruto	(230)	(2.792)	3.182.385	2.706.582
Depreciações e Amortizações	(21.466)	(19.893)	(1.410.364)	(1.185.612)
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)	**(21.696)**	**(22.685)**	**1.772.021**	**1.520.970**
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(442.370)	(201.254)	–	–
Receitas financeiras	408.411	521.132	253.661	241.922
Outros	(20)	(33)	(20)	(54)
	(33.979)	319.845	253.641	241.868
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(55.675)**	**297.160**	**2.025.662**	**1.762.838**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	211	205	264.503	251.887
Benefícios	40	55	65.075	60.661
FGTS	12	12	15.907	15.851
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais (incluindo IOF)	22.467	28.828	548.536	163.671
Estaduais	–	–	86	81
Municipais	–	–	213.514	187.907
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	521.686	460.308	1.368.862	1.115.597
Juros capitalizados BNDES	–	–	38.503	47.465
Juros capitalizados debêntures	–	–	138.283	218.375
Aluguéis	11	17	2.271	2.828
Outras	12.544	17.456	210.448	136.688
Remuneração de capitais próprios:				
Juros – debêntures privadas e mútuos	228.747	223.472	(77.123)	(145.157)
Juros capitalizados sobre mútuos	–	–	77.123	145.157
Integralização de capital:				
Prejuízo do exercício	(841.393)	(442.173)	(841.393)	(442.173)
	(55.675)	**297.160**	**2.025.662**	**1.762.838**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo do exercício		(841.393)	(442.173)	(841.393)	(442.173)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	25	21.466	19.893	1.410.364	1.185.612
Provisão para perdas estimadas	25	–	–	3.501	1.072
Baixa de ativos permanentes		–	–	71	242
Baixa de ativos por direito de uso		–	(8)	–	2.041
Redução ao valor recuperável	14	–	–	631.491	750.808
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	130.925	(293.693)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		–	(1.001)	(42.962)	(46.039)
Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas		(103.662)	(231.930)	(77.123)	(145.157)
Juros e variações monetárias de empréstimos	15	137.198	81.226	263.023	192.235
Juros e variações monetárias de debêntures	16	394.488	388.083	1.103.949	927.362
Perda/(ganho) operação Swap		–	–	(877.955)	–
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	26	4.736	4.538	110.004	67.499
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	22	1.139	4.765	18.510	81.726
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	22	6	–	10.422	5.873
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	22	–	–	879.204	316.767
Equivalência patrimonial	11	442.370	201.254	–	–
Processo relicitação – Lei 13.448/17	10	–	–	108.300	204.786
Remuneração do ativo financeiro	10	–	–	(147.251)	(295.181)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		–	–	(4.070)	(18.363)
Contas a receber – partes relacionadas		(9.928)	(13.306)	(106)	(190)
Despesas antecipadas		(704)	4.560	1.415	5.613
Impostos a recuperar		(27.474)	(43.819)	(69.597)	(32.885)
Outros créditos		76	171	7.137	301
Depósitos judiciais		51	4.074	54	8.547
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(10.914)	(5.430)	(87.965)	185.314
Fornecedores – partes relacionadas		(231)	251	(5.524)	869
Cauções contratuais de fornecedores		328	30	(425)	(4.801)
Obrigações sociais		23.129	11.750	26.206	12.588
Obrigações fiscais		24.826	58.320	309.989	314.064
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(1)	(275.836)	(204.715)
Provisão para passivo a descoberto		102.571	116.097	–	–
Utilização provisão de manutenção		–	–	(392.600)	(268.694)
Credores pela concessão		–	–	(1.764)	397
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		(4.202)	(3.221)	(59.470)	(49.965)
Taxa de Fiscalização		–	–	434	553
Custo de transação – empréstimo		(1.456)	(3.526)	(76.544)	42.411
Pagamento de juros		–	–	(1.109.411)	(1.066.001)
Outras contas a pagar		(3.905)	2.479	7.752	13.512
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**138.514**	**153.878**	**1.150.755**	**1.452.254**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisições de itens do ativo imobilizado	13	(1.929)	(194)	(5.650)	(9.045)
Aquisições de itens do intangível	14	(21.398)	(31.132)	(1.808.125)	(2.306.306)
Aplicação financeira vinculada		–	–	(809.809)	(534.317)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		–	60.413	726.582	571.576
Adições aos investimentos		(551.000)	(1.846.668)	–	–
Recebimento de juros sobre o capital próprio		30.049	32.883	–	–
Recebimento de dividendos		463.825	130.607	–	–
Aplicação Financeira		(55.867)	96.738	(171.499)	515.350
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(136.320)**	**(1.557.353)**	**(2.068.501)**	**(1.762.742)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Empréstimos e financiamentos:					
Pagamento arrendamento mercantil	18	(7.960)	(8.296)	(111.350)	(106.814)
Captações de empréstimos	15	–	1.050.112	150.000	1.140.112
Pagamento empréstimos – principal	15	–	–	(275.427)	(203.313)
Pagamento empréstimos – juros		(103.598)	(81.776)	–	–
Liberação de empréstimos empresas ligadas	19	(23.200)	(118.400)	–	–
Recebimento empréstimos empresas ligadas – principal	19	163.459	504.800	–	–
Recebimento empréstimos empresas ligadas – juros	19	28.541	539.924	–	–
Captações de empréstimos empresas ligadas	19	700.000	40.000	–	–
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal	19	(5.201)	(88.428)	–	–
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – juros	19	(9.005)	(39.043)	–	–
Emissão de debêntures	16	1.000.000	700.000	5.250.000	700.000
Pagamentos debêntures – principal	16	(784.315)	(545.764)	(3.323.260)	(1.005.253)
Pagamentos debêntures – juros	16	(359.478)	(346.833)	–	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**597.165**	**1.626.296**	**1.689.963**	**524.732**
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		599.359	222.821	772.217	214.244
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**415.407**	**192.586**	**1.246.350**	**1.032.106**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		**1.014.766**	**415.407**	**2.018.567**	**1.246.350**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto Operacional

A Arteris S.A. ("Sociedade" ou "Controladora") é uma Sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC, e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. As demonstrações contábeis da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais: • Exploração direta, indireta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras, serviços públicos e/ou operação e manutenção de infraestrutura em geral através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões; • Realização de estudos, consultoria e assistência técnica relacionadas às atividades descritas no item acima. • Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e • Participação em outras Sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar Sociedades nacionais ou estrangeiras. Relação de entidades controladas – Brasil: As demonstrações contábeis consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
Controlada	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Indireta	Participação Direta
Autovias S.A. "Autovias"	–	100%	–	100%
Centrovias Sistema Rodoviários S.A. "Centrovias"	–	100%	–	100%
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. "Intervias" (*)	–	100%	49%	51%
Vianorte S.A. "Vianorte"	–	100%	–	100%
ViaPaulista S.A. "ViaPaulista"	–	100%	–	100%
Autopista Planalto Sul S.A. "Planalto Sul"	–	100%	–	100%
Autopista Fluminense S.A. "Fluminense"	–	100%	–	100%
Autopista Fernão Dias S.A. "Fernão Dias"	–	100%	–	100%
Autopista Régis Bittencourt S.A. "Regis Bittencourt"	–	100%	–	100%
Autopista Litoral Sul S.A. "Litoral Sul"	–	100%	–	100%
Arteris Participações S.A. (*)	–	100%	–	100%

(*) A Arteris Participações S.A., constituída em 2015, domiciliada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, tem por objetivo a participação em outras Sociedades simples ou empresárias como sócia, acionista ou quotista, podendo representar Sociedades nacionais ou estrangeiras. Em novembro de 2015, a Arteris S.A. transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias. Em 31 de outubro de 2024, a Arteris Participações foi incorporada ao patrimônio da Arteris S.A. Após essa operação, a Arteris S.A. passou a deter 100% das ações da controlada Intervias. Os saldos incorporados no exercício de 2024 foram os seguintes com base na data de 31 de outubro de 2024:

Arteris Participações S.A.
(Em milhares de reais – R$)

Ativo	31/10/2024	**Passivo e Patrimônio Líquido**	31/10/2024
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	9.961	Fornecedores	15
Despesas antecipadas	8	Obrigações fiscais	5
Impostos a recuperar	2.025	**Total do passivo circulante**	**20**
Antecipação de IR e CS sobre lucros	3		
Total do ativo circulante	**11.997**		
Não Circulante		**Patrimônio Líquido**	**117.129**
Investimentos em controladas e coligadas	105.152		
Total do ativo não circulante	**105.152**		
Total do Ativo	**117.149**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**117.149**

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgadas na nota explicativa nº 2.

2 Concessões

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2024, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais. Concessionárias estaduais – Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024: Em 10 de janeiro de 2024 foi celebrado o "Acordo Definitivo Coletivo" por meio do Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024 entre suas controladas Intervias, Vianorte S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., e Autovias S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP "Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transportes do Estado de São Paulo". O Acordo Definitivo Coletivo estabelece, como destaque: (i) O encerramento das ações judiciais propostas pelo Poder Concedente, ARTESP, Arteris e pelas concessionárias que discutiam a validade dos TAMs 2006; (ii) A preservação, de forma irrevogável e irretratável, do prazo de vigência estabelecido pelo TAM 2006 para a controlada Intervias; e (iii) O encontro de contas relativos aos recálculos dos TAMs 2006 gerou os seguintes valores:

	Créditos (débitos) das controladas (a)	Reequilíbrio por meio de extensão do prazo (b)	Créditos (débitos) remanescentes das controladas (a + b) (c)	Créditos (débitos) das controladas (d)	Créditos (débitos) remanescentes (c + d) (e)
Centrovias	9.782	–	**9.782**	(1.990.556)	**(1.980.774)**
Intervias	2.096.312	(877.955)	**1.218.357**	1.734.556	**2.952.913**
Autovias	(11.588)	–	**(11.588)**	(775.102)	**(786.691)**
Vianorte	4.637	–	**4.637**	(616.535)	**(611.898)**
Total	**2.099.143**	**(877.955)**	**1.221.188**	**(1.647.637)**	**(426.449)**

(a) Crédito líquido em favor da controlada Intervias gerado em razão do encontro de contas relativos aos recálculos do TAM 2006 conforme cláusulas 3.3 a 3.6 do Acordo Definitivo. (b) Reequilíbrio mediante extensão de prazo da concessão da controlada Intervias até 31 de dezembro de 2039, nos termos da cláusula 3.7. do Acordo Definitivo e cláusula 7.1.III.a, do Acordo Preliminar firmado em 20 de setembro de 2022, gerando a obrigação de realizar investimentos relacionados à manutenção dos níveis de serviço nos sistemas rodoviários, bem como para a aquisição de veículos, equipamentos e sistemas vinculados à operação. Os valores desses investimentos serão objeto de discussão no decorrer das análises para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios. (c) Crédito remanescente em favor da controlada Intervias, conforme cláusula 4.1 inciso IV do Acordo Definitivo. (d) Débito da controlada Intervias com o Poder Concedente gerado em razão do encontro de contas relativos aos recálculos do TAM 2006 conforme cláusula 2.1 do Acordo Definitivo. (e) Conforme mencionado na cláusula 4.2, o débito remanescente da controlada Intervias será integralmente quitado quando da conclusão dos cálculos dos eventos de desequilíbrio previstos para ocorrer ao final do ano contratual 28 ou seja, 31 de dezembro de 2028. Não há provisão do débito remanescente uma vez que conforme mencionado no inciso VIII do artigo 1º do TAM 01/2024 existem desequilíbrios pendentes de apuração de valores, que após apurados, a estimativa da Administração e conforme consta na cláusula 4.2, é que sejam superiores ao débito remanescente. Em decorrência do Acordo Definitivo Coletivo, a Controlada Intervias registrou em seu resultado, na constituição inicial na assinatura do acordo, o montante de R$877.955 na rubrica de receita de reequilíbrio, vide nota explicativa nº 24, o montante de R$463.710 na rubrica de provisão de manutenção, referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias, vide nota explicativa nº 22 e o montante de R$140.843 de impostos diferidos. Para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios a ARTESP criou um grupo de trabalho com representantes de cada diretoria da ARTESP e com a participação de representantes das concessionárias. **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A.**: A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. A Intervias iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo original de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 – Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 – Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SP(165/330 – Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 – Rodovia Wilson Finardi; SP215 – Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 – Rodovia Anhanguera e SP352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos

continua ...

Eufrázio



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Conforme determinado pelo TAM acima mencionado, de nº 14/06, em sua Cláusula Terceira, os investimentos necessários à manutenção dos níveis de serviço e os novos investimentos além dos previstos no edital de licitação original, necessários para o período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão, deverão ser estabelecidos em forma e critério a serem descritos em instrumento convocatório a ser emitido pela agência reguladora, quando da tratativa sobre esse tema, para que haja também as necessárias aprovações técnicas e jurídicas da ARTESP e dessa forma seja estabelecido o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. Sendo assim, a Intervias vem mantendo tratativas com a respectiva agência reguladora sobre o tema e aguarda a emissão do termo convocatório pela ARTESP a fim de, em cumprimento ao redigido na Cláusula Terceira do TAM nº 14/06, definir quais investimentos e intervenções na rodovia deverão ser realizados bem como seus cronogramas de execução e os devidos reflexos no reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. A Intervias informa também, que tais investimentos são sempre executados em forma de ciclos, e que o último ciclo previsto originalmente no contrato de concessão para esse tipo de serviço foi finalizado no biênio 2019/2020. Porém, todos os serviços relativos aos trabalhos de conserva rotineira da rodovia serão mantidos de forma recorrente, para que os níveis de serviços das rodovias que compõe o lote de concessão sejam mantidos, prezando pela segurança e conforto dos usuários, até que, conforme mencionado, ocorra a definição por parte da ARTESP dos novos ciclos de investimentos a serem realizados. Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico – financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028. O Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 01/2024, de 10 de janeiro de 2024, mencionado inicialmente nesta nota explicativa, concedeu extensão de prazo de concessão para a Intervias, até 31 de dezembro de 2039. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Tosello: • Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32. Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi: • Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72. Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira; • Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17. Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras; • De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi. **Vianorte S.A.:** A Vianorte S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Via Anhanguera km 312,2, Pista Norte. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. Em conformidade ao que determina ofício OF.DGR. 0054/18 da ARTESP, às 24 horas do dia 17 de maio de 2018 a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Vianorte continua com as tratativas junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Esse período também objetiva a obtenção de resposta a pleitos referentes a desequilíbrios contratuais ainda não reconhecidos pela ARTESP. Em 10 de janeiro de 2024, conforme mencionado inicialmente nesta nota explicativa, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 01/2024, qual detalha o desequilíbrios aceitos e respectivas contrapartida financeira por parte do Poder Concedente. Desde o dia 17 de maio de 2018 quando o contrato de concessão encerrou, a Vianorte deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência, não afetando a comparabilidade com o exercício atual. **Autovias S.A.:** A Autovias S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. No dia 03 de julho de 2019, às 24 horas, a Autovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 10 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Autovias continua com as tratativas junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Esse período também objetiva a obtenção de resposta a pleitos referentes a desequilíbrios contratuais ainda não reconhecidos pela ARTESP. Em 10 de janeiro de 2024, conforme mencionado inicialmente nesta nota explicativa, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 01/2024, qual detalha o desequilíbrios aceitos e respectivas contrapartida financeira por parte do Poder Concedente. Desde o dia 03 de julho de 2019 quando o contrato de concessão encerrou, a Autovias deixou de operar as rodovias, entrando em um período de dormência. **Centrovias Sistema Rodoviários S.A.:** A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. No dia 3 de junho de 2020, às 24 horas, a Centrovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 08 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 01/2019. No entanto, a Centrovias continua com as tratativas junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Esse período também objetiva a obtenção de resposta a pleitos referentes a desequilíbrios contratuais ainda não reconhecidos pela ARTESP. Em 10 de janeiro de 2024, conforme mencionado inicialmente nesta nota explicativa, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 01/2024, qual detalha o desequilíbrios aceitos e respectivas contrapartida financeira por parte do Poder Concedente. Desde o dia 3 de junho de 2020, quando o contrato de concessão encerrou, a Centrovias deixou de operar as rodovias, entrando em um período de dormência. **ViaPaulista S.A.:** A ViaPaulista S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. A ViaPaulista iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359 – ARTESP – 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a ViaPaulista. Em outubro de 2017 a ViaPaulista pagou ao Poder Concedente, quando da assinatura do contrato, o valor de R$1.277.229, sendo R$237.326 referente à primeira parcela da outorga e R$1.039.903 referente ao ágio ofertado. De acordo com o item 8.1, do anexo XVIII, do Contrato de Concessão, a ViaPaulista tinha a garantia da transferência do trecho remanescente da Autovias em até 18 meses da data da assinatura do termo de transferência inicial que se deu em 22 de novembro de 2017. Com isso, a agência teria o prazo até 21 de maio de 2019 para entrega total do trecho remanescente para a ViaPaulista. Contudo, face aos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos a favor da Autovias conforme citado, o trecho foi entregue à ViaPaulista em 04 de julho de 2019 e o período de 22 de maio a 03 de julho de 2019 (pós vencimento 18 meses de garantia dada pela Agência para entrega do trecho remanescente da Autovias) será reequilibrado conforme disposto no item 8.3 do citado anexo. Em 04 de julho de 2019 foi assinado o Termo de Transferência do Sistema Remanescente, conforme descrito nos anexos 2 e 18 do Contrato de Concessão Rodoviária nº 0359 – ARTESP – 2017, em que o sistema rodoviário atualmente sob gestão da Concessionária Autovias S.A, composto pela Rodovia SP 255 do km 2+800 ao 83+200; Rodovia SP 318 km 235+400 ao 280; Rodovia SP 330 km 240+500 ao 318+500; Rodovia SP 334 km 318 ao 406; Rodovia SP 345 km 13+500 ao 36+000 foi transferido ao controle da ViaPaulista S.A. em conformidade com os autos do Processo Administrativo ARTESP nº 026.533/2016. Nesta data foi adicionado ao sistema rodoviário mais 5 praças de pedágio referente ao sistema remanescente. Em 08 de novembro de 2024 a ARTESP publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE-SP o reconhecimento da ocorrência de desequilíbrio do contrato de concessão pelo atraso de 43 dias na transferência do Sistema Remanescente, referente ao Lote 10 – Autovias, Contrato de Concessão nº 009/CR/1998. O desequilíbrio econômico-financeiro reconhecido resultou em crédito a favor da controlada ViaPaulista no montante de R$13.112 (treze milhões, cento e doze mil reais), em Valor Presente Líquido (VPL), na base março de 2016, considerando a TIR contratual estabelecida de 8,2396%, conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP. A liquidação do desequilíbrio será por meio da redução da outorga variável de 3% para 0%, a partir do mês de novembro de 2024. Dessa forma, a Sociedade deixará de pagar o ônus variável até que o valor total do desequilíbrio aprovado pela ARTESP seja compensado. A forma e início da liquidação foi autorizada por medida cautelar expedida pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI através de ofício nº 0049448418/2024 de 11 de dezembro de 2024. Essa medida cautelar permanecerá em vigor enquanto não houver decisão sobre o correspondente reequilíbrio definitivo. A ViaPaulista está em plena operação desde 04 de fevereiro de 2020, quando do início de trafegabilidade e operação de sua última praça de pedágio, localizada no km 254+374 da Rodovia Thales Lorena de Peixoto (SP-318), no município de São Carlos. A ViaPaulista assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • Duplicação de 275 km de rodovias; • Implantação de 14,5 km de terceira faixa; • Pavimentação de 14 km de acessos em terra; • Implantação de 66,9 km de ciclovias; • Implantação de 47,2 km de acostamentos; • Construção de 47 dispositivos de retorno; • Construção de 39 passarelas; • Construção de 11 praças de pedágio; • Construção de 17 SAU's; • Construção de 2 Áreas de Descanso de Caminhoneiros; • Construção de 2 Paradas de Cargas Especiais; • Implantação de 2 Postos Gerais de Fiscalização; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Obrigações contratuais: Em decorrência do contrato de concessão, as concessionárias estaduais reconhecem o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 14 e nº 21, respectivamente. Conforme estabelecido no contrato de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes da controlada Intervias, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio. Para a controlada ViaPaulista, as tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA, no mês de novembro de cada ano. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência do modelo de contrato da ViaPaulista, pela execução da fiscalização da concessão, a ARTESP fará jus ao recebimento de um valor mensal, pago pela ViaPaulista, equivalente a 3% (três por cento) sobre a totalidade da receita bruta percebidas pela ViaPaulista no mês imediatamente anterior ao pagamento. O valor anual pago a título de verba de fiscalização, no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi de R$23.092 (R$20.031 em 31 de dezembro de 2023). Investimentos: As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos – melhorias na infraestrutura e recuperações e manutenções – conservas especiais, até o final dos contratos de concessão. Essas valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período da concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	31/12/2024					
Natureza dos custos	Autovias Previsão de 2025	Centrovias Previsão de 2025	Intervias Previsão de 2025 a 2039	Vianorte Previsão de 2025	ViaPaulista Previsão de 2025 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	–	–	570.259	–	4.649.527	5.219.786
Conserva especial	–	–	2.745.061	–	1.894.791	4.639.852
	–	–	3.315.320	–	6.544.318	9.859.638

	31/12/2023					
Natureza dos custos	Autovias Previsão de 2024	Centrovias Previsão de 2024	Intervias Previsão de 2024 a 2028	Vianorte Previsão de 2024	ViaPaulista Previsão de 2024 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	–	–	13.545	–	4.753.512	4.767.057
Conserva especial	–	–	402	–	1.696.311	1.696.713
	–	–	13.947	–	6.449.823	6.463.770

Concessionárias federais: Termos de Ajustes de Conduta – TAC com ANTT "Agência Nacional de Transportes Terrestres": A controlada Litoral Sul está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no Contrato de Concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. A Sociedade e sua controlada avaliaram os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade e sua controlada não esperam que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Sociedade e sua controlada seguem avaliando esse tema e, manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema. No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade controlada Planalto Sul e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na fluidez e aumento do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Com base nessas estimativas a Sociedade controlada realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade controlada de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. Em 05 de janeiro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na modalidade Multas – TAC Multas entre a controlada Fluminense e a ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa. O valor de referência do presente TAC Multas após o desconto de 40% é de R$125.825, que corresponde ao somatório das penalidades pecuniárias previstas no âmbito dos processos administrativos não transitado em julgado. Com base nos valores das multas negociadas com a ANTT, resultaram em um desconto de R$83.883, no entanto o impacto no resultado da controlada Fluminense foi de R$50.300 refletindo o ajuste às estimativas das contingências regulatórias administrativas já deduzidas do ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 10. No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a controlada Régis Bittencourt e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas da controlada Régis Bittencourt realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a controlada Régis Bittencourt de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a controlada Fernão Dias e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e intersecções que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a controlada Fernão Dias realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a controlada Fernão Dias de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. Repactuações das concessões federais: A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023, do Ministério dos Transportes, estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantem conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão das controladas Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul e Planalto Sul, e, respectivamente, nas datas 30 de agosto de 2023, 05 de dezembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023 para as últimas três controladas, foram protocolados os pedidos de otimização junto à ANTT, aos quais foram aceitos e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema. **Autopista Planalto Sul S.A.:** A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 km de duplicação de rodovia; • 48,3 km de terceira faixa; • 13,72 km de vias laterais; • Construção de 11 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação ou reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. **Autopista Fluminense S.A.:** A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252-RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 176,6 km de duplicação da rodovia; • 3,8 km de vias laterais; • 28,3 km de variantes e contornos; • Construção de 17 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Relicitação: Em continuidade ao protocolo do pedido de adesão ao processo de relicitação divulgado em 19 de maio de 2020, no qual foi comunicada a intenção da Fluminense de aderir ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a ANTT e a Concessionária Autopista Fluminense S.A., que, tomou ciência em 09 de setembro de 2021 de que a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento da relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9957/19, o processo foi remetido para o Ministério da Infraestrutura, que, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação. Ainda em cumprimento ao trâmite previsto no Decreto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("CPPI"), que, aos 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Em 21 de março de 2022, foi assinado pelo Presidente da República, o Decreto de nº 11.005 que qualificou no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("PPI"), o trecho concedido para fins de relicitação. Em 15 de junho de 2022, a ANTT publicou no Diário Oficial da União ("DOU"), a Deliberação de nº 201/2022, aprovando a celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a concessionária Autopista Fluminense S.A., estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. O prazo final de vigência do 2º termo aditivo é de 24 meses contados da data de publicação do Decreto de nº 11.005 de 21 de março de 2022. O prazo de transição do processo de relicitação poderá ser prorrogado mediante deliberação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI com anuência expressa da Fluminense. Durante o período de transição que se inicia com a assinatura do 2º termo aditivo, até a entrega da concessão ao novo operador, todos os serviços de atendimento aos usuários, prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário e mantidos no Anexo I do termo aditivo, continuarão a ser prestados e realizados normalmente, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. Termo aditivo nº 003/2024: O CPPI aprovou a resolução nº 299 no dia 12 de março de 2024 que previu a possibilidade da prorrogação do processo de relicitação por mais 24 meses a contar da data de 21 de março

continua ...

arteris Fernão Dias | arteris Fluminense | arteris Litoral Sul | arteris Planalto Sul | arteris Régis Bittencourt | arteris Intervias | arteris ViaPaulista



arteris
A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2024. Ato contínuo, em 20 de março de 2024 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a Fluminense e ANTT. O referido documento tem por objeto o que segue: (i) Prorrogar o prazo de vigência do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 21 de março de 2024. (ii) Definir o valor da tarifa a ser praticada e da tarifa calculada na vigência deste Termo Aditivo, das quais passaram a ser respectivamente R$6,90 (seis reais e noventa centavos) e R$4,73846 (quatro reais, setenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis centésimos de milésimos), com data-base de junho de 2023. A tarifa calculada será base para o cálculo do excedente tarifário considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais. (iii) Durante a vigência do Termo Aditivo, a Fluminense deverá continuar a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia conforme anexo I deste Termo Aditivo. A Administração da Fluminense avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que os impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em decorrência dos fatos acima descritos, refletem as mudanças no modelo de negócio, de acordo com norma ICPC 01 (R1 – Contratos de Concessão), uma vez que a Fluminense passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), conforme apresentado na nota explicativa nº 10. A Sociedade e sua controlada manterão os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a estes temas. Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*): A Fluminense testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o advento do processo de relicitação, onde o prazo de concessão foi reduzido para 36 meses, com término em 21 de março de 2025, a Fluminense segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve alterações nos indicadores que necessitassem a revisão das projeções sobre o fluxo de caixa futuro da Fluminense referente a provisão já reconhecida. No entanto, dada a experiência de outras companhias, e o atual estágio do processo de relicitação, a Sociedade considera a possibilidade desse processo se estender além dos próximos 12 meses, razão pela qual a controlada Fluminense optou por manter o saldo do ativo financeiro no ativo não circulante. A assinatura do TAC Multas, fundamentado nos valores das multas negociadas com a ANTT, gerou um impacto positivo de R$50.300 no resultado da controlada Fluminense. Esse valor reflete o ajuste nas estimativas das contingências regulatórias administrativas já deduzidas do ativo financeiro, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. O montante foi contabilizado na rubrica "Reversão da provisão para redução ao valor recuperável". **Autopista Fernão Dias S.A.:** A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida de execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 38 km de terceira faixa; • 54,26 km de vias laterais; • 8,5 km de variantes/contornos; • Construção de 50 passarelas; • Construção de 8 praças de pedágio; • Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia; • Implantação de 6 trevos em desnível em pista dupla; • Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas; • Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto; • Implantação de 1 retorno operacional; • Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4; • Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio; • Adicional de 48 km de terceiras faixas. Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*): A Fernão Dias testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento do econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Fernão Dias segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos, no montante de R$94.150 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$16.655 em 31 de dezembro de 2023), essa provisão foi registrada no resultado da Fernão Dias sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 14. **Autopista Régis Bittencourt S.A.:** A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia; • 30 km de terceira faixa; • 55 km de vias laterais; • 26,4 km de variantes e contornos; • Construção de 51 passarelas; • Construção de 6 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Em 15 de fevereiro de 2024 a controlada Regis Bittencourt celebrou o 4º aditivo de contrato de concessão cujo objeto foi a exclusão do trecho rodoviário compreendido entre o Km 266+900 e o Km 275+450 da BR-116/SP, do Programa de Exploração da Rodovia – PER do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2007. Com essa alteração o trecho administrado pela controlada passou de 401,6 Kms para 395,06 Kms. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará por meio de Revisão Extraordinária de Tarifa de Pedágio a ser realizada após a conclusão da apuração dos impactos econômico-financeiros da exclusão dos serviços de conservação, monitoramento e operação. A exclusão se deu por iniciativa do Poder Concedente em atendimento ao pedido formulado pelo município de Taboão da Serra-SP para municipalização da administração do trecho em questão. Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*): A Regis Bittencourt testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento do econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Regis Bittencourt segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos, no montante de R$101.961 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$11.729 em 31 de dezembro de 2023), essa provisão foi registrada no resultado da Regis Bittencourt sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 14. **Autopista Litoral Sul S.A.:** A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na rua Francisco Munhoz Madrid, 625. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida de execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceira faixa; • 79,7 km de vias laterais; • 94,7 km de variantes e contornos; • Construção de 39 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Em 09 de agosto de 2024, a Sociedade controlada Litoral Sul inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível. Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*): A Litoral Sul testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento do econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Litoral Sul segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade do registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos, no montante de R$535.380 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$722.423 em 31 de dezembro de 2023). Essa provisão foi registrada no resultado da Litoral Sul sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 14. Obrigações contratuais: Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da Publicação em Diário Oficial da União. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço da tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável. O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	1.846	15.076
Fluminense	2.665	666
Fernão Dias	7.916	64.647
Régis Bittencourt	8.436	68.804
Litoral Sul	6.424	52.463
	27.287	**201.746**

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como: • Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. • Assumir integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. • Assumir integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. • Assumir integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. • Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. • Apresentar anualmente as demonstrações contábeis auditadas para a ANTT e publicá-las. As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

31/12/2024

Natureza dos custos	Planalto Sul Previsão de 2025 a 2033	Fluminense Previsão de 2025 a 2025	Fernão Dias Previsão de 2025 a 2033	Régis Bittencourt Previsão de 2025 a 2033	Litoral Sul Previsão de 2025 a 2033	Total
Melhorias na infraestrutura	807.256	53.158	1.368.837	1.743.788	412.816	4.385.855
Conserva especial	236.684	32.901	340.873	296.491	685.706	1.592.655
	1.043.940	**86.059**	**1.709.710**	**2.040.279**	**1.098.522**	**5.978.510**

31/12/2023

Natureza dos custos	Planalto Sul Previsão de 2024 a 2033	Fluminense Previsão de 2024 a 2024	Fernão Dias Previsão de 2024 a 2033	Régis Bittencourt Previsão de 2024 a 2033	Litoral Sul Previsão de 2024 a 2033	Total
Melhorias na infraestrutura	900.398	113.495	1.384.406	1.463.794	1.231.513	5.093.606
Conserva especial	275.089	66.829	334.889	314.699	716.437	1.707.943
	1.175.487	**180.324**	**1.719.295**	**1.778.493**	**1.947.950**	**6.801.549**

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível".

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, identificadas como Controladora. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional do Grupo Arteris. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, o Grupo Arteris utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Arteris e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração do Grupo Arteris avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 22. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão: O Grupo Arteris reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo Arteris reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) Estimativas: Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: O Grupo Arteris reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 22. Impostos diferidos: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. O Grupo Arteris determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas, pelo Grupo Arteris, de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A partir de 01 de janeiro de 2024 entraram em vigor as seguintes alterações dos CPC's: • Alterações ao CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). • Alterações ao CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão do Grupo Arteris está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo Arteris que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional do Grupo Arteris pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional do Grupo Arteris pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de

continua ....

arteris



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Passivos financeiros – classificação como circulante e não circulante: A Sociedade avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, a sociedade avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O Grupo Arteris amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, O Grupo Arteris mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Arteris. O Grupo Arteris determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo Arteris optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 13, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 14. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, o Grupo Arteris revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, o Grupo Arteris não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R$240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas de contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo Arteris. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: o Grupo Arteris é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pelo Grupo Arteris durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das demonstrações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Arteris, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-Over, LFT-Over, LTN-Over e NTN-B, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures e BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionado em notas explicativas correlatas. As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17 Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração do Grupo Arteris que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade e de suas controladas. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 23. **4.19 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que o Grupo Arteris não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20 Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. b) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5 Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e contas bancárias	54	772	24.040	64.113
Aplicações financeiras (a)	1.014.712	414.635	1.994.527	1.182.237
	1.014.766	415.407	2.018.567	1.246.350

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos (b)	58.722	2.855	199.762	28.263
	58.722	2.855	199.762	28.263

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,78% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,09% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-Over, LFT-Over, LTN-Over e NTN-B, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

continua ...

arteris Fernão Dias | arteris Fluminense | arteris Litoral Sul | arteris Planalto Sul | arteris Régis Bittencourt | arteris Intervias | arteris ViaPaulista



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a Receber e Outras Contas a Receber

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	225.455	–	205.724	–
Cupons de pedágio a receber (a)	1.877	–	2.961	–
Cartões de pedágio a receber (b)	878	–	2.723	–
Receitas acessórias a receber (c)	9.220	7.916	12.232	14.420
Outras receitas a receber	105	132	106	108
Regulatórios a receber – Poder Concedente	–	–	4.249	–
Provisão para perdas esperadas (d)	(3.653)	–	(1.159)	–
	233.885	**8.048**	**226.836**	**14.528**

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos, e receitas acessórias judicializadas. (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente. Em 31 de dezembro de 2024, foram provisionados para perdas esperadas o montante de R$3.501 e baixados o montante de R$1.101 (R$1.159 de provisão em 31 de dezembro de 2023). Cronograma de recebimento:

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	231.789	8.048	220.626	14.528
Créditos vencidos até 60 dias	320	–	627	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	678	–	156	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1.098	–	117	–
Créditos vencidos há mais de 181 dias	3.650	–	6.469	–
	237.535	**8.048**	**227.995**	**14.528**

A Sociedade e suas controladas avaliam o risco da inadimplência da contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avaliam a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avaliam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. As controladas, conforme mencionado no item (d), identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas estimadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7 Impostos a Recuperar

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	211.827	180.405	352.219	289.163
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	–	–	92
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	6.472	4.594	8.918	7.564
	218.299	**184.999**	**361.137**	**296.819**
Programa de Integração Social – PIS	–	–	754	738
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	–	2.078	7.785
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	20	20	20	20
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	–	–	663	1.145
Outros	–	6	1.209	1.307
	20	**26**	**4.724**	**10.995**
Total geral	**218.319**	**185.025**	**365.861**	**307.814**
Total do circulante	38.256	50.228	63.448	86.244
Total do não circulante	180.063	134.797	302.413	221.570
	218.319	**185.025**	**365.861**	**307.814**
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o lucro (c)	–	–	36.845	–

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, que poderá ser compensado nos exercícios subsequentes. (b) Saldo negativo referente anos calendários anteriores. (c) Antecipação de imposto de renda e contribuição social das Sociedades controladas Litoral Sul e Regis Bittencourt, que poderá ser compensado nos próximos 12 meses. A recuperabilidade dos impostos reconhecidos no ativo circulante atende ao plano de utilização do Grupo Arteris dos próximos 12 meses, levando em consideração o histórico dos exercícios anteriores e compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(841.393)	(442.175)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	286.074	150.339
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(150.406)	(68.426)
Juros sobre o capital próprio	(11.476)	(12.788)
Outras diferenças permanentes	(7.532)	(7.047)
Total	**116.660**	**62.078**
Impostos diferidos não constituídos	**116.660**	**62.078**
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	–	–
Diferido	–	–
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(479.000)	(456.676)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	162.860	155.270
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(18.133)	(8.915)
Total	**144.727**	**146.355**
Impostos diferidos não constituídos (vide item 8.b)	507.120	131.852
Despesa contabilizada	(362.393)	14.503
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(231.468)	(279.190)
Diferidos	(130.925)	293.693
	(362.393)	**14.503**
Alíquota efetiva de impostos	**76%**	**(3%)**

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem das seguintes situações fiscais específicas: (i) A controladora e a Sociedade controlada Arteris Participações, não atenderam às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido; (ii) Baixa e não constituição dos impostos diferidos em função do processo de relicitação da Sociedade controlada Fluminense, que por meio da assinatura do termo aditivo resultou na redução do prazo de concessão, dessa forma, afetando o período de recuperabilidade dos impostos diferidos; e (iii) Não constituição de impostos diferidos das Sociedades controladas Regis Bittencourt, Fernão Dias, Planalto Sul e Litoral Sul por essas atingirem o teto de recuperabilidade nas projeções de resultados futuros executadas em 2023. O valor dos impostos diferidos não constituídos está acumulado em 31 de dezembro de 2024 em R$309.663 para a controladora e R$1.538.861 para o consolidado (R$193.003 e R$1.031.741, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023), para os quais não existem prescrição. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – consolidado: Saldos patrimoniais representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
Não circulante	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias ativas						
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	4.680.833	3.869.081	–	–	4.680.833	3.869.081
Provisão de participação nos lucros	69.635	50.232	2.394	–	72.029	50.232
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	93.720	131.088	6.830	–	100.550	131.088
Outras provisões	(41.403)	(16.847)	144	–	(41.259)	(16.847)
Provisão para manutenção de rodovias (f)	691.619	654.142	522.784	–	1.214.403	654.142
Amortização acumulada de obras futuras	70.455	57.364	–	–	70.455	57.364
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	66.311	52.134	–	–	66.311	52.134
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	11.550	12.053	–	–	11.550	12.053
Arrendamentos	8.035	12.118	3.474	–	11.509	12.118
Ajuste ao valor recuperável de intangível e ativo financeiro	1.852.419	1.323.592	–	–	1.852.419	1.323.592
Provisão para perdas esperadas	3.650	1.159	–	–	3.650	1.159
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)						
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	–	(5)	–	–	–	(5)
Estorno de capitalização de juros	687	687	–	–	687	687
Amortização estorno de capitalização de juros	(378)	(339)	–	–	(378)	(339)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	**7.507.133**	**6.146.459**	**535.626**	**–**	**8.042.759**	**6.146.459**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Total	**2.552.425**	**2.089.796**	**182.113**	**–**	**2.734.538**	**2.089.796**
Diferenças temporárias passivas						
Direito de concessão incorporado (c)	–	(5.350)	(5.016)	–	(5.016)	(5.350)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.259	6.235	–	–	6.259	6.235
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(556.719)	(580.036)	(23.317)	–	(580.036)	(580.036)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	314.986	294.217	16.500	–	331.486	294.217
Estorno de capitalização de juros	686	686	–	–	686	686
Amortização estorno de capitalização de juros	(613)	(535)	–	–	(613)	(535)
Direito de exploração – reequilíbrio (e)	–	–	(827.392)	–	(827.392)	–
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	**(235.401)**	**(284.783)**	**(839.225)**	**–**	**(1.074.626)**	**(284.783)**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Total	**(80.036)**	**(96.826)**	**(285.337)**	**–**	**(365.373)**	**(96.826)**
Total do imposto de renda e contribuição social	**2.472.389**	**1.992.970**	**(103.224)**	**–**	**2.369.165**	**1.992.970**
Impostos diferidos não constituídos	1.538.861	1.031.741	–	–	1.538.861	1.031.741
Total do imposto de renda e contribuição social	**933.528**	**961.229**	**(103.224)**	**–**	**830.304**	**961.229**

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Fluminense, Planalto Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul. A sua realização está atrelada à maturidade e plano de negócio de cada concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final de cada concessão. (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% a.a. fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente. (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. (e) Refere-se ao valor do direito de exploração, líquido da amortização acumulada, dos créditos remanescentes do Acordo Definitivo, entre a controlada Intervias e a ARTESP, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. (f) Provisão no valor de R$522.710, realizada pela controlada Intervias referente aos efeitos do reconhecimento das obrigações assumidas aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

	Prejuízo fiscal e base negativa – Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31/12/2024	31/12/2023
Arteris (a)	901.976	558.863
Planalto Sul (b)	706.554	630.191
Fluminense (a)	1.096.225	1.422.288
Fernão Dias (b)	544.899	545.211
Régis Bittencourt (b)	564.617	565.079
Litoral Sul (b)	266.562	139.363
Arteris Participações (c)	–	7.186
	4.080.833	**3.869.081**

(a) Não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (b) Houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, limitados ao valor recuperável desse prejuízo baseado nas projeções de resultados futuros elaboradas no teste de *impairment* no exercício de 2024. (c) Houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em novembro de 2024, a Arteris Participações foi incorporada ao patrimônio da Arteris, não sendo possível recuperar o prejuízo fiscal da incorporada. Movimentos de resultados representados por:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	811.752	790.721
Provisão/(reversão) de participação nos lucros	21.797	11.079
Provisão/(reversão) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(30.537)	43.835
Direito de concessão incorporado	334	1.311
Outras provisões/(reversões)	(24.412)	(20.235)
Provisão/(reversão) para manutenção de rodovias (a)	560.261	81.749
Amortização acumulada de obras futuras	13.091	12.254
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	14.201	12.922
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(503)	39
Arrendamentos	(609)	3.040
Ajuste ao valor recuperável de intangível e ativo financeiro	529.244	265.242
Provisão para perdas esperadas	2.074	1.159
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	–	(2)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	37.269	48.692
Amortização estorno de capitalização de juros	(114)	(207)
Direito de exploração – reequilíbrio (b)	(827.392)	–
Base de cálculo diferenças temporárias	**1.106.456**	**1.251.600**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Total	**376.195**	**425.544**
Impostos diferidos não constituídos	507.120	131.851
Total do imposto de renda e contribuição social	**(130.925)**	**293.693**

a) Provisão no valor de R$522.710 realizada pela controlada Intervias referente aos efeitos do reconhecimento das obrigações assumidas aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente, em decorrência dos efeitos mencionados na nota explicativa nº 2. b) Refere-se ao valor do direito de exploração, líquido da amortização acumulada, dos créditos remanescentes do Acordo Definitivo, entre a controlada Intervias e a ARTESP em decorrência dos efeitos mencionados na nota explicativa nº 2. A Controladora possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma *holding* e não gerar resultado tributável.

9 Aplicações Financeiras Vinculadas

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais assim como obrigações referentes a debêntures, empréstimos e financiamentos, conforme saldos demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures	113.473	–	113.473	57.346	–	57.346
BNDES	29.854	293.982	323.836	–	278.312	278.312
	143.327	**293.982**	**437.309**	**57.346**	**278.312**	**335.658**

continua ...

Eufrázio



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir breve descrição das obrigações a serem cumpridas: BNDES – Planalto Sul: A Sociedade controlada Planalto Sul deve depositar em conta pagamento da instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A controlada citada deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Planalto Sul não possui aplicação financeira vinculada, já que quitou seu financiamento junto ao BNDES em 14 de fevereiro de 2024. os recursos depositados estavam aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,58% a.a. da variação do CDI até a data do resgate (98,37% a.a. da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023). BNDES – ViaPaulista: A ViaPaulista deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 62% da arrecadação das praças de pedágio da assinatura do Contrato de Concessão até 31 de dezembro de 2023. A partir de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2028, esse percentual passará para 67%. A partir de 1º de janeiro de 2029 até 31 de dezembro de 2034, esse percentual passará para 70%. E, a partir de 1º de janeiro de 2035 até o final do contrato e integral cumprimento das obrigações garantidas esse percentual passará para 73%. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, pagamentos e taxas. A Sociedade controlada deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos três meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos quatro meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,3 e igual ou superior a 1,2; ou parcelas vincendas nos cinco meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,2 e igual ou superior a 1,1; na conta Taxas, deverá manter o saldo mínimo para o pagamento das obrigações contratuais referente à parcela vincenda do Ônus Variável e Taxa de Fiscalização, equivalente a 6% da receita diária reconhecida. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. Além disso, a ViaPaulista deve manter na conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,44% a.a. (98,46% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação do CDI. Debêntures – Fernão Dias, Planalto Sul e Litoral Sul: As Sociedades controladas Fernão Dias, Planalto Sul e Litoral Sul, devem depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/5 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizadas para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. As Sociedades controladas devem manter depositadas em contas de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 103,03% a.a. (98,55% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação do CDI. Debêntures – Régis Bittencourt: A Sociedade controlada deve depositar em conta de pagamento da instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade controlada deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 104,24% a.a. (91,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação do CDI.

10 Ativo Financeiro

Em 15 de junho de 2022, a ANTT aprovou celebração do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a Fluminense, estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. Em continuidade ao processo iniciado em junho de 2022, em 20 de março de 2024 foi celebrado o 3º termo aditivo ao Contrato de Concessão conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Refletindo as mudanças no modelo de negócio, uma vez que a Fluminense passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, a ser recebida ao final do período de transição e paga pelo Poder Concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), previsto em até 36 meses da data de assinatura do termo aditivo do contrato. Desta forma, com base em nosso julgamento, e com base nas informações disponíveis até o momento do encerramento dessas demonstrações contábeis, a parte que a Fluminense entende que pode reaver dos investimentos não amortizados mediante esta indenização, foi reclassificada de ativo intangível para ativo financeiro, tendo seu saldo atualizado desde a data da disponibilização de cada investimento pela inflação (IPCA). Os valores de ativo financeiro indenizável serão escopo de constante atualização à luz da evolução dos trabalhos internos, de forma que a Fluminense, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, irá atualizar tempestivamente a informação e disponibilizá-la ao mercado nas demonstrações contábeis que se seguem:

	31/12/2023	Remunerações (a)	Transferências/Reclassificações (b)	Outros (c)	31/12/2024
Não circulante					
Ativo financeiro indenizável	904.404	147.251	(48.154)	(108.300)	895.201
Total	**904.404**	**147.251**	**(48.154)**	**(108.300)**	**895.201**
	31/12/2022	**Remunerações (a)**	**Transferências/Reclassificações (b)**	**Outros (c)**	**31/12/2023**
Não circulante					
Ativo financeiro indenizável	747.957	295.181	66.052	(204.786)	904.404
Total	**747.957**	**295.181**	**66.052**	**(204.786)**	**904.404**

(a) Refere-se as atualizações monetárias do ativo financeiro, conforme previsto na Lei 13.448/17, vide nota explicativa nº 24. (b) R$81.450 referente a reversão da constituição do ativo financeiro em razão da extensão do prazo de relicitação, conforme mencionado na nota explicativa nº 2 e R$33.296 referente a execução de obras indenizáveis de janeiro a dezembro de 2024 (R$66.052 referente a execução de obras indenizáveis de janeiro a dezembro de 2023). (c) Valores referentes à provisão (reversão) para redução ao valor recuperável compostos por:

	31/12/2024	31/12/2023
Perda entre a diferença da tarifa de pedágio autorizada e calculada (excedente tarifário)	(120.271)	(136.102)
Atualização financeira sobre o excedente tarifário	(38.329)	(16.850)
Estimativa de perda prevista (impairment) na lei nº 13.448/17 deduzida do ativo financeiro, decorrente do processo normal de relicitação da Sociedade controlada Fluminense	–	(51.834)
Valor adicionado ao ativo financeiro referente ao ajuste de dedução das contingências regulatórias administrativas em razão do TAC Multas. O referido valor foi contabilizado sob a rubrica "Reversão da provisão para redução ao valor recuperável"	50.300	–
	(108.300)	**(204.786)**

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo financeiro tem como vencimento previsto de acordo com a Lei 13.448/17 e 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para 21 de março de 2025. O valor de indenização está sujeito a realização de auditoria independente contratada pelo Poder Concedente que poderá ser diferente do valor estimado pela administração. A controlada Fluminense segue cumprindo todos os compromissos, prazos e obrigações assumidas no processo de relicitação. No entanto, dada a experiência de outras companhias, e o atual estágio do processo de relicitação conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade considera a possibilidade desse processo se estender além dos próximos 12 meses, razão pela qual a controlada Fluminense optou por manter o saldo do ativo financeiro no ativo não circulante.

11 Investimentos

Os saldos dos investimentos da controladora em suas controladas são representados como segue:

31/12/2024

	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro/(Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	14.331	139	27.162	27.301	7.068	5.902	12.970	507	15.468
Centrovias	101.483.834	100%	8.688	1.454	19.039	20.493	9.827	1.978	11.805	162	8.385
Intervias (*)	4.763.110	100%	261.287	231.238	3.258.923	3.490.161	321.762	2.907.112	3.228.874	1.667.935	476.614
Vianorte	1.132.038	100%	7.558	1.095	14.489	15.584	3.996	4.030	8.026	859	6.878
ViaPaulista	1.499.060.740	100%	1.637.459	191.376	3.922.229	4.113.605	414.372	2.061.774	2.476.146	1.031.735	102.675
Planalto Sul	1.721.076.303	100%	496.944	283.517	1.222.893	1.506.410	168.955	840.511	1.009.466	382.535	(130.423)
Fluminense	658.918.293	100%	(727.355)	31.458	961.447	992.905	124.322	1.595.938	1.720.260	409.647	(102.571)
Fernão Dias	2.962.381.424	100%	877.017	616.608	1.751.396	2.368.004	220.656	1.270.331	1.490.987	753.238	(32.078)
Régis Bittencourt	747.759.759	100%	506.118	97.895	2.330.394	2.428.289	282.498	1.639.673	1.922.171	821.124	(130.545)
Litoral Sul	4.158.155.555	100%	2.482.435	157.435	6.169.960	6.327.395	359.737	3.485.223	3.844.960	1.559.561	(655.977)
Arteris Participações (*)	–	100%	–	–	–	–	–	–	–	–	207.965

31/12/2023

	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro/(Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	196.239	7.066	220.096	227.162	18.356	12.567	30.923	78.885	60.398
Centrovias	101.483.834	100%	246.750	4.417	263.159	267.576	18.016	3.810	21.826	140	14.660
Intervias (*)	4.763.110	51%	320.712	118.684	1.509.252	1.627.936	538.327	768.897	1.307.224	677.343	221.874
Vianorte	1.132.038	100%	162.254	7.173	175.270	182.443	13.778	6.411	20.189	54.292	46.789
ViaPaulista	1.499.060.740	100%	1.559.169	202.734	3.589.076	3.791.810	317.562	1.915.079	2.232.641	906.596	77.241
Planalto Sul	1.721.076.303	100%	627.367	31.967	1.310.779	1.342.746	185.392	529.987	715.379	287.485	(56.987)
Fluminense	658.918.293	100%	(624.784)	30.375	1.008.024	1.038.399	203.570	1.459.613	1.663.183	541.891	(116.997)
Fernão Dias	2.962.381.424	100%	909.095	618.386	1.772.664	2.391.050	267.647	1.214.308	1.481.955	743.065	45.893
Régis Bittencourt	747.759.759	100%	636.663	81.490	2.561.184	2.642.674	252.924	1.753.087	2.006.011	735.725	(70.769)
Litoral Sul	3.126.258.715	100%	2.587.412	108.459	6.187.195	6.295.654	363.357	3.344.885	3.708.242	1.967.326	(422.627)
Arteris Participações	1.158	100%	162.864	36.511	157.149	193.660	30.796	–	30.796	–	107.989

(*) até 31 de outubro de 2024, 49% da participação da Intervias pertencia a Arteris Participações, nessa data, a Arteris Participações foi incorporada ao patrimônio da Arteris S.A. Após essa operação, a Arteris S.A. passou a deter 100% das ações da controlada Intervias.

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldo em 31/12/2023	Aporte/ Devolução de capital (a)	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Incorporação	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto (b)	Saldo em 31/12/2024
Autovias	196.239	(125.656)	(71.721)	–	15.468	–	14.331
Centrovias	245.750	(96.801)	(148.646)	–	8.385	–	8.688
Intervias	163.563	74.115	(275.281)	31.037	267.853	–	261.287
Vianorte	162.254	(105.543)	(56.031)	–	6.878	–	7.558
ViaPaulista	1.559.169	–	(24.385)	–	102.675	–	1.637.459
Planalto Sul	627.367	–	–	–	(130.423)	–	496.944
Fluminense	–	–	–	–	(102.571)	102.571	–
Fernão Dias	909.095	–	–	–	(32.078)	–	877.017
Régis Bittencourt	636.663	–	–	–	(130.545)	–	506.118
Litoral Sul	2.587.412	551.000	–	–	(655.977)	–	2.482.435
Arteris Participações	162.864	(73.842)	(255.950)	(31.037)	207.965	–	–
Outros investimentos	19	–	–	–	–	–	19
Total	**7.250.395**	**223.274**	**(842.014)**	**–**	**(442.370)**	**102.571**	**6.291.856**

	Saldo em 31/12/2022	Aporte/ Devolução de capital (a)	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Incorporação	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto (b)	Saldo em 31/12/2023
Autovias	191.474	–	(55.633)	–	60.398	–	196.239
Centrovias	234.755	–	(3.665)	–	14.660	–	245.750
Intervias	126.235	–	(75.828)	–	113.156	–	163.563
Vianorte	140.381	–	(24.916)	–	46.789	–	162.254
ViaPaulista	1.407.273	93.000	(18.345)	–	77.241	–	1.559.169
Planalto Sul	684.354	–	–	–	(56.987)	–	627.367
Fluminense	–	–	–	–	(116.997)	116.997	–
Fernão Dias	643.202	220.000	–	–	45.893	–	909.095
Régis Bittencourt	686.432	21.000	–	–	(70.769)	–	636.663
Litoral Sul	1.621.425	1.395.672	(7.058)	–	(422.627)	–	2.587.412
Arteris Participações	123.791	–	(68.916)	–	107.989	–	162.864
Outros investimentos	19	–	–	–	–	–	19
Total	**5.859.341**	**1.729.672**	**(254.361)**	**–**	**(201.254)**	**116.997**	**7.250.395**

(a) Aporte de capital da Controladora para fazer frente aos investimentos realizados e a realizar pelas Controladas, e, redução de capital das Controladas, por excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, mediante a restituição de capital ao acionista. (b) Referente à provisão para garantia do passivo a descoberto da controlada Fluminense, conforme detalhamento abaixo:

Passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2023	Provisão	Saldo em 31/12/2024
Fluminense	624.784	102.571	727.355
Total	**624.784**	**102.571**	**727.355**

Passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2022	Provisão	Saldo em 31/12/2023
Fluminense	507.787	116.997	624.784
Total	**507.787**	**116.997**	**624.784**

12 Direito de Uso

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

Controladora

	Veículos (c)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso					
Saldo em 31/12/2023	**995**	**36**	**43.307**	**11**	**44.349**
Remensurações	1.369	40	16.018	1	**17.428**
Adições	–	–	132	–	**132**
Baixas	–	–	(86)	–	**(86)**
Saldo em 31/12/2024	**2.364**	**76**	**59.371**	**12**	**61.823**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2023	**(913)**	**(31)**	**(5.833)**	**(1)**	**(6.578)**
Amortização	(458)	(36)	(4.763)	(4)	**(5.261)**
Baixas	–	–	86	–	**86**
Saldo em 31/12/2024	**(1.371)**	**(67)**	**(10.310)**	**(5)**	**(11.753)**
Direito de uso líquido					
Saldo em 31/12/2023	**82**	**5**	**37.674**	**10**	**37.771**
Saldo em 31/12/2024	**993**	**9**	**49.061**	**7**	**50.070**
Taxas de amortização – a.a.	**19%**	**47%**	**8%**	**33%**	

Controladora

	Veículos (c)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso					
Saldo em 31/12/2022	**1.054**	**–**	**51.522**	**–**	**52.576**
Remensurações	(163)	(7)	1.380	(2)	**1.208**
Adições	104	43	–	19	**166**
Baixas	–	–	(9.595)	(6)	**(9.601)**
Saldo em 31/12/2023	**995**	**36**	**43.307**	**11**	**44.349**
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2022	**(579)**	**–**	**(11.052)**	**–**	**(11.631)**
Amortização	(334)	(31)	(4.177)	(14)	**(4.556)**
Baixas	–	–	9.596	13	**9.609**
Saldo em 31/12/2023	**(913)**	**(31)**	**(5.833)**	**(1)**	**(6.578)**
Direito de uso líquido					
Saldo em 31/12/2022	**475**	**–**	**40.470**	**–**	**40.945**
Saldo em 31/12/2023	**82**	**5**	**37.674**	**10**	**37.771**
Taxas de amortização – a.a.	**34%**	**86%**	**8%**	**82%**	

continua ...

Eufrázio



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31/12/2023	111.309	21.241	7.633	112.783	291	82.648	11	335.916
Remensurações	21	4.016	10.296	28.190	212	16.527	1	59.263
Adições	–	–	–	45.734	(2)	132	–	45.864
Baixas	–	–	–	(22.933)	(64)	(86)	–	(23.083)
Saldo em 31/12/2024	111.330	25.257	17.929	163.774	437	99.221	12	417.960
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2023	(66.470)	(15.438)	(6.277)	(55.540)	(228)	(13.559)	(1)	(157.513)
Amortização	(24.332)	(8.245)	(3.765)	(57.796)	(179)	(7.101)	(4)	(101.422)
Baixas	–	–	–	22.933	64	86	–	23.083
Saldo em 31/12/2024	(90.802)	(23.683)	(10.042)	(90.403)	(343)	(20.574)	(5)	(235.852)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2023	44.839	5.803	1.356	57.243	63	69.089	10	178.403
Saldo em 31/12/2024	20.528	1.574	7.887	73.371	94	78.647	7	182.108
Taxas de amortização – a.a.	22%	33%	21%	31%	36%	7%	33%	

Consolidado	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31/12/2022	108.164	20.709	5.531	84.123	499	87.652	–	306.678
Remensurações	2.543	865	(103)	28.740	(26)	4.377	(2)	36.394
Adições	372	39	150	23.015	96	–	19	23.691
Transferências/reclassificações	230	(372)	2.055	(1.849)	(278)	214	–	–
Baixas	–	–	–	(21.246)	–	(9.595)	(6)	(30.847)
Saldo em 31/12/2023	111.309	21.241	7.633	112.783	291	82.648	11	335.916
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2022	(43.049)	(7.961)	(2.159)	(20.056)	(335)	(16.926)	–	(90.486)
Amortizações	(23.976)	(7.475)	(2.748)	(55.235)	(169)	(6.216)	(14)	(95.833)
Transferências/reclassificações	555	(2)	(1.370)	554	276	(13)	–	–
Baixas	–	–	–	19.197	–	9.596	13	28.806
Saldo em 31/12/2023	(66.470)	(15.438)	(6.277)	(55.540)	(228)	(13.559)	(1)	(157.513)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2022	65.115	12.748	3.372	64.067	164	70.726	–	216.192
Saldo em 31/12/2023	44.839	5.803	1.356	57.243	63	69.089	10	178.403
Taxas de amortização – a.a.	22%	35%	36%	41%	58%	7%	82%	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se à locação de veículos administrativos. (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas à conservação de rodovias. (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se à locação de sedes administrativas e terrenos. (g) Refere-se à locação de máquinas de café e itens diversos.

13 Imobilizado

A movimentação é como segue:

Controladora	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2023	2.291	15.650	113	11.174	2.586	1.311	19	33.144
Adições	–	1.951	–	–	–	–	143	2.094
Transferências/reclassificações (a)	19	–	–	(19)	–	–	(19)	(19)
Outros (b)	–	(725)	–	–	–	–	–	(725)
Saldo em 31/12/2024	2.310	16.876	113	11.155	2.586	1.311	143	34.494
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2023	(1.975)	(9.457)	(113)	(8.291)	(1.535)	(1.167)	–	(22.538)
Depreciação	(69)	(1.933)	–	(566)	(314)	(80)	–	(2.962)
Outros (b)	–	560	–	–	–	–	–	560
Saldo em 31/12/2024	(2.044)	(10.830)	(113)	(8.857)	(1.849)	(1.247)	–	(24.940)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2023	316	6.193	–	2.883	1.051	144	19	10.606
Saldo em 31/12/2024	266	6.046	–	2.298	737	64	143	9.554
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%		10%	10%	10%		

Controladora	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31/12/2022	2.291	15.465	113	11.174	2.586	1.311	10	32.950
Adições	–	185	–	–	–	–	9	194
Saldo em 31/12/2023	2.291	15.650	113	11.174	2.586	1.311	19	33.144
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2022	(1.857)	(7.071)	(113)	(7.725)	(1.219)	(1.069)	–	(19.054)
Depreciação	(118)	(2.386)	–	(566)	(316)	(98)	–	(3.484)
Saldo em 31/12/2023	(1.975)	(9.457)	(113)	(8.291)	(1.535)	(1.167)	–	(22.538)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2022	434	8.394	–	3.449	1.367	242	10	13.896
Saldo em 31/12/2023	316	6.193	–	2.883	1.051	144	19	10.606
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

Consolidado	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31/12/2023	26.030	56.497	15.248	18.040	667	24.804	1.713	20	143.019
Adições	166	3.570	104	1.223	–	209	–	143	5.815
Transferências/ reclassificações (a)	(666)	222	117	352	–	283	–	(20)	288
Alienações/baixas	–	(15)	–	–	–	–	–	–	(15)
Outros (b)	–	(725)	–	–	–	–	–	–	(725)
Saldo em 31/12/2024	25.530	59.949	15.469	19.615	667	25.296	1.713	143	148.382
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2023	(15.479)	(37.354)	(8.647)	(13.272)	–	(16.202)	(1.416)	–	(92.370)
Depreciação	(1.361)	(6.023)	(1.190)	(1.231)	–	(2.060)	(80)	–	(11.945)
Transferências/ reclassificações	69	(40)	–	10	–	(79)	–	–	(40)
Alienações/baixas	–	15	–	–	–	–	–	–	15
Outros (b)	–	560	–	–	–	–	–	–	560
Saldo em 31/12/2024	(16.771)	(42.842)	(9.837)	(14.493)	–	(18.341)	(1.496)	–	(103.780)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2023	10.551	19.143	6.601	4.768	667	8.602	297	20	50.649
Saldo em 31/12/2024	8.759	17.107	5.632	5.122	667	6.955	217	143	44.602
Taxas de depreciação – a.a.	34%	35%	42%	20%		28%	18%		

Consolidado	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31/12/2022	24.185	52.737	10.734	16.973	667	23.784	1.713	1.183	131.976
Adições	197	3.737	2.533	1.067	–	1.024	–	487	9.045
Transferências/ reclassificações (a)	1.650	43	2.030	–	–	–	–	(1.650)	2.073
Alienações/baixas	(2)	(20)	(49)	–	–	(4)	–	–	(75)
Saldo em 31/12/2023	26.030	56.497	15.248	18.040	667	24.804	1.713	20	143.019
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2022	(13.889)	(30.578)	(7.556)	(11.674)	–	(13.783)	(1.318)	–	(78.798)
Depreciação	(1.592)	(6.796)	(1.116)	(1.598)	–	(2.422)	(98)	–	(13.622)
Alienações/baixas	2	20	25	–	–	3	–	–	50
Saldo em 31/12/2023	(15.479)	(37.354)	(8.647)	(13.272)	–	(16.202)	(1.416)	–	(92.370)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2022	10.296	22.159	3.178	5.299	667	10.001	395	1.183	53.178
Saldo em 31/12/2023	10.551	19.143	6.601	4.768	667	8.602	297	20	50.649
Taxas de depreciação – a.a.	25%	27%	33%	18%		10%	28%		

(a) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. (b) Transferência de imobilizado desenvolvido na *holding* para operação das controladas.

14 Intangível e infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

Controladora	*Software*	*Software* em andamento (a)	Adiantamento fornecedores	Total
Custo do intangível				
Saldo em 31/12/2023	113.073	42.814	1.079	156.966
Adições	10.523	24.084	409	35.016
Transferências/reclassificações (a)	11.517	(10.010)	(1.488)	19
Outros (b)	(14.470)	(5.329)	–	(19.799)
Saldo em 31/12/2024	120.643	51.559	–	172.202
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2023	(78.976)	–	–	(78.976)
Amortização	(14.000)	–	–	(14.000)
Outros (b)	10.359	–	–	10.359
Saldo em 31/12/2024	(82.617)	–	–	(82.617)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2023	34.097	42.814	1.079	77.990
Saldo em 31/12/2024	38.026	51.559	–	89.585
Taxas de amortização – a.a.	20%			

Controladora	*Software*	*Software* em andamento (a)	Adiantamento fornecedores	Total
Custo do intangível				
Saldo em 31/12/2022	96.149	24.370	–	120.519
Adições	16.924	18.444	1.079	36.447
Saldo em 31/12/2023	113.073	42.814	1.079	156.966
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2022	(66.393)	–	–	(66.393)
Amortização	(12.583)	–	–	(12.583)
Saldo em 31/12/2023	(78.976)	–	–	(78.976)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2022	29.756	24.370	–	54.126
Saldo em 31/12/2023	34.097	42.814	1.079	77.990
Taxas de amortização – a.a.	20%			

(a) Os saldos de *software* em andamento se referem a *softwares* em desenvolvimento para utilização na operação das rodovias, de arrecadação e de segurança, os quais deverão ser transferidos paras as suas respectivas controladas, estimando que esses projetos serão concluídos em até 2 anos. (b) Transferência de ativo desenvolvido na *holding* para operação das controladas.

Consolidado	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (*Impairment*)	Direito de outorga da concessão (c)	Direito de outorga da incorporação (d)	Direito de exploração (e)	*Software* (f)	Adiantamento fornecedores (g)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (h)	Total
Custo do intangível										
Saldo em 31/12/2023	17.736.706	(1.865.487)	1.853.513	130.144	–	216.617	23.757	18.095.250	5.559.783	23.655.033
Adições	889.070	–	–	–	677.955	42.535	564	1.810.124	1.131.095	2.941.219
Transferências/reclassificações (i)	5.978.281	–	–	–	–	1.513	(9.547)	5.970.247	(5.970.535)	(288)
Alienações/baixas	(143)	–	–	–	–	–	–	(143)	–	(143)
Transferência ativo financeiro (j)	57.743	–	–	–	–	–	–	57.743	(9.589)	48.154
Redução ao valor recuperável (b)	–	(831.491)	–	–	–	–	–	(831.491)	–	(831.491)
Outros (k)	15.888	–	–	–	–	(15.163)	–	725	–	725
Saldo em 31/12/2024	24.677.545	(2.696.978)	1.853.513	130.144	877.955	245.502	14.774	25.102.455	710.754	25.813.209
Amortização acumulada										
Saldo em 31/12/2023	(8.865.163)	574.226	(588.141)	(124.078)	–	(119.910)	–	(9.123.066)	–	(9.123.066)
Amortização	(1.432.400)	–	(53.005)	(427)	(50.563)	(25.071)	–	(1.561.466)	–	(1.561.466)
Transferências/reclassificações (i)	44	–	–	(4)	–	–	–	40	–	40
Alienações/baixas	72	–	–	–	–	–	–	72	–	72
Amortização da redução ao valor recuperável (l)	–	263.712	–	–	–	–	–	263.712	–	263.712
Outros (j)	(10.906)	–	–	–	–	10.346	–	(560)	–	(560)
Saldo em 31/12/2024	(10.308.353)	837.938	(641.146)	(124.509)	(50.563)	(134.635)	–	(10.421.268)	–	(10.421.268)
Intangível líquido										
Saldo em 31/12/2023	8.871.543	(1.291.261)	1.265.372	6.066	–	96.707	23.757	8.972.184	5.559.783	14.531.967
Saldo em 31/12/2024	14.369.192	(1.859.040)	1.212.367	5.635	827.392	110.867	14.774	14.681.187	710.754	15.391.941
Taxas de amortização – a.a. (m)	28%	28%	35%	6%	6%	42%				

Consolidado	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (*Impairment*)	Direito de outorga da concessão (c)	Direito de outorga da incorporação (d)	Direito de exploração (e)	*Software* (f)	Adiantamento fornecedores (g)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (h)	Total
Custo do intangível										
Saldo em 31/12/2022	16.719.433	(1.114.679)	1.853.513	130.144	–	173.490	117.907	17.879.808	3.960.827	21.840.635
Adições	762.466	–	–	–	–	43.127	11.447	817.040	1.821.247	2.638.287
Transferências/Reclassificações (i)	302.443	–	–	–	–	–	(105.597)	196.846	(198.919)	(2.073)
Alienações/baixas	(382)	–	–	–	–	–	–	(382)	–	(382)
Transferência ativo financeiro (j)	(47.254)	–	–	–	–	–	–	(47.254)	(23.372)	(70.626)
Redução ao valor recuperável (b)	–	(750.808)	–	–	–	–	–	(750.808)	–	(750.808)
Saldo em 31/12/2023	17.736.706	(1.865.487)	1.853.513	130.144	–	216.617	23.757	18.095.250	5.559.783	23.655.033
Amortização acumulada										
Saldo em 31/12/2022	(7.474.716)	179.057	(534.320)	(121.645)	–	(99.294)	–	(8.050.918)	–	(8.050.918)
Amortizações	(1.395.186)	–	(53.821)	(2.433)	–	(20.616)	–	(1.472.056)	–	(1.472.056)

continua ...



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (*Impairment*)	Direito de outorga da concessão (c)	Direito de outorga da incorporação (d)	Direito de exploração (e)	*Software* (f)	Adiantamento fornecedores (g)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (h)	Total
Alienações/baixas	165	–	–	–	–	–	–	165	–	165
Transferência ativo financeiro (j)	4.574	–	–	–	–	–	–	4.574	–	4.574
Amortização da redução ao valor recuperável (l)	–	395.169	–	–	–	–	–	395.169	–	395.169
Saldo em 31/12/2023	(8.865.163)	574.226	(588.141)	(124.078)	–	(119.910)	–	(9.123.066)	–	(9.123.066)
Intangível líquido										
Saldo em 31/12/2022	9.244.717	(935.622)	1.319.193	8.499	–	74.196	117.907	9.828.890	3.960.827	13.789.717
Saldo em 31/12/2023	8.871.543	(1.291.261)	1.265.372	6.066	–	96.707	23.757	8.972.184	5.559.783	14.531.967
Taxas de amortização – a.a. (m)	33%	33%	36%	5%		29%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão. (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*). (c) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 21. (d) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. Após a assinatura do TAM 01/2024 a amortização foi adequada ao novo prazo de concessão para 31 de dezembro de 2039. (e) Créditos remanescentes do Acordo Definitivo, entre a controlada Intervias e ARTESP, que prorrogou o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2039, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. A amortização está sendo reconhecida a partir da assinatura do TAM 01/2024 até o final do novo prazo de concessão refletindo as demais adequações de amortização dos intangíveis da controlada Intervias. (f) Refere-se a renovação de licenças da *Microsoft Windows e Office*, para todas as empresas do Grupo Arteris. (g) Adiantamento de fornecedores, refere-se a valores adiantados, os quais se concentram em obras de duplicação da controlada Fluminense e obras remanescentes do contorno Viário de Florianópolis, qual foi liberado para o tráfego em 09 de agosto de 2024. (h) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no Contrato de Concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo Arteris é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a duplicação SP 255 km 48-77, duplicação SP 318 km 240-280, execução de terceiras faixas na BR 381, obras remanescentes do Contorno Viário de Florianópolis, e demais execuções de obras como marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outras obras. O Contorno Viário de Florianópolis foi liberado para o tráfego em 09 de agosto de 2024, transferindo respectivo andamento para operação, o que impactou a amortização em R$257.128 no período. (i) Saldo residual em transferências, referente a reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. (j) Reclassificação para ativo financeiro dos ativos reversíveis, vide nota explicativa nº 10. (k) Transferência de ativo desenvolvido na *holding* para operação das controladas. (l) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo da concessão. (m) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Arteris complementou no montante de R$253.909 (R$410.997 em 31 de dezembro de 2023) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte das infraestruturas em construção. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2024 foi de 0,93% a.a. e em 2023 1,16% a.a., do total de juros provisionados no período. Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*): O Grupo Arteris, durante o ano de 2023, realizou teste de *impairment* para suas controladas de acordo com os requisitos do CPC 01/IAS 36. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego considerando o aumento da demanda gerada pelas melhorias executadas e também as melhorias futuras previstas no contrato de concessão conforme estimativa apresentada na nota explicativa nº 2, abordando aspectos relacionados aos benefícios que as melhorias tendem a trazer uma maior fluidez, segurança e redução dos acidentes elevando o nível de atratividade do usuário da rodovia, crescimento do PIB de acordo com as tendências macroeconômicas e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 4,02% em 2025, 3,84% em 2026 e 3,51% de 2027 até 2039. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,07% em 31 de dezembro de 2024 (8,75% em 31 de dezembro de 2023). A pressão sobre os fluxos de caixa futuras indicou a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável nas Sociedades controladas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Fernão Dias	94.150	16.656
Litoral Sul	635.380	722.423
Regis Bittencourt	101.961	11.729
	831.491	750.808

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

15 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R$), é como segue:

Controladora

Ref.	Sociedade	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2024	31/12/2023
(a)	Arteris	*Loan Agreement*	CDI + 2,05%	mai-28	Sem garantia	101.698	101.734
(a)	Arteris	*Loan Agreement*	CDI + 2,20%	mai-30	Sem garantia	712.021	712.269
(b)	Arteris	Notas comerciais	CDI + 2,15%	out-25	Sem garantia	289.455	255.559
		Total				**1.103.174**	**1.069.562**
					Custo da transação	(6.365)	(7.087)
					Total geral	**1.096.809**	**1.062.475**
					Circulante	302.342	13.169
					Não circulante	794.467	1.049.306
					Total	**1.096.809**	**1.062.475**

Consolidado

Ref.	Sociedade	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2024	31/12/2023
(a)	Arteris	*Loan Agreement*	CDI + 2,05%	mai-28	Sem garantia	101.698	101.734
(a)	Arteris	*Loan Agreement*	CDI + 2,20%	mai-30	Sem garantia	712.021	712.269
(b)	Arteris	Notas comerciais	CDI + 2,15%	out-25	Sem garantia	289.455	255.559
		Subtotal				**1.103.174**	**1.069.562**
(c)	ViaPaulista	Arrendamento Mercantil Financeiro – Santander	1,25% a.m.	nov-25	Objeto do contrato Veículo Volvo XC40 6 Ultimate	138	272
(c)	ViaPaulista	Arrendamento Mercantil Financeiro – Santander	1,23% a.m.	dez-25	Objeto do contrato Veículo Chevrolet Bolt Premier	–	179
		Subtotal				**138**	**451**
(d)	Planalto Sul	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	65.502
(d)	Planalto Sul	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,02% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	22.427
(d)	Planalto Sul	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,38% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	15.163
(d)	Planalto Sul	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	161
(d)	Fluminense	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez-24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	111.642
(d)	Fluminense	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP e TJLP+2,45% a.a.	nov-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	110.633	110.082
(d)	ViaPaulista	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.568.164	1.409.410
		Subtotal				**1.678.797**	**1.734.387**
					Custo da transação	(51.641)	(52.057)
					Total geral	**2.730.468**	**2.752.343**
					Circulante	434.906	236.267
					Não circulante	2.295.562	2.516.076
					Total	**2.730.468**	**2.752.343**

Os saldos e movimentações de empréstimos e financiamentos estão representados por:

Controladora

	31/12/2024			31/12/2023		
Moeda nacional	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	**13.891**	**1.055.671**	**1.069.562**	–	–	–
Captações/Renovações	–	–	–	–	1.050.112	1.050.112
Juros provisionados	109.163	28.035	137.198	75.667	5.559	81.226
Pagamento de juros	(103.586)	–	(103.586)	(61.776)	–	(61.776)
Transferência	283.594	(283.594)	–	–	–	–
	303.062	800.112	1.103.174	13.891	1.055.671	1.069.562
Custo de transação	(720)	(5.645)	(6.365)	(722)	(6.365)	(7.087)
Saldo final	**302.342**	**794.467**	**1.096.809**	**13.169**	**1.049.306**	**1.062.475**

Consolidado

	31/12/2024			31/12/2023		
Moeda nacional	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo inicial	**239.767**	**2.564.633**	**2.804.400**	**207.962**	**1.575.477**	**1.783.439**
Captações/Renovações	7.059	142.941	150.000	1.921	1.138.191	1.140.112
Juros e variações monetárias provisionados	221.728	94.633	316.361	197.072	64.527	261.599
Amortização de principal	(275.427)	–	(275.427)	(203.313)	–	(203.313)
Pagamento de juros	(213.225)	–	(213.225)	(177.437)	–	(177.437)
Transferência	458.324	(458.324)	–	213.562	(213.562)	–
	438.226	2.343.883	2.782.109	239.767	2.564.633	2.804.400
Custo de transação	(3.320)	(48.321)	(51.641)	(3.500)	(48.557)	(52.057)
Saldo final	**434.906**	**2.295.562**	**2.730.468**	**236.267**	**2.516.076**	**2.752.343**

(a) Contrato de empréstimo firmado com o *Export Development Canada* – EDC em moeda corrente nacional na modalidade *clean* e tem como finalidade o suprimento de caixa de suas controladas para fazer frente aos investimentos nas concessões. (b) Contrato de Notas comerciais com o Banco HSBC S.A. em moeda corrente nacional e tem como finalidade o suprimento de caixa de suas controladas para fazer frente aos investimentos nas concessões. (c) Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Santander para aquisição de veículos elétricos a ser utilizado nas atividades operacionais. (d) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. Em 14 de fevereiro de 2024 a controlada Planalto Sul quitou o financiamento com o BNDES, cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	**Controladora**	**Consolidado**
2026	–	130.789
2027	–	75.927
2028	100.014	175.941
2029	–	75.927
Após 2029	700.098	1.885.299
	800.112	2.343.883

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade e suas controladas possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

Contratos de empréstimos: O contrato de *Loan Agreement* e Notas Comerciais possuem cláusula que, se descumprida, pode implicar vencimento antecipado. Conforme demonstrado abaixo:

(a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida consolidada}}{\text{(EBITDA Ajustado consolidado – Ônus fixo pago consolidado)}}$$

Onde: (i) Dívida Líquida consolidada – soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado consolidado – lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (i) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice (iii) Ônus Fixo Pago consolidado – a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito de leilões de novas licitações.

Contratos de financiamentos – BNDES: Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES, possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são: 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

a) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	**Serviço da Dívida**	**EBITDA – Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization**
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). E, exclusivamente para os contratos das Sociedades controladas Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul: 2) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e "Passivo Total" 3) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições: Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior. Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente. A Sociedade controlada Fluminense obteve junto ao BNDES, termo de anuência para o processo de relicitação sem prejuízo da manutenção da obrigação da Fluminense de pagar a totalidade do saldo devedor do contrato de forma antecipada junto à instituição. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade e suas controladas avaliaram e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado, pois em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há passivos financeiros conversíveis em ações, também não há obrigação de apresentar cumprimento de covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. A Sociedade e suas controladas cumpriram todos os índices dos

continua ...

Eufrázio

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

covenants de seus empréstimos e financiamentos na data de 31 de dezembro de 2024. A Sociedade e suas controladas estimam que irão cumprir os covenants que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

16 Debêntures

A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R$), é como segue:

Controladora

Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Arteris	5ª emissão – 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out-24	–	112.954
Arteris	9ª emissão – 1ª série	450.000	IPCA + 4,84% a.a.	set-27	594.418	566.399
Arteris	9ª emissão – 2ª série	1.004.000	CDI + 2,50% a.a.	set-25	–	696.468
Arteris	11ª emissão – série única	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	mar-27	1.037.128	1.040.409
Arteris	14ª emissão – série única	600.000	CDI + 2,70% a.a.	ago-28	627.953	630.276
Arteris	15ª emissão – série única	1.000.000	CDI + 2,40% a.a.	abr-29	1.027.702	–
					3.287.201	**3.046.506**
			Custo de transação		(20.009)	(17.831)
			Total geral		**3.267.192**	**3.028.675**
			Circulante		429.560	546.002
			Não circulante		2.837.632	2.482.673
			Total		**3.267.192**	**3.028.675**

Consolidado

Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Arteris	5ª emissão – 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out-24	–	112.954
Arteris	9ª emissão – 1ª série	450.000	IPCA + 4,84% a.a.	set-27	594.418	566.399
Arteris	9ª emissão – 2ª série	1.004.000	CDI + 2,50% a.a.	set-25	–	696.468
Arteris	11ª emissão – série única	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	mar-27	1.037.128	1.040.409
Arteris	14ª emissão – série única	600.000	CDI + 2,70% a.a.	ago-28	627.953	630.276
Arteris	15ª emissão – série única	1.000.000	CDI + 2,40% a.a.	abr-29	1.027.702	–
					3.287.201	**3.046.506**
Intervias	5ª emissão – 3ª Série	202.813	CDI+1,35% a.a.	mai-25	–	287.107
Intervias	5ª emissão – 4ª Série	126.010	IPCA+6,78% a.a.	mai-25	–	172.058
Intervias	7ª emissão – Série única	400.000	CDI+0,68% a.a.	set-24	–	137.621
Intervias	8ª emissão – Série única	500.000	CDI+1,66% a.a.	mai-26	–	509.364
Intervias	11ª emissão – Série única	2.500.000	IPCA + 6,6672% a.a.	mai-38	2.575.125	–
					2.575.125	**1.106.150**
ViaPaulista	2ª emissão – série única	400.000	IPCA + 3,94% a.a.	jun-27	190.479	280.092
					190.479	**280.092**
Planalto Sul	2ª emissão – Série única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	–	101.109
Planalto Sul	12ª emissão – 1ª Série	300.000	IPCA + 6,78% a.a.	jan-38	318.344	–
Planalto Sul	12ª emissão – 2ª Série	350.000	CDI + 2,15% a.a.	set-28	363.013	–
					681.357	**101.109**
Fernão Dias	9ª emissão – Série única	1.000.000	IPCA+6,38% a.a.	set-31	1.130.957	1.077.208
					1.130.957	**1.077.208**
Régis Bittencourt	8ª emissão – 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.367.070	1.333.607
Régis Bittencourt	6ª emissão – 2ª Série	700.000	CDI + 0,88% a.a.	jun-27	422.524	535.718
					1.789.594	**1.869.325**
Litoral Sul	10ª emissão – 1ª Série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	2.089.612	1.990.831
Litoral Sul	10ª emissão – 2ª Série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	252.235	252.553
					2.341.847	**2.243.384**
			Custo de transação		(243.375)	(149.580)
			Total geral		**11.753.185**	**9.574.194**
			Circulante		890.124	1.263.546
			Não circulante		10.863.061	8.310.648
			Total		**11.753.185**	**9.574.194**

Os saldos e movimentações estão representados por:

Controladora

	31/12/2024			31/12/2023		
Moeda nacional	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	**552.932**	**2.493.574**	**3.046.506**	**545.239**	**2.305.781**	**2.851.020**
Captações/Renovações	–	1.000.000	1.000.000	100.000	600.000	700.000
Juros e variações monetárias provisionados	353.901	30.587	384.488	354.079	34.004	388.083
Amortização de principal	(784.316)	–	(784.316)	(645.764)	–	(645.764)
Pagamento de juros	(359.478)	–	(359.478)	(346.833)	–	(346.833)
Transferência	671.158	(671.158)	–	446.211	(446.211)	–
	434.198	**2.853.003**	**3.287.201**	**552.932**	**2.493.574**	**3.046.506**
Custo de transação	(4.638)	(15.371)	(20.009)	(6.930)	(10.901)	(17.831)
Saldo final	**429.560**	**2.837.632**	**3.267.192**	**546.002**	**2.482.673**	**3.028.675**

Consolidado

	31/12/2024			31/12/2023		
Moeda nacional	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	**1.291.925**	**8.431.849**	**9.723.774**	**1.077.153**	**8.694.701**	**9.771.854**
Captações/Renovações	1.100.000	4.150.000	5.250.000	100.000	600.000	700.000
Juros e variações monetárias provisionados	912.401	329.831	1.242.232	889.319	256.418	1.145.737
Amortização de principal	(3.323.260)	–	(3.323.260)	(1.005.253)	–	(1.005.253)
Pagamento de juros	(896.186)	–	(896.186)	(888.564)	–	(888.564)
Transferência	1.839.781	(1.839.781)	–	1.119.270	(1.119.270)	–
	924.661	**11.071.899**	**11.996.560**	**1.291.925**	**8.431.849**	**9.723.774**
Custo de transação	(34.537)	(208.838)	(243.375)	(28.379)	(121.201)	(149.580)
Saldo final	**890.124**	**10.863.061**	**11.753.185**	**1.263.546**	**8.310.648**	**9.574.194**

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2026	819.399	1.492.805
2027	1.166.937	2.037.986
2028	533.334	1.641.590
2029	333.333	1.557.807
Após 2029	–	4.341.711
Total	**2.853.003**	**11.071.899**

As debêntures de emissão da Sociedade, assim como as de emissão de suas controladas, contêm cláusulas restritivas, que caso não cumpridas, podem ensejar em vencimento antecipado conforme estipulados nas cláusulas das escrituras de emissão de cada uma dessas emissões, as quais estão devidamente arquivadas na CVM. Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade e suas controladas, estão adimplentes em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As escrituras de emissão da 9ª, 11ª, 14ª emissão de debêntures da Controladora possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado, Sendo as principais elencadas abaixo

(b) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Alavancagem = Dívida Líquida consolidada / (EBITDA Ajustado consolidado – Ônus fixo pago consolidado)

Onde: (i) Dívida Líquida consolidada = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice (iii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito de leilões de novas licitações. E exclusivamente para a 5ª emissão de debêntures: (a) Apresentar trimestralmente, índice de cobertura de despesa financeira consolidado maior ou igual a 1,3, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Cobertura despesa financeira = (EBITDA Ajustado Consolidado – Ônus fixo pago consolidado) / (Despesas Financeiras)

Onde: (i) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice (ii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo consolidado, deduzidos os pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito de leilões de novas licitações. (iii) Despesas Financeiras – o conjunto das despesas financeiras consolidadas, conforme indicado nas demonstrações contábeis consolidadas. As escrituras da 11ª emissão de debêntures da Intervias, da 2ª emissão da ViaPaulista, da 2ª emissão da Planalto Sul, da 4ª emissão da Fernão Dias e da 8ª emissão da Régis Bittencourt possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Planalto Sul e Fernão Dias: Possuem as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentadas na nota explicativa nº 15.

Intervias: (a) Apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – Ônus fixo pago), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2024-2027
4,0 – entre 2028-2029
3,5 – entre 2030-2031
3,0 – em 2032
2,5 – em 2033
2,0 – em 2034
1,5 – em 2035
1,0 – entre 2036-2038

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

(iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo.

ViaPaulista: Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = Geração de Caixa da Atividade / Serviço da Dívida

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) A Arteris S.A., na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5 o qual é calculado de acordo com a fórmula exposta na seção das debêntures da Controladora.

Régis Bittencourt: 1. Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = (EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX) / Serviço da Dívida

Onde: (i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD. (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). 2. A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

Alavancagem = Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Litoral Sul: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento); (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será acompanhado trimestralmente e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = (EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX) / Serviço da Dívida

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sobre o capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2021-2023
4,0 – em 2024
3,5 – em 2025
3,0 – em 2026
2,5 – em 2027
2,0 – entre 2028-2029
1,0 – entre 2030-2031

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade e suas controladas avaliaram e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado, pois em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há passivos financeiros conversíveis em ações, também não há obrigação de apresentar cumprimento de covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. A Sociedade e suas controladas cumpriram todos os índices dos covenants de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2024. A Sociedade e suas controladas estimam que irão cumprir os covenants que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

17 Fornecedores, adiantamentos a fornecedores e cauções contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R$11.357 para a controladora e R$217.487 para o consolidado (R$11.333 para a controladora e R$311.196 para o consolidado em 31 de dezembro de 2023) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$1.975 para a controladora e R$103.351 para o consolidado (R$1.688 para a controladora e R$102.069 para o consolidado em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia. Saldo de adiantamentos a fornecedor registrado no ativo realizável a longo prazo refere-se a adiantamentos para realização de obras das Sociedades do Grupo. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, tais adiantamentos foram classificados como um contas a receber uma vez que esses valores não se converterão em serviços prestados para intangível. Os referidos valores estão suportados por apólices de seguro garantia contratual e as Sociedades controladas já acionaram as garantias para reaver os adiantamentos. Abaixo seguem os saldos de adiantamentos por Sociedade:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Litoral Sul S.A. (a)	20.538	20.538
Fernão Dias S.A. (b)	13.785	15.035
	34.323	**35.573**

(a) Refere-se ao contrato da obra Contorno Viário de Florianópolis com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

(b) Refere-se ao contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

continua ...

arteris

Eufrázio



arteris
A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Arrendamento mercantil a pagar

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	**666**	**41.273**	**41.939**	**3.696**	**40.627**	**44.323**
Remensurações	5.557	11.871	17.428	(77)	1.285	1.208
Adições/reversões	132	–	132	166	–	166
Utilizações (*)	(8.693)	–	(8.693)	(8.296)	–	(8.296)
Ajuste a valor presente – AVP	4.736	–	4.736	4.538	–	4.538
Transferências	951	(951)	–	639	(639)	–
Saldo final	**3.349**	**52.193**	**55.542**	**666**	**41.273**	**41.939**

Consolidado	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	**73.997**	**120.554**	**194.551**	**78.882**	**149.084**	**227.966**
Remensurações	40.398	18.865	59.263	13.231	23.163	36.394
Adições/reversões	9.177	36.687	45.864	21.187	2.505	23.692
Utilizações (*)	(123.287)	–	(123.287)	(114.338)	–	(114.338)
Ajuste a valor presente – AVP	22.146	–	22.146	20.837	–	20.837
Transferências	52.588	(52.588)	–	54.198	(54.198)	–
Saldo final	**75.039**	**123.518**	**198.557**	**73.997**	**120.554**	**194.551**

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	**Controladora**	**Consolidado**
2026	3.636	17.835
2027	3.687	12.031
2028	3.773	11.691
2029	1.976	6.866
Após 2029	39.121	75.095
	52.193	**123.518**

Em 31 de dezembro de 2024, não houve despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos na controladora. No consolidado é como segue:

Consolidado	31/12/2024		31/12/2023	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R$5)
Guinchos	14	–	51	157
Veículos operacionais	–	109	–	88
Imóveis	–	26	–	26
Outros	5	125	30	–
Equipamentos Administrativos	–	6	–	51
Total	**19**	**266**	**81**	**322**

(*) Das utilizações os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente aos arrendamentos realizados, foram de R$7.960 para a controladora e R$111.352 para o consolidado (R$8.296 e R$106.814, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são, respectivamente, R$2.034 e R$9.368 para PIS e Cofins (R$1.887 e R$8.690, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a taxa média consolidada é de 11,04% a.a. (9,79% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

19 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Controladas				
Contas a receber: (a)				
Autovias S.A.	–	17	–	–
Centrovias S.A.	5.244	1.170	–	–
Intervias S.A.	4.407	7.670	–	–
Vianorte S.A.	1	7	–	–
Planalto Sul S.A.	2.795	2.126	–	–
Fluminense S.A.	4.493	2.786	–	–
Fernão Dias S.A.	6.599	4.420	–	–
Régis Bittencourt S.A.	7.779	4.967	–	–
Litoral Sul S.A.	11.034	8.419	–	–
ViaPaulista S.A.	9.058	5.631	–	–
Outras partes relacionadas:				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	284	206	284	206
Sociedade para Participação em Infraestrutura, S.A.	148	120	148	120
Contas a receber de partes relacionadas circulante	**51.922**	**37.539**	**432**	**326**
Juros sobre o capital próprio: (b)				
Centrovias S.A.	–	6.251	–	–
Intervias S.A.	8.164	10.876	–	–
Litoral Sul S.A.	31.711	31.711	–	–
Arteris Participações	–	5.763	–	–
ViaPaulista S.A.	16.173	9.038	–	–
Juros sobre o capital próprio a receber	**56.048**	**63.639**	**–**	**–**
Dividendos a receber: (b)				
Autovias S.A.	3.867	14.241	–	–
Centrovias S.A.	2.096	6.751	–	–
Intervias S.A.	–	26.043	–	–
Vianorte S.A.	1.719	11.068	–	–
Arteris Participações	–	24.751	–	–
ViaPaulista S.A.	29.306	13.315	–	–
Dividendos a receber	**36.988**	**96.169**	**–**	**–**
Total parte relacionada no ativo circulante	**144.958**	**197.347**	**432**	**326**
Ativo não circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Debêntures a receber:				
Planalto Sul S.A. (c)	228.589	384.230	–	–
Fluminense S.A. (d)	1.400.879	1.248.017	–	–
Fernão Dias S.A. (e)	124.000	111.985	–	–
Litoral Sul S.A. (f)	1.085.565	979.190	–	–
Créditos financeiros com controladas não circulante	**2.839.033**	**2.723.422**	**–**	**–**
Total do ativo não circulante	**2.839.033**	**2.723.422**	**–**	**–**

	Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Controladas				
Contas a pagar: (a)				
Intervias S.A.	30	–	–	–
Fluminense S.A.	–	2	–	–
Fernão Dias S.A.	–	12	–	–
Régis Bittencourt S.A.	–	186	–	–
Litoral Sul S.A.	–	60	–	–
ViaPaulista S.A.	–	1	–	–
Passivos com partes relacionadas circulante	**30**	**261**	**–**	**–**
Total do passivo circulante	**30**	**261**	**–**	**–**
Passivo não circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Mútuos a pagar: (g)				
Autovias S.A.	–	27.615	–	–
Centrovias S.A.	–	106.015	–	–
Vianorte S.A.	–	148.706	–	–
Debêntures a pagar:				
Autovias S.A. (h)	12.839	179.037	–	–
Centrovias S.A. (i)	5.054	147.482	–	–
Intervias S.A. (j)	1.793.233	950.003	–	–
Vianorte S.A. (k)	12.195	22.998	–	–
Empréstimos partes relacionadas não circulante	**1.823.321**	**1.581.946**	**–**	**–**
Total do passivo não circulante	**1.823.321**	**1.581.946**	**–**	**–**

A movimentação dos empréstimos com partes relacionadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão representados conforme abaixo:

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
Ativos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	–	**2.723.422**	**2.723.422**	–	**3.263.577**	**3.263.577**
Captações/Liberação	–	23.200	23.200	–	118.400	118.400
Juros provisionados	–	332.409	332.409	–	455.401	455.401
Amortização/Recebimento de principal	(163.459)	–	(163.459)	–	(504.800)	(504.800)
Pagamento/Recebimento de juros	(26.541)	–	(26.541)	–	(539.924)	(539.924)
Imposto de renda retido na fonte	–	(49.998)	(49.998)	–	(69.232)	(69.232)
Transferências	190.000	(190.000)	–	–	–	–
Saldo final	–	**2.839.033**	**2.839.033**	–	**2.723.422**	**2.723.422**

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
Passivos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	–	**1.581.946**	**1.581.946**	–	**1.485.448**	**1.485.448**
Captações/Liberação	–	700.000	700.000	–	40.000	40.000
Juros provisionados	–	228.747	228.747	–	223.471	223.471
Amortização/Pagamento de principal	(5.201)	–	(5.201)	(88.428)	–	(88.428)
Pagamento/Pagamento de juros	(9.095)	(1.563)	(10.658)	(39.043)	(5.760)	(44.803)
Imposto de renda retido na fonte	–	(36.509)	(36.509)	–	(33.742)	(33.742)
Transferências	14.296	(649.300)	(635.004)	127.471	(127.471)	–
Saldo final	–	**1.823.321**	**1.823.321**	–	**1.581.946**	**1.581.946**

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Sociedade adota um critério de rateio de custos da *holding*, baseando-se na receita das controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados sem cobrança de taxas administrativas, com vencimento médio de 45 dias. A partir de 2019 os gastos com investimentos rateados para as empresas do grupo são proporcionais aos investimentos de cada empresa. (b) Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber. (c) Referem-se à 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Planalto Sul para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos são remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado de *spread* de 1% a.a., com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. (d) Referem-se a instrumentos particulares de escritura da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures simples, da série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread que variam de 1% a 1,6% a.a. e tem vencimento do principal e juros previsto para 31 de dezembro de 2028. (e) Referem-se à 5ª e 8ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Fernão Dias para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* de 1% a.a., com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. (f) Referem-se a instrumentos particulares de escritura de 3ª, 4ª 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread que variam de 1% a 1,5% a.a., todas com vencimento do principal e juros para 31 de dezembro de 2028. (g) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais *spread* de 1,037% a 1,7% a.a. com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2028 para Vianorte, Autovias e Centrovias. (h) Referem-se a instrumentos particulares de escritura de 7ª e 12ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% a.a., com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. (i) Referem-se a instrumentos particulares de escritura de 7ª e 8ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Centrovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% a.a. para a 7ª emissão e 1,0% a.a. para a 8ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. (j) Referem-se a instrumentos particulares de escritura de 4ª, 6ª, 8ª, 10ª e 16ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* que variam de 1,0% a 2,0% a.a., com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. (k) Refere-se a instrumento particular de escritura de 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Vianorte e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% a.a., com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu no Consolidado o montante de R$42.902 (R$27.429 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração com encargos e benefícios	17.402	17.058
Participação nos resultados	5.034	5.698
Incentivo de longo prazo	20.466	4.673
Total	**42.902**	**27.429**

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual para o exercício de 2024 sem encargos em até R$24.200 (R$20.500 para o ano de 2023) para o Consolidado e Controladora. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pelo Grupo Arteris e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

20 Benefícios a empregados

O Grupo Arteris concede a seus empregados a participação nos lucros e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos da provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31 de dezembro de 2024, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$16.091 na Controladora (R$15.602 em 31 de dezembro de 2023) e R$35.474 no consolidado (R$35.325 em 31 de dezembro de 2023). Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA consolidado e por entidade do Grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. O Grupo Arteris provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

21 Credores pela concessão

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a Sociedade controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido à ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. Os valores dos ônus fixo das concessões foram liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias, e em março de 1998 pela Vianorte, onde a Autovias, a Centrovias e a Vianorte foram totalmente liquidadas em 2019 e a Intervias teve as parcelas liquidadas em 2020. Os montantes foram reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. O valor do ônus fixo da Sociedade controlada ViaPaulista foi liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o Ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa foi liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente e foi corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Consolidado	
	Valor presente/Valor real	
Circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Intervias (a)/(b)	1.224	1.145
ViaPaulista (c)	–	1.843
Total	**1.224**	**2.988**

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2015, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). (b) Valor variável correspondente a 22% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. (c) Sem saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024 devido a redução da outorga variável de 3% para 0% conforme mencionado na nota.

continua ...

arteris Fernão Dias | arteris Fluminense | arteris Litoral Sul | arteris Planalto Sul | arteris Régis Bittencourt | arteris Intervias | arteris ViaPaulista



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

explicativa nº 2. Os valores pagos referentes ao ônus variável pelas controladas da Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ao Poder Concedente estão assim representados:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Outorga			Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	–	–	–	–	1.271	1.271
Intervias	–	14.857	14.857	–	13.438	13.438
Vianorte	–	–	–	–	874	874
ViaPaulista	–	21.150	21.150	–	20.032	20.032
Total	**–**	**36.007**	**36.007**	**–**	**35.615**	**35.615**

22 Provisões

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

Controladora	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	–	42	(9)	(33)	–	–
Trabalhistas	3.544	4.033	(2.927)	(3.072)	6	1.584
Fiscais	1.097	–	–	(1.097)	–	–
Total	**4.641**	**4.075**	**(2.936)**	**(4.202)**	**6**	**1.584**

Controladora	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	–	(7)	–	7	–	–
Trabalhistas	3.097	3.539	–	(3.092)	–	3.544
Fiscais	–	1.233	–	(136)	–	1.097
Total	**3.097**	**4.765**	**–**	**(3.221)**	**–**	**4.641**

Consolidado	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	60.217	53.670	(32.473)	(28.785)	7.728	60.357
Trabalhistas	16.150	25.111	(16.142)	(17.755)	96	7.460
Regulatórias	53.312	31.722	(43.225)	(11.760)	2.581	32.630
Fiscais	1.409	449	(602)	(1.170)	17	103
Total	**131.088**	**110.952**	**(92.442)**	**(59.470)**	**10.422**	**100.550**

Consolidado	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	47.488	47.856	(16.794)	(20.274)	1.941	60.217
Trabalhistas	7.800	28.015	(3.014)	(14.839)	188	16.150
Regulatórias	38.001	40.453	(13.994)	(14.865)	3.737	53.312
Fiscais	356	1.238	(5)	(187)	7	1.409
Total	**93.445**	**115.542**	**(33.807)**	**(49.965)**	**5.873**	**131.088**

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. A Sociedade informa que a controlada Litoral Sul, está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no Contrato de Concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Para a Sociedade controlada Fluminense após a assinatura do TAC Multas mencionado na nota explicativa nº 2, a Fluminense realizou a dedução no montante de R$53.654 do Ativo Financeiro, o qual a Fluminense mantém em razão do processo de relicitação. Essa dedução é referente aos processos regulatórios administrativos prováveis, possíveis e remotos objeto de negociação de TAC de multas. As controladas Planalto Sul, Fluminense, Regis Bittencourt e Fernão Dias, celebraram Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas com a ANTT respectivamente, nos dias 28 de julho de 2023, 05 de janeiro de 2024 e 27 de dezembro de 2024, tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018, conforme nota explicativa nº 2. A Sociedade e suas controladas avaliaram os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade e suas controladas não espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Sociedade e suas controladas seguem avaliando esse tema e, manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (*)	126	108	52.663	39.185
Trabalhistas	1.058	1.241	19.025	6.333
Ambientais	–	–	4.326	5.764
Regulatórios	–	–	152.563	164.832
Fiscais	4.282	5.051	63.307	59.847
Total	**5.466**	**6.400**	**291.884**	**275.960**

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis advêm em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos à rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Em 31 de dezembro de 2024 os depósitos judiciais de R$5.474 e R$90.395, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, (R$5.525 e R$89.844, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no Consolidado onde o montante de R$571 (R$885 em 31 de dezembro de 2023) está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelo Grupo Arteris. O saldo referente aos depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora é composto da seguinte forma:

Depósitos Judiciais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Regulatório	–	–	792	792
Cível	2.416	2.411	84.407	83.736
Trabalhista	834	890	2.397	2.510
Fiscal	2.224	2.224	2.799	2.806
Total	**5.474**	**5.525**	**90.395**	**89.844**

b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção de acordo com o Contrato de Concessão, para as rodovias federais temos ciclos de 4 anos, rodovias estaduais de 6 anos e especificamente para as rodovias da ViaPaulista os ciclos são de 5 anos. c) Provisão para investimentos: A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
Provisões	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2023	**99.665**	**223.593**	**214.166**	**430.549**	**313.831**	**654.142**
Adições/Reversões (*)	820	221.229	8.155	657.975	8.975	879.204
Utilizações	(5)	(392.600)	–	–	(5)	(392.600)
Ajuste a valor presente	376	29.538	13.825	44.119	14.201	73.657
Transferências	(14.447)	395.136	14.447	(395.136)	–	–
Saldo em 31/12/2024	**86.409**	**476.896**	**250.593**	**737.507**	**337.002**	**1.214.403**

	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
Provisões	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2022	**84.451**	**220.328**	**162.244**	**352.065**	**246.695**	**572.393**
Adições/Reversões	–	88.637	54.214	228.130	54.214	316.767
Utilizações	(67)	(268.694)	–	–	(67)	(268.694)
Ajuste a valor presente	–	12.383	12.989	21.293	12.989	33.676
Transferências	15.281	170.939	(15.281)	(170.939)	–	–
Saldo em 31/12/2023	**99.665**	**223.593**	**214.166**	**430.549**	**313.831**	**654.142**

(*) Do total das adições na rubrica "Manutenção em rodovia", no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a principal provisão foi realizada pela controlada Intervias no montante de R$623.727 referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente mencionado na nota explicativa nº 2, sendo R$463.710 da constituição inicial na assinatura do acordo e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, constituiu o montante de R$160.017 recorrente, conforme a passagem do tempo. Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente às manutenções realizadas foram de R$377.997 (R$281.131 em 31 de dezembro de 2023).

23 Patrimônio líquido

Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$5.353.846 e está representado por 760.338.900 ações ordinárias sem valor nominal. Reserva legal – Controladora: O grupo Arteris segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado. Reserva e Retenção de lucros – Controladora: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos – Controladora: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Juros sobre o capital próprio: Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

24 Receitas

A conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados	4.145.462	3.615.739
Receita de serviços de construção	1.780.916	2.222.097
Outras receitas (a)	51.576	193.229
Remuneração do ativo financeiro (b)	147.251	295.181
Receita de reequilíbrio (c)	877.955	–
Receita bruta	**7.003.160**	**6.326.246**
ISSQN	(213.046)	(187.397)
PIS	(28.085)	(25.672)
COFINS	(129.617)	(116.488)
Outras deduções	(5.109)	(1.945)
Receita líquida	**6.627.303**	**5.992.749**

(a) Composta por receitas acessórias obtidas pelas controladas em sua maioria oriundas da permissão pelo uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica e cabos de energia e regularização de acessos. (b) Remuneração do ativo financeiro reconhecido em razão do processo de relicitação, conforme previsto no artigo 12 da Resolução 5.860/2019 que prevê que os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do Contrato de Concessão, onde o reajuste dos ativos (IPCA) que foram disponibilizados para uso do início da concessão até junho de 2022 estão sendo reconhecidos pelo novo período de concessão, e a atualização do saldo do ativo financeiro atualizado pelo IPCA corrente de cada mês, com o advento da assinatura da prorrogação do prazo, o reconhecimento da atualização dos ativos que foram disponibilizados para uso desde o início da concessão até junho de 2022 foi diluído pelo novo prazo. (c) Receita referente à créditos remanescentes do Acordo Definitivo firmado entre a consolidada Intervias e o Poder Concedente conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

25 Custos e despesas administrativas por natureza

Estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custos:		
Com pessoal	(216.999)	(207.767)
Serviços de terceiros	(165.801)	(160.847)
Conservação	(125.613)	(127.213)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(16.121)	(18.661)
Consumo	(30.831)	(31.269)
Transportes	(46.373)	(40.928)
Verba de fiscalização	(92.247)	(86.206)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.164)	(1.406)
Seguros/Garantias	(28.596)	(28.312)
Ônus variável	(34.243)	(36.012)
Provisão de manutenção em rodovias (a)	(879.204)	(316.767)
Custos de serviços da construção	(1.780.916)	(2.222.097)
Depreciação/Amortização (b)	(1.272.573)	(1.101.549)
Amortização da Outorga	(105.571)	(53.820)
Outros	(6.074)	(4.860)
Total	**(4.800.325)**	**(4.437.713)**

(a) Provisão no valor de R$623.727 realizada pela controlada Intervias referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. (b) Conclusão da Obra Contorno Viário de Florianópolis, qual foi inaugurada em 09 de agosto de 2024, gerando impacto na amortização do período em R$257.120.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(263)	(251)	(129.561)	(120.634)
Serviços de terceiros	(219)	(4.476)	(19.826)	(27.729)
Manutenção de bens e conservação	–	(92)	(14.323)	(14.897)
Consumo	(1)	(6)	(9.007)	(9.477)
Transportes	(12)	(17)	(786)	(925)
Seguros/Garantias	(9)	(246)	(179)	(367)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.139)	(4.765)	(18.510)	(81.735)
Comunicação e marketing	–	–	(2.329)	(3.457)
Indenizações à terceiros	–	–	(526)	(636)
Publicações legais	–	–	(1.343)	(1.455)
Depreciação/Amortização	(21.466)	(19.893)	(34.220)	(30.243)
Provisão para perdas esperadas	–	–	(3.501)	(1.072)
Outros	(158)	(203)	(21.196)	(31.832)
Total	**(23.267)**	**(29.953)**	**(255.109)**	**(324.659)**

26 Resultado financeiro

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:				
Juros ativos	332.409	455.401	–	–
Aplicações financeiras	73.315	63.945	248.209	236.324
Créditos fiscais	2.682	1.781	5.026	5.161
Atualização monetária dos processos regulatórios	–	–	17	2
Outras receitas	5	5	409	435
Total	**408.411**	**521.132**	**253.661**	**241.922**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(750.433)	(692.780)	(1.291.739)	(974.441)
Atualização monetária – excedente tarifário	–	–	(38.329)	(16.850)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.736)	(4.538)	(110.004)	(67.499)
Atualização monetária	–	–	(432)	(535)
Outras despesas	(30.152)	(41.152)	(89.994)	(85.280)
Total	**(785.321)**	**(738.470)**	**(1.530.498)**	**(1.144.605)**

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$1.369.316, o Grupo Arteris complementou o montante de R$253.909 (R$1.393.429 e R$410.397 em 31 de dezembro de 2023) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte das infraestruturas em construção. Do montante complementado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido a relicitação da Fluminense, R$1.396 (R$3.007 em 31 de dezembro de 2023) foi considerado como despesa operacional, na rubrica "outras despesas operacionais" redutora do ativo financeiro.

continua ...

arteris

Eufrázio



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	2.941.384	2.636.287
Total das adições de imobilizado (b)	5.650	9.045
Juros capitalizados – mútuos e debêntures privadas (a)	(77.123)	(145.157)
Juros capitalizados – financiamentos (a)	(38.503)	(44.460)
Juros capitalizados – debêntures (a)	(138.263)	(218.375)
	2.693.125	2.239.340
Aquisição (adições)	(2.693.125)	(2.239.340)
Fornecedores	(16.811)	(162.269)
Direito de exploração (c)	877.955	–
Obrigações fiscais	2.005	6.778
Contas a pagar – partes relacionadas	5.524	(869)
Cauções contratuais	1.707	26.222
Provisão para investimentos em rodovias	8.970	54.147
Total dos fluxos de caixa na compra de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção	**(1.813.775)**	**(2.315.351)**
Fluxo de caixa imobilizado	(5.650)	(9.045)
Fluxo de caixa intangível	(1.808.125)	(2.306.306)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(1.813.775)**	**(2.315.351)**
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	879.350	(76.611)

(a) Vide notas explicativas nº 14 e nº 26. (b) Vide nota explicativa nº 13. (c) Créditos remanescentes do Acordo Definitivo, entre a controlada Intervias e ARTESP, que prorrogou o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2039, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

28 Prejuízo por Ação

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do prejuízo, prejuízo básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Básico/Diluído		
Prejuízo do exercício	(841.393)	(442.173)
Número de ações durante exercício	760.339	760.339
Prejuízo por ação	**(1,1066)**	**(0,5815)**

29 Instrumentos Financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			Controladora			
			31/12/2024		31/12/2023	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	1.014.766	1.014.766	415.407	415.407
Aplicação financeira	Nível 2	1	58.722	58.722	2.855	2.855
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	51.922	51.922	37.539	37.539
Empréstimos a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	2.839.033	2.839.033	2.723.422	2.723.422
Juros sobre o capital próprio a receber	Nível 2	2	56.048	56.048	63.639	63.639
Dividendos a receber	Nível 2	2	36.988	36.988	96.169	96.169
Outros Créditos	Nível 2	2	898	898	1.115	1.115
			4.058.377	4.058.377	3.340.146	3.340.146
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	1.096.809	1.096.809	1.062.475	1.062.475
Empréstimos – partes relacionadas	Nível 2	2	1.823.321	1.823.321	1.581.946	1.581.946
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	30	30	261	261
Debêntures (a)	Nível 2	1	3.287.201	3.404.092	3.046.506	3.146.874
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	13.332	13.332	13.021	13.021
Outras contas a pagar	Nível 2	2	9.911	9.911	13.816	13.816
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	55.542	55.542	41.939	41.939
			6.286.146	6.403.037	5.759.964	5.860.332

			Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	2.018.567	2.018.567	1.246.350	1.246.350
Aplicação financeira	Nível 2	1	199.762	199.762	28.263	28.263
Contas a receber clientes	Nível 2	2	233.885	233.885	226.836	226.836
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	432	432	328	328
Adiantamento a fornecedor	Nível 2	2	34.323	34.323	35.573	35.573
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	437.309	437.309	335.658	335.658
Outros créditos	Nível 2	2	12.027	12.027	25.829	25.829
Ativo financeiro – Fluminense	Nível 2	1	895.201	–	904.404	–
			3.831.506	2.936.305	2.803.239	1.898.835
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	1.678.797	1.678.797	1.734.387	1.734.387
Debêntures (a)	Nível 2	1	11.996.580	11.435.179	9.723.774	9.671.322
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	320.848	320.848	413.255	413.255
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	7.825	7.825	7.391	7.391
Credores pela concessão	Nível 2	2	1.224	1.224	2.988	2.988
Outras contas a pagar	Nível 2	2	68.334	68.334	60.582	60.582
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	198.557	198.557	194.551	194.551
			14.272.145	13.710.764	12.136.928	12.084.476

(a) Valor bruto
(b) Não é escopo do CPC 48/IFRS 9
(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: O Grupo Arteris avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pelo Grupo Arteris com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

30 Gestão de Risco

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo Arteris ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50%, e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Controladora			
	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
Indicadores (*)	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	**14,65%**	**18,31%**	**21,98%**	**10,99%**
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures	(458.516)	(558.546)	(658.575)	(358.487)
Receita de aplicações financeiras	159.526	199.407	239.288	119.644
Receita financeira de mútuo	455.767	561.020	686.273	350.514
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas	(292.995)	(360.192)	(427.391)	(225.798)
Juros a incorrer CDI líquido	(136.218)	(158.311)	(160.405)	(114.127)
IPCA	**4,96%**	**6,20%**	**7,44%**	**3,72%**
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures	(59.674)	(67.401)	(75.129)	(51.946)
Juros a incorrer IPCA líquido	(59.674)	(67.401)	(75.129)	(51.946)
Juros a incorrer líquido	**(195.892)**	**(225.712)**	**(255.534)**	**(166.073)**

	Consolidado			
	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
Indicadores (*)	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	**14,65%**	**18,31%**	**21,98%**	**10,99%**
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures	(635.318)	(765.649)	(895.978)	(504.988)
Receita de aplicações financeiras	219.214	274.017	328.821	164.408
Juros a incorrer – Notas Promissórias	(74.874)	(85.090)	(95.305)	(64.659)
Juros a incorrer CDI líquido	(490.978)	(576.721)	(662.462)	(405.239)
TJLP	**7,97%**	**9,96%**	**11,96%**	**5,98%**
Juros a incorrer – BNDES	(8.265)	(9.660)	(11.054)	(6.871)
Juros a incorrer TJLP líquido	(8.265)	(9.660)	(11.054)	(6.871)
IPCA	**4,96%**	**6,20%**	**7,44%**	**3,72%**
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures	(237.946)	(265.782)	(293.620)	(210.108)
Juros a incorrer – Debêntures	(969.723)	(1.069.421)	(1.169.122)	(870.022)
Juros a incorrer IPCA líquido	(1.207.669)	(1.335.203)	(1.462.742)	(1.080.130)
Juros a incorrer líquido	**(1.706.911)**	**(1.921.585)**	**(2.136.258)**	**(1.492.240)**

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 07 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Grupo Arteris incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição do Grupo Arteris ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias o Grupo Arteris interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2024 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R$225.455 (R$206.724 em 31 de dezembro de 2023) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber". As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris. O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Grupo Arteris reconheceu um prejuízo de R$841.393 (R$442.173 em 31 de dezembro de 2023). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

			Controladora					
			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor Contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Empréstimos e financiamentos (b)	2,13%	1.103.174	1.176.590	–	324.174	–	106.538	745.878
Arrendamento mercantil a pagar	11,55%	55.542	120.272	1.466	8.783	8.775	8.424	92.824
Partes relacionadas	14,42%	1.823.321	1.823.321	–	–	–	1.823.321	–
Debêntures – CDI (b)	14,42%	2.892.783	2.958.110	396.673	–	621.688	1.583.309	356.430
Debêntures – IPCA (b)	11,10%	594.418	661.858	–	28.657	316.757	316.444	–
Fornecedores e cauções contratuais		13.332	13.332	10.644	2.688	–	–	–
Contas a pagar à partes relacionadas		30	30	30	–	–	–	–
Outras contas a pagar		9.911	9.912	3.312	–	6.600	–	–
		6.292.511	6.763.425	412.125	364.302	953.800	3.838.066	1.195.132

			Consolidado					
			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor Contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático (b)	11,49%	1.678.797	2.298.556	58.105	175.886	224.480	319.379	1.520.736
Empréstimos e financiamentos (b)	15,83%	1.103.312	1.176.736	40	324.282	–	106.538	745.876
Arrendamento mercantil a pagar	11,04%	198.557	324.940	25.161	70.181	33.642	34.574	161.403
Debêntures – CDI (b)	14,42%	3.730.555	4.211.111	396.673	180.892	946.991	2.236.678	449.877
Debêntures – IPCA (b)	11,10%	8.266.006	9.611.884	138.564	413.777	637.872	2.350.617	5.871.054
Fornecedores e cauções contratuais	–	320.845	320.859	250.168	70.691	–	–	–
Credores pela concessão	–	1.224	1.224	1.224	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	68.334	68.335	61.218	517	6.600	–	–
		15.367.629	18.013.687	931.153	1.236.216	2.049.585	5.047.786	8.748.948

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valores brutos dos custos de transação.

31 Informações por Segmento de Negócio

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção civil e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4. a) Demonstração do resultado por segmento:

	31/12/2024					
Resultado	Concessão	Participações	Total	*Holding*	Eliminações	Saldo consolidado
Receita líquida	6.627.303	–	6.627.303	–	–	6.627.303
Custos	(3.424.181)	–	(3.424.181)	–	–	(3.424.181)
Custos de depreciação/amortização	(1.376.144)	–	(1.376.144)	–	–	(1.376.144)
Lucro bruto	**1.826.978**	**–**	**1.826.978**	**–**	**–**	**1.826.978**
Despesas gerais e administrativas	(998.078)	(76)	(998.154)	(1.801)	1.290	(998.665)
Provisão para perdas esperadas	(3.501)	–	(3.501)	–	–	(3.501)
Despesas de depreciação/amortização	(12.754)	–	(12.754)	(21.466)	–	(34.220)
Outras (despesas) receitas operacionais	7.381	–	7.381	1.174	(1.290)	7.265
Equivalência patrimonial	–	209.761	209.761	(442.370)	233.609	–
Receitas financeiras	406.147	259	406.406	408.411	(561.156)	253.661
Despesas financeiras	(1.305.354)	(979)	(1.306.333)	(785.521)	561.156	(1.530.408)
Variação cambial líquida	–	–	–	(20)	–	(20)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	**(79.181)**	**207.965**	**128.784**	**(841.393)**	**233.609**	**(479.000)**
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(231.468)	–	(231.468)	–	–	(231.468)
Diferidos	(130.925)	–	(130.925)	–	–	(130.925)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(441.574)**	**207.965**	**(233.609)**	**(841.393)**	**233.609**	**(841.393)**

continua ...

arteris Fernão Dias | arteris Fluminense | arteris Litoral Sul | arteris Planalto Sul | arteris Régis Bittencourt | arteris Intervias | arteris ViaPaulista



arteris
A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2023						
Resultado	**Concessão**	**Partici-pações**	**Total**	***Holding***	**Elimi-nações**	**Saldo consolidado**
Receita líquida	5.992.748	–	5.992.748	–	1	5.992.749
Custos	(3.282.344)	–	(3.282.344)	–	–	(3.282.344)
Custos de depreciação/amortização	(1.155.369)	–	(1.155.369)	–	–	(1.155.369)
Lucro bruto	**1.555.035**	**–**	**1.555.035**	**–**	**1**	**1.555.036**
Despesas gerais e administrativas	(1.087.067)	(104)	(1.087.171)	(10.060)	1.245	(1.095.986)
Provisão para perdas esperadas	(1.072)	–	(1.072)	–	–	(1.072)
Despesas de depreciação/amortização	(10.350)	–	(10.350)	(19.893)	–	(30.243)
Outras (despesas) receitas operacionais	13.166	–	13.166	6.405	(1.245)	18.326
Equivalência patrimonial	–	108.719	108.719	(201.254)	92.535	–
Receitas financeiras	399.472	190	399.662	521.132	(678.872)	241.922
Despesas financeiras	(1.084.191)	(816)	(1.085.007)	(738.470)	678.872	(1.144.605)
Variação cambial líquida	(21)	–	(21)	(33)	–	(54)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	**(215.028)**	**107.989**	**(107.039)**	**(442.173)**	**92.536**	**(456.676)**
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(279.190)	–	(279.190)	–	–	(279.190)
Diferidos	293.693	–	293.693	–	–	293.693
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(200.525)**	**107.989**	**(92.536)**	**(442.173)**	**92.536**	**(442.173)**

b) Balanços por segmento

31/12/2024						
Ativos	**Concessão**	**Partici-pações**	**Total**	***Holding***	**Elimi-nações**	**Saldo consolidado**
Circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	1.003.801	–	1.003.801	1.014.766	–	2.018.567
Aplicações financeiras	141.040	–	141.040	58.722	–	199.762
Contas a receber	233.885	–	233.885	–	–	233.885
Aplicações financeiras vinculadas	143.327	–	143.327	–	–	143.327
Contas a receber partes relacionadas	6.941	–	6.941	144.958	(151.467)	432
Outros circulantes	83.221	–	83.221	40.477	–	123.698
Total circulante	**1.612.215**	**–**	**1.612.215**	**1.258.923**	**(151.467)**	**2.719.671**
Não Circulantes						
Ativo Financeiro	895.201	–	895.201	–	–	895.201
Aplicações financeiras vinculadas	293.982	–	293.982	–	–	293.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos	933.528	–	933.528	–	–	933.528
Outros não circulantes	2.085.779	–	2.085.779	9.316.478	(10.954.191)	448.066
Total do ativo realizável a longo prazo	**4.208.490**	**–**	**4.208.490**	**9.316.478**	**(10.954.191)**	**2.570.777**
Direito de uso	132.038	–	132.038	50.070	–	182.108
Imobilizado	35.048	–	35.048	9.554	–	44.602
Intangível	14.577.912	–	14.577.912	38.026	65.249	14.681.187
Intangível em andamento	724.444	–	724.444	51.559	(65.249)	710.754
Total não circulante	**19.677.932**	**–**	**19.677.932**	**9.465.687**	**(10.954.191)**	**18.189.428**
Total dos ativos	**21.290.147**	**–**	**21.290.147**	**10.724.610**	**(11.105.658)**	**20.909.099**

31/12/2024						
Passivos	**Concessão**	**Partici-pações**	**Total**	***Holding***	**Elimi-nações**	**Saldo consolidado**
Circulantes						
Empréstimos e financiamentos	132.564	–	132.564	302.342	–	434.906
Debêntures	460.564	–	460.564	429.560	–	890.124
Fornecedores e cauções	307.513	–	307.513	13.332	3	320.848
Arrendamento mercantil a pagar	71.690	–	71.690	3.349	–	75.039
Obrigações sociais e fiscais	158.645	–	158.645	71.274	–	229.919
Credores pela concessão	1.224	–	1.224	–	–	1.224
Dividendos Propostos	36.988	–	36.988	–	(36.988)	–
Provisão Manutenção/investimentos	563.305	–	563.305	–	–	563.305
Outros circulantes	180.700	–	180.700	3.341	(114.482)	69.559
Total circulante	**1.913.193**	**–**	**1.913.193**	**823.198**	**(151.467)**	**2.584.924**
Não Circulantes						
Empréstimos e financiamentos	1.501.095	–	1.501.095	794.467	–	2.295.562
Debêntures	8.025.429	–	8.025.429	2.837.632	–	10.863.061
Arrendamento mercantil a pagar	71.325	–	71.325	52.193	–	123.518
Provisão manutenção/investimentos	988.100	–	988.100	–	–	988.100
Outros não circulantes	3.226.523	–	3.226.523	2.656.778	(5.389.709)	493.592
Total não circulante	**13.812.472**	**–**	**13.812.472**	**6.341.070**	**(5.389.709)**	**14.763.833**
Patrimônio líquido	**5.564.482**	**–**	**5.564.482**	**3.560.342**	**(5.564.482)**	**3.560.342**
Total dos passivos	**21.290.147**	**–**	**21.290.147**	**10.724.610**	**(11.105.658)**	**20.909.099**

31/12/2023						
Ativos	**Concessão**	**Partici-pações**	**Total**	***Holding***	**Elimi-nações**	**Saldo consolidado**
Circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	830.726	217	830.943	415.407	–	1.246.350
Aplicações financeiras	25.408	–	25.408	2.855	–	28.263
Contas a receber	226.836	–	226.836	–	–	226.836
Aplicações financeiras vinculadas	57.346	–	57.346	–	–	57.346
Contas a receber partes relacionadas	6.980	35.472	42.452	197.347	(239.473)	326
Outros circulantes	63.455	822	64.277	51.938	–	116.215
Total circulante	**1.210.751**	**36.511**	**1.247.262**	**667.547**	**(239.473)**	**1.675.336**
Não Circulantes						
Ativo Financeiro	904.404	–	904.404	–	–	904.404
Aplicações financeiras vinculadas	278.312	–	278.312	–	–	278.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	959.004	–	959.004	–	2.225	961.229
Outros não circulantes	1.820.327	157.149	1.977.476	10.114.215	(11.715.118)	376.573
Total do ativo realizável a longo tempo	**3.962.047**	**157.149**	**4.119.196**	**10.114.215**	**(11.712.893)**	**2.520.518**
Direito de uso	140.632	–	140.632	37.771	–	178.403
Imobilizado	40.043	–	40.043	10.606	–	50.649
Intangível	8.872.579	–	8.872.579	34.098	65.507	8.972.184
Intangível em andamento	5.581.398	–	5.581.398	43.892	(65.507)	5.559.783
Total não circulante	**18.596.699**	**157.149**	**18.753.848**	**10.240.582**	**(11.712.893)**	**17.281.537**
Total dos ativos	**19.807.450**	**193.660**	**20.001.110**	**10.908.129**	**(11.952.366)**	**18.956.873**

31/12/2023						
Passivos	**Concessão**	**Partici-pações**	**Total**	***Holding***	**Elimi-nações**	**Saldo consolidado**
Circulantes						
Empréstimos e financiamentos	223.098	–	223.098	13.169	–	236.267
Debêntures	717.544	–	717.544	546.002	–	1.263.546
Fornecedores e cauções	400.207	28	400.235	13.021	(1)	413.255
Arrendamento mercantil a pagar	73.331	–	73.331	666	–	73.997
Obrigações sociais e fiscais	175.669	234	175.903	48.063	–	223.966
Credores pela concessão	2.988	–	2.988	–	–	2.988
Dividendos Propostos	96.440	24.751	121.191	–	(121.191)	–
Provisão Manutenção/investimentos	323.258	–	323.258	–	–	323.258
Outros circulantes	166.394	5.783	172.177	7.475	(118.281)	61.371
Total circulante	**2.178.929**	**30.796**	**2.209.725**	**628.396**	**(239.473)**	**2.598.648**
Não Circulantes						
Empréstimos e financiamentos	1.466.770	–	1.466.770	1.049.306	–	2.516.076
Debêntures	5.827.975	–	5.827.975	2.482.673	–	8.310.648
Arrendamento mercantil a pagar	79.281	–	79.281	41.273	–	120.554
Provisão manutenção/investimentos	644.715	–	644.715	–	–	644.715
Outros não circulantes	2.989.903	–	2.989.903	2.304.746	(4.930.152)	364.497
Total não circulante	**11.008.644**	**–**	**11.008.644**	**5.877.998**	**(4.930.152)**	**11.956.490**
Patrimônio líquido	**6.619.877**	**162.864**	**6.782.741**	**4.401.735**	**(6.782.741)**	**4.401.735**
Total dos passivos	**19.807.450**	**193.660**	**20.001.110**	**10.908.129**	**(11.952.366)**	**18.956.873**

32 Garantias e Seguros

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

		Limites de indenizações – Estaduais				
Modalidade	**Riscos cobertos**	**Autovias**	**Centrovias**	**Intervias**	**Vianorte**	**ViaPaulista**
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	–	–	180.000	–	180.000
	Responsabilidade civil	–	–	40.899	–	29.064
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	–	–	301.617	140.023	841.690

		Limites de indenizações – Federais				
Modalidade	**Riscos cobertos**	**Planalto Sul**	**Fluminense**	**Fernão Dias**	**Régis Bittencourt**	**Litoral Sul**
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	90.187	128.977	233.319	249.138	211.275

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R$75.000. Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de dezembro de 2024, o valor dessas garantias é de R$668.600 (R$646.276 em 31 de dezembro de 2023) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

Conselho de Administração

Marcos Pinto Almeida – Presidente do Conselho
Francisco José Aljaro Navarro – Conselheiro
Ronald José Paz Vargas – Conselheiro
Fernando Martinez Caro – Conselheiro
Martí Carbonell Mascaro – Conselheiro
Jorge Fernandez Montoli – Conselheiro
Carlos Garcia Cabrera – Conselheiro
Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro

Contador

Anderson Rossi Mosna
CRC 1SP 257.150/O-7

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia – Diretor Presidente
Nilton Leonardo Fernandes Oliveira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Flavia Lucia Mattioli Tâmega – Diretora Jurídica e *Compliance*
Giane Luza Zimmer Freitas – Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade
Alisson de Almeida Freire – Diretor de Operações
Luiz Cesar Lindgren Costa – Diretor de Engenharia e Implantação
Roberto Paolini – Diretor de Pessoas e Organização
José Ricardo Bernardes Durante – Diretoria de Controladoria

Conselho Fiscal

Renato Guias Pereira
Gustavo Moraes Atensia
Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux
Pedro Henryque Mundim
Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti
Gabriel Tonanni Riva

Parecer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da **Arteris S.A.** ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, por unanimidade **opinam favoravelmente** à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia).

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, prejuízo de R$ 841.393.707,02 (oitocentos e quarenta e um milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e sete reais e dois centavos), conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Arteris S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Arteris S.A. ("Sociedade" ou "Grupo Arteris"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Relicitação do contrato de concessão da controlada Autopista Fluminense S.A.: Chamamos a atenção para nota explicativa nº2, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, pelo fato de que em 15 de junho de 2022 a controlada Autopista Fluminense S.A. celebrou o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão em decorrência do processo de relicitação, previsto na Lei nº 13.448/17, do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. O referido documento tem por objeto a postergação por mais 12 (meses), a contar do dia 21 de março de 2024. Nossa opinião não está ressalvada em relação em assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os

continua ...

arteris



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão – Consolidado: Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.1.2, 4.7 e 14 das demonstrações contábeis consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Arteris mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, o Grupo Arteris estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, das suas unidades geradoras de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso das UGC's é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGC's foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (i) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima mencionados, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso das UGC's, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – Consolidado: Veja as notas explicativas 3 (iii), 4.9 e 8 das demonstrações contábeis consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Arteris possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo nos montantes de R$933.528 mil e R$103.224 mil, respectivamente. Os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração do Grupo Arteris foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração do Grupo Arteris são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima mencionados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ativo financeiro indenizável – Consolidado: Veja as notas explicativas 2 e 10 das demonstrações contábeis consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Arteris mantém o montante de R$895.201 mil referente a ativo financeiro de bens reversíveis e indenizáveis que representa um direito contratual de receber caixa do Poder Concedente, relativo ao contrato de concessão da Autopista Fluminense S.A., conforme 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Esse 2º Termo Aditivo estabelece que quando extinta a concessão existe direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura; e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Lei nº 13.448/17, Resolução ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019. A administração do Grupo Arteris exerceu julgamentos para determinar os montantes dos investimentos não amortizados sujeitos a indenização e que foram, consequentemente, reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto e aos julgamentos realizados pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Recálculo das atualizações monetárias do ativo financeiro, conforme previsto na lei 13.448/17; - Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam as obras executadas de janeiro a dezembro de 2024 reconhecidas no período, tais como nota fiscal, medições e, comprovantes de pagamento; - Recálculo da tarifa excedente a ser deduzida do ativo financeiro; e - Avaliação se as divulgações das demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o montante reconhecido como ativo financeiro dos bens reversíveis e indenizáveis bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento do reequilíbrio econômico para prorrogação do prazo de concessão concedido – Consolidado: Veja as notas explicativas 2 e 24 das demonstrações contábeis consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 10 de janeiro de 2024, foi celebrado o "Acordo Definitivo Coletivo" por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") Definitivo Coletivo nº 01/2024 entre as controladas da Arteris S.A., referentes as suas concessões estaduais, Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias"), Vianorte S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., e Autovias S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP ("Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo"), considerado como o acordo definitivo cujo objeto consiste na prorrogação da vigência do contrato de concessão da Intervias até 31 de dezembro de 2039, no estabelecimento dos valores finais reconhecidos no Acordo Preliminar e, no encerramento das ações judiciais relacionadas aos objetos do Acordo Definitivo. Decorrente do tema acima, a Intervias reconheceu contabilmente os ativos não monetários oriundos da prorrogação do contrato de concessão firmados com o Poder Concedente, como ativo intangível, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Consideramos esse tema como significativo, devido: (i) aos efeitos significativos desse assunto sobre os valores reconhecidos dos desequilíbrios econômico-financeiros nas demonstrações contábeis consolidadas; (ii) à complexidade e ao julgamento exercido pela Sociedade na seleção da política contábil; e (iii) ao grau de habilidade e conhecimento especializado necessário para tratar e avaliar o reconhecimento contábil desse assunto.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Inspeção dos principais contratos e documentos que envolvem e suportam a transação; (ii) Leitura e avaliação, com auxílio de profissionais com conhecimento especializado para analisar o reconhecimento contábil desse assunto, do memorando contábil preparado pelo Grupo Arteris; (iii) Indagação para corroborar o entendimento dos fatos descritos no memorando contábil preparado pelo Grupo Arteris; (iv) Confronto dos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas com os valores acordados no Termo Aditivo e Modificativo Coletivo Definitivo; (v) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*), se a estimativa do valor em uso da concessão considerando a prorrogação do prazo da concessão concedido, foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; e (vi) Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e a divulgação do reequilíbrio econômico para prorrogação do prazo de concessão concedido, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP 283.539/O-8

arteris Fernão Dias | arteris Fluminense | arteris Litoral Sul | arteris Planalto Sul | arteris Régis Bittencourt | arteris Intervias | arteris ViaPaulista

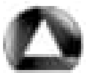
seminários**folha** ★★★

Acesse o site
folha.com/seminariosfolha

Os temas mais necessários
e relevantes a um play
de distânciade você.



Eufrázio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 028/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 21/3/2025, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para fabricação e instalação de guarda-volumes.
O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br.**

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025.
Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG - Pregão Eletrônico nº 07/2024 - PAC nº 0042/2024 - Objeto: Aquisição de Mobiliário em Geral, para atender a SEAAD - Abertura dia 20/03/2025 às 09:00h - Integra do Edital nos sites: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e **https://www.betim.mg.gov.br/portal/editais/1**
Informações: **cpl@betim.mg.gov.br**
Agente de Contratação
27/02/2025.



HH Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

CNPJ/MF nº 30.727.055/0001-01 - NIRE 35.300.365.909

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas de **HH Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)**, para comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 11 de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da companhia localizada na Estrada [illegible] nº 7001, sala 2, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP: 13288-190, Vinhedo/SP, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: *(A.I)* Rerratificar a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23/04/2024, cuja a ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o número 193.184/24-2, onde no cabeçalho está definida a data de 02 de maio de 2023, quando a data correta a ser considerada é 23 de abril de 2024; *(A.II)* Rerratificar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23/04/2024, cuja a ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o número 193.184/24-2, para corrigir especificamente o erro material constante no item 5.4 das deliberações, quanto ao valor do aumento de capital, que foi registrado, erroneamente, como R$ 25.076.525,42 (vinte e cinco milhões, setenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), e que deve ser corrigido para R$25.123.214,16 (vinte e cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e quatorze reais e dezesseis centavos), assim como o número de ações ordinárias, no qual foi registrado 58.262.494 (cinquenta e oito milhões, duzentas e sessenta e duas mil, quatrocentas e noventa e quatro) ações ordinárias, e que deve ser corrigido para 58.426.080 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e oitenta) ações ordinárias; *(A.III)* Autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas nesta Assembleia. As informações e os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia da assembleia, se encontram à disposição dos acionistas através do e-mail juridico@[illegible]. O não comparecimento do acionista ou a constituição de procurador no local e horário definido será declarado ausente e, uma vez constituído quórum mínimo para a votação, a assembleia será considerada realizada, bem como, as votações serão efetivadas e validadas pela maioria dos presentes. Vinhedo, 19 de fevereiro de 2025. **Alexandre Donizeti Rodrigues - Diretor.**

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
LEILÃO Nº 2025/905503V(9055)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: CE/ GO/ MA/ MG/ PR/ RJ/ RS E SP

DATA: 12/03/2025 À PARTIR DAS 12H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS URBANOS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.



Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao. com.br

Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826



Parceria

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
LEILÃO Nº 2025/905501V(9055)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: GO/ PA/ PI E SE

DATA: 11/03/2025 À PARTIR DAS 12H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS URBANOS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.



Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao. com.br

Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826



Parceria

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA - MG
ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO: CREDENCIAMENTO Nº 632/2023

Objeto: Transporte de estudantes regularmente matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Educação Superior e Educação de Jovens e Adultos (EJA), residentes predominantemente na zona rural do município de Uberlândia, bem como de servidores públicos municipais que prestam serviço nas escolas municipais predominantemente na zona rural, nos períodos da manhã, tarde, noite e integral, com fornecimento de mão de obra (condutores) e veículo.Os membros da Comissão Especial de Seleção, designados pela Portaria SMA nº 599, de 27 de outubro de 2023, que subscrevem o presente documento, após o exame e a conferência da documentação, em cotejo com os requisitos e as condições expressas no Termo de Referência do Edital nº 632/2023 e seus anexos, julga que as inscrições abaixo relacionadas estão nas seguintes conformidades:JULGA HOMOLOGADAS PARA O CREDENCIAMENTO Nº 632/2023:

QTD	Classificação	Nº de Inscr.	SORTEADOS - VAN	CPF
1	N/A	1070	DAVI MIGUEL ALVES SILVA	XXX.871.836-XX
2	N/A	232	FLAGNER APARECIDO DA SILVA	XXX.167.686-XX
3	N/A	1067	JOSE ELTES LINO	XXX.380.416-XX
4	N/A	1059	LUCIA HELENA DA CRUZ	XXX.201.986-XX
5	N/A	1083	VANDER ROSA DE JESUS	XXX.843.286-XX
6	N/A	1081	WESLEI JOSE DA MOTA	XXX.704.396-XX

N/A: Inscrição realizada após do dia 30/11/203. JULGA HOMOLOGADAS PARA O CREDENCIAMENTO Nº 632/2023:

QTD	Classificação	Nº de Inscr.	SORTEADOS - KOMBI	CPF
1	30	462	OTEMAR BATISTA COSTA	XXX.939.726-XX

HOMOLOGAR o resultado do procedimento de credenciamento, para que produzam seus efeitos jurídicos. Ante o exposto, restituo os autos à Diretoria de Compras da Secretaria Municipal de Administração para divulgação e realização dos procedimentos aplicáveis.
Uberlândia, 26 de fevereiro de 2025.
TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO.
Secretária Municipal de Educação

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online



DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 10178927704, firmado em 07/11/2022, no qual figura como Fiduciante **SYLVIO NERY DA FONSECA,** brasileiro, solteiro, maior, economista, portador do RG nº 18.859.447-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 036.394.444-34, residente e domiciliado em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10/03/2025, às 11:00 horas,** à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 3.090.772,50 (Três milhões, noventa mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por Unidade Autônoma: **Apartamento nº 101**, do 10º andar ou 11º pavimento do Edifício Provence, à Rua Oscar Freire, nº 112, São Paulo/SP, no 34º Subdistrito (Cerqueira Cesar), com a área útil de 148,10m2, área comum de 57,97m2, mais 26,02m2 da vaga na garagem, totalizando 232,09m2 de área total construída, correspondendo uma fração ideal no terreno de 4,98% do todo. A garagem coletiva situada no subsolo do edifício e destina-se ao estacionamento de parte dos veículos, com auxílio de manobristas, em lugares indeterminados. O Edifício Provence acha-se construído em terreno com a área de 750,00m2. **Imóvel objeto da matrícula nº 6.543 do 13º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **24/03/2025,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.545.386,25 (Um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.portalzuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467 | contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

BIASI — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Relatório da Administração – 2024

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Destaques Operacionais e Financeiros – 2024

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de **8,4%** no tráfego no exercício de 2024, com **175,8 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **84,5%** do tráfego representado por veículos pesados e **15,5%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou **R$ 701,9 milhões** no exercício de 2024, com crescimento de **12,0%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem: O EBITDA Ajustado totalizou **R$ 502,8 milhões** no exercício de 2024, acréscimo de **27,4%**, com uma evolução da margem de **9,7** pontos percentuais.

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	**45.989**	**42.200**	**9,0%**	**175.782**	**162.100**	**8,4%**
Leves	7.303	7.108	2,7%	27.246	26.245	3,8%
Pesados	38.687	35.091	10,2%	148.535	135.856	9,3%

A Régis Bittencourt registrou 175,8 milhões de veículos equivalentes no exercício 2024, aumento de 8,4% em comparação ao exercício de 2023. O *mix* de veículos foi de 84,5% para os pesados e 15,5% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 45,9 milhões de veículos equivalentes (+9,0%) no 4T24. O tráfego de veículos leves foi impulsionado por feriados, eventos regionais, férias escolares e festas de fim de ano. Nos veículos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024, o crescimento das exportações do setor avícola e o início das operações da JBS Terminais no Porto de Itajaí contribuíram para o aumento do fluxo. Além disso, a Régis absorve o tráfego de longa distância, refletindo o aquecimento do mercado no Rio Grande do Sul e Paraná.

Tarifa Média

Tarifa Média (R$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	**4,00**	**3,90**	**2,6%**	**3,99**	**3,86**	**3,3%**

A tarifa média no exercício de 2024 foi de R$ 3,99, um aumento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a tarifa média alcançou R$ 4,00, representando um crescimento de 2,6% em relação ao 4T23. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	**214.338**	**210.728**	**1,7%**	**882.624**	**790.811**	**11,6%**
Receitas de pedágio	184.050	164.594	11,8%	701.917	626.475	12,0%
Receitas de Construção	30.432	43.525	(30,1%)	172.643	153.909	12,2%
Outras Receitas	(144)	2.609	(105,5%)	8.064	10.427	(22,7%)
Deduções	**(16.140)**	**(14.486)**	**11,4%**	**(61.500)**	**(55.086)**	**11,6%**
Receita Operacional Líquida	**198.198**	**196.242**	**1,0%**	**821.124**	**735.725**	**11,6%**
Receita Líquida Ajustada[1]	**167.766**	**152.717**	**9,9%**	**648.481**	**581.816**	**11,5%**

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R$ 701,9 milhões, representando um crescimento de 12,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R$ 184,1 milhões, um aumento de 11,8% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego na rodovia administrada pela Companhia.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R$ 172,6 milhões no exercício de 2024, um aumento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R$ 30,4 milhões, queda de 30,1% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas: As receitas acessórias registraram R$ 8,0 milhões no exercício de 2024, com uma redução de 22,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, as receitas alcançaram R$ -0,144 milhões.

Custos e Despesas

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	**(35.991)**	**(39.470)**	**(8,8%)**	**(145.656)**	**(154.224)**	**(5,6%)**
Pessoal	(15.624)	(13.842)	12,9%	(54.282)	(52.168)	4,1%
Conservação	(4.014)	(2.717)	47,7%	(10.986)	(12.987)	(15,4%)
Serviços de terceiros	(8.202)	(9.100)	(9,9%)	(32.741)	(33.626)	(2,6%)
Seguros e garantias	(1.307)	(1.302)	0,4%	(5.152)	(4.911)	4,9%
Verba de fiscalização	(5.331)	(5.091)	4,7%	(21.297)	(20.343)	4,7%
Outros	(1.513)	(7.418)	(79,6%)	(21.198)	(30.189)	(29,8%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	**(212.243)**	**(130.295)**	**62,9%**	**(588.273)**	**(468.688)**	**25,5%**
Prov. para redução ao valor recuperável	(101.961)	(11.729)	769,3%	(101.961)	(11.729)	769,3%
Custo dos serviços de construção	(30.432)	(43.525)	(30,1%)	(172.643)	(153.909)	12,2%
Prov. p/ manutenção em rodovias	(6.990)	(9.009)	(22,4%)	(33.445)	(44.519)	(24,9%)
Depreciação e amortização	(72.860)	(66.032)	10,3%	(280.224)	(258.531)	8,4%
Custos e Despesas Operacionais	**(248.234)**	**(169.765)**	**46,2%**	**(733.929)**	**(622.912)**	**17,8%**

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$ 733,9 milhões no exercício de 2024, aumento de 17,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$ 145,7 milhões, redução de 5,6% em comparação ao período anterior.

Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R$ 248,2 milhões no 4T24, aumento de 46,2% em relação ao 4T23. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$ 35,9 milhões, redução de 8,8% em relação ao período anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(127.319)	(3.155)	3935,5%	(130.545)	(48.976)	166,5%
(+) Depreciação e Amortização	72.860	66.032	10,3%	280.224	258.531	8,4%
(+) Resultado Financeiro	51.705	42.731	21,0%	187.505	198.168	(5,4%)
(+) IR e CSLL	25.578	(1.369)	(1.968,4%)	30.235	(24.649)	(222,7%)
EBITDA[1]	**22.824**	**104.239**	**(78,1%)**	**367.419**	**383.074**	**(4,1%)**
Margem EBITDA[2]	*13,6%*	*68,3%*	*(54,7 p.p.)*	*56,7%*	*65,8%*	*(9,2 p.p.)*
(+) Prov. para manutenção de rodovias	6.990	9.009	(22,4%)	33.445	–	0,0%
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	101.961	11.729	769,3%	101.961	11.729	769,3%
EBITDA Ajustado[3]	**131.775**	**124.977**	**5,4%**	**502.825**	**394.803**	**27,4%**
Margem EBITDA Ajustada[2]	*78,5%*	*81,8%*	*(3,3 p.p.)*	*77,5%*	*67,9%*	*9,7 p.p.*

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia no exercício de 2024 apresentou um valor de R$ 367,4 milhões, com variação de negativa de 4,1% e margem de 56,7%. No 4T24, o EBITDA foi de R$ 22,8 milhões, apresentando uma variação de negativa de 78,1% em relação ao 4T23. A variação negativa do EBITDA no 4T24 foi impactada, principalmente, pela provisão para redução ao valor recuperável.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R$ 502,8 milhões no exercício de 2024, com crescimento de 27,4% e margem ajustada de 77,5%. No 4T24, o EBITDA Ajustado alcançou R$ 131,8 milhões, registrando uma variação positiva de 5,4%. O crescimento do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

Depreciação e Amortização

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Depreciação e Amortização	**72.860**	**66.032**	**10,3%**	**280.224**	**258.531**	**8,4%**

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no exercício de 2024, o valor de R$ 280,2 milhões, um aumento de 8,4% em relação ao exercício de 2023. No comparativo trimestral, o valor contabilizado foi de R$ 72,9 milhões, aumento percentual de 10,3% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Financeiro	**(51.705)**	**(42.731)**	**21,0%**	**(187.505)**	**(198.168)**	**(5,4%)**
Receitas financeiras	2.932	2.837	3,3%	8.934	9.345	(4,4%)
Despesas financeiras	(54.637)	(45.566)	19,9%	(196.439)	(207.511)	(5,3%)
Variação cambial, líq.	–	(2)	(100,0%)	–	(2)	(100,0%)

O resultado financeiro contabilizado pela Régis Bittencourt foi de uma despesa financeira de R$ 187 milhões no exercício de2024, com uma redução de 5,4% em relação ao mesmo período de 2023. Referente ao 4T24, o valor apresentado foi de uma despesa financeira de R$ 51,7 milhões.

IR e CSLL

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
IR e CSLL	**(25.578)**	**(8.694)**	194,2%	**(30.235)**	**14.586**	(307,3%)
Corrente	3.674	–	–	(983)	–	–
Diferido	(29.252)	(8.694)	–	(29.252)	14.586	(300,5%)

No exercício de 2024, a Companhia contabilizou valor de R$ 30,2 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, um aumento de R$ 44,8 milhões em relação a 2023. No 4T24, o valor registrado foi de R$ 25,6 milhões.

Resultado Líquido

R$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Líquido	**(127.319)**	**(24.948)**	**410,3%**	**(130.545)**	**(70.769)**	**166,5%**

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no exercício de 2024 foi negativo de R$ 130,5 milhões, aumento de 166,5% comparado ao exercício de 2023. O resultado apresentado no trimestre teve um aumento de 410,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Esse aumento decorre, predominantemente, do impactado da provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

Endividamento

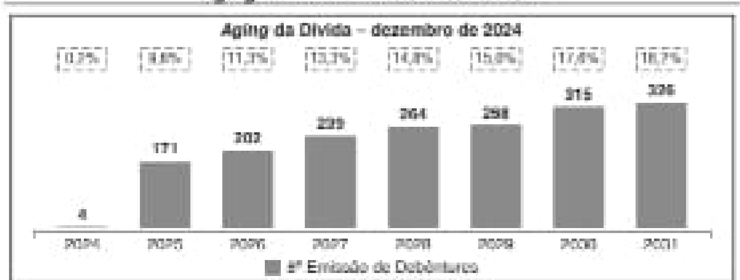
R$ mil	4T24	3T24	Δ%
Dívida Bruta	**1.759.160**	**1.837.456**	**(4,3%)**
Curto Prazo	165.715	183.100	(9,5%)
Longo Prazo	1.593.445	1.654.356	(3,7%)
Posição de Caixa	**50.350**	**95.502**	**(47,3%)**
Caixa e equivalentes de caixa	31.047	15.946	94,7%
Aplicações financeiras vinculadas [1]	19.303	79.556	(75,7%)
Dívida Líquida	**1.708.810**	**1.741.954**	**(1,9%)**

1: Curto e Longo Prazo

No 4T24, a dívida bruta da Régis Bittencourt totalizou R$ 1.759,2 milhões, uma variação negativa de 4,3% em relação ao valor registrado no 3T24.

A dívida líquida da Companhia finalizou o 4T24 em um montante de R$ 1.708,8 milhões, uma redução de 1,9% em relação ao trimestre anterior.

***Aging* da Dívida – dezembro de 2024**



No exercício de 2024, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 6ª Emissão de Debêntures.

Investimentos Realizados

R$ Mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Investimentos	**49.951**	**39.233**	**27,3%**	**200.437**	**185.964**	**7,8%**

Em 2024, a Companhia investiu R$ 200,4 milhões, crescimento de 7,8% em relação ao mesmo período de 2023. No 4T24, os investimentos totalizaram R$ 49,9 milhões, um aumento de 27,3% em comparação ao 4T23. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período.

Durante o exercício de 2024, a Concessionária realizou melhorias na rodovia, como a conclusão da implantação de Trevo em Desnível no km 312+200 da BR-116/SP, além de 2 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SP).

Previsão de Investimentos Futuros

R$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.743.788
Recuperações/Manutenções	296.491
Total	**2.040.279**

*Base Monetária: dezembro/2024

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Arteris, norteando as decisões da Alta Liderança, que sempre considera os impactos reais e potenciais nos âmbitos ambiental, social e de governança (ESG) relacionados às suas operações. Nesse contexto, a gestão sustentável dos negócios reflete o compromisso da empresa com um comportamento ético e íntegro, respeitando não apenas os recursos naturais e a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, mas também as pessoas envolvidas nesse processo. Para alcançar esses objetivos, promovemos a diversidade e a inclusão, além de garantir a segurança viária, do trabalho e no ambiente cibernético, tanto para colaboradores quanto para usuários, sempre com base na ética e transparência. Esses compromissos são incentivados e disseminados em todas as unidades da empresa e em toda a cadeia de valor, estando alinhados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Tanto internamente quanto externamente, as iniciativas, metas e indicadores sustentáveis da Arteris estão fundamentados na sua Agenda ESG, estruturada em três eixos estratégicos interligados e complementares: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, e Governança, Transparência e Accountability. Essa Agenda está alinhada à estratégia dos acionistas e conta com um Comitê Específico, conforme a governança da companhia. A conclusão do triênio 2022-2024 da Agenda ESG apresenta importantes avanços e conquistas de metas, consolidando a trajetória da Arteris rumo a uma atuação cada vez mais sustentável no setor de infraestrutura rodoviária. Abaixo, destacamos alguns dos nossos principais resultados em 2024:

A descarbonização foi a principal prioridade, com avanços significativos em estudos e projetos-piloto para a proteção da atmosfera e a implementação do nosso Plano de Descarbonização, que inclui estudos de alternativas para a redução das emissões, em especial o fomento ao consumo de combustíveis renováveis na frota de veículos leves da companhia e a implantação a operação de um guincho 100% elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias.

Temos investido na eficiência energética por meio da junção de diversos projetos que geram economia de energia e de custos: a consolidação das 25 mil lâmpadas de LED instaladas; a continuidade da instalação de painéis solares em localidades estratégicas, totalizando 20% do consumo total de energia elétrica por meio de fontes renováveis próprias; além da migração da unidades para o Mercado Livre de Energia e a certificação da empresa como consumidora de 100% da energia elétrica por meio de fontes renováveis, a partir da aquisição de certificados IRECs.

Fomos reconhecidos com o Prêmio ANTT Destaques 2024, na categoria Gestão de Riscos Climáticos, pela Plataforma de Previsão de Deslizamento de Taludes da Arteris Planalto Sul. Esta solução inovadora antecipa riscos climáticos e deslizamentos, garantindo maior segurança para os usuários e proteção ao meio ambiente.

Em relação à conservação da biodiversidade, a Arteris já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, equivalente a 1.553 hectares reflorestados, desde o início de suas operações. O plantio foi realizado como compensação ambiental pelas obras e intervenções realizadas, sendo planejado para maximizar os benefícios aos serviços ecossistêmicos, como a ampliação de áreas de preservação permanente (APPs) ao longo dos rios e a criação de corredores ecológicos para a fauna silvestre.

A Arteris Régis Bittencourt conquistou a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), unindo-se às concessões da Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias, que também revalidaram a certificação. Este processo garante que nosso sistema de gestão ambiental atende às normas vigentes e reflete nossa maturidade no tema, além de ser um importante instrumento de transparência para nossos stakeholders.

No campo da segurança viária, a Arteris se comprometeu com a 1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU, com a meta de reduzir em 50% as fatalidades no trânsito entre 2011 e 2030. Na primeira década, superamos a meta com uma redução de 51% e renovamos nosso compromisso até 2030. Apesar do aumento no número de fatalidades nos últimos anos, observamos a redução do indicador IF3, que mede a taxa de fatalidade por veículo, refletindo a correlação entre o aumento do tráfego e o risco de acidentes. Isso demonstra que nossas ações têm gerado resultados positivos, embora fatores como o comportamento humano e mudanças na legislação também influenciem os números.

Neste sentido a companhia está sempre buscando por iniciativas estratégicas voltadas a pontos críticos em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e mortes. A construção das três Áreas de Escape de emergência é apenas um exemplo disso: os dispositivos previnem acidentes graves e, desde a sua implementação, mais de 1.200 vidas já foram salvas.

Com relação a nossa força de trabalho e o indicador de Segurança do Trabalho, temos o destaque do sucesso do Centro de Controle de Segurança e Operação (CCSO) com aproximadamente 12.000 interações desde a sua implementação no ano anterior. Os principais resultados foram o suporte para sinalização vertical e horizontal, o posicionamento do veículo de proteção, sinalização luminosa culminando numa considerável redução de 41% das invasões de zonas de trabalho. Isso demonstra o olhar para a segurança do trabalho, seja com colaboradores internos ou terceirizados.

Em governança, a Arteris manteve seu compromisso com a ética por meio do Programa de Integridade, prevenindo e detectando rapidamente atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta. Como resultado, recebemos a recertificação ISO 37001 e o Selo Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União (CGU). Ao longo do ano, também atualizamos o Código de Conduta da Arteris, incorporando avanços em Inteligência Artificial e melhorias em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão. Nosso programa de Diversidade e Inclusão se expandiu, com diversas rodas de conversa e a participação em feiras de empregabilidade para vagas afirmativas, além da publicação de duas edições do Relatório de Transparência e Equidade Salarial. Lançamos também a nossa Política de Direitos Humanos, reafirmando nosso compromisso com a responsabilidade social, ética e transparência.

É importante lembrar que marcamos a história com a entrega do Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra de infraestrutura rodoviária brasileira e de Santa Catarina dos últimos anos. Este corredor expresso, que desvia o tráfego de longa distância da região metropolitana de Florianópolis, contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, reduzindo o tempo de viagem, melhorando o fluxo de tráfego e aumentando a segurança viária. Nos primeiros dias de operação, observamos uma redução de 30,1% nos acidentes e 9,4% nas vítimas, reforçando o nosso compromisso com a preservação da vida.

Todas as atividades realizadas no Contorno Viário estiveram alinhadas às condicionantes ambientais, e a obra foi projetada para minimizar os impactos ao meio ambiente. Técnicas de engenharia como a redução do canteiro central, uso de muros de contenção, estratégias geotécnicas e túneis reduziram em cerca de 25 hectares a supressão de Mata Atlântica.

Finalmente, a Arteris foi premiada, pelo segundo ano consecutivo, com o selo "Lugares Incríveis para Trabalhar", além de ser reconhecida nas categorias "Mais Incrível em ESG" e "Mais Incrível no setor de Serviços Públicos.

Com esses avanços, podemos afirmar que 2024 foi um ano de importantes conquistas nos três eixos estratégicos que orientam a nossa gestão. A sustentabilidade é uma jornada contínua, baseada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas. Com foco no futuro, seguimos executando nossa Agenda ESG, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura rodoviária nas regiões em que atuamos e em todo o Brasil.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2024, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria: A Diretoria da Autopista Régis Bittencourt S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Registro, 27 de fevereiro de 2025.

Informações Adicionais Obrigatórias

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A partir da zero hora do dia 29 de dezembro de 2024, a tarifa de veículos de passeio passou de R$4,00 para R$4,10 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2024, o tráfego pedagiado totalizou 175,8 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 8,4% superior aos 162,1 milhões registrados em 2023.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$ 882,6 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 11,6% sobre 2023, quando totalizou R$ 790,8 milhões.

Investimentos

Durante o ano de 2024, foram investidos R$ 200,4 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R$ 4.082,8 milhões realizados em 2023, perfazem o montante de R$ 4.283,2 milhões realizados nos 17 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R$ mil)	2024	2023	%
Ampliação da Rodovia	(112.920)	(92.350)	22%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(87.517)	(93.612)	(07%)
Total	**(200.437)**	**(185.962)**	**08%**

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária captou um total de R$ 2.676,8 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas de debêntures públicas, com o valor de R$ 1.700,0 milhões.

Valor Adicionado: Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R$ 265,3 milhões, representando 30,0 % da Receita Operacional Bruta, representando um aumento com relação ao ano de 2023, em que o valor adicionado foi de R$ 236,9 milhões representando 29,9% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Planejamento Empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total: Em 2024, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos: Em 2024, a Concessionária investiu R$ 16 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

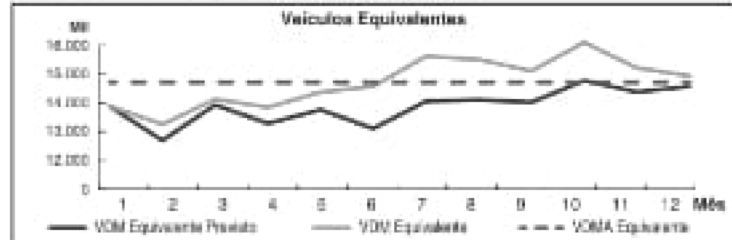
Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração

Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego: Volume: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

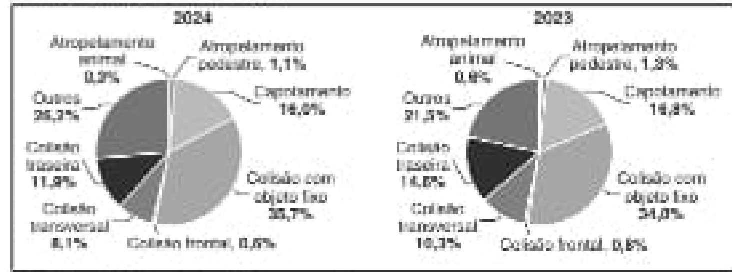


b) Caracterização do Tráfego

Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



C) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de Veículos Alocados na Concessão

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	11	2	13	3,28%
Guincho Leve	12	3	15	3,78%
Guincho Pesado	7	1	8	2,02%
Caminhão Pipa*	6	1	7	1,77%
Caminhão Munck	1	–	1	0,25%
AC – Ambulância Stand	10	2	12	3,03%
AD – Ambulância UTI	5	2	7	1,77%
Moto de inspeção	2	–	2	0,50%
Total de veículos operacionais	**54**	**11**	**65**	**16,39%**
Administração	3	–	3	0,76%
Tráfego	–	–	–	0,00%
Operação	7	–	7	1,77%
Arrecadação	–	–	–	0,00%
Segurança de trabalho	4	–	4	1,01%
Manutenção Tecnológica	10	–	10	2,52%
Obras e Conserva*	37	–	37	9,33%
Caminhonete ANTT	3	–	3	0,76%
Total de veículos de apoio	**64**	–	**64**	**16,14%**
Total de veículos	**118**	**11**	**129**	**32,53%**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de Pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
Tráfego		
Analista de Trafego Jr	1	0,00
Analista de Trafego Pl	1	0,00
Coordenador de Operacao	2	0,00
Inspetor de Trafego	50	0,00
Inspetor de Tráfego Motociclista	4	0,00
Operador de Balanca	28	0,00
Operador de Guincho	51	0,00
Operador de Guincho Munck	3	0,00
Operador de Guincho Pesado	36	0,00
Operador de Pipa	25	0,00
Supervisor de Operacoes	5	0,00
Total Tráfego	**206**	**0,01**
Arrecadação		
Analista de Cca Jr	2	0,00
Controlador de Pedagio I	24	0,00
Operador de Pedagio	189	0,01
Total Arrecadação	**215**	**0,01**
Operação		
Total Operação	0	0,00
Demais áreas		
Analista Administrativo Jr	2	0,00
Analista Administrativo Pl	1	0,00
Analista de Manutencao Jr	1	0,00
Analista de Manutencao Sr	1	0,00
Analista de Mobilidade Pl	1	0,00
Analista de Qualidade Pl	1	0,00
Analista de Responsabilidade Social Pl	1	0,00
Assistente Administrativo	1	0,00
Assistente de Operações	1	0,00
Assistente Tecnico I	2	0,00
Assistente Tecnico II	2	0,00
Assistente Tecnico III	3	0,00
Assistente Tecnico IV	1	0,00
Auxiliar de Topografia II	2	0,00
Coordenador de Implantação e Conserva	1	0,00
Coordenador de Pavimento	1	0,00
Engenheiro II	5	0,00
Inspetor de Faixa de Dominio Jr	1	0,00
Inspetor de Fiscalizacao I	7	0,00
Inspetor de Fiscalizacao II	8	0,00
Inspetor de Fiscalizacao III	7	0,00
Inspetor de Fiscalizacao IV	2	0,00
Medico do Trabalho	1	0,00
Supervisor de Manutencao	1	0,00
Tecnico de Manutencao I	2	0,00
Tecnico de Manutencao II	5	0,00
Tecnico de Manutencao III	1	0,00
Tecnico de Seguranca do Trabalho Pl	2	0,00
Tecnico de Seguranca do Trabalho Sr	1	0,00
Topografo	2	0,00
Total Demais áreas	**67**	**0,00**
Total Geral	**488**	**0,03**

d) Dados de Operação da Concessão

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R$ Mil)

Receita	Em 2024	Acumulada
	882.624	9.895.991

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R$ Mil)

Investimentos	Em 2024	Acumulada
	200.437	4.283.197

Custos Operacionais (em R$ Mil)

Custos Operacionais	Em 2024	Acumulada
	602.859	7.667.494

ISS Repassados (em R$ Mil)

ISS	Em 2024	Acumulada
	35.097	283.130

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 – São Lourenço da Serra-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
P2 – Miracatu-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
P3 – Juquiá-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
P4 – Cajati-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
P5 – Barra do Turvo – P5	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
P6 – Campina Grande do Sul-PR	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00

Concessionária em Números

Dados anuais e por empresa	KM
Quilômetros de rodovia	**396,6**

Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-01	26.288.281	44,7%
CAT-02	3.353.127	5,7%
CAT-03	217.202	0,4%
CAT-04	5.631.319	9,6%
CAT-05	65.174	0,1%
CAT-06	5.150.624	8,8%
CAT-07	4.607.196	7,8%
CAT-08	12.449.299	21,2%
CAT-09	1.003.758	1,7%
TOTAL	**58.765.980**	**100,0%**

Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio
P1	São Lourenço da Serra-SP
P2	Miracatu-SP
P3	Juquiá-SP
P4	Cajati-SP
P5	Barra do Turvo-SP
P6	Campina Grande do Sul-PR

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 116/SP	SP km 275,40 ao km 569,10	293,7	587,4
BR 116/PR	PR km 0,00 ao km 89,60	89,6	179,2
Total		**383,3**	**766,6**

Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
BR-116/SP	0,37%	20,34%	25,37%	13,81%	1,68%	4,48%
BR-116/PR	1,31%	13,43%	14,37%	4,85%	0,00%	0,00%

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
São Lourenço da Serra-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
Miracatu-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
Juquiá-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
Cajati-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
Barra do Turvo-SP	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00
Campina Grande do Sul-PR	Bidirecional	4,00	8,00	6,00	12,00	8,00	16,00	20,00	24,00	2,00

Mês	Média diária	%
Jan	446.156	8%
Fev	426.167	8%
Mar	453.999	8%
Abr	445.177	8%
Mai	461.834	8%
Jun	468.320	8%
Jul	501.817	9%
Ago	498.057	9%
Set	485.321	9%
Out	517.185	9%
Nov	488.776	9%
Dez	477.561	8%
Total	**5.670.372**	**100%**

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	472.531

Áreas	
Administrativo	51
Jurídico	–
Comunicação	–
Meio Ambiente	–
Centro de Controle Operacional	–
Arrecadação	217
Conservação (engenharia)	–
Pavimentação (engenharia)	17
Obras (engenharia)	–
Projetos (engenharia)	–
Manutenção Tecnológica (rodovia)	15
Faixa de Domínio	3
Segurança do Trabalho	4
Tráfego	209

BR-116/PR – Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	
Irregularidade Longitudinal	97,00%	3,00%
BR-116/SP- Parâmetro	**Atendem %**	**Não Atendem %**
Percentual de Área Trincada – TR	100,00%	
Irregularidade Longitudinal	93,00%	7,00%

Receita de pedágio	2024	Acumulada
Total	701.917	9.715.284
Custos associados às receitas de pedágio		(61.500)

Fator Trabalho	2024	2023
Número de Trabalhadores	516	507
Despesa de Pessoal	48.484	(52.168)

Fator Capital	2024	2023
Despesas de Depreciação	Método linear	
Ativo Líquido	25.136	22.935
Ativo Bruto	2.477.398	2.642.674
Série Histórica dos Investimentos	4.283.197	4.082.760
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	
Fatores Intermediários	**2024**	**2023**
Despesas em Administração	- 7.496	17.530
Despesas em Manutenção	- 2.359	- 2.403
Outras Despesas	–	–

Tipos de Acidentes	2024	2023
Com danos materiais	4.842	4.167
Com vítimas feridas	1.623	1.533
Com vítimas fatais	75	75
Indicadores	**2024**	**2023**
Receita por KM	2.225	1.960
Custo por KM	1.020	1.430

Balanço Social

Balanço Social	2024			2023		
1 – Base de cáculo	**Valor**	**% FPB**	**% RL**	**Valor**	**% FPB**	**% RL**
Faturamento Bruto	882.624	3%	93%	790.811	3%	93%
Receita liquida (RL)	821.124	3%	100%	735.725	4%	100%
Resultado operacional (RO)	(51.201	-49%	-1604%	(85.355)	-30%	-862%
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.295	100%	3246%	25.836	100%	2848%
Folha de pagamento bruta – total remunerações	25.295	100%	3246%	25.836	100%	2848%
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2 – Indicadores sociais internos						
Alimentação	4.983	19.7%	0,6%	4.729	18,3%	0,6%
Encargos Sociais	9.753	38,6%	1,2%	9.987	38,7%	1,4%
Previdência privada	308	1.2%	0,0%	340	1,3%	0,0%
Saúde	4.284	16.9%	0,5%	3.722	14,4%	0,5%
Segurança e Saúde no trabalho	458	1,8%	0,1%	315	1,2%	0,0%
Educação	4	0.0%	0,0%	48	0,2%	0,0%
Cultura	–	0.0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	74	0.3%	0,0%	97	0,4%	0,0%
Creches ou auxílio creche	296	1.2%	0,0%	349	1,4%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	2.826	11.2%	0,3%	2.969	11,5%	0,4%
Outros	346	1.4%	0,0%	330	1,3%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	**23.332**	**92,2%**	**2,8%**	**22.886**	**88,6%**	**3,1%**
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	99	0.4%	0,0%	189	0,7%	0,0%
Cultura	–	0.0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	–	0.0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Esporte	–	0.0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0.0%	0,0%	6	0,0%	0,0%
Outros	5	0.0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	**104**	**0,4%**	**0,0%**	**195**	**0,8%**	**0,0%**
Tributos (Exceto encargos sociais)	61.100	241,5%	7,4%	54.551	211,1%	7,4%
Total – Indicadores sociais externos	**61.204**	**242,0%**	**7,5%**	**54.746**	**211,9%**	**7,4%**
4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	251	1,0%	0,0%	3.791	14,7%	0,5%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	2.623	10.4%	0,3%	2.580	10,0%	0,4%
Total de investimentos em meio ambiente	**2.873**	**11,4%**	**0,3%**	**6.371**	**24,7%**	**0,9%**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%			() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	516			507		
Tempo de serviço até seis meses	9,8%	até seis meses		10,5%	até seis meses	
Tempo de serviço de seis meses a um ano	10,9%	de seis meses a um ano		7,1%	de seis meses a um ano	
Tempo de serviço entre um e dois anos	11,5%	entre um e dois anos		15,4%	entre um e dois anos	
Tempo de serviço entre dois e cinco anos	32,5%	entre dois e cinco anos		38,0%	entre dois e cinco anos	
Tempo de serviço mais de cinco anos	32,3%	mais de cinco anos		24,2%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	122			102		
Nº de demissões durante o período	113			132		
Nº de colaboradores terceirizados	618			914		
N º de estagiários (as)	–			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	14			18		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	92			87		

continua ...

Eufrázio

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração

Balanço Social	2024	2023
5 – Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	305	304
Nº de colaboradores acima de 45 anos	105	98
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	238	228
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0%	0,0%
Remuneração paga a mulheres no período	5.536	4.996
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	15	13
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	–	13
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	29.078	50.464
Total de horas extras pagas (valor)	738	1.153
Total de INSS pagos	4.696	5.523
Total de FGTS pago	1.421	1.136
Total de Contribuição Sindical paga	–	–
Totais dos demais encargos sociais pagos	–	–
Total de IRRF recolhido no período	660	851
Total de ICMS recolhidos no período	–	–
Total de IRPJ recolhido no período	2.269	–
Total de CSLL recolhido do período	1.269	–
Total de PIS recolhidos no período	4.375	3.900
Total de COFINS recolhidos no período	20.194	17.999
Total de outros tributos recolhidos no período	35.691	31.696
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	29	40
Número total de acidentes de trabalho	–	1
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores

Balanço Social	2024		2023	
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidania empresarial				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA		() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	10% no PROCON 6% na Justiça		29% no PROCON 7% na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir	265.255		234.469	
Distribuição do Valor Adicionado	34,8%	Governo	17,4%	Governo
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	-30,7%	Acionistas	-30,2%	Acionistas
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	20,5%	Colaboradores	22,2%	Colaboradores
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	75,4%	Terceiros	90,5%	Terceiros
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0,0%	Retidos	–	Retidos

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de reais – R$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.136	22.935
Aplicações financeiras	5	5.911	–
Contas a receber	6	39.592	39.159
Contas a receber – partes relacionadas	15	–	205
Despesas antecipadas		3.146	2.836
Impostos a recuperar		899	2.118
Antecipação de IR e CS sobre lucros		3.674	–
Adiantamentos a fornecedor		9	53
Aplicações financeiras vinculadas	8	19.303	13.949
Outros créditos		125	175
Total do Ativo Circulante		**97.895**	**81.490**
Não Circulante			
Despesas antecipadas		2.964	3.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	126.435	155.687
Depósitos judiciais	17	232	256
Outras contas a receber	6	1.315	5.320
Total do ativo realizável a longo prazo		**130.946**	**164.309**
Direito de uso	9	21.568	29.157
Imobilizado	10	2.354	3.309
Intangível	11	2.156.417	2.302.262
Infraestrutura construção	11	19.109	62.147
Total do ativo não circulante		**2.330.394**	**2.561.184**
Total do Ativo		**2.428.289**	**2.642.674**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos		–	2
Debêntures	12	165.715	141.250
Fornecedores	13	34.265	25.677
Arrendamento mercantil a pagar	14	13.326	14.492
Obrigações sociais		4.665	4.901
Obrigações fiscais		9.767	7.818
Contas a pagar – partes relacionadas	15	10.102	7.208
Cauções contratuais	13	9.226	7.894
Taxa de fiscalização		1.782	1.702
Provisão para manutenção em rodovias	17	24.327	29.790
Provisão para investimentos em rodovias	17	1.399	1.399
Outras contas a pagar		7.924	10.791
Total do passivo circulante		**282.498**	**252.924**
Não Circulante			
Arrendamento mercantil a pagar	14	8.957	15.567
Debêntures	12	1.593.445	1.690.846
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	2.730	10.161
Provisão para manutenção em rodovias	17	34.541	36.513
Total do Passivo Não Circulante		**1.639.673**	**1.753.087**
Total do Passivo		**1.922.171**	**2.006.011**
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	976.785	976.785
Prejuízos acumulados		(470.667)	(340.122)
Total do Patrimônio Líquido		**506.118**	**636.663**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.428.289**	**2.642.674**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. *(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo do exercício por ação básico e diluído)*

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	19	821.124	735.725
Custo dos Serviços Prestados	20	(602.859)	(574.149)
Lucro Bruto		**218.265**	**161.576**
(despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(29.111)	(38.665)
Provisão para perdas esperadas	6 e 20	(1.453)	(444)
Provisão para redução ao valor recuperável	11	(101.961)	(11.729)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		1.455	2.075
		(131.070)	**(48.763)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**87.195**	**112.813**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	8.934	9.345
Despesas financeiras	21	(196.439)	(207.511)
Variação cambial, líquida		–	(2)
		(187.505)	**(198.168)**
Prejuízo Operacional antes Do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(100.310)**	**(85.355)**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	7	(983)	–
Diferidos	7	(29.252)	14.586
Prejuízo do Exercício		**(130.545)**	**(70.769)**
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	23	**(0,1746)**	**(0,0946)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de reais – R$)

	Capital Social – Subscrito	Capital Social – A integralizar	Capital Social – Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**978.785**	**(23.000)**	**955.785**	**(269.353)**	**686.432**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(70.769)	(70.769)
Aumento de capital	–	21.000	21.000	–	21.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**978.785**	**(2.000)**	**976.785**	**(340.122)**	**636.663**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(130.545)	(130.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**978.785**	**(2.000)**	**976.785**	**(470.667)**	**506.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do Exercício	(130.545)	(70.769)
Resultado Abrangente do Exercício	**(130.545)**	**(70.769)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(130.545)	(70.769)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		280.224	258.531
Baixa de ativos permanentes		–	8
Provisão para perdas esperadas	6 e 20	1.453	444
Redução ao valor recuperável	11	101.961	11.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	29.252	(14.586)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(5.876)	(5.955)
Juros e variações monetárias de debêntures		179.996	193.468
Despesa (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	21	7.020	5.000
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	(1.223)	9.295
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17	205	321
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	17	33.445	44.519
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		2.119	(3.067)
Contas a receber – partes relacionadas		205	(205)
Despesas antecipadas		(168)	139
Impostos a recuperar		710	2.902
Outros créditos		50	998
Depósitos judiciais		24	401
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		5.574	27.210
Fornecedores – partes relacionadas		1.039	325
Cauções contratuais de fornecedores		1.604	105
Obrigações sociais		(236)	(16)
Obrigações fiscais		(752)	1.915
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.684)	–
Utilização provisão de manutenção	17	(45.215)	(35.232)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	17	(6.413)	(5.925)
Taxa de Fiscalização		80	93
Custo de transação – empréstimo		6.793	6.776
Pagamento de juros	12	(118.657)	(141.003)
Outras contas a pagar		(2.867)	2.145
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**335.918**	**289.566**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	22	–	(18)
Aquisições de itens do intangível	22	(163.683)	(185.946)
Aplicação financeira vinculada		(245.804)	(207.736)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		243.061	209.925
Aplicação financeira		(5.911)	3.382
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(172.337)**	**(180.393)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	14	(16.191)	(13.502)
Pagamentos de debêntures – principal	12	(145.189)	(102.059)
Aumento de capital social	18	–	21.000
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(161.380)**	**(94.561)**
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**2.201**	**14.612**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**22.935**	**8.323**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		**25.136**	**22.935**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Receita de serviços prestados	19	701.917	626.475
Receita de serviços de construção	19	172.643	153.909
Outras receitas		9.519	12.503
Juros capitalizados	21	4.319	5.166
		888.398	**798.053**
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(30.048)	(43.422)
Custo dos serviços de construção	20	(172.643)	(153.909)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(124.858)	(34.175)
Custo da concessão		(27.057)	(25.330)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(33.445)	(44.519)
Outros		(3.911)	(13.041)
		(400.962)	**(314.396)**
Valor Adicionado Bruto		487.436	483.657
Depreciações e Amortizações		(280.224)	(258.531)
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)		**207.212**	**225.126**
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	21	8.934	9.345
Outros	21	–	(2)
		8.934	**9.343**
Valor Adicionado Total a Distribuir		**216.146**	**234.469**
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		41.484	40.068
Benefícios		10.221	9.517
FGTS		2.576	2.582
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		57.147	9.371
Estaduais		2	–
Municipais		35.158	31.399
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		179.996	193.468
Juros capitalizados debêntures		4.319	5.166
Aluguéis		253	351
Outras		15.536	13.316
Integralização de capital			
Prejuízo do exercício		(130.545)	(70.769)
		216.146	**234.469**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade" ou "Régis Bittencourt") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A. A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia. • 30 km de terceira faixa. • 55 km de vias laterais. • 26,4 km de variantes/contornos. • Construção de 51 passarelas. • Construção de 6 praças de pedágio. • Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO's. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação da toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título da verba de fiscalização, é de R$8.436 A partir de 31 de dezembro de 2024 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$68.894 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$1.743.788 (R$1.463.794 em 31 de dezembro de 2023) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$296.491 (R$314.699 em 31 de dezembro de 2024) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem 'Momento de reconhecimento do ativo intangível' da nota explicativa nº 3. Em 15 de fevereiro de 2024 a controlada Régis Bittencourt celebrou o 4º aditivo de contrato de concessão cujo objeto foi a exclusão do trecho rodoviário compreendido entre o Km 268+900 e o Km 275+450 da BR-116/SP, do Programa de Exploração da Rodovia – PER do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2007. Com essa alteração o trecho administrado pela controlada passou de 401,6 Kms para 395,05 Kms. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará por meio de Revisão Extraordinária de Tarifa de Pedágio a ser realizada após a conclusão da apuração dos impactos econômico-financeiros da exclusão dos serviços de conservação, monitoramento e operação. A exclusão se deu por iniciativa do Poder Concedente em atendimento ao pedido formulado pelo município de Taboão da Serra-SP para municipalização da administração do trecho em questão. Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*) A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R$101.981 em 31 de dezembro de 2024 (R$11.729 em 31 de dezembro de 2023) (efeito não caixa), registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível. Termos de Ajuste de Conduta – TAC com ANTT. No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. Repactuação: A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantem conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas aos temas divulgados acima.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) Estimativas: Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável (*impairment*) : Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais – As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A partir de 01 de janeiro de 2024 entraram em vigor as seguintes alterações dos CPC's: • CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). • CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. 4.3.2 Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R$ 240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimen-

continua ...

Eufrázio

arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

tos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Debêntures:** As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17 Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins da execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa n nº 18. **4.19. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20. Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis: a) IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. b) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e contas bancárias	2.569	7.713
Aplicações financeiras (a)	22.567	15.222
Total	**25.136**	**22.935**
Aplicações financeiras	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fundos de investimentos (b)	5.911	–
Total	**5.911**	**–**

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,74% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,64% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2024		**31/12/2023**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	36.457	–	34.510	–
Cupons de pedágio a receber (a)	664	–	1.050	–
Cartões de pedágio a receber (b)	69	–	300	–
Receitas acessórias a receber (c)	3.288	1.315	3.741	5.320
Outras receitas a receber	1	–	2	–
Provisão para perdas esperadas (d)	(887)	–	(444)	–
Total	**39.592**	**1.315**	**39.159**	**5.320**

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos. (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade provisionou para perdas esperadas, o montante de R$1.453, e baixou o montante de R$1.010 (provisionou R$444 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024		**31/12/2023**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	39.569	1.315	39.159	5.320
Créditos vencidos até 60 dias	13	–	–	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	10	–	–	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	887	–	444	–
	40.479	**1.315**	**39.603**	**5.320**

A Sociedade avalia o risco de inadimplência das contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(100.310)	(85.356)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	34.105	29.021
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(1.079)	(384)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(63.261)	(14.051)
Total	**(30.235)**	**14.586**
Despesas/receitas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(983)	–
Diferido	(29.252)	14.586
	(30.235)	**14.586**
Alíquota efetiva de impostos	**30%**	**(17%)**

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulante	**Imposto de renda e contribuição social diferido ativo 31/12/2024**	**31/12/2023**
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	564.617	565.979
Provisão de participação nos lucros	1.477	1.458
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.730	10.161
Outras provisões	409	2.713
Provisão para manutenção de rodovias	58.868	66.303
Amortização acumulada de obras futuras	774	688
Valor Recuperável de Intangível – Impairment	112.410	11.729
Arrendamentos	715	902
Provisão para perdas esperadas	887	444
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(19)	(15)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	**742.902**	**660.396**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Total	**252.587**	**224.535**
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	175.181	157.662
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	**(143.648)**	**(161.167)**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Total	**(48.840)**	**(54.797)**
Total do imposto de renda e contribuição social	**203.747**	**169.738**
Impostos diferidos não constituídos	77.312	14.051
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	**126.435**	**155.687**

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: na quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças da práticas contábeis até o final do período da concessão. Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.362)	38.251
Provisão de participação nos lucros	19	(30)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(7.431)	3.691
Outras provisões	(2.304)	275
Provisão para manutenção de rodovias	(7.435)	12.519
Amortização acumulada de obras futuras	86	86
Valor Recuperável de Intangível – Impairment	100.681	11.729
Arrendamentos	(187)	(255)
Provisão para perdas esperadas	443	444
Amortização dos ajustes – mudança da práticas contábeis	17.519	17.517
Amortização estorno de capitalização de juros	(4)	–
Base de cálculo diferenças temporárias	**100.025**	**84.227**
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Total	**34.009**	**28.637**
Impostos diferidos não constituídos	63.261	14.051
Total do imposto de renda e contribuição social	**(29.252)**	**14.586**

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações: Debêntures: A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R$19.303 (R$13.949 em 31 de dezembro de 2023), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 104,24% a.a. para 31 de dezembro de 2024 (91,80% em 31 de dezembro de 2023) da variação do CDI.

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	**Atendimento pré-hospitalar (b)**	**Veículos (c)**	**Veículos operacionais (d)**	**Computadores e periféricos (e)**	**Imóveis (f)**	**Total**
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2023	**20.006**	**4.193**	**861**	**17.810**	**22**	**3.426**	**46.318**
Remensurações	–	420	4.113	495	17	79	5.124
Adições	–	–	–	2.133	–	–	2.133
Baixas	–	–	–	(11.611)	–	–	(11.611)
Saldo em 31/12/2024	**20.006**	**4.613**	**4.974**	**8.827**	**39**	**3.505**	**41.964**
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2023	**(11.851)**	**(2.856)**	**(958)**	**(528)**	**(15)**	**(953)**	**(17.161)**
Amortização	(4.448)	(1.512)	(674)	(7.918)	(16)	(278)	(14.846)
Baixas	–	–	–	11.611	–	–	11.611
Saldo em 31/12/2024	**(16.299)**	**(4.368)**	**(1.632)**	**3.165**	**(31)**	**(1.231)**	**(20.396)**
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2023	**8.155**	**1.337**	**(97)**	**17.282**	**7**	**2.473**	**29.157**
Saldo em 31/12/2024	**3.707**	**245**	**3.342**	**11.992**	**8**	**2.274**	**21.568**
Taxas de amortização – a.a.	**22%**	**33%**	**14%**	**39%**	**41%**	**8%**	

	Guinchos (a)	**Atendimento pré-hospitalar (b)**	**Veículos (c)**	**Veículos operacionais (d)**	**Computadores e periféricos (e)**	**Imóveis (f)**	**Total**
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2022	**19.220**	**4.050**	**696**	**6.520**	**–**	**3.049**	**33.535**
Remensurações	786	143	165	1.850	4	377	3.325
Adições	–	–	–	17.297	18	–	17.315
Baixas	–	–	–	(7.857)	–	–	(7.857)
Saldo em 31/12/2023	**20.006**	**4.193**	**861**	**17.810**	**22**	**3.426**	**46.318**
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2022	**(7.780)**	**(1.434)**	**(234)**	**(1.926)**	**–**	**(675)**	**(12.049)**
Amortização	(4.071)	(1.422)	(724)	(6.459)	(15)	(278)	(12.969)
Baixas	–	–	–	7.857	–	–	7.857
Saldo em 31/12/2023	**(11.851)**	**(2.856)**	**(958)**	**(528)**	**(15)**	**(953)**	**(17.161)**
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2022	**11.440**	**2.616**	**462**	**4.594**	**–**	**2.374**	**21.486**
Saldo em 31/12/2023	**8.155**	**1.337**	**(97)**	**17.282**	**7**	**2.473**	**29.157**
Taxas de amortização – a.a.	**20%**	**34%**	**84%**	**25%**	**68%**	**8%**	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a locação de veículos administrativos. (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias. (e) Refere-se a locação de impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas.

10. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Instalações, edifícios e dependências**	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Custo do imobilizado						
Saldo em 31/12/2023	**1.211**	**3.441**	**1.807**	**1.177**	**4.480**	**12.116**
Adições	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2024	**1.211**	**3.441**	**1.807**	**1.177**	**4.480**	**12.116**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2023	**(985)**	**(2.574)**	**(796)**	**(1.058)**	**(3.394)**	**(8.807)**
Depreciação	(57)	(335)	(174)	(105)	(284)	(955)
Saldo em 31/12/2024	**(1.042)**	**(2.909)**	**(970)**	**(1.163)**	**(3.678)**	**(9.762)**
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2023	**226**	**867**	**1.011**	**119**	**1.086**	**3.309**
Saldo em 31/12/2024	**169**	**532**	**837**	**14**	**802**	**2.354**
Taxas de depreciação – a.a.	**10%**	**20%**	**18%**	**10%**	**10%**	

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31.12.2022	1.209	3.461	1.082	1.177	4.482	11.411
Adições	3	–	15	–	–	18
Transferências/reclassificações (*)	–	–	710	–	–	710
Alienações/baixas	(1)	(20)	–	–	(2)	(23)
Saldo em 31/12/2023	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Depreciação acumulada						
Saldo em 31.12.2022	(926)	(2.157)	(681)	(942)	(3.080)	(7.786)
Depreciação	(60)	(437)	(115)	(116)	(316)	(1.044)
Alienações/baixas	1	20	–	–	2	23
Saldo em 31/12/2023	(985)	(2.574)	(796)	(1.058)	(3.394)	(8.807)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31.12.2022	283	1.304	401	235	1.402	3.625
Saldo em 31/12/2023	226	867	1.011	119	1.086	3.309
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2023	3.965.160	(11.729)	8.433	702	3.962.566	62.147	4.024.713
Adições	127.522	–	1.683	–	129.205	46.933	176.138
Transferências/reclassificações	89.977	–	(4)	(2)	89.971	(89.971)	–
Redução ao valor recuperável (b)	–	(101.961)	–	–	(101.961)	–	(101.961)
Outros (d)	2.507	–	615	–	3.122	–	3.122
Saldo em 31/12/2024	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2023	(1.655.076)	–	(5.228)	–	(1.660.304)	–	(1.660.304)
Amortização	(264.037)	–	(1.666)	–	(265.703)	–	(265.703)
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	–	1.280	–	–	1.280	–	1.280
Outros (d)	(1.758)	–	(1)	–	(1.759)	–	(1.759)
Saldo em 31/12/2024	(1.920.871)	1.280	(6.895)	–	(1.926.486)	–	(1.926.486)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2023	2.310.084	(11.729)	3.205	702	2.302.262	62.147	2.364.409
Saldo em 31/12/2024	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Taxas de amortização – a.a. (e)	6%	6%	39%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31.12.2022	3.793.027	–	7.539	878	3.801.444	75.217	3.876.661
Adições	106.731	–	894	4.388	112.013	48.487	160.500
Transferências/reclassificações (g)	65.411	–	–	(4.564)	60.847	(61.557)	(710)
Alienações/baixas	(9)	–	–	–	(9)	–	(9)
Redução ao valor recuperável (b)	–	(11.729)	–	–	(11.729)	–	(11.729)
Saldo em 31/12/2023	3.965.160	(11.729)	8.433	702	3.962.566	62.147	4.024.713
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2022	(1.411.804)	–	(3.983)	–	(1.415.787)	–	(1.415.787)
Amortização	(243.273)	–	(1.245)	–	(244.518)	–	(244.518)
Alienações/baixas	1	–	–	–	1	–	1
Saldo em 31/12/2023	(1.655.076)	–	(5.228)	–	(1.660.304)	–	(1.660.304)
Intangível líquido							
Saldo em 31.12.2022	2.381.223	–	3.556	878	2.385.657	75.217	2.460.874
Saldo em 31/12/2023	2.310.084	(11.729)	3.205	702	2.302.262	62.147	2.364.409
Taxas de amortização – a.a. (e)	6%	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*). (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. (d) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade. (e) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. (f) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão. (g) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade complementou o montante de R$4.319 (R$5.166 em 31 de dezembro de 2023) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte das infraestruturas em construção. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2024 foi de 0,23% a.a. e em 2023 0,27% a.a., do total de juros provisionados no exercício. Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*): A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos o CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego considerando o aumento da demanda gerada pelas melhorias executadas e as melhorias futuras previstas no contrato de concessão conforme estimativa apresentada na nota explicativa nº 2, abordando aspectos relacionados benefícios que as melhorias tendem a trazer uma maior fluidez, segurança e redução dos acidentes elevando o nível de atratividade do usuário da rodovia, crescimento do PIB de acordo com as tendências macroeconômicas e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 4,02% em 2025, 3,84% em 2026 e 3,51% de 2027 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos foi de 9,07% em 31 de dezembro de 2024 (8,75% em 31 de dezembro de 2023). A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R$101.961 em 31 de dezembro de 2024 (R$11.729 em 31 de dezembro de 2023). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

12. Debêntures – A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade – Real (R$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
8ª emissão – 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.367.070	1.333.607
8ª emissão – 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	422.524	535.718
				1.789.594	1.869.325
			Custo de transação	(30.434)	(37.229)
			Total	1.759.160	1.832.096
			Circulante	165.715	141.250
			Não circulante	1.593.445	1.690.846
			Total	1.759.160	1.832.096

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2024			31/12/2023		
Moeda nacional	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	148.045	1.721.280	1.869.325	107.591	1.806.162	1.913.753
Juros e variações monetárias provisionados	118.941	65.374	184.315	139.202	59.432	198.634
Amortização de principal	(145.189)	–	(145.189)	(102.059)	–	(102.059)
Pagamento de juros	(118.857)	–	(118.857)	(141.003)	–	(141.003)
Transferências	169.551	(169.551)	–	144.314	(144.314)	–
	172.491	1.617.103	1.789.594	148.045	1.721.280	1.869.325
Custo de transação	(6.776)	(23.658)	(30.434)	(6.795)	(30.434)	(37.229)
Saldo final	165.715	1.593.445	1.759.160	141.250	1.690.846	1.832.096

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão – 1ª série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª emissão – 2ª série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2026	250.677
2027	281.176
2028	287.807
2029	280.087
Após 2029	517.356
	1.617.103

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{(EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX)}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD. (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. (b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde: (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa. (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há passivos financeiros conversíveis em ações, também não há obrigação de apresentar cumprimento de *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2024. A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no passivo circulante de R$34.265 (R$25.677 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R$9.226 (R$7.894 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	14.492	15.567	30.059	10.569	12.073	22.642
Remensurações	514	4.610	5.124	2.088	1.237	3.325
Adições	380	1.753	2.133	8.005	9.310	17.315
Utilizações (*)	(17.718)	–	(17.718)	(14.991)	–	(14.991)
Ajuste a valor presente – AVP	2.685	–	2.685	1.768	–	1.768
Transferências	12.973	(12.973)	–	7.053	(7.053)	–
	13.326	8.957	22.283	14.492	15.567	30.059

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$16.191 (R$13.502 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2026	6.195
2027	1.019
2028	280
2029	296
Após 2029	1.167
	8.957

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são respectivamente R$292 e R$1.347 para PIS e Cofins (R$247 e R$1.139, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a taxa média é de 10,83% a.a (10,02% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (*)	–	186
Fluminense S.A. (*)	–	19
Contas a receber de partes relacionadas circulante	–	205
Total parte relacionada no ativo circulante	–	205
Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (*)	7.780	4.967
Litoral Sul S.A. (*)	2.322	2.241
Passivos com partes relacionadas circulante	10.102	7.208
Total do passivo circulante	10.102	7.208

	31/12/2024	31/12/2023
Contas de Resultado:	Despesas gerais (*)	Despesas gerais (*)
Controladora		
Arteris S.A.	(21.142)	(20.038)
Outras partes relacionadas		
Planalto Sul S.A.	–	(1)
Litoral Sul S.A.	(12.500)	(9.637)
Total	(33.642)	(29.676)

(*) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. O valor no subitem "Outras partes relacionadas" está relacionado a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas. No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu o montante de R$5.798 (R$3.560 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R$338 (R$331 em 31 de dezembro de 2023) relativos à diretoria da Sociedade e R$5.460 (R$3.229 em 31 de dezembro de 2023) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R$807 para o ano de 2024 (R$787 para o ano de 2023). Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$1.477 e R$1.456. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. Provisões – a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	1.159	2.700	(1.075)	(1.646)	121	1.259
Trabalhistas	4.532	6.940	(5.318)	(4.767)	84	1.471
Regulatórios	4.470	229	(4.699)	–	–	–
Total	10.161	9.869	(11.092)	(6.413)	205	2.730

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	1.413	2.491	(185)	(2.608)	48	1.159
Trabalhistas	816	7.284	(298)	(3.314)	44	4.532
Regulatórios	4.241	3	–	(3)	229	4.470
Total	6.470	9.778	(483)	(5.925)	321	10.161

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade reverteu os processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas. Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	5.167	3.885
Trabalhistas	1.030	1.029
Regulatórios	33.734	30.955
Fiscais	4.730	4.442
Total	44.661	40.311

continua ...

arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os depósitos judiciais no montante de R$232 em 31 de dezembro de 2024 (R$256 em 31 de dezembro de 2023) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remoto. b) Provisão para manutenção A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. c) Provisão para investimentos: A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	**Manutenção em rodovia**	**Manutenção em rodovia**	**Investimentos em rodovia**	**Manutenção em rodovia**
Saldo em 31/12/2023	**1.399**	**29.790**	**36.513**	**1.399**	**66.303**
Adições/Reversões	–	11.529	21.916	–	33.445
Utilizações	–	(45.215)	–	–	(45.215)
Ajuste a valor presente	–	2.329	2.006	–	4.335
Transferências	–	25.894	(25.894)	–	–
Saldo em 31/12/2024	**1.399**	**24.327**	**34.541**	**1.399**	**58.868**

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	**Manutenção em rodovia**	**Manutenção em rodovia**	**Investimentos em rodovia**	**Manutenção em rodovia**
Saldo em 31.12.2022	**1.399**	**16.648**	**37.136**	**1.399**	**53.784**
Adições/Reversões	–	27.193	17.326	–	44.519
Utilizações	–	(35.232)	–	–	(35.232)
Ajuste a valor presente	–	1.399	1.833	–	3.232
Transferências	–	19.782	(19.782)	–	–
Saldo em 31/12/2023	**1.399**	**29.790**	**36.513**	**1.399**	**66.303**

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referentes às manutenções realizadas, foram de R$36.754 (R$35.756 em 31 de dezembro de 2023).

18. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R$978.785, compostos por 747.759.759 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R$976.785. Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária o saldo a integralizar de R$2.000 tem prazo para integralização de 36 meses a contar da data de 07 de fevereiro de 2022. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma de lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 na Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Juros sobre o capital próprio: Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito da apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados	701.917	626.475
Receita de serviços de construção	172.643	153.909
Outras receitas	8.064	10.427
Receita bruta	**882.624**	**790.811**
ISSQN	(35.097)	(31.324)
PIS	(4.631)	(4.136)
COFINS	(21.373)	(19.091)
Outras deduções	(399)	(535)
Receita líquida	**821.124**	**735.725**

20. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

Custos:	31/12/2024	31/12/2023
Com pessoal	(33.575)	(32.993)
Serviços de terceiros	(30.091)	(30.509)
Conservação	(10.986)	(12.987)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.608)	(3.463)
Consumo	(4.015)	(4.676)
Transportes	(7.882)	(7.067)
Verba de fiscalização	(21.297)	(20.343)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(636)	(95)
Seguros/Garantias	(5.125)	(4.891)
Provisão de manutenção em rodovias	(33.445)	(44.519)
Custos de serviços de construção	(172.643)	(153.909)
Depreciação/Amortização	(279.320)	(257.848)
Outros	(1.236)	(849)
Total	**(602.859)**	**(574.149)**

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(20.707)	(19.175)
Serviços de terceiros	(2.550)	(3.117)
Manutenção de bens e conservação	(2.359)	(2.403)
Consumo	(1.157)	(1.507)
Transportes	(268)	(164)
Seguros/Garantias	(27)	(20)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.223	(9.295)
Comunicação e *marketing*	(322)	(515)
Indenizações à terceiros	(64)	(42)
Publicações legais	(135)	(154)
Depreciação/Amortização	(904)	(683)
Provisão para perdas esperadas	(1.453)	(444)
Outros	(1.741)	(1.590)
Total	**(30.564)**	**(39.109)**

21. Resultado Financeiro – Está representado por:

Receitas financeiras:	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	8.538	9.230
Créditos fiscais	112	108
Outras receitas	284	7
Total	**8.934**	**9.345**
Despesas financeiras:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Encargos financeiros (*)	(179.996)	(193.468)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(7.020)	(5.000)
Outras despesas	(9.423)	(9.043)
Total	**(196.439)**	**(207.511)**

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$184.315, o montante de R$4.319 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento capitalizado (R$198.634 e R$5.166 em 31 de dezembro de 2023).

22. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	177.501	160.500
Total das adições de imobilizado (b)	–	18
Juros capitalizados – debêntures (a)	(4.319)	(5.166)
	173.182	**155.352**
Aquisição (adições)	(173.182)	(155.352)
Fornecedores	1.531	(29.212)
Obrigações fiscais	6.385	(630)
Contas a pagar – partes relacionadas	1.855	90
Cauções contratuais	(272)	(860)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	**(163.683)**	**(185.964)**
Aquisições de itens do ativo imobilizado	–	(18)
Aquisições de itens do intangível	(163.683)	(185.946)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(163.683)**	**(185.964)**
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	9.499	(30.612)

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21 (b) Vide nota explicativa nº 10

23. Prejuízo por Ação – O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada de número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Básico/Diluído		
Prejuízo do exercício	(130.545)	(70.769)
Número de ações durante exercício	747.760	747.760
Prejuízo por ação	**(0,1746)**	**(0,0946)**

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31/12/2024		31/12/2023	
	Nível	**Mensuração (*)**	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	25.136	25.136	22.935	22.935
Aplicações financeiras	Nível 2	1	5.911	5.911	–	–
Contas a receber clientes	Nível 2	2	39.592	39.592	39.159	39.159
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	–	–	205	205
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	19.303	19.303	13.949	13.949
Outros créditos	Nível 2	2	1.449	1.449	5.548	5.548
			91.391	**91.391**	**81.796**	**81.796**
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	–	–	2	2
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	10.102	10.102	7.208	7.208
Debêntures (a)	Nível 2	1	1.789.594	1.601.406	1.869.325	1.711.067
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	43.491	43.491	33.571	33.571
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.782	1.782	1.702	1.702
Outras contas a pagar	Nível 2	2	7.924	7.924	10.791	10.791
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	22.283	22.283	30.059	30.059
			1.875.176	**1.686.988**	**1.952.658**	**1.794.400**

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (a) Vide nota 12. (b) Não é escopo do CPC 48. Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. Gestão de Risco: De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	**14,65%**	**18,31%**	**21,98%**	**10,99%**
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(64.786)	(80.092)	(95.398)	(49.480)
Receita de aplicações financeiras	2.886	3.608	4.329	2.165
Juros a incorrer CDI líquido (*)	**(61.900)**	**(76.484)**	**(91.069)**	**(47.315)**
IPCA	**4,96%**	**6,20%**	**7,44%**	**3,72%**
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(130.220)	(147.646)	(165.072)	(112.794)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	**(130.220)**	**(147.646)**	**(165.072)**	**(112.794)**
Juros a incorrer líquido	**(192.120)**	**(224.130)**	**(256.141)**	**(160.109)**

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R$36.457 (R$34.510 em 31 de dezembro de 2023) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio de monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo de R$130.545 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$70.769 em 31 de dezembro de 2023), e, nesta da data o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R$184.603 (R$171.434 em 31 de dezembro de 2023). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	**Taxa de juros (a)**	**Valor contábil**	**Total**	**3 meses ou menos**	**3 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 4 anos**	**5 anos ou mais**
Arrendamento mercantil a pagar	10,83%	22.283	26.798	4.223	12.558	6.672	1.601	1.744
Debêntures – CDI (b)	14,42%	422.524	510.562	–	180.892	176.237	153.433	–
Debêntures – IPCA (b)	11,10%	1.367.070	1.519.815	–	91.841	106.201	424.507	897.266
Fornecedores e cauções contratuais	–	43.491	43.491	42.557	934	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	10.102	10.102	10.102	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	7.924	7.924	7.843	81	–	–	–
		1.873.394	**2.118.692**	**64.725**	**286.306**	**289.110**	**579.541**	**899.010**

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valores brutos dos custos de transação.

26. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	249.138

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2024 é de R$45.226 (R$40.104 em 31 de dezembro de 2023).

Diretoria

Álisson de Almeida Freire	Antônio César Ribas Sass	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira	Giane Luza Zimmer de Freitas	Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor Presidente	Diretor Superintendente	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretora de Assuntos Regulatórios	Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia	Flavia Lucia Mattioli Tâmega	Roberto Paolini
Conselheiro	Conselheira	Conselheiro

Contador

Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A. – Registro-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.7 e 11 das demonstrações contábeis: **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGC's foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis: **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R$128.435 mil. Os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador
CRC SP 293.539/O-8

EU DOAR
PRÓ SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Utilizando a ferramenta de agendamento online, sua doação é mais rápida. Você economiza tempo na triagem e evita aglomerações nos postos. Use sempre máscara e fique tranquilo, a Fundação Pró-Sangue toma todas as medidas de distanciamento e higiene necessários para você realizar a sua doação de sangue com segurança. Acesse o site e verifique os dias disponíveis e os horários de funcionamento de cada posto.

Agende sua doação de sangue online:
prosangue.hubglobe.com

A Fundação Pró-Sangue precisa do seu apoio.
Doe sangue e ajude a salvar uma vida.

(11) 4573-7800
www.prosangue.sp.gov.br
@prosangue

Apoio Folha
FOLHA

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10

Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

O que vem **em 1º lugar** para você?



Demonstrações Financeiras **2024**

RA — Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis e do parecer dos atuários independentes.

A Empresa vem mantendo um ótimo índice de suficiência de capital em relação ao capital mínimo requerido, conforme pode ser visto na nota explicativa nº 24-n e, principalmente, tem resguardado as provisões técnicas devidamente cobertas por sólidas aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais.

A Empresa encerrou o exercício de 2024 com ativos totais no montante de R$ 913.564 mil (R$ 894.371 mil em 2023), receita bruta de arrecadação com títulos de capitalização de R$ 400.815 mil (R$ 396.941 mil em 2023) e lucro líquido de R$ 4.503 mil (R$ 31.482 mil em 2023).

OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares maiores atrativos. Isto faz com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

INVESTIMENTOS

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios de política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança.

Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidos por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais.

	2024	2023
1 - Provisões técnicas	**627.423**	**610.295**
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	632.882	645.964
3 - Excesso de cobertura (2-1)	**5.459**	**35.669**
4 - Aplicações financeiras livres	5.317	5.239
5 - Aplicações financeiras totais (2+4)	**638.199**	**651.203**

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos aos acionistas o montante líquido de R$ 115 mil de saldo de juros sobre o capital próprio disponibilizados no exercício de 2022, o montante líquido de R$ 10.030 mil disponibilizados no exercício de 2023, bem como disponibilizado o montante bruto de R$ 7.400 mil, o qual, após a dedução de R$ 1.110 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R$ 6.290 mil, os quais foram imputados aos dividendos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.249/95. Foram disponibilizados e pagos ainda, aos acionistas, o montante de R$ 5.067 mil em dividendos de resultados de exercícios anteriores.

PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO

No segundo semestre de 2024 passamos por uma mudança de gestão, na qual o Sr. Renato Bueno Terzi assumiu como Diretor Superintendente. Com uma estratégia voltada para excelência operacional e geração de valor para o acionista, iniciamos um forte processo de reestruturação das áreas, direcionada primordialmente à gestão comercial, voltada aos canais. Diante dessa nova estrutura comercial focada em performance, já obtivemos nossos primeiros resultados. No canal digital, superamos a marca de 60% do share de vendas. Já nos pontos de vendas físicos, automatizamos as transações do canal Correios e iniciamos a venda virtual da Tele Sena Semanal, já apresentando bom desempenho.

Buscamos, também, expandir nossa participação de mercado, alcançando novos segmentos e canais de distribuição com ênfase na modalidade Incentivo. Nesse contexto, a Empresa tem direcionado investimentos financeiros, tecnológicos e humanos para fornecer soluções inovadoras que permitam às empresas realizarem ações promocionais eficazes, atraindo e fidelizando novos clientes.

FATO RELEVANTE

Em 17 de agosto de 2024 faleceu o acionista majoritário (nota explicativa nº 1) Sr. Senor Abravanel (Acionista), amplamente conhecido por seu nome artístico Silvio Santos. O Acionista foi uma das maiores personalidades da história da televisão brasileira e personificou o produto Tele Sena com sua imagem e voz características e únicas.

Mesmo após o falecimento do Acionista, a Empresa não sofreu impactos em suas atividades ou descontinuidade de seus negócios uma vez que o processo de sucessão do Grupo Silvio Santos foi cuidadosamente planejado para assegurar a continuidade das operações e do legado deixado pelo Acionista. A transferência definitiva do controle acionário encontra-se em processo de inventário e quaisquer alterações significativas na estrutura acionária ou na administração serão divulgadas em tempo hábil.

A Administração está comprometida em honrar a visão e os valores que o Acionista cultivou ao longo de sua carreira, buscando manter a estabilidade operacional e financeira da Empresa. A perda do Sr. Senor Abravanel é profundamente lamentada por todos, sendo reconhecido como um ícone da televisão brasileira e um influente empreendedor, que deixou um legado significativo. A Administração expressa seus sentimentos de pesar à família do Sr. Senor Abravanel e reafirma seu compromisso com a continuidade dos seus negócios e a manutenção do legado construído ao longo de décadas.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, demais empresas do Grupo Silvio Santos e principalmente aos nossos funcionários, os quais têm demonstrado, em todos os momentos, total dedicação à Empresa.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

BP — Balanços Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante		**768.581**	**763.216**
Disponível	4	**2.094**	**1.141**
Equivalente de caixa	4	–	**3.353**
Aplicações	5	**638.199**	**651.203**
Créditos das operações de capitalização	6	**98.317**	**96.951**
Créditos das operações de capitalização		98.317	96.951
Títulos e créditos a receber		**19.066**	**7.847**
Títulos e créditos a receber	7	10.357	356
Créditos tributários e previdenciários	8	5.626	6.036
Outros créditos	9	3.083	1.455
Outros valores e bens		**6.635**	**92**
Bens à venda		61	61
Outros valores	10	6.574	31
Despesas antecipadas	11	**4.270**	**2.629**
Ativo não circulante		**144.983**	**131.155**
Realizável a longo prazo		**59.339**	**46.020**
Títulos e créditos a receber		**59.339**	**46.020**
Créditos tributários e previdenciários	8	53.147	40.141
Depósitos judiciais e fiscais	18	6.192	5.879
Investimentos	12	**68.827**	**72.073**
Participações societárias		–	3.246
Imóveis destinados à renda		68.827	68.827
Imobilizado	13	**7.043**	**7.271**
Imóveis de uso próprio		5.528	5.528
Bens móveis		1.462	1.438
Outras imobilizações		53	305
Intangível	13	**9.774**	**5.791**
Outros intangíveis		9.774	5.791
Total do ativo		**913.564**	**894.371**

Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante		**705.048**	**672.359**
Contas a pagar		**66.092**	**48.365**
Obrigações a pagar	14	45.576	34.332
Impostos e encargos sociais a recolher		3.148	6.077
Encargos trabalhistas		3.690	3.721
Impostos e contribuições		852	1.401
Outras contas a pagar	15	12.826	2.834
Débitos de operações com capitalização	16	**11.392**	**13.612**
Débitos operacionais		11.392	13.612
Depósitos de terceiros		**111**	**87**
Provisões técnicas - Capitalização	17	**627.423**	**610.295**
Provisão para resgates		556.368	551.860
Provisão para sorteios		48.576	42.522
Provisão administrativa		–	15.913
Provisão para receitas diferidas		22.479	–
Outros débitos		**30**	–
Débitos diversos		30	–
Passivo não circulante		**733**	**631**
Outros débitos		**733**	**631**
Provisões judiciais	18	733	631
Débitos diversos		**6**	–
Patrimônio líquido	19	**207.777**	**221.381**
Capital social		181.270	181.270
Reservas de capital		557	557
Reservas de lucros		27.688	40.285
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.738)	(731)
Total do passivo		**913.564**	**894.371**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DR — Demonstração dos Resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2024	2023
Receita com títulos de capitalização	20-a	**402.404**	**400.349**
Contribuição com títulos de capitalização		**400.815**	**396.941**
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio		236.976	229.358
Contribuição - Quotas de carregamento		163.839	167.583
Variação da provisão para receita diferida		**1.589**	**3.408**
Variação das provisões de resgates	20-b	**(200.246)**	**(198.334)**
Variação das provisões de sorteios	20-c	**(37.921)**	**(31.115)**
Custos de aquisição	20-d	**(186.229)**	**(184.325)**
Outras receitas e despesas operacionais	20-e	**53.705**	**62.686**
Outras receitas operacionais		143.003	114.388
Outras despesas operacionais		(89.298)	(51.702)
Despesas administrativas		**(85.792)**	**(78.684)**
Pessoal próprio		(54.113)	(53.119)
Serviços de terceiros		(19.859)	(15.938)
Localização e funcionamento		(9.656)	(8.683)
Publicidade e propaganda		(3)	(45)
Publicações		(48)	(44)
Donativos e contribuições		(105)	(112)
Despesas administrativas diversas	20-f	(2.008)	(743)
Despesas com tributos	20-g	**(12.300)**	**(11.727)**
Resultado financeiro		**59.954**	**73.086**
Receitas financeiras	20-h	68.581	87.723
Despesas financeiras	20-i	(8.627)	(14.637)
Resultado patrimonial		**4.039**	**3.404**
Receitas com imóveis de renda		2.609	3.404
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		1.430	–
Resultado operacional		**(2.386)**	**35.340**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20-j	**(92)**	**2.496**
Resultado antes de impostos e participações		**(2.478)**	**37.836**
Imposto de renda	21	**5.245**	**(2.200)**
Contribuição social	21	**3.147**	**(1.270)**
Participações sobre o lucro		**(1.411)**	**(2.884)**
Lucro líquido do exercício		**4.503**	**31.482**
Quantidade de ações		**204.825**	**204.825**
Lucro líquido por ação		**21,98**	**153,70**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DM — Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas: De capital	Reservas: Legal	Reservas: De lucros a realizar	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**181.270**	**557**	**14.209**	**6.394**	**(328)**	–	**202.102**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	**(403)**	–	**(403)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**31.482**	**31.482**
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	**1.574**	**18.108**	–	**(31.482)**	**(11.800)**
Reserva legal	–	–	1.574	–	–	(1.574)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	18.108	–	(18.108)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(11.800)	(11.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**181.270**	**557**	**15.783**	**24.502**	**(731)**	–	**221.381**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	**(1.007)**	–	**(1.007)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	**4.503**	**4.503**
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	**225**	**(12.822)**	–	**(4.503)**	**(17.100)**
Reserva legal	–	–	225	–	–	(225)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	(3.122)	–	3.122	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(7.400)	(7.400)
Dividendos	–	–	–	(5.067)	–	–	(5.067)
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/22 líquido de efeitos tributários (nota explicativa nº 3-l)	–	–	–	(4.633)	–	–	(4.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**181.270**	**557**	**16.008**	**11.680**	**(1.738)**	–	**207.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DRA — Demonstração do Resultado Abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**4.503**	**31.482**
Resultados abrangentes	**(1.007)**	**(403)**
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.679)	(662)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	672	259
Resultado abrangente do exercício	**3.496**	**31.079**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NE — Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo - SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Para a colocação dos títulos supramencionados é utilizada uma rede de pontos de vendas em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. A Empresa também opera no segmento de Planos de Incentivo. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Resolução CNSP nº 384 de 9 de junho de 2020 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Em decorrência do falecimento do acionista Sr. Senor Abravanel, o controlador ou controladores em última instância, é o espólio de Sr. Senor Abravanel o qual encontra-se em processo de inventário.

Composição acionária

Acionista	Silvio Santos Participações S.A. — Quantidade de ações	%	Liderança Capitalização S.A. — Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	–	–	204.824	99,9995%
Espólio de Senor Abravanel	5.571.982.110	98,2043%	–	–
Henrique Abravanel	101.887.137	1,7957%	1	0,0005%
Total	**5.673.869.247**	**100,0000%**	**204.825**	**100,0000%**

DFC — Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	4.503	31.482
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.102	1.972
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	7.314	210
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(7)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(1.430)	–
Variação das provisões técnicas	188.859	174.121
Custo do imobilizado baixado	2.537	–
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/22 líquido de efeitos tributários (nota explicativa 3-l)	(4.633)	–
Outros ajustes	(1.007)	(403)
Lucro líquido ajustado	**198.238**	**207.382**
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros mensurados:		
II - ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 3-c)	13.004	(13.785)
Créditos das operações de capitalização	(8.680)	(6.583)
Créditos fiscais e previdenciários	(12.596)	1.911
Depósitos judiciais e fiscais	(313)	(339)
Despesas antecipadas	(1.641)	(746)
Outros ativos	(18.172)	(307)
Fornecedores	16.572	(395)
Impostos e contribuições	(20)	(3.665)
Outras contas a pagar	9.488	1.387
Débitos de operações com capitalização	(2.220)	1.548
Depósitos de terceiros	24	(226)
Provisões técnicas - capitalização	(171.731)	(173.386)
Provisões judiciais	102	(9.718)
Outros passivos	36	–
Caixa gerado pelas operações	**21.091**	**3.078**
Impostos sobre lucros pagos	(4.568)	5.685
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**16.523**	**8.763**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Investimentos	4.675	–
Imobilizado	8	17
Intangível	–	29
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(356)	(459)
Intangível	(8.038)	(3.783)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(3.711)**	**(4.196)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.212)	(4.985)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(15.212)**	**(4.985)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.400)**	**(418)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.494**	**4.912**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.094**	**4.494**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua →

www.lidercap.com.br

★ continuação

liderança capitalização s/a

Liderança Capitalização S.A.
CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

GRUPO SILVIO SANTOS

Demonstrações Financeiras 2024

NE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis *(Em milhares de Reais)*

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações contábeis, foi observado os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria foi realizada em 27 de fevereiro de 2025. **a. Base para mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais: • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **b. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, visto ser a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) as informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil. • Nota explicativa nº 5 - Aplicações financeiras; • Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações de capitalização; • Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota explicativa nº 17 - Provisões técnicas; • Nota explicativa nº 18 - Provisões judiciais. **d. Alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022:** Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que dentre outros assuntos, altera o plano de contas e os modelos de publicação das Demonstrações Financeiras. As seguintes reclassificações foram efetuadas na demonstração de resultados divulgada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para fins de comparabilidade:

Divulgado		Reclassificação	Reclassificado	
Receita líquida com títulos de capitalização	**198.607**	**201.742**	**Receita com títulos de capitalização**	**400.349**
		396.941	**Contribuição com títulos de capitalização**	**396.941**
Arrecadação com títulos de capitalização	396.941	(396.941)		
		229.358	Contribuição - Quotas de capitalização a sorteio	229.358
		167.583	Contribuição - Quotas de carregamento	167.583
Variação da provisão para resgate	(198.334)	198.334		
		3.408	**Variação da provisão para receita diferida**	**3.408**
Variação das provisões técnicas	**3.408**	**(3.408)**		
		(198.334)	**Variação das provisões de resgates**	**(198.334)**
Resultado com sorteios	**(31.115)**	–	**Variação das provisões de sorteios**	**(31.115)**

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalente de caixa são apresentados pelo valor de custo, que é considerado próximo ao valor justo devido à sua alta liquidez e curto prazo de vencimento. A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4. **b. Apuração de resultado:** As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas. A quota de carregamento é diferida e reconhecida no resultado conforme atendimento às contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, de acordo com metodologia descrita em estudo técnico. **c. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. **I Mensurados ao custo amortizado -** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço os quais são classificados como ativos não circulantes; **II Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -** Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja realizado ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado; **III Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. **Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Valor justo:** Os títulos classificados como "mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "mensurados ao valor justo por meio do resultado" são mensurados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado. As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. **d. Créditos das operações de capitalização:** Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos parceiros comerciais durante o seu período de comercialização. No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, aplicando a abordagem simplificada medida ao longo da vida do ativo financeiro. A Empresa utiliza modelos internos baseados em dados históricos, informações atuais e previsões macroeconômicas. Os principais componentes para o cálculo são: - Probabilidade de *default* (PD): Estimativa da probabilidade de um devedor não cumprir suas obrigações; - Exposição no *default* (EAD): Valor total em risco no momento do *default*; - Perda no *default* (LGD): Estimativa da perda que seria incorrida no caso de *default*. A Empresa ainda constitui provisão para títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos. A composição dos saldos de créditos das operações de capitalização está demonstrada na nota explicativa nº 6. **e. Despesas antecipadas:** Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não se iniciou até a data de fechamento do balanço. A composição dos saldos de despesas antecipadas está demonstrada na nota explicativa nº 11. **f. Outros valores e bens:** Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. **g. Investimentos: Investimentos em coligadas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas. **Imóveis destinados à renda:** Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial de dívida, no montante de R$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na nota explicativa nº 12. **h. Imobilizado:** Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Bens móveis compreendem principalmente mobiliário de uso, equipamentos de informática e telefonia e são depreciados usando o método linear, de 3 a 10 anos de uso. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado foi cessado o registro da depreciação. A composição dos saldos de imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº 13. **i. Passivo circulante e não circulante:** Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (no exercício) para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão demonstrados na nota explicativa nº 21. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data-base das demonstrações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A composição dos saldos dos créditos tributários está demonstrada na nota explicativa nº 8. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. **k. Provisões judiciais:** As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança. A composição dos saldos das provisões judiciais está demonstrada na nota explicativa nº 18. **l. Provisões técnicas:** A Circular SUSEP nº 678/2022 extinguiu a provisão de despesas administrativas (PDA) e criou a provisão de receitas diferidas (PRD), dentre outros. As alterações introduzidas pela adoção da Circular SUSEP nº 678/2022 no que diz respeito à PDA e constituição da PRD foram aplicadas usando a abordagem prospectiva, tal como permitido pelo artigo 4º da referida Circular, de tal forma que o impacto inicial da adoção foi reconhecido no patrimônio líquido não havendo necessidade de reapresentação de informações comparativas:

Constituição da PRD	(24.068)
Reversão da PDA	15.913
Ajuste IRPJ/CSLL diferidos	3.522
	(4.633)

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas: **• Provisão matemática para capitalização (PMC) -** Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", e, de percentuais variáveis para os Planos de Incentivo e Planos de Filantropia, de acordo com suas respectivas condições gerais, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,16% ao mês; **• Provisão para sorteios a realizar (PSR) -** Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e nos Planos de Incentivo e Planos de Filantropia, definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento; **• Provisão para resgate (PR) -** Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR); **• Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados, e ainda não liquidados; **• Provisão para receitas diferidas (PRD) -** Representa as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita em estudo técnico. A composição dos saldos das provisões técnicas está demonstrada na nota explicativa nº 17.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	–	40
Bancos	2.094	1.101
Ouro - Disponível (*)	–	3.353
	2.094	**4.494**

(*) Ouro disponível era negociado para pagamento de prêmios de sorteios promocionais e liquidado em curtíssimo prazo. Este ativo financeiro era reconhecido ao valor justo por meio do resultado, tomando-se por base a cotação do grama de ouro na bolsa de valores B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

5. Aplicações financeiras

	2024								2023	
	Custo atualizado	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**641.141**	**(45)**	**27.295**	**14.619**	**599.227**	**(2.897)**	**638.199**	**100,00%**	**651.203**	**100,00%**
Fundos exclusivos de títulos públicos (nota explicativa nº 3-c)	**641.141**	**(45)**	**27.295**	**14.619**	**599.227**	**(2.897)**	**638.199**		**651.203**	
LFT - Letras financeiras do tesouro	610.684	–	–	14.619	596.065	(2.300)	608.384		472.866	
LTN - Letras do tesouro nacional	3.162	–	–	–	3.162	(597)	2.565		40.964	
NTN - Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–		297	
Operações compromissadas (*)	27.295	–	27.295	–	–	–	27.295		137.105	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	–	(45)	–	–	–	–	(45)		(29)	
Total	**641.141**	**(45)**	**27.295**	**14.619**	**599.227**	**(2.897)**	**638.199**	**100,00%**	**651.203**	**100,00%**

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras. Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais, mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

Alocação por administrador/instituição financeira:	**2024**	**2023**
Fundos exclusivos de títulos públicos		
Caixa Econômica Federal	202.389	203.540
Banco Bradesco S.A.	233.105	245.475
Banco do Brasil S.A.	202.705	202.188
Total	**638.199**	**651.203**

Movimentação das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Saldos em 2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2024
Fundos exclusivos de títulos públicos	651.203	104.076	(182.655)	67.254	(1.679)	638.199
Total	**651.203**	**104.076**	**(182.655)**	**67.254**	**(1.679)**	**638.199**

	Saldos em 2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2023
Fundos exclusivos de títulos públicos	637.418	96.350	(161.565)	79.662	(662)	651.203
Total	**637.418**	**96.350**	**(161.565)**	**79.662**	**(662)**	**651.203**

Rentabilidade da carteira: Em 31 de dezembro de 2024, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R$ 67.254 e R$ 1.679 de ajuste a valor de mercado negativo, (R$ 79.662 e R$ 662 de ajuste a valor de mercado negativo em 2023). Essa rentabilidade representa 100,52% (99,83% em 2023) do CDI que foi de 10,88%, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (13,05% em 2023). **Instrumentos financeiros - Derivativos:** A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e suas alterações. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

			2024			2023		
Contrato	Posição	Vencimento	Quantidade	Valor de mercado	Ajuste a receber/(pagar)	Quantidade	Valor de mercado	Ajuste a receber/(pagar)
Futuro - DI1 F24	Vendida	jan/2024	–	–	–	(123)	(12.289)	–
Futuro - DI1 V25	Vendida	out/2025	–	–	–	(40)	(3.402)	–
Futuro - DI1 N26	Vendida	jul/2026	–	–	–	(269)	(21.373)	–
Futuro - DI1 N27	Vendida	jul/2027	–	–	–	(55)	(3.967)	–
Futuro - DI1 F30	Vendida	jan/2030	(53)	(2.581)	–	–	–	–

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros: A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo: **• Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** - Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2024				2023			
Ativo financeiro	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	638.199	–	–	638.199	651.203	–	–	651.203
Total	**638.199**	–	–	**638.199**	**651.203**	–	–	**651.203**

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas: As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão representados pelo quadro abaixo:

	2024	2023
Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas	632.882	645.964
Aplicações financeiras livres	5.317	5.239
Aplicações totais	**638.199**	**651.203**
Provisões técnicas (nota explicativa nº 17)	627.423	610.295
Aplicações financeiras - Recursos livres	**10.776**	**40.908**
Excesso de cobertura	5.459	35.669
Aplicações financeiras livres	5.317	5.239

6. Créditos das operações de capitalização

a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento:

	2024	2023
Créditos com operações instituições parceiras	103.150	95.527
(-) Provisão para perdas (nota explicativa nº 3-d)	(14.946)	(7.632)
	88.204	**87.895**
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	9.555	8.899
Prêmios - pagamentos em trânsito	558	157
	10.113	**9.056**
	98.317	**96.951**

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber:

	2024	2023
Saldos no início do exercício	**96.951**	**90.578**
Arrecadação com títulos de capitalização	400.815	396.941
Brindes e furtos	(346)	(481)
Eventos diversos	3.159	3.946
Recebimentos	(387.316)	(386.401)
Provisão para perdas	(14.946)	(7.632)
Saldos no final do exercício	**98.317**	**96.951**

7. Títulos e créditos a receber

	2024	2023
Créditos de capitalização a receber	7.021	7.055
Antecipações de resgates	10.052	–
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.017)	(7.017)
Aluguéis a receber	300	318
	10.357	**356**

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8. Créditos tributários e previdenciários

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial, conforme descrito na nota explicativa nº 3-j. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2024	2023
Circulante:		
Créditos do imposto de renda a compensar	2.822	2.677
Créditos de contribuição social a compensar	2.685	2.388
Créditos de Pis e Cofins	119	912
Outros	–	59
	5.626	**6.036**
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	3.920	2.066
Contribuição social	2.352	1.239
	6.272	**3.305**
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	23.187	17.610
Contribuição social	13.912	10.566
	37.099	**28.176**
Imposto de renda e contribuição social sobre receitas diferidas		
Imposto de renda	724	304
Contribuição social	434	183
	1.158	**487**
Outros créditos tributários e previdenciários		
Contribuição social	8.618	8.173
	8.618	**8.173**
	53.147	**40.141**

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias: Os créditos tributários sobre diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (nota explicativa nº 18). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2024			2023		
Diferenças temporárias	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Processos cíveis	383	96	57	316	79	47
Processos trabalhistas	153	38	23	221	55	33
Contingência IPTU	197	49	29	94	24	14
Provisão para perdas (nota explicativa 6-a)	14.946	3.737	2.242	7.632	1.908	1.145
Ajuste a valor de mercado (nota explicativa 5)	2.897	724	435	1.218	304	183
	18.576	**4.644**	**2.786**	**9.481**	**2.370**	**1.422**

continua ★

★ continuação

liderança capitalização s/a

Liderança Capitalização S.A.
CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

GRUPO SILVIO SANTOS

Demonstrações Financeiras 2024

NE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis *(Em milhares de Reais)*

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada conforme quadro a seguir:

Período	Base dos créditos tributários	Créditos tributários: Imposto de renda diferido	Créditos tributários: Contribuição social diferida	%
2025	7.934	1.984	1.191	42,71%
2026	7.947	1.987	1.192	42,78%
2027	1.009	252	151	5,43%
2028	629	157	94	3,39%
2029	634	158	95	3,41%
2030	423	106	63	2,28%
Total	**18.576**	**4.644**	**2.786**	**100,00%**

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social: A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R$ 92.746 (R$ 70.438 em 2023) e constituiu crédito tributário no valor de R$ 37.099 (R$ 28.176 em 2023).

	2024			2023		
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários: Imposto de renda diferido	Créditos tributários: Contribuição social diferida	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários: Imposto de renda diferido	Créditos tributários: Contribuição social diferida
Saldos no início do exercício	**70.438**	**17.610**	**10.566**	**74.661**	**18.665**	**11.199**
Compensação	–	–	–	(1.602)	(400)	(240)
Prejuízo fiscal	14.153	3.538	2.123	2.879	720	432
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/22	8.155	2.039	1.223	–	–	–
Pagamentos adesão PRLF (nota explicativa 18-h)	–	–	–	(5.500)	(1.375)	(825)
Saldos no final do exercício	**92.746**	**23.187**	**13.912**	**70.438**	**17.610**	**10.566**

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios. A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada conforme quadro a seguir:

Período	Projetado: Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Projetado: Imposto de renda diferido	Projetado: Contribuição social diferida	%
2025	7.733	1.933	1.160	8,34%
2026	9.771	2.443	1.466	10,53%
2027	6.569	1.642	985	7,08%
2028	7.915	1.979	1.187	8,53%
2029	9.208	2.302	1.381	9,93%
2030 a 2032	25.743	6.436	3.862	27,77%
2033 a 2034	25.809	6.452	3.871	27,83%
Total	**92.746**	**23.187**	**13.912**	**100,00%**

Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R$ 122.666 (R$ 122.666 até 2023). Comparado aos valores projetados, representa 149,52% (156,25% até 2023) conforme apresentado abaixo:

Período	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social: Projetado	Realizado	%
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	11.865	41.081	346,24%
2019	3.111	6.129	197,01%
2020	3.079	–	0,00%
2021	2.105	–	0,00%
2022	8.148	4.036	49,53%
2023	7.628	1.602	21,00%
2024	3.535	–	0,00%
Total	**82.040**	**122.666**	**149,52%**

9. Outros créditos

Referem-se, principalmente, a adiantamentos efetuados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2024	2023
Adiantamentos a funcionários	494	422
Adiantamentos a fornecedores	1.580	–
Adiantamentos para campanhas promocionais	2	2
Outros adiantamentos	607	1.031
	3.083	**1.455**

10. Outros valores e bens

Refere-se a estoque de bens e mercadorias para pagamento de prêmios de campanhas promocionais, registradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SPA - Secretaria de Prêmios e Apostas, visando ao aumento da visibilidade e do engajamento do consumidor, principalmente do produto Tele Sena:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**31**	**5**
Aquisições	9.979	72
Premiações pagas	(3.436)	(46)
Saldo no final do exercício	**6.574**	**31**

11. Despesas antecipadas

	2024	2023
Prestação de serviços a apropriar	911	48
Propaganda e publicidade a apropriar	2.544	1.656
Despesas administrativas antecipadas	815	925
	4.270	**2.629**

12. Investimentos

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados à renda	Total 2024	Total 2023
Número de quotas possuídas	3.530.220			
Participação societária	8,09%			
Saldo dos investimentos no início do exercício	**3.246**	**68.827**	**72.073**	**72.073**
Resultado de equivalência patrimonial	1.430	–	**1.430**	–
Baixa de investimentos	(4.676)	–	**(4.676)**	–
Saldo dos investimentos no final do exercício	**–**	**68.827**	**68.827**	**72.073**

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 2024, foi deliberada pela cisão total e extinção da empresa RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. (RBV), sendo sucedida pela Silvio Santos Participações S.A. (SSP). O valor líquido proporcional à participação na RBV foi restituído pela SSP à Empresa, não restando qualquer obrigação solidária atrelada ao acervo cindido. Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida, um imóvel avaliado em R$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de impairment por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento. Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R$ 2.076 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.848 em 2023). Em linha com o CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 5 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Câmara, 160 - RJ, destinadas à locação.

13. Imobilizado e intangível

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	2024	2023
Saldo no início do exercício						
Custo	17.382	10.403	305	11.166	39.256	35.123
(–) Depreciação acumulada	(11.854)	(8.965)	–	(5.375)	(26.194)	(24.285)
Saldo contábil líquido	**5.528**	**1.438**	**305**	**5.791**	**13.062**	**10.838**
Aquisições	–	50	306	8.038	8.394	4.242
Baixas	–	(36)	–	(7.501)	(7.537)	(46)
Transferências	–	558	(558)	–	–	–
(–) Depreciação	–	(548)	–	(1.554)	(2.102)	(1.972)
Saldo contábil líquido no final do exercício	**5.528**	**1.462**	**53**	**9.774**	**16.817**	**13.062**
Taxas anuais de depreciação	**4%**	**10% a 33,33%**	**–**	**20% a 33,33%**		

(a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a outras imobilizações em curso ainda não em uso e não sofrem depreciação. (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para a Empresa.

14. Obrigações a pagar

	2024	2023
Fornecedores:		
Imagem e voz (nota explicativa nº 22-a-ii) (*)	29.365	13.140
Demais fornecedores	8.510	8.163
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	6.290	10.145
Participação sobre resultados a pagar	1.411	2.884
	45.576	**34.332**

(*) Em decorrência do falecimento do Sr. Senor Abravanel (conhecido como Silvio Santos), os valores a pagar relacionados ao contrato de cessão de direitos de imagem e voz estão atualmente sobrestados, aguardando a conclusão do processo de inventário.

15. Outras contas a pagar

	2024	2023
Promoções a pagar (nota explicativa nº 10)	12.685	2.834
Outras contas a pagar	141	–
	12.826	**2.834**

16. Débitos de operações com capitalização

	2024	2023
Comissões sobre venda de títulos	11.391	12.074
Resgates em trânsito	–	1.537
Outras	1	1
	11.392	**13.612**

17. Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram:

	Provisão: Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para sorteios a pagar	Para despesas administrativas	Para receitas diferidas	2024	2023
Saldos no início do exercício	**224.799**	**327.061**	**3.005**	**39.517**	**15.913**	**–**	**610.295**	**609.560**
Constituições	732.753	–	116.517	19.167	–	349.823	1.218.260	505.129
Cancelamentos	(532.405)	(12)	(79.152)	(17.887)	–	–	(629.546)	(271.314)
Atualização monetária e juros	5.122	2.766	52	244	–	–	8.184	13.324
Pagamentos de resgates e sorteios	(3)	(145.041)	–	(26.687)	–	–	(171.731)	(173.306)
Prescrições	–	(58.499)	–	(5.028)	–	–	(63.527)	(64.919)
Reversões	–	(83)	(626)	(546)	(15.913)	(327.344)	(344.512)	(8.099)
Transferências	(158.151)	158.151	(35.322)	35.322	–	–	–	–
Saldos no final do exercício	**232.025**	**324.343**	**4.474**	**44.102**	**–**	**22.479**	**627.423**	**610.295**

18. Provisões judiciais

As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	Provisões judiciais: Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024	Depósitos judiciais: Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Fiscais	94	101	(10)	12	197	5.650	–	(18)	275	5.907
Trabalhista	221	9	(90)	13	153	56	42	–	4	102
Cíveis	316	63	(10)	14	383	173	2	(3)	11	183
Total	**631**	**173**	**(110)**	**39**	**733**	**5.879**	**44**	**(21)**	**290**	**6.192**

	Provisões judiciais: Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2023	Depósitos judiciais: Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2023
Fiscais	9.301	27	(9.313)	79	94	5.336	–	–	314	5.650
Trabalhista	206	–	–	15	221	45	12	(4)	3	56
Cíveis	842	14	(571)	31	316	159	5	–	9	173
Total	**10.349**	**41**	**(9.884)**	**125**	**631**	**5.540**	**17**	**(4)**	**326**	**5.879**

Classificação de risco das ações judiciais:

Contingências	2024: Provável	Possível	Remota	Total	2023: Total
Fiscais	197	50.568	1.370	52.135	37.893
Trabalhista	153	77	–	230	254
Cíveis	383	2.516	510	3.409	5.088
Total	**733**	**63.161**	**1.880**	**65.774**	**43.235**

a. PIS/COFINS: A Empresa ingressou com Ações Ordinárias com pedido de tutela antecipada, processos nº 98.0340015-0 (NU nº 0040015-95.1998.4.03.6100 - processo administrativo nº 10880.027906/95-74) e nº 1999.61.00.008331-5 (NU nº 0008331-19.1999.4.03.6100 - processo administrativo nº 16327.000212/2008-18), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75%, incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontrava-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e REX 578.846 - STF, aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal. Com o julgamento do REX 578.846, em meados de 2017, sendo desfavorável aos contribuintes, em março de 2023, após reavaliação interna, a Administração da Empresa decidiu pela adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, editado pelo Governo Federal, através da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, desistindo da ação e aguardando consolidação da Receita Federal (PA 13031.186412/2023-15). Há discussão acerca do enquadramento desse processo no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, objeto do Mandado de Segurança nº 5030735-36.2023.4.03.6100. Aguardando julgamento do recurso de apelação. **b. Contribuição social:** A Empresa discutia a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% (Lei nº 11.727/2008) através do Mandado de Segurança nº 0018185-22.2008.4.03.6100, no entanto, ante o entendimento contrário ao pleito dos contribuintes consolidado nos Tribunais Superiores, desistiu dos recursos interpostos e renunciou ao direito que se fundava a discussão. Os autos foram devolvidos à 21ª Vara Cível da Justiça Federal em São Paulo e, após a concordância das partes, foi determinada a expedição de ofício para conversão dos depósitos em renda da União. Aguardando a conversão, e os valores excedentes serão levantados pela Empresa, mediante compensação a ser requerida administrativamente. **c. ISS RJ:** A Empresa foi autuada pela Prefeitura do Rio de Janeiro (AI/RJ 123.715), referente ao período de março de 2004 a dezembro de 2008, sob alegação de que os títulos de capitalização são passíveis de tributação de ISS - Imposto Sobre Serviços, quando distribuídos pela própria Empresa, culminando na Execução Fiscal nº 0239.098-68.2021.8.19.0001. A Administração impetrou ação anulatória de lançamento, ora em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda/RJ, sob nº 0155311-06.2021.8.19.0001. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, contudo, os assessores jurídicos externos e internos entendem, em face de existência de jurisprudência favorável no STJ, que a ação deva ser classificada como possível. Independentemente do resultado, a Empresa ofereceu garantia na execução fiscal por meio de apólice de seguro. Em outubro de 2022, foi interposto recurso de apelação em face da decisão que julgou improcedente a ação e foi proferida decisão reconhecendo a existência do efeito suspensivo do recurso (Processo nº 0001230-93.2022.8.19.0000), que aguarda o julgamento da apelação. **d. SAT/RAT:** Processo nº 5001615-53.2020.4.03.6100, mandado de segurança requerendo a suspensão da contribuição previdenciária patronal, da contribuição ao SAT/RAT ajustada pelo FAP e das contribuições destinadas a terceiras entidades sobre o valor integral de determinados benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, previdência privada e seguro de vida). Pedido liminar concedido, em parte, a fim de determinar a autoridade impetrada se abstenha de exigir a contribuição previdenciária, cota patronal incidente sobre: a) vale-alimentação quando pago in natura; b) vale-transporte em pecúnia ou não; c) assistência médica; d) previdência privada; e) seguro de vida. Em outubro de 2020 foi proferida sentença que concedeu parcialmente a segurança pleiteada, sendo protocolado o competente recurso de apelação que aguarda julgamento. Em fevereiro de 2023 os autos foram suspensos até definição da matéria pelo STF. **e. Trabalhista:** Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificados com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **f. Cíveis:** A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originados, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **g. Processos administrativos:** A Empresa responde por processos, em fase administrativa, conforme descritos abaixo: i) Processo nº 16327.002068/2005-31, que discute a não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ampla possibilidade de êxito, tendo em vista que aquelas empresas declararam o tributo em sua contabilidade, sendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos imune, e a decisão favorável obtida junto ao CARF. A falta de retenção gerou multa de ofício que foi objeto de recurso voluntário e, posteriormente, após reavaliação interna, a empresa decidiu pela adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, editado pelo Governo Federal, através da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, desistindo da ação e aguardando consolidação da Receita Federal. ii) Processo nº 16327.720763/2015-08, supostas irregularidades na apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS período de janeiro a dezembro de 2011. Levando em consideração a jurisprudência vigente sobre a discussão, há argumentos de defesa suficientes para cancelar integralmente os autos de infração, conforme parecer dos nossos assessores jurídicos externos e internos. Aguarda-se julgamento de recurso voluntário. iii) Processo nº 16327-720.775/2022-09, lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários no período de janeiro a dezembro de 2018, decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos. Em julgamento de caso análogo, o CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, reconheceu a improcedência da pretensão do FISCO. Em agosto de 2024 foi dado provimento ao nosso recurso voluntário, por unanimidade de votos. Em novembro de 2024 o processo retornou ao CARF. Aguardando intimação do Acórdão. A Administração da Empresa entende que tais processos não decorrem de uma obrigação legal constituída, e não constitui provisão.

h. Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF:

Processos	Tema	Principal	Juros	Multa	Total
10880.027906/95-74	PIS MP 517/94	809	5.480	364	6.653
16327.000212/2008-18	PIS MP 514/94	198	542	40	780
16327.002068/2005-31	IRF	–	874	541	1.415
Total de débitos		**1.007**	**6.896**	**945**	**8.848**
(–) Benefícios		**(655)**	**(4.788)**	**(262)**	**(5.705)**
Total de débitos consolidados PRFL		**352**	**2.108**	**683**	**3.143**
Pagamentos efetuados					
30% em espécie em 5 parcelas					(943)
Liquidação com créditos tributários					(2.200)
Saldo					–

19. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 204.825 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R$ 181.270. **b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos aos acionistas, o montante líquido de R$ 115 de saldo de juros sobre o capital próprio disponibilizados no exercício de 2022, o montante líquido de R$ 10.030 disponibilizados no exercício de 2023, bem como, disponibilizado o montante bruto de R$ 7.400, o qual, após a dedução de R$ 1.110 de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R$ 6.290, os quais foram imputados aos dividendos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.249/95. Foram disponibilizados e pagos ainda, aos acionistas, o montante de R$ 5.067 em dividendos de resultados de exercícios anteriores. **c. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos. Esta reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

20. Detalhamento das contas de resultado

a. Receita com títulos de capitalização (*):

	2024	2023
Quotas de capitalização e sorteios:		
Contribuição	849.270	515.287
Devoluções e cancelamentos	(612.294)	(285.924)
Quotas de carregamento:		
Contribuição	616.560	365.509
Devoluções e cancelamentos	(452.721)	(197.926)
Provisão para receitas diferidas:		
Constituições	(359.214)	(1.616)
Reversões	360.803	5.024
	402.404	**400.349**

(*) Os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram realocados em função da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 conforme descrito na nota explicativa 2-d.

b. Variação das provisões de resgates:

	2024	2023
Constituições (nota explicativa nº 17)	(732.753)	(440.259)
Cancelamentos (nota explicativa nº 17)	532.507	241.925
	(200.246)	**(198.334)**

c. Resultado com sorteios:

	2024	2023
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (nota explicativa nº 17)	(135.684)	(63.253)
Cancelamentos (nota explicativa nº 17)	97.039	29.389
Reversões (nota explicativa nº 17)	1.172	2.839
Despesas com títulos sorteados	(448)	(90)
	(37.921)	**(31.115)**

d. Custos de aquisição:

	2024	2023
Corretagem	(35.454)	(45.593)
Agenciamento	(184)	(165)
Despesas de vendas	(10.970)	(14.856)
Publicidade e propaganda	(139.621)	(123.711)
	(186.229)	**(184.325)**

e. Outras receitas e despesas operacionais:

	2024	2023
Receitas com prescrição de exigibilidades	62.217	63.404
Outras receitas com operação de capitalização:		
Reversão de provisões para perdas	80.775	50.969
Outras	11	15
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(88.089)	(51.179)
Furtos de Tele Senas	(2)	(47)
Outras despesas	(1.207)	(476)
	53.705	**62.686**

continua ★

★ continuação



Liderança Capitalização S.A.
CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

GRUPO SILVIO SANTOS

Demonstrações Financeiras 2024



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis *(Em milhares de Reais)*

f. Despesas administrativas diversas:

	2024	2023
Condenações judiciais	(1.016)	(13)
Provisão de contingências judiciais:		
Cíveis (nota explicativa nº 18)	(63)	(14)
Trabalhistas (nota explicativa nº 18)	(9)	–
Fiscais (nota explicativa nº 18)	(101)	(77)
Multas e infrações:		
Consolidação de débitos PRLF (nota explicativa nº 18-h)	–	(1.415)
Outras	(509)	857
Despesas não dedutíveis	(11)	(31)
Despesas diversas	(299)	(90)
	(2.008)	**(743)**

g. Despesas com tributos:	**2024**	**2023**
COFINS	(9.203)	(8.983)
PIS	(1.495)	(1.461)
Outros	(1.602)	(1.283)
	(12.300)	**(11.727)**

h. Receitas financeiras:	**2024**	**2023**
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 5)	67.254	79.662
Atualização monetária de depósitos judiciais (nota explicativa nº 18)	290	326
Benefícios consolidação parcelamentos incentivados (nota explicativa nº 18-h)	–	5.705
Juros ativos	937	1.824
Outras	100	206
	68.581	**87.723**

i. Despesas financeiras:	**2024**	**2023**
Atualização monetária das provisões:		
Técnicas de capitalização (nota explicativa nº 17)	(8.184)	(13.324)
Para contingências (nota explicativa nº 18)	(39)	(125)
Juros sobre consolidação PERT	–	(57)
Outras	(404)	(1.131)
	(8.627)	**(14.637)**

j. Ganhos ou perdas com ativos não correntes:	**2024**	**2023**
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	7	(34)
Custo do imobilizado baixado	(2.530)	–
Reversão de provisões judiciais		
Cíveis (nota explicativa nº 18) (*)	10	571
Trabalhistas (nota explicativa nº 18) (*)	90	–
Fiscais	–	1.880
Reversão de provisões operacionais	1.611	65
Recuperação de despesas	162	155
Outros ganhos e perdas	557	(141)
	(92)	**2.496**

(*) Reversão de provisões judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal, não afetando diretamente o resultado líquido.

21. Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão assim demonstrados:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/(prejuízo) contábil antes dos impostos e participações	**(2.478)**	**(2.478)**	**37.836**	**37.836**
(–) Juros sobre o capital próprio	(7.400)	(7.400)	(11.800)	(11.800)
(–) Participações sobre os resultados	(1.411)	(1.411)	(2.884)	(2.884)
Lucro/(prejuízo) base	**(11.289)**	**(11.289)**	**23.152**	**23.152**
Adições	**8.501**	**8.501**	**4.586**	**4.586**
Provisão para contingências (nota explicativa nº 18)	102	102	165	165
Redução ao valor recuperável - Operações de capitalização	7.314	7.314	210	210
Multas indedutíveis	504	504	542	542
Doações e patrocínios indedutíveis	1	1	10	10
Despesas indedutíveis	580	580	3.118	3.118
Outras	–	–	541	541
Exclusões	**(11.365)**	**(11.365)**	**(22.398)**	**(22.398)**
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 12)	(1.430)	(1.430)	–	–
Reversão de provisão para contingências (nota explicativa nº 18)	–	–	(9.883)	(9.883)
Participações sobre os resultados	(1.473)	(1.473)	–	–
Benefício de adesão a programas de parcelamento incentivado	(17)	(17)	–	–
Benefícios adesão ao PRLF (nota explicativa nº 18-h)	–	–	(5.705)	(5.705)
Dispêndios com inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	–	–	(6.484)	(6.484)
Adoção inicial Circular SUSEP nº 678/22	(8.155)	(8.155)	–	–
Outras	(290)	(290)	(326)	(326)
Lucro/(prejuízo) fiscal antes das compensações	**(14.153)**	**(14.153)**	**5.340**	**5.340**
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	–	–	(1.602)	(1.602)
Base de cálculo	**(14.153)**	**(14.153)**	**3.738**	**3.738**
Tributos correntes (IR/CS)	–	–	(910)	(561)
Incentivos fiscais dedução	–	–	22	–
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.392	2.034	400	240
Créditos tributários sobre diferenças temporais	1.853	1.113	(2.377)	(1.427)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	–	–	665	478
Total de tributos	**5.245**	**3.147**	**(2.200)**	**(1.270)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social			**8,20%**	**5,00%**

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de impostos e participações	**(2.478)**	**(2.478)**	**37.836**	**37.836**
Alíquotas oficiais	25%	15%	25%	15%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**	**(9.459)**	**(5.675)**
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	–	–	4.454	2.671
Compensação de prejuízos fiscais	–	–	400	240
Ajuste da alíquota adicional do IR	–	–	24	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	2.950	1.770
Participações sobre o resultado	–	–	721	433
Incentivos fiscais	–	–	22	–
Impostos diferidos	5.245	3.147	(1.977)	(1.187)
Impostos de exercícios anteriores	–	–	665	478
Total dos tributos	**5.245**	**3.147**	**(2.200)**	**(1.270)**

22. Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2024	2023	2024	2023
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(1.983)	(2.153)	(29.531)	(26.701)
Imagem e voz (nota explicativa nº 14)	(29.365)	(13.140)	(43.852)	(43.467)
Custos de aquisição (a)	**(31.348)**	**(15.293)**	**(73.383)**	**(70.168)**
Serviços compartilhados	(92)	(164)	(1.747)	(1.899)
Despesas com serviços de terceiros (b)	**(92)**	**(164)**	**(1.747)**	**(1.899)**
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	266	247	2.075	2.840
Promolider Promotora de Vendas Ltda.	–	27	–	–
BF Utilidades Domésticas Ltda.	3	3	37	35
TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda.	31	29	370	388
Receitas de aluguel (c)	**300**	**306**	**2.483**	**3.263**
Juros sobre o capital próprio a pagar	(6.290)	(10.145)	–	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (nota explicativa nº 14)	**(6.290)**	**(10.145)**	**–**	**–**
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	(9)	(8)	–	–
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(56)	(4)	–	–
Outras contas a pagar	**(65)**	**(12)**	**–**	**–**

a. Custos de aquisição: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de: **(i)** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa, **(ii)** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos. **b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais. **c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". **d. Remuneração do pessoal chave da Administração:** Os valores pagos aos Diretores a título de pró-labore montam R$ 5.931 (R$ 5.473 em 31 de dezembro de 2023).

23. Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é copatrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela Mercer Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R$ 881 (R$ 918 em 31 de dezembro de 2023).

24. Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa: A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência do Conselho de Administração, a quem compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos. Este Grupo reúne-se periodicamente com a Administração da Empresa para tratar das estratégias de negócio. Além das questões estratégicas de negócio e resultados, também são discutidos e aprovados os controles e políticas de gestão de recursos humanos, aplicações financeiras e investimentos em tecnologia da informação. **b. Procedimentos de prevenção:** É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, ao gestor imediato ou às unidades de Conformidade e/ou Recursos Humanos quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude, possíveis conflitos de interesse e outros semelhantes. Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético. É de responsabilidade ainda dos executivos, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverão analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de comunicação Linha Ética do Grupo Silvio Santos. **c. Lavagem de dinheiro:** A Circular SUSEP nº 617, de agosto de 2020 e suas alterações, dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo. Em cumprimento às definições estabelecidas na Circular SUSEP nº 612/20, as comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são analisadas e, quando caracterizadas, comunicadas por meio do site do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, bem como são executados, anualmente, o programa contínuo de treinamento, visando à disseminação de cultura. Há também programa de auditoria anual do tema, certificando o status de cumprimento, em todos os seus aspectos, do disposto na Circular SUSEP nº 612/20, além da geração do Relatório de Efetividade, bem como a Avaliação Interna de Riscos por produtos, clientes, distribuidores, funcionários entre outros. **d. Resolução CNSP nº 416/2021:** A Empresa segue aprimorando toda a implementação da Resolução CNSP nº 416/21 com nova Diretoria e estrutura de Controles Internos, Riscos e Conformidade implementada em novembro de 2024. É realizado o relatório do sistema de Autoavaliação dos Controles Internos e Riscos. Adicionalmente, é efetuado o mapeamento de diversos processos da companhia incluindo os críticos, conforme Circular SUSEP nº 648/2021. Através desse mapeamento e considerando também a autoavaliação, registro de perdas no Banco de Dados de Perdas Operacionais e registros de reclamações na Ouvidoria, é possível a identificação dos principais riscos e controles. Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: • Política de Segurança da Informação; • Política Antifraude; • Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; Política de Homologação de Fornecedores; • Política de Medidas Disciplinares; Política de Conformidade; • Política de Gestão de Riscos. Além destes fatores, são Administrados os relacionamentos com Órgão Regulador, com auditores internos e externos e as relações com associações de classe. **e. Estrutura de Gestão de Riscos:** A Empresa implementou uma estrutura de gestão de riscos, que está integrada às atividades diárias da Empresa e alinhada ao Sistema de Controles Internos. A Diretoria do Sistema de Controles Internos, Resolução CNSP nº 416/21, é independente e reporta ao órgão máximo da Administração. O responsável pela gestão de riscos trabalha com toda a companhia para estabelecer um processo de gestão de riscos eficaz em suas áreas de responsabilidade. O profissional responsável por riscos tem a incumbência de monitorar o progresso e ajudar os demais gestores a comunicar as informações relevantes sobre riscos a seus superiores, subordinados e pares na organização. Durante o próximo exercício social, será constituído o Comitê de Riscos que realizará reuniões periódicas, e ficará responsável pela formalização do apetite por risco e gerenciamento periódico, com todos os responsáveis, de todos os riscos de subscrição, crédito, mercado, liquidez, operacional, cibernético, continuidade de negócio, ASG (nota explicativa 24-m), dentre outros. A Auditoria Interna é responsável por avaliar e emitir pareceres periódicos sobre os processos de gestão de riscos. Os pontos identificados pelos auditores são registrados como recomendações de auditoria interna e geram planos de ações administrativos e gerenciais de melhoria, para tratamento dos riscos identificados de cada fragilidade. No modelo de Três Linhas, implantado na Empresa, onde o controle da gerência é a primeira linha no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecida pela gerência são a segunda linha e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização. **f. Riscos técnicos e atuariais:** A estrutura de gestão técnica e atuarial é realizada internamente com assessoria de um atuário técnico externo, que elabora o parecer atuarial e informa se as provisões técnicas estão adequadamente constituídas. A Auditoria Atuarial independente é realizada por uma empresa contratada, que apura se as atividades estão de acordo com as regulamentações conforme Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, a substituição dos auditores sucede segundo prazo estabelecido pela SUSEP. **g. Riscos financeiros:** A Empresa utiliza-se de metodologia e serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários. A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos. As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadradas dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes. A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem o pleno atendimento às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.993 de 24 de março de 2022, que dispõe sobre as normas que disciplinam as aplicações dos recursos das reservas técnicas. **h. Riscos operacionais:** A Empresa construiu e implementou o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional. A auditoria interna analisa anualmente o BDPO e emite relatório, contendo parecer de adequação à Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações. Além disso, com a atualização dos processos críticos, além da captura das perdas no processo do BDPO, autoavaliação de riscos, identificação e tratamentos dos apontamentos no canal da Ouvidoria dentre outros, é possível a criação de uma matriz de risco concisa e dinâmica, além da captura dos controles para seus futuros testes. **i. Risco de crédito:** A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização. A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de rating. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como risco soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado. **j. Risco de mercado:** No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - Value at Risk, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações nos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro. A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável. A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais. Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5 - Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, garantindo a melhor relação possível de retorno *versus* risco. Considerando ainda que o *Benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do portfólio, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de estresse, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice. O mapeamento do risco pelo VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (back test), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do "pior" retorno dos períodos analisados. Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 90,46% e 94,95% (93,50% a 95,49% em 2023) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice. Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do portfólio. A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixa utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado. A Empresa apurou o montante de R$ 5.410 (R$ 6.257 em 31 de dezembro de 2023) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações. **k. Risco de liquidez:** É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

	2024				2023			
	Liquidez *Duration* 0 dias	Vencimento *Duration* 1.178 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento	Liquidez *Duration* 0 dias	Vencimento *Duration* 856 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento
Sem vencimento	638.199	–	100,00%	0,00%	651.203	–	100,00%	0,00%
De 1 a 30 dias	–	27.249	0,00%	4,27%	–	149.197	0,00%	22,91%
De 61 a 90 dias	–	–	0,00%	0,00%	–	14.270	0,00%	2,19%
De 181 a 365 dias	–	14.616	0,00%	2,29%	–	25.528	0,00%	3,92%
De 366 a 720 dias	–	45.126	0,00%	7,07%	–	53.659	0,00%	8,24%
Acima de 720 dias	–	551.208	0,00%	86,37%	–	408.549	0,00%	62,74%
Total	**638.199**	**638.199**	**100,00%**	**100,00%**	**651.203**	**651.203**	**100,00%**	**100,00%**

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 1.178 dias (856 dias em 2023).

	2024				2023			
Liquidez da carteira	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	638.199	387.338	100,00%	61,73%	651.203	369.583	100,00%	60,56%
De 31 a 60 dias	–	16.976	0,00%	2,71%	–	18.537	0,00%	3,04%
De 61 a 90 dias	–	18.667	0,00%	2,98%	–	18.499	0,00%	3,03%
De 91 a 180 dias	–	79.397	0,00%	12,65%	–	74.325	0,00%	12,18%
De 181 a 365 dias	–	96.504	0,00%	15,38%	–	99.933	0,00%	16,37%
De 366 a 720 dias	–	28.541	0,00%	4,55%	–	29.418	0,00%	4,82%
Total	**638.199**	**627.423**	**100,00%**	**100,00%**	**651.203**	**610.295**	**100,00%**	**100,00%**

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e segundo a legislação em vigor. A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

	2024		2023	
Ativo financeiro	Valor	*Rating*	Valor	*Rating*
Renda fixa pública	638.199	AAA	651.203	AAA
Total	**638.199**		**651.203**	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer			
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano	2024	2023
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	2.094	–	–	–	–	2.094	4.404
Aplicações (*)	(45)	–	–	84.190	554.054	638.199	651.203
Créditos das operações de capitalização	10.113	7.835	91	80.278	–	98.317	96.951
Títulos e créditos a receber	–	–	–	10.357	–	10.357	356
Depósitos judiciais e fiscais	6.192	–	–	–	–	6.192	5.879
Outros créditos	–	–	–	3.083	–	3.083	1.455
Despesas antecipadas	–	–	–	4.770	–	4.770	2.629
Outros valores e bens	6.635	–	–	–	–	6.635	92
Total dos ativos financeiros	**24.989**	**7.835**	**91**	**182.178**	**554.054**	**769.147**	**763.059**
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	–	–	–	45.576	–	45.576	34.332
Encargos trabalhistas	–	–	–	3.690	–	3.690	3.721
Outras contas a pagar	–	–	–	17.826	–	17.826	2.884
Débitos com operações de capitalização	–	–	–	11.392	–	11.392	13.612
Depósitos de terceiros	111	–	–	–	–	111	87
Provisões técnicas	22.479	120.747	247.698	236.499	–	627.423	610.295
Provisões judiciais	733	–	–	–	–	733	631
Débitos diversos	36	–	–	–	–	36	–
Total dos passivos financeiros	**23.359**	**120.747**	**247.698**	**309.983**	**–**	**701.787**	**665.512**

(*) Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais, mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

continua ★

★ continuação



Liderança Capitalização S.A.
CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo





Demonstrações Financeiras 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis *(Em milhares de Reais)*

NE

l. Risco legal: O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. **m. ASG - Ambiental, social e governança:** A Liderança Capitalização S.A. reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, implementando práticas voltadas para medir, monitorar e reduzir os impactos ambientais de suas operações, incluindo gestão de resíduos e outras atividades sustentáveis, a fim de implementar as melhores práticas de gestão ambiental. Tem como objetivo aprimorar continuamente os processos internos, priorizando o uso responsável e sustentável dos recursos naturais. Para isso, adota medidas internas voltadas à racionalização de recursos não renováveis, incentivando a eficiência hídrica e energética, bem como o reaproveitamento de materiais. Além de buscar a excelência operacional, incorpora os princípios da sustentabilidade à cultura corporativa. Esse compromisso se reflete no desenvolvimento humano dos colaboradores, no fortalecimento das relações com a comunidade, e na promoção de uma gestão responsável e sustentável. Por meio da modalidade Filantropia Premiável, considerada a mais solidária no segmento da capitalização, reforçamos nosso apoio a instituições filantrópicas. Nesta modalidade, os recursos destinados à quota de resgate são direcionados integralmente para o benefício das instituições, ampliando o impacto social das operações, reforçando o papel da empresa que busca gerar valor para a sociedade e meio ambiente. **n. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	2024	2023
1 - Patrimônio líquido	**207.777**	**221.381**
2 - Ajustes contábeis	**(55.617)**	**(40.766)**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	–	(3.246)
Despesas antecipadas	(4.270)	(2.629)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(37.099)	(28.176)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(4.474)	(924)
Ativos intangíveis	(9.774)	(5.791)
3 - Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**1.997**	**1.995**
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	–	119
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	1.997	1.876
4 - Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (a)	**(74.355)**	**(74.355)**
4.1 - PLA de nível 1 (1+2+4.3)	74.849	103.392
4.2 - PLA de nível 2 (3)	1.997	1.995
4.3 - PLA de nível 3	77.311	77.223
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	2.956	2.868
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (b)	74.355	74.355
Patrimônio líquido ajustado - total	**79.802**	**108.255**

		2024		2023
I - Capital-base		**10.800**		**10.800**
II - Capital de risco		**19.705**		**19.123**
Capital de risco de crédito		12.728		11.706
Capital de risco de subscrição		3.398		3.225
Capital de risco operacional		2.685		2.660
Capital de risco de mercado		5.410		6.257
Efeito em função de correlação entre os riscos de crédito e subscrição		(4.516)		(4.725)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)		**19.705**		**19.123**
Suficiência de capital	**305%**	**60.097**	**466%**	**89.132**

(a) Maior entre (PLA de nível 2 + PLA de nível 3 (-) 50% do CMR) e (PLA de nível 3 (-) 15% do CMR)

	2024	2023
(b) **Ativo total ajustado**	**857.946**	**853.605**
Ativo total	913.564	894.371
Ajustes contábeis (2)	(55.617)	(40.766)

25 Eventos subsequentes

Reforma tributária: A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. A aplicação das novas regras tributárias ocorrerá a partir 1º de janeiro de 2026. A Administração da Empresa entende que haverá esforços significativos para a implantação da referida norma pelas áreas envolvidas, bem como impactos financeiros, que serão estimados ao longo do exercício social, e, está se planejando para avaliar os impactos e ações necessárias desta norma.

Diretoria

Renato Bueno Terzi
Diretor Superintendente

Henrique Abravanel
Diretor de Controles Internos

Contador

Agnaldo de Leonardo
CRC 1SP136394/O-0

Atuário

Heitor Coelho Borges Rigueira
Reg. MTb nº 380 - MIBA

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Liderança Capitalização S.A. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Liderança Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis, como um todo, e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Empresa e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis; • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador - CRC 1 SP 263668/O-4

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Liderança Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos de solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Empresa e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Liderança Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Empresa e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras.

Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131

Anexo I
Liderança Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões técnicas	**31/12/2024**
Total de provisões técnicas auditadas	627.423
2. Demonstrativo do capital mínimo requerido	**31/12/2024**
Capital base (a)	10.800
Capital de risco (CR) (b)	19.705
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	**19.705**
3. Demonstrativo da solvência	**31/12/2024**
Patrimônio líquido ajustado total (a)	79.802
Ajustes econômicos do PLA	1.997
Exigência de capital (CMR) (b)	19.705
Suficiência do PLA (c = a - b)	**60.097**
Ativos garantidores (d)	632.882
Total a ser coberto (e)	627.423
Suficiência dos ativos garantidores (f = d - e)	**5.459**

www.lidercap.com.br



DOE SANGUE (11) 4573-7800
(11) 4573-7800 / www.prosangue.sp.gov.br / @prosangue
Apoio Folha



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2025 (MODO DE DISPUTA ABERTA)** – Objeto: **Contratação de empresa especializada em transporte sanitário de pacientes para tratamento de saúde fora do município de Águas de Lindoia, pelo período de 06 (seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital (Lei nº 14.133/21 – Nova Lei de Licitações)**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **07/03/2025 às 09h00**; Abertura de Propostas iniciais: **24/03/2025 às 09h00**; Início do Pregão (fase competitiva): **24/03/2025 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br. O EDITAL** se encontrará disponível de: **07/03/2025 a 21/03/2025** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2025 (MODO DE DISPUTA ABERTA)** – Objeto: **Contratação de empresa especializada para a implementação de uma solução completa e integrada de gerenciamento da frequência dos servidores do município de Águas de Lindoia, incluindo a locação de relógios de ponto e a disponibilização de software desenvolvido para ambiente Web, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital (Lei nº 14.133/21 – Nova Lei de Licitações).** Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **07/03/2025 às 09h00**; Abertura de Propostas iniciais: **26/03/2025 às 09h00**; Início do Pregão (fase competitiva): **26/03/2025 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br. O EDITAL** se encontrará disponível de: 07/03/2025 a 25/03/2025 para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito à Rua Prof.ª Carolina Frões, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de preço público pela despesa da impressão de acordo com regulamento municipal vigente e/ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – **Gabriel José Ramos Junqueira Ferreira – Secretário Municipal de Administração.**

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 19/03/2025, às 10:30hs/ 2º Público Leilão: 20/03/2025, às 10:30hs.

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG, autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Apartamento 204 do BLOCO "7", localizado no 1º pavimento do CONDOMÍNIO PARQUE SOLAR DOS SABIÁS, situado na Avenida Eugênio Coltro, nº 1.925, Bairro Pedregulho, Salto/SP, com área útil de 46,560m², área comum (vaga de garagem) de 12,00m², área comum de 38,605m², total de 97,165m², fração ideal no terreno de 0,001397469%; com direito ao uso da vaga de garagem nº 66 na área descoberta livre. Imóvel objeto da Matrícula CNM 123653.2.0057882-25 trasladada da Matrícula nº 57.882 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Salto/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 187.743,32 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 138.370,41 (cento e trinta e oito mil, trezentos e setenta reais e quarenta e um centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: ANDRÉ MACHADO DA SILVA, brasileiro, gerente, nascido em 21/12/1974, C.I.: 244569259 SSP/SP, CPF: 175.855.178-99, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com THAIS FERNANDA CALORI, brasileira, advogada, nascida em 25/03/1993, C.I.: 480127034 SSP/SP, CPF: 429.018.248-80, residentes e domiciliados na Rua Luiz Ribeiro Filho, 235, Bairro JD. S.G.I, Sorocaba/SP, CEP: 18074-640. INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S): THAIS FERNANDA CALORI, já qualificada acima. intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 17/03/2025, às 10:10hs/ 2º Público Leilão: 18/03/2025, às 10:10hs.

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Casa residencial, com frente para a Avenida Adamantina, Nº 206, com 220,72m², construída em terreno, Lote 76 da quadra X, do loteamento "PARQUE PAULISTA", Franco da Rocha/SP, com a área de 429,00m². Imóvel objeto da Matrícula nº 38.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Franco da Rocha/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 607.167,33 (seiscentos e sete mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e três centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 345.070,86 (trezentos e quarenta e cinco mil, setenta reais e oitenta e seis centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: ARIANE DA SILVA SANTOS, brasileira, analista de impostos indiretos pleno, solteira, nascida em 03/04/1989, C.I: 45.171.248-1 SSP/SP, CPF: 385.069.498-83, residente e domiciliada na Avenida Adamantina, Nº 206, Casa, Bairro Parque Paulista, Franco da Rocha/SP, CEP: 07.844-340. COOBRIGADO(S)/AVALISTA(S): JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS, brasileiro, aposentado, nascido em 30/04/1954, C.I: 9.211.105-1 SSP/SP, CPF: 757.110.808-72 e MARIA JOSÉ DA SILVA SANTOS, brasileira, dona de casa, nascida em 28/07/1954, C.I: 32.969.194-6 SSP/SP, CPF: 355.174.168-96, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Avenida Adamantina, Nº 206, Casa, Bairro Parque Paulista, Franco da Rocha/SP, CEP: 07.844340, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS MG
PREGÃO ELETRÔNICO R/P nº 009/2025

O Município de Confins/MG torna público aos interessados a realização da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO R/P nº 009/2025, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.** Menor preço **por item**. Entrega das propostas será até às **09:00hs do dia 20/03/2025** e **abertura às 09:30hs** da mesma data. O edital poderá ser adquirido no Link: https://www.confins.mg.gov.br/portal/editais/1, **www.licitardigital.com.br** na Plataforma do Licitar digital **e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br**. Tel. de contato: (31) 3665-7829. Maria Aparecida de Oliveira - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS MG
DISPENSA ELETRÔNICA nº 001/2025

O Município de Confins/MG torna público aos interessados a realização da Licitação na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA nº 001/2025, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO DE RESTAURAÇÃO INICIAL, PARA O TELHADO DA CAPELA SÃO JOSÉ. Menor preço por item.** Entrega das propostas será até às **08:30hs do dia 11/03/25** e **abertura às 09:00hs** da mesma data. O edital poderá ser adquirido no Link: https://www.confins.mg.gov.br/portal/editais/1, www.licitardigital.com.br na Plataforma do Licitar digital e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br. Tel. de contato (31) 3665-7829. Andreia Lucas - Pregoeira.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1501561-42/2024 - Tipo: Menor Preço

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG-MG, comunica a todos a alteração da licitação visando a contratação de serviços de gestão documental do acervo da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito - CET/MG, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 20/03/2025, às 09h00min, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG 28/02/2025. Ana Luiza Camargo Hirle. Subsecretária de Compras Públicas - SEPLAG-MG.

MINAS GERAIS

PODCASTS FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA FOLHA. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE
Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
PROCESSO Nº 088/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES, COM O INTUITO DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

COMUNICADO

I - A Pregoeira da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse, no uso de suas atribuições, em regular prosseguimento do Pregão Eletrônico nº. 004/2025, cujo objeto é o objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES, COM O INTUITO DE SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, com reabertura marcada para o dia **07 de Março de 2025 às 09:00 horas**, fica adiado para o dia **13 de Março de 2025 às 09:00 horas**. A alteração se deu devido ao Decreto Municipal nº 4.188 de 26/02/2025, publicado no Jornal Oficial de Santo Antonio de Posse, página 02. Sendo assim necessário se faz a recontagem de prazo para entrega de documentos nos termos do item 2.1 do Anexo III do Edital, ou seja, de **05 de Março de 2025 a 12 de Março de 2025**, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis desde que solicitado e justificado, podendo ser realizado mediante protocolo no Paço Municipal (horário das 08:30 às 16:30 horas) ou então para o e-mail licitacao@pmsaposse.sp.gov.br (a qualquer horário). Diante disso, dando prosseguimento aos trabalhos, ficam **CIENTES e NOTIFICADOS** a todos os interessados que o certame terá seu prosseguimento na data de **13 de Março de 2025, às 09:00 horas.**

Santo Antônio de Posse, 26 de Fevereiro de 2.025.

Joseani D. Bassani Torres
Pregoeira

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **HIGOR CERQUEIRA SASSI**, [illegible] **PAMELA MARIA RODRIGUES MOLINA**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 27/03/2025, às 10:20hs/ 2º Público Leilão: 28/03/2025, às 10:20hs.

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Prédio residencial, localizado à Rua F, S/N, Jardim Santa Rita, Bairro Bico do Pato, Cajati/SP, com área construída de 48,10m², construído no lote de terreno nº 08, da quadra 07, com área de 180,00m². OBS: De acordo com a prefeitura municipal de Cajati, o imóvel está localizado Rua Monteiro Lobato, 99, Jardim Santa Rita, Cajati/SP, CEP: 11950-000. Imóvel objeto da Matrícula CNM 121079.2.0029735-05 trasladada da Matrícula nº 29.735 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jacupiranga/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 194.118,68 (cento e noventa e quatro mil, cento e dezoito reais e sessenta e oito centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 156.849,03 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e três centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: LINDAIR DOS SANTOS PEREIRA, brasileiro, advogado, solteiro, nascido em 30/10/1986, C.I: 43.384.093-3 SSP/SP, CPF: 359.458.048-27, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, 2197, Bloco A, Sala 101, Bairro Centro, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83005-160, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **AILEY RAMOS**, [illegible] **EUSANGELA TAMARINDO RAMOS**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
LEILÃO Nº 2025/905505V(9055)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: BA/ GO/ MG/ MS/ PR E RJ

DATA: 13/03/2025 À PARTIR DAS 12H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS RURAIS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao.com.br

Lance no Leilão

Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826

Parceria

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
LEILÃO Nº 2025/905504V(9055)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: MG/ MS/ MT/ PR/ RJ E RS

DATA: 12/03/2025 À PARTIR DAS 14H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS URBANOS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao.com.br

Lance no Leilão

Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826

Parceria



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano 2023 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ultrapassamos a marca de 2,6 milhões de clientes em nossa base ao fim de 2024, com incremento de 5,8% em relação ao ano anterior. O volume em 2024 apresentou um aumento de 2,0%, explicado pelo acréscimo de consumo nos segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Termogeração, que foi parcialmente compensado pela queda de volume dos segmentos de Cogeração e Automotivo. O volume do segmento Industrial representou 81,3% do total distribuído em 2024 e um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, principalmente pela adição de novos clientes e retomada de alguns setores como o cerâmico e o metalúrgico. O segmento Comercial apresentou aumento o volume na ordem de 4,0% frente ao ano de 2023, principalmente devido a um maior consumo de grandes clientes, com destaque para o setor gastronômico, de supermercados e shoppings. O segmento Residencial apresentou volume 2,4% maior em relação ao ano de 2023, devido ao efeito positivo de comportamento em relação ao ano anterior. O segmento Automotivo (GNV) em 2024 apresentou uma queda no volume de 21,9% em comparação ao ano anterior, devido a uma menor competitividade frente aos demais combustíveis, principalmente em veículos leves. O segmento de Cogeração, apresentou uma queda de 29,2% impactado principalmente pela redução nas atividades de grandes clientes no período. A receita líquida da Companhia atingiu R$ 15,4 bilhões no acumulado do ano, 1,9% maior que em 2023, devido ao aumento de volume distribuído e aumento da base de clientes. O EBITDA apresentou crescimento de 6,7% no ano totalizando R$ 3,7 bilhões, reflexo principalmente do melhor mix de vendas entre os segmentos. Já os investimentos totalizaram R$ 1,5 bilhão ao longo do ano, incremento de 3,7%, em linha com o plano de investimentos da Companhia. Encerramos o exercício com alavancagem de 1,80x, reflexo da posição de endividamento e da distribuição de dividendos realizados em 2024 no montante de R$ 2,7 bilhões.

Sumário das Informações Financeiras

R$ Mil	2024	2023	2024 x 2023
Total de clientes	2.683.924	2.536.259	5,8%
Volume (mil m³)	4.252.793	4.170.855	2,0%
EBITDA	3.726.899	3.492.271	6,7%
Resultado do período	1.792.464	1.408.787	27,2%
CAPEX	1.533.883	1.479.418	3,7%
Dívida líquida	6.709.347	4.598.706	45,9%
Alavancagem	1,80x	1,32x	0,48x
Volume (mil m³)	**2024**	**2023**	**2024 x 2023**
Residencial	323.025	315.380	2,4%
Comercial	154.723	148.729	4,0%
Industrial	3.457.786	3.277.125	5,5%
Cogeração	193.442	273.241	-29,2%
Automotivo	121.502	155.517	-21,9%
Termogeração	2.315	863	168,3%
Volume	4.252.793	4.170.855	2,0%
mm³/dia	11,7	11,4	2,6%

Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que a empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024, não foi contratada para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.188.418	1.845.136
Títulos e valores mobiliários	6	1.022.247	794.978
Contas a receber de clientes	7	1.397.974	1.298.314
Instrumentos financeiros derivativos	14	38.173	20.116
Estoques		149.260	142.120
Recebíveis de partes relacionadas	8	5.254	222
Outros tributos a recuperar	9	146.742	222.572
Ativos financeiros setoriais	10	208.173	189.343
Outros ativos		78.230	121.644
Ativo circulante		**5.277.580**	**4.633.445**
Contas a receber de clientes	7	9.065	24.806
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	150.617	318.212
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19	19.855	50.805
Outros tributos a recuperar	9	118.091	83.838
Depósitos judiciais	20	137.360	40.892
Instrumentos financeiros derivativos	14	186.195	120.529
Outros ativos		424.365	28.853
Ativos financeiros setoriais	10	509.695	341.695
Intangível	11	7.784.444	7.099.770
Ativos de contrato	12	945.415	939.902
Direito de uso		40.771	45.988
Ativo não circulante		**10.313.913**	**9.105.389**
Total do ativo		**15.591.493**	**13.738.834**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.838.128	1.165.558
Passivo de arrendamentos		8.128	7.910
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	63.194
Fornecedores	18	1.156.722	1.302.119
Ordenados e salários a pagar		110.560	115.581
Imposto de renda e contribuição social correntes		121.950	208.409
Outros tributos a pagar		194.309	155.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22 b)	1.065	332.328
Pagáveis a partes relacionadas	8	223.829	11.585
Outros passivos financeiros		132.990	133.937
Passivos financeiros setoriais	10	64.718	70.013
Outras provisões		22.941	226.160
Passivo circulante		**3.675.447**	**3.877.440**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	8.151.073	5.812.535
Passivo de arrendamentos		27.781	32.827
Instrumentos financeiros derivativos	14	380.290	297.453
Provisão para demandas judiciais	20	70.413	45.516
Ordenados e salários a pagar		7.954	–
Obrigações de benefício pós-emprego	21	376.606	442.164
Passivos financeiros setoriais	10	1.749.274	1.532.364
Outros passivos		18.812	4.361
Passivo não circulante		**10.782.183**	**8.167.220**
Total do passivo		**14.457.630**	**12.044.660**
Patrimônio líquido	22		
Capital social		536.315	536.315
Reservas de capital		1.201	(46.851)
Reservas de reavaliação		5.761	5.761
Outros resultados abrangentes		(11.646)	(62.948)
Reservas de lucros		602.232	1.261.897
Total do patrimônio líquido		**1.133.863**	**1.694.174**
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.591.493**	**13.738.834**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	23	15.443.193	15.158.674
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(12.122.087)	(11.926.244)
Resultado bruto		**3.321.106**	**3.232.430**
Despesas de vendas	24	(135.406)	(127.105)
Despesas gerais e administrativas	24	(299.193)	(295.684)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	106.838
Despesa operacional		**(247.651)**	**(315.951)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		**3.073.455**	**2.916.479**
Despesas financeiras		(833.373)	(1.321.730)
Receitas financeiras		569.227	881.669
Variação cambial líquida		(483.683)	144.191
Derivativos		309.224	(481.225)
Resultado financeiro líquido	26	**(438.605)**	**(777.095)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**2.634.850**	**2.139.384**
Corrente		(711.220)	(893.801)
Diferido		(131.166)	163.204
Imposto de renda e contribuição social	19	**(842.386)**	**(730.597)**
Resultado líquido do exercício		**1.792.464**	**1.408.787**
Resultado básico por ação - em Reais:	27		
Ordinárias		13,2396	10,4057
Preferenciais		14,5636	11,4462
Resultado diluído por ação - em Reais:	27		
Ordinárias		13,2396	10,3999
Preferenciais		14,5636	11,4399

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		1.792.464	1.408.787
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	21	77.731	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos		(26.429)	(8.229)
Total		**51.302**	**15.974**
Resultado abrangente do exercício		**1.843.766**	**1.424.761**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.634.850	2.139.384
Ajustes para:			
Amortizações	24	653.444	575.792
Resultado nas baixas de ativos intangíveis	25	58.971	30.192
Transações com pagamento baseado em ações	28	–	5.002
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários	25	39.740	6.637
Juros, variações monetárias, líquidos		(107.030)	399.015
Juros sobre dívida, derivativos e variações cambiais, líquidos	13	729.309	626.770
Provisão de bônus e participação no resultado		70.351	52.241
Atualização do ativo financeiro da concessão		(41.754)	–
Perdas de crédito esperadas	7	16.994	10.630
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	10	(48.624)	(157.412)
Reversão de provisões diversas		(182.207)	–
Outros		10.929	14.029
		3.835.047	3.703.184
Variação em:			
Contas a receber de clientes		(51.470)	344.098
Estoques		(18.071)	(32.289)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(742.849)	(316.821)
Fornecedores e outros passivos financeiros		(141.900)	(186.426)
Partes relacionadas		208.487	343
Ordenados e salários a pagar		(67.410)	(49.234)
Benefícios pós-emprego		(31.099)	(26.931)
Outros ativos e passivos, líquidos		(109.143)	(4.796)
		(953.455)	(271.456)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**2.881.592**	**3.431.728**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Compra de títulos e valores mobiliários		(127.751)	(159.280)
Caixa recebido na venda de outros ativos		1.496	4.637
Adições ao intangível e ativos de contrato		(1.502.513)	(1.499.753)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(1.628.768)**	**(1.654.396)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.702.814	1.338.051
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.166.489)	(1.547.820)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(374.252)	(337.668)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(355.584)	(459.378)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		27.658	284.728
Amortização de principal sobre arrendamentos		(4.994)	(4.092)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3.347)	(3.556)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22 b)	(2.735.338)	(430.120)
Pagamento de remuneração baseada em ações		–	(13.597)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(909.542)**	**(1.173.452)**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**343.282**	**603.880**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.845.136	1.241.256
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.188.418	1.845.136
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		(817.231)	(182.012)

Transações que não envolvem caixa

(i) Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R$ 195.670 (R$ 149.214 em 31 de dezembro de 2023), notas 11 e 12.

(ii) Reconhecimento de direito de uso no montante de R$ 174 (R$ 2.067 em 31 de dezembro de 2023), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos sobre ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital: Incentivos fiscais	Reservas de capital: Opção outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**536.315**	**1.201**	**(48.052)**	**5.761**	**107.263**	**1.154.634**	**–**	**(62.948)**	**1.694.174**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.792.464	–	1.792.464
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 21)	–	–	–	–	–	–	–	77.731	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(26.429)	(26.429)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	–	1.792.464	51.302	1.843.766
Dividendos (Nota 22)	–	–	–	–	–	(1.154.634)	(1.250.000)	–	(2.404.634)
Dividendos prescritos (Nota 22)	–	–	–	–	–	547	–	–	547
Juros sobre capital próprio prescritos (Nota 22)	–	–	–	–	–	10	–	–	10
Recomposição de reserva de capital	–	–	48.052	–	–	(48.052)	–	–	–
Retenção de lucros (Nota 22)	–	–	–	–	–	542.464	(542.464)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	–	–	48.052	–	–	(659.665)	–	51.302	(560.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**536.315**	**1.201**	**–**	**5.761**	**107.263**	**494.969**	**–**	**(11.646)**	**1.133.863**

	Capital social	Reservas de capital: Incentivos fiscais	Reservas de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**536.315**	**1.201**	**(35.431)**	**5.761**	**107.263**	**496.566**	**–**	**(78.922)**	**1.032.753**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.408.787	–	1.408.787
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 21)	–	–	–	–	–	–	–	24.203	24.203
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	–	–	–	(8.229)	(8.229)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	–	1.408.787	15.974	1.424.761
Dividendos	–	–	–	–	–	(400.000)	(324.997)	–	(724.997)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(27.200)	–	(27.200)
Dividendos prescritos	–	–	–	–	–	1.245	–	–	1.245
Juros sobre capital próprio prescritos	–	–	–	–	–	233	–	–	233
Ações outorgadas reconhecidas	–	–	976	–	–	–	–	–	976
Transações com pagamentos baseados em ações	–	–	(13.597)	–	–	–	–	–	(13.597)
Retenção de lucros (Nota 22)	–	–	–	–	–	1.056.590	(1.056.590)	–	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	–	–	(12.621)	–	–	658.068	–	15.974	661.421
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**536.315**	**1.201**	**(48.052)**	**5.761**	**107.263**	**1.154.634**	**–**	**(62.948)**	**1.694.174**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

continua →



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Receitas de vendas de gás		17.368.982	18.864.085
Receitas na prestação de serviços, penalidades e outras	23	465.745	618.725
Perda de créditos esperada	7	(16.994)	(10.630)
Receita de construção	23	1.451.629	1.357.613
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186.948	91.896
Total		**19.476.314**	**18.921.689**
Custos e despesas			
Custo do gás e transportes		(12.307.608)	(12.228.165)
Custo dos serviços prestados		(48.119)	(53.632)
Custo de construção	24	(1.451.629)	(1.357.613)
Materiais, serviços e outras despesas		(351.804)	(352.258)
Total		**(14.159.160)**	**(13.991.668)**
Valor adicionado bruto		**5.317.154**	**4.930.021**
Retenções			
Amortizações	24	(653.444)	(575.792)
Total		**(653.444)**	**(575.792)**
Valor adicionado líquido gerado		**4.663.710**	**4.354.229**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	26	569.227	881.669
Total		**569.227**	**881.669**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Valor adicionado total a distribuir		**5.232.937**	**5.235.898**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		**111.982**	**105.210**
Remuneração direta		41.771	27.971
Benefícios		54.854	60.343
FGTS/Outros		15.357	16.896
Impostos, taxas e contribuições		**2.275.050**	**2.027.434**
Federais		1.350.029	1.165.982
Estaduais		890.892	833.263
Municipais		34.129	28.189
Despesas financeiras e aluguéis		**1.053.441**	**1.694.467**
Juros		1.134.099	1.524.414
Aluguéis e arrendamentos		46.370	38.371
Outros		(127.028)	131.682
Remuneração de capitais próprios		**1.792.464**	**1.408.787**
Dividendos propostos		1.250.000	324.997
Juros sobre capital próprio		–	27.200
Resultado líquido de destinações		542.464	1.056.590
Total		**5.232.937**	**5.235.898**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. **1.1 Revisão Tarifária Quinquenal:** Em 6 de setembro de 2024, a Companhia foi informada pela ARSESP, por meio da Deliberação nº 1.551 de 4 de setembro de 2024, acerca do cronograma atualizado do 5º processo de Revisão Tarifária Quinquenal. De acordo com a referida deliberação, a revisão, que estava prevista para ser concluída até 10 de dezembro de 2024, conforme estipulado no 7º aditivo contratual assinado em 01 de outubro de 2021, será finalizada até 4 de junho de 2025. A Deliberação também prevê que os ajustes compensatórios relacionados ao atraso serão calculados e aplicados na conclusão do processo de revisão. Adicionalmente, em 9 de dezembro de 2024, a ARSESP emitiu a Nota Técnica nº SEI-0048454038, que estabeleceu novos critérios para a mensuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR). Além de servir como componente tarifário, a BRR passou a ser utilizada pelo Poder Concedente como referência para a valoração e remuneração do ativo indenizável ao término da concessão. Diante dessa nova diretriz regulatória, a Companhia revisou a mensuração do ativo financeiro indenizável, ajustando sua estimativa conforme os critérios definidos na Nota Técnica. Com isso, o saldo do ativo financeiro indenizável, registrado no balanço patrimonial da Companhia na rubrica "Outros ativos" no longo prazo, passa a ser corrigido monetariamente, e a variação decorrente dessa atualização passa a compor a "Receita operacional líquida".

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 7 - determinação do montante de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas; ii. Nota 10 - determinação do volume e preços da molécula de gás para apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais; iii. Nota 11 - avaliação da recuperação do intangível; iv. Nota 15 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo; v. Nota 17 - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão; vi. Nota 19 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos; vii. Nota 20 - determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais; viii. Nota 21 - determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego; **3.3 Informação por segmento:** A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais. Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no Estado de São Paulo. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (ARSESP), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela ARSESP. Apesar dessa distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, sem a existência de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas, avaliação de performance por CODM (*Chief Operating Decision Maker*) ou a apresentação de informações financeiras individualizadas. Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22.

7 Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas de gás a receber	707.064	694.355
Receita não faturada [1]	776.752	706.650
Outros	5.943	9.932
Total	**1.489.759**	**1.410.937**
Perdas de créditos esperadas	(92.720)	(87.818)
Total	**(92.720)**	**(87.818)**
Total	**1.397.039**	**1.323.119**
Circulante	1.387.974	1.298.314
Não circulante	9.065	24.805
Total	**1.397.039**	**1.323.119**

[1] A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

Em 08 de março, 05 de junho e 05 de setembro de 2024, foram emitidas as deliberações ARSESP nº 1.504, nº 1.528 e nº 1.565 com vigências a partir de 10 de março, 10 de junho e 10 de setembro de 2024, estabelecendo acréscimo nas tarifas médias ponderadas de 5,68%, redução tarifária média ponderada de 0,71% e acréscimo na tarifa média ponderada de 0,01%, respectivamente, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial, que possuem reajustes anuais. Em 06 de dezembro de 2024, foi emitida a deliberação nº 1.613 com vigências a partir de 10 de dezembro, estabelecendo acréscimo de tarifa média ponderada de 4,33% para todas as categorias de clientes, exceto residencial e comercial que tiveram redução tarifária média ponderada de 1,07%.

A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2024	Perda esperada	31/12/2023	Perda esperada
A vencer	1.286.284	(2.538)	1.255.568	(2.532)
Vencidas:				
Até 30 dias	91.773	(1.148)	49.625	(888)
De 31 a 60 dias	10.757	(1.227)	10.602	(1.191)
De 61 a 90 dias	7.636	(1.664)	6.074	(1.329)
De 91 a 180 dias	12.246	(5.080)	12.336	(5.148)
Mais 180 dias	81.063	(81.063)	76.732	(76.732)
Total	**1.489.759**	**(92.720)**	**1.410.937**	**(87.818)**

As variações nas perdas de créditos esperadas de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(87.812)**
(Adições)/Reversões	(10.630)
Baixas	10.624
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(87.818)**
(Adições)/Reversões	(16.994)
Baixas	12.092
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(92.720)**

11 Ativos intangíveis

Política contábil: Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão: A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **Fidelização de clientes:** Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas deliberações ARSESP nº 1.137 de 05 de março de 2021, 1.372 de 29 de dezembro de 2022 e 1.487 de 12 de janeiro de 2024, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

Edificações e benfeitorias	2% a 5%
Fidelização de clientes	20% a 50%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Tubulações	3,33% a 4%
Veículos	20%
Outros	10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.346.865**	**1.169.742**	**85.387**	**5.047**	**10.607.041**
Adições	–	–	121.806	–	121.806
Baixas	(57.473)	(64)	–	–	(57.537)
Transferências [1]	1.346.553	149.306	(149.592)	–	1.346.267
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.635.945**	**1.318.984**	**57.601**	**5.047**	**12.017.577**
Adições	–	–	82.254	–	82.254
Baixas	(137.738)	(126)	–	–	(137.864)
Transferências [1]	1.294.231	114.616	(114.633)	961	1.295.175
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**11.792.438**	**1.433.474**	**25.222**	**6.008**	**13.257.142**
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(3.398.229)**	**(969.706)**	–	**(1.618)**	**(4.369.553)**
Adições	(453.517)	(126.723)	–	(1.021)	(581.261)
Baixas	33.005	2	–	–	33.007
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(3.818.741)**	**(1.096.427)**	–	**(2.639)**	**(4.917.807)**
Adições	(525.581)	(132.627)	–	(1.137)	(659.345)
Baixas	84.454	–	–	–	84.454
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(4.259.868)**	**(1.229.054)**	–	**(3.776)**	**(5.492.698)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.817.204**	**222.557**	**57.601**	**2.408**	**7.099.770**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.532.570**	**204.420**	**25.222**	**2.232**	**7.764.444**

[1] Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R$ 150.941 (R$ 102.835 em 31 de dezembro de 2023). **Teste de redução ao valor recuperável:** A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de *impairment*. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

12 Ativos de contrato

Política contábil: Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas à concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida à receita da construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
Valor de custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.031.391**
Adições	24	1.357.613
Transferência para ativo intangível		(1.449.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**939.902**
Adições	24	1.451.629
Transferência para ativo intangível		(1.446.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**945.415**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram adicionados R$ 126.771 nos ativos de contrato gerados internamente (R$ 119.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **Compromissos de investimento:** A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, a ocorrer em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente R$ 31 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R$ 4,5 bilhões, valores atualizados para moeda de dezembro de 2024. Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios aderente à luz de uma taxa de retorno de capital adequada, definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Companhia proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador. Em junho de 2025, há previsão de conclusão do processo público de revisão tarifária para o ciclo que vigorará até 2029, onde será detalhado e aprovado o plano de investimentos da Companhia, bem como demais compromissos assumidos para este novo ciclo quinquenal. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R$ 78.980 a uma taxa média de 10,47% a.a. (R$ 82.441 a 12,70% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição Fiscal:** Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.634.850	2.139.384
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(895.849)	(727.391)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Encargos relacionados à não realização do benefício do pacto federativo [2]	28.736	(83.975)
Selic indébitos [3]	22.117	78.268
Diferenças permanentes (baixas de estoques, doações, brindes, etc.)	(9.508)	(10.819)
Juros sobre capital próprio	–	9.248
Outros	14.206	6.072
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente [4]	(711.220)	(893.801)
Diferido	(131.166)	163.204
Total	**(842.386)**	**(730.597)**
Taxa efetiva	**31,97%**	**34,15%**

[2] A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força

continua →



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais DF: nº 62.399/2016 e 69.280/2024. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, tendo em vista a consolidação da jurisprudência de forma desfavorável. Assim, com base na IN/RFB 2.184, publicada em 03 de abril de 2024, e no Edital de Transação nº 4/2024, publicado em 16 de maio de 2024, a Companhia iniciou a quitação do passivo, considerando o desconto concedido, no valor de R$ 308.158 (R$180.924 principal, R$ 56.252 multa e R$67.982 juros), nos valores atualizados até dezembro de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, foi liquidado o valor de R$215.403, e remanescendo um valor a pagar de R$92.755, registrado no passivo circulante como "Imposto de renda e contribuição social correntes", a ser liquidado, em parcelas mensais, até agosto de 2025. [ii] Considerando os efeitos do julgamento do STF no RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante atualizado, líquidos de compensações até dezembro de 2024 de R$ 73.951 (R$ 48.472 principal e R$ 25.479 juros). Após o deferimento da habilitação pela Receita Federal, a Companhia passou a amortizar o crédito em 1/12 avos por mês com finalização em outubro de 2025, sendo contabilizado no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$19.855 (R$59.805 em 31 de dezembro de 2023), registrado no ativo não circulante refere-se, aos créditos oriundos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2013 e 2014. Para o exercício de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação anual de impostos de renda e contribuição social, uma vez que o regime trimestral não se mostrou vantajoso.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:		
Passivos financeiros setoriais	268.003	300.874
Provisão para demandas judiciais	23.940	15.475
Obrigação de benefício pós-emprego [i]	128.046	150.336
Perda de créditos esperada	11.993	11.931
Transações com pagamento baseado em ações	–	2.951
Provisões de participações no resultado e bônus	25.431	21.655
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	–	31.176
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos [ii]	109.211	–
Outros	30.298	94.000
Tributos diferidos - Ativos	**594.922**	**628.398**
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de intangível	(120.745)	(148.083)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos [ii]	–	(70.703)
Arrendamento mercantil	(1.661)	(2.126)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(183.753)	–
Juros capitalizados	(110.966)	(86.294)
Outros	(17.180)	(2.980)
Tributos diferidos - Passivos	**(434.305)**	**(310.186)**
Total de tributos diferidos registrados	**160.617**	**318.212**

[i] O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 8,9 anos. [ii] A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

I. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Outros	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	152.373	25.063	–	319.754	33.919	–	531.109
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	6.192	(457)	31.176	8.526	60.081	–	105.518
Outros resultados abrangentes	(8.229)	–	–	–	–	–	(8.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**150.336**	**24.606**	**31.176**	**328.280**	**94.000**	**–**	**628.398**
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	4.139	825	(31.176)	(26.344)	(63.702)	–	(116.258)
Diferenças cambiais	–	–	–	–	–	109.211	109.211
Outros resultados abrangentes	(26.429)	–	–	–	–	–	(26.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**128.046**	**25.431**	**–**	**301.936**	**30.298**	**109.211**	**594.922**

II. Impostos diferidos passivos	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Juros capitalizados/ Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(36.861)	(175.421)	(90.209)	(2.869)	(62.512)	(367.872)
Creditado/(cobrado) do resultado do exercício	–	27.338	90.209	743	(26.762)	91.528
Diferenças cambiais	(33.842)	–	–	–	–	(33.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(70.703)**	**(148.083)**	**–**	**(2.126)**	**(89.274)**	**(310.186)**
(Cobrado)/creditado do resultado do exercício	–	27.338	(183.753)	465	(38.872)	(194.822)
Diferenças cambiais	70.703	–	–	–	–	70.703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(120.745)**	**(183.753)**	**(1.661)**	**(128.146)**	**(434.305)**
Total de tributos diferidos						**160.617**

21 Obrigações de benefício pós-emprego

Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir. **Planos de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Planos de benefício definido:** *Plano médico*: A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que na data da concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. As contribuições realizadas pela Companhia para o plano de contribuição definida, registradas no resultado, totalizaram R$ 43.342 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 45.200 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigação de benefício definido inicial	442.164	448.157
Custo dos serviços	70	157
Juros sobre obrigação atuarial	43.272	45.141
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras [i]	(81.661)	23.753
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência [i]	3.930	(70.072)
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas [i]	–	22.116
Benefícios pagos	(31.169)	(27.088)
Obrigação de benefício definido final	**376.606**	**442.164**
Contribuições do empregador	(31.169)	(27.088)
Benefícios pagos	31.169	27.088
Valor justo final dos ativos do plano	–	–
Passivo líquido de benefício definido	**376.606**	**442.164**

[i] Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**448.157**
Custo dos serviços	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141
Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**442.164**
Custo dos serviços correntes	70
Juros sobre obrigação atuarial	43.272
Benefícios pagos	(31.169)
Ganho atuarial	(77.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**376.606**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2024	31/12/2023
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	81.661	(23.753)
(Perdas)/ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.930)	70.072
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	–	(22.116)
Ganho atuariais líquidas	**77.731**	**24.203**

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	12,14% a.a.	10,12% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Morbidade (aging factor)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 8,9 anos (sendo de 10,9 anos para 31 de dezembro de 2023). **Análise de sensibilidade:** A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, portanto, a Companhia realizou a análise de sensibilidade para tal, conforme demonstrado abaixo o efeito que teria no passivo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(16.961)	18.485

22 Patrimônio líquido

Política contábil: Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os dividendos mínimos, fixados em 25% no estatuto social, são reconhecidos como passivo ao final de cada exercício. Qualquer valor superior a esse mínimo somente será reconhecido como passivo após a devida aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e registrados como uma redução do patrimônio líquido, com o benefício fiscal correspondente sendo reconhecido na demonstração do resultado. O cálculo e pagamento dos dividendos ocorram com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R$ 536.315, é representado por 103.863 (em milhares) de ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 (em milhares) ações preferenciais da classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações para os exercícios apresentados abaixo, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2024 e 31/12/2023					
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	**103.863**	**100**	**28.658**	**100**	**132.521**	**100**

a. Dividendos: Em 27 de março 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R$ 1.479.631 (R$ 324.997 provisionados como mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2023), com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, pagos no dia 11 de abril de 2024. Em 08 de agosto de 2024, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 800.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de junho de 2024, pagos em 30 de agosto de 2024. Em 06 de novembro de 2024, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 450.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2024, pagos em 25 de novembro de 2024.

b. Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15.806**
Dividendos do exercício anterior	400.000
Dividendos mínimos obrigatórios	324.997
Juros sobre capital próprio	27.200
IR sobre juros sobre capital próprio	(4.079)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.120)
Dividendos prescritos	(1.245)
Juros sobre capital próprio prescritos	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**332.326**
Dividendos intermediários	1.154.634
Dividendos intercalares	1.250.000
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(2.735.338)
Dividendos prescritos	(547)
Juros sobre capital próprio prescritos	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.065**

c. Destinação do resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	1.792.464	1.408.787
Constituição da reserva legal - 5% [i]	–	–
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	**1.792.464**	**1.408.787**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**448.116**	**352.197**
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(1.250.000)	(27.200)
Dividendo mínimos obrigatórios	**–**	**324.997**
Total do lucro do exercício a destinar	**542.464**	**1.056.590**

[i] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), que estabelece que, caso o valor da reserva legal ultrapasse 20% do capital social, não será exigida a sua constituição adicional. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

MEMBROS DA DIRETORIA

Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo - Diretor Presidente
Lucas Rafael Luiz - Diretor de Operações
Monalisa Pedrosa Trouqim Silva - Diretora de Pessoas, Cultura e Sustentabilidade
Bruno Silva Dalcolmo - Diretor de Institucional e Regulatório
Milena Chamas Bitelli de Brito - Diretora de Vendas
Paulo Roberto Belem Junior - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rafael Mattos Alvarez - Diretor de Suprimentos e Planejamento
Ricardo Nogueira Dias - Diretor Jurídico e de Compliance
Paula Alessandra Bonin Costa Violante - Diretora de Engenharia e Construções
Thiago Gazoli Trevisan' - Diretor de TI e Relacionamento com Clientes

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nelson Roseira Gomes Neto - Presidente do Conselho de Administração
Antonio Simões Rodrigues Júnior - Vice-Presidente do Conselho de Administração
Luis Carlos Veguin (Membro Independente) - Conselheiro
Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva - Conselheira - Representante dos Empregados

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Alexandre Pedercini Issa - Conselheiro
Carla Alessandra Trematore - Conselheira
Elaine Maria de Souza Funo - Suplente
Felicio Mascarenhas de Andrade - Suplente
Genival Francisco da Silva - Suplente
Henrique Aché Pillar - Suplente
Marcelo Curti - Conselheiro
Mario Augusto da Silva - Conselheiro
Nadir Dancini Barsanulfo - Suplente
Vanessa Claro Lopes - Conselheira

CONTADORA

Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 7 e 23)

A receita é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Consequentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R$778.752 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma alteração na alocação em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza e complexidade dos dados utilizados, e dos julgamentos exercidos pela administração, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

continua →

comgas

investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

• Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas;

• Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria;

• Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidor em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas;

• Procedimentos analíticos para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes, considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia;

• Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2025;

• Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis correspondentes, bem como avaliamos a exatidão dos cálculos aritméticos.

• Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas nº 7 e 23, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, referidas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 11 e 12)

A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R$ 7.532.570 mil e R$ 945.415 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

• Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;

• Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;

• Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada;

• Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;

• Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;

• Avaliação da relação dos custos capitalizados de juros sobre obras em andamento ("JOA") com os empréstimos, financiamentos e debêntures, e aplicação do recálculo para os custos de empréstimos capitalizados no exercício;

• Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2024;

• Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 11 e 12, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Rafael Schmidt da Silva
Contador CRC 1 SP 258662/O-3

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis eletronicamente no endereço: www.comgas.com.br e no site: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br

FOLHA mpme

Um guia para a micro, a pequena e a média empresa.

Receba dicas e informações de como melhorar seu negócio, conheça casos de sucesso e tendências dos diferentes setores e saiba quais os problemas que afetam os empreendedores.

Na Folha e no site. Não perca.

Patrocínio: bradesco

Realização: FOLHA

PIER.

PIER SEGURADORA S.A.

CNPJ nº 39.380.513/0001-00



PIER.DIGITAL

Demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Perfil corporativo:** A Pier Seguradora (doravante referida como "Companhia" ou "Pier") foi constituída em 8 de outubro de 2020, e em 29 de outubro do mesmo ano, tornou-se Pier Seguradora S.A., conforme deliberado na Ata de Assembleia Geral de Transformação, cujos atos foram devidamente homologados por meio da Portaria SUSEP nº 7.711, de 1º de dezembro de 2020. Inicialmente autorizada a operar em um ambiente regulatório experimental no Projeto SANDBOX da SUSEP, conforme estabelecido pela Resolução 381, de 4 de março de 2020, a Pier obteve, em 20 de maio de 2022, a autorização para operar de forma definitiva, enquadrando-se como uma Seguradora do Segmento S3. A Pier destaca-se como a pioneira no cenário das seguradoras digitais no Brasil, oferecendo aos seus clientes uma experiência simplificada e intuitiva na contratação de seguros para automóveis e celulares, possibilitando que os usuários obtenham o seguro em questão de minutos. As opções de cobertura incluem roubo e furto para celulares, enquanto para automóveis abrangem roubo, furto, perda total, perda parcial e danos a terceiros, além dos serviços de assistência, vidros e carro reserva. A Companhia tem como foco principal a otimização da experiência do cliente, disponibilizando um processo de contratação integralmente digital por meio de seu aplicativo, que inclui, entre outros serviços, a funcionalidade de aviso de sinistro. Em 2024, iniciou-se o desenvolvimento do portal destinado aos corretores de seguros, o que possibilita aos clientes a contratação de apólices também por intermédio desses profissionais. Ao oferecer um seguro de cobertura simplificada e totalmente digital, a Pier visa proporcionar ao consumidor uma experiência diferenciada no mercado. Nesse contexto, a Companhia identifica e explora uma oportunidade de negócios estratégica, redefinindo a interação dos clientes com os produtos de seguro e atendendo a um segmento de consumidores ainda não contemplado pelas grandes seguradoras do mercado. **Desempenho no período:** A Companhia alcançou um total de R$142.538 mil em prêmios emitidos durante o período, registrando um crescimento de 14% em comparação com o ano anterior. No decorrer do ano de 2024, a Companhia implementou uma série de melhorias nos seus produtos, incluindo o lançamento de plano anual, bem como a introdução de novas coberturas, serviços de assistência para vidros e carro reserva, alinhando-se às práticas das principais seguradoras do mercado. A Companhia diversificou seus canais de distribuição, iniciando a operação com corretores de seguros, expandindo sua atuação que, até então, estava restrita aos canais digitais. Essas iniciativas refletem o compromisso da Companhia em oferecer soluções mais completas e ampliar sua presença no mercado. Ao final do exercício de 2024, a Pier registrou ainda um prejuízo de R$7.614 mil, mas já demonstrando uma melhoria substancial de 68% comparado ao exercício anterior. Esse desempenho positivo é reflexo de diversas iniciativas, com destaque para a redução da sinistralidade, que encerrou o ano em 51,1%, uma melhora de 3,5 p.p. em relação a 2023. A redução das despesas administrativas também contribuiu substancialmente, gerando uma economia de R$7.071 mil.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Balanço patrimonial

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		**62.481**	**67.017**
Disponível	6	**2.648**	**3.254**
Aplicações	7	**38.041**	**43.875**
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	**18.359**	**15.631**
Prêmios a receber	8.a	18.359	13.111
Operações com resseguradoras	8c	–	2.520
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	11	**–**	**1.176**
Títulos e créditos a receber	9	**691**	**1.431**
Créditos tributários e previdenciários	9.a	395	370
Outros créditos	9.b	296	1.061
Outros valores e bens	10	**1.437**	**808**
Bens à venda		1.437	808
Despesas antecipadas	12	**885**	**841**
Custos de aquisição diferidos - Seguros	13	**220**	**1**
Ativo não circulante		**3.340**	**1.051**
Outros valores e bens	14	**369**	**55**
Imobilizado	15	**637**	**772**
Bens móveis		637	772
Intangível	16	**2.334**	**224**
Outros intangíveis		2.334	224
Total do ativo		**65.821**	**68.068**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		**34.128**	**31.295**
Contas a pagar	17	**13.957**	**14.112**
Obrigações a pagar	17.a	8.163	8.960
Impostos e encargos sociais a recolher	17.b	2.967	1.973
Encargos trabalhistas	17.c	2.482	2.757
Impostos e contribuições	17.d	345	422
Débitos de operações com seguros e resseguros	18	**458**	**4.037**
Operações com seguradoras	18.a	156	37
Operações com resseguradoras	18.b	–	3.551
Corretores de seguros e resseguros		4	3
Outros débitos operacionais	18.c	298	446
Depósito de terceiros		**4**	**762**
Provisões técnicas - Seguros	19	**19.632**	**12.335**
Danos		19.632	12.335
Outros débitos	14	**77**	**48**
Débitos diversos		77	48
Passivo não circulante		**355**	**16**
Outros débitos		**355**	**16**
Provisões judiciais	20	55	16
Débitos diversos	14	300	–
Patrimônio líquido	21	**31.338**	**36.758**
Capital social		200.279	200.279
Reserva de capital	25	4.181	1.987
Prejuízos acumulados		(173.122)	(165.508)
Total do passivo e patrimônio líquido		**65.821**	**68.068**

Demonstração do resultado

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	22.a	**142.538**	**124.909**
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	22.b	(5.381)	(87)
(=) Prêmios ganhos		**137.157**	**124.822**
(-) Sinistros ocorridos	22.c	(70.034)	(68.098)
(-) Custos de aquisição	22.d	(66)	(18)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	22.e	(356)	(667)
(=) Resultado com resseguros	22.f	**(790)**	**(2.537)**
(+) Receitas com Resseguro		(125)	11.082
(-) Despesas com Resseguro		(665)	(13.619)
(-) Despesas Administrativas	22.g	(67.722)	(74.793)
(-) Despesas com Tributos	22.h	(5.846)	(4.905)
(+) Resultado Financeiro	22.i	81	2.178
(=) Resultado operacional		**(7.576)**	**(24.018)**
Ganhos ou Perdas com Ativos não Recorrentes		**(38)**	**(77)**
Prejuízo do Exercício		**(7.614)**	**(24.095)**
Quantidade de ações		836.309.380	836.309.380
Prejuízo por ação - R$		**(0,01)**	**(0,03)**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(7.614)	(24.095)
Resultado abrangente total	(7.614)	(24.095)
Resultado abrangente total atribuído aos acionistas	(7.614)	(24.095)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do Exercício	**(7.614)**	**(24.095)**
Ajuste para:		
Depreciação e amortizações	682	304
Juros sobre passivos de arrendamento	32	22
Variação das provisões técnicas de seguros	(68)	(67)
Variação Ativos de Resseguro	240	11
Variação das provisões judiciais	39	(10)
Ganhos com Ativos não Recorrentes	(38)	–
Transação com pagamento baseado em ações	2.194	1.987
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	5.834	704
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.728)	1.132
Créditos Tributários e Previdenciários	(25)	(123)
Títulos e Créditos a Receber	765	(66)
Outros Valores e Bens	(1.143)	216
Despesas Antecipadas	(44)	(406)
Custos aquisição diferido	(219)	–
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	1.176	37
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	994	(727)
Encargos Trabalhistas	(275)	(851)
Impostos e Contribuições	(77)	315
Obrigações a Pagar	(797)	1.917
Débitos de operações com seguros e resseguros	(4.337)	(3.920)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	7.297	33
Outros Débitos	336	1.207
Caixa (Consumido)/gerado pelas Operações	**2.224**	**(22.380)**
Caixa líquido consumido pelas operações	**2.224**	**(22.380)**
Atividades de investimento		
Aquisições Imobilizado	(154)	(44)
Baixas Imobilizado	38	290
Intangível	(2.196)	–
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	**(2.312)**	**246**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	19.750
Pagamentos com Passivos de arrendamento	(518)	(106)
Caixa líquido(consumido)/gerado nas atividades de financiamento	**(518)**	**19.646**
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(606)**	**(2.488)**
Caixa no início do período	3.254	5.742
Caixa no fim do período	2.648	3.254
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(606)**	**(2.488)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Discriminação	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro 2023	**145.129**	**35.400**	**–**	**(141.413)**	**39.116**
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP 1.390 de 12.04.2023	21.200	(21.200)	–	–	–
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP Nº 1.413 de 31.05.2023	14.200	(14.200)	–	–	–
Aumento de Capital	–	–	–	–	–
AGE de 04.04.2023	–	19.750	–	–	19.750
Homologação do Aumento de Capital	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP Nº 1.526 de 12.07.2023	19.750	(19.750)	–	–	–
Transação com pag. baseado em ações	–	–	1.987	–	1.987
Prejuízo do exercício	–	–	–	(24.095)	24.095
Saldos em 31 de dezembro 2023	**200.279**	**–**	**1.987**	**(165.508)**	**36.758**
Transação com pag. baseado em ações 25	–	–	2.194	–	2.194
Prejuízo do exercício	–	–	–	(7.614)	(7.614)
Saldos em 31 de dezembro 2024	**200.279**	**–**	**4.181**	**(173.122)**	**31.338**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Pier Seguradora S.A., doravante referida como "Companhia", foi formalmente constituída em 8 de outubro de 2020. Mediante a Ata de Assembleia Geral de Transformação, a Companhia recebeu a autorização para operar, conforme estipulado pela Portaria SUSEP nº 7.711, datada de 1º de dezembro de 2020, em um ambiente regulatório experimental conhecido como Sandbox Regulatório, com uma vigência inicial de 36 meses. Tal permissão foi concedida em conformidade com a Resolução CNSP nº 381 de 4 de março de 2020 e a Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020. Conforme a Portaria SUSEP nº 7.963, datada de 20 de maio de 2022, e publicada no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2022, a licença para operar no Sandbox Regulatório foi convertida em uma licença definitiva para atuação em seguros de Automóvel (RCF e Casco) Smartphone, no segmento S3 (segmentação prudencial da SUSEP), abrangendo todo o território nacional. A Pier Holdings Ltd., uma empresa privada com sede nas Ilhas Cayman, é a controladora final da Companhia e, em território Nacional a controladora direta é a Pier Serviços Digitais Ltda. A sede e o escritório da Companhia estão localizados na Alameda Santos, número 2.400, 2º andar, Cerqueira César, São Paulo, Brasil. Cabe ressaltar que estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2025. **2. Base de elaboração e apresentação: a. Base de preparação:** Em função da licença obtida em 2022 para operar no Segmento S3, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", e compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. **b. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e dos ativos financeiros e salvados mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Segregação entre Circulante e Não Circulante:** De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, a Seguradora classificou seus itens patrimoniais entre circulante e não circulante com base nos seguintes critérios: **Circulante:** São classificados como circulantes os ativos que atenderem a pelo menos uma das seguintes condições: • Espera-se que sejam realizados ou liquidados, ou que se pretendem vender ou consumir, no curso normal do ciclo operacional da Seguradora, o qual é considerado de 12 meses; • São mantidos essencialmente com a finalidade de negociação no curto prazo. **Não Circulante:** Os ativos que não atendem às condições acima são classificados como não circulantes, ou seja: • Não se espera que sejam realizados ou liquidados, vendidos ou consumidos no ciclo operacional de 12 meses; • São mantidos com a finalidade de uso a longo prazo, para investimentos ou outros objetivos que não envolvem a negociação imediata. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 19** - Provisões técnicas e o teste de adequação de passivos; e **Nota explicativa nº 20** - Provisões para processos judiciais. **f. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. **g. Novas normas e interpretações adotadas: Circular 678:** A nova norma, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, alterou artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 e aprovou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As principais mudanças envolvem as provisões técnicas, o Teste de Adequação de Passivos (TAP) e a mensuração da RVR de ativos e prêmios a receber. A norma também determina que fundos destinados às provisões técnicas sejam classificados a valor justo. Após avaliação, a Companhia não identificou impacto relevante nas demonstrações financeiras. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **Mudança nas principais políticas contábeis:** A Seguradora adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras individuais. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras individuais. **a. Contratos de Seguros e Classificação de Contratos de Seguros:** Um contrato de seguro é aquele no qual a Companhia assume um risco significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo em caso de um evento futuro, incerto, específico e adverso. Os contratos de resseguro também são considerados contratos de seguros, pois envolvem a transferência de riscos significativos de seguro. De acordo com a definição do CPC 11, a Administração da Companhia realizou uma análise detalhada de suas operações para classificar seus contratos como "contratos de seguro". Nessa análise, foram observados os preceitos estabelecidos no CPC 11, bem como as diretrizes da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Uma vez que um contrato é classificado como seguro, ele mantém essa classificação até o seu término, mesmo que o risco segurado se reduza significativamente ao longo da vigência, exceto nos casos em que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. As receitas de prêmios, juntamente com os custos de aquisição correspondentes, são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou do início da vigência do risco, caso a apólice ainda não tenha sido emitida. Essas receitas e custos são apropriados de forma linear ao longo da vigência do contrato, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. **b. Prêmios de Seguros:** Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **c. Resseguros: Ativos e passivos de Resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelo contrato entre as partes. No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador. Os prêmios de resseguro desses contratos são contabilizados na rubrica Resultado com Operações de Resseguros, de acordo com a vigência contratual. Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos ativos de resseguro, a empresa constitui redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito referentes à restituição de sinistros pagos. **d. Salvados:** Os salvados referem-se a veículos recuperados pela Pier Seguradora após a liquidação de sinistros. Podem incluir veículos que tenham sido recuperados, total ou parcialmente, após um evento segurado. A constituição da reserva de salvados é aplicável para sinistros oriundos de cobertura ou natureza de incêndio, colisão, enchente, roubo ou furto localizado, roubo ou furto recuperado, terceiros - RCF. **Mensuração inicial:** Os salvados são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de recuperação. O valor justo é determinado com base em avaliações técnicas e avaliações de mercado, levando em consideração as condições específicas de cada veículo. As reservas de salvados são atualizadas mensalmente de acordo com a variação da tabela FIPE e são definidas pela área responsável de acordo com as definições abaixo: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. As reservas são atualizadas de acordo com o tempo de permanência nos pátios de salvados, conforme as regras definidas abaixo: Tempo de permanência em pátio, entre 1 e 2 anos: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta, com aplicação de depreciação de 10%; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta, com aplicação de depreciação de 10%; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta, com aplicação de depreciação de 10%; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. Tempo de permanência em pátio, entre 2 e 3 anos: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta, com aplicação de depreciação de 20%; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta, com aplicação de depreciação de 20%; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta, com aplicação de depreciação de 20%; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. Tempo de permanência em pátio, acima de 3 anos: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta, com aplicação de depreciação de 40%; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta, com aplicação de depreciação de 40%; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta, com aplicação de depreciação de 50%; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. • A partir do terceiro ano os salvados que estiverem ao valor depreciados ou fixo de R$50,00 serão devidamente encerrados. Após esse período, o valor do veículo será reduzido a zero, sem impacto financeiro significativo. **e. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **f. Instrumentos Financeiros - mensuração e classificação:** Os ativos e passivos financeiros são classificados, mensurados e apresentados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos na nota abaixo. **Ativos financeiros - mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Todas as aplicações financeiras devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial e mensuradas de acordo com a categoria a qual foram classificadas. A Seguradora adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2024, a qual foi referendada pela circular SUSEP nº 678/22. Este pronunciamento estabelece requisitos para a apresentação, reconhecimento e divulgação de instrumentos financeiros, substituindo o CPC 38. A adoção da norma foi realizada de forma prospectiva, momento no qual não foi apurado impactos materiais. A Companhia classifica seus ativos financeiros através do valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **g. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios. O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. **Depreciação:** A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. **h. Ativo Intangível:** São classificados como ativo intangível os softwares desenvolvidos internamente, licenças de uso de softwares de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **i. Redução ao valor recuperável (Impairment):** A constituição da reserva para redução ao valor recuperável considera os seguintes critérios: • Prêmios a receber: valores vencidos há mais de 90 dias; • Contratos de resseguros: valores a recuperar há mais de 180 dias, avaliados após a cobrança; • Demais créditos: montante suficiente para cobrir a perda esperada, quando aplicável; • Salvados: bens reavaliados semestralmente, com constituição de reserva após 3 anos, independentemente da classificação do dano. **Ativos financeiros não derivativos incluindo recebíveis:** São avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável. **j. Custo de Aquisição:** O custo de aquisição é considerado custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices. **k. Passivos Financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores e outras contas a pagar que são reconhecidas inicialmente ao valor de custo, no qual a Companhia entende ser igual ao valor de mercado. **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Pier avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Pier aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Pier optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Pier reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Pier. Geralmente, a Pier usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O ativo de uso mencionado refere-se à locação cujo contrato

continua →

→★ continuação

foi iniciado em dezembro de 2023 e possui validade até dezembro de 2025. Vale ressaltar que a taxa real utilizada para a apuração do valor presente do arrendamento é de 13,75% a.a. **l. Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Por exemplo, preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados, volatilidades implícitas, *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos financeiros mensurados a valor justo são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício. A determinação do valor justos das aplicações financeiras é efetuada da seguinte forma: Quotas em fundos de investimentos: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Títulos Públicos: Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Abaixo o quadro com a classificação por nível hierárquico:

	31/12/2024			31/12/2023
	Nível I	Nível II	Valor de mercado	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	32.981	-	32.981	39.051
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.542	-	2.542	620
Fundo	-	2.518	2.518	-
CDB	-	-	-	4.204
Total	**35.523**	**2.518**	**38.041**	**43.875**

m. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **n. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). De acordo com estas normativas, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG**. A PPNG é constituída pela parcela dos prêmios emitidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP; **Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL:** A PSL é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNeR para sinistros ocorridos e não suficientemente reservados (IBNeR) visando cobrir as variações que os sinistros provisionados em PSL sofrerão ao longo do processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. A apuração do IBNeR é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial sendo adotada a metodologia do *"The Chain-Ladder or Loss-Development Triangle Method"*. A técnica de estimação da provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNeR baseia-se na construção do *"triângulo de run-off"* ou *"loss development triangle"*. O triângulo de desenvolvimento considera primeiro aviso de sinistro e suas movimentações para um histórico de 36 meses. **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR:** A provisão de IBNR é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em Nota Técnica Atuarial. A Companhia adota a metodologia do *"The Chain-Ladder or Loss-Development Triangle Method"*. A técnica de estimação da provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR baseia-se na construção do *"triângulo de run-off"* ou *"loss development triangle"*. O triângulo de desenvolvimento considera ocorrência e aviso do sinistro para um histórico de 36 meses. **Provisão de Despesas Relacionadas - PDR:** Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021, a Circular SUSEP nº 648/21 e respectivas atualizações, a PDR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes às despesas de regulação de sinistros, estejam eles ainda pendentes de pagamento (sinistros provisionados em PSL) ou ainda não registrados (sinistros provisionados em IBNR). A PDR é, portanto, apurada de forma segregada, como parte da PSL, do Ajuste IBNeR e do IBNR, com base nas metodologias estabelecidas nas respectivas Notas Técnicas Atuariais. O valor da estimativa da Provisão de PDR de IBNR do mês será calculada através de um percentual de despesas relacionadas aos sinistros pendentes, sendo a relação das despesas do mês dividido pelo total da PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar) do mês. O mencionado percentual será aplicado sobre o montante de IBNR do mês, constituindo o valor da Provisão de Despesas Relacionadas, aberta por ramo. **Teste de Adequação de Passivos (TAP) e Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Em atendimento à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, foi elaborado o estudo atuarial para Teste de Adequação de Passivos - TAP, que consiste na verificação se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia para a data-base de 31/12/2024, avaliou que as obrigações decorrentes dos contratos de todos seus planos de seguro cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste não apontaram a necessidade de constituição da PCC. As premissas do TAP para data-base de dezembro de 2024 são: **Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ):** As estimativas correntes dos fluxos de caixa projetados serão descontadas a valor presente pela curva prefixada em 31/12/2024, proveniente da estrutura a termo de uma taxa de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP; **Sinistralidade:** Para projeção dos sinistros futuros a ocorrer dos riscos registrados na PPNG, consideramos a sinistralidade obtida da própria experiência da carteira a partir do FIP/SUSEP da Seguradora para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024, obtido pela relação de sinistros ocorridos e prêmios ganhos e apuramos uma sinistralidade de 32,80% para o grupo (01) Smartphone e 67,83% para o grupo (02) Auto + RCF; **Cancelamento:** Estimamos o cancelamento futuro de riscos registrados na PPNG a partir do FIP da Seguradora para o período entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024, obtido pela relação de prêmio cancelado e o prêmio ganho e apuramos um índice de 5,30% para o grupo (01) Smartphone e para o grupo (02) Auto + RCF utilizamos o período entre julho de 2024 e dezembro de 2024 e apuramos um índice de 3,53%; **Despesa com Sinistros:** A sinistralidade considerada como premissa, contempla a relação entre a indenização e despesa e o prêmio ganho; **Despesa Administrativa:** A premissa de despesas administrativas para sinistros futuros (a ocorrer) foi obtida a partir de um estudo realizado pela área financeira da Companhia, em que projetou qual seria o montante a ser incorrido pela companhia em caso de *run-off*. Vale destacar que a despesa administrativa total de R$565 mil foi rateada entre os ramos obedecendo a mesma proporção do total de provisão dos mesmos na data-base de dezembro de 2024, resultando em uma despesa administrativa de de R$ 191 mil para o grupo (01) Smartphone e R$ 375 mil para grupo (02) Auto + RCF; **Tributos:** Para a componente tributos (PIS/COFINS/ISS), utilizamos a alíquota de 4,28% conforme demonstrações contábeis atualizada da Companhia disponível no site da SUSEP a ser aplicado, se positivo, sobre o resultado da diferença entre o prêmio ganho, despesas administrativas e sinistros pagos. **Salvados:** Estimamos a premissa de salvados a partir do FIP/SUSEP da Companhia (Quadro 7 do FIP) para o mês de dezembro de 2024, obtido pela relação do valor de ajuste de salvados (PSL+IBNR) e saldo da provisão (PSL+IBNR) e apuramos um índice de 0,00% para o grupo (01) Smartphone e 8,93% para o grupo (02) Auto + RCF. Considerando-se que a carteira é composta apenas por riscos registrados na PPNG e, adotando-se as premissas descritas acima, chegamos à conclusão de que não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC na data-base de 31 de dezembro de 2024. **Ilustração do resultado do TAP da parcela de prêmios (sinistros a ocorrer):**

	PPNG Constituída Líquida CAD Diretamente Relacionado a PPNG	Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado a PPNG	PCC - PPNG
Smartphone	4.632	2.171	-
Auto	3.475	3.223	-
Total	**8.107**	**5.394**	**-**

Para o teste dos sinistros ocorridos, adotamos modelos de estimativa de IBNP e utilizamos triângulos de sinistros pagos e não identificamos necessidade de ajuste na provisão de IBNR. **Ilustração do resultado do TAP da Parcela de Sinistros - (Sinistros Ocorridos)**

	Provisão Total de Sinistros	Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado a Sinistros Ocorridos	Ajuste de IBNR
Smartphone	953	693	-
Auto	8.018	7.937	-
Total	**8.971**	**8.630**	**-**

o. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que exceder a R$240 mil anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15%. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são desreconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. Em conformidade com o plano de negócios, a Companhia não tem expectativa de lucros futuros no próximo ano e por este motivo, não efetuou o reconhecimento do crédito tributário em 2024. Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal. Em 31 de dezembro de 2024 o total de prejuízos fiscais e bases negativas de Imposto de Renda e da Contribuição Social é de R$165.517 e R$166.486, respectivamente (Sendo para 2023 o montante de R$119.443 para ambas as bases). **p. Apuração do resultado:** O resultado é determinado pelo regime de competência. As receitas e despesas financeiras incluem as alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado. Os sinistros são refletidos no resultado com base no registro oficial dos sinistros notificados, visando refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigor, relacionados às indenizações a serem pagas com o processamento e a regulamentação dos sinistros. Os custos de aquisição correspondem aos gastos diretos incorridos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses custos são diferidos e apropriados aos resultados de forma linear, mensalmente, ao longo do período de reconhecimento dos prêmios de seguros, conforme o prazo de vigência das apólices. **q. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece benefícios de curto prazo, como plano de assistência à saúde, vale transporte, vale refeição e vale alimentação, que são mensurados e lançados ao resultado conforme incorridos. A Companhia não possui políticas para participação nos lucros e resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Existem diversas normas, alterações e interpretações que aguardam a aprovação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Entre as que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: **a. CPC 50 - Contratos de Seguros:** O CPC 50 define as regras para registrar, avaliar, apresentar e divulgar contratos de seguro. Ele também exige regras parecidas para contratos de resseguro e investimentos com características específicas. A ideia é que as empresas mostrem informações relevantes e confiáveis sobre esses contratos. Assim, quem analisa as demonstrações financeiras consegue entender como os contratos de seguro impactam a situação financeira, o desempenho e o fluxo de caixa da empresa. O CPC 50 entrará em vigor quando for aprovado pela SUSEP. **5. Gerenciamento de riscos:** A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: **a. Risco de seguros:** Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de smartphones e automóveis são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano. Os riscos da Companhia são pulverizados entre milhares de clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais. Riscos por região de atuação

2024	Auto	RCF	Smartphone	Total
Centro Oeste	1.329	137	14	1.480
Distrito Federal	1.112	191	10	1.313
Nordeste	4.990	300	76	5.366
Norte	3	-	-	3
Sudeste	49.612	5.731	69.031	124.374
Sul	8.303	1.634	65	10.002
Total	**65.349**	**7.993**	**69.196**	**142.538**

2023	Auto	RCF	Smartphone	Total
Centro Oeste	1.280	37	11	1.328
Distrito Federal	799	23	7	829
Nordeste	5.242	83	83	5.408
Sudeste	44.942	4.394	58.636	107.972
Sul	7.840	1.481	51	9.372
Total	**60.103**	**6.018**	**58.788**	**124.909**

Mitigadores das operações com resseguro: A Companhia utilizou a operação de resseguro como uma estratégia para diluir e equilibrar sua responsabilidade em relação aos riscos assumidos. O contrato de resseguro foi firmado nas condições proporcionais para a carteira do produto Smartphone, com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos. O contrato de resseguro foi encerrado em 31 de dezembro de 2024, após a avaliação de que as condições econômicas da operação não eram mais vantajosas em relação à exposição aos riscos e à sinistralidade da Companhia. O risco da carteira é pulverizado, sem identificação de riscos de concentração, garantindo uma distribuição equilibrada e controlada da exposição de sinistros. ***Rating* dos créditos com as operações de resseguros:**

Tipo	Agência	*Rating*	31/12/2024	31/12/2023
Local	Standard & Poor's	A-	-	1.008
Admitida	Standard & Poor's	AA-	-	1.512
			-	**2.520**

b. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via cartão de crédito e PIX, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de risco controlado, priorizando a aplicação em títulos públicos, que garantem um risco de crédito limitado. Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

31/12/2024			
Ativo	***Rating* brAAA**	**Sem *rating***	**Valor Justo**
Caixa e Bancos	1.373	1.275	2.648
Prêmios a receber		18.359	18.359
Valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	32.981	-	32.981
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	2.542	-	2.542
Quotas de Fundos de Investimento	2.518	-	2.518
Exposição máxima ao risco de crédito	**39.414**	**19.634**	**59.048**

31/12/2023			
Ativo	***Rating* brAAA**	**Sem *rating***	**Valor Justo**
Caixa e Bancos	1.684	1.570	3.254
Prêmios a receber		13.111	13.111
Valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	39.051	-	39.051
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	620	-	620
CDB	4.204	-	4.204
Exposição máxima ao risco de crédito	**45.559**	**14.681**	**60.240**

Os dados de Rating apresentados neste documento são da agência Standard & Poor's. **c. Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento, os recursos são alocados em liquidez imediata em quotas de fundo de investimento e títulos públicos para suprir as necessidades da companhia. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa esperados provenientes do "Prêmios a receber" com vencimento dentro de 30 dias foram de R$18.359 e as saídas esperadas de caixa para sinistros, fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em um mês foram de R$ 20.569. A Companhia possui R$ 38.041 de aplicações financeiras, isto exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos Financeiros	**29.292**	**27.503**	**56.795**	**30.636**	**29.240**	**59.876**
Aplicações Financeiras	10.538	27.503	38.041	14.635	29.240	43.875
Prêmios a Receber	18.359		18.359	13.111		13.111
Operação com resseguradoras	-		-	2.520		2.520
Créd. Tributários e Previdenciários	395		395	370		370
Passivos Financeiros	**33.749**	**-**	**33.749**	**30.038**	**-**	**30.038**
Obrigações a Pagar	8.163		8.163	8.950		8.950
Impostos e encargos sociais a recolher	2.967		2.967	1.973		1.973
Encargos Trabalhistas	2.482		2.482	2.757		2.757
Impostos e Contribuições	345		345	422		422
Operações com seguradoras	156		156	37		37
Operações com resseguradoras	-		-	3.551		3.551
Corretores de Seguros e Resseguros	4		4	3		3
Provisões Técnicas	19.632		19.632	12.335		12.335
Liquidez	**(4.457)**	**27.503**	**23.046**	**598**	**29.240**	**29.838**

d. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia. A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado. **Taxa de juros:** A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI. Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados abaixo:

31/12/2024			
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 30 bps na taxa CDI	38.041	114
Ativos Financeiros	Redução de 30 bps na taxa CDI	38.041	(114)

31/12/2023			
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado
Ativos Financeiros	Aumento de 30 bps na taxa CDI	43.875	132
Ativos Financeiros	Redução de 30 bps na taxa CDI	43.875	(132)

A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio. **e. Risco operacional:** A Companhia realiza sua gestão de riscos operacionais com base em metodologias reconhecidas como COSO ERM e ISO 31000 que buscam identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e reportar os riscos operacionais identificados em processos e decisões de negócios da seguradora. Após a classificação de riscos é realizada junto à Diretoria Executiva da Companhia a implementação de planos de ação de mitigação ou redução de exposição ao risco junto às áreas de negócio. Os riscos são monitorados e acompanhados pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* periodicamente por meio do mapa de riscos da Companhia junto à Diretoria Executiva. **Sinistralidade:** Os impactos no resultado devido à variação na sinistralidade estão demonstrados abaixo:

31/12/2024			
Classe	Premissas	Saldo contábil Exposição	Variação resultado
Sinistralidade	Aumento de 10p.p na sinistralidade	70.034	13.716
Sinistralidade	Redução de 10p.p na sinistralidade	70.034	(13.716)

31/12/2023			
Classe	Premissas	Saldo contábil Exposição	Variação resultado
Sinistralidade	Aumento de 10p.p na sinistralidade	68.098	12.412
Sinistralidade	Redução de 10p.p na sinistralidade	68.098	(12.417)

f. Risco de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide nota explicativa 21.d.

6. Disponível:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2	-
Bancos	2.646	3.254
Total	**2.648**	**3.254**

7. Aplicações: a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado): A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

31/12/2024	Taxa de Juros Contratada	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Custo	Valor Justo	Valor de Contábil	%
LFT	100% Selic	8.020	24.961	28.128	32.981	32.981	86%
NTN-b	De 2,45% a 6,71%	-	2.542	2.581	2.542	2.542	7%
Quotas de Fundo de Investimento	Pós-Fixado	2.518	-	2.518	2.518	2.518	7%
Total		**10.538**	**27.503**	**33.227**	**38.041**	**38.041**	**100%**

31/12/2023	Taxa de Juros Contratada	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Custo	Valor Justo	Valor de Contábil	%
LFT	100% Selic	10.431	28.620	36.458	39.051	39.051	89%
NTN-b	De 2,45% a 6,71%	-	620	578	620	620	1%
CDB	Pós-Fixado	4.204	-	4.049	4.204	4.204	10%
Total		**14.635**	**29.240**	**41.085**	**43.875**	**43.875**	**100%**

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 1 e Nível 2 na hierarquia do valor justo. **b. Movimentação das aplicações:**

	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2024
CDB	4.204	184	(4.567)	179	-
LFT	39.051	21.976	(31.911)	3.865	32.981
NTN-b	620	2.003	(54)	(27)	2.542
Fundo	-	2.500	-	18	2.518
Total	**43.875**	**26.663**	**(36.532)**	**4.035**	**38.041**

	01/01/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2023
CDB	7.152	26.560	(30.417)	909	4.204
LFT	36.380	52.692	(55.094)	5.073	39.051
NTN-b	1.047	-	(530)	103	620
Total	**44.579**	**79.252**	**(86.041)**	**6.085**	**43.875**

c. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira vinculada	35.100	17.163
Total dos ativos em cobertura	**35.100**	**17.163**
Provisões Técnicas - Seguros	19.632	12.335
(-) Ativos de Resseguros redutores - PSL	-	(348)
(-) Ativos de Resseguros redutores - IBNR	-	(44)
Total a ser coberto	**19.632**	**11.943**
Suficiência de Capital	**15.468**	**5.220**
% Cobertura	**79%**	**44%**

8. Crédito das operações com seguros e resseguros: a. Prêmios a receber:

31/12/2024		
Ramo	**Prêmios a Receber de Segurados**	**%**
Automóvel	7.828	57%
Smartphone	10.531	43%
Total	**18.359**	**100**

31/12/2023		
Ramo	**Prêmios a Receber de Segurados**	**%**
Automóvel	6.232	48%
Smartphone	6.879	52%
Total	**13.111**	**100**

A Companhia realiza a emissão de apólices mensais e anuais. As cobranças para o plano mensal são efetuadas via cartão de crédito (à vista, com recebimento em D+30) ou PIX (com recebimento em D+1). Para o plano anual, as cobranças podem ser realizadas por meio de cartão de crédito (à vista ou com parcelamento médio de 12 meses) ou boleto bancário. Em caso de inadimplência, serão aplicados juros e multa, e caso o pagamento não seja regularizado dentro do prazo estabelecido, a apólice será cancelada. **b. Prêmios a Receber por prazo de Vencimento:**

31/12/2024	Smartphone	Automóvel	Total
A Vencer	10.380	7.628	18.008
Até 30 dias	151	200	351
Total Geral	**10.531**	**7.828**	**18.359**

31/12/2023	Smartphone	Automóvel	Total
A Vencer	6.462	5.871	12.333
Até 30 dias	416	359	775
de 31 a 60 dias	1	2	3
Total Geral	**6.879**	**6.232**	**13.111**

Movimentação de Prêmios	
Prêmios a receber em 31/12/2023	**13.111**
Prêmios emitidos líquido de cancelamentos	142.538
IOF	10.519
Prêmios recebidos	(143.778)
Descontos promocionais	(4.031)
Prêmios a receber em 31/12/2024	**18.359**

c. Operações com resseguradoras:

	31/12/2024 Créditos com resseguros	31/12/2023 Créditos com resseguros
Resseguradora Local	-	1.008
Resseguradora Admitida	-	1.512
Total	**-**	**2.520**

9. Títulos e créditos a receber: a. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda e CSLL a compensar	7	-
IOF a Compensar	370	370
Outros créditos tributários	18	-
Total	**395**	**370**

b. Outros créditos:

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de férias	24	127
Adiantamento a fornecedores	79	9
Ressarcimentos a Receber	182	-
Demais créditos a receber	11	925
Total	**296**	**1.061**

10. Outros valores e bens:

	31/12/2024 Salvados à venda	31/12/2023 Salvados à venda
Automóvel	1.637	808
Total	**1.637**	**808**

Por Vencimento	**Qtde.**	**Valor**
Até 30 dias	43	749
de 31 a 60 dias	15	188
de 61 a 90 dias	9	138
de 91 a 120 dias	2	45
de 120 a 180 dias	5	124
de 180 a 365 dias	12	212
Acima de 365 dias	31	181
Total	**117**	**1.637**

A Companhia realizou a análise e reavaliação de 100% dos salvados disponíveis em estoque, assegurando que estão reconhecidos contabilmente por valor justo e disponíveis para venda. **11. Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas:**

31/12/2024	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	Total ativos de resseguros - Provisões técnicas
Smartphone	-	-	-	-

31/12/2023	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	Total ativos de resseguros - Provisões técnicas
Smartphone	754	348	44	**1.176**

A Companhia utilizou a operação de resseguro como uma estratégia para diluir e equilibrar sua responsabilidade em relação aos riscos assumidos. O contrato de resseguro foi firmado nas condições proporcionais para a carteira do produto Smartphone, com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos. O contrato de resseguro foi encerrado em 31 de dezembro de 2024, após a avaliação de que as condições econômicas da operação não eram mais vantajosas em relação à exposição aos riscos e à sinistralidade da Companhia.

12. Despesas antecipadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas administrativas antecipadas	885	841
Total	**885**	**841**

As despesas administrativas antecipadas referem-se a diferimentos de licença de uso de *softwares* contratados anualmente.

13. Custo de Aquisição Diferidos:

Custo de Aquisição Diferido	31/12/2024	31/12/2023
Ramo		
Automóvel	219	-
Smartphone	1	1
Total	**220**	**1**

Os custos de aquisição diferidos referem-se a comissões das apólices do ramo automóvel e smartphone, apropriadas pela vigência do risco em 12 meses. **Movimentação de Saldos**

Smartphone	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1
Constituições	6
Apropriação no Resultado	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1

Automóvel	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Constituições	595
Apropriação no Resultado	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	219

continua →★

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A.

14. Arrendamentos:

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior dos ativos de direito de uso	55	128
Baixa de Contrato Anterior	(55)	–
Novos Contratos	714	–
Depreciação do período	(345)	(73)
Saldo dos ativos de direito de uso	369	55

PASSIVOS	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior Arrendamento	48	131
Novos Contratos	815	–
Arrendamentos pagos	(518)	(105)
Apropriação Encargos Financeiros	32	22
Saldo Final do Arrendamento	377	48

*Taxa incremental de 16%**

Vencimento das prestações	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	85	72
Entre 1 e 2 anos	365	–
Juros embutidos	(73)	(24)
Saldo do passivo de arrendamento	377	48

15. Imobilizado:

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Hardware	20%	771	117	(38)	(241)	609
Móveis e Utensílios	10%	1	–	–	–	1
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	11 a 50%	–	37	–	(10)	27
Total do Imobilizado		772	154	(38)	(251)	637

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2023	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Hardware	20%	1.183	43	(290)	(165)	771
Móveis e Utensílios	10%	–	1	–	–	1
Total imobilizado	10%	1.183	44	(290)	(165)	772

16. Intangível:

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Software	20%	224	183	–	(86)	321
Software em Desenvolvimento	20%	–	2.013	–	–	2.013
Total intangível		224	2.196	–	(86)	2.334

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2023	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Software	20%	290	–	–	(66)	224
Total intangível		290	–	–	(66)	224

Em 2024, a Companhia iniciou o desenvolvimento do "Portal do Parceiro", um software voltado para o mercado de seguros, que visa facilitar o relacionamento entre corretores, parceiros e a própria seguradora. Esse sistema é estratégico para aumentar a penetração da Companhia no mercado e expandir os canais de vendas, além do digital, que já é utilizado atualmente. Conforme estabelecido pelo CPC 04 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que trata de ativos intangíveis, a fase de pesquisa teve início no primeiro semestre de 2024, momento em que foram realizados estudos preliminares e avaliações de viabilidade. O desenvolvimento efetivo da plataforma começou no segundo semestre de 2024, quando a Companhia passou a ativar despesas na conta de "Ativo Intangível em Desenvolvimento", conforme orientações do CPC 04, que exige que os custos relacionados ao desenvolvimento de software sejam capitalizados durante essa fase, atendendo aos critérios de reconhecimento e mensuração. Atualmente, o sistema encontra-se na fase desenvolvimento com operação funcionando de maneira restrita a poucos corretores, com previsão de conclusão para 2025, quando estará pronto para ser lançado em larga escala no mercado, com foco no crescimento da carteira de seguros de automóveis. Durante essa fase, a Companhia continua avaliando os custos incorridos, conforme as exigências de divulgação do CPC 04, que requer que sejam apresentadas informações detalhadas sobre o progresso do desenvolvimento e a base para a avaliação da conclusão do projeto. **17. Contas a pagar:** As contas a pagar da Companhia são representadas por: **a. Obrigações a pagar:**

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores (*)	4.256	3.950
Remunerações a pagar (**)	3.655	4.774
Outros	252	236
Total obrigações a pagar	8.163	8.960

(*) refere-se a fornecedores nacionais diversos. (**) refere-se aos salários e gratificações a pagar relativos ao mês de dezembro de 2024.

b. Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre operações financeiras - IOF	1.366	307
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	833	855
Imposto sobre serviços retido - ISS	–	5
Contribuições previdenciárias	566	531
Contribuições para o FGTS	202	251
Outros impostos e encargos sociais	–	24
Total impostos e encargos sociais a recolher	2.967	1.973

c. Encargos trabalhistas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para férias	1.851	2.044
Encargos sociais sobre férias	631	713
Total encargos trabalhistas	2.482	2.757

d. Impostos e contribuições:

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	297	363
PIS	48	59
Total impostos e contribuições	345	422

18. Débitos das operações com seguros e resseguros:
a. Operações com seguradoras
Prêmios a Restituir

	31/12/2024	31/12/2023
Smartphone	321	37
Auto	35	–
Total	356	37

b. Operações com resseguradoras:

31/12/2024	Resseguradora local	Resseguradora admitida	Total operações com resseguradoras
Prêmios	–	–	–
Comissão	–	–	–
Total Líquido	–	–	–

	Resseguradora local	Resseguradora admitida	Total operações com resseguradoras
Prêmios	3.033	4.548	7.581
(–) Comissão	(1.612)	(2.418)	(4.030)
Total Líquido	1.421	2.130	3.551

c. Outros Débitos:

	31/12/2024	31/12/2023
Desconto Antecipado de Fatura	298	446
Total Outros Débitos	298	446

19. Provisões Técnicas-Seguros: a. Provisões técnicas:

31/12/2024 Ramo	PPNG	Sinistros a Liquidar*	Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Automóvel	4.730	7.442	371	204	12.747
Smartphone	5.932	885	68	–	6.885
Total - danos	10.662	8.327	439	204	19.632

31/12/2023 Ramo	PPNG	Sinistros a Liquidar*	Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Automóvel	2.772	5.645	321	182	8.920
Smartphone	2.508	819	58	–	3.415
Total - danos	5.280	6.464	409	182	12.335

**IBNER está incluso na coluna de Sinistros a liquidar, no montante de R$ 61 mil em 2024 (em 2023 o montante de R$ 106 mil).*

b. Movimentação das provisões técnicas:

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
PPNG	5.280	142.538	(137.156)	–	10.662
PSL	6.464	114.811	(44.777)	(68.171)	8.327
IBNR	409	5.286	(5.256)	–	439
Prov. de despesas relacionadas	182	2.290	(2.268)	–	204
Total	12.335	264.925	(189.457)	(68.171)	19.632

	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
PPNG	5.193	62.041	(61.954)	–	5.280
PSL	6.450	94.293	(27.149)	(67.130)	6.464
IBNR	565	5.051	(5.207)	–	409
Prov. de despesas relacionadas	161	1.955	(1.934)	–	182
Total	12.369	163.340	(96.244)	(67.130)	12.335

c. Desenvolvimento de sinistros:

Valores Brutos Mês/ano de ocorrência:		2020	2021	2022	2023	2024
Incorrido mais IBNR						
Até a data-base:	(c)	193	19.764	76.318	68.184	71.118
Um ano mais tarde:		107	19.035	76.949	68.258	
Dois anos mais tarde:		107	19.037	77.152		
Três anos mais tarde:		107	19.051			
Quatro anos mais tarde:		107				
Cinco anos mais tarde:						
Posição em 31/12/2024	(a)	107	19.051	77.152	68.258	71.118
Pago Acumulado						
Até a data-base:		(15)	(17.770)	(69.694)	(61.239)	(61.852)
Um ano mais tarde:		(107)	(19.035)	(76.774)	(67.913)	
Dois anos mais tarde:		(107)	(19.037)	(77.027)		
Três anos mais tarde:		(107)	(19.050)			
Quatro anos mais tarde:		(107)				
Cinco anos mais tarde:						
Posição em 31/12/2024	(b)	(107)	(19.050)	(77.027)	(67.913)	(61.852)
Provisão de Sinistros em 31/12/2024	(a)+(b)	–	1	125	345	9.266
Falta/Sobra acumulada	(d) =(c)-(a)	86	713	(834)	(74)	–
% da Falta/Sobra acumulada	(-b)/(d)	81%	4%	-1%	0%	0%

20. Provisões Judiciais: A Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, envolvendo pedidos de indenizações relacionadas a questões trabalhistas. A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo, sendo formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas. **Processos cíveis:** Refere-se à estimativa global de perdas com ações relacionadas ao desenvolvimento normal das atividades comerciais da Companhia, abrangendo questões como devolução de prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações. Os Processos judiciais movidos por terceiros, buscando obter vínculo empregatício, são provisionados a partir da data de entrada do processo, com base no valor médio dos pagamentos efetuados em ações encerradas. As provisões são atualizadas mensalmente. Demonstramos abaixo a posição das contingências cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2024:

31.12.2024 Classificação	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Cível	30	193	55
Perda Remota	12	67	–
Perda possível	7	71	–
Perda provável	11	55	55
Trabalhista	3	67	–
Perda possível	3	67	–
Total	33	260	55

31.12.2023 Classificação	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Cível	15	316	13
Perda possível	11	303	–
Perda provável	4	13	13
Trabalhista	2	62	3
Perda possível	1	59	–
Perda provável	1	3	3
Total	17	378	16

21. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social em 2024, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 836.309.380 de ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal e, para 2023 era a mesma quantidade de ações. **b. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** O capital mínimo requerido é determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco. **Demonstração do Patrimônio Líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:**

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	31.338	36.758
(–) Despesas Antecipadas	(885)	(841)
(–) Intangível	(2.334)	(224)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.028	941
Patrimônio líquido ajustado (a)	31.147	36.634
PLA Nível 1	28.119	35.693
PLA Nível 2	3.028	941
PLA Nível 3	–	–
Capital base (b)	8.100	8.100
Capital de Risco de Subscrição	22.313	17.766
Capital de Risco de Crédito	349	443
Capital de Risco Operacional	919	966
Risco de Mercado	128	151
Benefício da Correlação entre risco	(268)	(329)
Capital de Risco (c)	23.441	18.997
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b), (c)]	23.441	18.997
Suficiência de capital (e = a - d)	7.706	17.637
(%) Suficiência de capital (e/d)	33%	93%
(%) Índice de solvência (a/d)	133%	193%

22. Detalhamento das contas de resultado: a. Prêmios emitidos:

31/12/2024	Emitido	Cancelado	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel (Casco)	75.846	(2.504)	73.342
Smartphone	72.680	(3.484)	69.196
Total	148.526	(5.988)	142.538

31/12/2023	Emitido	Cancelado	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel (Casco)	68.618	(2.483)	66.135
Smartphone	62.106	(3.332)	58.774
Total	130.724	(5.815)	124.909

b. Variação da PPNG:

	31/12/2024 Variação da PPNG	31/12/2023 Variação da PPNG
Automóvel	(1.958)	(21)
Smartphone	(3.423)	(66)
Total	(5.381)	(87)

c. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade:

	31/12/2024	Sinistralidade	31/12/2023	Sinistralidade
Automóvel	(48.419)	68%	(45.139)	68%
Smartphone	(21.615)	33%	(22.959)	39%
Total*	(70.034)	51%	(68.098)	55%

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos. **Contém o valor de IBNR R$30 para 2024 e para 2023 o montante de R$156.*

d. Custo de Aquisição:

31/12/2024	Comissões	Variação dos custos de aquisição diferidos	Total
Automóvel	285	(219)	66
Total	285	(219)	66

31/12/2023	Comissões	Variação dos custos de aquisição diferidos	Total
Smartphone	2	–	2
Automóvel	16	–	16
Total	18	–	18

No segundo semestre de 2024, a Companhia iniciou o relacionamento com corretores de seguros, ampliando sua estratégia de vendas e distribuição. O principal objetivo dessa expansão é aumentar a penetração do produto de seguros de automóveis no mercado, com foco no crescimento da carteira de clientes e no aumento do prêmio da Companhia. Como parte dessa estratégia de relacionamento com corretores e parceiros, a Companhia está desenvolvendo internamente uma tecnologia chamada "Portal do Parceiro" (mencionada na NE 16). Esse portal tem como objetivo otimizar e fortalecer ainda mais a relação da Companhia com os corretores, oferecendo uma plataforma integrada que facilita o processo de cotação, vendas e gestão de apólices.

e. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis	(202)	(52)
Outras	(154)	(615)
Total	(356)	(667)

f. Resultado com resseguros:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com resseguros		
Sinistros de resseguros	(81)	11.113
Variação IBNR	(44)	(31)
	(125)	11.082
Despesas com resseguros		
Prêmios cedidos	–	(29.456)
Comissões	–	15.816
Variação das provisões de prêmios e comissões	(784)	21
Outros Resultados com Operações de Resseguros	119	–
	(665)	(13.619)
Resultado com resseguros	(790)	(2.537)

A operação de resseguro da Pier se enquadra na modalidade de contrato proporcional, com cessão de 50% dos prêmios comerciais para a carteira de Smartphone. Os prêmios e sinistros cedidos em resseguro são segregados em 60% para resseguradora admitida (Hannover Ruck SE) e 40% para a resseguradora local (Mapfre Re).

g. Despesas administrativas:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal próprio	(40.366)	(44.782)
Despesas com serviço de terceiros	(4.305)	(4.828)
Despesas com localização e funcionamento	(3.533)	(3.508)
Despesas com publicidade e propaganda	(12.367)	(14.137)
Despesas com publicações	(39)	(42)
Despesas com donativos e contribuições	(260)	(133)
Despesas com Software	(6.959)	(7.194)
Outras	(393)	(169)
Total	(67.722)	(74.793)

h. Despesas com tributos:

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(3.371)	(3.124)
PIS	(551)	(520)
IOF	(50)	(107)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.870)	(1.014)
Outros	(4)	(140)
Total	(5.846)	(4.905)

i. Resultado financeiro:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos com títulos públicos	3.856	5.176
Receitas com títulos de renda fixa	179	909
Outras	155	–
Total	4.190	6.085
Despesas Financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	(4.076)	(3.859)
Juros de Arrendamento	(32)	(22)
Outras	(1)	(26)
Total	(4.109)	(3.907)
Total Geral	81	2.178

23. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada para à alíquota de 15%.

	31/12/2024 Imposto de renda	31/12/2024 Contribuição social	31/12/2023 Imposto de renda	31/12/2023 Contribuição social
Prejuízo contábil	(7.614)	(7.614)	(24.095)	(24.095)
Ajustes ao prejuízo contábil	1.271	1.243	1.088	1.203
Base de Cálculo	(6.343)	(6.371)	(23.007)	(22.892)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Total de tributos	–	–	–	–

24. Partes relacionadas: A administração considera como partes relacionadas à Pier Seguradora S.A. o pessoal-chave da administração da Companhia, a empresa Pier Participações Ltda., detentora de 100% do capital social da seguradora, além das empresas Pier Serviços Digitais Ltda., Pier LLC e Pier Holdings, todas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Essa definição está em conformidade com as diretrizes estabelecidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 compreende o valor de 3.849 (4.995 em 31 de dezembro de 2023), que inclui salários, gratificações e benefícios não monetários, tais como vale-alimentação e vale-refeição e plano de saúde. **25. Pagamento baseado em ações - Stock Option:** A Companhia possui uma Política de Plano de Ações para concessão de opções de ações ordinárias, de emissão da Holding da Companhia denominada Pier Holdings, para colaboradores e diretores executivos, baseado no atingimento de metas de performances. As condições do Plano de Stock Options são: **a.** As opções de ações são condicionadas a um período mínimo (cliff) de um ano de permanência do beneficiário na Companhia; **b.** A partir do período mínimo de 1 ano, o beneficiário adquire o direito de exercer 25% das opções de ações anualmente até o período final de 4 anos, onde 100% das opções de ações são vestidas (*Vesting Period*); **c.** O prazo máximo para exercer as opções de ações 100% vestidas é de 10 anos; (d) Em caso de desligamento, o beneficiário tem o período máximo de 90 dias para exercer as opções já vestidas; **d.** O método de liquidação ocorre através da entrega de instrumentos patrimoniais. A Companhia utiliza o CPC 10 como base para a contabilização e para a divulgação dos planos de opção de compra de opções. As despesas correspondentes aos serviços prestados pelos empregados são reconhecidas no resultado da companhia à medida em que os serviços são prestados pelos funcionários, ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*), com o correspondente aumento da reserva de capital no patrimônio líquido, com base no valor justo da ação na data da concessão. O valor justo das opções foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções de Black & Scholes. Para o valor justo do preço atual da ação, foi considerada a rodada mais recente de avaliação de venda de ações e incremento de capital. Para o preço de exercício das opções, considerou-se o strike price oferecido ao empregado no momento da concessão. Em relação a taxa livre de risco, foi usada a taxa dos títulos do tesouro dos EUA (US Treasury bond) com vencimento em 2,5 anos, que resultou em 4,748%. Por fim, a volatilidade foi calculada com base numa análise de volatilidade histórica de empresas de capital aberto com similaridades à companhia, levando em consideração fatores específicos da companhia, incluindo tamanho, crescimento esperado e risco relativo. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo reconhecido do plano é conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade	Valor de Mercado (USD)	Preço Médio Ponderado (USD)	Valor de Mercado (BRL)	Preço Médio Ponderado (BRL)
Opções em Circulação em 2023	2.398.928	380	0,16	1.987	0,83
Outorgadas durante o período	1.013.000	487	0,48	2.526	2,49
Direito prescrito durante o período	(427.459)	(63)	0,15	(332)	0,78
Opções Exercíveis em 2024	2.984.469	804	0,27	4.181	1,40

26. Outras informações: Os honorários dos auditores independentes praticados pela KPMG, relativo à auditoria do exercício de 2024, foram de R$ 400 mil (R$ 367 mil em 2023).

Diretoria

Igor Medauar Mascarenhas
CEO

Camila Ribeiro Kataguiri - CO-CEO
Carlos Alberto Cano Colucci - CFO

Victor Laurindo Horta Ferreira - CPO
Eduardo Souza Mattos - Diretor Financeiro

Contador

Mauricio Gonçalves Camilo Pinto
CRC 1SP345781/O-7

Atuário

Leonardo da Silva Tersino
MIBA 1.686

Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Pier Seguradora S.A.**. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Pier Seguradora S.A.** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Pier Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Vinícius Oliveira Cocaroli
MIBA 2699

continua→

continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A.

Aos Diretores da Pier Seguradora S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Pier Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras . • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

PODCASTS FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA **FOLHA**. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

PODCASTS FOLHA
café da manhã
boletim FOLHA
ilustríssima

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

180 SEGUROS S.A.

CNPJ nº 39.999.619/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as normas estatutárias e legais, apresentamos as demonstrações financeiras da 180 Seguros S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A 180 Seguros S.A., aprovada em maio de 2023, através da portaria SUSEP nº 8.131 de 4 abril de 2023 e comunicada no dia 22 de maio de 2023 no Diário Oficial da União, consolidou sua posição como a primeira seguradora tech B2B2C do Brasil, inovando no segmento S3 com produtos residencial e prestamista, e prosperando atuação em segmentos massificados de distribuição de seguros. Quanto aos produtos e suas coberturas, a 180 Seguros S.A. oferece desde coberturas como incêndio, vendaval, além de assistências no produto residencial até coberturas de morte e perda de renda em produtos como o prestamista. Diferenciando-se como a primeira seguradora tech B2B2C do país, a empresa possui como propósito tornar o acesso a seguros no Brasil mais fácil para todos – e a simplicidade de conexão, flexibilidade de produtos, otimização de vendas, excelência de atendimento ao segurado e precificação inteligente por coberturas/segmentos são atributos-chave para a integração de parceiros e corretores para a venda e distribuição de seguros, promovendo uma abordagem colaborativa e eficiente. Operando exclusivamente no segmento S3, a 180 Seguros emitiu R$ 76.868 mil em prêmios durante o exercício de 2024 nos produtos de segmentos residencial e prestamista. Este valor expressivo reflete o sucesso da empresa na captação de novos negócios e na expansão de sua presença no mercado. O compromisso com a inovação e a adaptação aos segmentos massificados ressalta a visão estratégica da 180 Seguros para atender às crescentes demandas do setor. Além disso, sua posição financeira, com um Patrimônio Líquido de R$ 73.155 mil, ressalta a solidez financeira da 180 Seguros para a busca de novos parceiros e para o desenvolvimento de novos produtos. Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituído a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas livres conforme previstas na lei. Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício que são propostos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O. E. de acordo com o NBC PA 400, dado que a entidade é de interesse público, os honorários destinados à Auditoria estão devidamente divulgados no nível de sua Holding. Expressamos nossos sinceros agradecimentos às partes interessadas fundamentais para o nosso desenvolvimento. Agradecemos aos clientes que confiam em nossos serviços, aos parceiros e corretores que desempenham um papel crucial na distribuição de nossos produtos, aos auditores que garantem a integridade de nossas operações, à Swiss Re pelo apoio em resseguros e à SUSEP por sua supervisão e regulação que sustentam nossa conduta.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		**92.408**	**33.759**
Disponível	5	**5.840**	**296**
Caixa e Bancos		2.423	296
Equivalentes de Caixa		3.418	–
Aplicações Financeiras	6	**74.361**	**30.910**
Créditos das operações de seguros e resseguros		**4.774**	**630**
Prêmios a receber	7	4.109	628
Operações com resseguradoras		59	2
Outros créditos operacionais		606	–
Títulos e Créditos a receber		**768**	**815**
Créditos tributários e previdenciários	8	530	507
Outros créditos	9	237	308
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10	**756**	**210**
Custos de aquisição diferidos	11	**5.908**	**662**
Seguros		5.908	662
Despesas antecipadas	12	**–**	**236**
Ativo não circulante		**9.208**	**462**
Títulos e Créditos a receber		**1.008**	**324**
Créditos tributários e previdenciários	8	1.008	324
Custos de aquisição diferidos	11	**5.494**	**69**
Seguros		5.494	69
Imobilizado		**6**	**7**
Bens móveis		6	7
Intangível	13	**2.700**	**61**
Outros intangíveis		2.700	61
Total do ativo		**101.615**	**34.221**

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		**17.708**	**2.609**
Contas a pagar		**2.351**	**644**
Obrigações a pagar	14	1.378	339
Impostos e encargos sociais a recolher	15	721	179
Encargos Trabalhistas	16	177	107
Impostos e Contribuições	17	75	19
Débitos das operações com seguros e resseguros	18	**3.949**	**757**
Prêmios a restituir		71	–
Operações com resseguradoras	18.A	520	241
Corretores de seguros e resseguros	18.B	3.358	516
Provisões Técnicas Seguros	19	**11.407**	**1.208**
Danos		3.849	1.161
Vida		7.558	47
Passivo não circulante		**10.753**	**138**
Provisões Técnicas Seguros	19	**10.753**	**138**
Danos		1.220	–
Vida		9.533	138
Patrimônio Líquido	20	**73.155**	**31.474**
Capital social		74.000	29.000
Reservas de lucros		–	1.664
Reserva de capital		2.520	810
Prejuízos acumulados		(3.365)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**101.615**	**34.221**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de Janeiro de 2023	**29.000**	**–**	**1.962**	**103**	**–**	**31.065**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(401)	(401)
Absorção do prejuízo líquido	–	–	(401)	–	401	–
Pagamento baseado em ações/opções	–	810	–	–	–	810
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**29.000**	**810**	**1.561**	**103**	**–**	**31.474**
Aumento de Capital – Conforme ata de assembleia geral realizada em 03 de Junho de 2024	45.000	–	–	–	–	45.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(5.029)	(5.029)
Absorção do prejuízo líquido	–	–	(1.561)	(103)	1.664	–
Pagamento baseado em ações/opções	–	1.710	–	–	–	1.710
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**74.000**	**2.520**	**–**	**–**	**(3.365)**	**73.155**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios Emitidos	21.a	76.868	1.540
Variação das provisões técnicas	21.b	(70.560)	(1.321)
Prêmios Ganhos		**6.308**	**219**
(–) Sinistros ocorridos	21.c	(1.178)	(76)
(–) Custos de aquisição	21.d	(3.612)	(127)
(–) Outras receitas e despesas operacionais		(416)	(13)
Resultado com resseguro	21.e	(403)	(29)
Despesa com resseguro		(488)	(38)
Receita com resseguro		85	9
Despesas administrativas	21.f	(10.851)	(4.075)
Despesas com tributos	21.g	(1.195)	(454)
Resultado Financeiro		**5.632**	**3.874**
Receitas financeiras	21.h	5.636	3.874
Despesas financeiras		(4)	–
(=) Resultado Operacional		**(5.713)**	**(683)**
Resultado antes dos impostos		**(5.713)**	**(683)**
Imposto de renda		427	181
Contribuição social sobre o lucro		256	100
Prejuízo do Exercício		**(5.029)**	**(401)**
Quantidade de ações		74.000.000	29.000.000
Prejuízo por ação		(0,068)	(0,014)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	**(5.029)**	**(401)**
Resultado abrangente do exercício	**(5.029)**	**(401)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	**(5.029)**	**(401)**
Ajuste para		
Depreciações e amortizações	923	3
Provisões técnicas seguros	20.814	1.208
Pagamento baseado em ações/opções	1.710	810
Custos de aquisição diferidos	(10.671)	(592)
Ativo fiscal diferido	(684)	(324)
Variação nas contas patrimoniais	**(42.957)**	**26**
Ativos financeiros	(43.450)	274
Créditos das operações de seguros e resseguros	(4.145)	(630)
Ativos de resseguro	(546)	(210)
Créditos tributários e previdenciários	(73)	(453)
Despesas antecipadas	236	(236)
Outros ativos	70	(306)
Obrigações a pagar	1.039	303
Impostos e encargos sociais a recolher	542	179
Encargos trabalhistas	70	(11)
Débitos das operações com seguros e resseguros	3.192	757
Passivo fiscal corrente	56	358
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	**(376)**
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(35.895)**	**352**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	1	(7)
Aquisição de intangível	(3.562)	(64)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(3.561)**	**(71)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	45.000	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**45.000**	**–**
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**5.544**	**281**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	296	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.840	296
Aumento/redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**5.544**	**281**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A 180 Seguros S.A. (doravante denominada "180 Seguros") é constituída em forma de sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Moura, 366 - 12º andar - Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05412-001. A Empresa foi constituída em 2021 e em maio de 2023 recebeu autorização da SUSEP para operar como sociedade seguradora, no segmento S3 para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. O comunicado oficial foi realizado no dia 22 de maio de 2023 no Diário Oficial da União, e através da portaria SUSEP nº 8.131 de 4 abril de 2023, e portanto, iniciou suas operações de comercialização de produtos de seguros dos segmentos danos e pessoas, em todo território nacional, em 2023. A 180 Seguros é controlada 100% pela 180 Seguros Empreendimentos e Participações Ltda., com sede na cidade de São Paulo - SP. Seu controlador final é a 180 Holdings Ltd., sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, com sede nos escritórios de Campbells Corporate Services Ltd., Floor 4, Willow House, Cricket Square, Grand Cayman KY1-9010 - Ilhas Cayman. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº648 de 2021, atualizada pela Circular nº 678 de 2022, e alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e de por meio de outros resultados abrangentes e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda - valor realizável líquido e provisões de sinistros. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração no dia 27 de fevereiro de 2025. **b. Moeda Funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da 180 Seguros. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Notas 3j e 19 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3c e 6 - Aplicações Financeiras; **d. Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. **e. Adoção do IFRS 9, CPC 48:** A partir de janeiro de 2024, as entidades supervisionadas pela SUSEP, adotaram o IFRS 9, aceito no Brasil pelo CPC 48, e referendado pela SUSEP na circular 678 de 2022. Como requerido pela norma, os ativos financeiros têm nova classificação, baseada no tipo de sua mensuração: 1. Custo amortizado (CA); 2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJora); 3. Valor Justo por meio do Resultado (VJr). A classificação dos ativos financeiros, baseado na nova norma não trouxeram impactos ao patrimônio da Seguradora. Também foi adotada a Redução ao Valor Recuperável dos ativos financeiros, onde os mesmos são classificados em estágios de perdas esperadas. A Seguradora não possui registros de históricos de perdas, e não apresenta risco significante para tal, dada a característica "B2B2C" dos acordos firmados. Portanto, na adoção inicial, não foi reconhecido nenhum impacto no patrimônio líquido, em ganhos e perdas não realizados ou lucros acumulados. **f. Novas normas, alterações e interpretações:** Foram identificadas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas que estarão vigentes após 31 de dezembro de 2024, quando aprovadas pelo regulador: CPC 50 - Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A SUSEP ainda não adotou o normativo para o mercado de seguros. **3. Resumo das principais políticas contábeis materiais: a. Caixa, bancos e equivalentes de caixa: Caixa e Bancos:** O saldo de caixa e bancos compreende disponibilidades mantidas em espécie e depósitos à vista em instituições financeiras. Esses saldos são apresentados pelo valor nominal e estão sujeitos a riscos mínimos de mudança de valor. **Equivalentes de Caixa:** Os equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Para serem classificadas como equivalentes de caixa, essas aplicações devem atender cumulativamente aos seguintes critérios, conforme estabelecido pelo CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: (i) serem mantidas com o propósito de atender compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins; (ii) possuírem alta liquidez, permitindo sua conversão imediata em montantes conhecidos de caixa; e (iii) estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Normalmente, referem-se a investimentos com vencimento original de até três meses a partir da data da aplicação. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras compreendem substancialmente a rendimentos das aplicações financeiras e despesas com juros, que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **c. Crédito das operações de seguros e resseguros:** São representados pelos prêmios a receber de seguros e sinistros a recuperar de resseguradoras. São contabilizados pelo custo e são avaliados para impairment (redução ao valor recuperável) a cada data de balanço. A rubrica "Outros Créditos Operacionais" compreende os montantes a receber oriundos das operações estabelecidas com terceiros, vinculados à intermediação de contratos de seguros. Trata-se de uma conta de natureza transitória, representando ativos cujos valores são considerados realizáveis com alto grau de certeza. **d. Redução ao valor recuperável:** a) Ativos não Financeiros: O valor recuperável de um ativo é definido como o maior valor entre o valor justo (líquido de despesas de venda) de um ativo ou de unidade geradora de caixa (UGC) e o seu valor em uso (fluxos de caixa futuros descontados por uma taxa apropriada), conforme determinação no Pronunciamento CPC 01 (R1). Anualmente a equipe contábil avaliará o valor recuperável de seus ativos para verificar a necessidade de reconhecimento de uma perda por impairidade. b) Ativos financeiros relacionados a contratos de seguros e resseguros: Adicionalmente, a redução ao valor recuperável na realização dos ativos financeiros da 180 Seguros, com exceção das aplicações financeiras, deverá ser constituída com base no histórico de perdas e riscos de inadimplência, dentre outros fatores, atendendo aos requisitos específicos dispostos no art. 137 da Circular SUSEP 678/2022 e Pronunciamentos no 1 e no 11 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essa redução representa uma perda por desvalorização ou expectativa de não realização do ativo e deverá ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A 180 Seguros constitui a redução do valor recuperável de ativos financeiros observando os critérios estabelecidos em estudo técnico específico, que deve ser atualizado nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, considerando: (i) Prêmios a receber de riscos decorridos; (ii) Cálculo de probabilidade de inadimplência; (iii) Variáveis econômicas utilizadas para o cálculo de probabilidade de inadimplência; (iv) créditos e sinistros a recuperar de Resseguro e (v) histórico de não renovações de créditos ou sinistros de Resseguro. Na 180 Seguros, o estudo técnico mencionado é atualizado nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis. Conforme o §3º do art. 137 da Circular SUSEP 678/2022, na elaboração do estudo técnico, os seguintes procedimentos mínimos adicionais foram adotados e documentados: a) revisão da metodologia no mínimo a cada período de reporte ou quando houver indicação de alteração nas características do negócio ou dos recebimentos; b) utilização de base de dados histórica que permita a verificação do histórico de perdas e dos riscos de inadimplência; c) acompanhamento dos valores a receber por período suficiente para que haja estabilidade nos recebimentos; d) criação de grupamentos de análise que melhor reflitam a característica de negócios da 180 Seguros; e) tratamento adotado para as parcelas vincendas de um devedor em atraso; f) tratamento adotado para os créditos de prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos; e g) probabilidade de perda individualizada por contraparte, quando aplicável. Em conformidade com o art. 110 a 116 do Pronunciamento CPC 02, a 180 Seguros avalia, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve re-estimar o valor recuperável desse ativo. c) Ativos Financeiros (instrumentos financeiros). ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Compete ao Diretor Financeiro (CFO) determinar o valor e onde serão alocados os investimentos da 180 Seguros, bem como sua categoria, considerando sua estratégia de investimentos de acordo com o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo e observando as diretrizes firmadas na Política de Gestão de Caixa, Investimentos e Liquidez. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:*** A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: **Nível I:** Preços cotados em mercados ativos; **Nível II:** "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível III:** Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **e. Ativos relacionados a resseguro:** A transferência de riscos por meio da cessão de resseguro é uma prática comum da Seguradora como parte integrante de suas operações normais, visando mitigar riscos e potenciais perdas através da diversificação. Os passivos associados às transações de resseguro são apresentados de forma bruta, sem considerar as recuperações ativas correspondentes, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. **f. Contratos de seguros:** A Seguradora emite uma variedade de contratos de seguros gerais destinados à transferência de riscos segurados. No contexto desses contratos, considera-se que um contrato de seguro é estabelecido quando a Seguradora assume um risco de seguro substancial e adverso ao segurado, comprometendo-se a compensá-lo diante de eventos futuros, incertos, específicos ou prejudiciais ao segurado. O risco de seguro é considerado significativo quando a probabilidade de efetuar pagamentos substanciais em benefícios aos segurados, em caso de ocorrência de um evento segurado com substância comercial, é maior do que os benefícios pagos caso tal evento não se concretize. **g. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos são compostos pelas porções dos custos associados à obtenção de contratos de seguros, referentes a períodos em que o risco ainda não transcorreu, sendo apropriados ao resultado de forma proporcional ao tempo decorrido. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos até fim do exercício foi de 12 meses. **h. Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado com base no custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável acumulada quando aplicável. A depreciação dos ativos fixos segue o método linear, utilizando as taxas de amortização de 20% ao ano para equipamentos. No caso de benfeitorias em imóveis de terceiros, a estimativa de vida útil é determinada conforme estipulado nos contratos de aluguel. O reconhecimento do custo para substituir parte de um item do imobilizado ocorre quando há probabilidade de os benefícios econômicos futuros, embutidos no bem, serem recuperados e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável. Os custos de reparos de rotina do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são realizados. Os ganhos e perdas provenientes da alienação de um ativo imobilizado são calculados pela comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do período. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, em cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é reduzido imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **i. Intangível:** Compreende os gastos com contratos relacionados a canais de distribuição. As amortizações estão sendo calculadas pelo método linear com base nos prazos contratuais. A 180 Seguros adotou o pronunciamento contábil CPC 04 como referência para o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de seus ativos intangíveis. Nesse contexto, são avaliados os contratos de exclusividade de distribuição, considerando seus termos e condições específicos, a fim de determinar o tratamento contábil adequado para os ativos dessa natureza. Adicionalmente, a entidade analisa eventos e circunstâncias específicas relacionadas a pagamentos variáveis, classificando-os conforme sua natureza e finalidade. Para pagamentos condicionados a eventos futuros e marcos contratuais, são aplicadas políticas contábeis consistentes para definir se tais valores devem ser capitalizados como ativos intangíveis ou reconhecidos diretamente como despesas no resultado do período. No que se refere à abordagem de acumulação de custos, a entidade adota um critério prudencial, considerando que determinados pagamentos podem estar vinculados a atividades futuras. Dessa forma, não são reconhecidos passivos para esses contratos até que os respectivos eventos ou condições se concretizem. A avaliação da necessidade de reconhecimento de pagamentos futuros como ativos intangíveis ou como despesas segue os princípios do CPC 04 e as práticas contábeis adotadas pela entidade. **j. Provisões Técnicas de Seguros:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios emitidos referente ao período de risco a decorrer dos riscos assumidos e emitidos na data-base de cálculo e é calculada utilizando o critério "pro rata die". **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** tem por objetivo estimar a parcela de prêmios referente ao período de risco a decorrer dos riscos assumidos e ainda não emitidos na data-base de cálculo. A estimativa objeto desta Provisão é embasada em dados próprios da Seguradora e dados do mercado de seguros do Brasil, considerando a representatividade da PPNG-RVNE constituída por congêneres que operam nos mesmos ramos que a 180 Seguros. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** tem por objetivo estimar os valores de liquidação dos sinistros ocorridos, avisados e ainda não liquidados. A estimativa para registro dos sinistros avisados, objeto desta provisão, está embasada em uma sinistralidade projetada a partir de dados públicos do mercado de seguros do Brasil. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNyR):** tem por objetivo adequar o saldo da PSL estimando as flutuações dos valores dos sinistros durante o processo de regulação até a efetiva liquidação. A estimativa objeto desta Provisão está embasada em uma sinistralidade projetada a partir de dados públicos do mercado de seguros do Brasil, oriundos da página eletrônica da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNeR):** tem por objetivo estimar o valor incorrido dos sinistros ocorridos e ainda não avisados à Seguradora, até a data-base de cálculo. A estimativa objeto desta Provisão está embasada em uma sinistralidade projetada a partir de dados públicos do mercado de seguros do Brasil, oriundos da página eletrônica da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). **Provisão de Despesa Relacionada (PDR):** tem por objetivo estimar os valores relativos a despesas relacionadas aos sinistros. A provisão abrange as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação dos sinistros ocorridos e avisados e ocorridos e não avisados. A estimativa objeto desta Provisão é calculada a partir das respectivas provisões, PSL e IBNyR, embasada em dados públicos do mercado de seguros do Brasil. **Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O teste de adequação dos passivos é calculado em conformidade com as disposições contidas na Circular Susep nº 678/22, e suas atualizações, e tem por objetivo verificar se as provisões técnicas constituídas na data base de cálculo são suficientes para garantir as obrigações assumidas decorrentes dos contratos de seguro. Neste contexto, o referido teste consiste na diferença entre o valor presente das estimativas realistas dos fluxos de pagamentos dos riscos assumidos e os saldos das provisões técnicas constituídas na data-base de cálculo. O valor presente das estimativas realistas dos fluxos de pagamentos dos riscos assumidos baseiam-se nos prêmios de risco estimados para os mesmos, em curvas de pagamentos que mensuram as distâncias entre datas de pagamento, início de vigência, ocorrência e aviso de sinistros e na estrutura a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) divulgadas pela SUSEP. O valor presente das estimativas realistas dos fluxos de pagamento referente aos sinistros a ocorrer de riscos vigentes, incluindo as despesas relacionadas, foi comparado à soma dos saldos das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE, líquidas das respectivas Despesas de Comercialização Diferidas. Neste contexto, o referido valor presente representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos saldos contabilizados para as respectivas Provisões Técnicas, líquidas das respectivas Despesas de Comercialização Diferidas. Por consequência, observa-se que a suficiência da PPNG e PPNG-RVNE para liquidação dos compromissos futuros referentes a sinistros a ocorrer é de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos respectivos montantes contabilizados, líquidos das respectivas Despesas de Comercialização Diferidas. O valor presente das estimativas realistas do fluxo de pagamento referente aos sinistros ocorridos e avisados, incluindo as despesas relacionadas, foi comparado com os saldos das provisões técnicas PSL, contendo o ajuste da IBNyR e a parcela correspondente da PDR. Deste modo, o valor presente das estimativas realistas dos fluxos de pagamento referente aos sinistros ocorridos e não avisados, incluindo as despesas relacionadas, foi comparado com os saldos das provisões técnicas IBNyR e a parcela correspondente da PDR. Eventuais insuficiências identificadas no cálculo do TAP, a partir das diferenças acima descritas, são registradas imediatamente como despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando decorrentes das estimativas realistas do fluxo de pagamento referente aos sinistros a ocorrer. Quaisquer outras insuficiências são reconhecidas como despesa no resultado do exercício através de constituição adicional na respectiva Provisão Técnica que esteja relacionada com a insuficiência. Os cálculos realizados na data-base de 31 de dezembro de 2024 não identificaram insuficiências, motivo pelo qual, não foram reconhecidas despesas no resultado ou constituição de provisões adicionais nesta data-base. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social, correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho e de agosto a dezembro à alíquota é 16% sobre o lucro tributável, instituída pela lei nº 14.446/2022. **l. Reconhecimento de receitas e despesas operacionais:** As receitas e despesas operacionais são calculadas pelo regime de competência, seguindo o critério "pro rata die". (a) As receitas provenientes de prêmios de seguros, juntamente com os custos correspondentes de aquisição, são reconhecidas no momento da emissão das apólices, endossos e/ou faturas, proporcionalmente ao período decorrido das vigências dos seguros. (b) As receitas e despesas associadas a comissões e prêmios de resseguros resultantes da transferência de responsabilidade são reconhecidas pelo regime de competência, considerando a data de aceite dos riscos pelos resseguradores, além do valor proporcional ao decorrer do prazo das vigências. (c) As receitas e despesas relacionadas aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculadas e reconhecidas no resultado, seguindo uma metodologia registrada na Nota Técnica Atuarial - NTA. (d) Os sinistros são registrados como despesa à medida que as notificações das ocorrências são recebidas pela Seguradora. Além disso, o montante é complementado pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR), conforme a metodologia atuarial detalhada na Nota 3.i. (e) As receitas e despesas associadas aos ativos financeiros são reconhecidas conforme descrito na Nota 3.b. **m. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, a menos que existam evidências que propiciem a garantia de sua realização. As provisões para passivos contingentes são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação. **n. Plano de Opções de Ações:** A 180 Seguros implementou um plano de incentivos de longo prazo, que consiste em opções de compra de ações (SOPs). O objetivo é oferecer aos colaboradores a oportunidade de se tornarem acionistas da empresa, alinhando assim seus interesses com os dos acionistas e incentivando a retenção de talentos-chave. Esses programas de remuneração baseada em ações são contabilizados como transações envolvendo ações da empresa. As despesas relacionadas a esses programas são registradas com base no valor justo na data em que são concedidas. Os valores justos das SOPs são reconhecidos como despesas ao longo do período em que os direitos são adquiridos, com base no tempo para as SOPs e em condições de vesting. **4. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Riscos de seguros; Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; Risco de capital. **a. Risco de seguros:** A 180 Seguros adota uma estratégia de subscrição robusta, baseada na cuidadosa seleção de riscos para os produtos residencial e prestamista. Este processo visa alcançar uma frequência de sinistros adequada à carteira, ao mesmo tempo em que busca minimizar incidentes de fraude. A política de aceitação de riscos é embasada na experiência do setor e nas premissas atuariais. Além disso, a 180 Seguros adota práticas de mitigação de riscos por meio da operação de resseguro. Através do Resseguro, a empresa busca diluir e homogeneizar sua responsabilidade perante os riscos assumidos. O contrato de resseguro estabelecido é definido como um quota-parte para a carteira de produtos residenciais. Essa abordagem visa não apenas reduzir a exposição a riscos, mas também proteger a seguradora diante de possíveis cenários adversos. A Companhia efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através de uma simulação de aumento de 5%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

i. Impacto no resultado:

2024	Saldo Contábil	Variação no resultado	Impacto no resultado
Premissas atuariais			
Aumento de 5% na sinistralidade	1.178	59	(1%)
Redução de 5% na sinistralidade	1.178	(59)	1%

2023	Saldo Contábil	Variação no resultado	Impacto no resultado
Premissas atuariais			
Aumento de 5% na sinistralidade	76	4	(1%)
Redução de 5% na sinistralidade	76	(4)	1%

continua →

–★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA 180 SEGUROS S.A.

h. Concentração de risco

Prêmio Emitido (*) 31/12/2024

Ramo	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
0114 - Compreensivo Residencial	35	291	615	3.232	1.668	5.847
0118 - Compreensivo Empresarial	2	21	35	481	95	634
0171 - Riscos Diversos	34	64	31	100	41	270
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	23	56	40	1.125	51	1.293
0977 - Prestamista Coletivo	165	435	204	1.462	5.764	8.034
1329 - Funeral	5	21	9	61	25	121
1377 - Prestamista Individual	296	864	719	3.851	873	6.600
1381 - Acidentes Pessoais	100	449	197	1.291	533	2.570
1387 - Desemprego/Perda de Renda	3	7	9	41	18	83
1390 - Eventos Aleatórios	36	101	102	522	180	944
Total Geral	**698**	**2.309**	**1.961**	**12.182**	**9.248**	**26.397**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ 472 (R$ 23 em dezembro de 2023).

Prêmio Emitido (*) 31/12/2023

Ramo	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Compreensivo Residencial	8	54	132	665	476	1.335
Prestamista	31	64	50	31	5	182
Total Geral	**40**	**118**	**182**	**696**	**482**	**1.517**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ 23 (R$ 0 em dezembro de 2022).

b. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a 180 Seguros incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Seguradora opta por administrar os riscos das contrapartes de resseguro, escolhendo apenas resseguradoras com credibilidade financeira sólida, conforme rating atribuído por agentes classificadores. A 180 Seguros possui sua contraparte de resseguro apenas com a Swiss Re; que possui alto nível de credibilidade financeira conforme avaliação de classificadores de riscos. Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em CDBs e Títulos Públicos.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Ativo	Vencto	brAAA	Sem rating	31/12/2024 Valor de mercado	31/12/2023 Valor de mercado
Bancos	s/venc.	2.423		2.423	295
Equivalentes de Caixa	s/venc.	3.418		3.418	-
Valor justo por meio do resultado				**31/12/2024**	**31/12/2023**
Certificado de depósito bancário	02.06.2025	7.562	-	7.562	1.455
Certificado de depósito bancário	03.05.2028	7.187	-	7.187	-
Letra financeira do tesouro	01.09.2025	-	59.512	59.512	29.453
Exposição máxima ao risco de crédito		**20.689**	**59.512**	**80.201**	**31.207**

c. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a 180 Seguros irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da 180 Seguros na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação. A 180 Seguros busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros.

31/12/2024	Menos de um ano	Acima de um ano	Total
Ativos Financeiros	85.125	-	85.125
Passivos Financeiros e de Seguros	17.633	10.753	28.385
Liquidez	**67.493**	**(10.753)**	**56.740**

31/12/2023	Menos de um ano	Acima de um ano	Total
Ativos Financeiros	32.046	-	32.046
Passivos Financeiros e de Seguros	2.590	138	2.728
Liquidez	**29.456**	**(138)**	**29.318**

d. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

31/12/2024 Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado
Aplicações financeiras	Queda de 3,0% na taxa CDI	74.361	(2.231)	(44%)

31/12/2023 Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado
Aplicações financeiras	Queda de 3,0% na taxa CDI	30.911	(927)	(231%)

e. Risco Operacional: A Companhia entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A companhia possui sistema de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos que possibilita o mapeamento dos riscos e controles relacionados aos processos das operações de seguros. A companhia utiliza um framework denominado RMF (Risk Management Framework) que é aplicado a todas as gerências da companhia. A Companhia possui agentes de controles internos (gerentes dos departamentos), sendo de responsabilidade da gerência de controles internos formalizar as matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos. Atuando continuamente na Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, busca aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas. **f. Risco de capital:** O principal objetivo da 180 Seguros em relação à gestão do risco de capital é assegurar a manutenção de níveis adequados de capital para sustentar suas operações, em conformidade com as regulamentações de capital mínimo estabelecidas e exigidas pela SUSEP. Para uma análise detalhada do Patrimônio Líquido da entidade, recomenda-se a consulta à Nota Explicativa 20.d, a qual apresenta todos os pormenores relacionados.

5. Disponível:

	Vencto	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	s/venc.	2.423	226
Equivalentes de Caixa	s/venc.	3.418	70
Total		**5.840**	**296**

6. Aplicações financeiras:

31/12/2024	Vencíveis até 1 ano	Vencíveis acima de 1 ano	Valor custo atualizado	Valor contábil	Nível I	Nível II
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (100%)	**74.361**	**-**	**74.361**	**74.361**	**59.512**	**14.848**
Certificado de Depósito Bancário	14.848	-	14.848	14.848	-	14.848
Letra Financeira do Tesouro	59.512	-	59.512	59.512	59.512	-

31/12/2023	Rentabilidade	1 ano	Vencíveis acima de 1 ano	Valor custo atualizado	Valor contábil	Nível I	Nível II
Valor justo por meio do resultado (100%)		**30.911**	**-**	**30.911**	**30.911**	**29.453**	**1.458**
Certificado de Depósito Bancário	100% CDI	1.458	-	1.458	1.458	-	1.458
Letra Financeira do Tesouro	100% Selic	29.453	-	29.453	29.453	29.453	-

Movimentação dos ativos financeiros:

	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Letra Financeira do Tesouro	29.452	80.306	(54.564)	4.318	59.512
Certificado de Depósito Bancário	1.458	44.850	(32.764)	1.304	14.848
Total	**30.911**	**125.156**	**(87.328)**	**5.622**	**74.361**

	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2023
Letra Financeira do Tesouro	21.734	9.229	(4.798)	3.287	29.452
Certificado de Depósito Bancário	9.450	4.693	(13.271)	586	1.458
Total	**31.184**	**13.922**	**(18.069)**	**3.873**	**30.911**

7. Prêmios a receber:

a) Prêmio líquido a receber por ramos de seguros	**31/12/2024**	**31/12/2023**
0114 - Compreensivo Residencial	1.123	532
0118 - Compreensivo Empresarial	191	-
0171 - Riscos Diversos	270	-
0195 - Garantia Estendida - Bens Geral	308	-
0977 - Prestamista Coletivo	420	96
1329 - Funeral	12	-
1377 - Prestamista Individual	1.471	-
1381 - Acidentes Pessoais	256	-
1390 - Eventos Aleatórios	57	-
Total	**4.109**	**628**

b) Movimentação do prêmio líquido a receber	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo no início do exercício	**628**	-
Emissões	28.545	1.653
Cancelamentos	(489)	(23)
Recebimentos	(25.347)	(1.025)
Constituição - RVNE	772	23
Saldo no final do exercício	**4.109**	**628**

(i) Os montantes acima apresentados são compostos dos prêmios comerciais acrescidos de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

c) Aging list de prêmios a receber de segurados:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
A vencer até 60 dias	3.218	221
A vencer de 61 a 120 dias	294	107
A vencer de 121 a 180 dias	232	102
A vencer de 181 a 365 dias	348	189
Total a vencer	**4.092**	**619**
Vencidos até 60 dias	17	8
Total vencidos	**17**	**8**
Total	**4.109**	**628**

d) Prazo médio de parcelamento mensal: De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos, a Seguradora tem operado com uma média de parcelamentos em uma vez (2023 parcelamento médio em cinco vezes).

8. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar	530	173
IRPJ a compensar	-	209
CSLL a compensar	-	124
Total	**530**	**507**

Ativo Fiscal Diferido

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido - Diferenças Temporais	630	203
Contribuição Social diferida - Diferenças Temporais	378	121
Total de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporais	**1.008**	**324**

A tabela acima apresenta os elementos dos ativos fiscais diferidos da 180 Seguros em 31 de dezembro de 2024. A entidade reconhece os ativos fiscais diferidos decorrentes de despesas com remuneração de opções. Os registros contábeis do ativo fiscal diferido decorrentes de diferenças temporárias estão embasados por estudos técnicos de viabilidade que consideram a projeção de geração de lucros tributáveis futuros. A Administração espera que ocorrerá a geração de lucros tributáveis que consumirão o saldo de ativo fiscal diferido em até um ano.

9. Outros créditos:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Valores a receber Intercompany (i)	9	211
Valores a receber operadora de cartão	215	96
Adiantamento a fornecedores	13	-
Total	**237**	**308**

(i) Valores referentes ao compartilhamento de despesas de rateio e auditoria entre as empresas envolvidas no processo.

10. Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	490	201
Risco vigente não emitido - RVNE	20	1
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	6	6
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1	1
Sinistros a Recuperar	3	-
Provisão de Excedente Técnico - PET	236	-
Total	**756**	**210**

11. Custos de aquisição diferidos: a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros, que ao fim do exercício de 2024 apresentaram um prazo médio de 15 meses.

b) Movimentação de custo de aquisição diferidos:

Ramos	31/12/2023	Constituição	(Apropriação)	31/12/2024
0114 - Compreensivo Residencial	639	3.227	(2.341)	1.525
0118 - Compreensivo Empresarial	-	405	(162)	243
0171 - Riscos Diversos	-	136	(15)	121
0195 - Garantia Estendida - Bens Geral	-	817	-	817
0977 - Prestamista Coletivo	92	2.786	(241)	2.638
1329 - Funeral	-	91	(7)	84
1377 - Prestamista Individual	-	4.252	(675)	3.577
1381 - Acidentes Pessoais	-	1.927	(133)	1.794
1387 - Desemprego/Perda de Renda	-	50	(7)	42
1390 - Eventos Aleatórios	-	591	(29)	562
Total	**731**	**14.283**	**(3.612)**	**11.402**

12. Despesas Antecipadas:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Despesas administrativas antecipadas	-	236

13. Intangível:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo Inicial	61	-
Aquisições (i)	3.562	64
Amortização acumulada	(926)	(3)
Saldo Final	**2.700**	**61**

(i) Refere-se a acordos comerciais para exploração, distribuição ou venda de seguros com exclusividade pela 180 Seguros. O prazo de vigência dos contratos é de acordo com o contrato com o parceiro do canal de distribuição, sendo no mínimo 24 meses e no máximo 72 meses.

14. Obrigações a pagar:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores a pagar	914	199
Assistências a pagar	-	18
Outros	466	123
Total obrigações a pagar	**1.378**	**339**

(i) Serviços prestados de tele atendimento e licenciamento de software.

15. Impostos e encargos sociais a recolher:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
IOF	245	47
IRRF sobre terceiros	246	74
ISS	92	-
FGTS	21	10
INSS	109	46
PIS, COFINS e CSLL s/terceiros	8	1
Total	**721**	**179**

16. Encargos trabalhistas:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Provisão para férias	131	78
Encargos sociais sobre férias	46	29
Total	**177**	**107**

17. Impostos e Contribuições:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
PIS	10	3
COFINS	64	16
Total	**75**	**19**

18. Débitos das operações com seguros e resseguros:

A) Operações com resseguradoras

	31/12/2024	31/12/2023
Resseguro cedido	176	88
Resseguro a liquidar	344	154
Total	**520**	**241**

B) Corretores de seguros e resseguros

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões a pagar	297	11
Comissões sobre prêmio emitido	23	-
Estipulantes e representantes de seguros	3.028	304
Total	**3.358**	**515**

19. Provisões técnicas - Seguros:

31/12/2024 Ramo	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões (PET)	Total
0114 - Compreensivo Residencial	3.030	27	18	2	-	3.078
0118 - Compreensivo Empresarial	442	1	3	-	-	446
0171 - Riscos Diversos	241	4	3	-	-	249
0195 - Garantia Estendida - Bens Geral	1.297	-	-	-	-	1.297
Total Danos	**5.011**	**31**	**24**	**1**	**-**	**5.069**
0977 - Prestamista Coletivo	7.803	72	56	3	51	7.986
1329 - Funeral	110	-	1	-	-	110
1377 - Prestamista Individual	5.571	60	10	2	-	5.643
1381 - Acidentes Pessoais	2.366	-	11	1	-	2.378
1387 - Desemprego/Perda de Renda	71	-	-	-	-	71
1390 - Eventos Aleatórios	899	-	4	-	-	903
Total Vida	**16.819**	**132**	**83**	**6**	**51**	**17.090**
Total	**21.830**	**163**	**107**	**9**	**51**	**22.160**

31/12/2023 Ramo	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Compreensivo Residencial	1.137	-	21	3	-	1.161
Total Danos	**1.137**	**-**	**21**	**3**	**-**	**1.161**
Prestamista Coletivo	184	-	1	-	-	185
Total Vida	**184**	**-**	**1**	**-**	**-**	**185**
Total	**1.321**	**-**	**22**	**3**	**-**	**1.346**

b) Movimentação das provisões técnicas - seguros

31/12/2024	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Saldo no início do período	**1.321**	**-**	**22**	**3**	**-**	**1.346**
Constituições	26.868	3.059	85	6	51	30.070
(Reversões/Apropriações)	(6.360)	(2.339)	-	-	-	(8.699)
(Pagamentos)	-	(557)	-	-	-	(557)
Saldo no final do período	**21.830**	**163**	**107**	**9**	**51**	**22.160**

31/12/2023	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Saldo no início do período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Constituições	1.540	38	22	3	-	1.602
(Reversões/Apropriações)	(219)	(32)	-	-	-	(250)
(Pagamentos)	-	(6)	-	-	-	(6)
Saldo no final do período	**1.321**	**-**	**22**	**3**	**-**	**1.346**

c) Ativos garantidores das provisões técnicas: Os valores contábeis vinculados à SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das provisões técnicas	22.160	1.346
Direitos creditórios (líquido dos prêmios vencidos e não pagos)	(3.393)	-
Parcela correspondente a resseguros contratados	(9)	(7)
Custo de aquisição diferido	-	-
Total das provisões técnicas a ser coberto (líquido)	**18.758**	**1.339**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	19.440	1.784
Total dos ativos oferecido em garantia	**19.440**	**1.784**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	683	445
Suficiência de liquidez	683	445
% de Suficiência de liquidez	104%	133%

(i) Resolução CNSP432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR. **20. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O capital social da 180 Seguros é de R$ 74.000 (29.000 em 2023) e está dividido em 74.000.000 (29.000.000 em 2023) quotas com valor nominal de R$1,00 cada uma, subscritas e integralizadas. Em ata de assembleia realizada em 03.06.2024 a 180 Seguros recebeu um aumento de capital de R$ 45.000. **b) Distribuição de Resultados:** O lucro apurado no exercício, após as deduções previstas em lei, terá a destinação que lhe for dada de acordo com a deliberação dos sócios. Para o exercício de 2024 não foi prevista a distribuição de lucros, visto que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a companhia apresentou prejuízo. **c) Lucro por Ação:** O lucro por quota é apurado mediante a divisão de eventuais lucros apurados pela totalidade das quotas do capital social. **d) Patrimônio Líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** O cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) é derivado da aplicação da Resolução CNSP nº 432, datada de 12 de novembro de 2021. Essa resolução aborda diversos aspectos, incluindo provisões técnicas, ativos que reduzem a necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco associado aos riscos de subscrição, crédito, operacional, e de mercado, além de patrimônio líquido ajustado. Também contempla temas como capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para investimentos, normas contábeis, auditoria contábil, auditoria atuarial independente e comitê de auditoria. Esses cálculos abrangem seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores. Todos os procedimentos necessários foram conduzidos para avaliar se o Patrimônio Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2023 é suficiente ou insuficiente. O Capital Mínimo Requerido é estabelecido como o valor mais elevado entre o capital base e o capital de risco. Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital:

Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido	**2024**	**2023**
Patrimônio líquido	**73.155**	**31.474**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**-**	**-**
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e nível 3	**-**	**-**
Ajustes contábeis:	**(2.700)**	**(298)**
Despesas Antecipadas	-	(236)
Ativos intangíveis	(2.700)	(61)
PLA de nível 1	**69.446**	**30.852**
PLA de nível 2	**-**	**-**
PLA de nível 3	**1.008**	**324**
Patrimônio líquido ajustado (a)	**70.454**	**31.177**
Capital Mínimo Requerido		
Capital Base - CB (b)	8.100	8.100
Capital de Risco CR (c)	**3.586**	**238**
Capital risco de subscrição	2.902	140
Capital risco de crédito	972	117
Capital risco de operacional	66	5
Capital risco de mercado	99	18
Benefício de diversificação	(453)	(42)
Capital Mínimo Requerido - CMR (d) = Maior entre (b) e (c)	**8.100**	**8.100**
Suficiência de capital (e = a - d)	**62.354**	**23.077**
Suficiência de capital (e/d)	**770%**	**285%**
Índice de solvência (a/d)	**8,70**	**3,85**

21. Detalhamento das contas de resultado:

21.a) Prêmios Emitidos:

Ramo	Emitido	Cancelado	Restituído	31/12/2024 Prêmio emitido líquido	31/12/2023 Prêmio emitido líquido
Compreensivo Residencial	6.206	(125)	(132)	5.948	1.352
Prestamista Coletivo	8.797	(21)	(456)	8.320	188
Riscos Diversos	347	(73)	(3)	272	-
Garantia Estendida - Bens Gera.	1.376	-	(79)	1.297	-
Desemprego/Perda de Renda	84	(1)	-	83	-
Acidentes Pessoais	2.619	-	(42)	2.576	-
Eventos Aleatórios	949	-	(3)	946	-
Compreensivo Empresaria.	725	(22)	(12)	692	-
Prestamista Individual	7.390	(231)	(546)	6.613	-
Funeral	123	-	(2)	121	-
Total	**28.616**	**(472)**	**(1.275)**	**26.868**	**1.540**

21.b) Variação das provisões técnicas:

Provisão de Prêmios Não Ganhos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Compreensivo Residencial	(1.893)	(1.137)
Prestamista Coletivo	(7.619)	(184)
Riscos Diversos	(241)	-
Garantia Estendida - Bens Gera.	(1.297)	-
Desemprego/Perda de Renda	(71)	-
Acidentes Pessoais	(2.366)	-
Eventos Aleatórios	(899)	-
Compreensivo Empresaria.	(442)	-
Prestamista Individual	(5.571)	-
Funeral	(110)	-
Provisão de Excedentes Técnicos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prestamista Coletivo	(51)	-
Prêmios Ganhos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Compreensivo Residencial	4.054	215
Prestamista Coletivo	650	4
Riscos Diversos	31	-
Garantia Estendida - Bens Gera.	-	-
Desemprego/Perda de Renda	12	-
Acidentes Pessoais	210	-
Eventos Aleatórios	48	-
Compreensivo Empresarial	249	-
Prestamista Individual	1.042	-
Funeral	12	-
Total	**6.308**	**219**

21.c) Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade:

A) Sinistralidade:

Ramo	31/12/2024	Sinistralidade	31/12/2023	Sinistralidade
Compreensivo Residencial	(777)	19%	(75)	35%
Prestamista Coletivo	(263)	40%	(1)	25%
Riscos Diversos	(9)	31%	-	-
Garantia Estendida - Bens Gera.	-	0%	-	-
Desemprego/Perda de Renda	-	3%	-	-
Acidentes Pessoais	(12)	6%	-	-
Eventos Aleatórios	(4)	9%	-	-
Compreensivo Empresaria.	(11)	5%	-	-
Prestamista Individual	(100)	10%	-	-
Funeral	(1)	5%	-	-
Total	**(1.178)**	**19%**	**(76)**	**35%**

B) Sinistros Ocorridos

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros ocorridos	(721)	(6)
IBNR	(85)	(22)
PDR	(6)	(3)
Serviços de assistências	(367)	(45)
Total	**(1.178)**	**(76)**

21.d) Custos de aquisição:

	31/12/2024	Índice de comissionamento	31/12/2023	Índice de comissionamento
Comissões	**(931)**	**3%**	**(12)**	**1%**
Compreensivo Residencial	(500)	8%	(9)	1%
Prestamista Coletivo	(133)	2%	(3)	2%
Riscos Diversos	(1)	0%	-	0%
Garantia Estendida - Bens Gera.	(3)	0%	-	0%
Desemprego/Perda de Renda	-	0%	-	0%
Acidentes Pessoais	(5)	0%	-	0%
Eventos Aleatórios	(2)	0%	-	0%
Compreensivo Empresaria.	(261)	38%	-	0%
Prestamista Individual	(8)	0%	-	0%
Funeral	-	0%	-	0%
Outras despesas de comercialização	**(13.352)**	**50%**	**(845)**	**55%**
Compreensivo Residencial	(2.728)	46%	(754)	56%
Prestamista Coletivo	(2.634)	32%	(91)	48%
Riscos Diversos	(135)	50%	-	0%
Garantia Estendida - Bens Gera.	(814)	63%	-	0%
Desemprego/Perda de Renda	(50)	60%	-	0%
Acidentes Pessoais	(1.922)	75%	-	0%
Eventos Aleatórios	(589)	62%	-	0%
Compreensivo Empresaria.	(144)	21%	-	0%
Prestamista Individual	(4.245)	64%	-	0%
Funeral	(91)	75%	-	0%
Variação nas despesas de comercialização diferidas	**10.671**	**52%**	**731**	**55%**
Compreensivo Residencial	885	47%	639	56%
Prestamista Coletivo	2.346	32%	92	50%
Riscos Diversos	121	50%	-	0%
Garantia Estendida - Bens Gera.	817	63%	-	0%
Desemprego/Perda de Renda	42	60%	-	0%
Acidentes Pessoais	1.794	76%	-	0%
Eventos Aleatórios	562	63%	-	0%
Compreensivo Empresaria.	243	55%	-	0%
Prestamista Individual	3.577	64%	-	0%
Funeral	84	76%	-	0%
Total custo de aquisição	**(3.612)**	**55%**	**(127)**	**55%**

21.e) Resultado com resseguro:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas com Resseguro		
Sinistros de resseguros	83	2
PDR a Recuperar	3	-
Variação da IBNR	(1)	6
Variação da PDR	-	1
Despesas com Resseguros		
Prêmio de resseguro líquido de comissões	(1.031)	(241)
Variação das provisões de prêmios e comissões	307	203
Variação das provisões de excedentes técnicos	236	-
Resultado com resseguro	**(403)**	**(29)**

21.f) Despesas administrativas:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Serviços prestados por terceiros	(2.620)	(861)
Localização e funcionamento	(945)	(6)
Despesas de pessoal próprio	(4.928)	(3.079)
Publicidade e propaganda	(592)	(115)
Contribuições	(57)	(14)
Total	**(9.142)**	**(4.075)**

21.g) Despesas com tributos:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
IOF	-	(1)
Impostos Municipais	(4)	(4)
PIS	(73)	(27)
CONFINS	(446)	(167)
Taxa de fiscalização	(462)	(138)
Outras despesas com tributos	(210)	(116)
Total	**(1.195)**	**(454)**

21.h) Receitas Financeiras:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Rendimentos - aplicações financeiras	5.636	3.874
Despesas Financeiras	(4)	-
Total receitas financeiras	**5.632**	**3.874**
Resultado financeiro	**5.632**	**3.874**

22. Remuneração baseada em ações/opções: A entidade utilizou o CPC 10 como base para a contabilização e as informações para divulgação de planos de opções de compra da 180 Seguros. A entidade utiliza o SOP (*Stock Option Plan*) como forma de incentivo a empregados do grupo. As despesas relacionadas aos serviços recebidos de empregados é reconhecida no resultado da entidade ao longo do tempo em que os funcionários prestam serviços para a entidade. O acordo de opções criado e vigente na 180 Seguros S.A tem as seguintes características principais: • *Cliff* - 12 meses/tempo mínimo para aquisição de direito dos instrumentos patrimoniais outorgados; • *Vesting Period* (Período de Aquisição de Direito) - 5 anos; • Tempo máximo para exercício das opções - 10 anos; • A aquisição de direito de 1 outorga é linear e corresponde a 1/60 em cada mês, até completar 100% depois de 5 anos; • O método de liquidação se dá em instrumentos patrimoniais (ações da 180). Para a valoração dos instrumentos outorgados, a entidade 180 Seguros S.A. utilizou o modelo de *Black-Scholes* para determinação do valor justo de instrumentos outorgados. Como parâmetros do modelo, utilizamos os seguintes parâmetros: • Preço de ação atual - preço de ação determinado na última rodada de avaliação da 180; • Preço de exercício da opção - *strike price* oferecido no *grant* (outorga); • Tempo de exercício de opção - utilizamos a média entre o tempo máximo de exercício (10 anos) e o tempo médio em que se torna adquirido (*vested*, 2 anos e meio); • Taxa livre de risco - para a taxa livre de risco, usamos um produto financeiro com tempo de duração similar ao tempo máximo de exercício das opções - no caso, *US Treasury-bonds* de 10 anos de duração; • Desvio-padrão - para o uso de desvio-padrão do modelo, utilizamos como base

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA 180 SEGUROS S.A.

os dados compilados por *Damodaran* de volatilidade de preços no setor de seguros, os quais são derivados de ferramentas como *Bloomberg*, *Morningstar*, *Capital IQ and Compustat*. O impacto no resultado e no patrimônio líquido é exibido a seguir:

Instrumentos Patrimoniais Outorgados (SOP)

	31/12/2023	31/12/2024
Despesas Totais (USD)	**306**	**172**
2023	306	146
2024		26
Despesas Totais (BRL)	**1.619**	**901**
2023	1.619	774
2024		128
Saldo em PL - SOP (USD)	306	479
Saldo em PL - SOP (BRL)	1.619	2.520
Outorgados (#)		
Quantidade	207.500	20.000
Valor médio (USD)	7,86	3,03
Quantidade de opções		
Em circulação no início do período	–	207.500
Outorgadas	207.500	20.000
Direito Prescrito	–	–
Exercidas	–	–
Expiradas	–	–
Em circulação no final do período	207.500	227.500
Exercíveis no final do período	–	83.000
Preço médio Ponderado (USD)		
Em circulação no início do período	–	2,86
Outorgadas	2,86	3,03
Direito Prescrito	–	–
Exercidas	–	–
Expiradas	–	–
Em circulação no final do período	2,86	2,88
Exercíveis no final do período	–	2,86

23. Partes relacionadas: A Administração define como partes relacionadas à 180 Seguros o pessoal-chave da sua Administração, a controladora 180 Empreendimentos e Participações Ltda., que em 31 de dezembro de 2024 possui participação de 100% de seu capital social, Oca Insurance LLC que, em 31 de dezembro de 2024, possui participação de 100% no capital social de sua controladora e na empresa coligada 180 Corretora de Seguros Ltda. e na 180 Soluções e Serviços Ltda. pertencente ao grupo econômico, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.

Empresas	Grau de relação	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
		31/12/2024			
180 Corretora	Ligada	9	–	–	–
180 Empreendimentos e Participações	Controladora	–	167	–	–
180 Soluções	Ligada	–	297	–	(778)
		9	**464**	**–**	**(778)**
		31/12/2023			
180 Corretora	Ligada	151	–	–	–
180 Empreendimentos e Participações	Controladora	30	–	–	–
180 Soluções	Ligada	30	123	–	(123)
		211	**123**	**–**	**(123)**

As principais transações com partes relacionadas referem-se a serviços compartilhados de auditoria entre as empresas do grupo 180 e prestação de serviço de desenvolvimento de sistemas e atendimento entre 180 Seguros e 180 Soluções. **24. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Compreende o montante de R$ 1.870 (R$ 697 em 2023) a título de remuneração do pessoal chave da administração, os quais foram apropriados ao resultado no grupo de despesas administrativas.

DIRETORIA

Mauro Levi D'Ancona - Diretor

CONTADOR

Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7

ATUÁRIA TÉCNICO RESPONSÁVEL

Aline Antunes - MIBA 2978

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **180 Seguros S.A.** - São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da 180 Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da 180 Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos de solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da 180 Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da 180 Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo de auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Joel Garcia - Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1.400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
180 Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/24**
Total de provisões técnicas auditadas	**22.160**
Total de ativos de resseguro	**756**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**60**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/24**
Provisões Técnicas auditadas (a)	22.160
Valores redutores auditados (b)	3.402
Total a ser coberto (a-b)	**18.758**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/24**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	3.586
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**8.100**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/24**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	70.454
Ajustes Econômicos do PLA	–
Exigência de Capital (CMR) (b)	8.100
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**62.354**
Ativos Garantidores (d)	19.440
Total a ser Coberto (e)	18.758
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**682**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	**31/12/24**
0112, 0114, 0118, 0141, 0171, 0195, 0929, 0977, 0982, 0984, 0987, 0990, 0993, 1329, 1377, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.604

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da 180 Seguros S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **180 Seguros S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **180 Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Thiago Hoffling
Contador CRC 1PR-058312/O-8 T-SP



Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

saúde
tecnologia
cultura
diversidade
economia
cibersegurança
meio ambiente

educação
agronegócio
indústria
saneamento
sustentabilidade
e muito mais



Acesse o site
folha.com/
seminariosfolha



FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO - USP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00581126382025 - UASG - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90005/2025. **Nº Processo:** 154.00001742/2025-83. **Objeto:** Serviço de Adequações do Centro de Saúde Escola para o Plano de Prevenção contra Incêndios. **Total de Itens Licitados:** 1 (um) item. **Valor total da licitação:** R$ 165.101,67 (Cento e sessenta e cinco mil, cento e um reais de sessenta e sete centavos). **Disponibilidade do edital:** 28/02/2025. **Horário:** das 08h às 17h. **Endereço:** Av. Bandeirantes, 3900. e **Link do PNCP:** https://www.gov.br/pncp/pt-br. **Entrega das Propostas:** a partir de 28/02/2025 às 08h no site: **www.gov.br/compras. Abertura das Propostas:** 20/03/2025 às 09h no site: **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00581762362025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90043/2025 - Nº Processo: 147.00029517/2024-83
Objeto: ALTEPLASE EM PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL I.A 50MG
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 – Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00581710862025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90276/2025 - Nº Processo: 147.00036576/2024-16
Objeto: MATERIAIS DE FIXAÇÃO DE COLUNA CERVICAL VIA ANTERIOR E POSTERIOR EM SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO
Total de Itens Licitados: 1 (Um). Agrupamento. **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG - FMS/SMS torna sem efeito a publicação do dia 13/02/2025, pág. 12 do **Pregão Eletrônico nº 39/2024 - PAC nº 85/2024 - RP 29/2024**, com lotes para ampla participação, cota reservada para ME/EPP/COOP. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos injetáveis de I a Z. 27/02/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025. Encontra-se aberto o Edital do pregão em referência. UASG: 153031. Nº Processo: 23089.011050/2024-71. Objeto: Contratação de serviços de tratamento sob demanda para atender o Campus São José dos Campos. Entrega das propostas e edital disponível a partir de 28/02/2025 às 08h no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**. Abertura das Propostas: 20/03/2025 às 09h no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**. Informações Gerais: **compras.sjc@unifesp.br**. Francisney Nascimento da Silva – Pregoeiro.

PRÓ SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
DOE SANGUE (11) 4573-7800

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato do edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

ÓRGÃO– Prefeitura Municipal de Holambra – MODALIDADE – Pregão Eletrônico, tipo menor preço unitário - OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CAIXAS DE FILMES PARA RX, DESTINADAS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES - ITEM DESERTO DO PREGÃO ELETRÔNICO 004/2025- CADASTRO DE PROPOSTAS - 06/03/2025 às 00h até 24/03/2025 às 09h00 - DATA DA ABERTURA DA SESSÃO - 24/03/2025, às 9h00- ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO - "Plataforma Licita Mais Brasil" através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br.
Holambra, 27 de fevereiro de 2025. Valmir Marcelo Iglecias. Diretor de Saúde.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO. A Fundação Cultural Cassiano Ricardo faz saber que se encontra aberto o seguinte edital. PE nº90001/Edital01/FCCR/2025. Processo Administrativo 67/SG/2025. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. Recebimento das propostas: até às 10h00 do dia 18/03/2025. Edital disponível, na íntegra, por meio do site HYPERLINK "http://www.gov.br/compras" www.gov.br/compras (UASG 931319) ou gratuitamente para simples consulta através do site HYPERLINK "http://www.fccr.sp.gov.br" www.fccr.sp.gov.br. Washington Benigno de Freitas. Diretor Presidente.
Washington Benigno de Freitas
Diretor Presidente

INOVICARE - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONIAS DA ÁREA DA SAÚDE - CNPJ/MF nº 32.313.665/0001-41 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária** - O Presidente da **INOVICARE Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área da Saúde**, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Artigo 21, do Estatuto Social, **CONVOCA** a todos os associados para a **Assembleia Geral Ordinária** que se realizará no auditório da Rua Dr. Rafael Correia, 65 - Sala 05 - Pompeia - CEP: 05043-060 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, dia **28 de março de 2025**, em primeira convocação às 09:00 horas cuja instalação dependerá do quorum de 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, em segunda convocação as 10:00 horas, cuja instalação dependerá do quorum mínimo de metade mais um dos associados, em pleno gozo dos direitos sociais e, em terceira e última convocação, as 11:00 horas, cuja instalação dependerá da maioria simples de associados, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: I** - Prestações de contas e aprovações do exercício de 2024; **II** - Destinação das sobras ou rateio das perdas de 2024; **III** - Eleição do Conselho fiscal e Administração; **IV** - Quaisquer outros assuntos de interesse social relacionados com a Ordem do Dia. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2025. **Rodrigo Tsuyoshi Takashima** - Diretor Presidente.

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
LEILÃO Nº 2025/905502V(9055)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: GO/ MG/ PA/ PI/ PR/ RN E SE

DATA: 11/03/2025 À PARTIR DAS 14H00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS URBANOS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados.
(ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA!

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.
Informações: (11) 3393-3150 ou www.lancenoleilao.com.br

Lance no Leilão
Leiloeiro Oficial Carla S Umino - Jucesp 826
Parceria

pine.com

BANCO PINE S.A.
CNPJ nº 62.144.175/0001-20 - NIRE 35300525515 - Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os senhores acionistas do **BANCO PINE S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, como segue: **Data:** 03 de abril de 2025, às 09:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Bloco 4 - 6º andar - Condomínio Edifício São Luiz - Vila Nova Conceição - CEP 04543-900 - São Paulo-SP. **Ordem do Dia:** Sessão Ordinária: 1. Deliberar sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2024, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 11.02.2025; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2024, conforme proposta aprovada em reunião do Conselho de Administração de 11.02.2025, posteriormente ajustada em 24.02.2025; 3. Referendar o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração sobre o capital próprio e dividendos, referentes ao exercício de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 08.04.2024, 01.07.2024, 04.10.2024, 26.12.2024 e 11.02.2025; 4. Referendar o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, referentes a períodos anteriores, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03.10.2024; 5. Deliberar sobre a definição do número de membros a serem eleitos para compor o Conselho de Administração; 6. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, com fixação de seu mandato; e 7. Deliberar sobre a proposta de fixação do valor global anual de remuneração dos Administradores para o exercício de 2025, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 11.02.2025. Sessão Extraordinária: 1. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 12.04.2024, relativa à alteração do artigo 3º do Estatuto Social, que trata do objeto social, em razão da criação da carteira de arrendamento mercantil, aprovada pelo Banco Central do Brasil em 27 de agosto de 2024; 2. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, relativa à alteração do artigo 5º do Estatuto Social, em razão dos aumentos do capital social, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 02.04.2024, 01.07.2024, 01.10.2024, 25.11.2024 e 03.01.2025; 3. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do §5º do artigo 7º do Estatuto Social, para prever que o Conselho de Administração fixará o prazo e demais condições para a conversão de ações; 4. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do §4º do artigo 10 do Estatuto Social, a fim de adequar as regras para participação nas assembleias gerais de acionistas, prevendo a possibilidade de dispensa, pela Companhia, da apresentação de comprovante expedido pela instituição financeira escrituradora caso a titularidade das ações possa ser objetivamente verificada com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia e possibilidade de apresentação, pelo acionista, de instrumento de mandato com assinatura digital realizada por meio de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora da ICP-Brasil; 5. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do §4º do artigo 15 do Estatuto Social, a fim de adequar as regras para participação dos membros nas reuniões dos Órgãos da Administração, prevendo que o membro que enviar seu voto por escrito aos demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria (Comitê Executivo) antes da instalação da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico, será considerado presente às reuniões; 6. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do caput e §3º do artigo 17 do Estatuto Social, a fim de corrigir erros gramaticais constantes na redação, que, no caput refere-se ao plural da palavra "observada" e no §3º à necessidade de inclusão do acento indicativo de crase no trecho "proceder à nova eleição"; 7. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do caput do artigo 18 do Estatuto Social, para alterar a periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração; 8. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do item (c) do inciso XII do artigo 19 do Estatuto Social, a fim de corrigir a menção "contratadas" para "controladas"; 9. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do inciso XVII do artigo 19 do Estatuto Social, a fim de adequar as regras relativas à autorização, pelo Conselho de Administração, de emissão ou contratação de instrumentos de crédito para a captação de recursos, prevendo que a emissão ou contratação de: (i) quaisquer instrumentos de crédito, com cláusula de subordinação, para a captação de recursos e; (ii) quaisquer instrumentos de crédito, sem cláusula de subordinação, para a captação de recursos, que não ocorram no curso regular dos negócios ou que afetem a estrutura de capital da Companhia, devem ser autorizados pelo Conselho de Administração; 10. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à inclusão do §4º no artigo 21 do Estatuto Social, para prever que é vedada a celebração de operações bancárias, não garantidas, pelo Banco na qualidade de instituição financeira, por meio de seus Diretores e/ou procuradores, em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; 11. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração dos incisos III e IX do §5º do artigo 23 do Estatuto Social, a fim de adequar as atribuições do Comitê Executivo: (i) prevendo a exceção a respeito da atribuição para proposta de aumento de capital, em caso de conversão de bônus de subscrição em ações; e (ii) prevendo a atribuição pela implementação de planos de opção de compra de ações e pelas providências necessárias para a aquisição de ações e certificados de depósito de ações de emissão da Companhia, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração; 12. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do parágrafo único dos artigos 2º e 26 do Estatuto Social, a fim de substituir "Diretoria" por "Comitê Executivo", haja vista que a abertura e encerramento de filiais, agências, postos, unidades administrativas e escritórios de representação no País, bem como a alteração de endereço de tais estabelecimentos e a destituição de Ouvidor, cabem ao referido Comitê, nos termos do Estatuto Social; 13. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à inclusão do §4º no artigo 29 do Estatuto Social e renumeração dos parágrafos subsequentes, a fim de prever as regras para a posse dos membros do Comitê de Auditoria; 14. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do caput dos artigos 30 e 33 do Estatuto Social, a fim de excluir a definição de "Instituições do Conglomerado", já prevista em dispositivos anteriores; 15. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à inclusão do §2º no artigo 30 do Estatuto Social e renumeração dos parágrafos subsequentes, a fim de prever as regras para a posse dos membros do Comitê de Remuneração; 16. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à inclusão do §2º no artigo 33 do Estatuto Social e renumeração dos parágrafos subsequentes, a fim de prever as regras para a posse dos membros do Comitê de Gestão de Riscos e Capital; 17. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração do artigo §5º, atual §6º em razão da renumeração prevista no item 16. supra, do artigo 33 do Estatuto Social, a fim de prever que as demais regras de funcionamento do Comitê de Gestão de Riscos e Capital serão definidas no regimento interno, e consequente exclusão dos parágrafos subsequentes; 18. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à alteração dos incisos e parágrafos do artigo 34 do Estatuto Social, a fim de adequar as atribuições individuais e conjuntas do Comitê de Gestão de Riscos e Capital ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017; 19. Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião de 24.02.2025, relativa à inclusão do §6º no artigo 36 do Estatuto Social, a fim de prever que o Conselho Fiscal pode dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e 20. Reformar e consolidar o Estatuto Social para atender os itens acima. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. **Noberto Nogueira Pinheiro** - Presidente do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** Este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração e demais documentos e informações exigidos pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas, na sede do Banco e estão sendo disponibilizados, inclusive, no site www.ri.pine.com - Atas e Comunicados, estando também disponíveis nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CVM. Participação nas Assembleias: Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição financeira escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; Adoção do Voto Múltiplo: Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Instalação do Conselho Fiscal: Nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante e não votante necessários ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) e 1% (um por cento), respectivamente. Boletim de Voto a Distância: Nos termos do artigo 30-A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a Companhia não tem intenção em disponibilizar o boletim de voto a distância, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social, nos termos do artigo 30-A, §1º da referida Resolução. Justificativa a respeito do modo de realização da Assembleia: A Assembleia está sendo realizada presencialmente para facilitar a comunicação clara e direta entre os participantes, permitindo uma interação mais dinâmica e o fortalecimento dos relacionamentos.

Fundação Educacional de Votuporanga

CNPJ (MF) nº 45.164.654/0001-99
AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 005/2025
PROCESSO FEV Nº 007/2025
(EXCLUSIVO PARA ME/EPP - REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de copos descartáveis**, a único e exclusivo critério da Fundação Educacional de Votuporanga, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21 e, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme consoante Decreto Municipal nº 15.831/2023, consoante especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 003/2025 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "Menor Preço" por GRUPO ÚNICO DE ITENS. DATA DA REALIZAÇÃO: 17 de março de 2025. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 28 de fevereiro de 2025. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 17 de março de 2025 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 17 de março de 2025 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, site www.unifev.edu.br (link: Institucional/Licitações) e www.bll.org.br.
Votuporanga/SP, 27 de fevereiro de 2025.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
Celso Penha Vasconcelos
Diretor Presidente

LEILÃO DE SALA COMERCIAL - SÃO PAULO/SP Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Bela Vista.** Avenida Paulista, nº 807. **Sala Comercial nº 1504** (15º andar), Edifício Sir Winston Churchill. Áreas totais: priv.: 48,54m² e total: 71,37m². Matr. 87.846 do 4º RI Local. **Obs.:** A referida sala encontra-se unificada com a Sala 1506. Será responsabilidade do arrematante a regularização e desmembramento junto ao condomínio, não sendo objeto da alienação a Sala 1506. Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 1.224.473,29. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 556.200,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Vila Gomes.** Rua Professora Gioconda Mussolini, nº 291. **Apartamento nº 24** (2º andar), Edifício Panorama, com direito a uma vaga de garagem. Áreas totais: priv.: 71,60m² e total: 131,237m². Matr. 123.148 do 18º RI Local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 535.617,71. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 365.601,11** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Quarta Parada.** Rua Serra da Bocaina, nº 121. **Apartamento nº 55** (5º andar), Torre I, Residencial Bio Vitta, com direito a uma vaga de garagem. Áreas totais: priv.: 62,00m² e total: 119,224m². Matr. 155.206 do 7º RI Local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 1.129.015,35. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 303.600,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Jardim Vila Formosa.** Rua Rego Barros, nº 1155. **Apartamento nº 1418** (14º pavimento), Torre II, Condomínio Edifício Verano Clube, com direito a uma vaga de garagem. Áreas totais: priv.: 45,36m² e total: 74,365m². Matr. 258.003 do 9º RI Local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 622.630,82. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 204.361,58** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br


Donald Trump recebe carta do rei Charles durante visita do premiê britânico, Keir Starmer, na Casa Branca Carl Court/AFP

Garantias para a Ucrânia ficam para depois, diz Trump ao lado de Starmer

Mandatário americano se encontra com primeiro-ministro britânico antes de receber Zelenski e afirma confiar na palavra de Putin em negociação para pôr fim a guerra

Igor Gielow

SÃO PAULO O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta quinta (27) que as garantias exigidas pela Ucrânia para evitar futuras agressões russas ficam para depois de um eventual cessar-fogo entre os países em guerra há três anos.

"Temos de chegar à paz", disse sobre o tema. "A fase 1 é alcançar a paz, depois veremos a fase 2", afirmou ele ao lado do primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, que antes da entrevista coletiva de ambos havia dito que só haveria "paz duradoura com garantias de segurança americanas".

Negociadores americanos já haviam antecipado isso, ao preparar a visita de sexta (28) do presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski. Trump já havia dito que as garantias, na forma provável de uma força de paz, seriam um problema da Europa.

Tratorado, Starmer retomou o discurso proativo e disse novamente que está pronto para oferecer "botas no chão e aviões nos céus" após uma trégua. O problema para eles é que Vladimir Putin insiste que tal ideia é inaceitável, por envolver forças da aliança militar Otan a quilômetros de suas fronteiras.

Trump voltou a falar sobre o acordo de exploração mineral que arrancou de Zelenski, após o ucraniano dizer que não "venderia seu país". Ele não traz os números mirabolantes levantados pelo americano, mas sugere uma parceria, com destaque às estratégicas terras raras —cujos principais depósitos de todo modo estão nas mãos de Putin.

O americano ignorou quando foi questionado se iria se desculpar a Zelenski por tê-lo chamado de ditador, mas disse que "o respeita muito". Antes, havia dito que confiava em Putin acerca de qualquer arranjo. "Eu acho que ele manterá a palavra."

Starmer foi o segundo líder europeu a visitar Trump. Na segunda (24), aniversário dos três anos da guerra, foi a vez do francês Emmanuel Macron concordar em discordar educadamente em público com o americano. Ambos o corrigiram sobre o fato de que a Europa não recebeu de volta o dinheiro dado a Kiev, que o republicano acha que irá recuperar em minerais.

O Reino Unido é o terceiro maior doador individual do esforço de guerra de Kiev. Até 31 de dezembro, segundo o Instituto para Economia Mundial de Kiel (Alemanha), enviou o equivalente a R$ 89,8 bilhões, 68% do valor em armamentos. Os EUA lideram esse ranking, com R$ 676,5 bilhões, 56% disso em apoio militar.

O americano, antecipando a visita de sexta, fez aberturas a Zelenski, com quem admitiu ter tido problemas. Disse que "iria ver" como a Ucrânia poderia "ganhar de volta" algo dos 20% do país que estão sob controle russo.

Mais cedo, o Kremlin havia reafirmado os termos mínimos de paz de Putin: neutralidade ucraniana, já reafirmada por Trump, e a cessão das quatro regiões anexadas ilegalmente em 2022. O porta-voz Dmitri Peskov foi sucinto sobre a questão das áreas e da Crimeia, absorvida em 2014: "Elas são inegociáveis".

Trump até fez um chiste, quando uma repórter perguntou se ele ainda achava que Zelenski era um ditador, como escreveu há uma semana na rede Truth Social. "Eu disse isso?", afirmou, mudando de assunto. Em Moscou, Putin havia dito que "elites europeias querem minar o diálogo" EUA-Rússia.

O presidente disse que "se não tivermos uma paz logo, não teremos nenhuma", justificando a abertura de diálogo bilateral com Putin, o que se concretizou com uma reunião de nível ministerial na Arábia Saudita na semana passada, e continuou nesta quinta na Turquia. A Ucrânia e os europeus ficaram de fora.

Starmer até tentou falar grosso. "O senhor criou uma oportunidade. Mas temos de fazer isso direito. Temos de ganhar a paz, discutimos um acordo duro e justo. Não pode ser uma paz que recompense o agressor, que encoraje regimes como o deles", afirmou. Trump nada disse.

Do Partido Trabalhista historicamente distante dos republicanos, Starmer buscou ao máximo bajular o ego do anfitrião. Entregou entregou a Trump uma carta do rei Charles 3º convidando o americano para uma visita de Estado pela segunda vez, algo inédito. O republicano esteve lá em 2019, mas a soberana então era Elizabeth 2ª, e aceitou o convite.

Beija-mão na Casa Branca já supera Biden e Obama

A pressão de Donald Trump sobre diversos países tem levado mais líderes estrangeiros a procurarem o republicano em busca de negociações.

Nesta quinta (27), Trump se reuniu com Keir Starmer, primeiro-ministro do Reino Unido, na sexta reunião bilateral na Casa Branca desde que assumiu o governo, em 20 de janeiro.

No mesmo período do seu primeiro mandato, Trump teve cinco reuniões bilaterais.

O comportamento destoa do antecessor, Barack Obama, e do sucessor no primeiro mandato, Joe Biden.

Obama só teve a primeira visita de líder estrangeiro mais de um mês após a posse —foi o então premiê japonês, Taro Aso.

Biden, por sua vez, teve a primeira reunião bilateral em 23 de fevereiro de 2021, com o premiê do Canadá, Justin Trudeau.

Supremo dos EUA atende presidente e dá aval a suspensão de ajuda externa

SÃO PAULO O presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, John Roberts, atendeu um pedido do governo de Donald Trump nesta quarta-feira (26) e suspendeu a ordem de um juiz federal que exigia o pagamento de quase US$ 2 bilhões (cerca de R$ 11,5 bilhões) em ajuda externa congelados pela gestão do republicano.

A decisão agora inválida havia sido emitida pelo juiz federal Amir Ali na terça-feira (25). Na ocasião, o magistrado havia dado até 23h59 desta quarta para o governo cumprir suas obrigações contratuais com organizações humanitárias ao redor do mundo —congelamento ordenado por Trump que é parte da política isolacionista conhecida como "América Primeiro" do republicano.

A suspensão da decisão do juiz ocorreu após a Casa Branca afirmar que não poderia cumprir o prazo imposto por Ali. De acordo com a procuradora-geral interina Sarah Harris, advogada do governo no caso, o prazo "lançou no caos o que deveria ser uma revisão ordenada pelo governo".

Embora tenha se "comprometido em pagar reivindicações legítimas pelo trabalho que foi devidamente concluído", continuou ela, o governo não pode "pagar demandas determinadas em um cronograma arbitrário escolhido pelo tribunal distrital [federal]".

Roberts não justificou a ordem provisória, que dará à corte mais tempo para analisar o pedido do governo. Agora, a parte demandante —organizações que contratam ou recebem subsídios da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, na sigla em inglês) e do Departamento de Estado, que administra cerca de 60% da assistência externa de Washington— tem até o meio-dia desta sexta-feira (28) para se pronunciar.

Trata-se de mais um episódio da guerra na Justiça que o governo trava para fazer avançar sua agenda.

Após sua posse, em 20 de janeiro, Trump assinou um decreto para congelar a ajuda externa dos EUA por 90 dias, período em que o governo afirmou que iria revisar os contratos e determinar se eles estavam em conformidade com as políticas da gestão.

Nesta quarta, o governo afirmou que a avaliação havia sido finalizada e que mais de 90% dos programas de ajuda e desenvolvimento no exterior seriam eliminados, totalizando US$ 54 bilhões (cerca de R$ 313 bilhões).

A ofensiva pôs em risco programas que envolvem entrega de alimentos e ajuda médica, lançando os esforços de ajuda humanitária global no caos.

Com AFP e Reuters



Manifestantes protestam contra Elon Musk e o governo Trump em frente a fábrica da SpaceX em Redmond, no estado de Washington David Ryder/Reuters

Historiadores e cientistas políticos passam a chamar de golpe ações de Donald Trump

Figuras da esquerda à direita, como Martin Wolf e Timothy Snyder, creem que republicano já esteja rompendo ordem constitucional

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Da esquerda à centro-direita, um número crescente de historiadores, analistas e cientistas políticos dos EUA está usando o termo "golpe" para caracterizar as ações de Donald Trump passado seu primeiro mês de mandato.

Figuras respeitadas como os historiadores Timothy Snyder e Ruth Ben-Ghiat, os cientistas políticos Steven Levitsky e Adam Przeworski, e até comentaristas mais identificados com a direita e centro-direita, como o jornalista Martin Wolf e a economista Jessica Riedl, do centro de estudos conservador Manhattan Institute, afirmam que as medidas adotadas pelo presidente ameaçam a democracia e podem configurar uma ruptura institucional.

"É claro que é um golpe", escreveu Snyder, professor da Universidade Yale e autor de "Sobre a Tirania", que popularizou o conceito de "obediência antecipada" a tiranos.

"As ações contínuas de Elon Musk e seus seguidores são um golpe, porque os indivíduos que estão tomando o poder não têm esse direito. Ele não foi eleito para nenhum cargo e não há cargo que lhe daria autoridade para fazer o que está fazendo. Tudo isso é ilegal", escreveu Snyder em sua coluna no Substack.

O desmantelamento do Estado está no foco das preocupações. Desde que o republicano assumiu, funcionários públicos têm sido pressionados a se demitir, agências governamentais inteiras estão sendo fechadas, e os recursos federais para estados e ONGs foram bloqueados. O Doge, sigla para o departamento criado via decreto por Trump com a tarefa de cortar gastos, tendo Musk à frente, atropelou regras de estabilidade de funcionários públicos, e o Executivo se apropriou de atribuições do Congresso —que tem o chamado "poder da carteira".

"Eles estão determinados a destruir o governo, não a fazer um ajuste por meio de reformas institucionais", disse Przeworski, estudioso da democracia na New York University e que cunhou o termo "autoritarismo furtivo".

"Eu adoraria ver cortes de 30%, 40% ou até mais em algumas agências governamentais. Mas siga a Constituição, vá ao Congresso e veja o que a maioria dos legisladores devidamente eleitos está disposta a aprovar", afirmou Jessica Riedl, que foi assessora econômica de políticos republicanos. Ela vê uma clara "erosão da democracia".

Já Wolf, outro influente pensador de centro-direita e colunista do Financial Times, acredita que o objetivo das demissões em massa e substituição de funcionários de carreira por aliados políticos seja "transformar os EUA em uma ditadura plebiscitária, na qual o detentor do poder é rei".

Ele escreveu em sua coluna mais recente que as reformas de Musk e Trump não têm nada a ver com tornar o governo mais eficiente. Segundo Wolf, a estratégia foi revelada pelo então senador e hoje vice-presidente, J. D. Vance, a um podcast conservador, ainda em 2021. "[Trump] deveria demitir todos os burocratas de nível médio, todos os funcionários públicos no Estado administrativo, substituí-los por nosso pessoal... E, quando os tribunais o impedirem, ficar ao lado da nação como [o ex-presidente] Andrew Jackson e dizer: 'O presidente da Suprema Corte tomou sua decisão, ele que a ponha em prática.'"

Em 1832, Jackson se recusou a cumprir uma decisão da Corte em uma disputa entre o estado da Geórgia e os indígenas cherokees, e a declaração atribuída a ele, provavelmente apócrifa, marcou o choque com o Judiciário.

A historiadora Anne Applebaum, autora de "Autocracia S.A.", compara esses expurgos no funcionalismo aos feitos pelo ditador venezuelano Hugo Chávez, que demitiu 19 mil empregados da PDVSA, a estatal do petróleo do país, e pelo premiê da Hungria, Viktor Órban, que acabou com as proteções trabalhistas do setor público. Applebaum se refere às ações de Trump como "golpe" e "mudança de regime".

Para Ruth Ben-Ghiat, professora da Universidade de Nova York e autora de "Strongman", o republicano inaugurou uma versão atualizada do autoritarismo, com inovações como a rapidez extrema das mudanças e a dupla liderança, Musk-Trump. "Sou historiadora de golpes, e também usaria essa palavra. Estamos em uma situação de emergência real para nossa democracia." Na visão do economista progressista Paul Krugman, há uma "tentativa de autogolpe".

Professor da Universidade Harvard que se destacou com a obra "Como as democracias morrem", Steven Levitsky considera provável que a democracia nos EUA entre em colapso durante o segundo mandato de Trump ao "deixar de atender aos critérios padrão de uma democracia liberal: sufrágio universal adulto, eleições livres e justas, e ampla proteção das liberdades civis".

Em ensaio publicado na revista Foreign Affairs, ele afirma que os EUA não terão uma ditadura clássica do tipo "tanques na rua", mas se encaminha para o que chama de autoritarismo competitivo, "um sistema em que os partidos competem nas eleições, mas o abuso de poder do detentor do cargo desequilibra a disputa, deixando a oposição em (franca) desvantagem".

Mas, claro, há a turma do "devagar com o andor".

Em editorial, o Wall Street Journal afirma que "as ações de Trump são agressivas, mas não constituem um golpe". O WSJ é de propriedade Rupert Murdoch, dono também da Fox News, que faz cobertura positiva do governo e de onde foram pinçados alguns ministros do republicano.

Para o jornal, aqueles que falam em "crise constitucional" estão exagerando. "A verdadeira crise virá se Trump contestar uma decisão da Suprema Corte. Se isso acontecer, e pode acontecer, a esquerda vai querer não ter desperdiçado sua credibilidade ao gritar 'lobo' tantas vezes sobre crises que não existiam. Por enquanto, os leitores podem relaxar."

+

Justiça proíbe demissões em massa no governo

A Justiça dos EUA proibiu nesta quinta (27) o governo Donald Trump de demitir milhares de funcionários públicos recém-contratados e em estágio probatório, ação que faz parte da iniciativa de corte de gastos comandada por Elon Musk.

O juiz federal da Califórnia William Alsup atendeu um pedido de sindicatos de servidores públicos e decidiu que o Escritório de Gestão de Pessoas do governo federal (OPM, na sigla em inglês), órgão do qual saíram as ordens de demissões, não tem autoridade para demitir trabalhadores, mesmo em estágio probatório.

Dessa forma, o magistrado determinou que o OPM cancele comunicados emitidos em janeiro e fevereiro ordenando que departamentos do governo federal demitam funcionários públicos "não cruciais", nas palavras do órgão.

O Departamento de Defesa, por exemplo, se prepara para demitir nesta sexta (28) 5.400 funcionários em estágio probatório.

A proibição emitida pela Justiça ficará em vigor até que os tribunais decidam sobre o mérito da ação.

Segundo levantamentos da imprensa americana, cerca de 30 mil pessoas foram demitidas.

Eufrázio

Com Trump, México tem mais pedidos de refúgio

Pedir proteção na parte mexicana é opção para imigrantes depois que solicitações de asilo foram bloqueadas

PESADELO AMERICANO

Julia Chaib

CIUDAD JUÁREZ (MÉXICO) E EL PASO (EUA) Desde o dia 20 de janeiro, com a posse de Donald Trump, o fluxo de migrantes na fronteira dos Estados Unidos com o México diminuiu, mas impôs novos desafios na região, sobretudo do lado mexicano. Autoridades do país relatam um aumento no número de pedido de refúgios, uma vez que os pedidos de asilo foram encerrados, tornando mais difícil a concessão de proteção internacional nos EUA.

O número de apreensões de pessoas que fazem a travessia ilegalmente já vinha em queda desde o final do governo Joe Biden. Isso se deve, em partes, à quantidade limite de chegadas de imigrantes que o democrata impôs como condição para manter a fronteira aberta. Mas também à criação do CBP One, o aplicativo utilizado pelo Departamento de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos para facilitar o processo de solicitação de asilo, permitindo que migrantes agendem uma entrevista com oficiais de imigração de forma remota —recurso encerrado por decisão de Trump.

Após o retorno do republicano à Casa Branca, foi observada nova queda nas travessias ilegais. Diversos relatos colhidos pela **Folha**, que esteve em cidades dos dois lados da fronteira, são de boa parte dos mais de 50 abrigos na área mexicana que esvaziou por duas razões: parte do migrantes pegou o rumo da volta, e menos gente está indo ao norte por saber que "Trump não deixa ninguém passar".

Do lado americano, foram fechados os abrigos que recebiam pessoas que cruzavam a fronteira sem estrutura adequada ou outros encaminhados pelo próprio serviço de imigração.

Fronteira Texas-México



Blake Barrow, que dirige o abrigo Rescue Mission, em El Paso, relata que a ICE (polícia de imigração) encaminhava até 500 imigrantes a essas casas por dia. Hoje, quando raramente manda alguém, esse número não passa de 50. "Os poucos que estavam aqui eu sugeri procurarem um estado democrata para evitarem serem deportados", conta Barrow.

Dirvin Luis Garcia Gutiérrez, chefe de atendimento a migrantes do Conselho Estadual de População no estado de Chihuahua, estado onde fica Ciudad Juárez, afirma que é cedo para dizer se essa tendência vai se manter no longo prazo. No curto, ele diz serem evidentes os impactos imediatos, sobretudo para quem solicita proteção internacional, como o caso dos que buscam asilo.

A outra situação é a das pessoas que ficaram na fronteira e estão no limbo e que buscam alternativas para ficar no México. "Detectamos que há um aumento considerável de solicitações da condição de refugiado no México, com essa população que ficou. São pessoas que estiveram esperando um ano, um ano e meio ou alguns meses apela consulta [do CBP One] para pedir asilo nos EUA", diz Gutiérrez.

Ainda não há dados de 2025 atestando esse aumento, mas outros integrantes de organizações que atuam com migrantes perceberam a mesma tendência. "[Os imigrantes] estão entrando com mandados de segurança ou estratégias legais por meio do Instituto de Defensoria Pública, que é uma instituição federal, para que lhes permitam poder acessar esses mecanismos de proteção no México", explica Gutiérrez.

Entidades tentam facilitar o trâmite para que os imigrantes tenham acesso a documentos. "Outro desafio é a inclusão produtiva, ou seja, uma vez que tenham a chave de registro de população, que possam trabalhar", avalia.

Série aborda fluxo migratório em região fronteiriça

A **Folha** viajou do sul ao norte do Texas, percorrendo cerca de 1.500 quilômetros de carro durante sete dias, e parou em quatro cidades: Brownsville, McAllen, Laredo e El Paso.

Em três delas, a reportagem cruzou a fronteira para o México a pé para Matamoros e Reynosa, cidades dominadas por organizações criminosas, e Ciudad Juárez.

Lá, a reportagem conheceu imigrantes que dizem estar sem ter para onde ir, viu a preparação para receber deportados dos Estados Unidos e colheu relatos da violência que marca alguns desses lugares.

As histórias são contadas na série Pesadelo Americano. Este é o terceiro de cinco capítulos.



Forças de segurança israelenses inspecionam veículo que atingiu pedestres em cruzamento na cidade de Haifa, em Israel Jack Guez/AFP

Suspeito atropela pedestres e fere ao menos 13 em Israel

JERUSALÉM | AFP A polícia de Israel investiga como possível ataque terrorista um incidente em que um suspeito atropelou pedestres em Haifa, no norte do país, nesta quinta-feira (27). Os serviços de resgate israelenses relatam ao menos 13 feridos.

A polícia afirmou que o suspeito do ataque era um palestino de 53 anos natural de Jenin, no norte da Cisjordânia ocupada por Israel, casado com uma cidadã israelense. O suspeito foi morto a tiros no local.

Tel Aviv ignora acordo de cessar-fogo e diz que não sairá de corredor estratégico entre Gaza e Egito

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

SÃO PAULO O ministro israelense da Defesa, Israel Katz, anunciou nesta quinta-feira (27) que o Exército de seu país vai permanecer indefinidamente no corredor Filadélfia, uma faixa estratégica na fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito, contrariando o acordo de cessar-fogo com o Hamas, em vigor desde janeiro.

"Recebemos luz verde dos Estados Unidos. Fornecemos um mapa a eles, e estamos ficando indefinidamente", disse Katz em reunião com líderes regionais, de acordo com comunicado de seu gabinete.

O tratado, aceito pelo primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, previa que a retirada das forças israelenses da região começasse no 42º dia da fase um do acordo —ou seja, neste sábado (1º)— e fosse concluída até o 50º dia, em 9 de março.

Em seu discurso, de acordo com o jornal israelense The Times of Israel, Katz afirmou que "mesmo durante o cessar-fogo, recebemos informações de inteligência de que o Hamas está planejando ataques contra soldados e comunidades".

Uma investigação conduzida pelo exército israelense determinou que o Hamas conseguiu realizar o ataque mais mortal na história de Israel em 7 de outubro de 2023 porque o Exército do país subestimou as intenções do grupo terrorista e suas capacidades militares. As conclusões foram divulgadas nesta quinta.



A decisão de Israel de permanecer no corredor de Filadélfia pode elevar as tensões na segunda fase do cessar-fogo, que prevê novas trocas de reféns e corpos de sequestrados israelenses mortos por prisioneiros palestinos.

O Hamas devolveu, na manhã desta quinta, quatro corpos de israelenses. Em seguida, Israel libertou mais de 600 prisioneiros palestinos.

Com AFP

Eufrázio

Nascimentos diminuem no Japão pelo 9º ano, mas reagem na Coreia do Sul

Queda da população prossegue em ambos, demonstrando pouco efeito de incentivos

Nelson de Sá

PEQUIM No Japão, os nascimentos diminuíram pelo nono ano seguido em 2024, atingindo 720 mil, queda de 5% em relação ao ano anterior, segundo dados do Ministério da Saúde japonês.

Já na Coreia do Sul o órgão oficial de estatística registrou que os nascimentos aumentaram pela primeira vez também em nove anos, para 238 mil, alta de 3,6%.

Como o número de mortes superou o de nascimentos em ambos, houve queda na população no ano passado: 897 mil pessoas a menos no Japão e 120 mil a menos na Coreia do Sul.

As justificativas oficiais para o contraste entre as duas nações, cultural e geograficamente próximas, vincularam-se ao comportamento em relação a casamento.

No caso japonês, a explicação foi que mais pessoas estão se decidindo por casar mais tarde e que cresceu a ansiedade com os custos para cuidar de filhos.

O número de casamentos cresceu para 499 mil, 10 mil a mais do que em 2023, mas não voltou aos patamares anteriores à pandemia. Ainda assim, o primeiro-ministro Shigeru Ishiba viu neles um resultado promissor e prometeu "focar este aspecto".

O órgão Estatísticas da Coreia atribuiu a reação nos nascimentos ao maior número de casamentos pós-pandemia. Foram 222 mil no ano passado, patamar mais elevado em cinco anos.

Outros fatores que levaram a mais nascimentos, segundo os pesquisadores governamentais sul-coreanos, foram o maior número de pessoas na faixa de 30 anos e uma visão social supostamente mais otimista em relação a matrimônio e paternidade, "uma mudança nos valores sociais".

Crise demográfica em países asiáticos

Número de nascimentos no Japão



Número de nascimentos na Coreia do Sul



Fontes: Ministério da Saúde do Japão e Estatísticas da Coreia

R$ 39 mil

é o valor aproximado do bônus oferecido pelo governo do Japão a casais com filhos que se disponham a trocar a capital, Tóquio, por cidades menores

18 meses

é a nova duração da licença-maternidade na Coreia do Sul, medida que busca incentivar casais a terem filhos

Mesmo na Coreia do Sul há ceticismo quanto à persistência da recuperação, tanto em casamentos como em nascimentos, levantada por especialistas não governamentais na imprensa local.

Há problemas ainda sem solução, como a concentração da população jovem na capital, Seul, esvaziando o interior e elevando a disputa por empregos.

O fenômeno é semelhante no Japão, a ponto de o governo ter passado a oferecer bônus de até 1 milhão de ienes (R$ 39 mil), nos últimos dois anos, para casais com filhos que se disponham a trocar a capital, Tóquio, por cidades menores próximas.

Os estímulos para matrimônio e paternidade são ainda mais amplos na Coreia do Sul, o que poderia ajudar a explicar a reação nos nascimentos no ano passado.

Em junho último, o governo chegou a declarar emergência demográfica, incentivando grandes empresas privadas a oferecer bônus para funcionários que tenham filhos — e, entre outras medidas, o estímulo para creche e moradia e a extensão da licença-maternidade para até 18 meses.

Enquanto os números no Japão são preliminares e não incluem a taxa de fecundidade total (quantidade de nascimentos por mulher em idade reprodutiva), os dados sul-coreanos apontam que também essa faixa se recuperou.

Subiu para 0,75, contra 0,72 em 2023. Mas segue sendo o país com a pior taxa de fecundidade, só à frente da ilha de Taiwan.

Junto com a China, outra sociedade próxima culturalmente, as quatro concentram a preocupação global com o impacto econômico da queda populacional.

No caso chinês, dados divulgados no início de fevereiro mostraram que, pela primeira vez em oito anos, o número de nascimentos voltou a crescer.



Estado de saúde do papa Francisco não é grave, mas segue complexo, diz Vaticano

Acima, velas deixadas por fiéis em frente ao hospital Gemelli, em Roma, onde o pontífice está hospitalizado Guglielmo Mangiapane/Reuters

Governo Milei classifica pessoas com deficiência de débeis mentais

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Um órgão ligado ao governo de Javier Milei se referiu a pessoas com deficiência intelectuais como débeis mentais, imbecis e idiotas, todos termos considerados pejorativos e abandonados pela comunidade médica há décadas.

A menção foi feita em janeiro em um anexo interno de uma resolução no Boletim Oficial, equivalente ao Diário Oficial da União brasileiro, mas só agora veio a debate público após críticos compartilharem o trecho na rede social X. Fato que mais causou surpresa, o documento foi assinado pelo diretor da Agência Nacional de Deficiência da Argentina, o advogado Diego Orlando Spagnuolo.

Horas após o rebuliço sobre a classificação, a agência se retratou e afirmou que "a publicação dos termos não teve intenção discriminatória e se tratou apenas de um erro fruto do uso de conceitos que pertencem a uma terminologia obsoleta". O órgão diz que vai alterar o texto.

O anexo detalha condições para a concessão de pensões vitalícias a pessoas sem recursos ou impossibilitadas de trabalhar. A certa altura, categoriza pessoas com deficiência de acordo com seus níveis de QI (quociente intelectual). Do mais baixo ao mais alto, usa os seguintes termos: idiota, imbecil, débil mental (profundo, moderado e leve).

Todos os termos já não usados por organizações de saúde ao redor do mundo, entre elas a OMS (Organização Mundial da Saúde), que agora o governo Milei, na esteira de Donald Trump nos Estados Unidos, afirma que abandonará. A categorização de deficiências intelectuais tampouco é feita unicamente com base no QI de um indivíduo, mas também leva em conta, por exemplo, as suas habilidades de adaptação na sociedade.

A gestão de Milei e a agência responsável por este tema não comentaram o uso do vocabulário equivocado. Grupos de direitos humanos, porém, já haviam questionado a Casa Rosada. Seis ONGs pediram no início deste mês que a resolução composta por esse anexo seja derrubada.

O grupo lembra que o texto usa linguagem discriminatória. "São expressões que reforçam a discriminação que historicamente existiu e que ainda hoje existe contra as pessoas com deficiência."

O vocabulário não está muito distante de falas públicas de Milei nas redes sociais e em eventos. É comum que o presidente argentino use os termos idiota e imbecil para se referir a opositores e jornalistas.

Justiça decide que é inconstitucional o decreto de Nunes que proíbe mototáxi

Decisões não liberam o funcionamento do serviço por aplicativo, mas impedem a aplicação de multas por parte da Prefeitura de São Paulo, que diz que vai recorrer

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo concedeu duas liminares (decisões temporárias) a favor das empresas 99 Tecnologia e Uber, declarando inconstitucional o decreto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) que impede a carona por motos de aplicativos na capital paulista. A gestão Nunes afirmou que vai recorrer das decisões assim que for notificada.

Os mandados de seguranças se referem a uma ação contra a prefeitura por aplicar multas. Ou seja, a decisões não liberam o transporte por motos de aplicativos, pois a suspensão do serviço está determinada por um desembargador, e o Tribunal de Justiça analisa recurso para decidir o mérito.

Na noite de quarta-feira (26), o juiz Josué Vilela Pimentel, da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, concedeu mandado de segurança à 99, reconhecendo que a prefeitura não tem o direito de proibir o serviço, apenas regulamentá-lo e fiscalizá-lo, conforme previsto em legislação federal.



Serviço clandestino de mototáxi é oferecido próximo à estação Perus Zanone Fraissat - 13.fev.25/Folhapress

Segundo a decisão, a Lei Federal nº 12.587/2012 expressamente atribuiu aos municípios o dever de "planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano". "De forma alguma o diploma normativo permitiu aos municípios a vedação à atividade econômica, que é lícita e permitida por lei federal, regulamento de comando constitucional", afirmou o juiz.

A empresa diz que a medida reconhece a importância da 99Moto para cidade de São Paulo, principalmente ao considerar seu impacto social e econômico. "Seguimos comprometidos em lutar pelo direito de escolha dos paulistanos e dos motociclistas que clamam pelo serviço na cidade, e colaborando para uma regulamentação que garanta segurança e mobilidade para todos", diz nota assinada por Bruno Rossini, diretor de comunicação da 99.

Em outra decisão, nesta quinta-feira (27), a mesma vara expediu uma liminar dizendo que a Uber tem garantias constitucionais para operar serviço de moto por aplicativo na capital paulista, pois não há lei federal nenhuma proibindo isso. "Não pode a autoridade impetrada suspender serviço regulamentado e reconhecidamente regular", diz a decisão.

Em nota, a empresa diz defender que, em vez de proibir, o caminho mais adequado para a prefeitura deve ser desenvolver uma regulamentação que traga mais organização e amplie as opções de transporte urbano na cidade.

A Procuradoria-Geral do Município disse que recorrerá tão logo seja notificada formalmente, o que deve ocorrer nos próximos dias. "A PGM ressalta que a sentença não implica a volta da prestação do serviço, uma vez que existe outra decisão judicial, ainda em vigor, proferida na ação civil pública ajuizada pela prefeitura, que suspende as atividades", destacou a prefeitura.

A gestão se refere à determinação do desembargador Eduardo Gouvêa, da 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, que acatou em 27 de janeiro um recurso que pedia o fim do transporte de passageiros por motos de aplicativos na capital até o julgamento definitivo da ação.

A gestão municipal pedia multa diária de R$ 1 milhão às empresas em caso de continuarem com o serviço, proibido por decreto de 2023, além de responderem por crime de desobediência.

No despacho, Gouvêa acatou o pedido, determinando que as empresas interrompam o transporte remunerado de passageiros por motocicletas no município, mas não determinou aplicação de multa diária nem declarou crime de desobediência em caso de continuidade do serviço.

Ao analisar a decisão referente à 99, o advogado Marcelo Marques, da comissão de trânsito da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em São Paulo, afirma que o tema está resolvido por enquanto, e nada impede a empresa de oferecer os serviços. No entanto, os motociclistas ainda ficam expostos a punições. "Pode continuar havendo fiscalização e eles serem enquadrados em alguma lei de trânsito."

Ele também opina que a disputa judicial deve se estender por bastante tempo. "Se isso terminar em uma legislação adequada para a cidade, vai ser bom. O problema é se não render nada."

O serviço de carona em motocicletas por aplicativo, comum em várias cidades brasileiras, enfrenta nos tribunais uma disputa por interpretação de texto. Prefeituras que tentam proibir a modalidade encontram reação das principais empresas do setor, Uber e 99, que argumentam que não há respaldo legal para a proibição.

A disputa gira em torno do mesmo trecho da Política Nacional de Mobilidade Urbana, criada pela lei nº 12.587, de 2012. Em seu artigo 11-A, a lei diz que cabe exclusivamente aos municípios "regulamentar e fiscalizar" os serviços de transporte individual.

Uber e 99 dizem que o texto não dá ao poder municipal autorização para proibir o serviço.

Colaborou Bruno Lucca, de São Paulo



Mortes no trânsito crescem no estado de SP

O número de mortes no trânsito no estado de São Paulo é o maior para janeiro desde 2016. No mês passado, 468 pessoas morreram em estradas e vias municipais paulistas. A quantidade de óbitos é 8,3% maior que os 432 registros do mesmo período de 2024. Os dados são do Infosiga, sistema estadual de monitoramento da letalidade no trânsito.

Delegados de São Paulo são investigados por viagem a Las Vegas paga por fintech suspeita de elo com PCC

SÃO PAULO Três delegados e um agente da Polícia Civil são investigados por terem viajado com despesas pagas pela empresa 2GO Bank, fintech que foi apontada em investigação do Ministério Público de São Paulo como instrumento de lavagem de dinheiro da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

Os delegados Paulo Alberto Mendes Pereira, Paulo Eduardo Pereira Barbosa e Luiz Alberto Guerra e o investigador Bruno Souza Rechinho viajaram a Las Vegas, nos Estados Unidos, entre 1º e 14 de agosto de 2024. A investigação foi revelada pelo site Metrópoles e confirmada pela **Folha**.

Em Las Vegas, os policiais civis participaram das conferências Blackhat e Defcon 32, que estão entre os principais eventos mundiais da área de segurança digital. A autorização de afastamento dos policiais, no Diário Oficial do Estado, registra que eles não tiveram desconto nos salários por causa da viagem, mas que ela ocorreu "sem quaisquer outros ônus para o Estado".

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, a viagem dos policiais é investigada desde novembro do ano passado, quando foi preso pela primeira vez o policial civil Cyllas Salerno Elia Júnior, que é dono da 2Go Bank.

Elia Júnior foi preso de novo na terça-feira (25) na Operação Hydra, do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e da Polícia Federal, por suspeita de que tenha operado um esquema de lavagem de dinheiro de integrantes do PCC.

Procurada pela **Folha** na terça, a 2GO Bank não respondeu questionamentos. A reportagem tenta contato com os delegados e o investigador que viajaram a convite da fintech.

Além dessa viagem, o delegado-geral da Polícia Civil, Artur Dian, já participou como palestrante de um evento sobre segurança cibernética organizado pela 2GO Bank em outubro de 2023. Dian foi apresentado como um dos destaques da programação, além do delegado Carlos Afonso, do Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais), e do promotor Richard Encinas.

Segundo o Gaeco, integrantes do PCC repassaram milhões de reais à 2GO e à Invank com a intenção de investir na compra de imóveis e, assim, apagar a origem ilegal do dinheiro. Isso ocorreria por meio de uma intricada rede de empresas de fachada: após receber o dinheiro sujo, as fintechs depositavam os valores em contas de laranjas que eram operadas pelas próprias empresas, segundo a investigação.

Representação apresentada por promotores do Gaeco diz que a 2GO Bank faz parte de um "sistema bancário ilegal que teria lavado cerca de R$ 6 bilhões", movimentando dinheiro no Brasil, nos Estados Unidos, no Paraguai, no Peru, na Holanda, na Argentina, na Bolívia, no Canadá, no Panamá, na Colômbia, na Inglaterra, na Itália, na Turquia, em Dubai e, sobretudo, em Hong Kong e na China.

As duas fintechs teriam recebido dinheiro de Anselmo Becheli Santa Fausta, o Cara Preta, e Rafael Maeda, o Japa. Ambos são apontados em investigações como associados ao PCC.



Apuração iniciou após delação de Gritzbach

A investigação teve início a partir do acordo de delação premiada de Antônio Vinicius Lopes Gritzbach, —assassinado com tiros de fuzil no Aeroporto Internacional de Guarulhos em novembro do ano passado— com o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado).

Eufrázio



Carros alegóricos no Sambódromo do Anhembi, em São Paulo, onde as escolas vão desfilar Danilo Verpa/Folhapress

Desfiles de São Paulo cultuam de Cazuza a Zé Celso em meio a diversidade e raízes africanas

Colorado do Brás, que volta à elite do Carnaval paulistano, será a primeira a se apresentar hoje, às 23h, no Sambódromo do Anhembi

ALALAÔ

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O início no melhor estilo de um cordão de rua baiano. O fim em uma homenagem ao dramaturgo que brilhou no teatro encravado num dos berços do samba paulistano. Com propostas diversas, 14 escolas de samba desfilam nesta sexta-feira (28) e sábado (1º), invadindo as madrugadas, pelo Grupo Especial do Carnaval de São Paulo.

Sete delas se apresentam a partir das 23h desta sexta até o nascer do sol no dia seguinte no Sambódromo do Anhembi, zona norte paulistana. As demais desfilam a partir das 22h30 de sábado.

As duas agremiações com as piores notas nas duas noites, em apuração a ser realizada na terça-feira (4), serão rebaixadas, assim como subirão as duas melhores do Grupo de Acesso, que desfilam na noite de domingo (2).

Quem for ao Anhembi ou assistir aos desfiles pela TV em ao menos algum momento deverá se identificar com alguma das propostas cantadas em samba.

De volta à elite após ser vice-campeã do Grupo de Acesso em 2024, a Colorado do Brás foi buscar nos 75 anos do Filhos de Gandhy o tema para seu enredo. O bloco é apontado como maior afoxé do Carnaval baiano, em que homens saem vestidos de branco e azul em homenagem a Oxalá e a Ogum. Será a primeira das referências às crenças e à cultura negra nas duas noites de desfile.

A partir daí, as escolas falar no Sambódromo sobre as raízes africanas ou retratar as desigualdades nos dias de hoje.

Com o enredo, "Muito além do arco-íris!", a escola do Grajaú, no extremo sul de São Paulo, promete um desfile de luta por direitos da comunidade LGBTQIA+ para além do sambódromo.

A bicampeã Mancha Verde desfila com "Bahia, da fé ao profano", desenvolvido a partir do documentário que leva o mesmo nome, que retrata seis importantes festas populares da Bahia que, entre outros, misturam crenças cristãs e de matriz africana.

O enredo da Acadêmicos do Tatuapé, "Justiça – A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo lugar", se baseia em discurso do lendário ativista norte-americano Martin Luther King Jr. (1929 - 1968).

Barroca Zona Sul, Mocidade Alegre e Gaviões da Fiel têm os enredos "Os nove oruns de Iansã", "Quem não pode com mandinga não carrega patuá" e "Irin Ajó Emi Ojisé, respectivamente, também com base em raízes negras.

A cultura indígena embala a Acadêmicos do Tucuruvi, e a literatura, a Império de Casa Verde.

A Dragões da Real, que em 2024 somou os mesmo 270 pontos da campeã Mocidade Alegre, traz o enredo "A vida é um sonho pintado em aquarela!", que tem como proposta desmembrar as várias partes da vida pelas alas da escola. Surgiu a partir da música "Aquarela", composta por por Guido Morra, Toquinho, Vinicius de Moraes e Mushi, que ficou eternizada na voz de Toquinho.

"Não é inspiração na aquarela de propaganda de lápis de cor, da música infantilizada, mas que conta o ciclo da vida", diz o diretor de Carnaval Márcio Santana.

O enredo "Em Retalhos de Cetim, a Águia de Ouro do jeito que a vida quer" é uma homenagem ao romântico Benito di Paula, que vai estar com a família no último carro da escola da Pompeia, bairro da zona oeste. O samba "Retalhos de Cetim", de 1973, é um dos clássicos do cantor de 83 anos.

Num estilo musical bem diferente, Cazuza (1958-1990) será tema da vizinha Camisa Verde e Branco, agremiação da Barra Funda. O samba-enredo da escola brinca com letras das músicas do ex-vocalista da banda Barão Vermelho. O trecho "pro dia nascer feliz", nome de uma das mais consagradas músicas cantadas por Cazuza, é repetido várias vezes na letra da escola que vai desfilar no nascer do dia.

Para muitos sete é número da sorte. E sete é a quantidade de títulos da Rosas Ouro, que aposta em vários tipos jogos para compor seu colorido desfile. A imagem para definir o enredo da escola da Freguesia do Ó, na zona norte, tem dados, xadrez e roleta.

O Vai-Vai fechará o Carnaval com uma homenagem ao dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, morto em um incêndio em 2023.

À coluna de Mônica Bergamo, o carnavalesco Sidnei França diz que pretende usar a homenagem a Zé Celso para questionar o que considera um formato "engessado" do Carnaval paulistano, trazendo elementos da linguagem provocativa do Teatro Oficina, espaço cultural comandado pelo direto. Tanto o Oficina quanto a escola ficam no Bixiga, onde o samba lota bares e ruas do bairro aos fins de semana.

Quem se importa com seu Carnaval?

Desprotegido embaixo do céu do fim do mundo

Tati Bernardi
Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Acho que escrevo para este jornal há pelo menos uns 13 anos e, durante todo esse tempo, já devo ter cometido a crônica "Não gosto de Carnaval" no mínimo umas dez vezes. Eu de fato não suporto, mas, sinceramente, quem se importa com isso?

Quem liga para a foto de uma pessoa isolada no mato, com a legenda "Meu Carnaval dos sonhos"? Quem se emociona com o especialíssimo ser em um cinema vazio ou exibindo, deitado na rede, um livro nas coxas: "O bloco do Eu sozinho". A piada com a fobia social e a pouca bateria para festividades já deu. Entendi, você gosta de ficar em casa, de ar-condicionado, de romance autobiográfico francês, de ver Netflix longe da bagunça, nossa, que superior você é. Ui, ui, ui, ela é fóbica com multidão, com calor, com "falsos" regozijos.

É muito desesperador quando você encara a sua persona literária e pensa: "Fulana, na boa, não te suporto mais". Quem ainda liga para as minhas crônicas sobre crises de ansiedade, nécessaire de remédios e manias obsessivas em viagens? Acima de tudo, quem vai suportar o milésimo texto sobre as crises vasovagais que eu teria pelas ruas quentes paulistanas se ousasse ir atrás de um bloco?

Por motivos de enfim apaixonada novamente, fui abençoada pela graça celestial do aborrecimento. Estar satisfeita é, para mim, um troço que me lota de ar a boca do estômago —e parece má digestão. E você com isso? Ninguém se importa (ou não deveria).

Ninguém se importa com o fato de que você vai aproveitar a farra da seminudez para ser misantropo ou para exibir o 'orgulho de um corpo real'. Ninguém tá nem aí para o seu quadril que alargou

Pois não vá. Fique em casa. Arrume as gavetas da cozinha —aquela última gaveta onde moram todos os "por que eu tenho isso", tipo canudos de metal, treco de fazer espaguete de cenoura e forminha de gelo em formato de diamante. Arrume quieta, não ache que precisa dizer "Arrumar gavetas > Carnaval". Ninguém se importa com a bagunça da sua cozinha ou com suas regatas de lantejoulas. Ninguém se importa com o fato de que você vai aproveitar a farra da seminudez para ser misantropo ou para exibir o "orgulho de um corpo real". Ninguém tá nem aí para o seu quadril que alargou ou para o meu braço que afofou. Os raios deliciosos e insuportáveis do apaixonamento. Você de boas e a minhoca elétrica te pega várias vezes no meio da tarde. Os miniespasmos lembrando aquela boca, a barriga, a mão. Que maravilha, que horror. E, assim como o Carnaval, nada disso importa.

Os amigos todos cagados de tintas, perucas e brilhos e ela vendo as fotos: Você acordou cedo pra isso? Pra ficar em pé, no calor, no sol, desprotegido embaixo do céu do fim do mundo, fazendo de papel higiênico o contrato de paz que havia assinado com a sua lombar, vestida como uma atriz namoradinha do Brasil que topa, aconselhada pela agente, pelo menos uma vez na vida interpretar uma border que foge com o circo? Seu fígado já todo perdido tentando metabolizar o seu descaso, você beijando boca com casquinha de herpes? Quem se importa com o baile da Vogue, o Copacabana Palace, sua bunda na meia arrastão, as amigas mostrando a teta e fazendo textão político, os 176 conhecidos que eu encontraria na Charanga do França e pensaria "gosto só de uns cinco desses"?

Eu não tô nem aí para o seu Carnaval e você não tá nem aí para o meu. O jeito como ele se deita no chão da sala para contar baixinho no que vem pensando, o desenho do ombro enquanto dorme. Nada demais está acontecendo.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sergio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Eufrázio

cotidiano

Britânica desaparecida é vista em hostel no Rio de Janeiro

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil do Rio de Janeiro obteve imagens da jornalista britânica Charlotte Alice Peet, 32 anos, que está desaparecida no Brasil desde 8 de fevereiro. Nos vídeos, ela é vista se hospedando em um hostel na comunidade Dona Marta, na zona sul do Rio, no dia 17. A gravação também registra sua saída do local no dia 24 de fevereiro. A **Folha** obteve as imagens.

Segundo a polícia, a principal linha de investigação aponta que Charlotte teria rompido voluntariamente os vínculos com a família, que não tem notícias dela desde o início do mês. A ausência prolongada levou uma amiga da jornalista a registrar o desaparecimento a pedido dos familiares.

"Temos um registro dela saindo de um hostel no dia 24, em Botafogo [zona sul do Rio], onde ela pagou a conta com um cartão de crédito", disse a delegada.

"A principal linha de investigação é de desaparecimento voluntário. Ela tem dois celulares, e no número inglês ela tem recebido ligações. No com DDD brasileiro as chamadas são desviadas", afirmou.

A polícia também já sabe que a britânica chegou ao Rio no dia 8 de fevereiro à noite e se hospedou em um hostel em Copacabana, onde ficou até o dia 17. De lá, seguiu para esse outro hostel, onde aparentava estar bem na saída, apenas com um leve resfriado. A polícia conseguiu um registro de Charlotte na praia do Leme, no dia 15 de fevereiro.

O pai da jornalista, Derek Peet, afirmou à rede de TV Sky News que a filha não informou que havia viajado ao Brasil. "Eu não diria que era normal, havia algo em sua mente, obviamente, caso contrário, ela nos teria contado", disse Derek. Procurado, ele não quis dar mais declarações.

Charlotte entrou em contato via WhatsApp, no dia 8 de fevereiro, com uma amiga americana, moradora do Rio de Janeiro, e disse que estava em São Paulo. Ela mencionou que planejava seguir para o Rio e precisava de um lugar para ficar. No entanto, a amiga respondeu que sua casa estava lotada e não poderia hospedá-la. Elas não se falaram mais. A polícia já tem autorização para o rastreamento do celular da britânica.

EDITAL DE CONVOCAÇAO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SÃO PAULO
CNPJ 61.594.164/0001-89

Em atenção às disposições legais e estatutárias, especialmente ao artigo 24, "a", convoca os associados deste Sindicato a participarem de Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas, que se realizará, em primeira convocação, às 09h00 do dia 07/03/2025, com a presença de metade mais um dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais e em segunda chamada às 10:00hs, com qualquer número de associados presentes, na sede social localizada à Rua Estado de Israel, nº833, bairro de Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04022-002, para deliberarem quanto a: 1- Prestação de Contas da Diretoria, dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.
LUIZ CARLOS FERNANDES CAPELO
Diretor Presidente.

Associação Brasileira de Melhoria em Tecnologia da Informação - ABRAMTI

Edital de Convocação

Pelo presente, ficam convocados todos os associados em dia com suas obrigações estatutárias a comparecerem à sede da Associação Brasileira de Melhoria em Tecnologia da Informação - **ABRAMTI**, Avenida dos Autonomistas, nº 896 - sala 1601 - 16º andar - Vila Yara - Osasco - SP - CEP 06020-012, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária - **Proposta - Alteração Estatutária, no dia 11 de Março de 2025,** em primeira convocação **às 18:00 horas** com a presença mínima de 2/3 dos associados e, 1 (uma) hora após, com qualquer número de associados presentes para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **1) Leitura e aprovação de Ata Anterior; 2) Discussão e deliberação sobre as propostas de alterações do Estatuto da Entidade; 3) Outros Assuntos de Interesse dos Associados.**

Osasco, 28 de Fevereiro de 2025
José Roberto Murillo Zamora
Presidente

CIDADE DE SÃO PAULO — **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº **90008/SMPED/2025** - OBJETO: **Aquisição de itens para piscina, que serão utilizados no 1º Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (Centro TEA), na cidade de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital** - Tipo: **menor preço** - Data/hora da sessão pública: **10h00 do dia 14/03/2025** - Local: www.compras.gov.br - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br - **UASG 925127** - Informações adicionais: Fone (011) 3913-4000 - ramal 4042 ou e-mail: smpedcpel@prefeitura.sp.gov.br com cópia para claudiacolombo@prefeitura.sp.gov.br.

Santo André Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 28.822.263/0001-03 - NIRE sob nº 35230800417-8
Ata de Reunião de Sócios realizada em 14 de fevereiro de 2025

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 2025, às 10h00 horas na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na sede social da sociedade **Santo André Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda**, CNPJ/MF nº 28.822.263/0001-03, com sede na cidade de Campinas/SP, à Rua Avelino Silveira Franco, nº 149, sala 445 E, Ville Sainte Helene, Cep 13.105-822, reuniram-se em Assembleia Geral ordinária a totalidade dos sócios quotistas da **Santo André Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.** Decidem deliberar sobre a redução do Capital Social da sociedade em R$ **2.700.000,00** por considerarem os sócios tratar-se de capital social excessivo em relação ao objeto social da sociedade, de acordo com o artigo 1.082, II e 1.084 do Código Civil Brasileiro. Foi instalada a reunião sob a presidência do Sr. **José David Martins Júnior**, que convidou a mim, Sra. **Vera Helena Penteado de Queiroz Martins Zabala**, para secretária. Os sócios decidiram, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalvas, aprovar a redução do capital social da sociedade de R$ **3.008.520,00** para R$ **308.520,00**, uma redução, portanto, no valor de R$ **2.700.000,00**, por considerarem o capital social excessivo em relação ao objeto da sociedade, de acordo com o artigo 1.082, II e 1.084 do Código Civil Brasileiro.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 031/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO ACÚSTICA E VISUAL"
Processo Administrativo: 4.440/2024-D
Data e Hora do Pregão: 26/03/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Trânsito, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública e Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 25 de fevereiro de 2025.
MARCELINO SANTOS GOMES - Secretário Municipal de Trânsito

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 029/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OVOS IN NATURA"
Processo Administrativo: 26.125/2024-D
Data e Hora do Pregão: 26/03/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 24 de fevereiro de 2025.
PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 030/2025
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE JARDINS"
Processo Administrativo: 2.602/2024-D
Data e Hora do Pregão: 21/03/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor valor global
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 25 de fevereiro de 2025.
PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação

seminários**folha** ★★★
Acesse o site
folha.com/seminariosfolha
FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 034/2025
Proc. Adm. nº. 240304028164500/2024

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de **EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO (ESTAÇÃO MULTI EXERCÍCIOS)**, para parques e praças do município de Santana de Parnaíba, em atendimento à Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, pelo período de 01 (um) ano. O Município de Santana de Parnaíba faz saber que, considerando a necessidade de correção da data de abertura da disputa de lances, devido a erro de digitação, RETIFICA-SE como segue: **Onde se lê:** Início da sessão de disputa de lances: Dia 13/03/2025, às 10h00min. **Leia-se:** Início da sessão de disputa de lances: **Dia 14/03/2025, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 27 de fevereiro de 2025.
AUTORIDADE COMPETENTE

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 027/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BISCOITOS PARA RESTRIÇÕES ALIMENTARES E OUTROS"
Processo Administrativo: 36.897/2024-D
Data e Hora do Pregão: 27/03/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço por item
Modo de Disputa: Aberta
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 25 de fevereiro de 2025.
PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PE90041/25 PA11301/24** menor preço visando contratação de empresa p/ prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevador da STMU Abertura: 20/03/25 9h. **PE90042/25 PA13061/24** menor preço exclusivo p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de ácido zoledrônico e insulina asparte p/ atender a mandado judicial Abertura: 18/03/25 9h. **PE90043/25 PA11910/24** menor preço exclusivo p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de escova de pano, pasta de polimento universal, pincel fino e outros Abertura: 18/03/25 9h. **PE90044/25 PA12380/24** menor preço c/ reserva p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de copos de água mineral Abertura: 18/03/25 9h. **PE90045/25 PA9907/24** menor preço c/ reserva p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de biscoito salgado, suco de fruta, bebida láctea diet e outros Abertura: 18/03/25 9h. **PE90046/25 PA15085/24** menor preço c/ reserva p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de canabidiol p/ atender a mandado judicial Abertura: 18/03/25 9h. **PE90047/25 PA12921/24** menor preço c/ reserva p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de material médico hospitalar p/ uso interno e distribuição Abertura: 19/03/25 9h. **PE90050/25 PA66/25** menor preço visando aquisição de ovos de chocolate Abertura: 18/03/25 9h. **Repetição de Certame: PE90048/25 PA5870/24** menor preço visando RP de xarope de iodeto de potássio Abertura: 19/03/25 9h. **PE90049/25 PA11798/24** menor preço exclusivo p/ Me/Epp/Equiparadas visando RP de coletor de urina sistema fechado Abertura: 19/03/25 9h. **Reprogramação de Certame: PE90460/24 PA11276/24** menor preço visando aquisição de veículo utilitário p/ SDAS Abertura: 18/03/25 9h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.594.978/0001-78 - NIRE 35300477570
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2025

1. Data, Hora, Local: 30 de janeiro de 2025, às 10:30h, na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Daniel Rizardi Sorrentino; e Secretária: Sra. Juana Melo Pimentel. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a adesão da Companhia em 3 (três) consórcios de energia elétrica solar, sendo **(a)** Consórcio RJ01 de Geração Energia Compartilhada IVI - Energia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Principal, S/N, CEP 28-230-000, na Cidade São Francisco de Itabapoana, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [56.001.138/0001-30 ("Consórcio Ivi Energia - RJ"); **(b)** Consórcio GO01 Geração de Energia Compartilhada IVI Energia, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 213, Zona Rural, CEP 75.615-000, na Cidade Aloândia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [56.909.251/0001-80] ("Consórcio Ivi Energia - GO"); e (c) Associação SP-13, com sede na cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Werner Von Siemens n.º 111, Prédio 22, Bloco A, Sala 70, bairro Lapa de Baixo, CEP 05.069-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.884.651/0001-95 ("Consórcio EDP Energia"), e **(ii)** Autorização para a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos necessários para a formalização das deliberações referentes ao item acima. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, foram avaliadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia. Ao final das discussões, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** Aprovar, nos termos das alíneas (q) e (x) do Artigo 16, do Estatuto Social, a adesão da Companhia em 3 (três) consórcios de energia elétrica solar, sendo eles (i) Consórcio Ivi Energia - RJ; (ii) Consórcio Ivi Energia - GO; e (iii) Consórcio EDP Energia, com o propósito de instalação de usinas de geração de energia elétrica solar visando a redução nas faturas de energia elétrica da Companhia ("Geração Distribuída"). **5.2.** Por fim, fica autorizada a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos necessários para a formalização das deliberações acima. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata.** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme foi assinada por todos os presentes. **7. Lista de Presenças.** O Presidente e a Secretária da Mesa certificam que os seguintes Conselheiros estiveram presentes na reunião: Daniel Rizardi Sorrentino, Claudia Elisa de Pinho Soares, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Edgard Gomes Corona, Felipe Rodrigues Affonso, Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz, Ricardo Lerner Castro, Thiago Lima Borges e Wolfgang Stephan Schwerdtle. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original, transcrita em livro próprio. São Paulo, 30 de janeiro de 2025. Mesa: **Daniel Rizardi Sorrentino** - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Juana Melo Pimentel** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 59.631/25-9 em 25/02/2025. Alozio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Cooperativa Mista de Trabalho dos Motoristas Autônomos de Táxis Especial de São Paulo - Rádio Táxi. CNPJ/MF 46.553.947/0001-20 - NIRE 35400010061. Convocação de Assembleia Geral Ordinária: Nos termos do Estatuto Social c.c. artigo 44 da Lei nº 5.764/71, o Conselho de Administração, através de seu Presidente, que abaixo assina, convoca os associados, para comparecerem **no dia 29 de março de 2025**, por motivos de espaço físico e melhor acomodação, na Rua Estado de Israel, nº 833, Vila Clementino, CEP 04022-002, nesta Capital/SP, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária,** que será realizada, em primeira convocação, às 08 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em condições de votarem, ou na falta de quórum em segunda convocação, uma hora depois, às 09 horas, com a presença de 1/2 (metade) mais um do número de associados em condições de votar, ou se ainda persistir a ausência de quórum em terceira e última convocação uma hora depois, às 10 horas, desde que com a presença de pelo menos 10 (dez) associados em condições de votarem, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo relatório da gestão, balanço referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, demonstrativo das sobras ou das perdas apuradas, bem como plano de atividades da Cooperativa. 2. Destinação das sobras apuradas, ou rateio das perdas constatadas, na forma do artigo 27º, letra "B" do Estatuto Social. 3. Certidão de quitação de débitos públicos (Municipal, Estadual e Federal), Alvará de funcionamento dos Departamentos de atividades relacionadas à Cooperativa. 4. Fixação do valor dos honorários, gratificações e do valor da "Cédula de Presença" para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Conselho de Disciplina. 5. Eleição dos componentes do Conselho Fiscal, para o período de 29/03/2025 até a AGO, a ser realizada até 31/03/2026 (a saber: três titulares e três suplentes). 6. Eleição dos componentes do Conselho Disciplinar, para o período de 29/03/2025 até a AGO, a ser realizada até 31/03/2026 (a saber: três titulares e três suplentes). Não poderão participar da Assembleia os associados que se enquadrarem em quaisquer das situações dispostas no **artigo 15, parágrafo 2º, do Estatuto Social, especialmente as enumeradas no artigo 5º, parágrafo 2º do mesmo Estatuto.** Normas do Processo Eleitoral: a) - Os cooperados que desejarem se candidatar às eleições aos cargos de Fiscal e Disciplina deverão se inscrever individualmente, indicando expressamente o cargo ao qual concorrem, dentre os mencionados acima, devendo as inscrições do Conselho Fiscal ser acompanhadas de todos os documentos exigidos **pelas normas legais, estatutárias em seu artigo 4º, parágrafo 1º.** Para o Conselho de Disciplina a inscrição será acompanhada da cópia autenticada do RG e CPF, para as candidaturas estão dispensados o exame médico e psicotécnico. A Cooperativa suportará os custos das referidas documentações exigidas no Artigo 4º do Estatuto Social, para os 03 (três) titulares e os respectivos suplentes efetivamente eleitos (Para Conselho Fiscal), nos termos do artigo 31, parágrafo 2º do Estatuto Social. b) - Não poderão compor os Conselhos Fiscal e Disciplinar, parentes entre si, até o segundo grau, em linha reta ou colateral. c) - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei e pelo Estatuto Social, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade. Os cooperados que desejarem se candidatar deverão fazê-lo desde que atendam aos requisitos do presente edital e do Estatuto Social da Cooperativa, **a partir desta data até as 18 horas do dia 25 de março de 2025, na Secretaria da Cooperativa, localizada na Avenida Paulista nº 726, 17º andar, Bela Vista, São Paulo, nesta Capital.** No ato da inscrição, o interessado deverá preencher formulário que será fornecido pela Secretaria. Para efeito de quórum para instalação da Assembleia Geral, o número de associados na presente data é de 623 (seiscentos e vinte e três). São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. **Flávio Paulino da Silva - Presidente.**

saúde

Adolescentes recorrem à tadalafila, medicamento para impotência, na hora do sexo

Fármaco ganha fama entre jovens saudáveis, que fazem a compra sem receita; uso pode causar quedas de pressão, dor de cabeça e tontura

FOLHATEEN

Tiago Pechini

SÃO PAULO "Sabe qual é o segredo pra aguentar a noite todinha?/ Tadalafila, tadalafila/ Só assim pra apagar o fogaréu dessa novinha." Já ouviu essa letra cantada pelo grupo Barões da Pisadinha?

E esta aqui, de Gabriel Gava: "Tadala é vida, tadala é massa/ Pra corrente não cair na segunda pedalada"? Isso sem falar em "Tadala", hit recente de Tierry que fala de um sujeito que foi à farmácia comprar tadalafila e ficou triste ao ver a ex comprando pílula do dia seguinte.

Pois é, a tal da tadalafila está em tudo o que é música. E caiu no gosto dos adolescentes, que têm falado sobre ela nas redes sociais. Mas do que se trata?

A tadalafila é um medicamento contra a impotência sexual. Por muito tempo, teve como público-alvo homens mais velhos com dificuldades urinárias ou disfunção erétil. Era um daqueles remédios que ficavam guardados na gaveta do banheiro, longe dos holofotes e das rodas de conversa. Agora, tem jovem guardando no bolso.

Só no primeiro semestre de 2024, 31,1 milhões de caixas com a medicação foram vendidas no Brasil, segundo levantamento feito pela Anvisa a pedido da BBC News Brasil. "Eu e meu namorado encontramos uma caixinha na rua, e ele me contou tudo a respeito. Ele entende sobre o assunto. Mesmo sem nunca ter usado", diz Thais, estudante de 19 anos.

O comentário dela resume bem a onda entre os adolescentes. O remédio virou tendência, uma daquelas modas que pegam porque alguém disse que pode ser útil. A substância, que tem ação vasodilatadora e facilita a ereção, espalhou-se em grupos de amigos, academias e redes sociais, onde é vendida como solução para o desempenho perfeito no sexo.

O urologista João Brunhara explica que a popularização do remédio acontece por dois motivos principais. Há um crescimento real de problemas de ereção entre jovens, causado pelo estresse do cotidiano, aumento nos níveis de ansiedade e até consumo excessivo de pornografia.

Em segundo lugar, porque o uso recreativo da tadalafila oferece recompensas atrativas, como ereções mais duradouras e a chance de manter relações sexuais sucessivas com menos tempo entre uma e outra. "O cara sente que terá uma resposta garantida. Isso gera confiança. Ele acha que, com a tadalafila, o desempenho vai ser impecável", diz Brunhara.

Pela busca do sexo sem falhas, tomar um tadala virou hábito. "Isso gera dependência psicológica, o corpo continua funcionando normalmente, mas a cabeça não acompanha", diz o urologista. O uso pode levar a quedas bruscas de pressão em casos mais graves. Os sintomas mais comuns são dor de cabeça e tontura.

Leonardo tinha 17 anos quando tomou tadalafila pela primeira vez. Disse que foi muito fácil de encontrar. "Melhor isso do que passar por aquela humilhação na hora", diz. Meses depois, o ritual virou hábito. O estudante sentia que, sem o remédio, algo daria errado. Ao tentar transar sem ele, a insegurança atrapalhou. A tadalafila, que deveria ser recurso ocasional, tornou-se gatilho de ansiedade. "Pensei em procurar psicóloga, mas o remédio era solução mais rápida."

"O jovem que nunca teve problema fisiológico passa a acreditar que só funciona com o remédio. E, quando tenta sem, a insegurança pode levar ao que ele queria evitar", diz o urologista.

Dois detalhes são curiosos, pois o medicamento exige receituário médico na comercialização, mas é adquirido facilmente pelos jovens —cada caixa custa em média R$ 23—, e o consumo do fármaco não é tratado com vergonha —há orgulho entre os que tomam o remédio sem precisar. Bateu cansaço? Vai de tadala. Quer impressionar? Joga um e pronto. Nas redes, o discurso é quase um ritual de masculinidade. Como se admitir que precisa de remédio fosse jeito de afirmar virilidade, e não o contrário.

Nas músicas, a insegurança aparece: "O instinto falou mais alto que eu, não posso falhar", canta Tierry na letra de "Tadala".

A possibilidade de o aumento do uso estar relacionado ao consumo de outras drogas entre os mais jovens é descartada pelo infectologista Pedro Campana, fundador do NuMA, Núcleo de Medicina Afetiva em São Paulo. Ele nota aumento do "chemsex", isto é, da prática do sexo com drogas, mas crê que essa tendência esteja ligada a um perfil mais velho. "Não é droga de jovem, muitas vezes elas são caras e precisa ter poder aquisitivo para usar."



Jovens fazem do uso da tadalafila uma rotina e dizem que, sem ele, há insegurança no sexo Victor Velter/Adobe Stock

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br



Arquivo pessoal

JOSELI MARIA SIQUEIRA DE CARVALHO (1942 - 2025)

Era amante dos bichos e artista por natureza

Nasceu, encantou-se pela pintura e passou toda a vida em Piracicaba (SP)

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO Joseli Maria Siqueira de Carvalho nasceu na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, em 20 de julho de 1942, em uma família tradicional. Veio ao mundo com alma de artista.

Filha de José e Lidia Pinto de Siqueira, teve uma infância segura e juventude tranquila na cidade que amava. Revelado logo cedo, o gosto pela pintura se materializou em uma artista versátil, inquieta e criativa.

"A minha mãe tem muita pintura em tela, em quadro, em tecido. Ela fazia porcelana, cerâmica. Era uma artista que sempre criou e não parou de criar até os últimos dias da sua vida. Ela fazia anel, artesanato. Era uma pessoa absurdamente criativa. Tanto que a casa da minha mãe é lotada de memória dela, de pratos pintados por ela. Muito artista mesmo", explica a filha Márcia Siqueira de Carvalho Freire.

Nessa cidade do interior também conheceu seu marido, o engenheiro agrônomo e professor da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), da USP (Universidade de São Paulo), Roberto Thomaz Losito de Carvalho, com quem teve três filhos.

"Ela era muito conhecida, tinha muitos amigos e é lembrada por todo mundo em Piracicaba pela arte dela. É uma pessoa muito querida. As pessoas falam dela com muito carinho", afirma a filha.

Não era só a arte que inundava os dias e o coração de Joseli. A paixão por animais foi uma de suas características mais marcantes. Atualmente, tinha duas cachorras, uma gata, oito tartarugas, além de peixes.

Era uma mulher extrovertida, simpática, que gostava de gente e de socializar. "Ela gostava de conversar, de trazer as pessoas para perto. Era muito forte. Enfrentou um câncer e uma cirurgia na coluna. Tinha 17 pinos na coluna. Tinha muita dor, era algo que incomodava demais. A gente não entendia como ela estava de pé, mas lidava muito bem com a dor", afirma Márcia. Forte, mesmo com todas as dificuldades, Joseli frequentou as aulas de porcelana até dezembro de 2024.

Joseli morreu em 5 de fevereiro, aos 82 anos, em razão de uma insuficiência respiratória. Deixou os filhos Márcia Siqueira de Carvalho Freire, Marcelo Losito Siqueira de Carvalho e Mônica Siqueira de Carvalho, além de seis netos e uma bisneta que mora fora do país e que ela conseguiu conhecer poucos dias antes de morrer.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito folha.com/mortes. Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).

ambiente

Técnicos do Ibama indicam negar licença a Petrobras

Apesar do parecer, decisão cabe ao presidente do órgão, Rodrigo Agostinho; instituto não comenta o assunto

André Borges e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Técnicos do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concluíram o parecer que avalia o pedido da Petrobras para pesquisar a exploração de petróleo na Bacia Foz do Amazonas e decidiram recomendar a sua rejeição. A manifestação foi finalizada nesta quarta-feira (26), mas ainda é mantida em sigilo.

Na prática, o parecer técnico não tem poder de barrar o licenciamento do chamado bloco 59 da bacia. É uma recomendação. A decisão final fica a cargo do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. A informação foi publicada inicialmente pelo jornal O Globo e confirmada pela **Folha** junto a pessoas envolvidas com o processo de licenciamento.

A reportagem pediu um posicionamento ao Ibama e a seu presidente, mas não houve resposta.

A Petrobras vem buscando formas de atender às exigências do Ibama sobre instalações de resgate de fauna que estavam previstas para serem instaladas em Oiapoque (AP). Estava previsto para esta semana um teste pré-operacional para resgate de fauna marinha, em situações de emergência.

O entendimento da área técnica, porém, é o de que as informações e medidas adicionais prestadas pela Petrobras não foram capazes de afastar riscos e fragilidades apontados anteriormente.

Nesta quinta (27), a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a empresa não teve acesso a nenhum novo parecer sobre o pedido de licenciamento. Ressaltou ainda que "tem um caminho longo" dentro do órgão para decisões finais sobre pareceres técnicos. E reiterou entender que a Petrobras já cumpriu todas as recomendações para a licença de perfuração. "Estamos confiantes de que estamos atendendo a todos os manuais do Ibama."

Magda disse que a empresa espera concluir em março o centro de reabilitação de animais em Oiapoque, o que entende ser a última obrigação para ter a licença.

De acordo com informações obtidas pela **Folha**, além de discordarem do que foi entregue pela Petrobras, os analistas do Ibama criticaram o posicionamento da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre impactos a indígenas que vivem na região.

Segundo o parecer, a AGU tratou do tema apenas de forma jurídica, e não técnica, dentro do que prevê o licenciamento ambiental em relação a esses povos.

Como ocorreu no fim de 2024, o novo parecer é assinado por dezenas de analistas, o que garante unidade e blinda os técnicos de eventuais perseguições.

Nos últimos meses, o licenciamento foi alvo de extrema pressão por parte do governo. O presidente Lula (PT) fez críticas abertas ao órgão ambiental, acusando-o de dificultar o licenciamento que busca estudar a viabilidade técnica e econômica da exploração, antes de iniciar a produção de petróleo. "Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é para a gente ficar nesse lenga-lenga. O Ibama é um órgão do governo, parecendo que é um órgão contra o governo", disse Lula, em entrevista à rádio Diário FM, de Macapá.

Em outubro de 2024, a **Folha** revelou que os técnicos do Ibama recomendaram o indeferimento da licença ambiental e o arquivamento do processo. O documento com a negativa foi assinado por 26 técnicos do órgão.

Embora o parecer fosse claro ao sustentar que a nova versão dos estudos não mudava em nada a recomendação anterior feita pela área técnica em 2023, quando "sugeriu o indeferimento da licença ambiental e o arquivamento" do pedido, Rodrigo Agostinho manteve o processo ativo e deu nova oportunidade para a Petrobras prestar mais informações.

Na ocasião, Agostinho diz ter avaliado "os avanços apresentados pela Petrobras" sobre o Plano de Proteção e Atendimento à Fauna permitiam "o prosseguimento das discussões entre o empreendedor e Ibama, para ciência e apresentação dos esclarecimentos necessários".

Estatal calcula em R$ 150 mi o centro de emergência

Na semana passada, a diretora de Assuntos Corporativos da Petrobras, Clarice Copetti, esteve no Amapá para vistoriar obras do centro de emergência para resgate de animais, parte do projeto para poder realizar a pesquisa de exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

De acordo com a empresa, essa etapa custará cerca de R$ 150 milhões, incluindo as despesas de operação, e envolve criar uma base de emergência em Oiapoque (AP) —antes a Petrobras queria manter a base de resgate de animais em Belém (PA), a 830 km do local de perfuração.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, voltou a afirmar que a estrutura planejada pela empresa para a perfuração do poço na costa do Amapá é inédita na indústria mundial do petróleo em termos de segurança.

Na foz do Amazonas, o arquipélago do Bailique tem nos açaizais nativos sua fonte de renda Adriano Vizoni - dez.21/Folhapress

classificados classificados@grupofolha.com.br

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados ou ligue 11 3224-4000

EMPREGOS

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona profissional autônomo para Projeto Ministério da Saúde – Estudo sobre o Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual", prazo previsto de seis meses, à seguinte posição:

Código da vaga: Bolsista – AMTIGOS -2025
1 vaga

Formação Acadêmica: Graduação completa em Psicologia, Psiquiatra, Pediatria, Fonoaudiologia ou Nutrição. Curso de Atualização em Sexualidade, Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Conhec. no atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes transgênero, saúde mental e qualidade de vida. **Atribuições:** Participar da pesquisa que fará coleta de dados através de anamnese, avaliações pediátricas, qualidade de vida e de saúde mental, aplicação de questionários e instrumentos de avaliações psicológicas.

Os candidatos interessados deverão enviar currículo e certificados de formação citados na divulgação da vaga, de 28/02/2025 a 06/03/2025, para o e-mail selecao@ffm.br, mencionando no assunto o código completo do anúncio.

NEGÓCIOS

LEILÕES

ACOMPANHANTES

AMANDA

ASSINE A FOLHA folha.com/assine

#siga a folha

FOLHA DE S.PAULO

PESTANA LEILÕES | LEILÃO ONLINE | APARTAMENTO EM SÃO PAULO/SP | Participe em pestanaleiloes.com.br | bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada por Banco Bradesco S/A. sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **18/03/25 (1º leilão) e 20/03/25 (2º leilão)**, ambas às 9h, o leilão do seguinte imóvel: **LOTE 11 - São Paulo/SP.** Bairro Vila Maria. Rua Soldado Teodoro Francisco Ribeiro, 181. Apartamento 26 (2º Andar, Torre 2) c/ 01 vaga de garagem. Edifício Lake - Condomínio Weekend. Áreas: privativa 55,0000m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,003837. Matrícula 59.330 do 17º RI local. Obs.: Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual necessidade de constituição de condomínio, correrão por conta do(a) comprador(a). O comprador providenciará a baixa da Penhora constante na Av. 12 da citada matrícula. Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 378.000,00. 2º Leilão R$ 376.756,47** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte cond. de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1000

AlmavivA

VAGAS EXCLUSIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADAS PELO INSS

Esta é a chance de fazer sua carreira em uma Multinacional Italiana!

REPRESENTANTE DE ATENDIMENTO

Necessário ter no mínimo 18 anos, ensino médio completo e conhecimentos básicos de informática, são vagas para Grande SP.

Benefícios: assistência médica e odontológica, vale-transporte, vale-alimentação, auxílio creche e seguro de vida.

Realize seu processo seletivo no link: https://www.formacaomercadologica.com.br

JUNTE-SE A NÓS!

seminários folha

Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

Acesse o site folha.com/seminariosfolha

FOLHA

Obras da COP30 geram tensão na periferia de Belém com previsão de demolição de casas

Famílias são avisadas sobre derrubadas para obras de saneamento em canais estreitos; governo local diz respeitar a lei nas desapropriações

As obras da COP30 para saneamento e drenagem em Belém



Dados cartográficos ©2025 Google

Obras financiadas com dinheiro do BNDES

O banco divide os projetos em curso em três blocos:

Bacias do Tucunduba e Murutucu

- 9,92 km de canais a serem recuperados na periferia de Belém
- Obras incluem recuperação dos canais, redes de drenagem pluvial, distribuição de água e coletora de esgoto, calçadas, ciclovias, pontes e praças
- **Pessoas beneficiadas diretamente:** 164 mil
- **Valor das obras:** R$ 739.925.250,81 (financiamento integral do BNDES)

Os canais:

1. Canais Vilela, União, Leal Martins e Timbó
2. Canal Cipriano Santos
3. Canal Gentil Bitencourt
4. Canal Carapuru
5. Canais Mártir e Murutucu

Bairro do Mangueirão

- Obras buscam redução de alagamentos e melhoria da mobilidade urbana da região
- **Pessoas beneficiadas diretamente:** 56 mil
- **Valor das obras:** R$ 127.845.509,57 (R$ 107.025.750,00 financiados pelo BNDES)

Os canais:

6. **Canais Bengui e Marambaia**

7 Parque da Almirante Tamandaré

- 1,3 km de extensão do canal
- Implantação de parque linear
- Construção de rede coletora de esgoto e serviço de tratamento de resíduos, segundo o governo do Pará
- **Valor das obras:** R$ 220.515.755,57 (R$ 162.829.229,57 financiados pelo BNDES)

Os investimentos listados pelo Governo do Pará

- **Investimento em saneamento para COP30:** R$ 1 bilhão
- Ao todo, obras de macrodrenagem ocorrem em 13 canais, de quatro bacias
- Obras contemplam drenagem pluvial, esgoto sanitário, paisagismo, quadras de esporte, praças e academia ao ar livre
- 59,5 km de rede de esgoto sanitário e mais de 10 mil unidades de ramais domiciliares nas obras dos canais
- **Pessoas beneficiadas:** 500 mil pessoas

Obras em curso:

8. **Avenida da Doca**
Parque linear, rede coletora de esgoto e tratamento de resíduos

9. **Sistema de coleta e tratamento de esgoto no complexo do Ver-o-Peso**
- Mercado tradicional de Belém
- 4,1 km de rede de esgoto

Fontes: BNDES e Governo do Pará

EXCLUÍDOS DO CLIMA

Vinicius Sassine



Trecho do canal Carapuru, recentemente reformado como parte das obras preparatórias para a COP30 Alessandro Falco - 20.fev.25/Folhapress

BELÉM Na avenida da Doca, um dos vários canais de Belém e onde o metro quadrado é um dos mais caros da cidade, a obra de saneamento e drenagem vai bem além da instalação de uma rede coletora de esgoto, de tubulação de água potável e de estrutura para drenar a água da chuva. Em paralelo ao canal, está sendo construído um parque linear, com paisagismo, muito verde e área de lazer.

A 5 km da Doca, num dos lugares mais pobres e adensados da cidade que sediará a COP30 (conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas), o cenário e as perspectivas são bem diferentes. Moradores das bordas do canal Caraparu, também em obras, foram avisados por técnicos sobre a necessidade de demolição de suas casas, de forma integral ou parcial —o que, neste caso, significaria a perda de uma sala, um quarto, um quintal.

O canal Caraparu está no bairro Guamá, na periferia de Belém, e tem trecho muito estreito, com grande número de casas muito próximas do canal, que recebe lixo e esgoto e que transborda com frequência, numa cidade conhecida pelos altos índices pluviométricos no inverno amazônico.

A obra de saneamento e macrodrenagem é feita na parte mais larga do canal, mas não consegue avançar pela parte estreita, que está na curva. Moradores das casas mais próximas foram avisados sobre a necessidade de demolição e vivem meses de angústia sobre o desfecho do empreendimento. Alguns imóveis receberam uma marcação em vermelho.

Trabalhadores da obra dizem que não há alternativa: toda casa num raio de oito metros, para um lado ou para outro, precisará sair para dar espaço ao alargamento do canal, a ruas asfaltadas e a tubulações de água e esgoto.

"Eles mediram minha casa e disseram que vão derrubar", diz Alcina Lúcia, 62, cuja casa de dois pavimentos está bem na curva do canal, que tem as águas sujas e fétidas há décadas. "Moro aqui há mais de 30 anos. O que disseram é que vão indenizar e nos levar para um condomínio. Mas não deram nem preço nem prazo."

O caso de Alcina é o mesmo de seus vizinhos, que fazem relatos semelhantes. A mesma realidade de aviso sobre demolição de casas foi constatada pela Folha em outros dois bairros onde há obras de saneamento e macrodrenagem para a COP30.

O Governo do Pará afirmou, em nota, que desapropriações parciais e totais podem ocorrer, dependendo da necessidade. Para isso, será respeitada a lei de desapropriações, disse a gestão de Helder Barbalho (MDB). As indenizações poderão ser feitas em dinheiro ou com outro imóvel.

"Cada canal tem características próprias em relação às áreas de água e ao tamanho das vias ao redor, que são projetadas para garantir que a obra se integre bem com o bairro", disse o governo.

O governo Lula (PT), o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Governo do Pará desenvolvem obras de saneamento e drenagem em diferentes pontos de Belém, tanto em áreas nobres e centrais quanto na periferia. As gestões federal e estadual apresentam esses empreendimentos como o principal legado da COP30, que ocorrerá em novembro.

A capital do Pará tem péssimos indicadores de coleta de esgoto: 80% dos moradores não são atendidos por coleta, segundo o indicador mais recente. Isso vale para o centro e para a periferia, onde são comuns fossas e despejo do esgoto nos canais.

O desenvolvimento urbano de Belém se deu em torno de incontáveis canais e igarapés, uma característica desse espaço amazônico, com ocupações irregulares, alto adensamento populacional, moradias precárias e alto índice de favelização. Segundo os critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Belém é a capital com mais pessoas vivendo em favelas no país. Dos 1.303.403 moradores da cidade, 745.140 (57,17%) vivem em 214 áreas urbanas precarizadas, conforme levantamento de 2024.

As obras da COP30 voltadas a saneamento e drenagem tentam corrigir, ainda que sem conseguir abarcar a extensão do problema e num prazo muito curto, as distorções urbanas que marcam Belém.

Segundo o BNDES, as obras de saneamento, macrodrenagem e urbanização contemplam 520 mil pessoas em Belém, o que representa 40% da população. Conforme o banco, R$ 1 bilhão foram aprovados para financiar obras em 12 canais.

O Governo do Pará lista um décimo terceiro canal —a Doca, no bairro Umarizal, um dos mais caros da cidade e onde donos de imóveis represam vagas de aluguel para ofertá-las durante a COP30— e obras de esgoto no mercado Ver-o-Peso, ponto mais tradicional e histórico da cidade.

Para os moradores da avenida da Doca, o transtorno da obra de saneamento e drenagem se resume à piora do trânsito —com o estreitamento temporário das vias— e ao barulho de máquinas. Na propaganda dos painéis, os moradores já conseguem visualizar como ficará o parque linear.

Em bairros da periferia, os transtornos têm outra dimensão. Muitas famílias não sabem se as casas onde moram ficarão de pé. A placa que registra os dados da obra no canal Caraparu indica que o prazo para entrega do empreendimento é novembro de 2025, o mês da COP30. Na parte mais estreita do canal, na curva, não há nenhuma ação até agora.

"Disseram que isso já estava no projeto e que a gente não tem opção", diz Alcina, que mora na mesma casa com mais cinco pessoas, entre filhos e netos. Segundo ela, a obra está em parte parada desde o fim de 2024, em razão do impasse com as casas na curva estreita. "Na COP30, vão mostrar só o meio da cidade, só o centro."

O projeto Excluídos do Clima é uma parceria com a Fundação Ford.

Depois de missão histórica à Lua, Intuitive Machines quer repetir o feito

Módulo Athena deve tentar pouso na próxima quinta-feira (6); antes dele, o Blue Ghost, da Firefly, arriscará descida no domingo (2)

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Partiu na quarta-feira (26) a IM-2, segunda missão robótica privada da empresa americana Intuitive Machines à Lua. Lançada ao espaço por um foguete Falcon 9, da SpaceX, ela tem por objetivo demonstrar que a startup de Houston não teve sorte de principiante ao se tornar a primeira da história a conduzir um pouso suave lunar.

Os próximos dias também colocarão em teste a estratégia da Nasa, agência espacial americana, de apostar em parceiros comerciais para o transporte de cargas úteis até a Lua.

Até agora, foram três os lançamentos —o primeiro da Astrobotic, de Pittsburgh, fracassou no trajeto para a Lua, por um vazamento de combustível, após lançamento em 8 de janeiro de 2024. O segundo, da Intuitive Machines, viu o módulo de pouso Odysseus ir ao espaço em 15 de fevereiro e realizar a histórica alunissagem, pouco mais de sete dias depois, em 22 de fevereiro.

O terceiro lançamento de uma missão privada americana à Lua aconteceu recentemente, em 15 de janeiro deste ano, promovido pela empresa Firefly Aerospace, de Cedar Park (Texas). A espaçonave já está em órbita lunar baixa e tem enviado à Terra imagens espetaculares, com uma tentativa de pouso prevista para o próximo domingo (2 de março).

A missão IM-2, da Intuitive Machines, é a quarta da série. Após deixar a plataforma 39A do Centro Espacial Kennedy, da Nasa, às 21h17 (de Brasília) desta quarta, o módulo Athena (apelidado de Addie), já segue numa rota translunar e deve entrar em órbita do satélite natural para realizar uma tentativa de pouso na quinta-feira da semana que vem (6).

A essa altura, a taxa de sucesso das missões comerciais financiadas pela Nasa está em 50%. Ao final da semana que vem, pode ter escalado para 75% (já superando a média das missões robóticas lunares conduzidas desde o início da exploração espacial, a começar pela soviética Luna-1, em 1959, que é pouco mais de 50%), confirmando a ideia de que é possível realizar exploração lunar não tripulada com baixo custo e parcerias público-privadas.

Mas, se tudo der errado, a taxa de sucesso pode mergulhar para modestos 25%, além de tudo temperados pelo desempenho do Odysseus, o primeiro módulo da Intuitive Machines. Ele de fato pousou suavemente e operou seus instrumentos no solo lunar por seis dias, atingindo os objetivos da maior parte dos experimentos embarcados. Mas nada disfarça o fato de que a alunissagem envolveu a quebra de um dos pés do trem de pouso, seguido pelo tombamento do veículo, que seguiu operacional em posição inusitada, em ângulo de 30 graus.

O Athena é igual ao Odysseus, mas uma série de modificações de software, equipamento e procedimentos foi implementada, com base na experiência anterior, para assegurar uma viagem mais tranquila. "Estamos muito empolgados. Estamos nos sentindo confiantes", diz Justin Kugler, diretor de desenvolvimento de negócios da Intuitive Machines. "Aprendemos muitas lições na IM-1 que aplicamos no Athena, que estamos chamando de 'Addie', e a equipe está pronta."

O diretor diz que a curva de aprendizagem na primeira missão foi agressiva, dado o tempo curto de viagem da Terra à Lua adotado pela Intuitive Machines. "Não tivemos semanas e meses que trajetórias de energia mais baixa têm para fazer ajustes. Corrigimos problemas na correria."

A Nasa está pagando cerca de US$ 62 milhões para a empresa colocar duas cargas úteis científicas na superfície da Lua. O Addie deve descer numa montanha do polo sul lunar, Mons Mouton, batizada em 2023 em homenagem à matemática e "computadora humana" Melba Roy Mouton (computadores humanos são pessoas que a Nasa usava para realizar complexos cálculos necessários aos voos espaciais numa época em que computadores digitais tinham capacidade limitada).

Kugler destaca a importância de realizar o pouso na região do polo sul. "O governo chinês não fez segredos de que as ambições para seu programa não são só pela ciência. Eles vão para a Lua pois acreditam que há materiais valiosos que possam usar para incrementar a indústria sem depender de mercados ocidentais."

Daí se depreende a importância percebida pela Nasa de manter fluxo constante de missões lunares. Nesse aspecto, os chineses atuam no modelo antigo, com uma única missão estatal a cada par de anos, mas já ensaiam uma transição, após edital aberto à iniciativa privada.

Intuitive Machines tenta pousar na Lua pela 2ª vez

Como será a missão IM-2, que busca repetir feito do ano passado

Local de pouso esperado



Mons Mouton, próxima ao polo sul lunar

A montanha se estende por quase cem quilômetros e atinge cerca de 6.000 metros de altura em relação ao terreno do entorno

O plano da missão



1- Lançamento

2- Separação do veículo de lançamento

3- Comissionamento autônomo

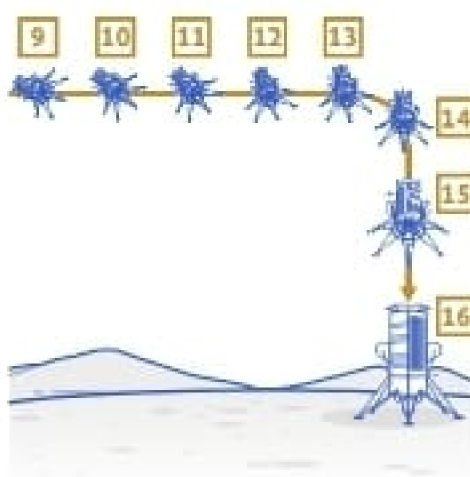
4- Comissionamento do motor

5- Manobras de correção de trajetória 1, 2 e 3

6- Manobra para inserção na órbita lunar

7- Inserção na órbita lunar

8- Órbita lunar baixa



9- Inserção na órbita de descida

10- Navegação relativa ao terreno

11- Início do pouso propulsado

12- Inclinação com o motor principal

13- Detecção e evasão de perigos

14- Descida vertical

15- Descida terminal

16- Pouso

Fontes: Nasa e Intuitive Machines

Eis que a língua dá nos dentes

Finalmente esse músculo ganha atenção de neurocientistas

Suzana Herculano-Houzel

Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

A língua é subestimada. Esse músculo, longo, forte e com uma extremidade livre, ao contrário de todos os demais do corpo, se move o tempo todo sem que a gente perceba —e com grande precisão. Falar só é possível porque a língua levanta, abaixa, rola e vibra o tanto certo e na hora certa. Todo dia, viver mais um depende de a língua sempre fazer a coisa certa: um errinho, e a gente engasga, se a comida, a água ou mesmo a saliva dentro da boca for encaminhada para a garganta na hora errada.

Tanto controle, e sem que a gente se dê conta ou precise pensar no assunto, acontece sem que seja preciso o córtex cerebral se incomodar. O colículo superior dá conta do recado de mexer a língua sozinho, segundo um estudo feito na Universidade Cornell, nos EUA, e recém-publicado na revista Nature.

A estrutura, cujo nome bonitinho indica a aparência de morrote na parte de cima da superfície do tronco cerebral, foi por algum tempo queridinha dos neurocientistas por sua facilidade de acesso e função. Muito antes de o córtex cerebral receber notícias dos sentidos e comandar alguma ação, o colículo superior intercepta cópias das mensagens e já toma medidas.

Todo tipo de movimento que reposiciona a cabeça, os olhos ou as orelhas —para aquelas espécies que podem movê-las— em resposta a algum evento no mundo é organizado pelo colículo superior de maneira direta e imediata. Se algum som súbito vem dali, é para ali que os olhos, a cabeça e as orelhas rapidamente se voltam, o que rende ao cérebro informação rica e detalhada sobre tudo o que acontecer a seguir. O colículo superior, com seus mapas do corpo e controle dos músculos que o movem, age primeiro, e o córtex é informado depois.

Quem tem cachorro ou bebê sabe: tudo quanto é novidade é lambida. Afinal a língua não só é músculo como é coberta de sensores. Gente grande faz igual —até quando explora a língua ou pele alheia

A língua, como eu disse e a gente esquece, é um desses músculos, e também ela se move rapidamente em direção de novos acontecimentos. Quem tem cachorro ou bebê em casa sabe: tudo quanto é novidade é imediatamente lambida. Faz sentido, porque afinal a língua não só é um músculo como ainda é coberta de sensores. Gente grande faz a mesma coisa, apenas mais discretamente, cutucando com a língua aquele restinho grudado nos dentes —isso quando não está explorando a língua ou pele alheia.

Mover a língua de encontro ao que ela explora é fundamental para tudo o que ela faz, assim como mover os olhos ou a cabeça toda.

O novo estudo, feito com camundongos, mostra que o colículo superior dos bichinhos é necessário e suficiente para que a língua seja reposicionada quando o canudo do bebedor que eles lambem se move inesperadamente para um lado. Enquanto é o centro da língua que toca o canudo, as lambidas seguintes ocorrem exatamente no mesmo lugar, à impressionante taxa de oito por segundo; mas, se o canudo "escapa" (por safadeza dos cientistas) e toca a lateral da língua, o colículo superior recalibra a próxima lambida naquela direção em menos de um décimo de segundo. E pronto: o comportamento volta a acontecer no centro da língua e no centro do corpo.

Ao longo dos anos, o córtex cerebral, necessário à percepção consciente, roubou a atenção que o colículo cerebral recebia dos neurocientistas. Mas é graças ao colículo que a gente faz muita coisa sem precisar ter ciência do que está fazendo —mesmo que ele dê com a língua nos dentes, de um jeito ou de outro.

DOM. Reinaldo José Lopes SEG. Marcelo Leite, Mensageiro Sideral TER. Álvaro Machado Dias QUA. Marcelo Viana SEX. Suzana Herculano-Houzel SÁB. Marcia Castro

Kaká e Neymar trazem ao Brasil 'circo' que irritou LaLiga e disputa atenção dos jovens

Kings League, competição de futebol de sete e de entretenimento, terá primeira edição brasileira com Luva de Pedreiro e Gaules

Luciano Trindade

SÃO PAULO Um jogo de futebol com gols contados em dobro, substituições infinitas e cartas com poderes especiais, como em um "game show". Equipes lideradas por craques do passado e do presente, "streamers" ou artistas. Duelos de 40 minutos, sem a possibilidade de empates, com uma inusitada disputa por pênaltis, que não são exatamente pênaltis.

"É futebol, mas não é futebol", descreveu Gerard Piqué sobre o conceito da Kings League.

Fundada pelo ex-zagueiro de histórica carreira no Barcelona e campeão mundial com a Espanha em 2010, a competição de futebol de sete, com elementos de outros esportes e regras semelhantes às de um programa de televisão, terá sua primeira edição realizada no Brasil a partir de março.

O torneio desembarca no país como parte de seu projeto de expansão global depois de surgir na Espanha, em 2023, ser replicado na Itália, estabelecer uma edição reunindo equipes das Américas e realizar sua própria Copa do Mundo, vencida pelo Brasil.

Aqui, o principal entusiasta é o ex-jogador Kaká. Escolhido para ser o presidente da Kings League Brazil, ele ajudou a reunir nomes como Neymar, o streamer Gaules, Luva de Pedreiro e Ludmilla, escalação alinhada com a proposta de unir esporte e entretenimento.

Os famosos presidem 4 das 10 equipes da primeira edição brasileira. Mas a atuação deles não deve se limitar a fora da quadra. Como presidentes, eles podem ser acionados para cobrar pênaltis.

"A Kings League representa uma nova forma de consumir o futebol, e estou ansioso para acolher novos fãs em nossa comunidade", afirmou Kaká.

Na última segunda-feira (24), a liga realizou um "draft" em São Paulo. As equipes receberam uma ordem de escolha e selecionaram jogadores de um banco de talentos. Inspirado na NBA e na NFL —as ligas de basquete e futebol americano dos Estados Unidos, respectivamente—, o modelo foi pensado para equilibrar os times.

"É um entretenimento diferente, um futebol diferente. A Kings League traz uma certa brincadeira, mas, ao mesmo tempo, traz uma coisa séria. Todos vieram para ganhar", disse Neymar.

Ainda não estão definidas as datas nem os locais dos jogos. O próprio regulamento está sendo finalizado, mas deve seguir os parâmetros da versão espanhola.

No original, o duelo começa sem um pontapé inicial. A bola é colocada no meio, e os times correm em direção a ela para ter a posse. As substituições são ilimitadas. O cartão amarelo significa que o jogador precisa sair de quadra por dois minutos, e o cartão vermelho é a expulsão, mas com possibilidade de substituição.

Os pênaltis são cobrados com bola rolando. Há, ainda, cartas com vantagens especiais, como bater um pênalti instantâneo, roubar uma carta do rival, remover um jogador adversário por dois minutos e contar em dobro qualquer gol marcado no minuto seguinte. A carta curinga dá direito ao treinador de optar por uma dessas vantagens.

"É um circo", definiu Javier Tebas, presidente de LaLiga, entidade que organiza o Campeonato Espanhol. A imprensa local tratou a ironia do dirigente como sinal de preocupação, ao menos em relação ao público jovem, o mais atraído pela nova modalidade.

Para Thiago Freitas, COO da Roc Nation Sports no Brasil, empresa de entretenimento que agencia atletas como Vinicius Junior e Endrick, o próprio futebol tem afastado gerações mais novas. "Os jovens que deixaram de acompanhar futebol na última década o fizeram por questões de segurança, desconforto nos estádios, precificação dos eventos, horários das transmissões e concorrência com serviços de streaming, de áudio e vídeo", disse Freitas.

"O público jovem está inteiramente conectado a valores que a Kings League tem exercido muito bem, como as interações e as transmissões digitais, por exemplo", disse Jorge Duarte, gerente de marketing e esportes da Somos Young, empresa que atende a sócios-torcedores de clubes como Cruzeiro e Vasco.

No Brasil, os duelos serão transmitidos nos canais do YouTube e da Twitch dos clubes envolvidos.



Botafogo perde título da Recopa para o Racing e vê crise aumentar

Alvinegros lamentam gol marcado por Zaracho (ao fundo) no estádio Nilton Santos, na derrota por 2 a 0; com dois vices e queda no Campeonato Carioca, botafoguenses somam decepções no início de 2025 Pablo Porciúncula/AFP

O MUNDO É UMA BOLA

Pênalti, esse desagregador

Facilidade em fazer o gol é tamanha que gera briga entre jogadores do próprio time

Luís Curro
luis.curro@grupofolha.com.br

"Pênalti é tão importante que deveria ser cobrado pelo presidente do clube."

Essa frase, pertencente ao folclore do futebol, teria sido proferida por Neném Prancha (1906-1976), famoso roupeiro, massagista e olheiro do Botafogo.

Soube-se depois que Neném jamais falou tal sentença e que, uma vez questionado, declarou: "O que eu falei é que o pênalti é tão fácil que até o presidente pode bater".

Que o diga Leila Pereira, presidente do Palmeiras.

Faz um tempinho, viralizou um vídeo em que ela, indignada com a incapacidade dos jogadores de converterem as penalidades, falou: "O gol é muito grande. Como é que pode perder pênalti? Não dá, hein?".

Então Leila bate dois pênaltis, sem força alguma. O goleiro/mascote deixa a bola entrar, e Leila comemora, pulando efusivamente: "Yes. Yes". Caricato.

Pouco mais de três anos atrás, publiquei um texto que relatava que, considerando as disputas de pênaltis no período de 2011 a 2021 de 28 grandes clubes do futebol mundial, o Palmeiras era o 27º em êxito, à frente apenas do River Plate. Depois disso, o alviverde paulistano participou de quatro decisões por pênaltis e perdeu três.

Leila tinha razão em reclamar. Ainda tem. No começo deste mês, o jovem Estêvão, revelação do time, errou um pênalti que daria a vitória contra o arquirrival Corinthians no Paulistão.

A bola fica a apenas 11 metros do gol, que mede 7,32 m de largura por 2,44 m de altura. O goleiro só pode se movimentar depois que o cobrador chutar. Por isso, muitos jogadores querem cobrar pênaltis

Palmeiras à parte, o pênalti é um personagem desagregador no futebol. Por quê? Devo concordar com Neném Prancha quando o quesito analisado é facilidade. Não há jeito mais fácil de fazer gol no futebol que de pênalti. A bola fica a apenas 11 metros do gol, que mede 7,32 m de largura por 2,44 m de altura. O goleiro só pode se movimentar para tentar a defesa depois que o cobrador chutar.

Por isso, muitos jogadores querem cobrar pênaltis. Alguns até brigam com os colegas de time, verbalmente e/ou na imposição (pegando a bola e não a soltando de jeito nenhum), para ter o direito de bater.

Não é incomum haver conflito. Neste começo de ano, alguns casos chamaram a atenção. Aqui no Brasil, em Corinthians x Velo Clube, no Campeonato Paulista, Romero não permitiu que Yuri Alberto, batedor oficial do Timão, cobrasse. O paraguaio desperdiçou. Depois do jogo, levou indireta de Yuri, que mencionou o "ego", em rede social. Conflituoso.

Na Champions League, no jogo na Itália em que o Atalanta perdeu de 3 a 1 do belga Brugge e foi eliminado, o nigeriano Lookman desperdiçou um pênalti, que não deveria ter sido cobrado por ele, na opinião do treinador. Gian Piero Gasperini afirmou que o atacante é "um dos piores cobradores de pênalti que vi na vida", em referência ao aproveitamento nos treinos. Conflituoso.

No Campeonato Italiano, a Udinese visitou o Lecce e ganhou de 1 a 0, em pênalti convertido por Lorenzo Lucca, que só pôde chutar após veemente altercação com colegas de equipe —quem geralmente bate é o capitão, Florian Thauvin. Lucca celebrou sozinho, e a situação ficou tão desconfortável que o técnico alemão Kosta Runjaic imediatamente o substituiu —aos 35 minutos do primeiro tempo. Conflituoso.

Até quando convertido, o pênalti traz discórdia. Assim, seria melhor que a incumbência fosse mesmo do(a) presidente do clube. Até porque ninguém em sã consciência criaria conflito com ele(a).

DOM. Tostão, Juca Kfouri | SEG. Juca Kfouri
TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri
SEX. No Corre/O Mundo é uma Bola | SÁB. Marina Izidro



Aquário de São Paulo apresenta filhote de urso-polar de 102 dias

Nur, filha de Aurora (foto), é a primeira da espécie a nascer na América Latina e apareceu para o público no Dia Internacional do Urso-Polar, nesta quinta (27) Nelson Almeida/AFP

MARATONAR

Beatriz Izumino
Editora-adjunta do Impresso

O que combina com o Oscar?

Indicações de filmes e uma minissérie que conversam com indicados desta temporada ao maior prêmio do cinema; a cerimônia acontece no domingo (2)

Muito para a minha surpresa, chegamos à terceira edição de uma tradição que inventei: a lista de filmes ou séries "que casam" com indicados ao Oscar da temporada atual, obras que compartilham conexões, diálogos e influências. Trago hoje quatro filmes e uma minissérie que têm pontos em comum —alguns mais óbvios, outros menos— com os concorrentes à maior premiação do cinema mundial.

A cerimônia do Oscar acontece neste domingo (2), às 21h, e terá transmissão da TV Globo, da TNT e da Max.

Conclave (2024) e A Conspiração (2000)

Conclave. Nos cinemas, 120 min.
The Contender, À La Carte, 126 min.

Em busca de um bom paralelo a "Conclave", o drama vaticano de Edward Berger —tão suculento que acabou indicado a oito Oscars apesar de não ser mais que adaptação de um daqueles livros que se compra no aeroporto—, encontrei "A Conspiração".

Escrito e dirigido por Rod Lurie, o filme retrata a briga nos corredores do Congresso americano quando o presidente Jackson Evans (Jeff Bridges) indica à vaga de sua vice —o antecessor morreu há três semanas— a senadora Lanie Hanson (Joan Allen). No comando do processo de confirmação da indicação está Shelly Runyon (Gary Oldman, seboso como sempre), cujo favorito é Jack Hathaway (William Petersen).

Há no meio disso tudo um escândalo sexual, reviravoltas de fazer arfar e gargalhar, grandiloquentes discursos sobre o significado da democracia e ótimos atores a todo vapor —Bridges e Allen foram indicados a Oscars.

Anora (2024) e As Golpistas (2019)

Anora. Nos cinemas, 139 min. Hustlers. Disponível para aluguel em Amazon, Claro Video, iTunes e YouTube, 119 min.

O primeiro paralelo que vem à mente ao assistir a "Anora" é, talvez, "Uma Linda Mulher" (1990, *Disney+*), outra história de uma profissional do sexo em um relacionamento com um homem rico.

Mas o filme em que eu mais pensei enquanto via a história de Anora (Mikey Madison) é "As Golpistas" (2019), de Lorene Scafaria, sobre uma gangue de dançarinas exóticas que drogam e roubam dinheiro dos clientes ricos de uma casa de striptease em Manhattan, após a crise de 2008.

O longa de Scafaria, estrelado por Constance Wu ("Podres de Ricos") e uma fantástica Jennifer Lopez, cuida melhor das dançarinas que retrata: a câmera sempre as enxerga como corpos inteiros e não apenas suas partes mais provocantes, e a história trata delas como pessoas completas, e não circunstâncias.

Os dois filmes veem crimes com uma certa naturalidade permissiva, mas as golpistas de Scafaria estão no controle de sua situação, enquanto Anora é vitimizada. A seu favor, o filme de Sean Baker tem Madison, um talento explosivo que surpreende até quem, como eu, era fã de sua série "Better Things" (2016-2022, *Disney+*).

Ainda Estou Aqui (2024) e Jackie (2016)

Ainda Estou Aqui. Nos cinemas, 138 min. Jackie. Disponível para aluguel em Amazon, Claro Video, iTunes e YouTube, 100 min.

O repórter Daniel D'Addario, da revista Variety, ao comentar o que esperava de "Ainda Estou Aqui" só de ler a sinopse disse: "Já sei, é 'Erin Brockovich'". Uma comparação meio torta, já que a heroína de Julia Roberts no filme de Steven Soderbergh (2000, *aluguel*) não tem a mesma conexão com o caso investigado que Eunice Paiva (Fernanda Torres), protagonista do filme de Walter Salles.

Mais apropriada seria uma comparação com "Jackie" (2016), de Pablo Larraín, que traz Natalie Portman (indicada ao Oscar) como Jacqueline Kennedy nos dias que se seguem ao assassinato de seu marido, o presidente dos EUA John F. Kennedy, em 1963.

Tanto Jackie quanto Eunice são mulheres colocadas em situações dificílimas, tentando manter a compostura diante de olhares alheios (do povo americano, no caso de Jackie, do Estado militar brasileiro, no caso de Eunice), proteger seus filhos, viver seus lutos e seguir suas vidas. Ambos os filmes são elevados por atuações impecáveis de suas estrelas.

O Reformatório Nickel (2024) e The Underground Railroad: Os Caminhos para a Liberdade (2021)

Nickel Boys. Prime Video, 140 min. The Underground Railroad, Prime Video, dez episódios.

Ainda não pude ver "O Reformatório Nickel", que chegou nesta quinta-feira (27) ao Prime Video. Por isso, recorro aqui a uma conexão um tanto óbvia, mas não menos relevante.

Tanto "O Reformatório Nickel" quanto "The Underground Railroad" são adaptações de obras vencedoras do Pulitzer escritas por Colson Whitehead. A primeira acompanha Elwood (Ethan Herisse), um promissor estudante negro que acaba preso e sentenciado a um reformatório para menores de idade na Flórida, onde é alvo de violência e racismo. O diretor RaMell Ross conta a história em primeira pessoa, com a câmera representando o ponto de vista de Elwood.

Já "Underground..." é uma minissérie escrita e dirigida por Barry Jenkins ("Moonlight") que retrata a jornada de Cora (Thuso Mbedu), uma jovem escravizada no Sul americano que foge usando uma ferrovia subterrânea mantida por aliados da causa negra e ex-escravizados.

Jenkins não usa a primeira pessoa, mas sua câmera representa o olhar negro sobre o qual ele diz nunca ser questionado.



Acesse o QR Code para se inscrever



O que está chegando

As novidades nas principais plataformas de streaming

A Vilã das Nove (2024)
Disney+, 104 min.
Roberta (Karine Teles) descobre que decisões do seu passado agora inspiram uma novela das nove em que ela é a vilã.

Carvão (2022)
Mubi. Estreia nesta sexta (28), 107 min.
Primeiro longa da diretora brasileira Carolina Markowicz, conta a história de uma família que, precisando de dinheiro, aceita abrigar em sua casa um traficante argentino.

Eufrázio

ilustrada

FOLHA DE S.PAULO ★★★

SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2025 B1



Joia bruta

Morre Gene Hackman, ator vencedor do Oscar que encarnou homens durões e complexos em clássicos americanos como 'Operação França' e 'Os Imperdoáveis', além de ter marcado gerações como o vilão Lex Luthor em 'Superman' Leia na pág. B12

Retrato do ator Gene Hackman
Etienne George/ Collection Christophel via AFP

Eufrázio

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LULA NA LUA

Uma característica de Lula (PT) começa a preocupar ministros, auxiliares e aliados que são seus interlocutores frequentes: o excesso de otimismo que, na atual conjuntura, segundo eles, beira a alienação.

LUA 2 A percepção desses apoiadores é a de que Lula ainda não percebeu a verdadeira dimensão dos problemas que seu governo está enfrentando. Nem mesmo a queda acentuada de sua aprovação, que ocorre inclusive em estados do Nordeste, onde o PT sempre colheu uma avalanche de votos, despertaria nele a preocupação necessária.

LUA 3 O presidente estaria plenamente convencido de que seu governo é excelente, e que o único problema que tem é o de comunicar-se mal. Até mesmo essa pedra já seria obstáculo superado depois que ele nomeou o publicitário Sidônio Palmeira para comandar a Secom (Secretaria de Comunicação).

LUA 4 A coluna conversou com três interlocutores do petista. Um deles afirma que "o presidente está animado, achando que as coisas estão bem porque o governo teria muita entrega para fazer". "Ele está com a cabeça nas nuvens, vivendo em um mundo que é só dele", e também da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja.

LUA 5 Um segundo aliado afirmou que o presidente está "super, mega, hiperotimista". Afirma que a atitude de Lula é "até contagiante". Mas preocupa porque com isso ele não está atento às correções de rumo que precisaria fazer. A reforma ministerial, por exemplo, será pontual, sem grandes alterações no ministério. "O presidente acredita que está tudo perfeito", segue o apoiador. "Ele está com dificuldade de medir a temperatura da rua."

FALTA SENSO Na opinião do terceiro aliado, o "excesso de autoconfiança" parece ser também uma autoproteção e um autoengano. "Falta senso de realidade", segue o interlocutor. "Ele é otimista, acredita que tudo vai dar certo, e acima de tudo acredita nele mesmo."

SEM FUNDO Um auxiliar do governo familiarizado com as pesquisas de opinião acredita que Lula não percebe que o buraco é mais embaixo, e que a questão não é apenas de comunicação.

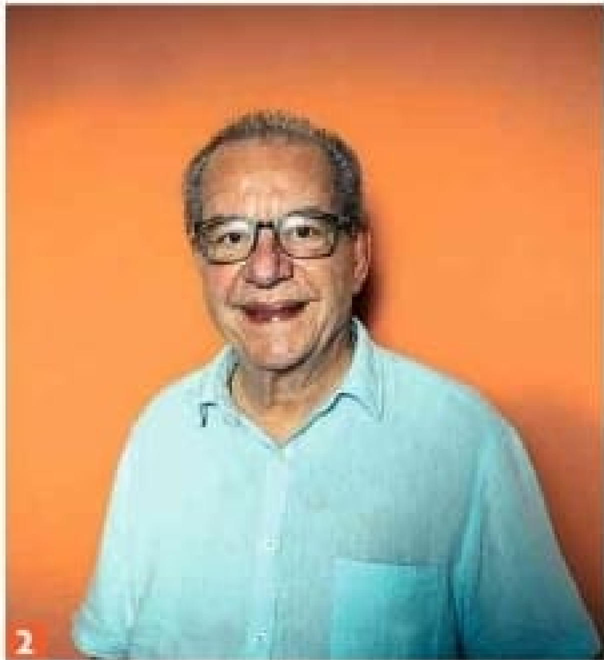
RÉGUA O mesmo auxiliar cita os números da pesquisa Genial/Quaest desta semana que mostra que a aprovação de governadores, como Ratinho Junior (PSD-PR), ultrapassa os 60%, enquanto, no mesmo cenário econômico, a do governo derrete.



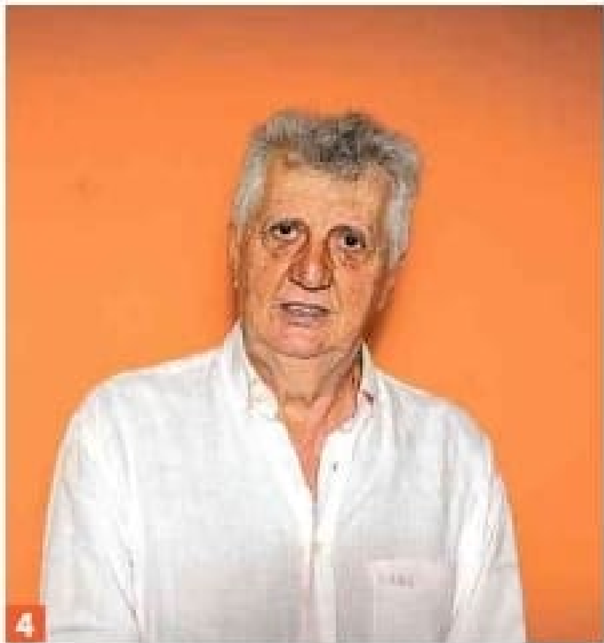
FREVO

O cantor Romero Ferro lança nesta sexta (28) o single "Carnaval do Desejo". A faixa estará no seu próximo disco, "Ouro", que deverá sair ainda neste ano. Ele se apresentará no Carnaval de cidades como São Paulo, Brasília e Olinda. No Recife, Romero subirá ao trio no Galo da Madrugada com artistas como Pabllo Vittar, Lucy Alves e Deize Tigrona Uhgo/Divulgação









DE VOLTA

O ex-ministro José Dirceu (PT) 1 marcou presença em jantar de relançamento do PTB, realizado na capital paulista, na segunda (24). O ex-senador José Aníbal 2 e o presidente do Instituto João Goulart e filho do presidente deposto por militares em 1964, João Vicente Goulart 3, compareceram. Tarcísio Tadeu 4 deverá assumir a presidência estadual da legenda em São Paulo Fotos Ronny Santos/Folhapress

MEMÓRIA O vereador de São Paulo Nabil Bonduki (PT) apresentou na quarta (26) um projeto de lei para que ruas e equipamentos públicos que hoje homenageiam torturadores e figuras ligadas à ditadura militar sejam renomeados para prestar tributo às vítimas e às pessoas que lutaram contra a repressão do período.

MEMÓRIA 2 A proposta é chamada de "Ainda Estamos Aqui" e, segundo o parlamentar, surgiu dentro do contexto do impacto gerado pelo filme "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles. O longa conta a trajetória de Eunice Paiva para esclarecer as circunstâncias da morte do marido, Rubens Paiva, em 1971. No projeto, Bonduki lista 15 pessoas que devem nomear as vias, incluindo o casal.

ESCUDO O fotógrafo Sebastião Salgado saiu em defesa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na quinta (27) em suas redes sociais. O post ocorre em meio a uma troca de farpas entre a prefeitura de Cariacica (ES) e a escola de samba Independente de Boa Vista, do Carnaval capixaba. A agremiação, que desfilou no sábado (23), teve Salgado como enredo e uma ala em homenagem ao movimento social.

NÃO GOSTEI O prefeito de Cariacica, Euclério Sampaio (MDB), publicou uma nota de repúdio ao desfile, classificando como "inadmissível" a homenagem ao MST e ameaçando cortar verbas da escola. Em vídeo nas redes sociais, Salgado afirma: "Respeito profundamente o MST. É uma das maiores organizações sociais de toda a América Latina".

BATUTA A cantora e compositora Anelis Assumpção participará de um concerto em homenagem ao seu pai, Itamar Assumpção (1949-2003). A Orquestra de Câmara da Escola de Comunicações e Arte da USP (Universidade de São Paulo) e a Orquestra Sinfônica Heliópolis tocarão juntas composições do artista sob a regência de Ricardo Bologna e Edilson Venturelli. Haverá duas apresentações. A primeira ocorrerá em 27 de junho, na USP, e a outra no dia 29, no Teatro Baccarelli.

CLIMA O conjunto de blocos As Águas Vão Rolar divulgou uma série de imagens que mostram superfícies com quase 60°C no centro de São Paulo. Na praça da República, os registros batem 58,3°C. Nos arredores do Theatro Municipal e na praça Roosevelt, as temperaturas no chão e escadas rondam os 50°C.

CLIMA 2 O movimento pede o monitoramento de condições climáticas e a distribuição de água no Carnaval. A Prefeitura de SP anunciou na semana passada que vai distribuir 2,2 milhões de copos de água nos três finais de semana de desfile dos blocos.

com Karina Matias, Laura Intrieri e Manoella Smith

Eufrázio

Curta-metragem na briga do Oscar tem direção de fotografia com nome brasileiro

Thriller 'A Lien', rodado há quatro anos, retrata família que tenta visto permanente americano e precisa encarar a truculência governamental

Thales de Menezes

SÃO PAULO Um filme rodado em 2021, sem orçamento. Foi concluído após mais de um ano de pós-produção, com os envolvidos trabalhando de graça. Essa ação de amigos, por suas inegáveis qualidades e um componente emocional poderoso, pode ganhar um Oscar. E um brasileiro tem participação importante nisso.

Andrea Gavazzi, de 34 anos, é o diretor de fotografia de "A Lien", que disputa no próximo dia 2 de março a categoria de melhor curta no Oscar deste ano. E a foto é determinante no impacto brutal que esse filme de 15 minutos sobre opressão aos imigrantes nos Estados Unidos consegue provocar.

"Se você perguntar qual o gênero desse filme, eu respondo que é um filme de terror", diz Gavazzi. Depois de um ou dois minutos, o clima que envolve a ida de um jovem casal ao departamento de imigração ganha contornos de thriller pesado. Uma narrativa angustiante, até o final.

A americana Sophia e o salvadorenho Oscar comparecem para a última entrevista de um longo processo para emissão do "green card", o visto permanente, do marido. Com eles está a filha do casal, Nina, de cinco anos. Após sete anos no país, Oscar deve sair de lá com o documento definitivo de residência, após cumprir todas as exaustivas etapas para a sua obtenção.

Mas, num momento em que Sophia está separada do marido e da filha, entregando documentos para a audiência, um grupo de agentes entra no local com ordens para prender seis homens que estão ali —entre eles, Oscar. O que se vê depois é uma pressão absurda sobre cada um deles. Oscar, sofrendo violência física. Sophia, impotente diante da burocracia e apavorada porque Nina também está prestes a ser levada.

Gavazzi utiliza com insistência enquadramentos próximos aos rostos, aumentando uma sensação claustrofóbica que incrementa mais o ambiente opressor. "A câmera fechada, na mão, é parte da estratégia que buscamos ao usar técnicas de terror."

"A Lien" é dirigido pelos irmãos David Cutler-Kreutz e Sam Cutler-Kreutz. Gavazzi trabalhou com Sam na produção de filmes de publicidade, que são, ao lado de videoclipes, a atividade mais constante do brasileiro, que está nos Estados Unidos há uma década.

Ele admite que, infelizmente, é uma boa hora para esse filme ser visto, em razão da política do governo Trump em relação aos imigrantes. "Em 2021, saindo do primeiro mandato dele, a ideia era contar uma história de um passado recente, não de um futuro que estava por vir." Ele admite que tudo na tela é quase Kafka.

"A burocracia é o monstro que tem as piores intenções possíveis. É kafkiano mesmo. Eu sou imigrante nos Estados Unidos, tenho visto e participei das entrevistas. E fui tratado assim, como número. Não como uma pessoa. É um processo não humano. É preciso fazer uma reforma, é preciso entender que existem famílias."

O filme está disponível no Vimeo, ainda que sem legendas em português. Gavazzi diz que a trajetória do filme teve momentos bem diferentes. Depois de ser exibido em festivais, ele conta que os diretores achavam que a vida do filme tinha terminado. Mas veio a chamada "longa lista" do Oscar, com os 65 filmes que estavam sendo considerados na categoria, e "A Lien" estava lá.

"Depois de uma semana veio a lista curta, com 15 filmes, e aí começamos a acreditar. Adam McKay, que ganhou o Oscar por 'A Grande Aposta', virou produtor executivo e está ajudando que o curta seja visto pelos membros da Academia. E muitas ONGs estão atrás do filme, para o utilizar em trabalho educacional."

Gavazzi, que desde garoto viveu entre Brasil e Itália, seguiu o conselho de uma produtora espanhola que falou para ele ir a Nova York. "Eu não estudei cinema, fiz economia. A minha escola foi gravar clipes. Morava no subúrbio e aprendi filmando."

Nos videoclipes, já trabalhou com gigantes como Sabrina Carpenter e Charlie XCX. Quer seguir como diretor de fotografia em publicidade, mas, de tempos em tempos, fazer filmes. Embora o barulho na mídia com a indicação ao Oscar seja recente, ele sente uma valorização do trabalho.

Sobre "A Lien", ele admite que a questão emocional, com a perseguição atual aos imigrantes, pode favorecer o filme no Oscar. "Talvez o filme também ajude a mostrar ao mundo essa questão."

A Lien

PRODUÇÃO Estados Unidos, 2023. **DIREÇÃO** David Cutler-Kreutz, Sam Cutler-Kreutz. **COM** William Martinez, Victoria Ratermanis, Koralyn Rivera. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** Não informada. **ONDE** Disponível no Vimeo



O brasileiro Andrea Gavazzi, diretor de fotografia do curta-metragem 'A Lien' Divulgação



Documentário segue casal que se agarra à arte na Guerra da Ucrânia

'Porcelain War', indicado ao Oscar, vê na criação artística uma forma de se defender e compara a situação imposta ao país à fragilidade da porcelana

Cena do documentário 'Porcelain War', de Slava Leontyev e Brendan Bellomo Divulgação

Fernanda Ezabella

LOS ANGELES As mãos calejadas que moldam delicadas criaturas de porcelana também montam e disparam rifles com a mesma habilidade e precisão em cenas do documentário "Porcelain War", um dos favoritos ao Oscar.

As mãos são do ucraniano Slava Leontyev, artista, ex-soldado e agora diretor indicado ao prêmio da Academia. Enquanto ele prepara a massa e modela as estatuetas, sua mulher Anya Stasenko faz as pinturas, intrincadas cenas inspiradas pela natureza de Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia, a 40 quilômetros da fronteira russa. Quando a guerra começou, eles resolvem ficar e resistir.

"Nesta guerra genocida, nossa cultura é o alvo principal. Querem apagar nossa identidade", disse Slava Leontyev, em entrevista, em Los Angeles. "É tão fácil prejudicar a cultura, matar artistas e destruir museus. Mas destruir ela completamente é impossível."

A dupla compara a porcelana ao estado do seu país —frágil porém resiliente, podendo durar de centenas a milhares de anos.

"Se fizermos muitas, talvez um dia, daqui a milhares de anos, alguém irá desenterrar nossa arte. Nos inspiramos muito na arte pré-colombiana das Américas."

No filme, as pinturas de Stasenko, como flores de dente-de-leão, caracóis e passarinhos, viram animações que trazem a beleza e também a destruição de Kharkiv. Elas têm formatos de animais, como coelhos e dragões, e podem ter fila de espera para compra de seis meses até um ano.

A criação foi suspensa enquanto o casal viaja para divulgar o filme. "Realmente estamos sem tempo, mas voltaremos um dia."

Como instrutor de armas nas Forças Especiais Ucranianas, Leontyev treina civis para a guerra, que completou três anos nesta semana. Ele decidiu entrar para o Exército em 2014, após a anexação da Crimeia pela Rússia e o descaso da comunidade internacional.

"Eu estava servindo o Exército, mas consegui trabalhar no filme porque toda vez que pegava na câmera algum colega pegava meu rifle", disse. "A câmera é uma arma com muito mais impacto. A verdade é nossa arma. Para meus comandantes, foi uma espécie de descompressão fazer algo cultural, algo bonito."

"Ainda que seja estranho ter esses dois papéis, veio de maneira orgânica. Às vezes, com a guerra acontecendo lá fora, se você tiver chance, você pode fechar a porta e tentar criar arte. É algo crucial em tempos sombrios."

Quando a guerra começou, Stasenko decidiu ficar ao lado de Leontyev e depois de alguns meses conseguiu voltar a pintar. "Durante os momentos mais revoltantes desta guerra, é extremamente importante apenas sorrir de vez em quando", diz Stasenko. "É por isso que estou fazendo arte."

O filme é um dos favoritos ao Oscar no próximo domingo após colecionar prêmios da indústria, como o do sindicato dos diretores e do Festival Sundance em 2024. É uma trajetória parecida com o vencedor do Oscar do ano passado, "20 Dias em Mariupol", também sobre o conflito na Ucrânia.

Leontyev não conheceu pessoalmente o diretor, o jornalista ucraniano Mstyslav Chernov, que voltou a Sundance no mês passado para estrear seu segundo filme, "2000 Meters to Andriivka", com cenas intensas de combate para recuperar a vila de Andriivka, perto de Bakhmut.

A direção de "Porcelain War" é dividida com o americano Brendan Bellomo, que instigou Leontyev a começar a rodar e que organizou o envio de câmeras para Kharkiv, além de aulas online sobre como filmar. Os dois se conheceram por causa de um projeto de animação com os desenhos de Stasenko antes de a guerra estourar.

Leontyev também conta com a ajuda do melhor amigo Andrey Stefanov, soldado e pintor de quadros a óleo, que assina a direção de fotografia e ganhou o prêmio do sindicato dos Estados Unidos. Stefanov nunca tinha pego numa câmera antes, e a primeira cena do filme é a primeira cena que ele registrou, com Leontyev e Stasenko nos campos de Kharkiv com a porcelana.

As mãos calejadas que criam criaturas de porcelana são as mesmas que montam e disparam rifles em cenas do documentário 'Porcelain War'. Elas pertencem ao ucraniano Slava Leontyev, artista, ex-soldado e agora diretor indicado ao prêmio da Academia nos EUA

Enquanto ele prepara a massa e modela as estatuetas, sua mulher Anya Stasenko faz as pinturas, que mostram cenas inspiradas pela natureza de Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia, a 40 quilômetros da fronteira com a Rússia. Quando a guerra começou, eles decidiram ficar

Stefanov está no momento em Kharkiv, mas suas filhas gêmeas, que hoje moram em Luxemburgo, estão em Los Angeles para acompanhar a semana do Oscar.

Frodo é outra figura inseparável, um cachorrinho simpático que veio divulgar o filme e estará no tapete vermelho do prêmio.

Após a premiação, o casal pretende voltar à Ucrânia para ajudar seus colegas e também a mãe de Leontyev que, aos 80 anos, é chefe do departamento de diagnóstico de um hospital da cidade.

O diretor respira fundo quando escuta o nome de Donald Trump, que tem desmantelado a política de ajuda do país à Ucrânia. Ele evita falar em política e comenta que basta ouvir a propaganda russa para entender seus objetivos reais, muito além da Ucrânia.

"Não é sobre nossa origem étnica ou língua nativa, é sobre a escolha entre democracia e totalitarismo", ele disse. "E também não é sobre a Ucrânia apenas. A fronteira entre ideias totalitárias e democráticas pode ser encontrada em qual quer lugar, em todos os países."

Eufrázio

‘Sem Chão’ chega ao Brasil rodeado de polêmicas

Documentário palestino denuncia conflito com Israel e concorre ao Oscar, mas sem distribuição nos Estados Unidos

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO "Sem chão", no título em inglês "No Other Land", foi o documentário mais premiado do ano passado, com 62 láureas, e está indicado ao Oscar da categoria na edição deste ano.

O longa sobre a expulsão de palestinos de vilarejos no sul da Cisjordânia levou dois prêmios no Festival de Berlim e está com 100% de aprovação do público no Rotten Tomatoes.

Ainda assim, nenhum dos grandes estúdios, plataformas de streaming e distribuidoras dos Estados Unidos encarou o risco de lançar o documentário. Ele foi lançado pelos próprios produtores em um punhado de cinemas ao redor do país, em que o filme teve sessões lotadas e foi ovacionado.

"Trabalho com isto há 25 anos, e nunca tinha visto um documentário indicado ao Oscar e vencedor de tantos prêmios não ser distribuído nos Estados Unidos", diz João Worcman, diretor de aquisições da Synapse Distribution, que trouxe o filme ao Brasil. Dirigido por um coletivo de diretores israelenses e palestinos, o filme retrata as operações das forças israelenses para demolir vilarejos palestinos em Masafer Yatta, no sul da Cisjordânia, onde Israel pretende construir um centro de treinamento militar.

As imagens mostram soldados israelenses chegando com escavadeiras e demolindo casas em que palestinos vivem há anos. Os soldados destroem escolas e playgrounds. Queimam e confiscam carros e diversas ferramentas dos palestinos.

Enquanto os despejados esperam a chance de reconstruir, eles vivem em cavernas, em condições insalubres. Reconstroem à noite para que os israelenses não vejam. "Não temos outra terra", afirma uma mulher à certa altura da produção, lembrando o título da obra em inglês.

O filme enquadra o palestino Basel Adra, que vive em Masafar Yatta desde que nasceu, e Yuval Abraham, um jornalista israelense, judeu, que chega àquela cidade com a cinegrafista e diretora de fotografia israelense Rachel Szor. Adra denuncia a violência nas redes sociais e promove manifestações pacíficas contra a demolição das casas. Abraham, que começa apenas como repórter, se torna um ativista ao lado de Adra, e eles resolvem fazer um filme.

Os dois protagonizam e dirigem o filme, que também tem direção do palestino Hamdan Ballal e a israelense Szor.

O longa foi finalizado antes dos ataques terroristas do Hamas em Israel, em 7 de outubro de 2023, que deixaram cerca de 1.200 mortos e 253 sequestrados. Desde então, mais de 48 mil palestinos morreram com os ataques israelenses.

O diretor Yuval Abraham foi acusado de antissemitismo depois de discursar contra 'apartheid' imposto por Israel

"As forças israelenses nos privam de nossos direitos. Eles têm um grande poder técnico e militar, mas não deveriam se esquecer de que já foram fracos, também já sofreram. E não vão triunfar. Não vão tirar os palestinos de sua terra", afirma um dos retratados no documentário.

O filme segue gerando tensões. Abraham, o diretor, foi acusado de antissemitismo por seu discurso depois da vitória no Festival de Berlim, onde condenou o "apartheid" imposto por Israel e pediu pelo cessar-fogo.

Sem Chão

PRODUÇÃO Palestina, Noruega, 2024. **DIREÇÃO** Yuval Abraham, Basel Adra, Hamdan Ballal e Rachel Szor. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** 12 anos. **ONDE** Estreia em 13 de março nos cinemas

01 MAR
BLOQUINHO DE CARNAVAL
BELINHA * MC DIVERTIDA + KYSHA & MINE

14 & 15 MAR
BRUNO & MARRONE

21 MAR
PITTY

22 & 23 MAR
ALCIONE
SHOW DE SUCESSO

28 MAR
ELIS 80
COM PEDRO MARIANO, IVAN LINS, JOÃO BOSCO E FAGNER

29 MAR & 28 JUN
PAULINHO DA VIOLA
QUANDO O SAMBA CHAMA

04 ABR
MAIARA & MARAISA
IN CONCERT

12 ABR
LUÍSA SONZA
ESCÂNDALO ÍNTIMO

17 ABR
DILSINHO
DIFERENTÃO - TURNÊ 2025

25 ABR
MANEVA
TURNÊ 20 ANOS - ORIGEM

01 MAI
THE SHOW
TOUR BRASIL 2025

04 MAI
SIMPLE MINDS
GLOBAL TOUR

11 MAI
ZÉ RAMALHO
ESPECIAL DIA DAS MÃES

16 MAI
PAULA TOLLER
TURNÊ AMOROSA

17 MAI
SAMBA 90 GRAUS
CHRIGOR + NETINHO + MARCIO ART

23 MAI
LÔ BORGES E BETO GUEDES
ESQUINA E CANÇÕES

24 MAI
CÉSAR MENOTTI & FABIANO

01 JUN
PIAF POR ANNE CARRERE
100 ANOS DE CHARLES AZNAVOUR

05 & 07 JUN
ROBERTO CARLOS
EU OFEREÇO FLORES

11 JUN
GIPSY KINGS
BY DIEGO BALIARDO

12 JUN
ZEZÉ DI CAMARGO & LUCIANO
DIA DOS NAMORADOS

14 & 15 JUN
ROUPA NOVA
TOUR 2025

18 JUN
THE MANHATTANS

11 JUL
5 A SECO
SENTIDO TURNÊ

16 AGO
O GRANDE ENCONTRO
ALCEU VALENÇA - ELBA RAMALHO - GERALDO AZEVEDO

04 & 05 OUT
ANAVITÓRIA
TURNÊ DAS ESQUINAS

11 OUT
HUMBERTO GESSINGER
ACÚSTICOS ENGENHEIROS DO HAWAII

15 NOV
CAPITAL INICIAL
ACÚSTICO 25 ANOS

Espaço Unimed
APOIO Azul
ACESSE O NOSSO SITE PELO QR CODE E GARANTA O SEU INGRESSO!

CRÍTICA SERIAL

'Dia Zero', com De Niro, tem trama que parece vir de IA

Suspense sobre ciberataque aos EUA não dá conta dos nomes e assuntos que juntou

Luciana Coelho
Secretária-assistente de Redação e colunista de séries

É sempre bom ver Robert De Niro nas telas, pequenas ou grandes, e melhor ainda quando ele aparece fora da sua zona de conforto dos últimos anos, entre o sogro ranzinza de comédias familiares e versões light dos gângsteres que marcaram sua carreira. "Dia Zero", minissérie que estreou na semana passada com alarde na Netflix, oferece essa chance.

Há também um elenco estelar —Angela Bassett, Jesse Plemons, Lizzy Caplan, Joan Allen e Connie Britton estão lá— e uma porção de temas que falam alto aos nossos tempos, como radicalização política, bilhardários da tecnologia que gostariam de tomar as rédeas do país, conspiração, ataques cibernéticos e uma complicada teia de interesses e corrupção.

Falta, porém, um roteiro capaz de amarrar tantos nomes e temas de uma forma que envolva o espectador. O que vemos em tela é um enredo paradoxalmente caótico e protocolar, que parece ter saído de um "prompt" preguiçoso para o ChatGPT ou outra inteligência artificial generativa qualquer.

A trama, assinada por Eric Newman ("Narcos") e Noah Oppenheimer, relata os dias seguintes a um ataque cibernético contra o sistema de transporte americano, que deixa mais de 3.000 mortos e a população e os políticos tateando por respostas, temerosos de que seja só o começo.

Para investigar quem estaria por trás do plano maquiavélico, a titular da Casa Branca, Evelyn Mitchell (Bassett) convoca o personagem de De Niro, George Mullen, um ex-presidente lembrado por (1) seu trânsito dos dois lados do espectro político, (2) pela desistência de disputar a reeleição e (3) por uma tragédia familiar.

Em seu percurso, ele terá de lidar com um assistente ambicioso (Plemons), a CEO de um gigante tecnológico que pensa comandar um Estado à parte (Gaby Hoffmann, em uma atuação explicitamente inspirada em Elon Musk), um youtubber anarquista que manipula milhões de seguidores (Dan Stevens) e um deputado tão poderoso quanto corrupto (Matthew Modine). Ainda há, no meio do caminho, uma filha deputada progressista incrivelmente ingênua (Caplan).

O problema é que nenhum desses personagens parece ter mais do que uma dimensão. São estereótipos rasos que, mesmo na mão de ótimos intérpretes, não conseguem oferecer nada além de uma escada para De Niro, cuja atuação sóbria e delicada consegue trazer uma fragilidade comovente a um protagonista de tintas heroicas bastante convencional.

Pior, no mundo de "Dia Zero", ninguém parece fazer nada certo. Nunca. Nem a mídia, nem os políticos, nem os empresários, nem a população. Há apenas um homem capaz de salvar o dia, e esse homem começa a duvidar de sua própria capacidade.

A série até passa de relance por discussões momentosas sobre etarismo e sobre como as melhores intenções podem ser corrompidas com desinformação a serviço de terceiros. Mas o roteiro rocambolesco está mais ocupado em criar uma espécie de boneca russa de conspirações, que se apresentam aos poucos até chegar a uma (previsível) revelação final.

Fãs de De Niro podem se arriscar com "Dia Zero", são apenas seis episódios, e em seus melhores momentos dá até para lembrar da fase boa de "24 Horas". Só não espere que a série faça jus ao elenco. Ela é, na melhor das hipóteses, satisfatória.

'DIA ZERO'
NETFLIX



SUSPENSE POLÍTICO
Uma temporada, seis episódios de 60 minutos. Criação de Eric Newman e Noah Oppenheimer; com Robert de Niro, Angela Bassett, Jesse Plemons, Lizzy Caplan, Connie Britton, Matthew Modine, Joan Allen, Dan Stevens e Gaby Hoffmann



Cena do filme 'Sugarcane', disponível no Disney+ Divulgação

Documentário que concorre ao Oscar explora passado doloroso de jovens indígenas do Canadá

'Sugarcane' revela como as escolas públicas administradas pela Igreja Católica no país promoveram uma violência brutal contra seus alunos

CINEMA
Sugarcane
★★★☆☆
Produção: Estados Unidos, Canadá, 2024. Direção: Julian Brave NoiseCat e Emily Kassie. 16 anos. Disponível no Disney+

André Barcinski

Nem toda grande história rende um grande documentário. É o caso de "Sugarcane", exibido na Disney+, um dos filmes documentais mais premiados do ano passado, mas que parece estar sendo celebrado mais pela força da incrível história que carrega do que pelos seus méritos cinematográficos.

"Sugarcane" relata os muitos anos de abuso e torturas sofridos por crianças em escolas públicas indígenas no Canadá. Em 2021, corpos foram encontrados enterrados nas áreas próximas a essas escolas e revelaram um sistemático e sangrento método de eliminação de jovens indígenas.

A grande maioria dessas escolas era administrada pela Igreja Católica. As histórias eram escabrosas e envolviam castigos corporais, agressões e abusos sexuais, estupros e até a incineração de bebês de meninas indígenas.

As escolas indígenas foram criadas pelo governo canadense no fim do século 19 com o objetivo de "resolver o problema indígena", o que significava tirar crianças indígenas do convívio dos pais e as educar segundo os preceitos europeus e princípios católicos.

A rede teve 500 escolas, durou quase um século, até 1997, e nesse período recebeu cerca de 150 mil jovens. Foi só após o fim do sistema que os relatos de abusos e violência tiveram algum impacto sobre a população canadense.

"Sugarcane" foi dirigido por Emily Kassie, uma premiada fotojornalista conhecida por coberturas de crises humanitárias entre refugiados na África e imagens chocantes da violência praticada em centros de detenção de imigrantes, e por Julian Brave NoiseCat, ativista, escritor e membro de uma nação indígena locada no noroeste do Canadá.

A história dos abusos cometidos em escolas indígenas é muito próxima à família de NoiseCat, já que o pai e avó são sobreviventes de uma das escolas onde a violência era uma das constantes.

O filme tenta abarcar muitas histórias, e talvez esse seja a sua maior dificuldade e problema.

Há tantos personagens e tantas subtramas que o espectador acaba se perdendo na narrativa, e a força dramática da história vai se diluindo conforme avança.

Kassie e NoiseCat entrevistam diversos ex-alunos das escolas indígenas, políticos e investigadores que estão há anos buscando evidências dos maus-tratos. São tantas figuras que o documentário acaba sem um nome central que ajude a ancorar a trama.

Os depoimentos são comoventes, e é impossível não se emocionar com os relatos dos barbarismos sofridos. Mas "Sugarcane", em certo ponto, lembra mais uma reportagem de TV do que um filme. Há sequências em que vários indígenas se reúnem para lembrar os tempos que passaram nas escolas, e essas cenas têm uma desagradável sensação de experiência coletiva de reality show.

Kassie e NoiseCat tentaram fazer um filme imersivo e lúdico, repleto de cenas bonitas de paisagens e rituais indígenas e decorado com uma trilha sonora atmosférica feita pela compositora indígena Mali Obomsawim.

Algumas sequências são realmente lindas, mas o principal, que é contar de forma objetiva a história das escolas indígenas e suas vítimas, de alguma forma acaba ficando em segundo plano.

Por outro lado, as cenas de arquivo e fotografias são incríveis e mostram como o governo canadense e a Igreja Católica fizeram de tudo para produzir e disseminar o estereótipo de que a população indígena seria preguiçosa e pouco inteligente, e que só a educação religiosa severa seria capaz de "salvar" os jovens indígenas.

No fim das contas, "Sugarcane" merece ser visto, mas fica aquém da força presente em sua história.

O filme concorre ao Oscar de melhor documentário na premiação que vai ao ar neste domingo.

Eufrázio

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br

Globo produz documentário sobre Cazuza para o streaming

A Globo prepara um documentário sobre a vida, a obra e o legado de Cazuza (1958-1990). O projeto será disponibilizado ainda neste ano no Gloobplay, serviço de streaming da empresa. As gravações começam nesta sexta-feira (28) no Sambódromo do Anhembi, durante a primeira noite dos desfiles das escolas de samba de São Paulo.

NA FOLIA A Conspiração Filmes, produtora do projeto, vai captar imagens do desfile da Camisa Verde e Branco, escola que homenageia o cantor em seu samba-enredo. Em 2025, sua morte completa 35 anos. A direção é de Patricia Guimarães, que tem vasta experiência em projetos e documentários dedicados ao universo da música e todas suas estrelas.

TRAIÇÃO A RedeTV! vai realizar o quadro Teste de Fidelidade durante os desfiles das escolas de samba de São Paulo, nesta sexta-feira(28) e também no sábado (1º). O comando será de seu criador, o apresentador João Kleber. O formato estava aposentado desde o ano passado e voltará com o objetivo de tentar turbinar a audiência do especial Bastidores do Carnaval.



FOCADA NA FORÇA FEMININA
Clara Moneke aparece caracterizada como Leo, protagonista de 'Dona de Mim', nova novela das sete da Globo; atriz falou sobre a trama para o site da coluna, no F5 Manoella Mello/Divulgação

RETORNO Cissa Guimarães está de volta à Globo, agora como atriz. Ela estará na quarta temporada da série "A Divisão", que estreia novos episódios em 9 de março, no Globoplay. Na produção, Cissa será a juíza Margareth, uma mulher que combate a corrupção.

TUDO CERTO A Globo e a CBF fecharam um acordo para a emissora carioca exibir com exclusividade a Supercopa feminina de futebol. Ao todo, serão até quatro jogos na Globo e todas as sete partidas no SporTV, entre as quartas de final, a semifinal e a final.

DE OLHO Jayme Monjardim busca uma jovem atriz sem trabalhos na televisão para lançar em "Romaria", novela que pretende produzir e exibir na Band.

Sesc

música

Afosé Vozes do Ôrun
Com Voz dos Tambores
1/3. Sábado, 15h.
Consolação

Banda do Seu Lalá
1 e 2/3. Sábado e domingo, 17h.
Avenida Paulista

Os Bicudos na Folia
1/3. Sábado, 12h.
Ipiranga

Douglas Germano e Batuqueiros e sua Gente
Part.: Fabiana Cozza e Francineth
1 e 2/3. Sábado, 21h. Domingo, 18h.
Pompeia

Bloco Afro è di Santo
Projeto "Macumbarias Femininas"
1/3. Sábado, 14h.
Santo Amaro

Cortejo Voador
2/3. Domingo, 11h.
São Caetano

Silvan Galvão e Carimbloco
Com Teatro Popular Solano Trindade
1/3. Sábado, 14h.
Santo André

Bloco Pagu
2/3. Domingo, 16h.
Guarulhos

Carnaval dos Quatro Cantos
Com Tatá Alves e Rodrigo Régis
2 e 4/3. Domingo e terça, 16h.
Pinheiros

Bloco Afro Ilú Obá De Min
1/3. Sábado, 15h.
Interlagos

Roberto Seresteiro
Show "E as marchinhas voltaram"
1/3. Sábado, 16h.
Santo André

Baile da Samucagem
1 e 3/3. Sábado e segunda, 16h.
Pinheiros

tecnologias e artes

Caia na Folia: Oficina de ritmos afrobaianos
Com Mamah Soares
1 a 4/3. Sábado a terça, 10h30.
Pinheiros

Colares, pulseiras e penduricalhos
Com Renato Renda
1 e 3/3. Sábado e segunda, 10h30, 11h, 13h, 13h30, 14h e 14h30.
14 Bis

Bonecão de Papelão
Com De Brinks com Rolê
1 a 4/3. Sábado a terça, 13h às 16h.
Itaquera

Maquiagem Drag King
Com Toi Pam
1 e 3/3. Sábado e segunda, 13h, 13h30, 14h e 14h30.
14 Bis

Estandartes de Carnaval
Com Natália Onnori e equipe
1 a 4/3. Sábado a terça, 13h, 14h e 15h.
Guarulhos

Acessórios de orelhas
Com Ateliê Fonfinfan
1 a 4/3. Sábado a terça, 13h e 14h.
Santo Amaro

literatura

Mulheres e seus carnavais de histórias
Contação de histórias com Coletivo Cafuzas
1/3. Sábado, 14h.
Interlagos

artes visuais

Acessórios carnavalescos botânicos
Oficina com Coletivo Laranja Azul
1 a 4/3. Sábado a terça, 11h às 16h.
Avenida Paulista

Tiaras carnavalescas de bicho
Oficina com De Brinks no Rolê
2 e 4/3. Domingo e terça, 10h e 13h.
Mogi Das Cruzes

crianças

Zabumbando os Carnavais: Oficina de confecção de instrumentos
Com Afonsinho Merino e Renata Gobatti da Yiá Brazil
1 e 2/3. Sábado e domingo, 12h.
Consolação

Bloquinho Baitaclã Mirim
Carnavalzinho de Cultura Popular
2/3. Domingo, 11h30.
Santo Amaro

Máscaras e adereços de feltro para o Carnaval
Com Kawanny Barbosa, Alexandre Silva e Ynaia Barros
1 a 4/3. Sábado a terça, 13h e 14h.
Ipiranga

Carnaval da Pia Fraus
2 e 4/3. Domingo e terça, 13h.
Vila Mariana

Cortejo Sampalhaças
1/3. Sábado, 15h.
Itaquera

Bloquinho dos Bichos
Com a Casa do Ritmo
2/3. Domingo, 16h.
Mogi Das Cruzes

Samba de roda para crianças com Nega Duda
2 e 4/3. Domingo e terça, 16h.
Pompeia

ações para a cidadania

Máscaras de Papel de Inspiração Diablada
Oficina com LEVA (Laboratório Experimental de Vivências Artísticas)
1 a 4/3. Sábado a terça, 11h às 16h.
Avenida Paulista

Vivência de Samba – Bateria diversa
Com Fernando Neninho
2 e 4/3. Domingo e terça, 15h30.
Belenzinho

esporte e atividade física

Praça de Esportes - Atletismo
1 a 29/3. Sábados, 12h30.
Santana

Sesc no Parque
Atividades esportivas no Parque Província de Treviso
2/3. Domingo, 9h às 13h.
São Caetano

circo

Carnavalhaço - o carnaval dos palhaços
1 e 3/3. Sábado e segunda, 11h30 e 14h.
Casa Verde

teatro

O Carnaval dos Bichos
Com Evoé Cia. de Teatro
1 a 8/3. Sábados, 16h30.
São Caetano

dança

Bloco do Boi
Com Bumba Boco
1/3. Sábado, 16h.
Vila Mariana

Samba no pé
Oficina com Arthur Marques e Marcela Ramos
2/3 a 27/4. Domingos, 10h30. Exceto 13/4.
Campo Limpo

pessoas idosas

Mergulho nos Ritmos da Bahia
Com Timbaleiro Negro, Luciana Farias e Ettore Meireles, do Bloco Atabatimba
28/2. Sexta, 12h30.
Bom Retiro

Mariel
Especial de Carnaval 60+
28/2. Sexta, 17h30.
Carmo

Confira os horários de funcionamento das unidades durante o Carnaval em sescsp.org.br/feriados

Trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, com registro em carteira de trabalho, podem aproveitar benefícios exclusivos com a Credencial Sesc!

A Credencial é grátis para o titular e seus dependentes e garante acesso prioritário às atividades e serviços oferecidos pelo Sesc em todo o território nacional, além de descontos na compra de ingressos, inscrições em atividades e excursões.

Mais informações em sescsp.org.br/credencialplena

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em

SESCSP.ORG.BR

Fernanda Torres, que cresceu na Tijuca, faz agora o bairro carioca redobrar seu orgulho

Atriz, que concorre ao Oscar, brincou na rua e frequentou cinemas da região, onde tinha familiares e com que se sente ligada até hoje

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO Fernanda Torres se lembra bem do dia em que o elevado Paulo de Frontin, no Rio Comprido, na zona norte da capital fluminense, desabou. Era um sábado, 20 de novembro de 1971. Duzentos metros de cimento armado caíram sobre 20 carros, além de um ônibus e um caminhão, e 48 pessoas morreram.

Torres tinha seis anos e se arrumava para visitar os avós paternos na Tijuca, bairro vizinho ao Rio Comprido, quando soube do desastre pela televisão. Em suas memórias também está a rua Padre Elias Gorayeb, onde ficava a casa da família de seu pai, o ator e produtor Fernando Torres.

"Era um apartamento de três andares no fim da rua, do lado de um rio que marca o limite da ruazinha. A gente brincava na rua, comia no café Palheta, na lanchonete, e ia ver filmes nos cinemas da praça Saenz Peña", diz a atriz.

Do universo de artistas que estarão presentes na cerimônia do Oscar, no próximo domingo, só Torres é tijucana, algo de que ela se orgulha. "Minha família morava no Jardim Botânico. Como meus pais trabalhavam muito no fim de semana, no teatro, passei grande parte da infância ali."

O café Palheta virou uma farmácia, os cinemas da praça viraram uma igreja. A rua onde a família de Torres morou não era um estacionamento informal de carros, como hoje, nem tinha tantos espaços de fisioterapia e farmácias de manipulação.

No cenário, a Tijuca da infância de Torres, que hoje vive na zona sul, é bem diferente. Mas no jeito de ser parece a mesma —um lugar de classe média que encontra o orgulho próprio menos na paisagem e mais no estado de espírito. Um bairro de memorabilia.

Da união entre Fernando Torres e Fernanda Montenegro, uma carioca de Madureira, também na zona norte, nasceu Fernanda Torres e Cláudio Torres, que virou um diretor de cinema. As crianças passavam finais de semana na Tijuca.

"Meus primos, Aline e Chico, moravam no apartamento com minha tia Ilma, o tio Paulo, e minha tia-avó Suzel. Foi o apartamento em que o meu pai cresceu", conta Torres. "Eu era sócia do Tijuca Tênis Clube, fui a muito baile de Carnaval no clube. Fui dama de honra da vizinhança."

É dessa época que o benemérito do Tijuca Tênis Clube, Jorge Amaro da Silva Pinto, de 71 anos, diz se lembrar da presença de Torres ainda criança por ali. "Em 1975, montamos uma discoteca no clube chamada Baby Boate. Este negócio foi crescendo e por algumas vezes vi Fernanda aqui com uma prima", afirma. "Eles eram uma família tijucana raiz."

A Tijuca fica na zona norte, mas está mais perto da zona sul e do centro do que seus vizinhos do subúrbio. O bairro, longe do mar, fica aos pés do maciço da Tijuca, cadeia de montanhas coberta pela floresta. Na cultura, a Tijuca é berço de Tim Maia, Erasmo Carlos, Ivan Lins e Lucinha Lins —a relação entre os dois começou no bairro—, além do compositor Aldir Blanc. O bairro também ajudou a criar laços para os vizinhos Luiz Melodia e Gonzaguinha, do Estácio, Jorge Ben Jor, do Rio Comprido, e Roberto Carlos, que morou no Lins de Vasconcelos, mas passava temporadas na casa da tia Amélia, na Tijuca, período da vida contado na canção "Minha Tia".

Na década de 1970, formavam a classe média tijucana alguns artistas, advogados, militares e funcionários públicos sem rumo, num Rio de Janeiro pós-perda da capital federal para Brasília.

Torres se lembra do início da construção do metrô, em 1976. "O bairro virou um canteiro de obra com barulho e poeira. Perdeu a qualidade de vida que tinha", afirma. As três estações da Tijuca foram inauguradas em 1982. "Quando fecharam o buraco, minha avó já tinha ido, minha tia avó também, tio Paulo separado. Mas eu me sinto muito ligada à Tijuca."

Com população maior do que Copacabana —são 142.909 tijucanos e 128.919 moradores de Copacabana—, a Tijuca tem escolas, universidades, hipermercados e shoppings e ainda possui comércios antigos, como açougues, sapatarias e bares sem nome, em que os boêmios parecem observar o movimento frenético da rua em outro compasso.

O advogado e escritor Eduardo Goldenberg, de 56 anos, autor do livro "Tijucanismos", foi um desses boêmios. Hoje morador de Copacabana, ele vê semelhanças entre os dois lugares. "Existe uma inacreditável cultura da fofoca nos dois bairros. É de uma cafonice emocionante", diz o escritor, que era amigo próximo de Aldir Blanc, morto em 2020. Blanc, ele acrescenta, foi quem melhor soube traduzir o microcosmo Tijuca.

Continua na pág. B9


Piscinas do Tijuca Tênis Clube, do qual Fernanda Torres foi sócia nos anos 1970
Eduardo Anizelli/Folhapress



Continuação da pág. B8

Em telefonemas diários, ao longo de 25 anos de amizade, Eduardo Goldenberg e Aldir Blanc teorizavam se o tijucano médio é um ser conservador. "O tijucano é mais tradicionalista que conservador. A Tijuca tem essa coisa da família toda junto no almoço de domingo, mesmo que todos queiram se matar depois da sobremesa."

Goldenberg ainda tem a Tijuca como o cenário de um dia perfeito. "Acordar cedo, tomar café, ir à feira e beber de manhã —a cerveja passou a noite toda na geladeira, e ainda não tem nenhum chato no bar. Após voltar para casa, fazer um almoço para os amigos e terminar o domingo no Maracanã."

Antes dos bares, das escolas, dos cinemas e do Maracanã, antes mesmo da formação das favelas, a Tijuca era toda uma plantação de café. "O café chega à Tijuca pelo clima, a água abundante e a disponibilidade de terreno. É um tipo de planta que gosta de relevo alto, e a Tijuca oferecia essas condições. Nobres do império e comerciantes portugueses investem no café usando a mão de obra escravizada", conta Mário Brum, professor do departamento de história da Uerj, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Na metade do século 19, as árvores da mata atlântica que hoje compõem o maciço da Tijuca já estavam todas cortadas e tinham dado lugar aos cafezais. Um reflorestamento aconteceu a partir de 1850. "Nessa época, o centro está densamente povoado, abafado e sujeito a epidemias. Era úmido e insalubre. Tijuca e Botafogo se tornam áreas destinadas a uma elite. Famílias abastadas passam a ocupar a Tijuca em palacetes, chácaras, casas com quintal."

Fábricas ocuparam terrenos da Tijuca na primeira metade do século 20, espalhando pelo bairro vilas operárias e construções sobre os morros, que deram início às favelas. Os morros do Salgueiro, Borel e Turano, por exemplo, foram batizados com sobrenomes dos donos das terras da região.

"Herdeiros do Emílio Turano quiseram despejar os moradores nos anos 1950, e eles conseguiram permanecer. O morro passou a se chamar Morro da Liberdade durante um tempo, depois voltou a prevalecer o nome Turano. No Borel, surgiu a União dos Trabalhadores Favelados também por conta de uma resistência."

Na noite em que Fernanda Torres venceu o Globo de Ouro, por "Ainda Estou Aqui", a Tijuca fervilhava. Era 5 de janeiro, primeiro domingo deste ano, ápice do verão. A escola de samba Acadêmicos do Salgueiro fazia uma apresentação gratuita em frente a um bar na praça Niterói e o morro da Formiga estava em festa com as tradicionais folias de reis.

Na noite do domingo, a Tijuca deve fervilhar mais uma vez. Seis blocos estão programados para desfilar pela região, além do desfile da vizinha Mangueira na Marquês de Sapucaí. Os bares estarão abertos e alguns se preparam para exibir transmissão televisiva dupla, com revezamento entre as escolas de samba e a cerimônia de premiação. Duplos também serão os chopes, todos esperam, para celebrar a vitória.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU texto.art.br/fsp

FÁCIL

9				1	5	3	7	
5	3	6		7	8	2	1	
						6		5
6	5			8		4		
	7		5		9		8	
		8		6			5	3
8		4						
	9	7	8	2		5	6	4
	6	5	7	3				2

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	4	2	6	1	5	3	7	8
5	3	6	4	7	8	2	1	9
7	8	1	3	9	2	6	4	5
6	5	9	1	8	3	4	2	7
2	7	3	5	4	9	1	8	6
4	1	8	2	6	7	9	5	3
8	2	4	9	5	6	7	3	1
3	9	7	8	2	1	5	6	4
1	6	5	7	3	4	8	9	2

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Amolador **2.** Colocada, colada sobre uma base **3.** Que trata de tema heroico / Elvis Presley (1935-1977), ícone do rock **4.** Alto dignitário na hierarquia religiosa muçulmana xiita **5.** Ato de tosquiar o velo de animais **6.** A primeira carta de cada naipe / Cidade do extremo noroeste do Peru, capital da província homônima **7.** (Anat.) Ponto de confluência dos ossos frontal, parietal, temporal e esfenoide **8.** Que depende de fatos incertos **9.** Conjunto alongado de fibras nervosas / Astor Piazzolla (1921-1992), músico argentino **10.** Cidade pernambucana do agreste do estado **11.** O bandolinista carioca Rian / Gaiola para criação de galinhas **12.** Uma ratinha da Disney **13.** A cidade paranaense com o Parque Estadual de Guartelá.

VERTICAIS
1. Que tem cobertura ou proteção **2.** Os da face se inflamam na sinusite / (Pop.) Biruta, lunático **3.** (Gram.) O sinal " / (Fig.) Coragem **4.** Pronta, terminada / Transporte de passageiros usado nas cidades / Manuel Bandeira (1886-1968), poeta pernambucano **5.** Falta de preparo específico **6.** Lamaçal / (Kong) Território asiático **7.** Diretório Acadêmico / Dizer sim tacitamente / Disco voador **8.** Composição lírica dividida em estrofes iguais / (Cavalo de) Presente de grego / Olá **9.** O estilo musical de Criolo e "Racionais MC's" / Otávio Augusto, ator paulista / Interjeição usada na correção de um erro.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	■	■							
2									
3	■						■		
4								■	■
5									
6			■	■					
7		■							■
8									
9						■	■		
10								■	
11				■					■
12		■	■						
13	■							■	■

HORIZONTAIS: 1. Afiador, **2.** Assentada, **3.** Épico, EP, **4.** Aiatolá, **5.** Tosamento, **6.** Ás, Piúra, **7.** Ptério, **8.** Aleatório, **9.** Feixe, AP, **10.** Altinho, **11.** Déo, Covo, **12.** Minnie, **13.** Tibagi. **VERTICAIS: 1.** Atabafado, **2.** Seios, Lelé, **3.** Aspas, Peito, **4.** Feita, Táxi, MB, **5.** Incompetência, **6.** Atoleiro, Hong, **7.** DA, Anuir, Óvni, **8.** Ode, Troia, Oi, **9.** Rap, OA, Ops.

Servidores públicos da cultura reclamam de salários em meio ao sucesso do cinema brasileiro

Profissionais da área no topo ganham menos de R$ 10 mil, enquanto os de infraestrutura e transporte tem salário de até quase R$ 22 mil

VIDA PÚBLICA

Luany Galdeano

RIO DE JANEIRO Em meio ao recorde de investimentos via Lei Rouanet e com o cinema nacional em alta, servidores da cultura reclamam de falta de plano de carreira, salários abaixo da média dos profissionais federais e do estado de conservação de equipamentos públicos do setor, como museus e patrimônios históricos.

A categoria, que inclui profissionais de órgãos como o Ibram, o Instituto Brasileiro de Museus, e a Funarte, Fundação Nacional de Artes, têm um dos menores salários do Executivo atualmente.

Hoje, um servidor de cultura em topo de carreira recebe R$ 9.728. Já em carreiras como policial penal federal ou analista em infraestrutura do DNIT, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, por exemplo, os salários chegam a R$ 15.956 e R$ 21.886, respectivamente.

Em nota, o Ministério da Cultura afirma reconhecer os desafios enfrentados por servidores da área. A pasta diz que construiu uma proposta de plano de carreira junto aos servidores para melhorar a progressão salarial e condições de trabalho, que foi apresentada ao Ministério da Gestão.

Profissionais da cultura também reclamam de sobrecarga de trabalho devido à redução no quadro de pessoal na última década, de acordo com Ruth Vaz Costa, do departamento de educação e cultura da Condsef, a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal.

Ela diz que o cenário se agravou com a aprovação da Lei Paulo Gustavo. Quando a lei entrou em vigor, a pasta organizou uma força-tarefa para avaliar os projetos com mais rapidez, desviando servidores de suas funções originais.

"Se há uma proposta de executar algo do porte da Lei Paulo Gustavo, pressupõe-se que existe força de trabalho para dar conta daquilo, sem prejuízo às outras atividades que o Ministério da Cultura tem que desenvolver. Mas não foi o que aconteceu."

Segundo Vaz, outra preocupação dos servidores é com as condições de trabalho e o estado dos equipamentos públicos de cultura. No início de fevereiro, reportagem mostrou que o Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem ao menos 800 bens tombados à espera de reformas, após o desabamento do teto da igreja em Salvador.

"Estamos em um processo de reconstrução. Os espaços públicos estão voltando a ter profissionais e equipamentos a serem operado", diz Deryk Santana, diretor de políticas para trabalhadores da cultura. A pasta também busca recuperar o número de servidores concursados vinculados, segundo Deryk. Mas o desafio é tornar a carreira mais atraente para candidatos, tanto em termos salariais quanto em perspectivas de promoção para os profissionais.

"A carreira não é das melhores, então é menos atrativa. Temos uma força de trabalho menor do que em 2016", diz Deryk. "Precisamos de uma carreira fortalecida para evitar a queda da força."



Débora Gonzales

O bem-estar da civilização

O plano é transformar o mundo num imenso Balneário Camboriú

Renato Terra

Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu 'Uma Noite em 67' e 'Narciso em Férias'

Para Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, o cidadão só existe enquanto cliente. E não existe cliente mais profícuo do que o turista.

A nova ideologia predominante na cultura e na sociedade não é o liberalismo, o conservadorismo, o fascismo ou nacionalismo: é o turismo.

Trump acredita que a paz duradoura no Oriente Médio só será alcançada com a construção de resorts. Turistas querem relaxar em ofurôs, fazer massagens tântricas, beber martini na praia. A natureza do turista é a busca pela paz, acima de tudo.

A vertente ideológica do turismo se sustenta em três pilares de valores e características distintas.

Primeiro: as coisas só existem quando podem ser compradas. Uma árvore é medida pelo valor de sua madeira. Um pedaço de terra é medido pelo potencial de construção. A Amazon vale bem mais que a amazônia. Um dia bem vivido é um "day use".

A nova ideologia predominante na cultura e na sociedade mundial não é o liberalismo, o conservadorismo, o fascismo ou nacionalismo. É, na verdade, o turismo mesmo

Segundo: momentos só existem quando podem ser postados. A memória é um "scroll". Por isso, nada mais correto do que transformar o planeta Terra inteiro num imenso ambiente instagramável. Todo mundo terá seus cinco minutos de engajamento.

Terceiro: a democracia atrapalha os negócios. Legislações, contrapartidas, regulações precisam ser desmobilizadas. Vejam que oásis é Dubai, a maior referência da ideologia do turismo.

As mudanças climáticas, portanto, só vão existir quando começarem a gerar produtos mais lucrativos do que a queima de combustíveis fósseis, a pecuária e o desmatamento. Num futuro próximo, a venda de oxigênio pode ser uma oportunidade extraordinária para gerar empregos, enriquecer Elon Musk e multiplicar o PIB de qualquer país. O fornecimento gratuito de água só prejudica os acionistas da Perrier.

Considerar a Faixa de Gaza como a Riviera do Oriente Médio faz parte do processo de colonização que pretende substituir cidadãos por clientes. E pretende implementar os três pilares mundo afora.

O êxito completo da ideologia do turismo vai depender de atitudes corajosas. O que acontecerá àqueles que resistirem à ideia de cidadania? Ou àqueles que não terão condições financeiras para virar clientes? Provavelmente serão deportados.

E quando todos os pedaços da Terra forem ocupados por resorts? Provavelmente a deportação em massa ocorrerá em espaçonaves da Space X.

Parece não faltar coragem a Donald Trump.

DOM. Ricardo Araújo Pereira QUA. Bia Braune
QUI. Flávia Boggio SEX. Renato Terra SÁB. José Simão

#DePortasAbertas
para a comédia
20 ABR
HISTÓRIAS DO PORCHAT
27 ABR
RENATO ALBANI
ZONA DE CONFORTO
20 JUL
RAPHAEL GHANEM
SE É QUE VOCÊ ME ENTENDE
Espaço Unimed
APOIO Azul
ACESSE O NOSSO SITE PELO QR CODE E GARANTA O SEU INGRESSO!

Eufrázio



O ator Gene Hackman nos bastidores do filme 'O Alvo da Morte', de 1985
Philippe Wojazer/AFP

Morre o ator Gene Hackman, estrela de 'Operação França' e 'Os Imperdoáveis', aos 95 anos

Vencedor de dois prêmios do Oscar que marcou gerações como o Lex Luthor de 'Superman' foi encontrado morto em casa, ao lado da mulher

Henrique Artuni

SÃO PAULO Morreu o ator americano Gene Hackman, aos 95 anos, estrela de filmes como "Operação França" e "Os Imperdoáveis", vencedor de duas estatuetas do Oscar ao longo de uma carreira de seis décadas. Ele foi encontrado ao lado da sua mulher, a pianista Betsy Arakawa, de 64 anos, também sem vida, na casa deles, afirmou a imprensa americana, na madrugada desta quinta-feira.

O xerife de Santa Fé, no estado americano do Novo México, Adan Mendoza, informou que não há indícios de que tenha sido um crime, e que a causa da morte será investigada. A polícia foi acionada por um vizinho, e o cachorro do casal também foi achado morto no lugar.

Eugene Allen Hackman nasceu em janeiro de 1930, na Califórnia, e cresceu na cidade de Danville, no estado americano de Illinois. Filho de um gráfico e de uma garçonete, ele tinha 13 anos quando o pai abandonou a família, enquanto o filho brincava na rua.

Antes de se tornar ator, Hackman serviu como fuzileiro naval na China, no estado americano do Havaí e no Japão. Voltou a Illinois para cursar jornalismo, mas não terminou os estudos, voltando à Califórnia, onde começou nas artes.

Hackman esteve em mais de 80 filmes, além de trabalhar na TV e no teatro numa carreira que começou no fim dos anos 1950, trabalhando em séries e na Broadway. Fez participações no cinema até que, em 1964, atuou em "Lilith", com Warren Beatty, o que ajudaria o ator a ter mais trabalhos.

Alto, calvo, com quase 1,90 metro e feições marcantes, o ator dizia ter o rosto de um homem que poderia sumir na multidão. Mas foi a capacidade de explorar essa faceta que definiu sua passagem pelo cinema, em que ficou mais famoso quase aos 40 anos.

O americano recebeu a primeira indicação ao Oscar de ator coadjuvante por viver o irmão do ladrão de bancos Clyde Barrow, papel de Beatty, em "Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas", dirigido por Arthur Penn, em 1968. Depois seria indicado na mesma categoria por "Meu Pai, Um Estranho", em 1971, sobre um professor que tenta se aproximar do próprio pai, papel de Melvyn Douglas.

Mas foi como Jimmy "Popeye" Doyle, o desleixado detetive nova-iorquino envolvido no combate às drogas em "Operação França", do diretor William Friedkin, em 1971, que garantiu seu estrelato e o primeiro Oscar, de melhor ator.

O personagem marcou época não só por sua personalidade, mas por seu visual marcante, com seu chapéu baixo, de corpo e aba redondos, protagonizando perseguições alucinantes, o que dava ao conjunto da caracterização algo de deslocado, refletindo o próprio tom caótico do filme.

A década de 1970 seria uma de suas mais prolíficas e elogiadas pelos críticos. Em 1974, ele protagonizou "A Conversação", de Francis Ford Coppola, vencedor da Palma de Ouro em Cannes daquele ano, sobre um especialista em vigilância que tenta impedir um assassinato —um dos papéis mais importantes de sua carreira.

Continua na pág. B13

Continuação da pág. B12

Um ano antes, ao lado de Al Pacino, viveu um ex-presidiário brigão em "O Espantalho". O filme de Jerry Schatzberg levou a Palma de Ouro em Cannes naquele ano, empatado com "O Assalariado", de Alan Bridges. Repetiria ainda um detetive desajustado em "Um Lance no Escuro", há 50 anos, novamente com Arthur Penn, com quem voltaria a trabalhar em "O Alvo da Morte", há 40 anos.

Estrelava, à época, de três a quatro filmes por ano, incluindo papéis menores em "O Jovem Frankenstein", de 1974, de Mel Brooks —em que ele explorou sua verve cômica. Ele fez ainda a continuação "Operação França 2", com John Frankenheimer na direção.

Num marco para a cultura pop, Gene Hackman viveu Lex Luthor, um dos principais vilões do Super-Homem —autodeclarada "a mente criminosa mais brilhante de nosso tempo"— nos filmes estrelados por Christopher Reeve.

Décadas depois, seria o patriarca Royal Tenenbaum para as novas gerações de cinéfilos, em "Os Excêntricos Tenenbaums", dirigido por Wes Anderson, de 2001.

A quarta indicação ao Oscar foi em 1988, com "Mississippi em Chamas", sob a pele de um agente do FBI investigando o desaparecimento de três homens no coração do conflito com a Ku Klux Klan.

Mesmo após uma cirurgia cardíaca em 1990, com 60 anos, o ator seguiu seu ritmo de produção agitado. Venceria o segundo Oscar da carreira, como melhor ator coadjuvante, por um cruel xerife no melancólico faroeste "Os Imperdoáveis", de Clint Eastwood, de 1993. Nesse papel, em particular, Hackman teve uma atenção especial à brutalidade sádica do personagem, contracenando com Eastwood e Morgan Freeman.

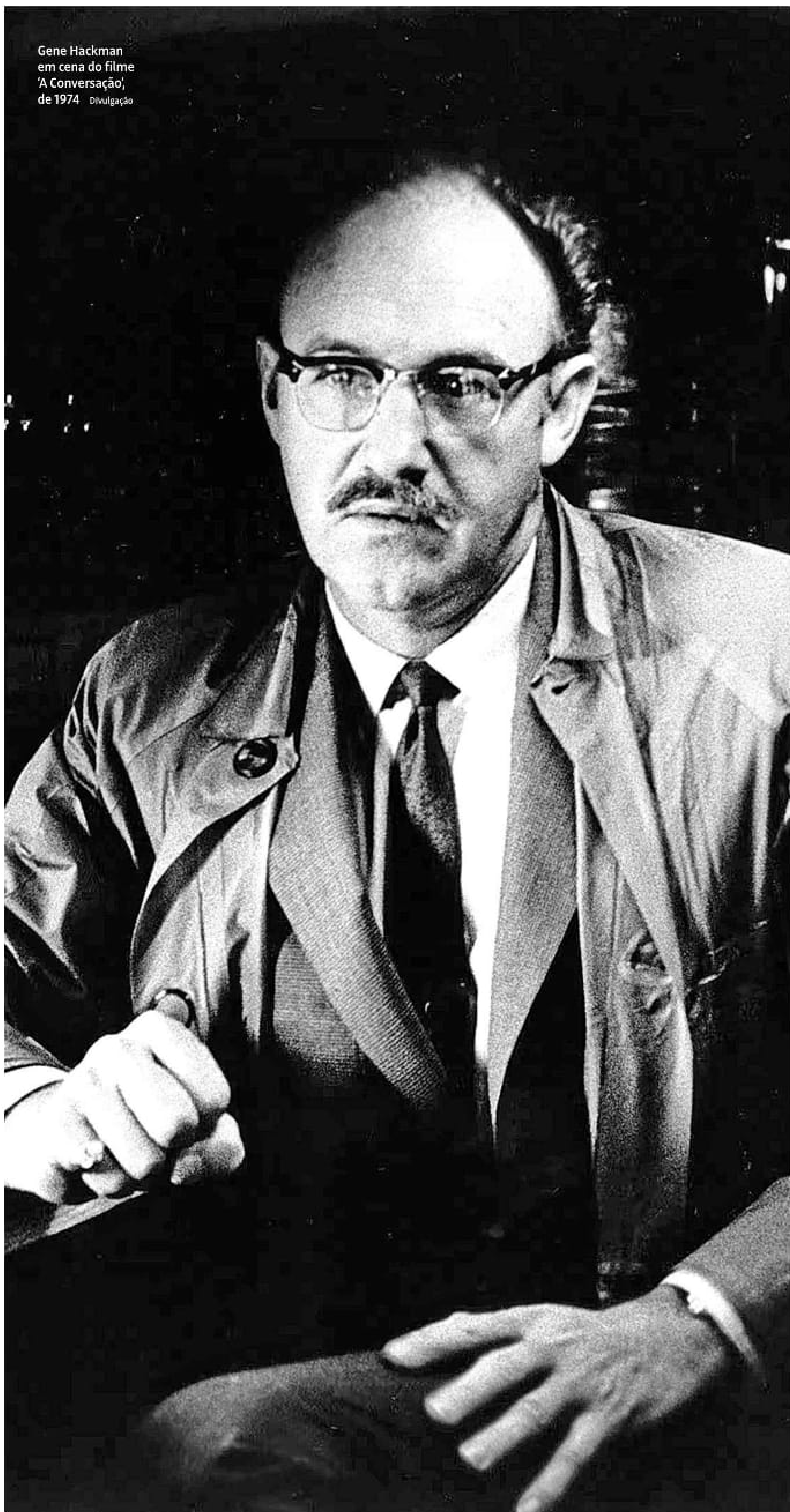
Trabalharia novamente com o diretor americano em "Poder Absoluto", de 1997, encarnando um inescrupuloso presidente dos Estados Unidos, que tenta esconder a morte da amante por agentes do serviço secreto —numa nada sutil pontada no escândalo envolvendo Bill Clinton e Monica Lewinsky.

Hackman se aposentou aos 70 anos, dizendo que ofereciam a ele só personagens de avôs. Seu último papel de destaque foi na comédia "Uma Eleição Muito Atrapalhada", de 2004. "A gota d'água foi um teste de estresse que fiz em Nova York. O médico me avisou que meu coração não estava em condições de enfrentar estresse", disse ele, à revista Empire, em 2009.

Nas últimas décadas, Hackman se dedicou a outras artes, como a pintura, a escultura e a literatura. Nesta última, colaborou com o amigo Daniel Lenihan em romances históricos e publicou o faroeste "Payback at Morning Peak", em 2011, e o suspense "Pursuit", em 2013, sem publicação no Brasil.

Vivendo num rancho em Santa Fé, no topo de uma colina, o astro era avesso aos holofotes e raramente fez aparições públicas nos últimos anos. Hackman foi casado duas vezes e teve três filhos — Christopher, Elizabeth Jean e Leslie Anne, todos com Faye Maltese, com quem foi casado entre 1956 e 1986. Hackman era casado com Betsy Arakawa desde 1991.

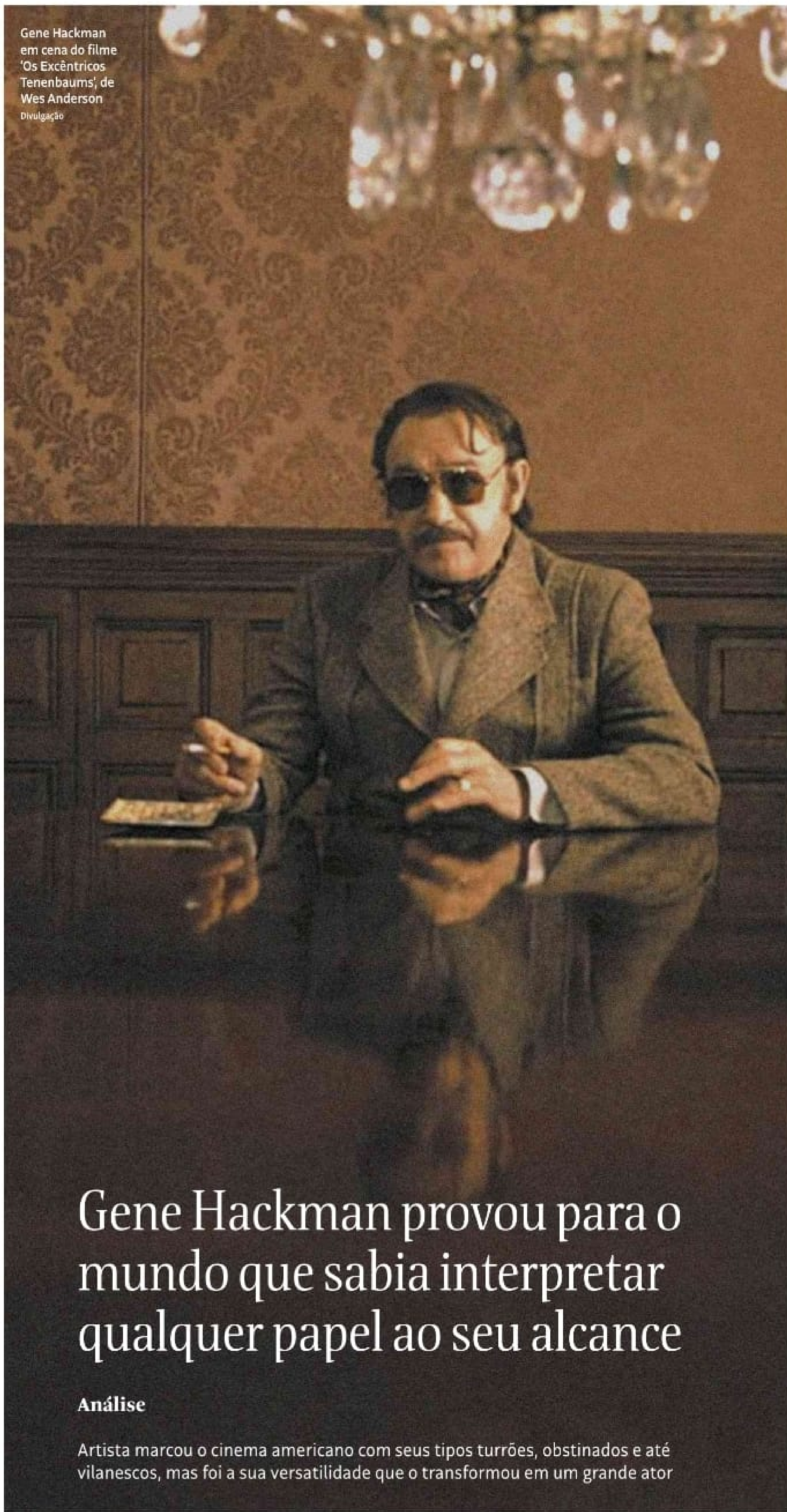
Leia mais na pág. B14



Gene Hackman em cena do filme 'A Conversação', de 1974 Divulgação

Eufrázio

ilustrada



Gene Hackman em cena do filme 'Os Excêntricos Tenenbaums', de Wes Anderson
Divulgação

Gene Hackman provou para o mundo que sabia interpretar qualquer papel ao seu alcance

Análise

Artista marcou o cinema americano com seus tipos turrões, obstinados e até vilanescos, mas foi a sua versatilidade que o transformou em um grande ator

Inácio Araujo
Crítico de cinema da Folha

SÃO PAULO Ator que esteve na pele de policiais, homens comuns dados ao voyeurismo, presidentes dos Estados Unidos corruptos e xerifes mal-encarados, Gene Hackman morreu discretamente nesta quinta-feira, como viveu.

Talvez sua declaração mais famosa seja "me preparei para ser ator, não uma estrela". "Me preparei para interpretar papéis, não para lidar com fama, agente, advogados e imprensa", afirmou.

Não significa que não amasse as estrelas. Uma de suas primeiras impressões sobre a arte de interpretar vinha de Errol Flynn, o Robin Wood do filme de 1938, o galã preferido dos grandes filmes de aventura da Warner. Mas passava por outros atores da época, como James Cagney.

Ainda jovem estudou artes em Pasadena, no estado americano da Califórnia. Ali foi colega de Dustin Hoffman. E ambos foram escolhidos por um professor como os menos dotados da classe para o sucesso. Parece que não tinha bom olho esse professor. Mas foi esse veredito que levou Hackman a se mudar para Nova York. Ele se alistou no Exército, onde foi destacado para servir na China, no Japão e no estado americano do Havaí, de onde foi dispensado em 1951. Trabalhou em Nova York, estudou jornalismo, depois produção para a televisão.

Como a ideia de se tornar ator permanecia intacta, voltou para a Califórnia. Agora seu modelo de interpretação era o Marlon Brando de "Uma Rua Chamada Pecado", o maior nome da geração de atores surgida nos anos 1950.

Depois de empilhar papéis em séries para a TV dos anos 1950 e 1960, conseguiu um papel no primeiro filme célebre de sua carreira —"Lilith", de Robert Rossen, de 1964. Mas era um coadjuvante bem coadjuvante, o que o credenciou a mais papéis na TV. Em 1967, com "Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas", de Arthur Penn, teve mais destaque —apareceu como Buck Barrow, o irmão de Clyde, o que valeu a ele a primeira de cinco indicações ao Oscar.

Foi um dos filmes mais marcantes da década. Um dos primeiros sintomas —cinematográficos, ao menos— da desilusão que a Guerra no Vietnã provocou nos jovens nos Estados Unidos. A ultraviolência ali se manifestava, na brilhante sequência final, como uma espécie de violência de Estado.

Revolta não era o problema de "Operação França", que emplacou como melhor filme de 1971. Também levou melhor direção, para William Friedkin, e ator —naturalmente, para Gene Hackman, que consagrou o detetive Jimmy "Popeye" Doyle como um dos mais célebres policiais de seu tempo.

Estava na rota de seus velhos heróis, tipos enérgicos —e não necessariamente galãs. O próximo papel marcante viria com "A Conversação", de 1974, de Francis Ford Coppola. Fracasso de público a seu tempo, mas um filme intrigante, em que Hackman se impõe como um especialista em sistemas de segurança de som que, de tanto espionar os outros, acaba consumido pela paranoia.

Continua na pág. B15

Continuação da pag. B14

Não foi preciso esperar muitos anos para perceber o quanto "A Conversação" já falava de um mundo dotado de aparelhos sofisticados que destruíam a privacidade. Não foi por acaso que ganhou a Palma de Ouro daquele ano. Talvez Harry Caul, seu personagem, fosse um homem comum demais para receber a atenção do Oscar.

Mas foi uma composição brilhante, e um dos papéis mais marcantes desse ator incomum. De certo modo, voltava ao padrão de interpretação que o impressionou em "Uma Rua Chamada Pecado", em que Marlon Brando, disse Gene Hackman, fazia tudo aquilo parecer natural.

Se chamou a atenção como o vilão Lex Luthor no primeiro "Super-Homem", de 1978, voltaria a se destacar a ponto de novamente ser indicado ao Oscar pela sua atuação como um dos agentes federais que busca os responsáveis pelo linchamento de alguns ativistas antirracismo em "Mississippi em Chamas", de 1988, de Alan Parker, ao lado de Willem Dafoe.

Era uma espécie de "Popeye" Doyle sem chapéu, mas novamente um obstinado em busca de justiça. Um tipo bem diferente do perverso xerife do faroeste "Os Imperdoáveis", de 1993, de Clint Eastwood, que desta vez daria a ele o Oscar de melhor coadjuvante.

Uma das razões de o filme ter ressuscitado o faroeste naquele momento foi que o personagem de Hackman desenvolvia ali um tipo interessante. Pois o sadismo convivia ali com o desejo —sincero, acreditamos— de preservar a ordem a todo custo.

Ele voltaria a trabalhar com Eastwood alguns anos depois em "Poder Absoluto", agora no papel de um presidente da República pilhado em um ato criminoso por um ladrão de joias. De xerife sádico a político inescrupuloso, parecia ter chegado a um tipo ideal.

É verdade que repetiria o papel com maestria em "Rápida e Mortal", de 1955, de Sam Raimi, em que é John Herod, homem mau responsável por ter matado o pai da personagem de Sharon Stone, que agora busca a vingança. Mas ele não se fixou num tipo único.

Outra parceria importante de sua carreira foi com Mike Nichols. Com ele, Hackman trabalhou em "Lembranças de Hollywood", de 1991, mas esse era um filme essencialmente feminino. O real encontro se deu em "A Gaiola das Loucas", em 1996, em que surge como o senador preconceituoso e cioso de sua imagem que, por acasos da vida, tem de se travestir para escapar de uma boate gay.

Se Hackman já tinha provado sua versatilidade, esse personagem foi, em todo caso, a demonstração final. Podia interpretar qualquer papel, e bem, os cômicos tanto quanto os dramáticos ou policiais. E para tirar qualquer dúvida ele seria ainda o Royal Tenenbaum do primeiro filme marcante de Wes Anderson, "Os Excêntricos Tenenbaums", de 2001.

Estava próximo da aposentadoria, para a qual se retiraria em 2004, num rancho em Santa Fé, com visão para as montanhas Rochosas do Colorado. Não estava cansado de atuar, mas do que vinha junto de seu sucesso, afinal.



Gene Hackman em cena de 'Superman: O Filme' Divulgação

Tentativas de engravidamento

Direitos da mulher no Brasil são moeda de troca na política dominada por homens

Djamila Ribeiro

Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais



Aline Bispo

Em 2014, Jandira Magdalena dos Santos Cruz, aos 27 anos, perdeu a vida ao se submeter a um aborto clandestino no Rio de Janeiro. Mulher de baixa renda e de família evangélica, Jandira já era mãe de dois filhos: o primeiro, parido logo após completar 14 anos, e o segundo, aos 17. O procedimento, realizado em condições precárias —apesar de ela ter pagado R$ 4.500—, resultou em complicações que foram fatais.

Para ocultar o ocorrido, o grupo da clínica deu um tiro em sua cabeça, desmembrou seu corpo, arrancou seus dentes e carbonizou seus restos dentro de um carro, na tentativa de encobrir o crime e simular uma execução.

Mais tarde, se descobriu que o responsável pelo aborto era um falso médico. Segundo o magistrado que condenou o grupo, "valeram-se da vulnerabilidade de mulheres que, muitas vezes em situação de desespero, submetiam-se à 'clínica'. Além de realizarem uma atividade ilícita, a quadrilha operava com um cirurgião sem diploma, sem cuidados com higiene e assepsia, instaurando um verdadeiro açougue humano, expondo inúmeras mulheres a risco. Tudo visando o lucro fácil".

Complemento o juiz: visando um lucro fácil e se valendo de uma proibição criminosa imposta pelo Estado brasileiro. No caso de Jandira, o país já falha quando obriga uma garota de 14 anos a ser mãe.

Segundo a ONG Girls not Brides, o Brasil possui 2,2 milhões de meninas menores de idade casadas ou em união estável, o que representa cerca de 36% da população feminina brasileira abaixo dos 18 anos. Isso é um absurdo, um crime diário que prejudica a vida de meninas e mulheres.

Reportagem da Folha revelou que o Hospital da Mulher de São Paulo tem recusado realizar abortos legais em casos de fraude sexual, pois não reconhece essa justificativa para a interrupção da gravidez. Valendo-se da ilegalidade, o hospital acaba por encaminhar mulheres a açougues humanos

Contudo, ainda assim, parlamentares são cínicos o bastante para dizerem frases como "é só usar camisinha" ou "ninguém mandou transar". Ora, uma adolescente tem maturidade para uma decisão como essa? E mais, ainda que se diga que sim, e os casos em que homens forçam a gravidez nas mulheres, como ficam?

Esse mal atinge qualquer mulher fértil em qualquer idade. Nem estou falando só de gravidez resultante de estupro — que, ainda assim, é alvo de parlamentares que querem obrigar a mulher a levar adiante a gestação imposta pelo estuprador.

Refiro-me a outra situação: mulheres vítimas de "tentativa de engravidamento" ou de "engravidamento consumado". Estabelece-se um patamar de discussão que criminaliza o homem que retira a camisinha no meio do sexo e ejacula sem o consentimento da mulher. Ok, isso é abusivo e é crime. Mas se esquece que o padrão é tão baixo que a realidade é de homens que se recusam a usar preservativo. Desconfio que uma menor parte deles alcance o estágio de violência do tirar a camisinha "no meio" do sexo, pois a maior parte sequer a usa.

Os homens que escreveram o Código Penal chamaram essas hipóteses de "fraude sexual". Inclusive, segundo decisões judiciais e protocolos de segurança e de saúde, o crime de fraude sexual é justificativa para aborto legal.

Contudo, "fraude sexual" é um nome eufemístico e não comunica propriamente, pois sugere enganar alguém para obter sexo, o que de fato ocorre e merece discussão. Porém falha em investigar o objetivo específico de muitos desses atos: forçar a gravidez.

A inconsequência é, de fato, um privilégio do patriarcado (existe "engravidamento culposo"?). Mas sabemos que, muitas vezes, os homens medem exatamente o que estão fazendo e o que pretendem com aquilo. E sabemos dos engravidamentos consumados por desejo de controle, por sentimento de posse sobre a mulher, entre outros motivos.

Foi pensando nisso que deparei com uma reportagem desta **Folha** revelando que o Hospital da Mulher do Estado de São Paulo, o maior centro de saúde especializado no atendimento à mulher da América Latina, tem recusado a realização de abortos legais em casos de fraude sexual, pois não reconhece essa justificativa para a interrupção da gravidez.

Valendo-se da ilegalidade como forma de tratar a cidadã, o hospital aceita a violência sexual como causa vinculante à gestação e ao parto. Na prática, encaminha mulheres a açougues humanos, como o que vilipendiou Jandira.

Essa ilegalidade vinda de onde se deve cuidado às mulheres deveria ensejar uma investigação pelo Ministério Público de São Paulo. Afinal, quem deu a ordem para que o aborto legal não fosse realizado nesses casos? E quem a obedeceu? As respostas deveriam levar a uma denúncia e ao afastamento dos responsáveis, entre outras consequências. Contudo, é mais provável que o MP siga omisso.

Seguimos ser ver esperança no horizonte. Enquanto países vizinhos descriminalizaram o aborto, os direitos das mulheres no Brasil seguem sendo moeda de troca na política dominada por homens, de esquerda ou de direita.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro **SÁB. Mario Sergio Conti**

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

Série de que adapta livro de comédia romântica é lançada no sob demanda

Na Estrada com o Ex
Paramount+, 16 anos

Baseada no livro de Beth O'Leary, a comédia romântica tem seis episódios e conta a história de dois ex-namorados numa van a caminho de um casamento na Espanha. Addie e a irmã Deb são obrigadas a levar o ex-namorado de Addie, Dylan, o melhor amigo dele e um estranho. No carro barulhento e apertado, não existe qualquer saída a não ser revisitar o passado, o relacionamento entre as duas irmãs e o romance inacabado entre Addie e Dylan.

Bastion 36
Netflix, 16 anos

Excluído de sua unidade de elite em Paris, um policial investiga clandestinamente o assassinato de dois de seus ex-colegas e o desaparecimento de um terceiro em circunstâncias misteriosas. O filme de suspense psicológico é uma produção francesa dirigida pelo cineasta Olivier Marchal.



Diálogos com Mario Sergio Conti
GloboNews, 23h30, livre

A atriz Helena Albergaria fala sobre seu trabalho em 'Ainda Estou Aqui', e do aniversário de 24 anos da Companhia do Latão, o grupo teatral que acabou de estrear a peça 'A Banda Épica na Noite das Gerais', que segue em cartaz no Sesc 14 Bis até março

Estranho Mundo Moderno: Filmes de Carolina Markowicz
Mubi, 18 anos

O cinema de Carolina Markowicz é caracterizado por uma abordagem provocativa, que combina humor ácido com temas complexos da sociedade brasileira. Ela ganhou destaque com filmes como "O Órfão" e "Carvão", que compõe a coleção com "Postergados" e "Edifício Tatuapé Mahal".

Central do Brasil
TV Globo, 15h30, 16 anos

O filme que representou o Brasil no Oscar em 1998 está na Sessão da Tarde. Fernanda Montenegro interpreta Dora, uma mulher que escreve cartas para analfabetos na Central do Brasil e ajuda o menino Josué a procurar seu pai no Nordeste. Longa de Walter Salles.

Congo Santo
TV Aparecida, 21h15, livre

Dirigido por Rodrigo Cerqueira e Roberta Fernandes, o documentário acompanha a transformação de uma cidade no Espírito Santo que, por dois meses do ano, festeja São Benedito, o santo negro. É quando as bandas de congo se espalham pelas ruas dando vida à sua "opereta cabocla".

A Revolução da Inteligência Artificial
Curta!, 23h, livre

O que realmente fazem ferramentas de Inteligência Artificial como o Chat GPT? Ninguém pode afirmar com certeza se são capazes de curar o câncer ou tomar o controle, mas especialistas explicam o que é e o que está por vir neste documentário americano.

MÚSICA

Sidney Molina, crítico e professor, oferece curso sobre história da música ocidental

SÃO PAULO Sidney Molina, músico, professor, crítico e colaborador deste jornal, inicia em 15 de março uma nova turma do seu curso anual sobre a história da música ocidental.

Batizado "Uma História da Música Ocidental", o curso busca ajudar alunos a desenvolverem uma escuta orientada de música, aumentando a capacidade de reconhecer formatos e a apreciação geral da arte. O curso online terá 32 aulas, sempre aos sábados, de março a dezembro, com aulas das 15h às 17h, pelo Zoom. As aulas também ficam gravadas.

Os módulos da formação vão da música da Idade Média, passando pelos períodos barroco e modernista, até chegar à música contemporânea.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2025 C1

guiafolha
+comida



Os drinques highball tropical (à esq.), do Guilhotina, e virgin grape (centro) e Guilherme Tell, do Carrasco

Eduardo Knapp/Folhapress

Bloco do gelo

Veja 38 drinques com e sem álcool para enfrentar o calor carnavalesco Leia nas págs. C8 e C9

É GRÁTIS

CURTUME - DIAS SECOS INUNDADOS DE ACÁCIA Com direção e atuação de Ester Laccava, a peça aborda temas ligados à luta feminina, como machismo e assédio. Faz parte do projeto Grito de Mulher, que terá mais dois espetáculos, ainda sem data.
Teatro Cacilda Becker - r. Tito, 295, Lapa, região oeste. Até 9/3. Sex. e sáb., às 21h. Dom., às 19h. 14 anos

ESPELHO DO PODER A videoinstalação dos artistas Bárbara Wagner e Benjamin de Burca faz uma reflexão comentada sobre os seus filmes experimentais "Swinguerra" (2019) e "One Hundred Steps" (2020), que falam de música e dança.
Sesc Avenida Paulista - av. Paulista, 119, Bela Vista, região central. Sáb. (1º), das 10h às 19h30. Dom. (2), seg. (3) e ter. (4)., das 10h às 18h30. Qua. (5) fechado

JULES E JIM: UMA MULHER PARA DOIS O filme de 1962 do diretor François Truffaut ganha sessões no CineSesc. Na trama, dois amigos amam a mesma mulher. O triângulo amoroso dura 30 anos e é testado pela Primeira Guerra Mundial.
CineSesc - r. Augusta, 2.075, Cerqueira César, região oeste. Sex. (28) e seg. (3), às 20h30. Sáb. (1º), dom. (2) e ter. (4), às 17h30. Retirada de ingressos 1h antes na bilheteria

POVOS DA AMAZÔNIA O fotógrafo Renato Soares apresenta 30 imagens do seu projeto Ameríndios do Brasil, que documentou diferentes etnias indígenas do país, como as que habitam a Terra Indígena Xingu, em Mato Grosso.
Galeria Senac Lapa Scipião - r. Scipião, 67, Lapa, região oeste. Seg. a sex, das 8h às 21h. Sáb., das 8h às 12h. Fechado dom. (2), seg. (3) e ter. (4)

PREPARE-SE

BEST OF BLUES AND ROCK O festival anunciou o line-up do segundo final de semana, nos dias 14 e 15 de junho, com Alice Cooper e Deep Purple como headliners. A cantora americana Judith Hill também se apresenta no evento.
Dias 7, 8, 14 e 15/6. Ingr.: a partir de R$ 600 em Eventim

BLACK COFFEE O DJ sul-africano, que já tocou com David Guetta, Drake e Alicia Keys, traz suas músicas house e soul a São Paulo. Ainda sem local definido.
Dia 12/4. Ingr.: a partir de R$ 540 em Ingresse

HELMET A banda americana de metal alternativo, comandada por Page Hamilton, traz para o Carioca Club o show único da turnê "Betty", que celebra os 30 anos do álbum homônimo.
Dia 30/4. Ingr.: a partir de R$ 400 em Fastix

PAIXÃO SEGUNDO SÃO JOÃO Em preparação para a Páscoa, o Coro e a Orquestra Acadêmica da Osesp apresentam a composição de Johann Sebastian Bach, baseada no texto bíblico.
Dias 17 e 19/4. Ingr.: a partir de R$ 234 em Sala São Paulo

MAMMA MIA O musical inspirado no filme homônimo, que tem como base músicas da banda Abba, retorna a São Paulo em março no teatro Bradesco.
Dia 14/3. Ingr.: a partir de R$ 37 em Uhu

ÚLTIMA CHANCE

O JARDIM DAS CEREJEIRAS Para quitar dívidas, uma família de aristocratas decadentes tem de vender sua propriedade, inclusive o jardim das cerejeiras.
Sesc Consolação - r. Doutor. Vila Nova, 245, Vila Buarque, região central. Até dom. (2). Sex. e sáb., 20h. Dom. e feriados, às 18h. Ingr.: a partir de R$ 21 em bilheterias do Sesc

54ª ANUAL DE ARTE DA FAAP A mostra reúne 32 obras de 22 estudantes. Entre elas está "Pipas de Marach", de Guilherme Kherlakia, com dezenas de pipas pretas dispostas na parede com fotos do genocídio contra o povo armênio, em 1915.
Museu de Arte Brasileira Faap - r. Alagoas, 903, Higienópolis, região central. Até dom. (2). Ter. a dom., das 10h às 18h. Grátis



Curumim retratado na mostra 'Povos da Amazônia' Renato Soares/Divulgação

PASSEIOS EM SP

Parque Villa-Lobos reforma campo de futebol para criar 'ambiente praiano'

SÃO PAULO O parque Villa-Lobos, na região oeste de São Paulo, iniciou em fevereiro obras para a construção de um complexo com ambiente praiano, a Orla Villa-Lobos, prevista para setembro.

O novo espaço será implantado com cinco quadras de areia, onde hoje é um campo de futebol. De acesso gratuito, será dedicado a esportes como tênis de areia e futevôlei.

Para jogar lá, será necessário agendamento por aplicativo, modelo já utilizado pelo parque. O complexo ainda planeja aulas coletivas de ioga, alongamento e ginástica.

Também será construído um espaço das águas, munido com chafarizes. Ao todo, a Orla Villa-Lobos terá 8.000 metros quadrados.

O ambiente ganhará outros pontos de alimentação, uma medida que estava prevista no edital de concessão assinado pela Reserva Parques, que administra o parque.

O projeto é uma parceria da concessionária com a empresa Orla Brasil, do setor de turismo e entretenimento.

Parque Villa-Lobos
Av. Prof. Fonseca Rodrigues, 1.025, bolsão F, Alto de Pinheiros, região oeste

FAST FOOD

McDonald's Brasil relança hambúrguer McFish com opção de batatas rústicas

SÃO PAULO O McFish está de volta ao cardápio do McDonald's no Brasil. O sanduíche de peixe empanado retorna acompanhado de batatas rústicas, formando o McFish & Chips, uma versão inspirada no tradicional prato britânico que reúne peixe e batata fritos.

O combo está disponível nas unidades da rede desde terça-feira, com preços que vão de R$ 36,90 a R$ 43,90.

Para o lançamento, o Mc Donald's fez parceria com o aplicativo de línguas Duolingo em um evento com 300 drones em São Paulo no domingo (23).

O McFish saiu do cardápio brasileiro em 2019, depois de uma análise no portfólio indicar que o esforço para mantê-lo era maior do que a procura pelo sanduíche.

À época, o Big Mac, carro-chefe do McDonald's, vendia mais de 400 unidades por dia, em um único restaurante, e o McFish, quatro.

Ele foi relançado no ano passado com lista de pré-venda. Desta vez, apesar de não ter fila, a disponibilidade nos restaurantes também será por tempo limitado.

McDonald's
Veja unidades em mcdonalds.com.br/restaurantes

Eufrázio



QUANTO MAIS VOCÊ CURTE, MAIS A PREFEITURA TRABALHA



O maior Carnaval do Brasil vai começar com uma expectativa de mais de **16 milhões de foliões** lotando os blocos em cada canto da cidade, vibrando no Sambódromo do Anhembi, se divertindo nos desfiles de rua e transformando São Paulo na capital da folia. E para essa festa ser inesquecível, é preciso muito **planejamento e trabalho.** A cidade segue pulsando, organizada para que tudo aconteça com segurança. O **Smart Sampa** monitora em tempo real, o **sistema de trânsito** foi preparado e adaptado, a **limpeza** com número recorde de equipamento e de profissionais é um show à parte. E quando a folia esquentar, a **hidratação** está garantida e os **serviços de saúde** estão a postos. A Prefeitura se move para que a alegria e a cidade não parem.



Para ver a programação dos blocos e acessar outros serviços importantes, acesse

CARNAVALSP.COM



CIDADE DE SÃO PAULO

NOVIDADES DA SEMANA



Grupo de k-pop Nmixx em apresentação em Seul Jung Yeon-Je/AFP

SHOWS

Djagil
O projeto, criado pelos compositores Paulo Novaes e Lucas Caram, celebra dois grandes artistas da MPB: o alagoano Djavan e o baiano Gilberto Gil. As músicas são executadas em formato de roda de samba e baile. A produção é de Fernanda Bcheche.
Blue Note - av. Paulista, 2.073, Bela Vista, região central. Sex. (28), às 22h30. Ingr.: R$ 120 em Eventim

Ellen Oléria
Vencedora da primeira temporada do The Voice Brasil, a cantora brasileira traz um repertório com músicas da americana Nina Simone (1933-2003), lenda do jazz e do soul. Músicas como "Feeling Good", "Ain't Got No" e "Love Me or Leave Me" estarão no setlist. A compositora Izzy Gordon participa do show como convidada.
Sesc Santana - av. Luiz Dumont Villares, 579, Santana, região norte. Seg. (3) e ter. (4), às 18h. Ingr.: a partir de R$ 18 em sescsp.org.br

Frevo Bixiga Orquestra
A orquestra paulistana toca frevo —ritmo de Pernambuco que mistura elementos de marcha, maxixe e capoeira. O grupo, composto por 13 músicos, apresenta canções de mestres como Levino Ferreira, Antonio Sapateiro e Sivuca, além de repertório dos maestros José Menezes e Duda. É preciso reservar os ingressos antecipadamente no site.
Sala Itaú Cultural - av. Paulista, 149, Bela Vista, região central. Sex. (28), às 10h. Grátis em itaucultural.org.br

Grupo Molejo
O quinteto, formado por Andrezinho, Claumirzinho, Lúcio Nascimento, Robson Calazans e Jimmy Batera, toca pagode em duas apresentações. O repertório inclui as canções "Brincadeira de Criança", "Dança da Vassoura", "Paparico" e "Cilada".
Sesc Pompeia - r. Clélia, 93, Água Branca, região oeste. Seg. (3) e ter. (4), às 18h. Ingr.: a partir de R$ 21 em sescsp.org.br

Jonathan Ferr
O pianista carioca apresenta seu terceiro álbum, "Liberdade" (2023). No palco, mescla jazz, neo soul, hip hop, R&B e trap.
Sesc Santana - av. Luiz Dumont Villares, 579, Santana, região norte. Sáb. (1º), às 20h. Dom. (2), às 18h. Ingr.: a partir de R$ 18 em sescsp.org.br

Jota.Pê
O paulista toca seu segundo disco solo, "Se o Meu Peito Fosse o Mundo", álbum vencedor em três categorias do Grammy Latino. Com dez faixas, como "Ouro Marrom" e "Feito a Maré", traz influências da MPB e da música negra norte-americana.
Sesc Belenzinho - r. Padre Adelino, 1.000, Belenzinho, região central. Seg. (3) e ter. (4), às 18h. Ingr.: a partir de R$ 18 em sescsp.org.br

Lee Jun-ho
Membro da boyband sul-coreana 2PM e protagonista na série "Sorriso Real", o artista desembarca na cidade com a turnê "Midnight Sun". A fancon (convenção de fãs) terá um show curto e tempo de interação com o público. Há ingressos que permitem foto individual com Jun-Ho e autógrafo de pôster.
Vibra SP - av. das Nações Unidas, 17.955 - Vila Almeida, região sul. Sáb. (1º) e dom. (2), às 19h. Ingr.: a partir de R$ 245 em Kticket

Nmixx
O grupo de k-pop, formado por Lily, Haewon, Sullyoon, Bae, Jiwoo e Kyujin, faz seu primeiro show no Brasil com a turnê "Change Up: Mixx Lab". Entre os destaques do sexteto, que debutou em 2022, estão "Love Me Like This", "O.O", "DASH", "DICE" e "Young, Dumb, Stupid".
Vibra SP - av. das Nações Unidas, 17.955 - Vila Almeida, região sul. Sex. (28), às 19h. Ingr.: a partir de R$ 240 em Pixelticket

Pongo
A angolana apresenta o ritmo kuduro com influências de pop, música eletrônica e batidas africanas. A cantora iniciou sua carreira musical no grupo Denon Squad e estreou como artista solo com o EP "Baia" (2018), seguido por "Uwa" (2020) e pelo álbum "Sakidila" (2022).
Sesc Pompeia - r. Clélia, 93, Água Branca, região oeste. Sex. (28), às 21h30. Ingr.: a partir de R$ 35 em sescsp.org.br

Yudith Rojas e Niccole Meza
A trombonista cubana Yudith Rojas e a trompetista venezuelana Niccole Meza executam ritmos caribenhos e latino-americanos. No palco, as instrumentistas são acompanhadas pelos músicos brasileiros Raphael dos Santos, nos teclados, Miguel Dias, no baixo, Jéssica Zarpey, na percussão, e Lourenço Vasconcelos, na bateria.
Sesc Vila Mariana - r. Pelotas, 141, Vila Mariana, região sul. Qui. (6), às 20h30. Ingr.: a partir de R$ 15 em sescsp.org.br

COPO CHEIO

Low Cura é a cerveja com pouco álcool da Trilha

Com apenas 2,8% de teor alcoólico, rótulo foi feito em parceria com a Kiro

Sandro Macedo
folha.com/copocheio

Fazer uma cerveja com alto teor alcoólico requer uma série de cuidados. Mas produzir uma com baixa presença de álcool pode ser ainda mais desafiador. Ou não, se quem estiver por trás da empreitada for a Trilha Cervejaria, da dupla formada por Beto Tempel e Daniel Bekeierman.

Logo depois de criar a EAP 17 —em homenagem aos 17 anos do Empório Alto dos Pinheiros—, uma dark sour com groselha e 8,2% de teor alcoólico, a cervejaria fez uma parceria com a Kiro para o novo lançamento, a Low Cura, uma "low alcohol" light lager com gengibre e apenas 2,8% de álcool, menor ABV já registrado por uma cerveja da marca.

"A principal dificuldade em fazer uma cerveja 'low alcohol' é deixá-la gostosa", avisa Beto em tom de brincadeira. "Tecnicamente é uma cerveja simples de ser produzida. Mas, por ter pouco álcool, ela tem menos estrutura para 'guardar' os sabores do malte, lúpulo, adjuntos e da fermentação em si", explica.

Se os habituais aromas do lúpulo não sobressaem tanto, quem brilha no copo é o gengibre, em uma receita refrescante e fácil de beber.

SEVEN DAYS
A cervejaria de Maringá também se especializa em rótulos 'low alcohol', com sugestões como session IPA e american wheat que não passam de 2,1%

Disponível nas taps dos quatro bares da Trilha (Perdizes, Barra Funda, Pinheiros e Itaim Bibi), a Low Cura também pode ser encontrada em latas de 350 ml no ecommerce da marca (loja.trilhacervejaria.com.br), por R$ 20.

Há alguns anos, ainda durante a pandemia, a Cerveja Avós também lançou uma ótima seleção de "small beers", com lagers que não passavam de 2,2% de álcool. Infelizmente, a linha não continuou em produção.

Apenas como efeito de comparação com as cervejas mainstreams, uma Heineken tem 5% de álcool; uma Brahma Duplo Malte, 4,7%. A Michelob Ultra, que se vende como uma cerveja de poucas calorias, tem 3,5% de álcool.

*

Essa linha "low alcohol" é também a especialidade da cervejaria Seven Days, de Maringá (PR). No seu portfólio, figuram sugestões como a session IPA, com 2% de teor alcoólico e baixo amargor (apenas 25 IBU na escala, mais ou menos a metade de uma IPA tradicional).

Há ainda opções como a summer (2,1%, também na versão sem glúten) e a american wheat, de trigo, com apenas 1,9% de álcool. Todas estão disponíveis na versão em lata de 269 ml ou long neck, no site da marca: cervejasevendays.com.br.

De acordo com Fábio Bacarin, mestre-cervejeiro e fundador da marca, "olhando para a demanda dos consumidores, o mercado de cervejas low carb, assim como de baixo teor alcoólico, ainda é escasso. Queremos trazer uma opção refrescante para quem quer reduzir o consumo de álcool e calorias, sem deixar de lado o sabor e a qualidade de uma cerveja artesanal."

Ao lado das cervejas sem álcool, as "low alcohol" corroboram um bom momento para esse tipo de investimento no setor —algo até pouco tempo ignorado, principalmente entre as artesanais, que tinham receio em apostar as fichas em um gênero sempre visto com desconfiança por aqui. Beto e Daniel já avisaram que uma zero álcool está nos planos da Trilha.

Este humilde escriba só continua com dificuldade de comprar a ideia de que as "low alcohols", assim como as zero, são uma opção saudável para o consumidor —bandeira levantada por alguns fabricantes.

NOVIDADES DA SEMANA



Espaguete com almôndegas e molho de tomate, do novo restaurante Bicchieri, em Pinheiros Leo Feltran/Divulgação

GASTRONOMIA

Bōru

Em dias de calor, a sorveteria de bairro lota a calçada com clientes em cadeiras de praia. Aberta há um ano, teve de se mudar para um imóvel maior, por causa do movimento. A inspiração é nipônica — o nome significa "bola" em japonês. Há sabores como Melona, inspirado no picolé de melão homônimo, gergelim preto, matchá e missô. Na casquinha ou no copinho, uma bola sai por R$ 14, e duas, por R$ 22.

Av. Miguel Estefano, 240, Saúde, região sul, @borusorvetes

Cabaña Argentina

A nova marca é dos sócios do Pobre Juan e tem foco na cozinha portenha. Dá para provar empanadas, matambrito, milanesas, sobremesas cheias de doce de leite e fugazzeta, a pizza de Buenos Aires. As carne seguem sendo destaque, a exemplo do bife pampeano, versão para compartilhar do bife ancho, por R$ 307 (600 g), com dois acompanhamentos.

Shopping Pátio Higienópolis - av. Higienópolis, 618, Higienópolis, região central, @cabanaargentina

Café do Santo

O endereço é um misto de restaurante, café e bar de sotaque brasileiro. Com matriz no complexo Casa Cascais, acaba de ganhar uma filial na Vila Olímpia. O cardápio traz pizzas, massas e brunch aos fins de semana.

R. Gomes de Carvalho, 102, Vila Olímpia, região sul, @cafedosantosp

D'Brescia Churrascaria

A rede inaugurou a quinta unidade, no lugar de uma antiga churrascaria no Bom Retiro. No salão para 550 pessoas, a estrela é o rodízio (a partir de R$ 99). São 20 cortes de carnes, bufê com acompanhamentos como saladas, queijos, pães e frutos do mar, além de 12 opções de sobremesa.

Pça. Bento de Camargo Barros, 172, Bom Retiro, região central, tel. (11) 3228-4271, @dbresciachurrascaria

Jardan

O restaurante ganhou uma segunda unidade com salão espaçoso, equipado com grandes TVs, para reunir a galera, e funcionamento das 6h às 3h. O destaque são os preparos na parrilla, como ancho (R$ 71) e picanha (R$ 97), servidos com arroz, feijão e batatas fritas ou legumes. Também há porções, grelhados acompanhados por quatro tipos de risoto e uma lista extensa de bebidas com e sem álcool.

Av. Paulista, 2.240, Bela Vista, região central, WhatsApp (11) 97553-9687, @jardan.sp



Bicchieri

O italiano Tre Bicchieri ganhou uma versão mais casual. O cardápio apresenta pedidas como espaguete com almôndegas, ervilha, manjericão e molho pomodoro (R$ 83) e ravióli recheado com ragu, queijo pecorino e parmesão ao creme de cogumelo porcini (R$ 87). Além do salão elegante, dá para sentar no balcão do bar e provar coquetéis.

R. Natingui, 1.558, Pinheiros, região oeste, @bicchieri.cucina

Mèa

Receitas que remetem a países do Mediterrâneo guiam o cardápio do novo restaurante. O chef Rodrigo Kossatz destaca os frutos do mar e os peixes, em pratos como as lulas grelhadas recheadas com queijo boursin ao molho pesto (R$ 58) e o camarão na nata (R$ 86), servido em panelinha com maçãs-fuji, cebola, alecrim, arroz de açafrão e amêndoas.

R. Vupabussu, 293, Pinheiros, região oeste, tel. (11) 93371-9924, @mea.gastronomia

Mileto

Aberto em dezembro numa esquina da avenida Paulista, com mesas na calçada, o restaurante e bar fica aberto das 6h às 2h todos os dias. O cardápio traz sugestões do dia e pratos executivos com carnes feitas na parrilla, caso do contra-filé (R$ 55), servido com arroz, feijão, batatas fritas e legumes ou purê.

Av. Paulista, 2.408, Bela Vista, região central, @miletopaulista

Milo

A cafeteria se mudou do Edifício Itália para a avenida Paulista, num imóvel que abrigava a Go Coffee. Além de cafés clássicos e especiais, serve frapês à base de café ou creme, como o de caramelo salgado com leite e chantili (R$ 23). Para comer, há empanadas, coxinhas, cookies e muffins.

Av. Paulista, 2.239, Bela Vista, região central, WhatsApp (11) 96555-3377, @milocafeoficial

NaJanela

Um ano após a inauguração, a padaria ganhou um quarto endereço, nos Jardins. As fornadas ao longo do dia expedem o pão da capa, feito com 30% de farinha integral (R$ 19,90), bengala (R$ 9,90), revisão da baguete, e beigale, um pão judaico (R$ 7,90). Folhados completam o menu.

Al. Tietê, 43, Jardim Paulista, região oeste, WhatsApp (11) 91572-8034, @najanelapadaria

Cow Me Burger serve lanche artesanal sem afetação

Endereço aposta no básico bem feito, com molhos e porções que conseguem tirar a refeição do comum

CRÍTICA

Cow Me Burger

★★★☆☆

R. Apinajés, 1.360, Perdizes, região oeste. @cowmeburger

Priscila Pastre

Básico bem feito, com detalhes que tiram a refeição do comum. Essa é a vocação do Cow Me Burger. Apesar da brincadeira com "cow" (vaca), a pronúncia fica mais para "call", como se pedisse: "me chame de hambúrguer".

A loja física, que nasceu como dark kitchen em São Bernardo na pandemia, faz dois anos no mês que vem. E se mantém fiel à proposta dos sócios de trabalhar com carnes de gordura marmorizada (angus e wagyu) e de produzir o blend dos cortes e os molhos.

Tudo é feito na parrilla, à vista do cliente. Ao sinal de interesse, o chef, Artur Nagae, explica como é o processo na brasa, feito na lenha de aroeira, que rende um leve defumado aos preparos — e mostra as carnes do blend.

Para provar o resultado, peça o sanduíche batizado com o nome do lugar. O Cow Me Burger (R$ 54) leva 160 gramas de carne, mix de queijos, bacon artesanal, cebola grelhada, molho de tomate secreto e maionese verde. A carne chega úmida, suculenta, e no ponto certo.

A mordida é prazerosa e (ainda bem) o tal molho secreto não escorre. Apesar do nome, está mais para um tomate concentrado, que se junta à carne em seus momentos finais na grelha, se fundindo em sabor e caramelização.

Mais simples, o cheese salada (R$ 48) leva a mesma carne, o mesmo queijo, alface picada, o molho de tomate secreto e maionese verde. O pão, apesar de não ser produzido na casa, é bem fofo, devidamente selado com manteiga na grelha, e não encharca. O queijo, casamento de prato e colby, tem toque adocicado e uma textura mais suave que o cheddar.

As fritas estão na média das que as hamburguerias paulistas oferecem, mas não à altura da qualidade do hambúrguer oferecido.

Felizmente, a falta de brilho pode ser compensada pelos ótimos molhos da casa. Mostarda, queijinho beleza (uma mistura cremosa e levemente ácida de queijos), maionese e ketchup.

Não saia de lá sem provar o Cow Me Pudding (R$ 18). O uso da fava de baunilha no pudim lisinho conquista. No dia da visita, um domingo quente na cidade, o salão estava bem abafado. Melhor ir em dias mais frescos.

O quarteto de sócios, formado por Nagae, sua mulher, Carol Esquilante Melo, e os irmãos dela, João Pedro e Ricardo Castilho Junior, estão sempre por lá.

E sabem receber bem — inclusive os clientes de quatro patas. Ali, eles recebem potinho de água e têm opção exclusiva no menu: pet burger (hambúrguer feito para eles; R$ 15). A crítica não provou. Mas os dogs presentes aprovaram.



De olho no acompanhamento

Além das batatas fritas, a casa também tem boas pedidas de petiscos que fogem da obviedade, como nuggets (R$ 30) artesanais, meat balls (R$ 33) e bolinhos de costela (R$ 36)

NAÇÃO CHURRASQUEIRA

Como evitar os erros mais comuns na hora do churrasco

Mantenha o fogo sob controle, use sal na medida e não ignore os acompanhamentos

Larissa Morales

folha.com/nacao-churrasqueira

O churrasco, esse momento sagrado que reúne amigos e familiares, nem sempre tem como resultado aquela obra-prima suculenta que a gente vê nos vídeos do Instagram.

Às vezes, o bife vira sola de sapato, o frango fica cru por dentro e a linguiça vira carvão. E aí, meu amigo, o churrasco vira motivo de piada na mesa. Vou te contar os erros mais comuns e, claro, como fugir deles. Vamos lá?

Não pré-aquecer a churrasqueira

Espere a brasa ficar bem vermelha, com uma fina camada de cinzas. Isso leva cerca de 30 a 40 minutos.

Não se planejar direito

Certifique-se de ter carvão suficiente, acendedor e utensílios. Para cada quilo de carne, 2 kg de carvão.

Não considerar as preferências dos convidados

Pergunte sobre os gostos de cada um: se preferem carne bem passada ou mal passada e até se são vegetarianos. Ter opções variadas é uma demonstração de consideração.

CALOR NO PONTO

Fogo alto demais na churrasqueira queima a carne por fora e a deixa crua por dentro; fogo baixo demais faz a carne ficar seca e sem graça

Exagerar no sal

Ele é essencial, mas sal demais estraga o sabor e resseca a carne. Calcule uma colher de sopa de sal para 1 kg de carne.

Use sal grosso para peças que exigem mais tempo, como a costela. Para bifes grossos ou peças como a maminha, sal de parrilla.

Se quiser dar um upgrade, use temperos como pimenta-do-reino, alho, páprica ou ervas finas.

Não controlar a altura da grelha

Carnes com maior quantidade de gordura, como a picanha, devem ser feitas a 30 cm da brasa, para garantir que não queimem por conta da gordura que pinga e causa labaredas.

Já carnes mais magras, como a alcatra, podem ser grelhadas mais perto da brasa para criar uma crosta e assar mais rápido.

Não controlar a temperatura da churrasqueira

Fogo alto demais queima a carne por fora e a deixa crua por dentro. Fogo baixo demais faz a carne ficar seca e sem graça. O ideal é ter uma zona de calor direto (para grelhar) e uma de calor indireto (para cozinhar sem queimar).

Espetar a carne com garfo

Quando você espeta a carne, os sucos que dão sabor saem por esses furos, deixando a carne seca. Use uma pinça ou uma espátula para virar as peças.

Esquecer do descanso da carne

Depois de tirar a carne da grelha, dê alguns minutos para ela descansar antes de cortar. Isso permite que os sucos se redistribuam, resultando em um ponto mais uniforme e uma carne mais suculenta.

Negligenciar os acompanhamentos

O churrasco não é feito só de carne. Prepare farofas, vinagretes, pão de alho e legumes grelhados para oferecer uma experiência completa.

NOVIDADES DA SEMANA

CRIANÇAS

Banda Despirocadas

O grupo de São Luiz do Paraitinga, formado inteiramente por mulheres, apresenta aos pequenos uma mistura de marchinhas de Carnaval com outros ritmos musicais. Canções como "Peircodélico", "São Luiz da Patuscada" e "É Fogo", que fazem parte do primeiro álbum da banda intitulado "DespirOquê?", também podem aparecer no repertório.

Sesc Santo Amaro (praça coberta) - r. Amador Bueno, 505, Santo Amaro, região sul. Sáb. (1º) e ter. (4), às 11h30. Grátis

Carnaval do Família no Parque

Às 11h15, 13h30 e 16h30, a animação será por conta de um bloquinho infantil. Já às 12h e às 15h, há destaque para a competição de dança, ao som de samba e de marchinhas tradicionais. Por fim, às 13h e às 17h, a programação conta com desfile de fantasias, que premia os figurinos mais criativos. As demais brincadeiras do parque são cobradas à parte.

Parque Villa-Lobos - av. Prof. Fonseca Rodrigues, 2.001, Alto de Pinheiros, região oeste. De sáb. (1º) a ter. (4), das 10h às 18h. Grátis

Carnaval no Parque da Mônica

O bloquinho do bairro do Limoeiro retorna ao parque com uma programação especial de Carnaval. Entre as atrações, destaque para o desfile de fantasias de Mônica, Magali, Cascão, Cebolinha e Milena. O espaço também contará com uma banda, que toca marchinhas dançantes para agitar os pequenos foliões.

Shopping SP Market – av. das Nações Unidas, 22.540, Jurubatuba, região sul. De sáb. (1º) a ter. (4), às 14h e às 16h. Ingr.: a partir de R$ 164 (infantil individual), em parquedamonica.com.br

PopHaus

A programação especial de Carnaval das duas unidades do parque de brinquedos infláveis inclui recreação, gincanas com prêmios, escultura em balão, camarim com fantasias para tirar fotos e pintura facial. Além disso, a criançada pode se aventurar nos brinquedos tradicionais, como o circuito aquático Ninja Splash.

R. Euclides Pacheco, 483, Tatuapé, região leste. De sáb. (1º) a ter. (4), das 10h às 19h. Ingr.: a partir de R$ 99 (sábado, domingo e terça) e R$ 89 (segunda). Mais informações em pophaus.com.br

O Sapateiro Ruço

Dir.: Cássio Brasil. Com: Carlos Escher. Livre

Inspirado no conto "O Sapateiro e a Força Maligna", do dramaturgo Anton Tchékhov (1860-1904), a história narra a vida de Antônio, um sapateiro pobre e infeliz que, na véspera de Natal, deve terminar às pressas as botas encomendadas por um cliente misterioso. Ao adormecer, ele sonha com uma vida de riqueza, mas, para realizá-la, deve enfrentar condições impostas por uma criatura mágica e assustadora.

Sesc Ipiranga - r. Bom Pastor, 822, Ipiranga, região sul. Dom., às 11h. Até 23/2. Ingr.: a partir de R$ 12, em sescsp.org.br



'Tardes, Passos e Canções', em cartaz no MIS Thiago dos Reis/Divulgação

EXPOSIÇÕES

Eixo Terra

Utilizando materiais como barro e cerâmica, a exposição da artista Sallisa Rosa critica o impacto humano na natureza, especialmente a exploração das águas subterrâneas e a irrigação excessiva. A mostra, que convida o visitante a "sentir a terra como memória tátil", inclui um texto crítico da escritora Tatiana Nascimento e ações educativas.

Sesc Pompeia - r. Clélia, 93, Água Branca, região oeste. Ter. a sex., das 10h às 21h. Sáb. e dom., das 10h às 18h. Até 13/7. Grátis

Tardes, Passos e Canções

Parte do projeto "Novas Fotografias", as imagens capturadas pelo fotógrafo Thiago dos Reis mostram a interseção entre cidade, música e introspecção, inspiradas por caminhadas ao entardecer e uma playlist criada por ele. A música atua como fio condutor, revelando rastros na memória e criando um mapa sensitivo do espaço urbano.

Museu da Imagem e do Som (MIS) - av. Europa, 158, Jardins, região oeste. Ter. a sex., das 10h às 19h. Sáb., das 10h às 20h. Dom. e feriados., das 10h às 18h. De 28/2 a 13/4. Grátis

PASSEIOS

Livraria da Alma

Localizada na Casa Alma, o novo espaço funcionará até à meia-noite. A curadoria tem mais de 80 mil livros de saúde mental, bem-estar, comportamento, arte e música. Inclui um café e bar, com pratos assinados pelo chef Jaime Corrêa e drinques.

R. Simão Alvares, 923, Pinheiros, região oeste, @livraria.da.alma. Seg. a dom., das 10h às 0h

Planetário Ibirapuera

O espaço vai realizar, nesta sexta-feira (28), uma observação com telescópios para ver sete planetas a olho nu: Saturno, Mercúrio, Netuno, Vênus, Urano, Júpiter e Marte.

Parque Ibirapuera (Rosa dos Ventos)- av. Pedro Álvares Cabral, Vila Mariana, região sul. Sex. (28), às 19h30

Super Terça de Carnaval

O Museu do Futebol faz uma programação de Carnaval com oficina e apresentação de bateria, além de visitação estendida até 21h. Atualmente estão em cartaz as exposições "Novo Museu do Futebol" e "Vozes da Várzea".

Pça. Charles Miller, s/n, Pacaembu, região oeste. Ter. (4), das 16h às 17h30. Grátis

NOVIDADES DA SEMANA



Timothée Chalamet é Bob Dylan em 'Um Completo Desconhecido' Divulgação

CINEMA

Attack on Titan: O Último Ataque

Attack on Titan The Movie: The Last Attack. Japão, 2025. Dir.: Yūichirō Hayashi. Com: Natsuki Hanae, Yoshimasa Hosoya e Marina Inoue. 145 min. 18 anos

A animação se passa em um mundo distópico onde titãs devoram homens e pessoas vivem em uma cidade cercada por muralhas. Nesse lugar, um jovem planeja uma vingança que pode erradicar os seres vivos do mundo.

Becoming Led Zeppelin

EUA, 2025. Dir.: Bernard MacMahon. Com: Robert Plant, Jimmy Page e Led Zeppelin. 120 min. 12 anos

Explora as origens e a ascensão da banda britânica de rock, formada por Jimmy Page, Robert Plant, John Paul Jones e John Bonham. A produção, que será exibida apenas em salas Imax, inclui entrevistas e imagens inéditas do grupo.

Um Completo Desconhecido

★★★☆☆

A Complete Unknown. EUA, 2025. Dir.: James Mangold. Com: Timothée Chalamet, Jay Cocks e Elijah Wald. 140 min. 14 anos

Narra a história de Bob Dylan, do início dos anos 1960 até se tornar um astro da música folk, rock e blues. Estrelado por Timothée Chalamet, o filme recebeu oito indicações ao Oscar.

O Homem-Cão

Dog Man. EUA, 2024. Dir.: Peter Hastings. Com: Isla Fisher, Stephen Root e Ricky Gervais. 90 min. Livre

Após uma cirurgia de última hora, um fiel cão da polícia e seu dono são fundidos em um só corpo. Ao mesmo tempo em que tenta abraçar sua nova identidade e impressionar o seu chefe, o Homem-Cão encara o supervilão felino Pepê, o Gato.

Os Radley

The Radleys. Grã-Bretanha, 2024. Dir.: Euros Lyn. Com: Damian Lewis, Harry Baxendale e Kelly Macdonald. 111 min. 16 anos

Na adaptação do livro de Matt Haig, uma família inglesa formada por vampiros vive de maneira abstêmia — sem beber sangue. Apenas os pais do clã sabem o que são e escondem o segredo de seus dois filhos. Um acontecimento com a filha do casal, porém, traz a verdade à tona.

Reality de Horror - Influencers em Pânico

AMP House Massacre. EUA, 2024. Dir.: Dame Pierre e Mike Ware. Com: Kara Royster, Pedro Correa e Brandon Perea. 80 min. 16 anos

Um grupo de influenciadores participa de um reality show. Quando um deles morre misteriosamente, eles se veem presos em um jogo de sobrevivência.

Último alvo

Absolution. EUA, 2024. Dir.: Hans Petter Moland. Com: Liam Neeson, Ron Perlman e Daniel Diemer. 112 min. 16 anos

Liam Neeson interpreta um gângster da velha guarda de Boston que está arrependido da vida que levou. Ele tenta se reconectar com sua família e corrigir os erros do passado. No entanto, o submundo do crime não aceita sua transformação.



Onde assistir aos títulos que concorrem ao Oscar de melhor filme

Cinema
- Ainda Estou Aqui
- Anora
- O Brutalista
- Um Completo Desconhecido
- Conclave
- Duna: Parte 2
- Emilia Pérez

Streaming
- Duna: Parte 2 (Max)
- Nickel Boys (Prime Video)
- A Substância (Mubi)
- Wicked (Prime Video)

RELANÇAMENTO
Duna: Parte 2

Dune: Part Two. EUA, 2024. Dir.: Denis Villeneuve. Com: Timothée Chalamet, Zendaya e Florence Pugh. 166 min. 14 anos

Na sequência da franquia, Paul Atreides, personagem de Timothée Chalamet, se une a Chani, vivida por Zendaya, e ao povo fremen em uma guerra de vingança contra os conspiradores que destruíram sua família. No Oscar, concorre nas categorias de melhor filme, direção de arte, som, efeitos especiais e fotografia.

TEATRO

Tom Jobim Musical

Dir.: João Fonseca. Com: Elton Towersey e Otávio Müller. 10 anos

Mostra a vida e a obra de Antônio Carlos Jobim, da década de 1950 na praia de Ipanema até a consagração de seu sucesso internacional. Na peça, Elton Towersey é Tom e Otávio Müller é Vinicius de Moraes. O musical apresenta o membro da bossa com canções como "Desafinado", "Corcovado", "Wave" e "Águas de Março".

Teatro VillaLobos - shopping VillaLobos - av. Doutora Ruth Cardoso, 4.777, 4º andar, Jardim Universidade Pinheiros, região oeste. Estreia: qui. (6). Até 15/6. Qui. e sex., às 20h. Sáb., às 16h e às 20h. Dom., às 15h e às 19h. Ingr.: a partir de R$ 42 em Sympla

Andanças na Metrópole
O blog retorna dia 14 de março

Cinemas, bares e festas vão exibir cerimônia do Oscar na capital paulista

Bárbara Giovani

SÃO PAULO Bares, cinemas e casas de show de São Paulo vão transmitir a cerimônia do Oscar 2025 no domingo (2), mesmo em meio ao Carnaval. A expectativa é reunir o público que está na torcida pelo filme nacional "Ainda Estou Aqui" e pela atriz Fernanda Torres, que competem por estatuetas.

A seguir, veja endereços para assistir à premiação na capital paulista.

☆

After Blocos

A festa reúne os foliões que já aproveitaram o Carnaval de rua. Quem comanda a música é o bloco Evoé Zé. A premiação de cinema será transmitida, e o público pode participar de um concurso de fantasias.

Teatro Oficina - r. Jaceguai, 520, Bela Vista, região central, @oficinauzynauzona. Dom. (2), às 18h. Ingr.: R$ 40 em Sympla

Bar do Juarez

A rede de botecos exibe a premiação em televisores de 60 a 85 polegadas em todas as unidades (Pinheiros, Brooklin, Moema, Itaim Bibi, Mooca e Santana). Não é preciso pagar entrada, apenas o consumo — o chope sai por R$ 13,50.

Múltiplos endereços, @bardojuarez. Dom. (2), às 21h. Grátis

Hitch Bar

A casa transmite a premiação de cinema em telão. O público poderá competir em um bolão sobre os vitoriosos da noite — os vencedores ganham R$ 100 para consumir em bebidas e porções no local, como o drinque Kim Novak (R$ 33), que leva gim, tônica, xarope de gengibre e canela em pau.

Pça. Franklin Roosevelt, 252, Consolação, região central, @hitchbar.sp. Dom. (2), às 21h. Grátis

Reserva Cultural

A noite começa com drinques no tapete vermelho do cinema de rua. O tíquete também inclui menu-degustação inspirado no cardápio original da premiação e festa após a transmissão da cerimônia. Quem ousar no look pode ganhar o concurso de traje original.

Av. Paulista, 900, Bela Vista, região central. Dom. (2), às 19h. Ingr.: R$ 200 em Sympla ou Ingresso.com

Noite das Mil Fernandas

A balada Zig promove uma festa à fantasia, e quem for vestido de Fernanda Torres terá entrada grátis. A cerimônia do Oscar será transmitida em telão.

R. Araújo, 155, República, região central, @zig1e2. Dom. (2), às 20h. Ingr.: a partir de R$ 30 em shotgun.live

Veja drinques refrescantes com e sem álcool para provar no Carnaval

Mixologistas propõem receitas criativas e mais leves para quem quer arriscar algo além dos mojitos e gim-tônicas no feriado

Sandro Macedo

SÃO PAULO Com o calor carnavalesco acachapante e a média de temperaturas nas alturas, uma bebida refrescante é uma boa pedida para quem quer enfrentar uma maratona de blocos.

E não é preciso ficar na mesmice da cerveja em garrafa de 600 ml, ou da famosa dupla Aperol e gim-tônica. A alta coquetelaria que habita a cidade também oferece variações inventivas, que passam por ingredientes como cumaru, cambuci, uvaia, uísque ou licor de lúpulo e de sabugueiro. Mesmo entre os coquetéis sem álcool, não é preciso mais apelar só para o bloody mary sem vodca. Veja 38 opções a seguir.

*

Acerola juice (Bargo Mooca)
Um dos destaques da carta de Renata Nascimento para estancar o calor, o coquetel combina cachaça envelhecida em carvalho, acerola com shissô, limão e club soda. Para completar, o copo longo ganha sal e pimenta gochugaru na borda (R$ 38).

R. Barão de Tatuí, 302 (subsolo), Santa Cecília, região central, @bargomoora. Sex.: 19h à 1h. Sáb.: 12h às 16h e 19h à 1h. Dom.: 12h às 17h. Ter. a qui.: 19h às 24h

Amerindio (Exímia Bar)
Um dos queridinhos do bar, o drinque de Márcio Silva é elaborado com bourbon Maker's Mark, licor Golden Massala, mix de bitters e toques de pau-brasil, amburana e gengibre (R$ 49).

R. Dr. Mário Ferraz, 507, Jardim Paulistano, região oeste, @eximiabar. Sex. e sáb.: 18h às 2h. Ter. a qui.: 18h à 1h

Areias (Brass Brew)
A combinação de tequila, xarope de pimentas vermelhas frescas, sal de hibisco e suco de tangerina traz um resultado cítrico e levemente picante, servido no copo longo, por R$ 54. A premiada Chula Barmaid é a responsável pelas criações da seleta carta da Brass Brew.

Av. Mário de Andrade, 1.820, Barra Funda, região oeste, @brassbrew. Sex.: 18h à 1h30. Sáb. 12h à 1h30. Dom.: 12h às 24h. Seg. e ter.: 14h às 24h

Azurea (Fel)
No Fel não há drinques autorais, mas o resgate dessa refrescante receita parisiense de quase cem anos, de 1929, vale quase como uma novidade: com rum envelhecido, licor de cassis e espumante, servido em uma bela taça flute sem haste (por R$ 51).

Edifício Copan - Av. Ipiranga, 200 (térreo, 69), República, região central, @fel.sp. Sex.: 17h à 1h. Sáb.: 12h à 1h. Dom.: 14h às 22h. Seg. a qui.: 17h às 24h

Banho de manjericão (Lupe)
O mixologista Fernando Xavier prepara o banho com 60 ml de bourbon, 30 ml de suco de limão, 25 ml de purê de pera, 1,5 ml de Angostura e dez folhas de manjericão maceradas; finalizado com gotas de azeite de manjericão feitos na casa (R$ 39).

R. Cunha Gago, 625, Pinheiros, região oeste, @lupe.bar. Sex.: 12h às 15h30 e 18h à 1h. Sáb.: 16h às 2h. Seg.: 16h às 24h. Ter.: 16h às 23h. Qua.: 18h às 23h. Dom. (2): fechado

Basilicum (Flora Bar)
Integrante de mais uma carta com toques de Chula Barmaid, o drinque com nome que parece de pizza reúne vodca infusionada com maçã, calda de manjericão, suco de limão e soro de queijo azul, finalizado com uma tuile de maçã verde (R$ 48).

R. Pe. João Manuel, 795, Jardim Paulista, região oeste, @florabar.sp. Seg. a sáb.: 19h à 1h. Dom.: 19h às 24h

Bijoux caju (SubAstor)
Servido em um copo de porcelana azul em formato de caju, é descrito como refrescante, ácido e frutado. Traz gim, licor Chartreuse Amarelo (doce e picante), amêndoas, licor de lúpulo, limão-taiti e borbulhante de caju, por R$ 52.

Al. Min. Rocha Azevedo, 72, Bela Vista, região central, @subastor. Sex. e sáb.: 19h à 1h. Qui.: 19h às 24h

Bridgetown, 1703 (Caledonia)
No bar famoso pela carta de uísques, o drinque (R$ 50) de Alison Oliveira faz homenagem à capital de Barbados, com o rum Mount Gay infusionado com banana-da-terra e pimenta-jamaica, além de licor de banana e limão-taiti.

R. Vupabussu, 309, Pinheiros, região oeste, @caledoniabar. Ter. a sáb.: 18h às 24h

Caipirinha da Taty (Esquina do Souza)
Em uma das lousinhas espalhadas no ambiente do bar com as receitas do Souza, a caipirinha da Taty é especial: homenagem a sua mulher, responsável pelas ótimas coxinhas. A receita combina abacaxi, limão, gengibre e hortelã com a cachaça da casa (R$ 45).



Piña royale, drinque do bar The Door Hideout criado por Sylas Rocha Leo Feltran/Divulgação

R. Coronel Melo de Oliveira, 1.066, Pompeia, região oeste, @esquinadodouza. Dom.: 12h às 22h. Sex., sáb., seg. e ter.: 12h às 23h30
R. Carneiro da Silva, 185, Vila Leopoldina, região oeste

Coentro, tô dentro (A Casa da Esquina)
Entre as criações do bartender Pedro Piton para a casa, esse drinque acomoda tequila com pimenta-de-cheiro, coentro e limão (por R$ 36), servido em taça coupe com sal temperado com páprica, tomilho e alecrim na borda.

R. Vupabussu, 329, Pinheiros, região oeste, @a.casadaesquina. Sex. e sáb.: 19h às 2h. Ter. a qui.: 19h à 1h

Cosmos (Infini)
Esse é o drinque mais pedido do speakeasy, em um salão dentro do restaurante La Casserole. Leva vodca, purê de pera, Luxardo (licor maraschino) e limão-siciliano, por R$ 39, servido no tradicional copo de uísque. A carta foi feita com participação de inteligência artificial.

Largo do Arouche, 346, República, região central, @infini.bar. Sex. e sáb.: 19h às 2h. Qui.: 19h à 1h

Curupira (Tan Tan)
"Coolers" (ou "refrescantes") é uma das divisões da carta de drinques do 31º melhor bar do mundo, comandado por Thiago Bañares e Caio Carvalhaes. Compõem a fórmula do herbal curupira gim dry, borbulhante de cambuci, cumaru (que lembra baunilha) e hortelã. Servido no copo alto, custa R$ 75.

R. Fradique Coutinho, 153, Pinheiros, região oeste, @tantannb. Ter. a sex.: 19h às 23h. (Dias 1º e 2/3, fechado)

Danadinho (Expedito Bar)
Para chegar ao danadinho, Leonardo Massoni mistura 40 ml de cachaça de guaraná, 20 ml de um licor artesanal da casa, 20 ml de suco de laranja-Bahia, 20 ml de aquafaba, 60 ml de aluá (um fermentado) de abacaxi e mel, por R$ 39.

R. Ibituruna, 1.540, Campo Belo, região sul, @expeditobar. Ter. e qui. a sáb.: 12h às 0h30. Dom.: 12h às 21h

Fazendinha (Taberna 474)
Com a assinatura do mixologista Marcelo Serrano, o coquetel traz Lillet Blanc, gim, néctar de manjericão, xarope de lichias e, para completar, espumante (R$ 45).

R. Maria Carolina, 474, Jardim Paulistano, região oeste, @taberna474. Sex. e sáb.: 12h às 24h. Dom.: 12h às 22h. Seg. a qui.: 12h às 23h

Fitz nom (Ping Yang)
Para acompanhar os pratos de acento tailandês do restaurante eleito como o melhor asiático de 2024 (segundo o júri do especial O Melhor de São Paulo - Gastronomia), uma das sugestões é o drinque, cítrico, leve e com textura cremosa, por R$ 47. A receita é feita com gim, limão-siciliano e Angostura clarificados no leite; ou, como o endereço descreve, um fitzgerald clarificado.

R. Dr. Melo Alves, 767, Cerqueira César, região oeste, @pingyangsp. Qua.: 19h às 23h. Qui. a sáb.: 19h às 23h45. SÁb. também das 12h30 às 16h. (Dias 3 e 4/3, fechado)

Continua na pág. C9

Continuação da pág. C8

Five stars (Song Qi)
No restaurante de origem monegasca e menu chinês, quem assina a carta é o bartender Ricardo Takahashi Paulon, com sugestões como o drinque de fórmula curta, mas eficaz na refrescância, com gim, melão cantaloupe e limão, por R$ 38.
R. Barão de Capanema, 348, Cerqueira César, região oeste, @songqi.sp. Sex. a qua.: 12h às 0h30. Qui.: a partir das 18h

French 75 (Mundi Bar)
Na carta que propõe uma volta ao mundo em coquetéis, o refresco vem da França, numa adaptação do drinque originalmente servido em taça flûte, feito com 50 ml de gim, 35 ml de limão-siciliano, 25 ml de xarope de açúcar e completado com brut (em copo alto), por R$ 38. Na região central, o bar terá um "after" dos blocos, com coquetéis promocionais.
R. Rego Freitas, 420, Vila Buarque, região central, @mundibar. Sex. a ter.: 18h à 1h30

Guilherme Tell (O Carrasco)
Em uma taça de martíni, mistura gim infusionado com cascas de limão-siciliano, Licor 43, xarope de maçã verde, pepino, espumante e bitter de cacau, por R$ 65. Segundo Alê D'Agostino, a ideia era fazer uma bebida refrescante sem ser óbvia. Deve ter acertado. "É o que mais vende por aqui, disparado."
R. Costa Carvalho, 84, Pinheiros (piso superior do Guilhotina), zona oeste, @ocarrascobar. Sex. a ter. e qui.: 18h à 1h

Gurke (Kraut Bar)
Indicado para os dias quentes (leia-se, todos do mês), o drinque com acento germânico leva Steinhaeger (gim de estilo alemão), pepino, xarope de flor de sabugueiro artesanal, limão-taiti e água tônica (R$ 34, ou R$ 29, se preferir um destilado nacional).
R. Barão de Tatuí, 405, Vila Buarque, região central, @krautbar. Ter. a qui.: 18h às 24h. Sex. e sáb.: 18h à 1h

Highball tropical (Guilhotina)
Em um copo longo com muito gelo, o drinque leva 45 ml de uísque, 75 ml de espumante, 15 ml de suco de maracujá, 15 ml de açúcar e 10 ml de limão-siciliano. Ideal para "quem quer começar com algo refrescante e com aquele punch necessário", diz o criador Alê D'Agostino.
R. Costa Carvalho, 84, Pinheiros, @guilhotinabar. Sex. a ter. e qui.: 18h à 1h

Hora bolas (Cordial)
Elaborado por Gabriel Santana, o coquetel é uma espécie de releitura do daiquiri, usando um rum de especiarias infusionado na manga como base, completado com cordial de carambola, pimenta-da-jamaica e limão-taiti (R$ 32).
R. Epitácio Pessoa, 32, República, região central, @_cordial_sp. Seg. a qui.: 17h às 24h. Sex.: 17h à 1h. Sáb.: 16h à 1h. Dom.: 16h às 21h

Joe's cooler (Esconderijo)
O destilado Moonshine —produzido em parceria pela Geest e Juan Caloto e recém-premiado no World Whiskies Awards 2025— é a base do drinque, que mistura em um copo longo gengibre, laranja, limão-siciliano e tônica, por R$ 37.
R. Gandavo, 398, Vila Clementino, região sul, @esconderijo.juancaloto. Sex.: 18h às 23h30. Sáb.: 15h às 24h. Dom.: 16h às 22h. Qua. e qui.: 18h às 23h

La sicilia (Frigobar)
Uma das criações de Pablo Moya escondidas no speakeasy mistura 60 ml de gim de pera da casa (Nib), 25 ml de suco de limão-taiti, 20 uvas-thompson maceradas com folhas de manjericão, como em uma caipirinha, e, para finalizar, casca de limão-siciliano e um ramo de manjericão, por R$ 42.
Av. Prof. Alfonso Bovero, 597, Perdizes, região oeste, @frigobarspeakeasy. Sex. (28) e qui. (6/3), em dois períodos: 18h30 às 21h30 ou 22h à 1h (é necessário reservar)

Minha nêga (Mocotó)
Um dos hits na lista de caipirinhas da casa de Rodrigo Oliveira (muito pedida enquanto se aguarda uma mesa), essa versão mistura cachaça envelhecida em barril de amburana, limão-taiti e calda de rapadura (R$ 39,90).
Av. Nossa Sra. do Loreto, 1.100, Vila Medeiros, região norte, @mocotorestaurante. Sáb.: 11h30 às 23h. Dom. e ter.: 11h30 às 17h. Seg. e qua: 12h às 23h

Oferenda (Quincho)
Na casa vegetariana, o bartender Deco prepara o coquetel com tequila, xerez, xarope artesanal de framboesa, limão fresco, uísque single malt, espinafre e jasmin (R$ 40).
R. Mourato Coelho, 1.447, Vila Madalena, região oeste, @quincho.sp. Ter. a sáb.: 12h às 23h. Dom.: 12h às 17h

Oscar 'Born To Be' Wilde (Oculto)
Sim, o bar pode ter drinques de Spencer Amareno, mas é Cris Negreiros quem assina o "Born To Be" (R$ 40), feito com 30 ml de pisco, 30 ml de licor de flor de sabugueiro, sucos de limão e de grapefruit, 20 ml de aquafaba e espumante.
R. Fidalga, 120, Vila Madalena, região oeste, @castelooculto. Qua. a sex.: 19h à 1h

Piña royale (The Door Hideout)
O drinque criado por Sylas Rocha segue o padrão de alta coquetelaria da casa matriz, no litoral. Servido em taça flûte, o coquetel traz aguardente Porto do Vianna 54%, fermentado de abacaxi e água de coco (por R$ 45).
R. Fradique Coutinho, 1.111, Vila Madalena, @hideout.thedoor. Sex.: 19h às 3h. Qua. e qui.: 19h à 1h. (Dias 1º a 4/3, fechado)

Pink Lillet (Martin Bar)
Em uma taça com muito gelo, a receita inclui um gim rosado, Lillet (um licor francês) e água tônica (R$ 43). Para completar, é colocada no copo uma haste com uma cereja e um pedaço de casca de laranja.
R. Apucarana, 1490, Tatuapé, região leste, @martinbaroficial. Sex. e sáb.: 12h à 1h. Dom.: 12h às 23h. Seg. e ter.: 16h às 23h. Qua. e qui.: 16h às 24h

Seriguela citrus (The Fresh Goodies)
No restaurante voltado a receitas saudáveis, estão, entre as opções de bebida, esse coquetel, que combina rum, Aperol e suco de seriguela (R$ 48).
R. Lopes Neto, 15, Itaim Bibi, região oeste, @thefreshgoodies. Seg. a dom.: 7h30 às 23h




Do alto para baixo, os drinques coentro, tô dentro (A Casa da Esquina), Bridgetown, 1703 (Caledonia) e la Sicilia (Frigobar) Thays Bittar/Divulgação, Maurício Porto/Divulgação e Divulgação

Taperebá (Dalva e Dito)
A casa comandada por Alex Atala pegou emprestada a receita do endereço mais antigo, cortesia do bartender Eduardo Alves Gomes. A bebida (R$ 45) leva uísque, limão e cajá (o taperebá).
R. Pe João Manuel, 1.115, Cerqueira César, região oeste, @dalvaedito. Seg. a sáb.: 12h às 15h e 19h às 23h. Dom: 12h às 16h

Vida da Minha Vida (Original)
Na seleção de caipirinhas, essa criação de Silvano Caires leva limão-siciliano, uma pitaia roxa, cachaça infusionada com baunilha e açúcar (R$ 36).
R. Graúna, 137, Moema, região sul, @baroriginal. Sex. e sáb.: 12h à 1h. Dom.: 12h às 19h. Seg. a qui.: 17h às 24h

SEM ÁLCOOL

Cajuína limonade (Mundi Bar)
Em um copo alto, a bebida combina 50 ml de redução de cajuína, 35 ml de limão-taiti e xarope de açúcar. Para completar, água com gás —é a versão sem álcool do Brazilian Collins, que inclui cachaça.
Veja serviço nesta pág.

Michelada zero (Bargo Mooca)
A mixologista Renata Nascimento se inspirou no drinque mexicano para criar sua versão sem álcool, com suco de tomate defumado da casa, bloody mix, limão e cerveja zero (R$ 32).
Veja serviço na pág. C8

Lemon lime and bitters (Frigobar)
No drinque com 0,3% de residual alcoólico (portanto, considerado sem álcool), Pablo usa 1,5 ml (três dashes) de Nib bitter aromático, 30 ml de suco de limão-siciliano, 20 ml de xarope de açúcar e completa com água com gás (R$ 22).
Veja serviço nesta pág.

Purple rain (The Door Hideout)
Um dos três mocktails do menu, o drinque em copo longo faz jus ao nome, misturando purê de frutas vermelhas, sucos de cranberry e de limão e chicha morada (bebida típica andina feita com milho roxo), por R$ 35.
Veja serviço nesta pág.

Raissa (Quincho)
Uma das versões sem álcool da casa, a bebida leva suco de cranberry, hortelã, xarope de framboesa e água com gás, por R$ 28.
Veja serviço nesta pág.

Spicata (Flora Bar)
Uma das duas opções de mocktails criadas por Chula para o bar leva chá de flores, mel, suco de limão, cinco folhas de hortelã, água com gás e gelo (R$ 22).
Veja serviço na pág. c8

Virgin grape Perrier (O Carrasco)
Para Alê D'Agostino, uma das características dos drinques sem álcool é fazê-los parecer alcoólicos. "O cliente precisa ter a sensação de que está tomando um drinque como qualquer outro", diz. Nessa sugestão, o mixologista reúne xarope de maçã verde, suco de limão, suco de uva verde e água com gás Perrier, por R$ 42.
Veja serviço nesta pág.



Reforce a segurança do celular e do cartão

Soluções incluem aplicativos de bloqueio, serviços de seguro e a criatividade brasileira

CELULAR SEGURO
O aplicativo Celular Seguro, do governo, permite comunicar roubos e furtos e bloquear o aparelho pela web ou por um contato de confiança

'MODO LADRÃO' DO GOOGLE
Nos smartphones Android há a opção de ativar um modo de segurança que bloqueia a tela automaticamente quando houver a detecção de um movimento brusco

PROTEÇÃO DA APPLE
Os iPhones têm um recurso para dificultar que mesmo ladrões que têm o código de desbloqueio acessem informações confidenciais. A ferramenta, chamada 'Proteção de dispositivo roubado', pode ser ativada nos ajustes do aparelho

CADEADO GALAXY
No serviço da Samsung, o usuário pode ligar para uma central da empresa ou acessar um site para bloquear o aparelho pelo Imei

LIMPEZA PRÉVIA
Exclua fotos íntimas e conversas sensíveis. Desinstale aplicativos bancários e de comércio virtual —ou mantenha-os numa pasta protegida por senha

CELULAR DO LADRÃO
Leve um aparelho velho e de baixo valor de mercado

SEGUROS PARA SMARTPHONE
Os valores das parcelas partem de R$ 15 ao mês

ALUGUEL
Você pode alugar um celular por curtos períodos, a partir de R$ 120 por 15 dias, em serviços como o AlugaCell

OLHO NA MÁQUINA
Não deixe que o vendedor preste atenção na senha do seu cartão e digite-a apenas em máquinas que só mostram asteriscos

SEM APROXIMAÇÃO
Desabilite a opção de pagamento por aproximação e ajuste seus limites de Pix



Negroni pronto da Bitter&Co, que ganhou uma nova embalagem de alumínio com bico de plástico Divulgação

Bebidas em embalagens descartáveis são opções práticas para consumir em bloquinhos

Grandes marcas e pequenos produtores dividem espaço nas gôndolas de mercados com drinques prontos para o consumo

Sandro Macedo

SÃO PAULO O universo dos drinques em lata —dessas fáceis de levar na bolsa e que não atrapalham o andamento do bloco carnavalesco—, tem se expandido.

De marcas artesanais a gigantes do setor, é possível encontrar preparados prontos de coquetéis clássicos, como Aperol spritz ou gim-tônica, disponíveis em ecommerces e fáceis de encontrar até em grandes mercados.

Recentemente, a Bitter&Co —que já tem garrafinhas com doses individuais— lançou uma versão de seu negroni no formato "bag", uma bolsinha plástica com bico de plástico, com 250 ml.

Confira, a seguir, algumas sugestões, que também estão disponíveis em aplicativos como iFood e Rappi. Mas, atenção: os preços mencionados podem sofrer alterações.

*

Absolut Vodka Sprite
A vodca sueca, que pertence hoje a um grupo francês, se aliou ao refrigerante da Coca-Cola para o drinque enlatado (269 ml), lançado neste ano. Com 5% de álcool, está disponível em vários mercados (no Zaffari, por R$ 6,68).

Amstel Vibes
A cervejaria holandesa que pertence ao grupo Heineken entra na briga por espaço nas gôndolas entre os drinques engarrafados. Com 7,9% de álcool (bem mais que a cerveja), a lata da Vibes está disponível nas versões lemon (limão) e strawmelon (uma mistura de morango e melancia).

Bitter&Co
Carro-chefe da marca especializada em drinques engarrafados, o negroni acaba de ganhar uma embalagem "bag". Trata-se de uma versão de alumínio de 125 ml, com bico de plástico, fácil de carregar e manusear, por R$ 39.
Site: bitterandco.com.br

Flowers Drinks
A marca especializada em gim oferece várias versões em lata (269 ml) do gim-tônica, como o tropical, toque de morango ou de melancia. Há também outros drinques, como moscow mule e mojito. Todos são oferecidos no site em caixas com dez unidades.
Site: drinkflowers.com.br e iFood

Jack & Coke
Em lata clássica de 350 ml, reproduz a famosa combinação do uísque Jack Daniel's com o refrigerante (R$ 12,90, em vários mercados).

Johnny Walker Blonde & Citrus
Quando a gigante do uísque lançou a versão "blonde", já sugeria que era um rótulo apropriado para usar em drinques. Seguindo a dica, lançou há poucos meses a lata de 269 ml, que combina o destilado com o refrigerante de limão. Com 5% de álcool, custa R$ 10,79 no Pão de Açúcar.
@johnniewalkerbrasil e iFood

Lovin
Produtora gaúcha, oferece sugestões de vinhos rosé e branco com bolhas, em latas de 269 ml, em mercados como o Pão de Açúcar (R$ 20,90). A latinha com o selo "spritz", no entanto, não é um drinque, apenas o espumante, que é sugerido para o preparo do coquetel (com receita no verso).
Site: premiumlovinwine.com.br e iFood

Mike's Ice Lemonade
Bebida mista gaseificada do portfólio da Ambev, é uma mistura de vodca com suco de limão e pode ser encontrada em quatro versões: tangerina, pitaya, guaraná e a clássica, de limão, sempre em latas de 269 ml (com preço por volta de R$ 7 nas gôndolas).
@mikesbr

Schweppes Mixed
Disponível em vários supermercados, a bebida é oferecida em quatro versões, usando sempre o refrigerante, que pertence ao grupo Coca-Cola: a spritz e a vodka citrus têm 5% de álcool; já as variações gim-tônica e gim-tônica pink são um pouco mais alcoolizadas (7%). Todas são vendidas em latas de 269 ml, com preço sugerido de R$ 6.
@schweppesbr e Rappi

Guia Michelin volta a anunciar suas estrelas em cerimônia em SP

Marília Miragaia

SÃO PAULO Depois de seis anos, a cerimônia do Guia Michelin volta à capital paulista em premiação que vai acontecer dia 12 de maio no luxuoso hotel Rosewood, ao lado da avenida Paulista, reunindo chefs que comandam os restaurantes recomendados.

Como de costume, a seleção 2025 traz endereços estrelados tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro. A edição do Michelin no Brasil sempre teve como recorte casas das duas cidades desde que estreou no país, há dez anos.

Na cerimônia, serão anunciadas as famosas estrelas que o guia dá a restaurantes: três (cozinha excepcional), duas (excelente) e uma (requintada), além dos chamados Bib Gourmand (para casas com boa relação entre qualidade e preço).

Diferente da lista do 50 Best, em que votos de uma série de jurados são compilados, o Guia Michelin envia inspetores próprios para visitar anonimamente restaurantes e avaliá-los. Entre os critérios estão qualidade dos ingredientes, personalidade que o chef expressa na cozinha, o domínio de técnicas e a regularidade.

No ano passado, seis restaurantes receberam duas estrelas: D.O.M. (SP), Oteque (RJ), Oro (RJ), Tuju (SP), Evvai (SP) e Lasai (RJ). O Brasil segue sem ter nenhum representante com a classificação máxima.

O guia ficou sem edição no país de 2021 a 2023. No ano seguinte, voltou ao Brasil graças a um investimento conjunto de R$ 9 milhões das prefeituras de São Paulo e do Rio para viabilizar o prêmio até 2026.

Neste ano, a Prefeitura de São Paulo investiu R$ 2,1 milhões para que a festa acontecesse na capital. Segundo a Secretaria municipal de Turismo, o reconhecimento do prêmio ajuda a impulsionar o setor gastronômico —e é estratégico para visitantes que vão a São Paulo para passeio ou negócios.

Em 2024, quando a festa aconteceu no Rio, a prefeitura carioca desembolsou um adicional de R$ 1,9 milhão para realizar a premiação —marcando o primeiro ano da retomada no Brasil com festa no também luxuoso Copacabana Palace.

Nos contratos com a francesa Michelin, é necessário fazer investimento extra para que uma cerimônia aconteça —o guia é publicado independentemente do evento de premiação e tem um formato online, apesar de ainda manter a publicação física em alguns países, como a França.

Desde 2024, há duas novidades no Brasil: prêmio de sustentabilidade e prêmio de melhor abertura do ano —dado para o paulistano Tuju.

comida

Conheça ingredientes comuns nas cartas de coquetéis para não ficar com dúvida na hora de pedir

Com profissionalização de bartenders e endereços com preparos mais artesanais, surgem termos técnicos, como fat wash e milk punch

Nathalia Durval

SÃO PAULO Milk punch, schrub, fat wash, cordial? Termos como esses são cada vez mais frequentes nas cartas de drinques. Tentar desvendar o que cada um significa na hora de escolher o que beber pode ser missão difícil —nem mesmo garçons sabem explicar.

Com novos bares de coquetelaria e bartenders que fazem preparos artesanais, é comum que mais palavras técnicas surjam. É o que explica Susana Jhun, chef e professora do curso de vinhos e destilados da Le Cordon Bleu São Paulo. "Com a profissionalização da área, o leque de ingredientes é ampliado, e vão surgindo uma profusão de termos."

Muitas vezes, essas palavras se referem a técnicas de preparo, algumas delas importadas da culinária, tendência nos bares. "Todas essas preparações ajudam a compor o coquetel", diz Jhun. No fundo, alguns termos significam a mesma coisa, com diferenças sutis no processo, completa.

Ler uma carta de coquetéis, no entanto, não precisa ser tão difícil. Muitos termos podem ser simplificados ou explicados de maneira mais didática para o cliente que não está habituado, afirma a bartender e barista Mariana Mesquita, que assina menu de casas como o bar Domo.

"Os cardápios são estruturados para quem já é bebedor. São muitas as barreiras de linguagem", diz Mesquita. Para ela, uma solução é investir na hospitalidade e treinar a equipe para saber explicar. "É preciso tornar menos assustador perguntar e entender o que está acontecendo no copo que você está bebendo."

Para ajudar nessa missão, veja a seguir um dicionário que traduz as principais palavras presentes nas cartas de bares, com a ajuda de Jhun e Mesquita. Tim-tim.

*

Amaro
Licor à base de ervas, cascas e raízes de sabor amargo, feito por meio de infusão alcoólica.

Angostura
Marca de bitter popular entre os bartenders, criada em 1824 por um médico alemão na cidade de Angostura, na Venezuela. Feita com raízes, é bem alcoólica e concentrada em aroma e sabor.

Aperitivo
Categoria de bebidas consumidas antes da refeição, para abrir o apetite, como amaros, bitters e vermutes, de sabores variados. Entre as marcas conhecidas, estão Aperol, Lillet e Ramazzotti.

Continua na pág. C12


Catarina Pignato

GELO E GIM

Você pensa que cachaça é água?

Marchinhas de Carnaval têm longa relação com as bebidas no Brasil

Daniel de Mesquita Benevides
folha.uol.com.br/colunas/daniel-de-mesquita-benevides

Pela janela entram os sons do surdo, do tamborim, da guitarra...e provocam uma vibração na sala. O coro é alvissareiro: "Chegou a Turma do Funil, todo mundo bebe mas ninguém dorme no ponto/Ha ha ha ha, mas ninguém dorme no ponto/Nós é que bebemos e eles que ficam tontos."

Os blocos não cantam a primeira parte da marchinha, que descreve o bar fechando as portas, as cadeiras com os pés para cima e o garçom com sono. É aí que entra o cordão dos pinguços. "Enquanto houver garrafa, enquanto houver barril/Presente está a Turma do Funil!"

Tão conhecido ou mais é o estribilho "Você pensa que cachaça é água?/Cachaça não é água não/Cachaça vem do alambique/E água vem do ribeirão". Há quem interprete a letra como um aviso para moderação na beberança, mas basta ouvir os versos seguintes para ver que a verdade é bem mais divertida —e cara de pau. A letra defende os dois pés na jaca.

A marchinha argumenta: "Pode faltar tudo na vida/Arroz, feijão e pão/Pode faltar manteiga/E tudo o mais não faz falta não/Pode me faltar o amor/Disso eu até acho graça/Só não quero que me falte/A danada da cachaça."

Quando se tornou o maior sucesso do Carnaval de 1953, o jornal A Manhã, do Rio, estampou a manchete "Todos estão querendo cachaça". A composição, que gerou controvérsias, pois foi atribuída erroneamente a Mirabeau Pinheiro (um dos pais da "Turma do Funil"), é de um boêmio professor de folclore musical, Marinósio Trigueiros Filho.

Há quem interprete a letra como um aviso para moderação na beberança, mas basta ouvir os versos seguintes para ver que a verdade é bem mais divertida

Baiano vivendo em Londrina, o músico havia escrito os versos num guardanapo em um bar em Salvador. Traindo a própria letra, era bebedor de uísque. O curioso é que havia gravado a canção oito anos antes de estourar nos blocos cariocas no Uruguai.

Outro baiano, mais famoso, gravou em 1977 o álbum "Caetano...Muitos Carnavais...". O disco trazia muitos frevos, a maioria escritos por ele, como "A Filha da Chiquita Bacana" e "Atrás do Trio Elétrico". Carnavalizou a vida com entusiasmo tropical(ista).

Uma das músicas era "Chuva, Suor e Cerveja", que começa com o verso "Não se esqueça de mim/Não se perca de mim/Não desapareça". Mas o que nos interessa está mais para frente: "A gente se embala/Se embora, se embola/Só para na porta da igreja/A gente se olha, se beija, se molha/De chuva, suor e cerveja." Mais completa tradução da folia de rua.

E "Eu Bebo Sim"? O samba de Luiz Antônio e João do Violão é uma tese de doutorado sobre a vida bêbada. A divina Elizeth Cardoso a cantou com estrondoso sucesso em 1973. Muitos tentaram superá-la, dos Golden Boys aos Velhinhos Transviados. Nessas, correram rios de cachaça. Pois, "estou vivendo/tem gente que não bebe e está morrendo".



Carnival
- 40 ml de cachaça
- 25 ml de licor de coco
- 15 ml de xarope de maracujá
- 10 ml de suco de limão

Ponha gelo moído e os ingredientes num copo old-fashioned e mexa. Complete com gelo moído e decore com uma rodela de limão

SEX. Gelo e Gim / Isabelle Moreira Lima

Conheça ingredientes das cartas de coquetéis para não ficar com dúvida na hora de pedir

Continuação da pág. C11

Bitter
Bebida alcoólica amarga produzida por meio de maceração ou infusão de botânicos, como cascas de árvores, frutas, raízes e ervas. Há os bitters aperitivos (Campari e Cynar) e os aromáticos (Angostura), estes usados em gotas.

Clarificação
Técnica que deixa o coquetel translúcido e homogêneo por meio da remoção de partículas suspensas do líquido.

Cordial
Semelhante ao licor, tem sabor doce e concentrado, feito de frutas. Pode ou não conter álcool.

Cointreau
Marca de licor de laranja, de estilo triple sec (triplamente destilado), de sabor menos açucarado e mais alcoólico, fabricado na França desde 1875.

Fat wash
Incorpora ingredientes com gordura (fat), como manteiga, azeite ou bacon, a bebidas, para conferir textura encorpada e sabor aveludado. A manteiga, por exemplo, é derretida e despejada numa garrafa com o destilado. A mistura vai à geladeira por dias, e a gordura se solidifica. Ela é coada, deixando apenas seu sabor.

Infusão
Processo que extrai aroma e sabor em líquido alcoólico. Os ingredientes incluem frutas, ervas e especiarias, que são imersos num destilado, por exemplo, que absorve o insumo com o tempo.

Milk punch
Clarificação obtida a partir do encontro entre componentes lácteos (gordura e proteína) e componentes ácidos, como suco de frutas cítricas, que "talham" a mistura. Após a filtragem, o coquetel ganha uma textura aveludada.



Catarina Pignato

Redução
Preparo que concentra o sabor e aroma de um insumo. Por isso, é usado em menor quantidade. Pega-se uma fruta, por exemplo, e a cozinha com água e açúcar até reduzir e ficar concentrada.

Salmoura
É o líquido da conserva de algum ingrediente, como picles ou azeitona, que confere um sabor salgado e mineral ao drinque.

Shrub
Bebida concentrada feita com fruta, vinagre e açúcar. É usada para dar acidez e doçura.

Solução
Pode ser salina, feita com água e sal, ou cítrica. Usada em gotas para realçar um sabor no coquetel.

Tintura
Extração feita em álcool por tempo mais longo que a infusão. Ingredientes como pimenta ou beterraba transferem sua cor e sabor ao destilado. Por ser concentrada, é usada em conta gotas.

Vermute
Tipo de vinho fortificado (quando há adição de álcool) aromatizado com botânicos, ervas e especiarias. Há diversos tipos, como seco, branco e doce.

Xarope
Preparo não-alcoólico feito com açúcar e um insumo que dê sabor, como frutas e especiarias. Pode ser simples, apenas de água e açúcar, para adoçar.

Xerez
Também conhecido como jerez, é um vinho fortificado da região da Andaluzia, na Espanha. Tem diferentes tipos, como fino, oloroso e Manzanilla.

COZINHA BRUTA

Marcos Nogueira
folha.com/cozinhabruta e folha.com/receitasdomarcao

No Carnaval de SP, a goiaba sai de graça

A Pompeia tem um bloco carnavalesco chamado Água Preta. Seu trajeto acompanha um córrego cuja água, dizem, é preta.

Difícil confirmar essa informação, pois o córrego Água Preta está canalizado, concretado, enrustido pela cidade. Ele só aparece —e como aparece!— quando os temporais de verão alagam as baixadas da zona oeste.

São Paulo é assim: a natureza, que tentamos neutralizar, emerge da violência.

Aqui onde moro, não muito longe do Água Preta, estão cavoucando os morros para fazer metrô e 752 torres residenciais, cada uma com três subsolos de garagem.

As escavações fazem brotar água, muita água, que precisa ser drenada para fora da obra. As sarjetas de Perdizes se converteram em riachos permanentes —e espero que essa gente saiba o que está fazendo, não quero meu bairro tragado por uma voçoroca.

O paulistano, ridículo, se deslumbra quando a natureza teima em habitar nossa triste paisagem. Como as capivaras que ocupam os gramados da Marginal Tietê.

Houve um tempo em que o mesmo Tietê, no trecho urbano, teve um jacaré como morador. O bicho, apelidado de Teimoso, fazia o trânsito parar: centenas de bobalhões a tentar, da janela de seus carros, distinguir jacaré de cocô-drilo.

A fauna paulistana adota hábitos peculiares. Aqui os sabiás são insones por causa da iluminação artificial e cantam a madrugada inteira. A família de pássaros que mora na árvore colada à minha janela proporciona noitadas inesquecíveis.

Falando em árvore, o deleite do paulistano tonto (eu) é descobrir um pé de fruta nas calçadas mais fuliginosas.

As árvores frutíferas de São Paulo são antigas e, portanto, altas. Difícil apanhar fruta madura. O que os passarinhos não comem cai podre no chão.

Dependendo da época, a calçada fica forrada de abacate, de pitanga ou tingida de roxa pelas amoras. Agora, no Carnaval, é a época da goiaba.

Distraído que sou, já pisei em muita goiaba podre neste ano — e me dei por aliviado, pois é a pisada mais benigna das calçadas de Perdizes.

E descobri, num canto do parque da Água Branca, uma goiabeira carregada com alguns galhos que eu alcanço. Comida grátis e o maior Carnaval do mundo (segundo a propaganda oficial), o que mais o paulistano poderia querer?



Salada de goiaba com queijo curado

Rendimento
2 porções

Tempo de preparo
5 minutos

Ingredientes
- 1 maço de rúcula lavada
- 2 goiabas vermelhas ou brancas, não muito maduras
- 100 g de queijo minas curado
- 2 colheres (sopa) de castanha-de-caju
- 1 colher (sopa) de melado de cana
- Suco de ½ limão-cravo
- 2 colheres (sopa) de azeite
- 1 colher (café) de sal

Preparo
- Distribua num recipiente a rúcula, a goiaba em pedaços, o queijo em lascas e a castanha-de-caju
- Prepare o molho: misture os ingredientes restantes com o batedor de claras, mexendo até emulsionar. Regue a salada com o molho e sirva



Marcos Nogueira